

PERSPECTIVAS DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO: Psicologia e sociedade



Silvio José Benelli
Gustavo Henrique Dionisio
(orgs.)



GRADUS
EDITORA

PERSPPECTIVAS DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO: Psicologia e sociedade

**Silvio José Benelli
Gustavo Henrique Dionisio (Orgs.)**

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe
Lucas Almeida Dias

Projeto gráfico
Bruno Eustáquio

Diagramação
Bruno Eustáquio

Capa
Paulo Cavalcante

Revisão
Gradus Editora

Comitê Editorial Científico – Gradus Editora 2022/2023

Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana Dos Santos	Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa
Dra. Cintya de Oliveira Souza	Dr. Fábio Roger Vasconcelos
Dra. Ana Cláudia Bortolozzi	Dr. Leandro Antônio dos Santos
Dra. Andreia de Bem Machado	Dr. Gustavo Schmitt
Dra. Manuela Costa Melo	Dra. Renata Cristina Lopes Andrade
Dr. Carlos Gomes de Castro	Dra. Daniela Marques Saccaro
Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira	Dra. Gladys del Carmen Medina Morales
Dra. Janaína Muniz Picolo	Dra. Márcia Lopes Reis
Dr. Yan Corrêa Rodrigues	
Dr. Thiago Henrique Omena	

FICHA CATALOGRÁFICA

BENELLI, Silvio José; DIONISIO, Gustavo Henrique.
Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: Psicologia
e Sociedade. 1a edição: Gradus Editora. 448 páginas. 2023.

1 - Bilingue (Português/Inglês).
2 - Psicologia (CDD 150.00)

ISBN: 978-65-81033-28-6



A Editora GRADUS adota a licença da Creative Commons CC BY:
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND:
Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.
Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

a) LINHA DE PESQUISA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: PROCESSOS CLÍNICOS E INSTITUCIONAIS

**PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES DE INVESTIGAÇÃO: INTERCESSÕES
INSTITUCIONAIS 13**

Prof. Dr. Silvio José Benelli

**ESCUA SENSÍVEL COMO PRÁTICA NO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA:
ALGUNS DESAFIOS PARA A CLÍNICA NA CONTEMPORANEIDADE
Sensitive attendance as a practice at the Psychology
Clinic-School: some challenges for the clinical practice in
contemporary times 29**

Dr. Gustavo Henrique Dionisio

MATERNIDADE E HERANÇA PSÍQUICA 37

Dra. Mary Yoko Okamoto; Dra. Thassia Souza Emidio

**PESQUISAS PSICANALÍTICAS EM INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS:
APONTAMENTOS E EXEMPLOS 51**

Dr. Rodrigo Sanches Peres

b) LINHA DE PESQUISA PROCESSOS PSICOSSOCIAIS E DE SUBJETIVAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

**UMA IMAGINAÇÃO POLÍTICA COM OS ANIMAIS E PLANTAS EM
PSICOLOGIA SOCIAL: LEVANDO A SÉRIO AS NARRATIVAS COMO BOLSAS
DE FICÇÃO 65**

Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo; Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos; Fernanda Zanata

**A (IN)SUSTENTÁVEL (IN)VISIBILIDADE DE PESSOAS LGBTQIAP+ NA
UNESP: INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E EQUIDADE 83**

Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho; Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

**ANDARILHOS DE ESTRADA NO BRASIL E MODOS DE VIDA NA
CONTEMPORANEIDADE 97**

Prof. Dr. José Sterza Justo

ENVELHECIMENTO E SUBJETIVIDADE: DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS..... 111

Dra. Mariele Rodrigues Correa; Aline Sabbadini; Aline Zeller Pereira de Souza; Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos; Audrey Silva de Assis; Flávio Ribeiro de Oliveira; Jaime Fernandes Neto; Marcela Marcondes Leite.

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO, ESPAÇO E SAÚDE DO TRABALHADOR..... 125

Dr. Matheus Fernandes de Castro

CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA EM PSICOLOGIA NO CAMPO DOS ATIVISMOS ARTÍSTICOS 141

Herbert Proença Lopes; Marianne Gois Barbosa; Roger Alloir Alberti; Dr. Rafael Siqueira de Guimarães

HISTÓRIAS CRUZADAS DE TERRITÓRIOS ENTRE ESQUIZOANÁLISE E ESTUDOS QUEER: APROXIMAÇÕES DECOLONIAIS..... 151

Dr. Wiliam Siqueira Peres

c) LINHA DE PESQUISA PROCESSOS PSICOLÓGICOS E CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

GRUPO DE ESTUDOS MARXISTAS EM EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA – GEMEPSI: PERCURSOS DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES 169

Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes; Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos

DESDOBRAMENTOS ÉTICOS DAS DESCRIÇÕES FENOMENOLÓGICAS DA PERCEPÇÃO E DA ATENÇÃO 183

Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO MORAL NA PERSPECTIVA INTERACIONISTA: JUÍZO, RACIOCÍNIO E PERSONALIDADE 199

Profa. Dra. Rita Melissa Lepre; Dr. Vitor de Moraes Alves Evangelista

CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DE VIGOTSKI PARA A SAÚDE MENTAL E TRABALHO..... 211

Dra. Maria Luiza Gava Schmidt; Ana Paula de Araújo Fernandes; Paulo Roberto Ribeiro Marinho



APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo teve seus Cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC através da portaria ministerial nº. 1077, de 03/09/2012, publicada no D.O.U. de 03/09/2012 republicada em 13/09/2012, ambos com nota 4.

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis têm os seguintes objetivos:

O **objetivo geral** do Programa é desenvolver um conjunto de ações formativas relacionadas à pesquisa em Psicologia, elegendo como lócus de preocupações das investigações os processos psicológicos e de subjetivação envolvidos no espaço social habitado pelo sujeito, seu cotidiano e as instituições que o cercam. Desse modo, considera relevante o diálogo da Psicologia com outras áreas do conhecimento, buscando implementar a formação de pesquisadores e a produção de conhecimentos que possam contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico do país e com seu fortalecimento no cenário internacional. A formação de pesquisadores compreende a qualificação de profissionais para o desenvolvimento e coordenação de projetos de pesquisa, e também, para a formação de profissionais altamente qualificados no âmbito do ensino da graduação e da pós-graduação, levados a cabo por universidades, institutos e demais centros de produção científica e de qualificação profissional. A produção e divulgação de conhecimentos compreende o desenvolvimento de pesquisas e a difusão de seus resultados mediante a formação e consolidação de grupos e linhas de investigação, reunidos em torno da área de concentração, voltados para os problemas e desafios, situados no campo da psicologia, que emergem na dimensão regional articuladas à outras nacionais e internacionais.

No **mestrado**, o objetivo específico é propiciar ao pós-graduando um domínio teórico metodológico científico suficiente para a elaboração e execução de projetos de pesquisas. Para tanto, importa implementar habilidades e competências de interrogação da realidade e de elaboração e formulação de problemas de pesquisa; instrumentar o mestrando com recursos e tecnologias atuais de acesso à informação científica, principalmente por meio da informática; estimular condutas éticas e críticas capazes de produzirem informações, análises e leituras múltiplas, calcadas em exames multifacetados dos problemas abordados no processo de investigação e em interlocuções com autores, teorias e produções de outros pesquisadores; a disposição para o debate e diálogo com interlocutores situados na própria especialidade e em outros campos do conhecimento e para a difusão da produção científica por meio de publicações e apresentações de trabalhos em congressos.

No **doutorado** o objetivo específico fundamental é desenvolver competências a partir de um aprofundamento do domínio teórico-metodológico capaz de produzir, com autonomia e independência, conhecimentos científicos inovadores por intermédio de pesquisas relevantes para a sociedade contempladas nas Linhas de Pesquisa do Programa, em parcerias e intercâmbios com outros pesquisadores da própria região, do país e/ou do exterior. Disso decorre, adicionalmente, o desenvolvimento de habilidades para a construção e aperfeiçoamento de estratégias metodológicas voltadas para pesquisas em Psicologia; para a difusão e comunicação sistemáticas do conhecimento produzido, por meio de participações em eventos e publicações científicas nacionais e estrangeiras; capacidades para investigar e problematizar, de maneira crítica, ética e autônoma, conhecimentos e práticas relacionadas às áreas de conhecimento e para formar profissionais pesquisadores para atuarem no âmbito universitário em cursos de graduação e pós-graduação.

As linhas de pesquisa atuais com os respectivos docentes credenciados são as seguintes:

a) Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais

A linha de pesquisa “Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais” abrange as pesquisas e estudos que articulem os processos clínicos e institucionais na produção de subjetividade, especialmente em sua interface com o campo das políticas públicas. Tem como foco temas que abordam os processos clínicos, infância, famílias, grupos, as instituições, as políticas públicas, as artes e a estética, dentre outros, que possam contribuir para produção de conhecimento e acúmulo de experiências concretas que subsidiem e consolidem uma abordagem complexa e abrangente para as diversas formas do sofrimento psicossocial da contemporaneidade, ampliando o seu escopo para o campo das Políticas Públicas.

Docentes: Dr. Gustavo Henrique Dionísio; Prof. Dr. Jorge Luís Ferreira Abrão; Dra. Mary Yoko Okamoto; Dr. Rodrigo Sanches Peres; Prof. Dr. Silvio José Benelli; Prof. Dr. Silvio Yasui; Dra. Thássia Souza Emídio.

b) Processos psicossociais e de subjetivação na contemporaneidade

Essa linha de pesquisa concentra-se no estudo crítico dos processos psicossociais e de subjetivação, tendo como objetivo mapear figuras e modos de suas produções. Nesse sentido, ocupa-se das configurações da existência na experiência do tempo, do espaço e interseccionalidades sócio-histórica e culturalmente construídas, privilegiando cenários como os da educação, do trabalho, da saúde, das artes, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais. Dentro do amplo espectro de possibilidades dessa linha, serão priorizados projetos de pesquisa voltados para as questões de gêneros e sexualidades; para o processo de envelhecimento humano e finitude; para as atuais feições do mundo do trabalho; para os sofrimentos psicossociais e estratégias de enfrentamento delineadas junto os serviços públicos de saúde; para a investigação das políticas de mobilidade, tais como aquelas que configuram as migrações humanas; para a problematização da colonialidade, que incide interseccionalmente sobre processos de subjetivação marcados por genocídios, racismos, capacitismos, sexismos, LGBTfobias; para o estudo das epistemes e políticas de escrita voltadas à produção de saberes situados.


Docentes: Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo; Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho; Prof. Dr. José Sterza Justo; Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza; Dra. Mariele Rodrigues Correa; Dr. Matheus Fernandes de Castro; Dr. Rafael Siqueira de Guimarães; Dr. Wiliam Siqueira Peres.

c) Processos psicológicos e contextos de desenvolvimento humano

A Linha de Pesquisa “Processos psicológicos e contextos de desenvolvimento humano” se ocupa de investigar, do ponto de vista teórico e empírico, os processos psicológicos (cognitivos, perceptivos, linguísticos, afetivos, sociais e morais) nas perspectivas do desenvolvimento humano em diferentes contextos educacionais, assistenciais, da saúde e do trabalho na realidade brasileira e de outras realidades culturais. Propõe-se produzir análises sobre os referenciais epistemológicos, históricos e teórico-metodológicos subjacentes às abordagens em Psicologia do Desenvolvimento Humano, fundamentais à compreensão do psiquismo e à constituição do sujeito e da subjetividade, com o propósito de construir e produzir estudos e intervenções que considerem as demandas de contextos locais e globais.

Docentes: Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes; Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo; Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos; Dr. Maria Luiza Gava Schmidt; Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos; Profa. Dra. Rita Melissa Lepre.

A coletânea de artigos que compõem o livro representa as perspectivas de pesquisas que os docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo vem desenvolvendo na atualidade.



**α) LINHA DE PESQUISA
POLÍTICAS PÚBLICAS E
PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES:
PROCESSOS CLÍNICOS
E INSTITUCIONAIS**



PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES DE INVESTIGAÇÃO: INTERCESSÕES INSTITUCIONAIS

Prof. Dr. Silvio José Benelli¹

A impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder (Lacan, 1998, p. 592).

Introdução

Nesse artigo, procuramos apresentar uma síntese sobre nosso percurso de trabalho com relação à produção de pesquisas na universidade, particularmente no âmbito da Pós-Graduação em Psicologia. Relatamos como foi que chegamos a trabalhar orientados a partir de perspectivas transdisciplinares de investigação e procuramos avançar na discussão das chamadas intercessões institucionais, que são realizadas a partir do Dispositivo Intercessor (DI). Descrevemos sucintamente a criação e o trabalho realizado no Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da saúde” (LATIPPSS); apresentamos os resumos das pesquisas temáticas que estamos conduzindo a partir da lógica do DI; discutimos algumas diferentes possibilidades de pesquisa na universidade, caracterizando duas modalidades de pesquisa: a tradicional e a intercessão-pesquisa; desenvolvemos uma das exigências do DI que consiste na necessidade da problematização crítica do conhecimento a partir da práxis e também explicamos porque escrevemos e para quem escrevemos, já que quando se opera a partir do DI não se prescreve soluções para serem aplicadas. Pretendemos avançar no exercício da sistematização e formalização dessa importante estratégia de produção tanto de transformações na realidade social e quanto de saberes.

¹ Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Atenção Psicossocial e Políticas Públicas. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022); Doutor em Psicologia Social pelo IP/USP, São Paulo, SP (2005-2007). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS).

O Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da Saúde” (LATIPPSS) (2010-2018)

No ano de 2010, o Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa fundou o Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da Saúde” (LATIPPSS) – associado ao Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Saúde Coletiva” inscrito no diretório de grupos do CNPq –, para o qual fui convidado a participar, então como pós doutorando.

Passei a integrar o Laboratório desde sua primeira reunião de trabalho que ocorreu numa quinta-feira, dia 4 de março de 2010, na sala do Prof. Abílio, cuja pauta consistiu em esclarecimentos gerais, definição das primeiras leituras e demais trabalhos. Minha participação no LATIPPSS foi muito importante para o aprimoramento da minha formação profissional como psicólogo clínico. Tratava-se de estudar de modo transdisciplinar o tema da subjetividade – problema que era muito valioso para mim e que já aparecia inclusive nos títulos da minha dissertação de mestrado e também da tese de doutorado, nas quais já havia debatido o tema. Participei ininterruptamente das atividades do Laboratório, desde seu início e, quando ingressei como docente efetivo na FCL/Unesp de Assis no ano de 2011, passei a ser um dos coordenadores, juntamente com o Prof. Abílio.

Para fazer parte do Laboratório, era preciso ser orientando do Prof. Abílio ou meu, nos níveis de IC, Mestrado e Doutorado e ter uma inserção institucional que possibilitasse o desenvolvimento de interações-pesquisas. O LATIPPSS funcionou de modo permanente entre 2010 a 2018, ano no qual o Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa faleceu no dia 26 de novembro. Prosseguimos com as atividades do Laboratório inclusive depois da morte do Prof. Abílio, com o objetivo de continuar desenvolvendo trabalhos inspirados e orientados por suas perspectivas no campo da Atenção Psicossocial e operando e procurando formalizar sua criação original: o Dispositivo Intercessor (DI)². O Prof. Abílio deixou um grande conjunto de textos inéditos, escritos dos cursos que ele ministrou na Graduação em Psicologia, numerosas sessões de orientação e de supervisão bem como as reuniões do Laboratório foram gravadas em áudio, gerando um acúmulo enorme de material precioso que precisa ser continuado, trabalhado e divulgado. Esse tem sido um dos esforços dos atuais componentes do LATIPPSS, que continuou funcionando sob minha coordenação no âmbito da universidade, a partir do ano de 2019.

Ainda sob a coordenação do Prof. Abílio lemos, discutimos e trabalhamos um variado conjunto de textos ao longo dos anos de existência do Laboratório pertinente e assim buscamos formalizar o Dispositivo Intercessor (DI). Com a intenção de construir um panorama amplo sobre a temática da subjetividade, adotando uma perspectiva transdisciplinar, passamos a trabalhar um conjunto de textos e autores diversos, mas não de modo aleatório. Inicialmente, estudamos a concepção de subjetividade em Lacan, para o que lemos e

2 O Dispositivo Intercessor (DI) consiste numa formulação original do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. A “Carta de fundação do Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da Saúde” (LATIPPSS)” escrita pelo Prof. Abílio, além de vários trabalhos inéditos sobre o tema foram publicados num número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do Laboratório. Cf. em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>

discutimos vários textos, tanto do autor quanto de comentadores. Também estudamos a perspectiva marxista da subjetividade, com destaque à interlocução com a psicanálise por meio de diversos textos. Estudamos ainda a perspectiva foucaultiana e deleuziana sobre a subjetividade por meio de uma ampla bibliografia. Essa densa formação sustentou a produção de numerosas intercessões-pesquisas orientadas pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa e também por mim.

Essa experiência intensa de formação continuada junto ao Prof. Abílio representou uma oportunidade de grandes avanços e teve efetivas consequências no desenvolvimento de minha produção intelectual, com reflexos e incidências em todas as áreas de atuação: docência na graduação, na supervisão de estágios, na pós-graduação, na extensão, na produção e na orientação de pesquisas e também na gestão da universidade.

Assumi a coordenação do LATIPPSS depois do falecimento do Prof. Abílio e continuamos trabalhando inspirados por seu legado. Alguns orientandos de mestrado e de doutorado do Prof. Abílio concluíram com êxito seus trabalhos sob a orientação de outros colegas do Programa de Psicologia. Há um grupo de participantes permanentes do LATIPPSS constituído por orientandos do Prof. Abílio e também por meus próprios orientandos que já concluíram seus trabalhos de intercessão-pesquisa por meio do DI e da produção de dissertações e teses por meio do Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento (DImpc).

Seguimos procurando nos organizar como um grupo de trabalhadores que visam operar a partir da perspectiva transdisciplinar do DI. Continuamos estudando autores e textos diversos que nos ajudam a construir e a melhor formalizar o DI. Durante os anos de 2019 e 2020, nos ocupamos em recuperar, ler e discutir os textos produzidos pelo Prof. Abílio. O resultado desse esforço resultou na publicação de um número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do LATIPPSS.

No ano de 2021 inscrevi o LATIPPSS no “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil LATTES” do CNPq, com a seguinte descrição:

O LATIPPSS está em funcionamento desde o ano de 2010. Adotamos uma perspectiva transdisciplinar para desenvolver, formalizar e operar instrumentalizados pelo Dispositivo Intercessor (DI) de modo a que os trabalhadores situados no âmbito dos dispositivos institucionais das políticas públicas de Saúde, de Saúde Mental, de Assistência Social, da criança e do adolescente dentre outras, possam realizar intercessões-pesquisa nos seus diversos estabelecimentos de trabalho. Pretendemos tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto à relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, na busca de sua superação. Trata-se de interceder e transformar conhecendo a realidade, problematizando a própria práxis, caracterizando os problemas na sua complexidade institucional, buscando seu equacionamento no plano conjuntural e estrutural.

Os participantes permanentes do LATIPPSS foram inscritos como integrantes do grupo de pesquisa, incluindo meus orientandos de Iniciação Científica, de mestrado e de doutorado. Procurando organizar meu trabalho como trabalhador-intercessor a partir do DI e da proposta de intercessão-pesquisa, no ano de 2021 organizei dois projetos temáticos amplos nos quais meus orientandos estão incluídos, tal como segue nos resumos a seguir:

Resumo do Projeto de Pesquisa Temática 1: Políticas públicas de assistência social e para crianças e adolescentes: investigações institucionalistas

Contando com a participação de alunos pesquisadores da graduação e da pós-graduação, partindo da perspectiva da Análise Institucional, incluindo contribuições analíticas dialéticas, pretendemos colecionar, organizar, sistematizar e analisar criticamente uma ampla literatura digital sobre diversos aspectos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Política Nacional para Crianças e Adolescentes (PNCA) na atualidade brasileira. Por meio de uma análise crítica da literatura, tanto de documentação quanto de bibliografia, buscaremos aprofundar nossa compreensão sobre a estrutura, modos de funcionamento, efetividade, principais problemas e desafios que compõem a política de Assistência Social bem como sua interface com a política de atenção aos direitos de crianças e adolescentes, focalizando as entidades assistenciais públicas e privadas de atendimento além de diversos temas correlatos. Trata-se de uma ampla pesquisa temática que será desdobrada em diversos subprojetos por meio dos quais temas específicos serão investigados. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) completará 16 anos de criação e de processo de implantação no país e o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA) completará 31 anos em 2021. Ambos representam importantes conquistas legais e institucionais na direção da construção de uma cultura democrática e cidadã, pautada por direitos civis, políticos e sociais, colocando em movimento todo um conjunto de grandes transformações na realidade brasileira. No contexto brasileiro em geral, há numerosas iniciativas, tanto públicas quanto privadas, incluindo o chamado “Terceiro Setor”, cuja finalidade consiste em implantar e operar tanto a PNCA quanto a PNAS, que é responsável, em boa medida, pela concretização das propostas para crianças e adolescentes, além das áreas da Saúde e da Educação. Como as entidades assistenciais públicas e as privadas (católicas, evangélicas, espíritas, dos Clubes de Serviço tais como Rotary, Maçonaria, Lions, etc.) estão se articulando ao SUAS e às normativas do ECA? Elas realizaram um processo de reordenamento institucional e se atualizaram, de acordo com as normativas legais? Depois de passados 30 anos de promulgação do ECA (1990), a pretensão consiste em aferir como está sendo realizada a implantação das políticas para crianças e adolescentes na realidade brasileira atual, por meio da análise de documentos, de bibliografia, construindo um arquivo de documentos digitais que consistirá em rico material de base para a confecção de relatórios e de análises, de artigos científicos, comunicações em eventos científicos, contribuindo também para nossa atuação implicada no campo, por meio de assessoria institucional, da participação em conselhos municipais, da formação de educadores sociais, etc. No plano acadêmico, essa investigação oferecerá valiosas informações para aprimorar nossos trabalhos de docência, de supervisão de estágios profissionalizantes, de supervisão de projetos de extensão e de orientação de pesquisas, tanto na graduação quanto na Pós Graduação. Do ponto de vista social, seria possível gerar e fornecer informações detalhadas que poderiam ser úteis para gestores municipais quanto ao diagnóstico da situação da implantação das políticas para crianças e adolescentes, tanto no seu aspecto quantitativo quanto qualitativo, permitindo-lhes maior clareza quanto a quais seriam os principais desafios que teriam que enfrentar, com sugestões de possibilidades de encaminhamento das questões problemáticas. Tudo isso poderia produzir um importante impacto positivo no processo de implantação das políticas para crianças e adolescentes, visando a sua consolidação a partir da perspectiva dos direitos de cidadania de tais sujeitos.

Resumo do Projeto de Pesquisa Temática 2: O Dispositivo Intercessor e a intercessão-pesquisa: transformar para conhecer

Contando com a participação de trabalhadores das políticas públicas de Assistência Social, de Saúde e de Saúde Mental que buscam a Pós-graduação, pretendemos desenvolver, buscar formalizar e operar instrumentalizados pelo Dispositivo Intercessor

(DI) para realizar intercessões-pesquisa nos seus diversos estabelecimentos institucionais de trabalho. Visamos promover transformações na realidade institucional e também produzir trabalhos escritos que possam ser inspiradores para outros intercessores. Com o DI, busca-se tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto à relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, visando à formação de trabalhadores psicossociais.

Quanto aos seus referenciais teóricos, o trabalhador psicossocial ao buscar se posicionar como intercessor seria um profissional que precisa adquirir, necessariamente, uma formação transdisciplinar complexa e ampla. Deverá ser informado pelo Materialismo Histórico Dialético (MHD), avisado pela Análise Institucional (AI), prevenido pela Filosofia da Diferença (genealogia e cartografia) e, sobretudo, precavido pela Psicanálise do campo de Freud e Lacan, para realizar práticas de intercessão norteadas por uma ética que possibilite aos sujeitos se reposicionarem, a partir do tratamento do Real pelas ferramentas do Simbólico, nas conflituosas que atravessam e que os atravessam, promovendo implicação subjetiva e sociocultural. Consideramos que há especificidades que distinguem clínica e política, mas elas podem estar articuladas, sem se anularem ou excluírem mutuamente. No caso dos trabalhadores da área da Saúde Mental, trata-se de situar-se no campo da Saúde Coletiva, visando à construção de uma Clínica Crítica na perspectiva do Paradigma da Atenção Psicossocial (PPS). Os trabalhadores do campo da Assistência Social se localizarão no plano da política pública, instrumentalizados por uma leitura paradigmática que lhes permita atuar de modo a potencializar seus aspectos instituintes e potencialmente revolucionários. Quanto ao modo de efetivação, o trabalho de *intercessão psicossocial* se divide em dois momentos: o DI e o *Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento* (DIMPC). Há diferenças entre, por um lado, o momento da intercessão na práxis institucional em um dado estabelecimento, local de trabalho e de atuação profissional e, por outro, o tempo da pesquisa que, caso venha a ocorrer, será realizada posteriormente. A posição de trabalhador-intercessor numa intercessão-pesquisa diverge daquela do pesquisador clássico e possui outros objetivos. O intercessor-pesquisador visa à produção de subjetividades e de saber na práxis, no contexto do seu trabalho institucional. Num tempo segundo, no caso de um trabalhador que também está produzindo uma pesquisa acadêmica que vai consistir na apresentação e na defesa de uma dissertação ou tese, a teorização seria sobre *sua* intercessão na práxis, não sobre objetos de investigação. O DI tem como objetivo superar a cisão entre pensar/fazer, planejar/executar, decidir/implementar, dicotomias típicas do modo de funcionamento social hegemônico capitalista que divide os seres humanos em pensadores-planejadores-dotados de poder de decisão e de mando e os executores-trabalhadores-tarefeiros que não pensam, perguntam ou participam das decisões. Para tanto, no âmbito da universidade, é preciso problematizar a instituição pesquisa e os modos como ela é realizada, reproduzindo essa cisão entre os intelectuais pensadores e os trabalhadores, que seriam supostamente atóxicos. O DI se pauta pela ética do sujeito, incluindo tanto o ser humano enquanto ator social no plano da política e da história, quanto o sujeito do (desejo) inconsciente, compreendendo suas especificidades. Não é aceitável, na Atenção Psicossocial, que as práticas dos atores sociais promovam formas de subjetividade alienada, adaptada, serializada, pois esse é um aspecto fundamental que uma ética radicalmente cidadã deve questionar e buscar superar.

Os alunos da graduação ligados ao nosso grupo de trabalho do LATIPPSS vêm desenvolvendo pesquisas de IC utilizando a Análise Institucional de papel (Benelli, 2020) e os profissionais trabalhadores das áreas da Saúde, da Assistência Social e da Política Nacional para Crianças e adolescentes (PNCA) ingressam na Pós-Graduação como mestrandos e doutorandos, aos quais proponho que desenvolvam intercessões-pesquisas nas quais buscarão problematizar e formalizar sua própria práxis como trabalhadores (Benelli, 2021).

Temos uma parceria de trabalho entre o LATIPPSS e o Transversalizando Grupo de Estudos e Pesquisas, coordenado pela Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos Universidade Federal do Pará (UFPA), visando à produção de pesquisas e atividades acadêmicas conjuntas, sendo que temos produzido eventos e publicações. Visando à produção de pesquisas e atividades acadêmicas conjuntas, o LATIPPSS está associado à Fundação Analyse Pratique Psycho-Sociale (L'APPS) (Paris-França)³, presidida pelo Dr. Hervé Hubert. Um dos frutos dessa parceria internacional foi a publicação de um livro no Brasil: “Percurso para a análise prática psicossocial - ensaio sobre a transferência social” de Herve Hubert (2022).

Algumas diferentes possibilidades de pesquisa na universidade

Os problemas relativos à pesquisa na universidade e nossa práxis como orientador de trabalhos de pesquisa na graduação e na pós-graduação me levaram a desenvolver uma pesquisa intitulada “Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas” (Benelli, 2019). Nesta investigação, com base na perspectiva proposta pelo Prof. Abílio sobre o Dispositivo Intercessor (DI), por meio de uma ampla revisão da literatura procuramos problematizar a pesquisa na universidade e, particularmente, suas relações com as práticas psicológicas, tomando-a como instituição. Para que serve a pesquisa desenvolvida na academia universitária? Quais seriam alguns de seus problemas principais?

A partir de uma grade teórica e analítica epistemológica e ética, distinguimos um conjunto de modalidades diversas de pesquisas realizadas na universidade: a pesquisa de corte positivista tradicional; a pesquisa-ação baseada no materialismo histórico; as práticas de intervenção psicossocial de matiz pedagógico/psicologizante; a pesquisa-intervenção referenciada na Filosofia da Diferença e a intercessão-pesquisa orientada por uma complexa perspectiva transdisciplinar, enquanto um modo de produzir transformações sociais, atuando no plano microfísico dos estabelecimentos institucionais nos quais o trabalhador está inserido. As relações entre a pesquisa acadêmica e o plano das práticas psicológicas constituem figuras diversas e também são produtoras de efeitos éticos e sociais distintos. Consideramos que esse poderia ser um critério para guiar a escolha por uma ou outra dentre tais modalidades.

A pesquisa tradicional positivista, funcionalista e sistêmica é a *pesquisa SOBRE*, quando se busca produzir conhecimento sobre o outro, tomado como objeto de investigação, de coleta de dados, de intervenção, de modificação, de transformação. É também uma pesquisa *PARA* o outro, que não participa dela, mas que deve aplicar os conhecimentos produzidos pelos especialistas pesquisadores.

A observação participante também é pesquisa *SOBRE*, pois o pesquisador se insere no *CAMPO* onde está localizado o sujeito/objeto, mas ele não é incluído como parte ativa do processo de investigação, de intervenção, de modificação, de transformação.

³ Cf. <https://www.apps-psychanalyse-sociale.com/>

A pesquisa participante ainda é pesquisa SOBRE, mas já é realizada no CAMPO no qual está localizado o sujeito/objeto, incluindo-o como parte ativa do processo de investigação, de intervenção, de modificação, de transformação. Está transitando para a *pesquisa COM*.

A pesquisa-ação já é dialética e é *pesquisa COM*. Ainda há pesquisadores especialistas atuando, por exemplo, no CAMPO e JUNTO a uma determinada comunidade ou estabelecimento localizado num dado território, na busca da compreensão e da construção de soluções dos problemas que afetam essa população. Trata-se de uma liderança intelectual alinhada e que faz opção pelos interesses do polo subordinado da sociedade de classes, a classe trabalhadora empobrecida. Consideramos que as possibilidades da *pesquisa COM* incluem ainda a genealogia, a cartografia, Análise Institucional e a psicanálise do campo de Freud e Lacan.

A pesquisa da própria práxis, que denominamos de *pesquisar-SE*, consiste em tomar como objeto do pensamento, da escrita e de problematização, o próprio ser e fazer enquanto trabalhador situado num dado campo institucional. Trata-se da intercessão-pesquisa, na qual não se estuda outros objetos nem outros sujeitos, não se pesquisa sobre, por, nem para eles, mas se opera *COM* e na práxis. A literatura, composta por documentos e bibliografia é problematizada visando à possibilidade de localização precisa do trabalhador na área de intercessão, bem como na busca de inspiração intercessora para a construção de soluções singulares para os problemas da práxis.

O trabalhador disciplinar se intromete e quer intervir visando governar, educar, tratar, cuidar e curar o outro por meio de práticas moralistas, pedagógicas e terapêuticas. O trabalhador transdisciplinar, precavido sobre a impossibilidade dessa perspectiva, evita a armadilha da impotência e se propõe a interceder junto ao sujeito, que deve ocupar a posição de protagonista, tanto no plano das formações sociais quanto no das formações subjetivas. Na Tabela 1 apresentamos uma síntese na qual buscamos caracterizar duas diferentes modalidades de pesquisa: a pesquisa tradicional fundamentada no dispositivo disciplinar e a intercessão-pesquisa construída a partir do Dispositivo Intercessor.

Tabela 1. Caracterizando duas modalidades de pesquisa: a tradicional e a intercessão-pesquisa

Modalidades de pesquisas	Dispositivo Disciplinar Pesquisa tradicional	Dispositivo Intercessor Intercessão-pesquisa
--------------------------	---	---

1. Objetivo	Pesquisar objetos/fenômenos considerados simples, autônomos, isolados, desconectados, para resolver problemas simples e passíveis de soluções simples e eficazes.	Problematizar a própria práxis para caracterizar problemas na sua complexidade, buscando seu equacionamento complexo, tanto no plano conjuntural quanto estrutural.
2. Estratégia de investigação	Para conhecer os fatos, busca-se aplicar-lhes teorias explicativas que permitam sua compreensão. A teoria é distinta e anterior aos fatos da realidade e pode ser aplicada a eles. A escolha da teoria é aleatória, de acordo com a conveniência do pesquisador.	O conhecimento dos fatos depende da capacidade do trabalhador para interrogá-los e descobrir seu significado objetivo e seu conteúdo, pois conhecer a realidade histórica é um processo de apropriação teórica que consiste em criticar, interpretar e avaliar os fatos.
3. Finalidade	Descrever e analisar objetivamente temas e “sujeitos” e suas práticas/discursos para poder intervir sobre eles e transformá-los.	Construir relatos reflexivos e críticos sobre o próprio percurso de atuação profissional, com seus desdobramentos, implicações, impasses e encaminhamentos.
4. Horizonte	Construir protocolos e modelos exemplares de procedimentos pragmáticos para que outros executem e apliquem no seu trabalho como técnicos.	A práxis singular desenvolvida, ao ser formalizada criticamente, pode operar como sendo “efeitos-demonstração” (GALIEGO; COSTA-ROSA, 2018), podendo ser inspiradora para outros trabalhadores que o desejem
5. Pressupostos epistemológicos	Teoria-problema/teoria-solução-aplicação na prática-resolução efetiva, rápida e imediatista dos problemas.	Práxis como crivo para questionar a teoria e criar outras alternativas para os problemas da práxis.
6. Articulação lógica	Recorte temático, teórico e metodológico arbitrários e descontextualizados caracterizam a investigação, pensamento não dialético, fragmentado, coleção de fatos aleatórios independentes.	A lógica da práxis exige contextualização institucional histórico conjuntural, lógico-histórico-estrutural e paradigmática, determinando as possibilidades de intercessão e de investigação, perspectiva dialética.
7. Formato do texto produzido	Relatório de dissertação ou tese na forma de capítulos sequenciados e contínuos, visando a totalização do conhecimento.	Textos escritos na modalidade de ensaios independentes e dialeticamente articulados, mantendo a abertura não totalizadora.
8. Operacionalidade da perspectiva teórico-metodológica nos textos produzidos	É comum haver desconexão entre a perspectiva teórico-metodológica e os textos escritos sobre o tema/problema, sendo que a primeira não é operacionalizada nas descrições e análises.	Há articulação lógica e necessária entre a práxis e a perspectiva teórico-metodológica e os ensaios representam coerentemente a operacionalização lógica do pensamento crítico.
9. Ética	Desimplicada, objetivadora, neutra, pragmática, utilitarista, eficiência, tuteladora, interlocutora, ação social cuidadora-moralista-pedagógica.	Escuta do sujeito do inconsciente, implicada, politizada, singular, subjetivante, crítica, com valor de uso.

10. Posição quanto ao conhecimento científico	Onipotência do conhecimento científico – opera a partir de uma posição de saber/poder disciplinar.	Consciência quanto às possibilidades e limites da ciência – opera suspendendo a mestria e o saber/poder para que o outro possa ocupar a posição de sujeito, de trabalho.
11. Processo de produção da pesquisa	Confunde o processo de produção da pesquisa com a forma de apresentação linear por meio de capítulos sequenciados.	Distingue o processo de produção da intercessão-pesquisa do modo de apresentação lógico e formal dos ensaios elaborados.
12. Perspectiva teórico-metodológica	Método positivista (pesquisas quantitativas/qualitativas), funcionalismo, sistemismo, fenomenologia, representações sociais, humanistas, behavioristas.	Materialismo histórico dialético (MHD), Análise Institucional (AI), Psicanálise Freud-Lacan, Filosofia da Diferença (genealogia, cartografia).
13. Motivação para escrever	Escreve para orientar e intervir sobre o modo como os outros fazem as coisas, visando assim mudar o mundo por meio de sua intervenção científica.	Escreve para se localizar em sua própria práxis, buscando formalizá-la, visando transformar-se e devir outro enquanto intercede junto aos demais.
14. Motivação para pesquisar	Postura científica tradicional: estuda problemas objetivos que não são seus, para construir recomendações, propostas e soluções para os outros aplicarem.	Lê, estuda e pesquisa para se orientar, para resolver problemas do seu trabalho, escreve para construir soluções para os problemas da própria práxis.
15. Mestria / invenção	Quer ensinar os outros a fazerem a coisa certa, ocupando um lugar de saber/poder e exercendo uma autoridade que diz a verdade. Sabe o que é melhor para os outros e procura orientá-los.	Quer aprender e inventar soluções coletivas criativas e singulares para os problemas da práxis, considerando que elas poderiam ser inspiradoras para outros trabalhadores que se interessassem.
16. Modalidades de conhecimento	“Conhecer para transformar”, perspectiva baseada nas dicotomias teoria/prática e sujeito/objeto, na qual se parte do ensino e visa aprender/conhecer para depois aplicar conceitos e técnicas.	“Transformar conhecendo”, caracterizada pelo conceito de práxis, pretendendo a superação das dicotomias teoria/prática e sujeito/objeto, visando uma transmissão que implique apropriação/apreensão de um estilo ético para <i>operar com</i> na práxis.

Cada uma dessas possibilidades paradigmáticas consiste numa perspectiva ética e teórico-conceitual que poderia ser escrita e apresentada de modo que *forma* e *conteúdo* estivessem adequadamente articulados. A hipótese é que cada modalidade de *pesquisa*, a partir da perspectiva ética e teórica adotada pelo pesquisador, poderia ser apresentada num certo tipo de formato que seria característico. Isso implica que nem toda pesquisa precisaria ou deveria ser apresentada da mesma forma, dada sua política de planejamento, de investigação e de escrita.

Uma pesquisa tradicional – como costuma ser uma pesquisa científica padrão, positivista, funcionalista e sistêmica quantitativa – também é apresentada de modo tradicional, incluindo um objeto e um “problema de pesquisa” claramente delineado. Ela é estruturada de acordo

com um formato padrão e clássico das dissertações e teses redigidas como capítulos articulados num *continuum* lógico: capítulo 1 – teórico-conceitual; capítulo 2 – metodológico e técnico; capítulo 3 - apresentação, análise e discussão dos dados; conclusão com síntese final sobre as soluções encontradas para o problema pesquisado.

A produção da pesquisa tradicional é organizada exclusivamente pelo pesquisador, incluindo seu orientador. A perspectiva adotada poderia ser sintetizada no lema “Conhecer para transformar”. Trata-se de fazer uma pesquisa para encontrar soluções efetivas e cabais para certos problemas investigados, trabalhando com a perspectiva epistemológica chamada de “problema-solução” que poderia ser desdobrada na suposição “problema-unicausal – solução-simples”. Sua base consiste na dicotomia sujeito-objeto tradicional. Dessa cisão decorrem muitas outras: saber-poder, saber-fazer, teoria-prática, ciência-política, ensinar-aprender, mandar-obedecer, governar-ser governado, analisar-ser analisado, cuidar-ser cuidado, proteger-ser protegido.

O pesquisador escolhe um problema e se propõe a estudá-lo, conhecê-lo, para determinar suas causas e assim poder indicar e propor soluções. O investigador é um pesquisador-acadêmico que vai a campo coletar amostras de evidências empíricas quantitativas, informações que serão analisadas estatisticamente, sendo convertidas em dados por meio da utilização de programas de computador, a partir perspectivas teóricas-conceituais funcionalistas ou sistêmicas.

A modalidade de apresentação do conteúdo da pesquisa tradicional segue a forma considerada clássica no contexto científico acadêmico: páginas iniciais protocolares; introdução ou apresentação; capítulo teórico-conceitual; capítulo metodológico, caracterizando a amostra ou os sujeitos envolvidos, explicando quais foram os procedimentos técnicos⁴ para realizar a coleta de dados e formas de análise dos resultados; capítulo da apresentação dos dados de campo, utilizando tabelas, gráficos contendo o tratamento estatístico dos dados, seguidos da discussão e análise, com as inferências que se podem deduzir dos dados analisados; conclusão, com recomendações práticas endereçadas para os trabalhadores da área quanto ao encaminhamento de possíveis soluções para os problemas investigados; referências; anexos.

A intercessão-pesquisa desenvolvida por meio do DI costuma ser apresentada por meio da produção de textos ensaísticos diversos permitem ir problematizando a práxis do trabalhador-intercessor a partir de vários prismas, desdobrando aspectos variados, numa análise constituída por espirais suplementares que lhe permitiriam alinhar diferentes conceitos. Os ensaios podem ser escritos de modo que possam ser lidos de modo independente, embora também possam ser bastante articulados em seu conjunto. Os diversos ensaios

4 Há numerosos procedimentos técnicos que não podem ser confundidos com o que estamos chamando de perspectiva ética e teórico-conceitual, que inclui uma determinada epistemologia aos quais se articula um método de investigação coerente. A “metodologia”, enquanto procedimento técnico mais restrito pode incluir, por exemplo: aplicação de questionários, entrevistas abertas ou dirigidas, observação de campo, observação participante, atendimentos clínicos no consultório, grupos psicoterapêuticos, grupos focais, revisão da literatura (documentos e bibliografia, estado da arte), buscas em bibliotecas e arquivos físicos, buscas e levantamentos em sites da Internet, em bancos de dados digitais de agências de pesquisa, de revistas, em repositórios de dissertações e teses de universidade, etc.

podem apresentar planos e níveis de análises distintos e suplementares que se enriquecem e se complexificam – suplementam, mas não complementam, não completam – sem formar uma totalidade fechada e acabada.

A problematização crítica do conhecimento a partir da práxis como exigência do DI

Por que como trabalhadores-intercessores lemos, estudamos e escrevemos ensaios, já que não temos pretensões prescritivas? É que isso consiste num requisito e uma exigência ética da práxis de trabalho! O saber decantado e cristalizado, coagulado como conhecimento, sob a forma de textos, tem uma função específica e é preciso distinguir os livros-resposta dos livros-problema, tal como os designamos. Há textos bons porque são críticos e há outros textos que são bons para a crítica.

Consideramos que há autores idealistas que escreveram visando ensinar soluções aplicáveis para os impasses e problemas da práxis dos outros. Pode ser que muitos autores, orientados pela perspectiva mais tradicional da ciência disciplinar, tenham escrito com intenções normativas, prescritivas e pragmáticas, desejando que suas propostas, supostamente verdadeiras e universais, sejam implementadas pelos trabalhadores. Se por um lado há todo um conjunto de livros-resposta que seriam bons para a crítica, há muitos outros que são críticos – esses seriam os livros-problemas – e, como são pautados por uma ética que nos interessa, podem ser intercessores para nossa práxis.

Há diversos autores que escrevem deliberadamente para resolver seus próprios problemas. Eles não escrevem necessariamente para se tornarem famosos, reconhecidos ou sequer para ganhar dinheiro. Isso tudo pode ou não acontecer. Um autor poder ser considerado difícil de entender porque ele não escreveu para nós, ele não nos conhecia nem podia imaginar quem ia ler seus textos. E quando lemos um determinado livro, não sabemos o que seu autor viveu, leu, estudou, nem porque ele o escreveu. O livro em nossas mãos fica sem o contexto original no qual foi produzido. Diante do livro, temos apenas nosso contexto existencial e nosso próprio percurso singular de formação, com nossas perguntas e impasses da nossa práxis. Se entendermos que o autor escreveu o livro, essencialmente, porque buscava resolver seus próprios problemas, talvez isso nos ajude a adotar outra posição diante de tais textos, encontrando suas possibilidades intercessoras. Então um livro-problema pode ser um exemplo inspirador, mas sem se propor como modelo (Cardoso & Romagnoli, 2019).

Talvez existam livros-problema e outros que pretenderiam ser entendidos como livros-soluções. O que buscamos num autor e nos seus livros? Respostas e soluções gerais para todo e qualquer problema? Receitas e fórmulas que se apliquem de modo universal em todos os lugares do mesmo jeito? Protocolos de procedimentos pragmáticos, eficazes, efetivos e rápidos, capazes de resolver problemas de modo simples e cabal? E por acaso não é isso mesmo que a ciência disciplinar hegemônica, ilusoriamente, nos promete por meio de um discurso ideológico sedutor?

Os livros-problemas, embora talvez não enunciem explicitamente, incluem a suposição de que o trabalho como práxis exige um ato produtivo singular por parte dos envolvidos, dos trabalhadores que estão atuando na realidade. Esse ato produtivo não se reduz à mera aplicação de procedimentos técnicos pragmáticos, mas trata-se de um saber-fazer que se

consome no ato mesmo de ser produzido por seus atores, apropriado como valor de uso por quem o produz. Esse saber-fazer da práxis, ao menos em parte, pode ser apreendido e explicitado pelo pensamento. Muito embora seja certo que “[...] uma prática não precisa ser esclarecida para operar; é o que se pode deduzir” (Lacan, 1993, p. 20), também é possível, mesmo que parcialmente, dar as razões de tal práxis.

Um exemplo disso pode ser encontrado em Lacan (1998, p. 11), quando na introdução dos seus “Escritos” previne o leitor: “Queremos, com o percurso de que estes textos são os marcos e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si”. A possibilidade de fruir dos escritos de Lacan representa para o leitor que se dedica a eles, uma aventura que exige uma implicação em seu estilo enquanto sujeito singular (Costa, 2014, p. 503).

Quanto à questão de um saber que não faz livro, podemos ler em Deleuze e Guattari (1995) as distinções que estabeleceram entre o livro-raiz, que entendemos como o aquele que exemplifica a cristalização do saber sob a forma do conhecimento representacional e o livro-raiz fasciculada, livro impossível, enquanto puro fluxo de intensidades vivas, que não podem ser capturadas por nenhum tipo de escrita, mas que são absolutamente operatórias no plano da realidade psíquica e social.

O que poderíamos encontrar em livros que não foram intencionalmente escritos para nós e em livros que não pretendem responder pontualmente aos nossos problemas? Talvez possamos encontrar neles perspectivas estruturais e coordenadas conjunturais, debates e problematizações, mapas conceituais, categorias analíticas inspiradoras que poderíamos utilizar para tentar equacionar nossos impasses e problemas da práxis. Embora tais autores não pretendam nos ensinar algo, podemos encontrar nos seus textos ferramentas muito operatórias para o pensamento e para a práxis. Os livros são intercessores e podem ser úteis para nos auxiliarem a nomear e caracterizar impasses, problemas, contextos, cenários históricos, dinâmicas e processos institucionais, aspectos que podem servir para nos orientarmos no nosso campo de atuação.

Na sociedade organizada a partir do Modo Capitalista de Produção, o trabalhador comum está expropriado da posição de produtor de pensamento e reduzido a um técnico tarefeiro, um executor pragmático, a um indivíduo que supostamente trabalharia sem pensar, operando num modo automático, como se isso fosse de fato possível para um ser humano. Se todo ser humano é um sujeito da práxis, não há sujeito trabalhador que não pense enquanto produz suas ações de trabalho. É preciso superar as dicotomias teoria-prática e pensar-agir por meio da categoria existencial de práxis. E a práxis inclui e exige o trabalho do pensamento próprio. A ética da práxis exige que o ser humano ouse saber, atreva-se a pensar por si mesmo, a dialogar, a fazer coletivamente.

O pensamento, enquanto parte da práxis, precisa de alimento, precisa dos livros, do trabalho de estudo e de leitura, da produção, da escrita. Se não é fácil para o trabalhador cavar um tempo de estudos em meio ao seu trabalho explorado, se as práticas institucionais mais comuns não incluem o tempo de estudo e de formação pessoal como parte do tempo de trabalho, esse é um aspecto essencial para que o trabalhador avance para o plano da práxis, driblando a lógica capitalista de trabalho estranhado/alienado, que configura o operário tarefeiro mais comum.

Porque escrevemos e para quem escrevemos

A cultura pragmática contemporânea nos faz perguntar: para que serve, qual é a utilidade prática do que fazemos na chamada pesquisa acadêmica? Por que ler, estudar e escrever dissertações e teses? Para que serve isso? Para ficar depositado na prateleira da biblioteca? Quem vai ler isso que escrevemos? Por que gastar tanto tempo e esforços com estudo e com a produção de textos escritos? Eles serão lidos e aplicados?

Enquanto trabalhadores-intercessores, lemos e estudamos por causa das exigências éticas e requisitos da nossa práxis de trabalho. E por que escrever? Escrever para mim é parte do trabalho de estudar. Eu estudo e escrevo para apreender de modo singular o que desejo saber, premido pelo fato de que não saber me incomoda muito. Escrevo para entender problemas, para poder me orientar. Minha práxis está sempre me colocando problemas aos quais tenho que dar respostas. A leitura consiste na busca por uma inspiração problematizadora para produzir respostas criativas para os impasses da práxis. Escrever me permite tentar formalizar os problemas envolvidos na minha práxis como trabalhador psicólogo clínico localizado na universidade, mas ocupado com as políticas públicas de Assistência Social e com a política dos direitos de crianças e adolescentes, nas quais estou inserido por meio da investigação, da docência, da supervisão de estagiários, da formação de alunos pesquisadores na IC, na formação de mestres e doutores na pós-graduação, da extensão e também participando como membro titular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Assis desde o ano de 2016.

Escrever me permite tentar equacionar problemas, quer dizer, procuro organizar e colocar os problemas de modo formalizado, elaborando-os como fórmulas, como sentenças que fazem sentido, detectando suas coordenadas, buscando estabelecer seus diagramas, seus paradigmas institucionais. Busco assim superar o plano do fenômeno, na direção de alcançar sua formulação precisa e essencial, distinguindo os aspectos secundários dos principais, caracterizando figuras paradigmáticas, com seus parâmetros fundamentais e com os operadores que compõem tais parâmetros. Busco detectar qual é o problema fundamental a partir dos seus determinantes constitutivos essenciais.

Para saber o que temos que fazer numa dada situação institucional, precisamos entender os problemas na sua complexidade. É preciso pensar globalmente os problemas, no plano transdisciplinar, para poder agir localmente de modo singular. O posicionamento ético é central para nos conduzirmos na práxis. A ética da tutela, a da interlocução, a da ação social, a do cuidado compassivo são éticas disciplinares que objetificam o sujeito sobre o qual intervêm os trabalhadores. A ética do sujeito do inconsciente, ética do desejo, pauta intercessões que visam promover o desejar na sua singularidade (Benelli, 2014).

O trabalho do pensamento, o assim chamado trabalho intelectual que inclui leituras, estudos e escrita, visa orientar a práxis, não visa construir modalidades de soluções cabais e gerais que seriam válidas para todos os problemas em qualquer tempo e lugar, sempre do mesmo modo. As soluções têm que ser produzidas na singularidade do caso a caso, na práxis como ação pensada e eticamente orientada, subversiva, transgressora, criativa, instituinte, produtiva.

Busco construir mapas que permitam que eu possa me localizar e me orientar nos diversos campos institucionais nos quais estou implicado. Se tais mapas servirem para orientar e para inspirar outros trabalhadores que se interessem por tais questões, isso muito me alegra. Pretendo pôr discursos outros para circular, procurando incidir no rumo das coisas, discursos problematizadores, questionadores, ideias que possam abrir outros horizontes. Justamente porque as coisas são como estão, é que elas não vão permanecer desse jeito! A história é movimento e transformação! Divulgo textos a partir dessa ambição modesta: a vida poderia ser diferente do modo com que a estamos produzindo. Queremos fazer nossa práxis bifurcar, desviar-se para outras possibilidades, transgredindo os processos sociais capitalistas, buscando sua subversão e a produção de outras sociabilidades e de práticas sociais transdisciplinares.

A universidade pública exige do docente o trabalho de pesquisa, da escrita e da publicação. Ela proporciona algumas condições para tanto, incluindo essa atividade específica de trabalho na carga horária do professor. Essa particularidade não é comum na maioria dos outros locais de trabalho. Na empresa, na escola, na fábrica, na prefeitura, nas lojas do comércio, não há lugar para a leitura, o estudo, a pesquisa, a escrita. Certamente isso torna mais difícil que os trabalhadores inseridos em tais estabelecimentos possam incluir a leitura e a pesquisa, juntamente com a escrita como parte das suas atividades laborais. Também terão, por consequência, mais problemas quanto converter sua prática de trabalho efetivamente em uma práxis.

Porque somos trabalhadores que estudamos? É que o trabalho profissional exige, como parte integrante da práxis, do saber/fazer do trabalhador-intercessor, o estudo da literatura composta pela documentação e pela bibliografia pertinente. É isso que permitirá ao trabalhador-intercessor localizar-se paradigmaticamente, superando o não-sabido histórico e assim poder problematizar sua práxis no estabelecimento institucional, pois ele não pode ser “alienado em relação ao processo de produção do qual participa [...], e por isso mesmo, [...] ser *um agente produtor de subjetividades alienadas*” (Périco, 2021, p. 105). A reflexão epistemológica, aquilo que se chama normalmente de pesquisa, é fundamental como parte do integrante do processo de criar respostas criativas para os problemas da práxis.

Quando o trabalhador-intercessor acessa seus intercessores teóricos-conceituais – por meio de livros, de artigos, de material denominado de “teoria”, de “bibliografia”, ele procura formalizar sua práxis, cotejando-a com a teoria, questionando a teoria a partir do crivo da práxis e buscando também qualificar sua práxis. O estudo da bibliografia, da “teoria” e dos “autores teóricos” é parte integrante indispensável do DI, concretizada nos tempos de operação por meio do DImpc. Não se trata de buscar uma verdade teórica supostamente capaz de ser aplicada visando resolver de modo cabal problemas que são complexos, mas de, incluindo as “teorias” no processo de intercessão, se inspirar criticamente para produzir soluções efetivas locais, singulares e finitas.

Nesse sentido, não há mesmo nada mais prático do que uma boa teoria. Quando é fruto do processo de formalização de uma dada práxis, a teoria é intercessora para esclarecer a práxis do trabalhador. Uma boa teoria não é aquela que ensina e prescreve o que fazer, mas aquela que permite que o trabalhador se localize no campo institucional de atuação e, desse modo, possa fazer escolhas e tomar decisões sobre o que fazer para produzir

soluções para os problemas. Dificilmente há soluções particulares efetivas para problemas que são coletivos.

Conclusão

Uma atitude científica crítica e autocrítica inclui uma análise das possibilidades e dos próprios limites da ciência! Uma contribuição científica crítica pode consistir em procurar juntar os fios soltos e organizar com eles uma trama que permita obter uma compreensão global e sistemática de certos problemas. Tentar equacionar com clareza quais seriam os termos do problema, seus componentes e parâmetros paradigmáticos, por exemplo, já seria uma contribuição importante! Distinguir os aspectos secundários e os essenciais, descrever as características e os processos dinâmicos dos problemas consiste em formular uma equação, explicitando e desdobrando as várias dimensões do problema em sua complexidade. Isso já pode orientar a própria práxis institucional.

Certamente, pode parecer que seria mais fácil – e inclusive, que seria muito pouco – apresentar, discutir, procurar entender e explicar a inteligibilidade lógica dos problemas a partir de certas teorias e perspectivas conceituais de análise, do que explicitar quais são as propostas para o equacionamento das questões em pauta. Se não é fácil propor soluções para problemas complexos – e soluções simples não existirão, já que os problemas são complexos – explicitar problemas mal colocados e opor a eles a precisão de um problema, talvez já seja uma contribuição importante, embora modesta, procurando evitar qualquer atitude onipotente.

Por um lado, parece muita onipotência – mas isso também pode incluir muita ingenuidade –, a pretensão de se buscar resolver, no plano do pensamento (plano teórico), os problemas da formação social (realidade histórica). São os seres humanos, com sua práxis (saber/fazer), que transformam a realidade histórica. Os conhecimentos científicos – que normalmente não se prestam para serem *aplicados* – podem ser tomados como material de *problematização* e podem ajudar na *criação e na invenção de novas respostas* para os problemas. Por sua vez, essas respostas criativas poderiam ser inspiradoras para outros trabalhadores, caso queriam toma-las em consideração. Isso incluirá, necessariamente, a dimensão da política.

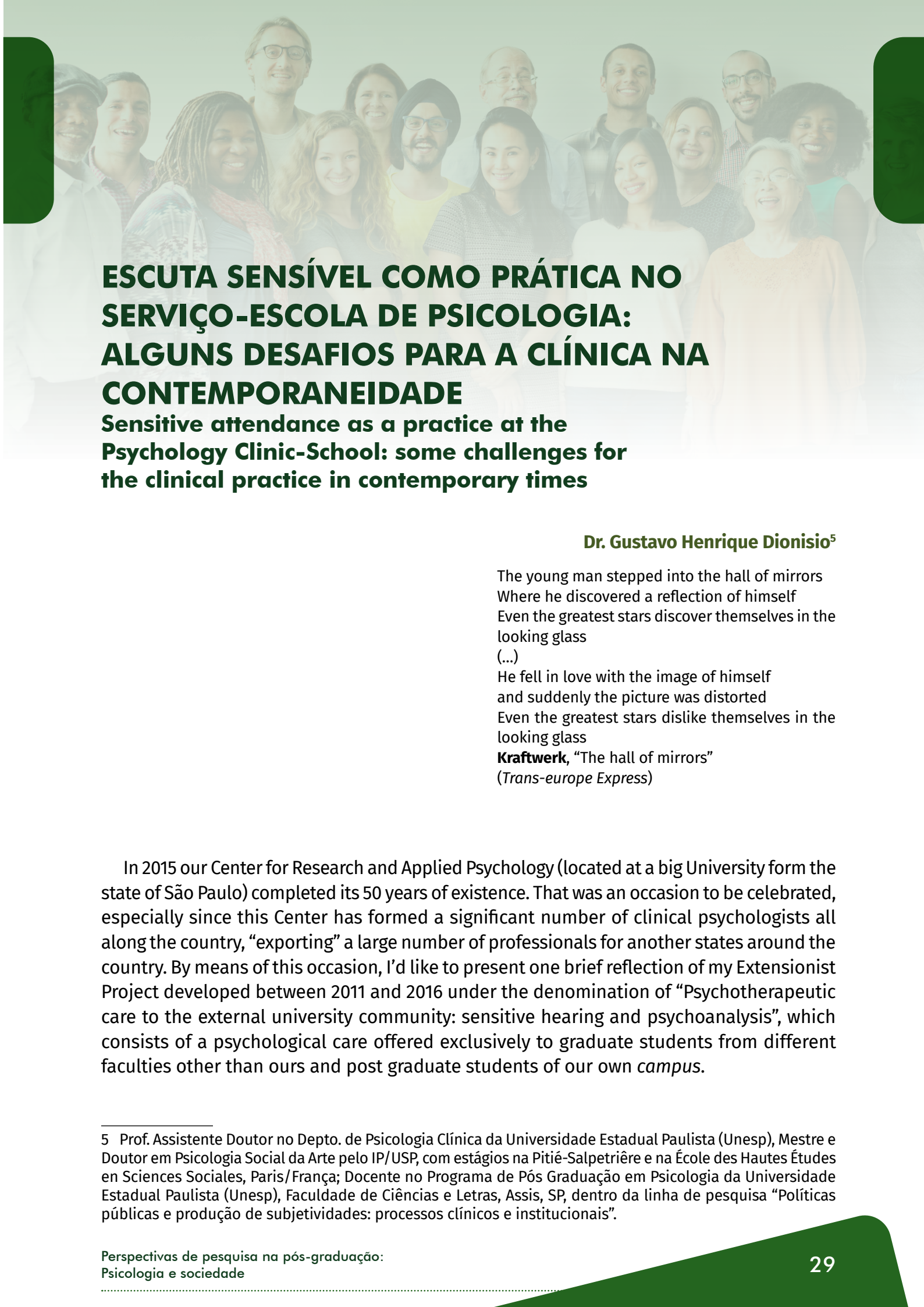
Referências

Benelli, S. J. (2019). As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 269-278.

Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n. spec), 88-120.

Benelli, S. J. (2020). A dimensão institucional na pesquisa e na intervenção. In Lemos, F. C. S. et. al. (orgs.). *Pesquisar com as Psicologias: artesanias e artifícios* (pp. 405-423). Curitiba: CVR.

- Benelli, S. J. (2021). A práxis do trabalhador psicossocial: o Dispositivo Intercessor (DI). In F. C. S. Lemos et. al. (orgs.) *Foucault, Deleuze, Guattari e Lourau: encontros com a arqueogenealogia, esquizoanálise e análise institucional* (pp. 375-400). Curitiba: CRV.
- Cardoso, M. L. M., & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique*, 9(3), 6-25.
- Costa, A. O. (2014). Os tempos da transmissão segundo a lógica de Lacan. *Estilos da clínica*, 19(3), 499-514.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 11-21). Rio de Janeiro: 34.
- Galiego, A. H. B., & Costa-Rosa, A. (2018). Saber e conhecimento: uma reflexão acerca do Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento (DImpc). In R. F. Toledo [et al. ...]. (Orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas* (pp. 265-292). São Paulo: Instituto de Saúde.
- Hubert, H. (2022). *Percurso para a análise prática psicossocial - ensaio sobre a transferência social*. Curitiba: CRV.
- Lacan, J. (1988). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Périco, W. (2021). *Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva*. 246 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



ESCUA SENSÍVEL COMO PRÁTICA NO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA: ALGUNS DESAFIOS PARA A CLÍNICA NA CONTEMPORANEIDADE

Sensitive attendance as a practice at the Psychology Clinic-School: some challenges for the clinical practice in contemporary times

Dr. Gustavo Henrique Dionisio⁵

The young man stepped into the hall of mirrors
Where he discovered a reflection of himself
Even the greatest stars discover themselves in the
looking glass
(...)

He fell in love with the image of himself
and suddenly the picture was distorted
Even the greatest stars dislike themselves in the
looking glass

Kraftwerk, “The hall of mirrors”
(*Trans-europe Express*)

In 2015 our Center for Research and Applied Psychology (located at a big University from the state of São Paulo) completed its 50 years of existence. That was an occasion to be celebrated, especially since this Center has formed a significant number of clinical psychologists all along the country, “exporting” a large number of professionals for another states around the country. By means of this occasion, I’d like to present one brief reflection of my Extensionist Project developed between 2011 and 2016 under the denomination of “Psychotherapeutic care to the external university community: sensitive hearing and psychoanalysis”, which consists of a psychological care offered exclusively to graduate students from different faculties other than ours and post graduate students of our own *campus*.

5 Prof. Assistente Doutor no Depto. de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Mestre e Doutor em Psicologia Social da Arte pelo IP/USP, com estágios na Pitié-Salpêtrière e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/França; Docente no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, dentro da linha de pesquisa “Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais”.

The proposal is based, therefore, on this premise of psychotherapeutic care mainly supported by Freud, Lacan and some post-lacanian authors theories such as S. Leclaire's (1975), E. Porge's (2013), A. Didier-Weill's (2005) and mostly R. Zygouris' (2002; 2012) contributions. As usual, psychoterapeutically speaking, the majority of the sessions occurs weekly, as are the supervising meetings with the participating trainees, which are mainly graduate students.⁶ By 2016, the project have attended* an estimate number of 160 patients in its history, totaling more than 5000 meetings. Our group of trainees is also historically expressive, something around 75 people. At the moment of "contract" with patients, there's no forecast established in advance because its duration is unpredictable, nor is closed the possibility that the patient-student can still be attended after his/her graduation.

Such information is needed in terms of delineate my main question here: what I want to put under the "magnifying glass" is the specific fact that, although the target audience is not the alumni of our *campus*, this activity requires *college students attending college students*; curiously, by the way, the vast majority of people that is searching for the Project come from the Psychology courses that exist in our macro-region (although our project caters to students from other courses, alumni of our own College and Postgraduates, these do not configure the largest patient set of our audience-target). In a brief quantitative raid on the activity, I researched one sample of more or less 100 psychological records ranging from February 2011 to June 2016, in which one can state that the majority of the patients who are looking for us is *female* – and there's no big surprise, because women seems to be more open-minded about doing therapy, at least in our country; in addition, the highest frequency is of patients ranges from 19 to 34 years, as expected. It is also worth remembering that these students belong to private institutions, which means that many of them have to *work to pay* for their own studies.

Young transferences

One must attend to some specific and necessary indications about the concept of *transference* in order to deepen our problem at stake: in the 27th of his *Introductory Lectures to Psychoanalysis*, Freud devoted himself to that concept in a more particular way, trying to circumscribe the proper affective field of projections and identifications that is established in the therapeutic pair, in specially highlighting the construction of the transferential "artifice" in terms of the positioning where the clinician will be placed by the patient. Freud then realized that everything could be easier when transference is eminently positive, so that the resistances would tend to decrease at a point that the subject is able to invest some other - in this case, the analyst - as a libidinal object. In this way, the results of a psychoanalytic treatment should end up being directly proportional to the capacity that the subject possesses in assigning libido at *objects*, plural. However - and here we come finally to Freud's proposition - "we have good reasons to recognize and fear [that] in the magnitude of his *narcissism* [that is, the patient's narcissism], [there is] a barrier against the possibility of influencing him" - Freud is speaking of the patient - "even when faced with the best analytical technique" (Freud, 1996d, p. 405); in other terms, on the patient's side,

⁶ Some post graduate students also participate, now and then.

his narcissism, which is bigger or lower in magnitude as Freud remarked, may jeopardize or even end it in certain situations when the subject assumes, from there, an unconscious position of not being allowed to “suffer” any kind of “influence” by the clinician interventions.

In this sense, it's impossible to disagree with Freud; however, if the transfer ends up requiring some true psychic counterpart, which in the psychoanalytic circle is usually understood by countertransference, both being “the way by which the forgotten, the repressed, the cleaved can take effect, must be effected by mediation of another”, as Pontalis (1983, p. 53) warns us, what should we think about the narcissism of those who are practicing? If it is, truly, one amount of emotions, images, desires and symptoms that can leave us not only surprised but also “*siderés*” (*Ublüffung*), as Alain Didier-Weill (2005, p. 224) once argued, what can we think about the *counterpart of narcissism* from those who are in the armchair, e.g., not in the couch? This is the main question that project has required me to face.

Stalemates at clinical stake

The first incentive for the creation of our project was the increasing presence of Unesp former students in the city (Assis, witch is a small city at São Paulo state), and, secondly, the number of private college courses that have been growing there in recent years; the most importante finding here is that many of these students would not be able to pay for psychological support, even wanting to. Our service is, therefore, free of charge. Trainee students have the following tasks: 1) to publicize our activities at the city colleges - basically through some posters but mainly through the old “word of mouth”; 2) to apply the work of listening/hearing patients, throughout the college calendar, in the number of one or at most two people, according to the exigence; 3) to report their sessions in our group integration of supervision. We found one interesting data from this: most people that search for us comes from an indication of someone who is already being assisted in the project. This is what I would call the *first time of transfer*.

The repertoire of patients' complaints is relatively extensive, and it does not take long for them to become actual *stalemates* (Dionisio, 2016), which are equally varied and, unfortunately, intensified. Here comes a “working-through list” with the main problems perceived:

1. affective impoverishment in relationships - in terms of dating or friendship, added to isolation and depression that in many cases arises therefrom; sexual problems also appear in here, like dysfunctions or by some more general motive of dissatisfaction with the sexual intercourse itself; we also heard cases with sexual abuse happened in childhood;
2. outbreaks resulting or not from drug abuse, and in some cases followed by suicidal thoughts and concrete suicide attempts;
3. a suffering that comes from homophobia felt inside and/or outside the family context, as well as situations that refer to gender/sexism violence; in addition to this, there is an expressive increase of religious intolerance. We could verify that some of these subjects became victims of concrete physical violence;
4. sleep disorders such as insomnia or recurrent nightmares and dreams of distress;

5. one variety amount of fears, phobias with and “without object” (as the panic syndrome, for example);
6. a considerable frustration with their own choices, either because of an inability to do it or because of the difficulty in maintaining them;
7. it is also perceptible a number of problems that comes simply from the increased poverty that is taking more and more place in Brazil, specially since the Brazilian political Coup against Dilma Rousseff in 2016;
8. a sense of helplessness towards other people, in a sense of an extreme difficulty in establishing lasting bonds, which leads to the absence of significant or reliable affective relationships;
9. finally, I also hear a certain “desertification” of desire, a dryness that leads us to think of a psychic condition closer to the order of necessity, having a certain “anomie” of desire as the only contribution to sustain itself. “Mental anorexias” could be an adequate term for that, which in my opinion translates a “nothing to say” or “nothing to think about” behavior; in short terms, it is one constant nothingness presence that “nothing seals”, phenomenon that will or not act to the body as psychosomatic disorders. This hypothesis has taken place in the sense of a “gross or grave neurosis”, as we have been debating at the supervision classes; it would basically consist of a symptomatic mosaic that does not allow to designate the psychic structure “specialization”, that is, whether it is hysteria, phobia, or obsessional neurosis, for example; but I don’t see a considerable psychotic trend in here, which would let us think of borderline disorders.

It is worth mentioning another curious fact regarding these cases: almost half of them had already searched for some kind of therapy before arriving at us, and on many occasions they did it in our own College Centre (CPPA). Even so, and although their psychological distress seems to have been manifested relatively early, they often come to us “a little bit late”; such a picture brings to mind a context of an “extreme situation”, in which the psychic basis are very close to collapse. Problems related to college choices, accompanied by questions about autonomy and transition to a definitive independence, almost ordinary in this stage, all indicate the surface of a greater magnitude problem, functioning as a first and superficial shield against psychological breakdown, certainly more serious. However, even they arrive a bit late, I could say that they are not *too* late, which forces us to keep alive the idea of working through.

Discussion, some conclusions

After all, this is a *delicate* practice that depends mostly on transference relationship. Even though psychological suffering may not be the same among attendants and attended, other similarities are very evident as to their present-procedural condition: *both are college students still in process of formation*, in order to experience some kind of anguish (*Angst*) that is certainly similar. Now, if “countertransference always comes first”, as Zygouris (2012)

once pointed out, the payment of the transfer account can be divided, since it is not only the patient who transfers but it is also the therapist who chooses, more or less unconsciously, what position he/she will be placed towards the patient, and, with that, how he/she will also be affected by him/her... In this sense, it is not difficult to measure how this directly interferes at counseling, specially on the greater or lesser disposition that the trainee is up to listen to certain contents, an amount of speech that perhaps he/she would prefer to “escotomize”.

Just as in any work that is defined as a psychoanalytical support, our sensitive listening depends absolutely on transference; however, the specificity of this context implies at least two levels, as suggested by Zygoris (2002). First, which we would name *vertical*, is characterized by the “supposition of supposition of savoir”, that is: paraphrasing Lacan, my hypothesis is that the patient who seeks our service (school) supposes an assumption of knowledge, not a “direct” knowledge per se, as it would be in a “common” practice; the second, *horizontal*, presupposes the emergence of the most varied crossings, possible inversions, intersections between attendant and attended: everything we could call countertransference.

There is nothing really new here, but every (good) psychoanalyst knows that we are supposed to indicate the obvious because sometimes it is repressed (recalcado). In this way, I believe that the clinical emphasis shall be directed to the *bondind* dimension that, as Zygoris also proposes, is nothing but human, i.e., independent of any kind of theory. If, after all, we are inserted within a field in which asymmetry is necessarily present, here it operates in a very problematic way, since we must admit that, if on one hand horizontality can allow a more direct contact between the therapeutic pair, what should be translated into a greater “understanding” of the problems at stake, on the other hand it also carries certain obstacles, since the city of Assis is small and the people end up crossing each other with undesired frequency - mainly because they are in similar age range, then, many similar (social) interests.

And besides this possibly strong identification, there is also the amount of trainees’ own distresses. A “super insecurity” takes the scene at various times, transcribed usually as anxiety or anguish when they put themselves in the armchair. This feeling, it is worth noting, is not due to a “therapeutic furor”, but mostly to a big internal demand to be “correct” - as far as possible - given the fear of causing more pain to the patient. This position, which is *ethical* above all else, makes one wonder: to what extent do patients accept or even withstand the errors of a young practitioner? Here lies a high-demand point: it’s not uncommon that the patients treated are a little beyond the trainees hearing capacity... Which is absolutely normal and even expected.

We can finally arrive at what I intended to circumscribe about these “young transferences”: by this expression, I aim to clinically suggest that we are facing not only the youth of the involved, but above all the fact that the transferences at stake are equally young, inaugurated in the very first proper relation between clinician and attendant. Thus, in order to listen to anything, trainees must, in my opinion, renounce “a big part of their own narcissism”, as Freud once said, which consists at least of some elaboration of this narcissistic representation that is preserved, above all, with the choice of being a psychologist/psychotherapist. In other words, I believe that this is directed to the particular narcissism that runs in the veins of

the college knowledge, which Lacan was able to formalize by means of a discourse. There goes the first renunciation to do: the (phallic) knowledge and its will to universalize.

However, for now it must be recognized that those demands put forth by our school patients, that is, the whole set of stalemates seen before, is far from being classified as of “ordinary neurosis”. Given this situation, I would say that the support in a “no-knowledge” (*non-savoir*), and not in a “supposed knowledge” as thought by Lacan, can promote a privileged condition for these therapists who are just about to graduate: once “condemned” to that kind of “amorphous” condition, I understand that trainees attendants can withdraw from there, precisely, their listening potential since they are not authorized to “counsel” – i.e., a quite common practice at psychology university colleges.

Finally, as I hope it may be noted, here lies an effort to underline what I could name as a primordial clinical training that could work as a sort of initiation at the Psychologic School-Services, something would even serve as a first essay towards analytical listening practice, and which would open up a list of possibilities for any clinical work considered to be minimally sensitive. After all, I think that University can still be particularly open to experimental practices – as soon as they are obviously protected –, and also taking into account a certain way of psychoanalytic transmission. Here experience can function as initiatic in the best sense of the word, it is the baptism that establishes the “very first clinic” of the clinical practice of most of us therapists.

For now, it should be better understood what seems to be the sensitive listening that I’m pointing at: in few words, it is a practice in which “every session is a session” – what is obvious but necessary to declare –, in the same way that each patient demands one singular listening, one particular transference, i.e., it is an exigence of a position that I would call *aesthetic*. It is not different from a practice supported in detail as Freud taught us with his (non-clinical?) text on Michelangelo’s Moses; in my opinion, this activity can lead students to visualize and understand the unsuspected insistence of the signifier (Lacan), the rupture of discourse that forces a “colonization” of the real by the symbolic field. What seems to be only possible since we accept some death of narcissism, inner impulse of totalizing knowledge which every human being keeps “repressed”.

In other words, for this sensitivity to gain some ground, extreme caution must be exercised over transference, since the “frontiers between an arbitrary, hypnotizing suggestion and the other one in the service of ‘psychic work’ can be porous”, as Eric Porge (2013, p. 49) warns us. After all, the diagonal irreducibility of the transference-countertransference axis implies that we may never escape this circuital return unless we mediate it by the relativization of narcissism, as I have tried to propose in this paper with the “horizontal dimension of transference”. In these terms, as E. Porge indicates, *availability* is a necessary clinical condition: it is a radical opening “to the listening demands and to the listening itself”, which in its turn meets “the value of patience, very often underestimated”. “This availability is not a gift, it is a disposition, that is, a position of the analyst who separates, differentiates, discerns” (Porge, 2013, p. 54).

In “The construction of the analytic space” (1990, pp. 51-2), Serge Viderman gives us the flashing image of two headlights spinning in the opposite direction, which could summarize what I have been trying to define about the transferential relationship: it is when they

intertwine that we feel the moments of greater brilliance – what is somehow reached in our project at the Clinic-School practice.

References

- Didier-Weill, A. (2005). *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Dionisio, G. H. (2016). “Jovens transferências”, ou do narcisismo (primário) das enormes semelhanças. In J. Birman, L. Fulgêncio, D. Kuperman, & E. Cunha. (Orgs.). *Amar a si mesmo e amar o outro: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea* (pp. 192-201). São Paulo: Zagodoni.
- Fédida, P. (1989). *Comunicação e representação*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1996a). *Estudios sobre la histeria*. In S. Freud. *Obras Completas* (v. II, pp.29-260). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1899.
- Freud, S. (1996b). *Sobre la psicoanálisis silvestre*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XI, pp.221-228). Buenos Aires, AR: Amorrortu, Trabalho original publicado em 1910.
- Freud, S. (1996c). *Introducción del narcisism*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XIV, pp.71-98). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1994.
- Freud, S. (1996d). *Conferencias introdutórias a psicoanalisis*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XV, pp.11-422). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1915-6.
- Leclaire. S. (1975). *On tue un enfant: un essai sur le narcissisme primaire et la pulsion de mort*. Paris, FR: Seuil.
- Pontalis, J.-B. (1983). *Entre le rêve et la douleur*. Paris, FR: Gallimard.
- Porge, E. (2013). O inapanhável objeto do savoir-faire na análise. *Estudos de Psicanálise*. 40(1), pp. 49-61.
- Viderman, S. (1990). *A construção do espaço analítico*. São Paulo: Escuta.
- Zygouris, R. (2002). *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta.
- Zygouris, R. (2012). *Psicanálise e psicoterapia*. São Paulo, SP: Via Lettera.



MATERNIDADE E HERANÇA PSÍQUICA

Dra. Mary Yoko Okamoto⁷
Dra. Thassia Souza Emidio⁸

Introdução

A atualidade apresenta uma diversidade de possibilidades e lugares sociais ocupados pela mulher. A partir de um longo processo histórico e de luta, muitas transformações ocorreram: a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a conquista do direito ao divórcio, a criação da pílula anticoncepcional que viabilizou o controle da natalidade e levaram a uma participação mais ativa das mulheres na vida pública, acarretando transformações nas famílias e nos vínculos entre os membros, bem como nos olhares que são destinados à experiência de ser mãe.

Donath (2017) coloca que a vinculação entre o feminino e a maternidade foram construídas a partir da ideia de um único percurso possível para a vida e satisfação da mulher através da maternidade, que se relacionava à vida conjugal e à manutenção do casamento. Esse caminho construído, apesar dos processos de transformações que tem ocorrido na sociedade, se mantém ativo, no campo de um ideal de maternidade a ser atingido e que norteia as experiências vividas pelas mulheres no vínculo com seus filhos.

Foi a partir do século XX que pôde-se perceber o início de um processo de rompimento e desconstrução da vinculação entre a identidade feminina e a maternidade. Mansur (2003) coloca que esse processo possibilitou o acesso à modernidade, onde as mulheres puderam ocupar um lugar de sujeito de desejo e que buscassem o protagonismo de seu desejo. Porém, grande parte das pesquisas e reflexões tecidas acerca da maternidade, apontam para as dificuldades enfrentadas ainda hoje pelas mulheres em seus percursos, pois mesmo que se apresente um leque de possibilidades para além da maternidade, existe no imaginário

7 Doutora em Psicologia Clínica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Pós-doutoranda em Psicologia - Universidade de São Paulo/USP. Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Vincularidade - LAPSIVI/CNPq.

8 Doutora em Psicologia, Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Vincularidade - LAPSIVI/CNPq.

social uma idealização da maternidade, como um valor pessoal e social, bem como um espaço de reconhecimento vinculado à identidade feminina.

Badinter (2010), Donath (2017) e Santos, Miranda e Belo (2020) colocam que a despeito da introdução de várias funções que foram agregadas ao papel da mulher na sociedade, a maternidade manteve-se como uma exigência, onde além da dedicação a outros campos, espera-se que as mulheres continuem gerando filhos e cuidem da educação destes de modo desmedido e idealizado, evidenciando um cenário de contradições, onde o trabalho, os estudos e a vida social também aparecem como ideais de realização pessoal, vinculados à autonomia feminina.

Na atualidade, tem se configurado modos distintos de relação das mulheres com a maternidade: existem mulheres que não desejam serem mães, outras que desejam exercer uma maternidade dentro dos padrões construídos, ou ainda, casos nos quais a escolha pela maternidade entra como um dos – últimos - itens de uma longa lista de realização pessoal.

Badinter (2010, p.154) coloca sobre a relação com o filho na atualidade: “A criança é sinônimo de sacrifícios, de obrigações frustrantes, ou mesmo repugnantes, e talvez de ameaça à estabilidade e felicidade do casal”, e os filhos passam a ser planejados para nascer somente após a conquista de outras ambições pessoais, povoando a lista das realizações como algo que precisa ser adiado, uma vez que após o seu nascimento haverá a necessidade de dividir tempo e investimento com outros campos importantes na vida dos pais. A partir desse olhar, pode-se pensar que a maternidade na atualidade tem se apresentado como um ato pautado na ideia de “ter um filho” como algo do campo do objeto a ser consumido, de uma meta a ser atingida dentro das listas construídas nos projetos traçados para uma vida.

Nesses diversos modos de se relacionar com a maternidade percebe-se nos discursos femininos, como apontado em pesquisas realizadas por Mansur (2003); Donath (2017); Emidio e Gigek (2019); Emidio e Castro (2021) a presença de um conflito, de uma dificuldade das mulheres de se relacionarem com a maternidade e com toda idealização em torno dela e das demandas decorrentes deste ideal materno que acabam por gerar conflitos que podem ser pensados como geradores de uma crise identitária ligada à essa vinculação intrínseca entre o feminino e a maternidade.

Nesse sentido, percebe-se que há uma questão importante a ser debatida ao se pensar em tais dificuldades, ou seja, como elas se ligam a esse lugar do feminino e da maternidade a partir da leitura de Kães (2001; 2003; 2011) sobre o sujeito do grupo, da herança da transmissão psíquica e sobre as alianças inconscientes? Como compreender essa crise identitária ligada à essa vinculação intrínseca entre o feminino e a maternidade, à luz dessa leitura do sujeito do grupo, do sujeito herdeiro inscrito em uma genealogia social e familiar?

Neste capítulo pretendemos refletir sobre estas questões, produzindo uma articulação entre os estudos produzidos sobre a maternidade e as discussões sobre o sujeito do grupo, transmissão psíquica e alianças inconscientes, desenvolvidos por Kães.

A constituição de vínculos: transmissão psíquica e as alianças inconscientes

O campo teórico da psicanálise dos vínculos e dos grupos concebe a existência de um psiquismo grupal e supõe a existência de três espaços psíquicos, uma vez que desenvolve conceitos teóricos visando a compreensão de um aparato psíquico vincular, isto é, das configurações grupais, sejam o casal, a família ou grupos e instituições. Assim, podemos apontar que o grupo possui um aparato psíquico próprio e Kães (2017), autor que propôs estudar o aparelho psíquico grupal, diferenciou e articulou tais espaços psíquicos: o espaço intrapsíquico, o espaço intersubjetivo e o espaço transubjetivo. Cada um deles apresenta peculiaridades e representações próprias, constituindo os pilares do psiquismo grupal.

O espaço intrapsíquico compõe o espaço psíquico do sujeito singular, composto com os objetos internos, fantasias e representações, organizando os desejos e as defesas, ou seja, remete ao mundo interno.

Por sua vez, o espaço intersubjetivo constitui o espaço do encontro entre os psiquismos envolvidos entre dois ou mais sujeitos. A constituição desse espaço se faz através da presença dos sujeitos e demarca a alteridade de um em relação ao outro e pressupõe a existência de um conector, o qual estabelece a ligação entre os psiquismos. Para Kães (2011), esse é o espaço psíquico próprio da configuração vincular e consiste no reconhecimento da existência de no mínimo dois espaços psíquicos próprios e diversos, ou seja, um espaço partilhado pelos sujeitos formados e ligados entre si por suas ações recíprocas.

Por fim, o espaço transubjetivo refere-se ao mundo externo, o contexto partilhado entre os sujeitos num determinado momento histórico e refere-se à relação do sujeito com o contexto social mais amplo no qual está inserido – instituições, nação, cultura, religião. Este espaço concede as marcas culturais necessárias para o estabelecimento do pertencimento a um lugar, um grupo, uma etnia, dentre outras marcas importantes para que o sujeito possa sentir-se pertencente a um grupo, uma história, uma genealogia e um lugar a partir do qual e no qual estabelece relações. Tal espaço concede as marcas necessárias para a sustentação do pertencimento e da configuração identitária, remetendo o sujeito à uma origem em comum com o seu grupo e seu lugar.

Kães (2017, p.18) aponta que para a constituição das famílias, os sujeitos se ligam entre si e com os conjuntos, utilizando diversas

formas de identificação, mediante ressonâncias fantasmáticas, investimentos pulsionais convergentes ou divergentes, complexos que formam as matrizes de vínculos entre seus objetos internos, representações e significantes que lhes são comuns.

Freud apontou, em sua obra, a questão que envolve o outro na constituição psíquica do sujeito singular bem como sua inscrição em uma cadeia intersubjetiva e intergeracional, no qual ocupa o lugar de um elo, um beneficiário de conteúdos de uma cadeia que o antecede, do qual é o herdeiro. Tal questão aponta para a transmissão psíquica geracional, a qual contribui para a continuidade e perpetuação da família ao longo do tempo, permitindo a manutenção do grupo e dos processos que o constituem geracionalmente. Ao se pensar a respeito da transmissão psíquica que ocorre entre as gerações de uma família, uma das questões que se coloca refere-se aos conteúdos transmitidos, as modalidades de transmissão além da função psíquica cumprida por tal processo.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913) discute que a questão da herança da humanidade se coloca por meio da ideia da culpa e dos interditos que são transmitidos a partir da organização dos primeiros tabus. Os tabus e os interditos que regem as relações sociais são colocados como algo transmitido à humanidade desde tempos primevos. A transmissão é pensada por Freud por duas vias distintas: uma pela via da cultura e da tradição, onde o suporte é o aparelho cultural e social que garante a continuidade de geração em geração e uma outra que é formada pela “parte orgânica” da vida psíquica das gerações anteriores, que se tornaram parte do inconsciente.

Posteriormente, em 1914, na obra *Sobre o narcisismo: uma introdução*, o autor discute a existência de algo que nos precede quando coloca que o sujeito vai apoiar-se no narcisismo da geração anterior. Nesta obra Freud coloca que o sujeito do inconsciente se divide entre ser um fim para si mesmo ou se constituir para um sujeito do conjunto. Freud (1914, p.157-158) coloca:

Se considerarmos a atitude dos pais afetuosos para com os filhos, temos e reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, há muito tempo abandonado. (...)A criança realizará sonhos de desejo que os pais não executaram; o menino será um grande homem, um herói em lugar do pai; a menina desposará um príncipe como tardia recompensa para a mãe(...) O amor dos pais, tão comovente e no fundo tão infantil, nada mais é que seu narcisismo que acaba de renascer e que apesar da sua metamorfose em amor objetal, manifesta inequivocamente sua antiga natureza.

Nesta obra, Freud (1914) pontua que através do filho, os pais retomam antigos desejos e que seus investimentos contribuem para prescrever seu lugar na história familiar, representando os anseios, desejos e projetos construídos pelos pais e que permeiam os processos de constituição do indivíduo. A família e a retomada do narcisismo dos pais constituem uma herança, algo que nos precede. Desde sua concepção, a criança é inscrita no espaço e no imaginário familiar, sendo requerida para compartilhar os enunciados dos ancestrais como forma de assegurar a continuidade da família e de sua identidade.

Käes (2011) forneceu alguns complementos para essa discussão e aponta que o elemento central que se evidencia, tanto no espaço intrapsíquico como no espaço do vínculo, é o equilíbrio econômico entre o narcisismo, e a tendência original de ceder uma parte de sua libido para um objeto externo. Para o autor, esta obra de Freud (1914) apresenta os fundamentos narcísicos da transmissão entre as gerações, denotando que os narcisismos (dos pais e da criança) se apoiam mutuamente, e reitera que o sujeito do inconsciente está dividido entre ser um fim para si mesmo, e constituir-se como sujeito do grupo.

Ao discutir sobre a herança, Freud (1914) aponta que esta não pode ser recebida passivamente, mas sim por um processo de apropriação, a tradição não se apresenta como uma maldição para a vida do sujeito, mas como algo que exige que este se constitua como sujeito para herdá-la, a transmissão é simbólica, e nesse processo, não existe processo psíquico que uma geração seja capaz de ocultar a geração seguinte, desta forma, Käes (2001,p.56) coloca: “não há nada que seja abolido e que não apareça, algumas gerações depois, como enigma, como impensado, ou seja, como signo do que não pôde ser transmitido na ordem simbólica”.

A partir dessas reflexões dos textos freudianos, Kães (2001, p.11) coloca que para pensar a questão do sujeito do grupo, a transmissão é central.

(...) inaugurando um discurso e uma prática de ruptura radical, nesse lugar psíquico em que é levado a se pensar como sujeito tanto de uma herança como o do desvio que ele introduz naquilo que recebe dos pais. Em duas oportunidades encontraremos sob sua pena o aforismo que Goethe coloca na boca de Fausto ao instruir seu aluno: *“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista para fazê-lo teu”*: isso porque o sujeito da herança está dividido entre a necessidade de ser um fim para si mesmo e o de ser o elo de uma cadeia à qual está sujeito sem a participação de sua vontade, mas a qual deve servir e da qual pode esperar tirar benefícios.

Kães (2001) considera que a transmissão psíquica nos coloca diante da ideia de que o sujeito é precedido por mais de um outro. O sujeito do grupo é para o autor, o sujeito da herança presente nos textos freudianos e este se constitui como sujeito do inconsciente segundo duas determinações convergentes: o funcionamento inconsciente no espaço intrapsíquico, e a exigência do trabalho psíquico, imposta à psique devido a sua ligação com o intersubjetivo, por sua subordinação aos conjuntos – família, grupos, instituições, entre outros. Segundo o autor *“é muito provável que as formações inconscientes sejam transmitidas pela cadeia de gerações e dos contemporâneos”* (Kães, 2001, p.12). Nesse sentido, o grupo precede o sujeito e a subordinação ao grupo funda-se na inelutável rocha da realidade intersubjetiva. O ser humano é sujeito de um conjunto intersubjetivo antes mesmo do seu próprio nascimento.

O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e nos mantêm como servidores e herdeiros de seus *“sonhos de desejos insatisfeitos”*, de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias (Kães, 2001, p.13).

Kães (2001) aponta também, que o sujeito do grupo, tem nos grupos precedentes uma fonte de investimentos e de sustentação. Uma vez que os grupos também realizam ações psíquicas que sustentam o recalcamiento das representações, a supressão dos afetos, e a renúncia pulsional. Para o referido autor, não existe psique humana sem que essas ações psíquicas ocorram, e somente com essas condições ele pode utilizar a linguagem e a fala da geração precedente. Em síntese, a existência do sujeito está subordinada à realidade intersubjetiva.

O autor reitera ainda que o sujeito do grupo não é sujeito de um único grupo, nele coexistem vários espaços psíquicos intersubjetivos, que lhe são transmitidos psiquicamente e que ele herda de diferentes formas, sendo que é por intermédio desses grupos que são transmitidas as formações do ideal, as referências identificatórias, os enunciados míticos e ideológicos, os mecanismos de defesa, os ritos.

Para Kães (2001, p. 13), a subordinação do sujeito ao grupo constitui a *“rocha”* do espaço psíquico intersubjetivo, perfazendo a pré-história que insere o sujeito ao conjunto intersubjetivo de origem, tecido antes mesmo do seu nascimento. Essa é a matéria psíquica que funciona como sustentação e manutenção na matriz de cuidados e investimentos, estabelecendo lugares, oferecendo a rede de proteção bem como de ataque, instrumentos que permitem o estabelecimento de limites e dos interditos que fundamentam o grupo.

Portanto, outro conceito fundamental e articulado é o de alianças inconscientes, que trataremos posteriormente.

É a partir dessa herança que ele deverá subjetivar-se, dando sentido ao seu próprio desejo e assumindo o seu lugar. Kães (2001) coloca que o material da vida psíquica é algo que pode ser transmitido e essa transmissão pode ocorrer por um processo intrapsíquico ou intersubjetivo. A transmissão intrapsíquica se relaciona aqueles conteúdos que são transportados de uma instância a outra do aparelho psíquico. Já a transmissão intersubjetiva possui como espaço originário o grupo familiar, o grupo que o precede, abrangendo relações de diferença e complementaridade entre os sujeitos. Tanto o movimento intrapsíquico quanto o intersubjetivo determinam a constituição do sujeito do inconsciente.

Com relação a dimensão intersubjetiva da transmissão, Kães (2001) coloca que devemos levar em conta em sua análise, três importantes aspectos: as formações intersubjetivas primárias, como os apoios recíprocos, os investimentos narcísicos e as exigências de separação, que possibilitam a criação do espaço e dos vínculos intersubjetivos; o espaços e os vínculos que se organizam no conjunto intersubjetivo; e o complexo de Édipo, que torna possível a diferenciação entre os sexos e as gerações, fator organizador das relações de desejo a partir da apresentação de alguns interditos.

Esses aspectos colocados por Kães (1998) apontam para a importância da retomada da história familiar e do contexto social na compreensão daquilo que é transmitido, do que é herdado e enfatiza que nosso destino é sermos herdeiros da humanidade, dos grupos que nos precedem. Para o referido autor somos precedidos por determinações culturais, linguísticas e corporais, transmitidas de geração em geração, das quais nos apropriamos, e que o autor denomina de *transmissão intergeracional*. Além disso, são transmitidos conteúdos que habitam o inconsciente, e que muitas vezes levam nossa vida a tomar direções influenciadas por conteúdos anônimos e inacessíveis ao controle, a *transmissão transgeracional*.

A transmissão intergeracional se relaciona ao conteúdo que é transmitido e pode ser elaborado e Granjon (2000) reitera que é pela via da transmissão psíquica intergeracional que é possível que cada geração se localize diante das gerações que antecederam inserindo o sujeito em uma cadeia, em um grupo. É pela via desse processo que é possível, a partir da apropriação de seu legado, construir sua subjetividade.

A transmissão transgeracional é aquela onde não foi possível a elaboração do que é transmitido. Segundo André-Fustier e Aubertel (1998, p.134), “é constituída de elementos brutos, não elaborados, transmitida tal qual, oriunda de uma história lacunar, marcada por vivências traumáticas, de não ditos, de lutos não elaborados”. A transmissão transgeracional, segundo Granjon (2000) é aquela em que o herdeiro não pode se beneficiar das modificações que levam à integração psíquica, o prefixo *trans* traduz aquilo que é passado sem possibilidade de transformação, sem diferenciação.

Nesse sentido, Kães (2001) nos aponta para um impulso de transmitir como um imperativo inconsciente do qual depende a sobrevivência da espécie humana, mas que também eventualmente é permeado por uma urgência em interromper a transmissão, como quando

esta se torna fonte de desprazer e de sofrimento, quando se vê invadido por forças de heranças violentas, nas quais se torna impossível uma elaboração do legado transmitido.

Correa (2003) coloca que as mudanças nos sistemas de transmissão psíquica e socioculturais, como também suas fissuras, colocam a polaridade negativa da transmissão em primeiro plano, aquilo que fica oculto, os não – ditos atravessam gerações na dimensão da transmissão transgeracional. Nesse sentido, percebemos que quando marcada pelo negativo o que se transmite é o que não pode ser contido, o que não pode ser inscrito no psiquismo dos pais e é depositado na criança: os lutos, a vergonha, a falta, as doenças, os objetos desaparecidos. Assim, podemos dizer que a transmissão se liga especialmente ao que fica como um enigma, ao que envolve falhas no processo de simbolização, ao que não pode ser representado.

O conteúdo transmitido geracionalmente constitui-se na pré-história do sujeito, perfazendo os mitos e a história do grupo familiar, e de acordo com Kães (2005), é marcado em sua essência, por configurações de objetos, ou seja, objetos que carregam seus vínculos estabelecidos com os outros que precederam o sujeito, assegurando assim, as “continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, as formas e os processos de conservação e complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações, pensamentos de certezas” (KÄES, 2005, p. 128). Tais conteúdos determinam e carregam conteúdos tecidos no espaço intersubjetivo e ao longo das gerações, responsáveis, portanto, pela manutenção da vida e da preservação da tecelagem grupal.

Nesse caminho, Paiva (2006) coloca que considerar os processos de subjetivação implica uma análise dos traços que lhe foram transmitidos, tanto no grupo social ao qual pertence, quanto com relação ao grupo familiar, e que é a partir dessas intersecções das redes sociais em que o sujeito se insere que este pode constituir sua subjetividade, com base nas heranças recebidas nos diferentes momentos históricos vivenciados. A apropriação do legado social familiar apresenta-se como um desafio para o sujeito.

De acordo com Kães (2005), a transmissão psíquica que perpassa as gerações e os membros da família efetua-se através das alianças inconscientes. Para o autor, o conceito é fundamental considerando que a constituição dos vínculos só ocorre através do estabelecimento de acordos inconscientes impostos ou mutuamente contraídos, que por sua vez estabelecem os conteúdos comuns e compartilhados, bem como aqueles não tolerados. As alianças são contraídas tanto nos vínculos intersubjetivos como nos transobjetivos, perfazendo o entrelaçamento entre os membros dos grupos, famílias e comunidades. Além disso, organizam e caracterizam a consistência dos vínculos que se estabelecem entre os sujeitos nos variados grupos.

As alianças requerem o estabelecimento de determinadas operações, tais como o recalçamento, a negação ou recusa, e da rejeição ou foraclusão (Kães, 2005), requeridas para a constituição do vínculo bem como sua manutenção.

Cada vínculo organiza-se, assim, *positivamente*, sobre investimentos mútuos, identificações comuns, sobre uma comunhão de ideais e crenças, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos. Cada vínculo e cada conjunto organizam-se, também, *negativamente*, sobre uma comunidade de renúncias e sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições e recalques, sobre um “deixar de lado” e sobre restos (Kães, 2005, p. 133)

Cabe salientar que as alianças são contraídas nos eixos sincrônico e diacrônico, apontando que o seu estabelecimento pode ser contraído entre sujeitos que compartilham o mesmo tempo como também em conteúdos que compõem a herança psíquica geracional. Kães (2014) apresenta quatro modalidades de alianças: as alianças estruturantes (primárias e secundárias), as alianças defensivas compostas pelos pactos denegativos, as alianças alienantes e as alianças ofensivas.

Devido aos objetivos desse capítulo, abordaremos o contrato narcísico – aliança estruturante primária – e os pactos denegativos. O contrato narcísico é uma aliança estruturante primária, concebido pela psicanalista Piera Aulagnier (1975), perfazendo uma das primeiras alianças contraídas pelo sujeito. É através dele que ocorre a inscrição do *infans* na parentalidade e no grupo, inserindo-o na família e assegurando os investimentos narcísicos destinados a cada membro que surge no agrupamento familiar. Portanto, o sujeito ocupa o seu lugar assegurado enquanto o portador de uma missão, de ideais e valores compartilhados entre os membros do grupo e destes com o mundo social. É justamente através deste contrato que ocorre a transmissão dos conteúdos geracionais, inserindo o sujeito em sua dupla finalidade apontado por Freud (1914), como um fim em si mesmo e como um elo na cadeia geracional. Além disso, constitui o ideal de ego compartilhado, permitindo ao sujeito identificar com seu grupo e vice-versa, cumprindo com sua tripla função: assegurar a origem, a conservação do grupo familiar e garantir aos novos membros um lugar assegurado.

Por outro lado, o pacto denegativo compõe uma aliança defensiva, sendo responsável pela organização de defesas com base no contrato de renúncia de satisfação plena e imediata das pulsões, que ameaçam a vida em conjunto, conforme apresentado por Freud (1913). É através de seu estabelecimento que se organizam as defesas necessárias para a resolução dos conflitos tanto na dimensão intrapsíquica quanto intersubjetiva, visando a manutenção do grupo, cumprindo, assim, sua função de metadefesa, garantindo a manutenção dos sujeitos e do conjunto no qual estão inseridos. Trata-se de um pacto numa crença em comum, protegendo o conjunto da desilusão ou mesmo do luto diante das ameaças que podem colocar em jogo esses conteúdos compartilhados.

Kães (2011, 2014) considera as alianças inconscientes organizações metapsíquicas, cujas formações e funções servem de enquadramento para a vida psíquica dos sujeitos singulares que funcionam como um “pano de fundo” e apoio (Kães, 2011, p. 20) da psique individual e entre essas e os enquadramentos sociais mais amplos, tais como os culturais, políticos, religiosos. As falhas nessas funções afetam a organização e o desenvolvimento da vida psíquica dos sujeitos.

De acordo com Kães (2016, p. 221) as alianças inconscientes “garantem o fundamento do pertencimento ao conjunto e uma parte das identificações dos sujeitos, o apoio da fala de certeza e a legitimação de sua função do Ideal etc”.

Nessa perspectiva, para Kães (2001) o processo de subjetivação se dá a partir dessa compreensão do campo intersubjetivo, no qual o sujeito se apropria, de sua própria subjetividade, na matriz intersubjetiva. Deste modo um “Eu” surge a partir de um “Nós”. São as alianças psíquicas inconscientes que fornecem a base de uma realidade psíquica que liga um sujeito ao outro constituindo um vínculo intersubjetivo.

A maternidade como herança psíquica

Ao considerarmos a maternidade e seu lugar na família e na sociedade, vemos, assim, no percurso histórico da mulher uma formatação dos processos de subjetivação feminina atravessada pelo papel de procriadora natural. Segundo Badinter (2010) esse processo de construção do amor materno como um valor intrínseco ao feminino também se deu devido à tendência de associar este afeto ao corpo feminino e à sua capacidade de gerar um filho. Porém, essa tendência que olha o cuidado feminino como algo natural tem perpetuado o lugar socialmente delegado às mulheres: o do cuidado com a família e do exercício da maternidade. Deste modo, a mulher é colocada no lugar de “rainha”, “gestora” do lar, servindo ao sistema (re)produtivo (Braga et al., 2020).

A vinculação entre o feminino e a maternidade, segundo Badinter (2010) ainda reverbera no olhar destinado às mulheres na atualidade, e apesar de circular a ideia de liberdade de escolha feminina, que estas podem escolher se serão ou não mães, há ainda, uma propagação de discursos e promessas que reforçam esse lugar sacralizado da maternidade e a vinculação idealizada das mulheres com a maternidade como um destino natural. Donath (2017) coloca que o discurso neoliberal promove o discurso de uma “nova maternidade”, na qual a mulher dos dias de hoje pode ter acesso a uma maternidade supostamente mais livre, marcada pelo livre-arbítrio da escolha pessoal.

Garrafa (2020, p. 57) discute a noção de maternidade como vocação, que sustenta que a mulher “livre” pode escolher pela realização da maternidade, pois aí estaria sua autêntica vocação. Este olhar coloca a mulher contemporânea no campo daquele que é capaz de exercer múltiplas atividades ao mesmo tempo, que consegue resolver as questões do ambiente doméstico e laboral com competência e praticidade pois isso é algo de sua vocação.

Gonzaga e Mayorga (2019) apontam que a reificação da figura mulher-mãe não ocorre com o homem-pai, baseada no conceito de que a mulher só pode atingir a completude através da maternidade, reafirmando a ideia mítica e idealizada da maternidade. No entanto, as autoras apontam que tal conceito é resultante de uma longa construção histórica alicerçada no patriarcado e legitimada pelo discurso biológico, igualmente responsável pela naturalização da procriação.

Tal projeto identitário precede a mulher e a maternidade ocupa o ponto central de tal projeto, definindo a subjetividade feminina seja pela sua realização ou negação. Na história da colonização de nosso país, tal processo é resultante da imposição dos valores e discursos baseados no patriarcado, principalmente sobre as mulheres de origem não-europeia, como as indígenas e as negras, de maneira compulsória e hierárquica e exigindo de todas as mulheres, independentemente de sua origem cultural, que ocupem o lugar de submissão e abnegação associado à identidade feminina. Dessa maneira, a maternidade se constitui num projeto político que mantém os homens no lugar de dominação hierárquica, controlando a subordinação feminina.

Essa idealização da maternidade gera, muitas vezes, um bloqueio para que as mulheres possam olhar para as ambivalências existentes, sendo capturadas pelo ideal do amor materno e passam então a buscar traçar percursos de vida que atendam a esse ideal, abandonando outros projetos e outros caminhos, para ocuparem exclusivamente o lugar materno.

Também nesse movimento de busca de atender a esse ideal, muitas mulheres se decidem pela experiência da maternagem por meio de uma “maternidade especializada”, em que seu vínculo com o bebê é marcado por protocolos, regras e rituais construídos socialmente que visam padronizar a maternidade. Nesse cenário, a impossibilidade de viver sentimentos de insatisfação ou frustração gera sofrimento emocional nessas mulheres, que se veem presas a essa herança, sem conseguirem encontrar caminhos para sua elaboração.

Deste modo, se consideramos que a constituição do espaço vincular é um espaço psíquico constituído a partir de uma matéria específica mobilizada nas relações entre seus membros, podemos pensar no conceito de alianças inconscientes apresentado por Kães (2017), em que o autor coloca que estas são primordiais para a construção deste espaço, uma vez que o vínculo é a base desse processo. O vínculo é então uma formação intermediária, um espaço intersubjetivo no qual os sujeitos partilham, trocam em ações recíprocas, e é neste espaço que os vínculos se instalam.

Assim, os espaços plurisubjetivos se organizam por meio da relação do sujeito com o contexto social mais amplo em que se relaciona (as instituições, a nação, a cultura e a religião), concedendo as marcas culturais necessárias para a construção do pertencimento aos grupos, às funções sociais, aos lugares identitários.

Considerando esses apontamentos, podemos então entender que a maternidade e o papel feminino na sociedade estão arraigados nesse espaço transubjetivo. Deste modo, o sujeito pensado como sujeito da herança (Kães, 2001, 2011) recebe os conteúdos transmitidos ao longo da vida psíquica familiar e da história, e estes passam a compor seu processo de subjetivação, construído no campo da intersubjetividade. As mulheres então recebem essa herança de uma genealogia familiar e social sobre o “ser mulher” e este, como vimos, ao longo do tempo, foi sendo composto de maneira imbricada ao ideal de maternidade.

Podemos considerar então que o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade se liga a conteúdos transmitidos geracionalmente, que estabelecem lugares, funções e é sustentado pelo estabelecimento de alianças inconscientes, sendo fundamentais para a manutenção dos vínculos ligados a interesses comuns e para a manutenção de modos de investimentos ligados aos ideais dos grupos. Deste modo, o legado social e familiar apresenta-se na relação da mulher com a maternidade e nos permite também pensar nos processos de transformação que vem ocorrendo na atualidade.

As mulheres que rompem com esses percursos herdados, que produzem novos sentidos para estes, rompem de certo modo uma cadeia geracional e com acordos estabelecidos por meio das alianças inconscientes. Essa ruptura tira as mulheres de um lugar socialmente constituído e colocado no campo do investimento dos grupos, recaindo sobre elas a culpa e as dificuldades e incompatibilidades de negociações identitárias.

Essas dificuldades se ligam a uma construção de identidade alicerçada durante séculos de história e conservada e transmitida pelas famílias e grupos sociais, e, muitas vezes impedem que as mulheres ocupem outros lugares, construam outros percursos, para além da maternidade. Nesse caminho, é importante ressaltar que as diversas transformações e possibilidades que se apresentam para as mulheres hoje, necessitam ainda de negociações

internas e intersubjetivas, pois não foram ainda incorporadas ao tecido social, refletindo ainda em conflitos de identidade que levam ao sofrimento e à sobrecarga das mulheres.

Deste modo, entendemos que o processo de elaboração dessa herança psíquica que envolve a relação entre o feminino e a maternidade aponta para a necessidade de uma rede vincular que apoie e sustente essa transformação em um processo de desidealização da maternidade, que pode então olhá-la como plural, múltipla e diversa, algo constituído e transformado pelas experiências vinculares que também se transformaram e se transformam ao longo do tempo.

Considerações Finais

As mulheres são inseridas na instituição da maternidade por suas próprias mães e são socializadas através de conteúdos discursivos que exaltam a mãe como única figura feminina confiável; ao mesmo tempo que não se reconhece a exploração e violência física e mental vivida, tal qual é prevista no sistema de gênero. Assim, são herdeiras de um mandato histórico, conformado numa identidade feminina idealizada, um mito social sobre o ser mulher que ao mesmo tempo que são transmitidas e compõem essa experiência de ser mulher na atualidade, evidenciam a urgência em romper essa transmissão, vivenciando uma metabolização dessa herança, onde seja possível elaborar esse conteúdo a partir dos atravessamentos dessas transformações do papel da mulher na sociedade, criando possibilidades de revolver conflitos relacionados ao papel de mãe e a uma crise identitária que se apresenta nesse conflito entre o feminino e a maternidade da atualidade.

Além de uma herança, a maternidade traduz-se no lugar ocupado pela mulher na sociedade, perfazendo uma aliança inconsciente contraída enquanto uma garantia de manutenção do tecido grupal e intersubjetivo, portanto, seu rompimento resulta em crises para o conjunto que o contém, fato que dificulta ainda mais a elaboração de um projeto diverso para as mulheres. Assim, cumpre destacar que a manutenção de tais alianças alicerça não somente o lugar e os investimentos sobre a mulher, mas igualmente dos homens e dos gêneros, demonstrando os arranjos valorizados socialmente e, conseqüentemente, nas famílias.

Nesse sentido, considera-se que se trata de uma crise identitária que entra em choque com essa herança recebida, sendo importante se olhar para as mães em suas experiências de sofrimento, em busca de uma sociedade mais acolhedora para a mulher e que permita que essas se relacionem com as dificuldades e prazeres que a maternidade apresenta. Tal fato é essencialmente delicado no cenário de um país como o nosso, cujos valores estão intensamente alicerçados numa visão conservadora e religiosa, dificultando a flexibilidade para repensar diversidades de arranjos possíveis.

Referências

André-Fustier, F., & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In A. Eiguer et al., *A transmisión do psiquismo entre generaciones: enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 129-179). São Paulo: Unimarco.

Aulagnier, P. (1979). *A Violência da Interpretação – do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.

Badinter, E. (2010). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.

Braga, I. F., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2020). História do presente de mulheres durante a pandemia da COVID-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. *Revista Feminismos*, 8(3), 190-198. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459/23919>

Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.

Correa, O. B. R. (2000). *O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* (Marina Vargas, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Emidio, T. S., & Castro, M. F. (2021). Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(1), e221744.

Emídio, T. S., & Gigek, T. (2019). Elas não querem ser mães: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 11(2), 186-197.

Freud, S. (1996). *Totem e Tabu*. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (J. Salomão trad., v. 13, pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., v. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).

Garrafa, T. (2020). Primeiros tempos da parentalidade. In Teperman, D.; Garrafa, T.; V. Iaconelli. (Orgs.) *Parentalidade* (pp. 55-69). (Coleção Parentalidade & Psicanálise). 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Gonzaga, P., & Mayorga, C. (2019). Violência e Instituição Maternidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.spe 2), e225712,59-73.

Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. R. Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17- 43). São Paulo: Escuta.

Käes, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Käes, R (2005). *Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Käes, R. (2011). *Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo* (L. Rouanet, Trad.). São Paulo: Loyola.

Käes, R. (2014). *As alianças inconscientes*. (L. Cazarotto, Trad.) São Paulo: Ideias & Letras.

Käes, R. (2016). A ideologia é uma posição mental específica. Ela nunca morre (mas se transforma). *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 207-224.

Käes, R. (2017). *O aparelho psíquico grupal*. São Paulo: Ideias & Letras.

Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher singular no plural*, São Paulo: Casa do Psicólogo.

Santos, M. R. G., Miranda, J. J., & Belo, F. R. R. (2020). Idealizações e prescrições psicanalíticas acerca da maternidade em Chodorow: um debate atual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189015. Epub 11 de maio de 2020. doi:[10.1590/1982-3703003189015](https://doi.org/10.1590/1982-3703003189015)



PESQUISAS PSICANALÍTICAS EM INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS: APONTAMENTOS E EXEMPLOS

Dr. Rodrigo Sanches Peres⁹

Introdução

A disciplina científica criada por Sigmund Freud e desmembrada pelo próprio em uma modalidade terapêutica, um método investigativo e um sistema teórico (Freud, 1923[1922]/1996) atingiu notável difusão ao longo dos anos 1900 nos mais variados meios, embora tenha encontrado resistências importantes em alguns deles. Nas instituições universitárias, essas resistências emergiram, ao menos inicialmente, devido à qualidade pós-paradigmática decorrente da originalidade epistêmica da Psicanálise, como bem observou Rezende (2000). É interessante mencionar, aliás, que, em muitas oportunidades, Freud defendeu que a Psicanálise faria parte das disciplinas científicas chamadas, à sua época nos países de língua alemã, de “Ciências da Natureza” (*Naturwissenschaft*).

Não obstante, Mezan (2007) esclarece que atualmente os saberes científicos se organizam segundo outros critérios, o que legitima a inclusão da Psicanálise no rol das Ciências Humanas e Sociais. De qualquer forma, ainda há quem questione a cientificidade da Psicanálise. Ocorre que esses questionamentos desconsideram que os procedimentos de uma ciência não podem ser impostos à outra, e também que a Psicanálise possui consistência interna, apresenta arcabouço teórico-metodológico compatível com os princípios gerais do universo epistemológico em que se insere, além de que é suficientemente flexível para ser modificada em consonância com novas descobertas, pelo que preenche todos os requisitos de uma disciplina científica (Sisson & Winograd, 2010).

Sendo assim, nas últimas décadas inúmeras e diversificadas pesquisas psicanalíticas vêm sendo desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros (Fonteles, Coutinho, & Hoffmann, 2018). Portanto, as instituições universitárias têm contribuído para a manutenção

⁹ Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade Estadual Paulista. Membro do Grupo de Trabalho “Psicanálise e clínica ampliada”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

e para a renovação, no século XXI, da disciplina científica inaugurada por Freud, e isso se traduz em ganhos mútuos, acompanhando Chatelard e Portela (2021). Quando recebi o convite para redigir um texto para o presente livro, pensei, então, que seria interessante ilustrar algumas possibilidades de utilização da Psicanálise em pesquisas acadêmicas. Muitos autores já se dedicaram a empreitada semelhante, desde ângulos específicos, como o leitor poderá constatar consultando as coletâneas publicadas recentemente por Pinheiro, Peres e Cordeiro (2022), Almeida e Naffah Neto (2020) e Fulgêncio, Birman, Kupermann e Cunha (2018).

Neste capítulo optei por uma proposta que considero original, devido à sua articulação em torno de um objetivo duplo. Dessa maneira, em primeiro lugar, apresentarei e discutirei aqui a tipologia idealizada pelo psicanalista e professor universitário brasileiro Fabio Herrmann para a classificação de pesquisas psicanalíticas. Em segundo lugar, buscarei, através de exemplos, descrever sucintamente minha própria trajetória como pesquisador-psicanalista na área da saúde. Sem qualquer pretensão de exaustividade, creio que, com essa proposta, poderei proporcionar um conciso vislumbre da potência da Psicanálise em prol da produção do conhecimento, reconhecendo o pluralismo contemporâneo que a caracteriza nas esferas da teoria, da clínica e também da pesquisa (Dreher, 2008).

Antes de prosseguir, considero necessário informar que tanto em minha dissertação de mestrado (Peres, 2004) quanto em minha tese de doutorado (Peres, 2008) foram abordadas dimensões emocionais do processo saúde-doença a partir de dados coletados mediante técnicas projetivas. Os instrumentos assim denominados são voltados à sondagem de operações mentais profundas conforme a concepção do funcionamento psíquico estabelecido pela Psicanálise (Chabert, 2004). E, posteriormente, os dados coletados foram analisados com o apoio do referencial teórico da Psicossomática Psicanalítica, em ambos os casos em apreço. Porém, penso que seria indevido enquadrá-los, ao menos à luz da tipologia herrmanniana, como pesquisas psicanalíticas.

Na realidade, entendo que tanto minha dissertação de mestrado quanto minha tese de doutorado são emblemáticas de pesquisas clínico-qualitativas. Afinal, em concordância com Turato (2000), as pesquisas desse gênero não se agrupam, a rigor, sob a rubrica das pesquisas psicanalíticas, mas se beneficiam da Psicanálise no tocante à coleta e à análise de dados para explorar experiências humanas complexas em *settings* de saúde. Mais precisamente, ainda para o referido autor, o pesquisador, em pesquisas clínico-qualitativas, deve, frente aos participantes, adotar uma atitude de acolhimento respaldada nos princípios básicos da técnica psicanalítica, bem como pode se amparar em conceitos psicanalíticos para compreender aspectos psicodinâmicos dos dados¹⁰.

Desenvolvimento

Herrmann (2004a) sublinhou que a propagação da Psicanálise no meio acadêmico – nacional, em particular – levou à consolidação de, pelo menos, três gêneros de pesquisa psicanalítica, a saber: teórica, empírica e clínica. O primeiro, como sua nomenclatura antecipa,

¹⁰ Um detalhamento sobre outras particularidades das pesquisas clínico-qualitativas ultrapassa o escopo deste capítulo, mas pode ser encontrado em Turato (2003).

se ocupa de conceitos psicanalíticos, preferencialmente considerando-os em movimento, ou seja, explorando as relações que podem ser (re)descobertas entre eles. Para o autor, as pesquisas psicanalíticas teóricas estão estabelecidas há mais tempo nas instituições universitárias brasileiras e, por esse motivo, se encontram mais sujeitas a redundâncias temáticas, problema esse que pode ser contornado a partir do foco em conceitos que fomentam a expansão do raio de ação da Psicanálise, nas diversas direções que o mesmo comporta.

Já nas pesquisas psicanalíticas empíricas busca-se, fundamentalmente, avaliar a eficácia da Psicanálise como modalidade terapêutica através de dados coletados em situações controladas e submetidos a análises estatísticas. Herrmann (2004a) defende que esse segundo gênero se alinha a asserções positivistas e, assim, pode incorrer em algumas arbitrariedades, sobretudo porque determinados efeitos das sessões de análise dificilmente se prestam a quantificações. Não obstante, o autor alerta que a valorização das pesquisas psicanalíticas empíricas reflete, por um lado, a centralidade da linguagem matemática no paradigma científico moderno e, por outro lado, a existência de uma relação nostálgica com certa tecnicidade que atravessava a clínica psicanalítica em seus primórdios.

O terceiro gênero exige uma explicação mais pormenorizada, para que se evite mal-entendidos. Isso porque Herrmann (2004a) designa como pesquisas psicanalíticas clínicas aquelas que se valem do método investigativo psicanalítico para o exame da psique – individual ou social – e, por conseguinte, voltam-se a dados oriundos de uma variedade de fontes, e não apenas do dispositivo de tratamento psicanalítico tradicional, em contraste com o que uma leitura mais superficial poderia sugerir. Logo, o vocábulo “clínica”, quando empregado para caracterizar, no quadro da tipologia herrmanniana, um gênero de pesquisa psicanalítica, não alude ao local de procedência dos dados, e sim à maneira como pesquisador-psicanalista os encara. Em outras palavras, o método investigativo psicanalítico, nesta acepção, seria uma forma de pensamento, ou, ainda, uma perspectiva de mundo (Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo, & Aiello-Vaisberg, 2014).

Outros dois esclarecimentos são necessários. Um deles para realçar que Herrmann (2005) cunhou a expressão “clínica extensa” para referir-se a um movimento que abrange, por um lado, a expansão da Psicanálise como modalidade terapêutica para além dos consultórios e, por outro lado, o resgate do método investigativo psicanalítico na exploração de fenômenos sociais e obras artísticas¹¹. Essa segunda vertente se justifica considerando-se que a psique, por meio das múltiplas roupagens que pode assumir, não se expressa somente em sessões de análise. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (Freud, 1901/1996) não deixa dúvida quanto a isso. Aliás, Herrmann (2004b) observou que em mais de dois terços dos escritos freudianos não são examinados dados derivados da clínica psicanalítica, como se nota em *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930[1929]/1996) e *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen* (Freud, 1907[1906]/1996), para citar apenas dois exemplos.

Também cumpre assinalar que, para Herrmann (2017), o método investigativo psicanalítico é colocado em marcha pela interpretação, concebida pelo próprio como uma interposição

11 É válido mencionar que pesquisas com essa proposta são chamadas por alguns autores de “pesquisas psicanalíticas extra-clínicas” (Dockhorn & Macedo, 2015).

de sentido resultante da descoberta, em qualquer manifestação humana, de possíveis significações latentes. Consequentemente, certas interpretações culminam em prototeorias a serem aprofundadas, ao passo que outras, ultrapassando os limites de uma mera “aplicação”, desembocam em teorias já existentes e fornecem elementos, ainda que pontuais, para a revisão de seu alcance. De um modo ou de outro, uma interpretação não resulta do emprego canônico de teorias, bem como não deve ser confundida com uma sentença interpretativa, termo com o qual o autor denomina as intervenções verbais empreendidas pelos psicanalistas durante as sessões de análise para se comunicarem – inclusive, mas não apenas a respeito de suas interpretações – com seus pacientes, com enfoque fundamentalmente explicativo e linguagem direta (Herrmann, 1993).

Cabe acrescentar que, conforme Herrmann (2001), a operacionalização da interpretação – e, com efeito, do método investigativo psicanalítico – pode ser desmembrada em dois momentos. O primeiro deles demanda do pesquisador-psicanalista uma atitude de disponibilidade receptiva e consiste na realização de sucessivas leituras não-seletivas dos dados, pelo que remete à atenção flutuante adotada pelos psicanalistas nos consultórios para se eximirem de prejulgamentos e não imputarem importância particular a conteúdos escolhidos *a priori* dentre aqueles veiculados por seus pacientes. Já o segundo momento, complementando o primeiro, exige uma receptividade ativa por parte do pesquisador-psicanalista, para que ele possa fazer emergir significações latentes dos dados e, então, venha a construir uma via de compreensão norteada pela apreensão da lógica inconsciente que os sustenta.

Conclui-se, portanto, que a tipologia herrmanniana não se ampara na distinção – habitual a nível nacional e internacional – entre “pesquisas *em* Psicanálise” e “pesquisas *sobre* Psicanálise”, e, assim, se revela mais inclusiva. Popularizada em Programas de Pós-Graduação brasileiros nos anos 1990, essa distinção passou por alguns refinamentos, como aquele recentemente proposto por Campos (2021). Mas, a meu ver, seu pressuposto leva a crer que apenas as chamadas “pesquisas *em* Psicanálise”, por serem desenvolvidas com dados advindos de sessões de análise, mereceriam ser reconhecidas como pesquisas “verdadeiramente” psicanalíticas, o que implica na desvalorização do fato de que o método investigativo psicanalítico não se restringe ao dispositivo de tratamento psicanalítico tradicional.

É preciso mencionar que a referida desvalorização costuma ser justificada pela assertiva freudiana de que, em Psicanálise, há uma conjunção entre pesquisa e tratamento (Freud, 1926/1996). Contudo, Dreher (2008) adverte que, com tal assertiva, Freud apenas procurou realçar que a qualquer psicanalista compete investigar a fundo o funcionamento psíquico de cada um de seus pacientes, e que, ao fazê-lo, invariavelmente algo de novo se aprende. Essa elucidativa contextualização confere respaldo não apenas à tipologia herrmanniana, mas também às formulações de autores que, mais recentemente, tem se posicionado de modo contrário à limitação das pesquisas psicanalíticas à clínica psicanalítica. Como exemplos nesse sentido, pode-se citar, no país, Dockhorn e Macedo (2015), Fonteles, Coutinho e Hoffmann (2018), Mendes e Paravidini (2020) e Coelho e Cunha (2021).

Considero importante antecipar que as pesquisas psicanalíticas que tenho desenvolvido e orientado podem ser enquadradas¹², com base na tipologia herrmanniana, como teóricas e clínicas. Posto isso, saliento que boa parte de minhas pesquisas psicanalíticas teóricas foi consagrada a conceitos da Psicossomática Psicanalítica. O objetivo de uma delas foi a apreciação das formulações de Pierre Marty e Joyce McDougall sobre possíveis determinantes psicológicos de enfermidades orgânicas (Peres, 2006). O texto sublinhou divergências significativas entre tais autores, os quais, vale frisar, se sobressaem como grandes expoentes da referida corrente teórica. Contudo, uma convergência relevante foi circunscrita: para ambos, a emergência de sintomas físicos é potencializada por uma marcante restrição da capacidade de elaboração psíquica, sendo que o adoecimento eventualmente resultante de tal condição deve ser encarado como uma manifestação desprovida de valor simbólico.

O foco de outra pesquisa psicanalítica teórica que empreendi foi a discussão de dois conceitos forjados por Marty: “pensamento operatório” e “desorganização progressiva” (Peres & Santos, 2005). De acordo com o principal argumento sustentado com base nesses conceitos, muitas vezes o surgimento de enfermidades orgânicas – graves, sobretudo – está associado a um apagamento de toda a expressividade de ordem mental e/ou a um movimento contra-evolutivo intenso a ponto de promover a dispersão dos elementos psíquicos anteriormente estruturados. Tal argumento, cumpre assinalar, não subscreve qualquer espécie de reducionismo psicológico, pois parte do princípio de que a unicidade mente-corpo faz do homem um ser psicossomático por definição. Logo, sugerir que determinadas formas de adoecimento são “psicossomáticas” – em detrimentos de outras – constituiria um embuste.

Igualmente me ocupei do conceito de “psicose atual”, um dos mais intrigantes acréscimos de McDougall ao vocabulário psicanalítico sendo que, na pesquisa psicanalítica teórica executada com essa finalidade, recorri a um diálogo com as artes plásticas e com a literatura (Peres & Santos, 2010). Essencialmente, a linha de raciocínio explorada culminou na proposição de que, embora a teorização freudiana postule que os afetos podem apenas ser convertidos, deslocados ou transformados, há, conforme a autora, um quarto destino pulsional. Se atingido, esse quarto destino pulsional enseja uma pulverização dos afetos sem qualquer espécie de compensação psíquica, reduzindo-os à sua pura expressão somática. E isso é justamente o que ocorreria na psicose atual, compreendida como um quadro psicopatológico complexo, que leva o corpo a se comportar de forma delirante e, assim, constitui fator predisponente para enfermidades orgânicas graves.

Mais recentemente, orientei duas pesquisas psicanalíticas teóricas que discutem as formulações de Sándor Ferenczi acerca da interface entre o funcionamento psíquico e o funcionamento somático. A conclusão de uma delas é que os derradeiros aportes ferenczianos para a compreensão dos movimentos regressivos associados a processos traumáticos convergem, em seus aspectos centrais, com certas inovações teóricas estabelecidas décadas

12 Em algumas das pesquisas citadas neste capítulo, tal enquadramento é retrospectivo, tendo em vista que está sendo feito explicitamente apenas aqui. Isso porque algumas delas foram publicadas antes do meu primeiro contato com a tipologia herrmanniana, ao passo que, em outras, não a citei porque não seria possível apresentá-la de modo adequado devido ao espaço disponibilizado para o respectivo texto no veículo de publicação. Contudo, em todos os exemplos selecionados, o enquadramento em questão é consistente com o desenho metodológico empregado.

depois pela Psicossomática Psicanalítica, embora o autor, como integrante da primeira geração de psicanalistas, não seja comumente vinculado a tal corrente teórica (Casadore & Peres, 2016). Já a empreitada subsequente, às expensas do exame dos conceitos de “patoneurose” e “neurose de órgão”, tornou patente que Ferenczi – além de responsável por experimentações no que tange à técnica psicanalítica – foi pioneiro no emprego do modelo etiológico das neuroses atuais em prol do desvelamento de possíveis determinantes psicológicos de enfermidades orgânicas (Casadore & Peres, 2017).

Julgo relevante mencionar também uma pesquisa psicanalítica teórica que orientei, a qual trata de um tópico concernente às dimensões emocionais do processo saúde-doença, porém a partir de um recorte distinto em comparação com aquele operacionalizado nas pesquisas que citei anteriormente. Ocorre que o objetivo, no caso em apreço, foi mapear as contribuições metapsicológicas freudianas para a compreensão dos aspectos subjetivos da dor física (Santos & Peres, 2016). Como resultado, foi verificado que, antes mesmo do *tournant* de 1920, Freud qualificou a dor física como uma pseudopulsão, situando-a no limite entre o somático e o psíquico, relacionou-a à melancolia e, como consequência, à privação de um objeto libidinalmente investido, bem como associou-a indiretamente ao prazer no âmbito do masoquismo e do sadismo.

Ressalto que, embora mais pontualmente, me debrucei, mediante pesquisas psicanalíticas teóricas, sobre certos conceitos relativos à técnica psicanalítica. Em uma delas, foram sintetizadas as ideias de Freud em torno do conceito de “transferência”, assim como algumas de suas revisões contemporâneas (Santos & Peres, 2013). Por extensão, foi assinalado o fato de que a transferência – como movimento de atualização, no processo psicoterapêutico, de protótipos infantis e situações reprimidas do passado – pode assumir muitas formas de expressão, sendo que diferenciá-las adequadamente favorece o manejo técnico eficiente de seus desdobramentos.

Para encerrar a descrição das pesquisas psicanalíticas teóricas com as quais tenho me envolvido, menciono aquela que – embora resultante de uma orientação, e não de um projeto pessoal – identifico como emblemática de um movimento de (re)direcionamento dos meus interesses acadêmicos que estou vivenciando nos últimos anos e tem voltado minha atenção para os sofrimentos sociais, isto é, para as experiências de vida decorrentes de episódios de opressão, discriminação e/ou exclusão, as quais causam sentimentos de desamparo, humilhação, injustiça e/ou culpa (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017). O interesse, nessa pesquisa, recaiu sobre proposições acerca do “formar-se” e do “ser” mulher conforme postuladas por Freud e por autores contemporâneos. O texto, ademais, coloca em relevo a necessidade de se repensar a hipótese da primazia fálica para que se possa compreender a sexualidade feminina na idade adulta, inclusive na maturidade, em suas diversas facetas (Peres, Centurion, & Cremasco, 2018).

Quanto às pesquisas psicanalíticas que tenho desenvolvido e orientado e podem ser classificadas como clínicas de acordo com a tipologia herrmanniana, inicialmente citarei dois exemplos cujo caráter mais convencional é determinado pelo emprego de dados provenientes de sessões de análise. Na primeira delas, o objetivo foi abordar aspectos teóricos da aliança terapêutica – concebida como uma relação de trabalho influenciada tanto por elementos

conscientes quanto por conteúdos inconscientes – e discutir seu manejo no contexto da psicoterapia psicanalítica (Peres, 2009). Já a segunda foi consagrada a uma exploração do psicodinamismo do transtorno de pânico norteada por três operadores conceituais psicanalíticos – personalidade fóbica, desamparo e masoquismo – selecionados com o intuito de favorecer o avanço do debate psicopatológico acerca de tal modo de sofrimento psíquico para além da perspectiva operacional própria dos sistemas diagnósticos (Zanetti & Peres, 2011).

Já em uma iniciativa que ilustra a variedade de fontes de dados passíveis de utilização em pesquisas psicanalíticas clínicas foram tematizados conteúdos veiculados em comunidades virtuais “pró-anorexia”, ou seja, ambientes *on-line* voltados à promoção de tal transtorno alimentar a partir da divulgação de dietas restritivas e métodos purgativos que, se efetivamente colocados em prática, oferecem risco importante à vida (Fava & Peres, 2011). Em essência, a leitura psicanalítica desse material levou à proposição de que as responsáveis pelas comunidades virtuais negam a natureza psicopatológica da anorexia nervosa, bem como recusam a própria feminilidade. Observou-se também a tendência à personificação do transtorno mental, considerada sugestiva de uma importante fragilidade narcísica e de um funcionamento psíquico de natureza paranóica.

Uma pesquisa psicanalítica clínica que orientei mais recentemente se valeu de uma das possibilidades de articulação da Psicanálise com o cinema, operacionalizada mediante o exame de aspectos psicodinâmicos de personagens de longas-metragens segundo aportes teóricos psicanalíticos (Marquez & Peres, 2019). No caso em apreço, o a intenção foi apresentar apontamentos acerca da manifestação da dor física crônica ancoradas, por um lado, em formulações freudianas sobre a melancolia e as inibições e ilustradas, por outro lado, pela história da protagonista do longa-metragem “*Cake: uma razão para viver*”. Um dos pontos contemplados no texto diz respeito à existência de uma possível aproximação entre a cronificação da dor física e a vivência de um luto que se revela inexecutável.

Caminhando rumo ao encerramento deste bloco do presente capítulo, me parece oportuno reportar um subconjunto das pesquisas psicanalíticas clínicas das quais tenho me ocupado a partir do recurso ao conceito de imaginário coletivo. Criado pela psicanalista brasileira Tania Maria José Aiello-Vaisberg e refinado por meio de uma série de estudos desenvolvidos a partir dos anos 2000, tal conceito abarca variadas manifestações humanas, simbólicas e concretas, que são dotadas de dimensões inconscientes e ocorrem em grupos sociais específicos (Gallo-Belluzzo, Ferreira-Teixeira, & Aiello-Vaisberg, 2017; Manna, Leite, & Aiello-Vaisberg, 2018). Logo, o imaginário coletivo afigura-se como um complexo ideo-afetivo que determina a postura de certas populações quanto a distintos tópicos (Fialho, Montezi, Ambrosio, & Aiello-Vaisberg, 2014; Rosa, Lima, Peres, & Santos, 2019). É precisamente por esse motivo que pesquisas psicanalíticas clínicas organizadas em torno do conceito de imaginário coletivo podem iluminar estigmas e preconceitos associados aos sofrimentos sociais.

Duas pesquisas que orientei com essa proposta tiveram como participantes equipes de agentes comunitárias de saúde, sendo que, em ambas, a coleta de dados ocorreu em grupos psicanalíticos de discussão, por meio dos quais buscou-se promover a circulação de pensamentos e sentimentos sobre a temática selecionada a partir da concessão de

ampla liberdade de expressão¹³. Na primeira dessas pesquisas, o foco foi a compreensão do imaginário coletivo a respeito do consumo de álcool e outras drogas (Alves & Peres, 2015). A análise de dados apontou que, entre as participantes, predominavam crenças amparadas em premissas moralizantes, as quais implicavam na desvalorização da liberdade de escolha dos sujeitos e fomentavam perspectivas segregacionistas. A segunda das pesquisas em pauta teve como objetivo explorar o imaginário coletivo em relação aos usuários de saúde mental (Silva & Peres, 2016). Em linhas gerais, constatou-se que, de maneira inconsciente, a postura das participantes frente ao referido público era marcada por ambivalências definidas pela coexistência de sentimentos de receio e de comiseração.

Outra pesquisa psicanalítica clínica desenvolvida sob minha orientação junto a profissionais de saúde teve como finalidade a compreensão do imaginário coletivo de enfermeiros da Atenção Primária quanto aos pacientes com esquizofrenia (Rosa, Lima, Miranda, & Peres, 2021). A coleta de dados foi realizada mediante o emprego do Procedimento de Desenho-Estória com Tema, mediador dialógico de caráter lúdico que proporciona uma materialidade favorável à expressão de conteúdos inconscientes¹⁴. Os resultados obtidos sinalizaram que os pacientes com esquizofrenia geralmente eram representados no imaginário coletivo dos participantes com base em crenças e emoções predominantemente negativas. Além disso, foram identificados indícios de uma acentuada propensão ao exercício verticalizado do poder, algo incompatível com o papel que competiria a qualquer profissional de saúde, em especial no âmbito do cuidado em saúde mental.

Por fim, mencionarei uma pesquisa psicanalítica clínica que empreendi com o objetivo de investigar o imaginário coletivo sobre a fibromialgia em mulheres acometidas pela síndrome (Peres, 2021). O Procedimento de Desenho-Estória com Tema também foi utilizado na coleta de dados nesse caso. De forma geral, o que tal pesquisa revelou de mais intrigante foi que, após o adoecimento, muitas participantes não se sentiam mais as mesmas pessoas ou, em certos casos, sequer se viam mais como pessoas. Portanto, as ressonâncias da fibromialgia na identidade pessoal eventualmente culminam em uma certa desumanização, pois dificultam o reconhecimento do corpo como lugar de inscrição da própria subjetividade. Outro achado que se sobressaiu dá conta de que, em função de emoções que ocupam lugar central no imaginário coletivo de uma parcela significativa das participantes, a fibromialgia produz uma estigmatização que se desdobra em uma vivência penosa concomitantemente afetiva e sensorial.

Considerações finais

Acredito que o duplo objetivo em torno do qual este capítulo foi articulado torna patente que a Psicanálise é capaz de contribuir com a produção do conhecimento de muitas maneiras nas instituições universitárias. Logo, pesquisas psicanalíticas podem não apenas recobrir

¹³ Remeto o leitor ao artigo de Emílio (2010) para a obtenção de informações adicionais sobre grupos psicanalíticos de discussão.

¹⁴ Uma descrição pormenorizada do Procedimento de Desenho-Estória com Tema foi apresentada por Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2013).

uma miríade de tópicos, mas também fundamentar-se em uma variedade de fontes de dados, conforme a tipologia herrmanniana sustenta. Reafirmar tais possibilidades não deixa de ser pertinente, na medida em que alguns autores insistem em defender que o dispositivo de tratamento psicanalítico tradicional constitui o único *locus* possível para o trabalho do pesquisador-psicanalista. Aqueles que o fazem, contudo, desconsideram que a Psicanálise, como disciplina científica versátil que é, não se limita às quatro paredes dos consultórios e, assim, acabam sendo “mais realistas que o rei”, como alertou Silva (1993, p. 20) há quase três décadas.

Referências

- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Ambrosio, F. F. (2013). Rabiscando Desenhos-Estórias com Tema: pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. In W. Trinca (Org.), *Procedimento de desenhos-estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões* (pp. 277-302). São Paulo: Vetor.
- Almeida, A. P., & Naffah Neto, A. (Orgs.) (2020). *A pesquisa em Psicanálise na universidade: um enfoque no método por meio de exemplos*. São Paulo: EDUC.
- Alves, A. F., & Peres, R. S. (2015). Imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde sobre álcool e outras drogas. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 225-234.
- Campos, É. B. V. (2021). Delineamento de pesquisa no campo psicanalítico: uma proposição sintética. *Psicologia Clínica*, 33(3), 487-505.
- Casadore, M. M., & Peres, R. S. (2016). As noções de trauma e regressão nos escritos de Sándor Ferenczi e suas possíveis articulações com as propostas teóricas da Escola Psicossomática de Paris. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(2), 122-135.
- Casadore, M. M., & Peres, R. S. (2017). The mind-body interface in Sándor Ferenczi: a historical perspective of the Psychoanalytic Psychosomatics beginnings. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(3), 656-665.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e métodos projetivos* (A. J. Lelé & E. M. A. C. Silva, Trans.). São Paulo: Vetor.
- Chatelard, D. S., & Portela, E. (2021). Metodologia de pesquisa em Psicanálise: possíveis caminhos da Psicanálise na universidade. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern (Orgs.), *Estratégias metodológicas de pesquisa em Psicologia Clínica: possibilidade e avanços* (pp. 258-275). Curitiba: CRV.
- Coelho, D., & Cunha, E. L. (2021). Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 32, e190162.
- Corbett, E., Ambrosio, F. F., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 756-765.
- Dockhorn, C. N. B. F., & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 529-535.

Dreher, A. U. (2008). Pluralismo na teoria e na pesquisa. E agora? (E. V. K. P. Susemihl, & E. V. L. Kunze, Trads). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(2), 131-153.

Emílio, S. A. (2010). O grupo psicanalítico de discussão como dispositivo de aprendizagem e compartilhamento. *Vínculo*, 7(2), 35-43.

Fava, M. V., & Peres, R. S. (2011). Do vazio mental ao vazio corporal: um olhar psicanalítico sobre as comunidades virtuais pró-anorexia. *Paidéia*, 21(50), 353-361.

Fialho, A., Montezi, A. V. M., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário de estudantes de educação física sobre vida saudável. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36(3), 626-631.

Fonteles, C. S. L., Coutinho, D. M. B., & Hoffmann, C. (2018). A pesquisa psicanalítica e suas relações com a universidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(1), 138-148.

Freud, S. (1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (V. Ribeiro, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 6, pp. 1-340). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1901)

Freud, S. (1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen (M. A. M. Rego, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 9, pp. 15-88). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1907[1906])

Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego (E. A. M. Souza, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)

Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia (C. M. Oiticica, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 18, pp. 283-312). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923[1922])

Freud, S. (1996). A questão da análise leiga (C. M. Oiticica, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 20, pp. 203-293). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926)

Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização (J. O. A. Abreu, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 21, pp. 65-153). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930[1929])

Fulgêncio, L., Birman, J., Kupermann, D., & Cunha, E. L. (Orgs.) (2018). *Modalidades de pesquisa em Psicanálise: métodos e objetivos*. São Paulo: Zagodoni.

Gallo-Belluzzo, S. R., Ferreira-Teixeira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). O imaginário de adolescentes sobre o vestibular: um estudo psicanalítico. *Paidéia*, 27(Suppl. 1), 404-412.

Herrmann, F. (1993). *Clínica psicanalítica: a arte da interpretação* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real: o método psicanalítico* (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2004a). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann & T. Lowenkron (Orgs.), *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 43-83). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2004b). Pesquisa psicanalítica. *Ciência e Cultura*, 56(4), 25-28.

Herrmann, F. (2005). Introdução: clínica extensa. In L. M. C. Barone (Org.), *III Encontro psicanalítico da teoria dos campos por escrito: a Psicanálise e a clínica extensa* (pp. 12-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2017). *Sobre os fundamentos da Psicanálise: quatro cursos e um preâmbulo*. São Paulo: Blucher.

Manna, R. E., Leite, J. C. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996.

Marquez, I. B., & Peres, R. S. (2019). Dor física crônica, melancolia e inibição: articulações freudianas. In R. S. Peres (Org.), *Dimensões subjetivas da dor física crônica: perspectivas psicanalíticas* (pp. 47-66). São Carlos: Pedro & João.

Mendes, R. C. C. S., & Paravidini, J. L. L. (2020). Psicanálise em pesquisas: o método investigativo e algumas afirmações essenciais a duas críticas recorrentes. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 23(3), 47-56.

Mezan, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise? *Natureza Humana*, 9(2), 319-359.

Peres, R. S. (2004). *A exclusão do afeto e a alienação do corpo: contribuições da psicossomática psicanalítica para a compreensão da personalidade de pacientes com indicação para o transplante de medula óssea*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Peres, R. S. (2006). O corpo na psicanálise contemporânea: sobre as concepções psicossomáticas de Pierre Marty e Joyce McDougall. *Psicologia Clínica*, 18(1), 165-177.

Peres, R. S. (2008). *Na trama do trauma: relações entre a personalidade de mulheres acometidas por câncer de mama e a recidiva oncológica sob a ótica da psicossomática psicanalítica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.


Peres, R. S. (2009). Aliança terapêutica em psicoterapia de orientação psicanalítica: aspectos teóricos e manejo clínico. *Estudos de Psicologia*, 26(3), 383-389.

Peres, R. S. (2021). Experiences of falling ill with fibromyalgia: an incursion into the collective imaginary of women. *Paidéia*, 31, e3140.

Peres, R. S., Centurion, N. B., & Cremasco, M. V. F. (2018). “Formar-se” e “ser” mulher: um breve ensaio sobre a sexualidade feminina. *Tempo Psicanalítico*, 50(2), 401-420.

Peres, R. S., & Santos, M. A. (2005). Pensamento operatório, desorganização progressiva e somatização: considerações sobre a psicossomática psicanalítica de Pierre Marty. *Tempo Psicanalítico*, 37, 207-227.

- Peres, R. S., & Santos, M. A. (2010). O conceito de psicose atual na psicossomática psicanalítica de Joyce McDougall. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(1), 99-108.
- Pinheiro, N. N. B., Peres, R. S., & Cordeiro, S. N. (Orgs.) (2002). *Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas*. São Carlos: Pedro & João.
- Rezende, A. M. (2000). *O paradoxo da psicanálise: uma ciência pós-paradigmática*. São Paulo: Via Lettera.
- Rosa, D. C. J., Lima, D. M., Miranda, L., & Peres, R. S. (2021). “Paciente-problema”: imaginário coletivo de enfermeiros acerca do usuário com diagnóstico de esquizofrenia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(1), e310108.
- Rosa, D. C. J., Lima, D. M., Peres, R. S., & Santos, M. A. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595.
- Santos, M. A., & Peres, R. S. (2013). Transferência. In: R. S. Peres & C. R. R. Varga (Orgs.), *Psicoterapias de orientação psicanalítica: elementos centrais e aplicações diferenciadas* (pp. 77-93). São Carlos: EdUFSCar.
- Santos, B. A. L., & Peres, R. S. (2016). Aspectos subjetivos da dor física: mapeamento das primeiras contribuições metapsicológicas freudianas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(3), 30-40.
- Silva, M. A. B. P., & Peres, R. S. (2016). O imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde em relação a usuários de saúde mental. *Vínculo*, 13(2), 55-65.
- Silva, M. E. L. (1993). Pensar em Psicanálise. In M. E. L. Silva (Org.), *Investigação e Psicanálise* (pp. 11-25). Campinas: Papirus.
- Sisson, N., & Winograd, M. (2010). A ciência de Freud: introdução ao problema da cientificidade da psicanálise. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 67-84.
- Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisbgerg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2), 98-107.
- Zanetti, E. S., & Peres, R. S. (2011). Pânico, personalidade fóbica, desamparo e masoquismo: articulações psicanalíticas. *Psicologia Clínica*, 23(1), 89-102.



**b) LINHA DE PESQUISA
PROCESSOS PSICOSSOCIAIS
E DE SUBJETIVAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE**

UMA IMAGINAÇÃO POLÍTICA COM OS ANIMAIS E PLANTAS EM PSICOLOGIA SOCIAL: LEVANDO A SÉRIO AS NARRATIVAS COMO BOLSAS DE FICÇÃO

Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo¹⁵

Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos¹⁶

Fernanda Zanata¹⁷



Figura 1 – Maripua no Rio do Aterro, Projeto Águas Potiguara

Fonte: https://www.instagram.com/p/Cdk9v3_uIN4/

¹⁵ Doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Atua como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade. Lidera o Grupo de Pesquisa Laboratório Tecnologias, Ciências e Criação (Labtecc).

¹⁶ Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Atua como Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará.

¹⁷ Psicóloga do Instituto Federal de Mato Grosso. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMT.

A imagem que abre este texto faz parte da rede social do projeto Águas Potiguara (@aguaspotiguara) mantido pela aldeia indígena potiguara localizada em Bahia da Traição, Paraíba. Trata-se do projeto de Limpeza Tradicional de um rio da comunidade, Rio do Aterro que passa pelas aldeias Forte e Alto do Tambá, tomado por um tipo de vegetação conhecido como aningas (*Montrichardia linifera*), que podem chegar a cerca de seis metros de comprimento. De acordo com a página de divulgação do projeto, “com o desmatamento da mata ciliar e o assoreamento do rio, as aningas ‘se deram bem/Encontram um lugar ótimo para reprodução e hoje são elas que tomam conta das margens do rio’”. Já não é possível pescar no rio assoreado. À medida que a equipe roça e extrai as aningas, uma segunda equipe identifica o curso do rio e remove os pesados blocos de lama. Na página do projeto, um dos participantes mais jovens relata a alegria de chegar ao rio fechado e, após a limpeza tradicional, olhar para trás e verificar a água fluindo.

As aningas pode ter finalidades estratégicas para limpeza de rios, mas não é o caso Potiguara. As aningas no Rio do Aterro são pragas. É preciso que sejam extraídas com “o olho”, ou seja, com a raiz que daria origem a outras ramagens. Para extrair as aningas da água e permitir que o rio flua, a partir da memória dos mais velhos da comunidade sobre como era o curso das águas, um complexo trabalho é ativado envolvendo homens mais velhos que traçam o curso do rio, homens mais jovens que arrancam as aningas e blocos de lama, cachorros que acompanham as atividades, mulheres e homens que cozinham na margem do rio, mulheres que se responsabilizam pelas redes sociais, árvores frutíferas que cedem a sombra para o repouso, crianças que aprendem e/ou se divertem com os pais nas águas, visitantes de universidades e escolas interessados pelo projeto.

Um dos marcadores para saber a altura do rio são os ovos dos lolôs, um caramujo que faz parte da culinária potiguara. Escreve-se na página do projeto: “O Lolô coloca os ovos ali e isso é indicativo de onde a água do Rio vai chegar. É certo. Ele colocou ali, a água do Rio vai encher e os ovos vão eclodir e novos Lolôs vão nascer”. Em outros momentos, um animal pode ser estranho ao grupo, como ocorre com a cobra da figura 1. Inicialmente, na página do projeto é lançada como questão se seria uma jiboia ou uma serpente, convocando biólogos para que respondam. Chega-se à resposta, era uma cobra d’água. Mas, a narrativa não termina aí. Sendo uma cobra d’água, ela se integra ao cotidiano e uma segunda pergunta é lançada: qual melhor nome poderíamos dar a ela? Instaura-se um desenho de ciência colaborativa pela página do projeto, de maneira que após identificada a espécie da cobra, esta recebe seu nome, Maripuana.

Ao lermos a breve narrativa derivada do acompanhamento da rede social do Projeto Águas Potiguara ao longo de 2022, deparamo-nos com um convite a considerar as relacionalidades com animais e plantas sem reducionismos antropocêntricos que assimilam as águas dos rios, aningas e Maripuana ao que nomeamos “natureza” ou “ambiente” contrapondo-se ao que nomeamos como de ordem humana. Acresce-se a esta clivagem entre natural e social, entre humanos e não humanos, o atravessamento da narrativa darwinista que privilegia a competição em detrimento da cooperação, a autonomia em detrimento da interdependência.

A imaginação política nas Humanidades, e não é diferente na Psicologia Social, vê-se frente a limitações epistêmicas derivadas de perspectivas antropocêntricas, especistas e racializadas de agência definida a partir de critérios nos quais a diferença é acompanhada

por um princípio de separabilidade que lhe antecede. Para Denise Ferreira da Silva (2020), o evento colonial assombra o pensamento contemporâneo com uma ideia de sujeito e de ação política orientadas pela sequencialidade, separação e discernibilidade. Como escapar às imagens de uma humanidade fundada na separabilidade dos diferentes seres? Como lhes dotar de ação na escrita e recolocar a escrita num patamar além da expressão e, sim, como uma máquina de pensamento e de proposição de alternativas.

As Psicologias Sociais brasileiras, em suas vertentes processuais, podem ampliar os estudos com/sobre/desde animais e plantas, de modo a rever os modos como abordamos as relações entre humanos outros viventes, rejeitando posicionamentos os quais aloquem os animais e plantas num estatuto subtrativo em relação aos primeiros ou a um platô de humanização, p. ex.: animais são considerados “inteligentes” se, de algum modo, têm “raciocínios” e atitudes próximas da humana, as plantas, por sua vez, adquirem o estatuto instrumental no qual sua agência se dá pelo que faz emergir em termos de produção de sentidos (Galindo, Miliolli & Mélo, 2016; Galindo & Milioli, 2020).

Entendemos que as epistemes contracoloniais e feministas contribuem para deslocamentos importantes na noção de agência em Psicologia Social, seja do ponto de vista das pesquisas teóricas, seja a partir das pesquisas localizadas em contextos e territórios. Igualmente, entendemos que os campo transdisciplinar dos chamados Estudos Animais e da agência vegetal permitem-nos reflexões localizadas sem as quais o risco de um certo nível de abstração descontextualizado pode se colocar como um obstáculo epistêmico e metodológico.

Nas últimas décadas do século XX, as Humanidades, e a Psicologia Social, vem se deparando com os limites nítidos ao alcance do humano como figura central do pensamento, seja pelo teor dos problemas que se colocam, não limitados ao escopo de uma reforma das ações humanas, seja pela intrusividade de uma agência - ou melhor, pela presença - de uma ação cujos efeitos sobrepõem ações individuais de uma ou outra espécie. Como detecta Donna Haraway (2016), diferentes nomes vêm sendo trazidos para abordar a falência de um projeto moderno-colonial masculinista, ao qual talvez a proposição do Antropoceno siga sendo suficiente, de ciências e ação de viventes que não se reduzem a estes, dentre os quais “Gaia” (Stengers, 2015), “Chthuluceno” (Haraway, 2016), “Plantationoceno” (Tsing, 2017).

Isabelle Stengers nomeia Gaia à irrupção da agência mais-que-humana, cuja ação se dá de modo intrusivo. Para ela, “nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita”. Neste sentido, Isabelle Stengers argumenta pela ideia de uma ação que se dá por intrusão e, para ela, alternativas apenas são possíveis quando operamos de modo articulado com os saberes, que nos processos de delimitação e demarcação nas ciências, receberam a alcunha de saberes não científicos (Stengers, 2015), ou ainda, locais (Taddei, 2015).

Gaia é um nome escolhido, justamente, por trazer a memória de um saber chamado não científico e definido como mitológico, ao tempo que também presentifica as contribuições de James Lovelock e Lynn Margulis, havendo esta última vivido um processo difícil e tardio de recepção dos seus trabalhos sobre simbiose entre espécies. Para Isabelle Stengers (2015), Gaia é, ao mesmo tempo, amada e temida, precedendo o tempo em que a noção de justiça passou a se fazer presente na mitologia grega. Em outras palavras, Gaia é anterior à época em que os gregos conferem a seus deuses o sentido do justo e do injusto [...] Tratava-se,

antes, de ter cuidado para não os ofender, para não abusar de sua tolerância”. Stengers (2015, p. 47) enfatiza: “Lutar contra Gaia não tem sentido, trata-se de compor com ela. Compor com o capitalismo não tem sentido, trata-se de lutar contra seu domínio”.

James Lovelock (1919) e Lynn Margulis (1938-2011) conceituam Gaia como um ser vivo, um organismo que tem um funcionamento e um desenvolvimento complexo e interdependente e que possui os elementos que contêm e proporcionam a vida, é onde se dá toda a vida. Nesse sentido, Margulis, em sua obra *Symbiosis in Cell Evolution*, de 1981, nomeou esse complexo desenvolvimento de Endossimbiose, em que a vida se dá por meio de simbiogênese, organismos que se desenvolvem através de uma cooperação mútua entre eles, quando um depende de outro para sobreviver e se desenvolver. A teoria de Margulis, em sua obra *Gaia: A new look at life on Earth* (originalmente publicada em 1979), contrapunha-se à teoria da evolução das espécies desenvolvida por Charles Darwin, que estava relacionada com o desenvolvimento da vida por meio de uma seleção natural, a qual se daria pela sobreposição dos organismos mais adaptados aos menos adaptados. na concorrência pela sobrevivência. As concepções advindas da teoria da evolução e adaptação de Darwin foram mais aceitas e obtiveram mais repercussão no meio científico da época; em consonância, essas teorias foram absorvidas e empregadas por outros teóricos, alguns da área econômica e social, referenciadas e formuladas como “darwinismo social”, que foi a extensão do ponto de vista que valoriza a sobrevivência dos organismos mais adaptados no meio social.

Donna Haraway (2016) reconhece as contribuições de Isabelle Stengers e opta por nomear a esta intrusão de Chthuluceno, para referir às criaturas mitológicas que vivem sob a terra, seres dos mundos subterrâneos que não se confundem com as divindades olímpicas. Argumenta que pela necessidade de pensarmos em um novo nome para as dinâmicas de forças e poderes sim-chthonicas em curso, “das quais as pessoas são parte, dentro das quais esse processo está em jogo” (p. 139). Pensa o Antropoceno e o Capitaloceno como um evento-limite, que convida as feministas a um trabalho de reimaginação das relações de genealogia/parentesco e de parentes/espécies.

Em 2014, numa entrevista cedida a Eduardo Viveiros de Castro e seus colaboradores, Donna Haraway argumenta que Antropoceno e Capitaloceno são figurações diferentes. Chthuluceno é um composto de raízes gregas (Khthon e Kainos) que juntas formam um tipo de espaço tempo para aprender a seguir com o problema de viver e morrer com responsabilidade. Em Chthuluceno nada deve significar passado, presente ou futuro convencionais, mas presenças contínuas e densas performadas por todo tipo de temporalidades, viventes e materialidades em relações de parentesco definidas por alianças e não, exclusivamente, por vínculos consanguíneos.

Eduardo Kohn (2021) identifica nas Humanidades, uma herança epistemológica do pensamento científico ocidental que prioriza o humano e sua razão, e que vê o mundo a partir desta referência. Ao pensar sobre a agência dos bosques, ao contrário dessa episteme ocidentocêntrica, propõe não pensarmos “como as pessoas pensam que os bosques pensam”, e sim “como os bosques pensam”. Este deslocamento sugere não só um pensamento e uma percepção por parte dos bosques/agência vegetal, mas, também, uma cosmologia, pois, como saberemos como os bosques pensam, senão através das pistas que a cosmologia aponta. O autor destaca que as relações transespecies envolvem hierarquias; constituem-

se mutuamente, mas de maneiras desiguais para as partes envolvidas. Contribuem para o que é conhecido como um giro vegetal no pensamento os trabalhos de Emanuele Coccia (2018; 2020) e Anna Tsing (2019).

Para Tom Ignold (2012), necessitamos, de uma vez por todas, darmos por encerrado o problema da agência. Justifica que o conceito resulta de um ponto de vista anglófono a partir do qual o verbo requer a ação de um sujeito nominal numa dupla redução, qual seja, das coisas a objetos e da vida à agência. Pontua que o problema da agência “tem levado grandes mentes a se enganar de um modo que não gostaríamos de repetir. Com efeito, tomar a vida de coisas pela agência de objetos é realizar uma dupla redução: de coisas a objetos, e de vida a agência”.

Karen Barad (2002; 2007), diante de constatação semelhante a Ignold a respeito das limitações dos estudos sobre agência, entende ser central que nos voltemos ao problema da agência e que revisemos categorias conceituais que nos são tão caras, como por exemplo, a categoria de interação para a qual ela propõe a substituição pela noção de intra-ação a fim de dar conta das matérias em fluxo de composição. Denise Ferreira da Silva (2017), por uma via distinta, igualmente, aprofunda o trabalho poético e especulativo para dar conta de questões ontológicas, enfatizando as limitações decorrentes do legado kantiano e moderno-colonial que atam raça ao que ela chama de um realismo político que impede fugas às categorias criadas por este mesmo projeto, e que nos subjetivam. Ambas recorrem a um cuidadoso trabalho intelectual que conjuga arte e ciência.

Com efeito, publicamos em *Psicologia Social*, discorremos sobre *Psicologia Social*, problematizamos a *Psicologia Social* sem tematizarmos ou tensionarmos suficientemente as acepções de social que atravessam nossos trabalhos. Ainda que nos seja útil a diferenciação entre *Psicologias Sociais* psicológicas e sociológicas, tal como proposto por Robert Farr (2010), igualmente, permanecem tensionáveis os critérios que alinham as pesquisas e práticas em uma ou outra vertente. É como se para que emergja o “social” na “*Psicologia Social*” nas suas diferentes versões e acepções necessariamente tenhamos que nos colocarmos a uma distância segura das cosmologias não ocidentais, o que chamamos de uma reserva epistêmica colonialista.

No acontecimento que veio a ser nomeado como crise da *Psicologia Social* brasileira, datado das décadas de 1970 e 1980, que questionou os pressupostos universalistas da noção de sujeito até então norteadores das práticas psi na América Latina, a *Etologia* terminou por ser alocada como fora do escopo do projeto de reconstrução crítica do campo disciplinar. A revisão da noção universalista de sujeito se concentrou no humano no sentido de salientar suas condições sociais e históricas e evitar qualquer aproximação com as vertentes experimentalistas, que reduziam o humano aos conceitos oriundos da *Psicologia Social* hegemônica. Naquele momento, os problemas que se colocavam não levavam ao imperativo de questionar a centralidade do humano na *Psicologia Social* como parte de um projeto de revisão crítica. Dessa maneira, os animais terminaram por ficar confinados aos espaços de pesquisa etológica, concentrados nos departamentos de *Psicologia Experimental*, os quais, por sua vez, se desenvolveram à parte das discussões que impregnavam a *Psicologia Social* do mesmo período. Os animais não humanos ficaram

restritos às perguntas que lhes foram dirigidas por psicólogos experimentalistas, sobretudo, evolucionistas ou comportamentais.

Ao ficar apartada da Psicologia Social herdeira das correntes críticas na América Latina, a Etologia, desenvolvida nos laboratórios de Psicologia, se converteu num tipo de “Ilha Deserta” (Deleuze, 2004) para psicólogos sociais não evolucionistas, que se interessam pelo estudo da agência sem restringi-la ao humano. O que acontece lá? Que práticas podemos trazer da Etologia para as Psicologias Sociais Multiespécie? Quais histórias derivarão do (re)encontro com os estudos sobre animais na etologia traduzidos e colocados sob outras questões pelas Psicologias Sociais Multiespécie?

A Psicologia Social brasileira, herdeira da virada crítica das décadas de 1970 e 1980, dificilmente se propõe a pensar as relações entre humanos e outros animais e, quando o faz, em geral, os animais são posicionados num estatuto subtrativo em relação aos primeiros ou a um platô de humanização. Este capítulo, em tom ensaístico, aponta algumas pistas para pesquisas que se movem nas conexões entre Psicologia Social e Etologia, sem pretensão de exaustividade.

Ao abandonarmos, ao menos, no plano da imaginação política, o legado moderno-colonial – especista, antropocêntrico e racializado a partir da branquitude – em prol da interdependência e emaranhados ontológicos que nos definem desde olhares não eurocêntricos (Ferreira da Silva, 2019a), aproximamo-nos do questionamento das narrativas temporais lineares que orientam a produção da racialidade articulada ao discurso sobre as espécies (Haraway, 2017) que se articula a “opressões conectadas” (Nascimento, 2017), ao tempo que reposicionamos o lugar da fabulação e da ficção como algo mais que uma oposição ou escape a um real que lhe seria externo.

Trata-se de escapar à ciência como agonística e exercício militarizado, para pensar a ciência e a vida, em sua plenitude, na proposição da simpoesis e da interdependência entre viventes alocados em diferentes espécies no projeto moderno colonial (Galindo, Lemos & Silva, 2021). No lugar da competição, a interdependência como condição para vida, incluindo-se aí desde pequenas criaturas como bactérias e águas vivas a humanos e humanas. Lynn Margulis observa, sobretudo, bactérias e processos de infecção, volta-se às bordas das criaturas, substituindo a competição como cooperação.

Estamos diante de uma reviravolta feminista nas narrativas biológicas e no modo como entendemos a constituição de humanos e não humanos. Vamos nos constituindo por meio de infecções mútuas, não sendo possível rastrear cada espécie isoladamente. Esta virada nos interpela por políticas de escrita que transitam entre o ficcional e o factual, deslocando-se num continuum que impede classificações fixas fundadas numa noção de verdade especular.

Ursula Le Guin (2021) se propõe a pensar, em Teoria da bolsa da ficção, narrativas que partem dos gestos de coleta, distanciando-se dos gestos bélicos. Interpela-nos a revisarmos as narrativas heroicas masculinistas orientadas pela caça. No lugar da caça, emerge a bolsa coletora. Assim, ao passo que as narrativas fundadas no herói estão ligadas à conquista, por meio da imposição da força; as narrativas como bolsas estão ligadas à coleta sem que agonística seja o seu fundamento, histórias não orientadas pelo conflito. Le Guin (2021) comenta haver lido em um manual de escrita que todos os romances demandam conflitos,

ao que contrapõe o argumento de que em narrativas concebidas como “bolsa/barriga/caixa/patuá, [conflito, competição, estresse, luta etc.] podem ser vistos como elementos necessários de um todo que, por si só, não pode ser caracterizado nem como conflito nem como harmonia, já que seu propósito não é nem o da resolução nem o do êxtase, mais o processo contínuo.”

Com efeito, nas diferentes áreas de atuação em Psicologia Social, histórias, narrativas, vêm sendo gestadas nos encontros entre humanos e não humanos que não necessariamente subentendem dominação, narrativas mais orientadas à interdependência que à autonomia. Contá-las engendra transformações nos modos de viver que estamos criando. No Brasil, estas histórias vêm sendo contadas a partir da introdução dos estudos em Teoria Ator Rede e, sobretudo, das epistemologias feministas em diálogo com os estudos sobre contracolônialidade e crise ecológica. Nestas narrativas, algumas categorias centrais, a exemplo do cuidado, são repensadas e redimensionadas (Méllo, 2018), ao passo que práticas de trabalhos em grupo se aproximam mais explicitamente da dimensão poética (Galindo, Méllo, Moura & Soares, 2022).

Mais recentemente, com as traduções ao português dos trabalhos sobre fabulação nos estudos negros radicais, sobretudo em sua versão poética, com destaque para os trabalhos de Denise Ferreira da Silva, desenha-se um cenário propício para giros importantes na Psicologia Social no que concerne à imaginação política. Tais textos, ao lado dos trabalhos de Donna Haraway sobre figuração/fabulação nos permitem seguir pesquisando em meio aos dilemas que nos são apresentados como alternativas infernais entre viver ou morrer, não ceder a respostas dualistas é um incômodo e chama por um ruminar conjunto ao invés de uma decisão derivada de ato voluntarista individual (Galindo, Mello & Milioli, 2017; Galindo, Lemos & Silva, 2021; Galindo & Fernandes, 2021).

O Pensamento Negro Radical coloca em xeque a própria racialização sem concessões a um humanismo frágil e eurocêntrico, perguntando-se como opera e como torcê-la por meio de experimento conceituais e poéticos (Ferreira da Silva, 2014; 2019). Conforme aponta Dias-Benitez (2021), o pensamento negro radical deriva dos movimentos sociais afro-americanos formais (organizações) e informais (reuniões para cânticos e danças para planejamento das fugas), das criações dos Departamentos de Estudos Negros e Africanos nas universidades americanas, assim como de pedagogias engajadas capazes de dissentir no interior das instituições acadêmicas em que pesem as reações frontais contra as docentes como documentam a feminista chicana Gloria Anzaldua (Anzaldua, 2021) e a intelectual negra bell hooks (2013; 2021).

Não propomos a simples constatação de que devemos considerar não humanos, em nossas pesquisas, como se se tratasse de um todo homogêneo. Trata-se de ir para além da busca de um paraíso perdido. Como nos lembra Félix Guattari (1989/1990), pensar em Ecologias convida a uma perspectiva ético-política que “atravessa as questões do racismo, do falocentrismo, dos desastres legados por um urbanismo que se queria moderno, de uma criação artística libertada do sistema de mercado, de uma pedagogia capaz de inventar seus mediadores sociais etc. (Guattari, 1989/1990, p. 14).

Ao deixarmos de lado o pesadelo moderno-colonial de criaturas autopoieticas e autossustentáveis em prol da figura da simpoiesis (Haraway, 2019) baseada na interdependência,

aproximamo-nos do questionamento das narrativas temporais lineares que orientam a produção da racialidade ao lado do discurso sobre as espécies (Haraway, 2017) em “opressões conectadas” (Nascimento, 2017), ao tempo que reposicionamos o lugar da fabulação e da ficção como algo mais que uma oposição ou escape a um real que lhe seria externo e oposto.

Busca-se contribuir para repensar a própria noção de Social que embasa e sustenta as diferentes Psicologia Social com vistas a perspectivas menos antropocêntricas (Galindo, 2003, Galindo, 2011). Para abordar intersecções entre epistemes feministas, estudos decoloniais e poética negra radical, dois operadores se mostram importantes. Um primeiro que diz respeito ao modo como lidam com as dicotomias antropocêntricas herdadas do projeto moderno-colonial, bem como alternativas propostas e um segundo que concerne no lugar da ficção/fabulação como recurso teórico-metodológico. Conforme argumenta Brian Massumi (2018), da animalidade depreende-se uma ética não categórica (uma ética-estética) povoada por acontecimentos. Para o autor, torna-se crucial lançarmo-nos na aventura de uma lógica da “múltipla inclusão” onde as singularidades e indiscernibilidades podem gozar do espaço antes conferido à escolha entre identidade e indiferenciação.

Ou seja, trata-se de um convite a um mundo onde proliferam “diferenças emergentes”, e onde, portanto, não podemos presumir diferenças categóricas entre animais humanos e não humanos; entre plantas, animais e humanos. Ao contrário, trata-se de acompanhar como emergem os emaranhados que constituem os/as viventes e modos de viver em interdependência, bem como as práticas divisórias que os delimitam e produzem alteridades nas quais a agência é distribuída, por exemplo, entre viventes humanas e plantas.

Desse modo, propomo-nos à artesanaria das narrativas desprovidas do heroísmo humano, desarraigando-nos da ideia de autonomia. O que encontramos? Um ofício curioso que consiste em tornar fascinante narrar relacionais com cães, plantas, grãos e outros viventes sem recorrer aos subterfúgios heroicos. Ao referir-se à escrita do romance, Ursula Le Guin (2021, p. 23) pontua: “Eu disse que era difícil contar uma história fascinante sobre como extraímos aveias selvagens de suas cascas, não disse que era impossível. Quem disse que escrever um romance era fácil?”

Depreende-se da provocação de Ursula Le Guin que a pertinência das narrativas que contamos em Psicologia Social com as plantas e animais (tal qual o fazemos nos romances) vai se dando a partir do seu potencial generativo, ou seja, a partir do acompanhamento de como vão ramificando outras histórias. Neste sentido, as históricas coletoras nunca findam, germinam e seguem seu curso à medida que perturbam as divisões coloniais modernas entre humanos e demais viventes, bem como a superioridade do primeiro sobre os demais. Nossas histórias vão se confundindo ao mundo e se tornando cada mais cotidianas.

Políticas de pesquisa orientadas pela figura da bolsa coletora são muito sensíveis, concernentes a um tipo de escrita relacionado a um trabalho que exige resistência, persistência, paciência, cuidado, seriedade e, principalmente, colaboração. Embora se trate de uma jornada difícil, não é sobre resignação: é sobre cultivar e esperar o melhor, mas coisas ruins também podem acontecer. Não é seguir em um único caminho, obstinado a chegar em um ponto. Não. Trata-se de se aventurar pelo caminho, se interessar, imaginar, construir, ganhar, perder: trata-se de vida e de morte. Atravessar caminhos minados em um planeta ferido não é fácil, mas também não é impossível; exige fazer alianças, construir

pontes, redes simbióticas multiespécies. “Semear mundos significa estender a história das espécies companheiras, para incluir mais de sua incessante diversidade e seu problema urgente” (Haraway, 2019, p. 182, tradução nossa).

Para Descola (2015), mais do que referirmos à “natureza” que já seria uma purificação moderna, podemos referir aos modos de composição de mundos nos quais o que, numa lógica ocidental, entra como natureza se torna animado, ou seja, recebe alma e um modo de existência próprio não menor que o dos humanos. O autor recorre e atualiza o conceito de animismo, para salientar que, para alguns povos e em alguns territórios, aquilo que entendemos como “natureza” tem subjetividade. Refere ao animismo como uma continuidade de almas e descontinuidade dos corpos, onde “pessoas dotam plantas, animais e outros elementos de seus ambientes físicos de subjetividade e estabelecem com estas entidades todo tipo de relação pessoal, seja de amizade, troca, sedução ou hostilidade (Descola, 2015, p.12)”.

Nesse sentido, plantas, animais e outros entes ao invés de performarem como uma “natureza” separada do humano podem adquirir modos de existência e, por meio de rituais, se comunicam com os vivos e com eles compõem uma mesma energia vital para continuidade do povo negro na diáspora que recebe diferentes nomeações. Sidnei Nogueira (2020), em livro recente sobre intolerância religiosa, frente às práticas das comunidades afrodiáspóricas em comunidades tradicionais de terreiro, junto a animais que são lidas a partir de uma ótica colonial como “morte e sacrifício”, argumenta que nos ritos nos quais participam animais não há sacrifício, o que há é comunhão: animal e humano se tornam um e caminharão juntos daquele momento em diante. Para o autor, as comunidades tradicionais de terreiro são espaços quilombolas de matrizes africanas que se atualizam no Brasil, os quais, como vimos na fase anterior da pesquisa, possuem fortes ressonâncias com os palenques colombianos, guardadas suas singularidades.

Descola (2016) lembra-nos que apesar de parecer crível ao senso comum a fronteira entre natural e cultural, esta fronteira cotidiana se mostra em mesclas de práticas que são, simultaneamente, naturais e sociais, naturais e culturais. Para o autor, desfazer a aparente obviedade do projeto moderno colonial é necessário inventariar modos de existência, partilhar do cotidiano, compreender o que fazem aqueles e aquelas que estão nas bordas da modernidade. Mais, o autor salienta que este inventário e convivência requerem tempo. Num largo projeto etnográfico junto aos Achuar no Equador, Descola observou que nos sonhos, animais e plantas apareciam com formas humanas. Ao indagar a um Achuar sobre este aspecto, ele prontamente respondeu: no sonho aparecem humanos porque não estão vestidos como plantas e animais. Ou seja, para os Achuar, plantas e animais não se distinguem do humano em substância, mas em forma, a qual varia nos períodos noturno e diurno.

Em territórios quilombolas acompanhamos múltiplas performances das plantas no cotidiano, as quais são mais do que meros recursos a serem utilizados para finalidades específicas: as plantas são acionadas para práticas de cura, com os cuidados que lhes são conferidos como necessários para sua atuação os quais variam desde a posição do sol ao pedido de permissão para o uso. Solicita-se permissão a uma planta para colhê-la, de maneira análoga ao modo como numa lógica ocidental, solicita-se permissão a alguém para tocar-lhe o corpo; o mesmo para os rios e outros entes. Na cosmologia bantu que prevalece em alguns

terreiros negros no Brasil, as plantas de cura fazem parte de uma grande biblioteca à qual apenas algumas pessoas com conhecimentos específicos e reconhecimento comunitário podem aceder (Santana, 2020). Animais, plantas, rios e outros viventes se relacionam com os humanos reconhecendo suas fisicalidades singulares, não sendo da ordem da agência humana por meio da produção de sentidos a única direção das práticas sociais naturais.

Incorporando as colaborações de Felipe Descola (2015), entendemos que ao lado das purificações e hibridações fomentadas pelo sistema moderno colonial, coexistem lógicas não binárias em territórios de povos indígenas e afro diaspóricos que requerem, inclusive, por parte das ciências sociais e da Psicologia, a criação de expressões conceituais capazes de dar conta das realidades que ali se instituem e suas ontologias. De acordo com Arturo Escobar (2003, 2011), mais do que referir ao que há de hibridações no projeto moderno, caber-nos-ia uma tarefa propositiva de contracolonizar a noção moderna de natureza, tarefa esta que entendemos ser axial para a Psicologia Social.

Anna Tsing (2021), antropóloga de origem oriental que vive nos Estados Unidos, acompanha coletores e coletoras de cogumelos nas ruínas americanas. Coletores e coletoras que não encaram a coleta de cogumelo matsutake como um trabalho. O trabalho de Tsing a respeito dos cogumelos matsutake aborda vários aspectos que nos interessam: questões de método, pois faz uma crítica ao modo da ciência moderna, que busca pureza e neutralidade; o método de Tsing une amor e curiosidade autêntica à pesquisa científica e, a partir disso, elabora algumas concepções, como indeterminação e sobrevivência contaminada e coletiva. E busca rupturas, fraturas nas unidades aparentemente fechadas do Antropoceno e a ideia da dominação capitalística que olha somente em uma direção, aquela que ruma ao progresso, para uma mudança que almeja diminuir o ritmo dessa corrida heroica e caminhar por entre bosques destruídos, praticando a arte da observação cuidadosa, com o objetivo de encontrar vida em meio a ruínas. Trata-se de uma vida que só é possível através da interdependência simbiótica no agenciamento, no conjunto ou evento de seres humanos e não humanos, os quais, em aliança, dão início a uma cadeia de fornecimento de um cogumelo exótico, o matsutake, que, desde seu surgimento e com sua coleta, interconecta histórias e memórias de guerra e destruição, ou seja, sobrevivências precárias que somente por meio de uma contaminação coletiva e colaborativa são capazes de florescer entre ruínas.

Embora o surgimento dos matsutakes seja alheio a uma produção, o matsutake entra dentro da lógica do sistema capitalista global, mas Tsing (2021) observa que ele cria uma diferença, um rasgo, uma brecha, que dá margem para uma possibilidade alternativa, o que ela chamou de uma acumulação de resgate, em que se contaminam formas capitalistas e não capitalistas, na tentativa de estabelecer uma sobrevivência mesmo que precária, de forma coletiva, em um mundo imerso em ruínas. Tsing (2021) constrói o conceito de “acumulação de resgate” como uma prática pericapitalista, buscando habitar o entremeio da cadeia de produção capitalista, as brechas que encontra entre a contaminação que se dá entre “[...] aqueles elementos não capitalistas dos quais o capitalismo depende” (Tsing, 2021, p. 97, tradução nossa).

Para Tsing (2021), seguir o trajeto da cadeia de fornecimento do matsutake do Oregon ao Japão é seguir as parcelas do capitalismo de resgate, onde, por vários momentos, dentro dessa cadeia, se sai e se entra na lógica capitalista global; esses momentos seriam os ritmos

do capitalismo de resgate, porque, para ela, o capitalismo não pode ser concebido apenas como uma abstração vista em sua forma de escalabilidade e expansão, sendo necessário considerar as parcelas que o compõem: “O dinheiro se converte em capital de investimento, capaz de produzir mais dinheiro. O capitalismo é uma máquina de tradução para produzir capital, a partir de toda a classe de meios de subsistência, humanos e não humanos” (p. 185, tradução nossa). O cogumelo matsutake tem uma origem específica, em um contexto e uma relação em seu entorno, e segue um trajeto, no qual vai realizando traduções em uma rede de agenciamento multiespécie. Não vemos o capitalismo, mas as parcelas que o constituem, sendo cada parcela uma história diferente; não estamos dançando a mesma e nem uma única música, há uma polifonia de sons, essas são histórias precárias de sobrevivência em meio às ruínas do desenvolvimentismo.

A cadeia de fornecimento do cogumelo matsutake tem início no Oregon, onde os coletores vivenciam uma realidade local, com sua prática, que por muitos e devido à sua história e significado é encarada como liberdade, desenvolvendo uma relação significativa com o matsutake. Nesse sentido, a atividade não é uma alienação, ao mesmo tempo que é precária, no entanto, não está relacionada à precariedade que se espera de uma mão de obra assalariada, explorada de modo típico dentro da relação trabalhador-empregado, no capitalismo. Os coletores negociam o produto, realizam a venda e ele é despachado para o Japão, sendo que, nesse despacho, acontece a etiquetagem do produto através de uma empresa canadense, momento no qual entra no circuito da cadeia de fornecimento global, se tornando um inventário etiquetado. Ao chegar ao Japão, o mesmo cogumelo, já etiquetado e portador de valor comercial, entra em outra cadeia de comercialização, dentro de outro país. No Japão, ele é bastante apreciado, tanto como um recurso gastronômico quanto como um presente com valor de aquisição; de qualquer modo, é requintado, raro.

Tsing (2021) inclui a perturbação como um elemento fundamental para compreender essa coordenação, sendo que a perturbação é qualquer acontecimento que altere um ecossistema, “[...] a perturbação abre o caminho aos encontros transformadores, possibilitando novos conjuntos de paisagens” (Tsing, 2021, p. 219, tradução nossa). Não sabemos de antemão como irão se desenrolar as consequências da alteração, se dela decorrerá algo bom ou ruim, ou quão boa ou ruim dependerá da escala de seus efeitos, desde pequenas a grandes, desde em curto e em longo prazo, podendo ser boa ou ruim, causada por humanos ou por não humanos.

A autora narra uma iniciativa em Kyoto, no bosque de Satoyama, em que pesquisadores, dentre outros voluntários, se uniram para revitalizar o bosque, trazendo de volta o pinheiro vermelho e, com ele, o matsutake; esse caso envolveu humanos, perturbando o espaço com intenção de abrir o bosque e, assim, facilitar o surgimento do pinheiro vermelho, o qual nasce em espaços abertos, recebendo bastante luz e, através da conexão simbiótica com o pinheiro, surge o matsutake. A iniciativa de Satoyama é central e fundamental para Tsing. Por conseguinte, podemos elencar três questões que a autora discute, a partir desse acontecimento: primeiro, a compreensão de uma ecologia heterogênea, preocupada com a escalabilidade das intervenções humanas, pois o que Satoyama ensina é não evitar a perturbação humana, encarando-a, de modo uniforme, como algo ruim ou bom, como é colocada na ideia do progresso; entretanto, é verificar quão boa ou ruim pode ser, dependendo do nível dessa perturbação, ou seja, de sua escalabilidade ou não. Logo, em meio aos

problemas, através da observação, há que seguir se as parcelas, os patches, segundo Tsing (2021) sugere, de sorte a identificar quem ou o que são aliados ou não.

O grupo voluntário em Satoyama reúne pessoas diversas, jovens, idosos e crianças, em torno da busca da revitalização de possibilidades futuras, pois muitos idosos que ali estão não chegarão a ver o matsutake brotar, conforme Tsing (2021, p. 354, tradução nossa): “Satoyama se converte, assim, em uma zona onde existe a oportunidade de florescer relações sociais que transcendem o humano”. São práticas de ressurgimento, onde “ressurgência é o trabalho de muitos organismos que, negociando através de diferenças, forjam assembleias de habitabilidade multiespécies em meio às perturbações” (Tsing, 2019, p. 226). O ressurgimento do bosque é a possibilidade de vida que se dá por meio da colaboração e além da escala humana.

Emanuele Coccia (2018) argumenta que as plantas não possuem orelhas, narizes, focinhos e outros órgãos mais próximos do nosso especismo e zoocentrismo. É certo, e parece elementar num primeiro olhar sobre a discussão. Contudo, por meio da atenção a estes pequenos detalhes, o autor, em diálogo com a tradição filosófica, efetua uma virada que me interessa para a finalidade desta exposição. O autor propõe que as plantas colocam um limite ao excepcionalismo humano um limite diante do qual é forçoso reconhecer “Nunca poderemos entender o que são as plantas, se não entendemos o que é o mundo”. Não há como dissociar nem metafisicamente nem ontologicamente plantas e mundo. Escreve que a vida da maioria dos organismos está enredada à vida vegetal como produtos da colonização no cotidiano- móveis, comida, oxigênio. Num gesto especulativo fabuloso nos provoca a pensar que a ausência de mãos nas plantas ao invés de um sinal de inferioridade evolutiva pode ser lida como signo da imersão das plantas na matéria mesma que a faz emergir e onde adquire duração.

Entendemos que os giros vegetal e animal, aliado às epistemes feministas, confluem para movimentos contracoloniais de pensamento e pesquisa, nos quais a cosmofobia não se coloca como horizonte. A cosmofobia é definida por Antonio Bispo dos Santos (2018) como uma doença dos colonialistas, de base monoteísta, produtora de saberes frágeis, fragmentados, sintéticos que derivam no medo do cosmos. Antonio Bispo dos Santos (2015) ao pensar contracoloniação diferencia confluência, transfluência e influência. De acordo com ele, colonialistas nunca podem confluir, apenas influir. Transfluir é diferente de transportar, colonialistas e contracoloniais transfluem. No entanto, apenas contracoloniais transfluem para confluir.

Retomando à imagem que abre este texto, como olhar com os olhos de Maripuaana? Como o exercício fabulativo de olhar pelos olhos da serpente pode contribuir para levar a sério as bolsas de ficção deixando de lado as pretensões moderno-coloniais de alçar-nos a fatos? Quais posições se colocam para pesquisadores e pesquisadoras a partir deste convite? O Projeto Águas Potiguara do qual trouxemos uma breve narrativa ao início deste capítulo conflui com aningas, serpentes, sonhos... Na página do projeto, um dos integrantes, ecólogo, relata haver sido abraçado por uma serpente durante a noite, ela o visitou em sonho após o manejo no qual a colocou em um cesto de roupas para soltá-la no dia seguinte.

Para abordar as confluências, Antonio Bispo indaga “Como as águas doces do Rio Nilo e do Rio São Francisco se encontram se há um oceano de água salgada no meio?” Ao que

responde, encontram-se pelas nuvens de água. Ao se encontrarem, dois rios confluem em sua foz, nas nascentes permanecem os rios que nasceram. As confluências são contracoloniais derivando de cosmologias politeístas. Encontram-se pela chuva, pelo céu, pelo cosmos. Encontram-se e nem por isso se confundem inteiramente amalgamando-se numa única substância que ignora suas trajetórias.

Levar a sério as narrativas ‘como bolsas da ficção’ requer políticas de pesquisa em Psicologia Social que operam por confluência, requer lidar com a doença colonista da qual nos fala Antonio Bispo dos Santos, a cosmofobia. Numa transmissão de 2021, no registro da oralidade, pontua o autor quilombola que a cosmofobia não é adjetivável, pois resulta de um pensamento orgânico. A cosmofobia faz com que colonialistas não falem a linguagem das plantas, dos ventos, dos rios. Não podem falar uma língua cosmológica não ocidental, tão somente a língua sintética, marcados pelo terror. Narra ele: “Eu sempre digo que o melhor modo de compreender a transfluência e confluência é seguir o curso das águas. Seguir as águas (Bispo, 2021)”.

Antonio Bispo se coloca como relator de saberes que não está interessado em produzir conceitos, como alguém que traz explicações a partir de acompanhamentos de trajetos, que produz “palavras germinativas” e nunca conceitos. É possível a uma ciência cosmofóbica como a Psicologia Social, sobretudo aquela realizada sob os escombros das caravelas colonialistas nas Américas, confluir com viventes diferentes do humano e outras humanidades que não aquelas orientadas pela modernidade-colonialidade para além dos malfadados estudos de caso? Como Transfluir sem influir? Contando histórias como bolsas de ficção? Narrando conceitos como ficção? Deixando os conceitos em prol das palavras germinativas? E se fazemos estes movimentos, o que nos caracteriza como campo de saberes e práticas?

Tsing (2021) refere ao mundo como polifonia vital, no entanto, estamos somente acostumadas a escutar uma única música. A marcha rumo ao progresso, dentro de uma agitada narrativa heroica de ações e conquistas pareceu por muito tempo atrativa, nos ludibriou, nos obnubilou – parecia que íamos para algum lugar melhor, mas, ao invés de recompensas, nos levou a um mundo de catástrofes (Stengers, 2015) e a um mundo de sobrevivência precária (Tsing, 2021). Ana Tsing argumenta que as monoculturas nos cultivares, nas epistemes e nas ontologias “ao invés do romance conectando as pessoas, as plantas e os lugares, os monocultores [europeus] nos apresentaram o cultivo pela coerção”. Por isto, escolhe acompanhar os terrenos úmidos para a coleta de cogumelos, acompanhando coletores, sujando os pés nas caminhadas, aprendendo a sentir odores, a rearticular o corpo em novos agenciamentos.

Nas pesquisas que realizamos alguns deslocamentos metodológicos vem sendo operados, dentre eles, liberar as imagens da ânsia de descrevê-las, liberar histórias da ânsia de analisá-las. Assim, torna-se possível que nos deparemos com histórias comentadas e não com histórias analisadas, imagens sem legendas, figuras soltas que germinam mundos, confluindo seguindo com terror cosmofóbico colonialista que nos assombra ao tempo que nos contamina numa polifonia vital. Nas experiências de produção de saberes que não podem ser antecipados, eixos de dominação especistas perdem força de organização das narrativas. Objetividade forte e formação de heterotopias se dão num exercício que é compositivo.

Narrar desde posições situadas é um processo que não se concebe autonomamente, já que uma localização é um território espaço-temporal concebido coletivamente, coabitado.

De acordo com Glória Anzaldúa (2021), feminista chicana, a arte situada de narrar quando pensada nos contextos marcados fortemente pela violência colonial, requer diferentes alfabetismos e ouvir múltiplas vozes simultaneamente, algumas delas humanas e outras não. Políticas ontológicas que recolocam animais e vegetais nas práticas conexão e desconexões com humanos devolvem-nos ao cerne do nosso texto que a necessidade de produzir tecnologias para contar histórias que nos permitam conviver com problemas densos de um tempo marcado por catástrofes. O que se quer com estas tecnologias narrativas, no percurso que fazemos, são confluências, não oposições e binarismos. O que se quer é percorrer os complicadores, as complicações, potencializar as alegrias.

Para Isabelle Stengers (2015), na difusão e celebração das que nadam contracorrente pode estar nossa chance de êxito, nossa saída de um futuro bárbaro. A autora nos provoca com trecho de uma pequena fábula especulativa que produz uma gênese do mundo iniciada pelo vento e não pelo verbo. Escreve ela,

No início havia o vento. Como no princípio, bem no princípio, nestes tempos dos quais só as plantas guardaram a memória, nestes tempos em que não éramos ainda, onde nossa existência era tão pouco provável que mesmo a promessa (ou a maldição) de nossa chagada poderia ser acolhida com um riso incrédulo, se as plantas tivessem conhecido o riso e a incredulidade, o que é ainda mais incerto. Não havia animais. Somente as plantas, o vento e a água. As plantas aprenderam o vento e a água e, assim, elas começaram a viajar. [...] As plantas aprenderam a paciência: a água que era preciso esperar e o vento que era preciso domesticar. O desejo não tinha ainda nascido, enfim, como aparece mais tarde. Talvez apenas algumas formas de embriaguez dormente das quais os vegetais guardaram segredo. Depois, vieram os animais e foi neste momento que as plantas aprenderam a potência do desejo, aprenderam a se fazer desejar. As flores e os frutos acompanharam o desejo e os animais acompanharam as plantas. Estranhas núpcias foram celebradas com esta sementeira. Acreditava-se capturar os frutos, as flores e o pólen, este que estava sendo de fato capturado. A beleza, segundo alguns, teria nascido neste momento.

Referências

Anzaldúa, Gloria. (2021). *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha.

Barad, Karen. (2006). *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press. Doi: <https://doi.org/10.1215/9780822388128>

Barad, Karen. (2012). «Interview with Karen Barad». In Rick Dolphijn & Iris Van Der Tuin. *New Materialism: Interviews & Cartographies* (pp.48-70). Michigan: Michigan Publishing, University of Michigan Library

Dias-Benitez, Elvira (2021). *Vidas Negras: pensamento radical e pretitude*. In Hortense J. Spillers, Sylvia Wynter, Saidiya Hartman, Fred Moten, Denise Ferreira da Silva. *Pensamento Negro Radical: antologia de ensaios* (pp. 1-15). São Paulo: N-1 Edições.

Carvalho, Ana M. A. (1994). O que é “social” para a psicologia? *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, 2 (3), 1-17. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mar. 2022.

Coccia, Emanuele. (2018). *Vida das plantas – uma epistemologia da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.

Despret, Vinciane. (2021). *Simbiología: conversaciones indisciplinadas: Vinciane Despret y Pablo Méndez*. disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BqIWI12sGcs>.

Farr, Roberto M. (2010). *As raízes da psicologia social moderna*. (9. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Ferreira da Silva, Denise. (2014). “Toward a Black Feminist Poethics: The Quest(ion) of Blackness Towards the End of the World”. *The Black Scholar*, 44(2), 81-96.

Ferreira da Silva, Denise. (2019a). *A dívida impagável*. Edimburgo; São Paulo: Oficina da Imaginação Política/Living Commons/Casa do Povo.

Ferreira da Silva, Denise (2019b). “How.” E-Flux # 105 (<https://www.e-flux.com/journal/105/305515/how/>). December.

Ferreira da Silva, Denises (2019). “Em Estado Bruto.” *Ars*, 17(36), 45-56.

Galindo, D. C. (2003). Sobre os ciborgues como figuras de borda, *Athenea Digital*, Barcelona, 4, 1-10.

Galindo, Dolores. (2011). Experimentos Ontológicos. Variações Queer. *Revista Polis e Psique*, 1(n. spc.), 90-111.

Galindo, Dolores, & Milioli, Danielle. (2017). Para esquecer futuros salvíficos e permanecer com o problema. In E. F. Rasera, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs). *Democracia participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 95-118). Porto Alegre: ABRAPSO.

Galindo, Dolores, Milioli, Danielle, & Mélo, Ricardo. (2016). «Psicologias sociais responsivas para com animais». *Athenea digital*, 16(2), 373-88. <https://raco.cat/index.php/Athenea/article/view/311646>. Acesso em 07 de março de 2022.

Galindo, Dolores, Silva, Fábio Henrique Martins, & Lemos, Flávia Cristina Silveira. (2021). Feminismos ciborgues em uma cama de gato, ciência e saberes coletivos universitários de mulheres. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del Rei, 16(3), 1-14. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300014&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 06 mar. 2022.

Galindo, Dolores, & Milioli, Danielle. (2020). Psicologia e etologias: algumas contribuições de Deleuze, Haraway e Despret. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, 10(1),63-84. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2020000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.89736>.

Galindo, D., & Fernandes, S. L. (2021). Da ruptura do pacto com a transparência:. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 10-20. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60930>

Galindo, Dolores, Mélo, Ricardo, & Moura, Morgana. (2022). *“Congela o tempo para eu ficar devagarinho”*: poéticas Grupais em Psicologia. mimeo.

Guattari, Felix. (1990). *As três ecologias*. São Paulo, Papirus.

Haraway, Donna. (2016). Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte*, 3(5), 139-146. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>

Haraway, Donna. (2019). *Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno*. (H. Torres, Trad.). Bilbao: Edición Consonni.

Hartman, Saydia. (2021). *Perder a Mãe: uma jornada transatlântica pelas rotas da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

hooks, bell. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes.

hooks, bell. (2021). *Ensinando comunidade: uma pedagogia da comunidade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Ingold, Tim. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>>. Epub 31 Jul 2012. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>.

Lather, Pierre, & Pierre, Saint. (2013). Introduction: Post-qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 26(6), 629-633.

Le Grange, Lesley. (2000). Is qualitative research a meaningful term for describing the cross-fertilisation of ideas which characterises contemporary educational research? *South African Journal of Education*, 20(3), 192-195.

Souza, Lemos Leonardo. (2017). *Epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento: percursos na pesquisa sobre gênero sobre gêneros, sexualidades e juventudes*. Assis, 2017. (Livre-Docência em Psicologia do Desenvolvimento), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

Lugones, Maria. (2020). Gender and Universality in Colonial Methodology. *Critical Philosophy of Race*, 8(1-2), 25-46.

Massumi, Brian. (2018). *O que os animais nos ensinam sobre política*. São Paulo: N-1 Edições.

Mélo, R. P. (2018). *Cuidar? De quem? De quê?: a ética que nos conduz*. Curitiba: Appris.

Stengers, I. (2002). *A invenção das ciências modernas*. Tradução de Max Altman. São Paulo: 34.

Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify.

Stengers, I. (2018a). Science fiction to science studies. In Stephen Meyer. *The Cambridge companion to Literature and Science. Literature and Science* (pp. 25-42). Cambridge: Cambridge University Press.

Stengers, I. (2018b). *Reclaiming imagination: speculative SF as an art of consequences: an interview with Isabelle Stengers*. Disponível em: <https://www.natcult.net/interviews/reclaiming-imagination-speculative-sf-as-an-art-of-consequences/> Acesso em: 12 dez. 2021.

Taddei, Renzo. (2015). “O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)”. In Siqueira, A.; Valencio, N.; Siena, M.; Malagoli, M. A. (Org.). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos* (pp. 310-324). São Carlos: Rima.

Tsing, A. L. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Edição de Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorio Devos. Brasília: IEB Mil Folhas.

Tsing, A. L. (2015). *The Mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princenton, NJ: Princenton University Press.

Tsing, A. L. (2021). *La Seta del fin del mundo*. Tradución de Francisco J. Ramos Mena. Madrid: Capitán Swing.

Nascimento, Tatiana. (2017). Mas como toda opressão está conectada? In Lessa, Patrícia, & Galindo, Dolores. (Orgs.). *Relações multiespécies em rede: feminismos, animalismos e veganismo* (pp. 37-45). Maringá: UEM.



A (IN)SUSTENTÁVEL (IN)VISIBILIDADE DE PESSOAS LGBTQIAP+ NA UNESP: INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E EQUIDADE

Prof. Dr. Fernando Silva Teixeira Filho¹⁸
Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza¹⁹

Convidados a escrever sobre as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UNESP, Campus de Assis, unimos nossas experiências e decidimos descrever criticamente sobre as políticas de visibilidade, acessibilidade e permanência das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, *Queer*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e outros (LGBTQIAP+) na universidade. Em especial, no caso da pós-graduação, perguntamos sobre de que modo se faz pesquisa com e para a população LGBTQIAP+ sem que ela seja, também, pesquisadora?

E, desde o princípio, encontramos-nos com um problema: não há dados sobre esta população. Quantos são os/as discentes, docentes e técnicos LGBTQIAP+? Em outros termos,

18 Licenciado e formado em Psicologia pela Universidade Paulista (1989); Mestre (1993) e Doutor (2000) em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Livre-Docente (2013) em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professor adjunto (nível 2) na Universidade Estadual Paulista, em Assis, SP, atuando na graduação e na pós-graduação. Licenciado em Música pela Faculdade Claretiano (2021). Estudante de Pós-Graduação em Musicoterapia pela Faculdade Censupeg. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase clínica e social trabalhando com os temas: Psicologia e Estudos de Gênero e LGBTQIAP+; Psicologia e Enfrentamento à LGBTQIAP+fobia; Estudos Descoloniais; Psicologia e Musicoterapia; Promoção e Produção de Saúde no SUS.

19 Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Assis, atuando na graduação em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Campus de Marília). Doutor em Educação pela UNICAMP e Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela UNESP-Assis. Realizou estágio pós-doutoral na Universitat de Barcelona. Foi professor visitante na Universidad de Santiago de Chile e na Universidad Alberto Hurtado. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP (GT Psicologia, Políticas e Sexualidades), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação-ANPED (GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação) e da LASA - Latin American Studies Association. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Psicologia, Cultura e Coletivos Queer - PsiCUQueer e do LIESS - Laboratório Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades. Tem como campo de estudos as políticas e os processos de subjetivação de gêneros e sexualidades nas práticas e saberes de/ sobre infâncias, adolescências e juventudes a partir dos estudos feministas, pós-estruturalistas e decoloniais.

vive-se a visível invisibilidade dessa população²⁰. Em quais campi e cursos estas pessoas estão mais concentradas? Quais são suas demandas? Não há dados. Seríamos, assim, todos, todas e todes presumidamente cisgêneros²¹ e heterossexuais, confirmando a tese de que somos, desde sempre, cisheterossexuais²²?

Vivemos em uma sociedade na qual se naturalizou presumir a existência heterossexual e cisgênera para todas as pessoas. Trata-se de um “cistema” que produz um regime discursivo sócio-político-cultural que organiza as relações sociais sempre a partir da identidade heterossexual e da identidade de gênero cis como vivências compulsórias, validadas positivamente, acreditáveis. A naturalização desta compulsoriedade cisheterossexual como normalidade condiciona todas as outras experiências divergentes à anormalidade, ao estranhamento, ao descrédito, à abjeção e à invisibilidade. Assim, não nos causa espanto a ausência de dados sobre pessoas transgêneros, travestis, homo, bi, pan ou assexuais na universidade, já que uma das estratégias de manutenção de uma suposta normalidade natural e soberana da cisgeneridade é a produção de ocultamentos de toda e qualquer dissidência a ela.

Deriva-se disso que o sistema cisheterossexual produz uma base de validação e inteligibilidade dos discursos que ele próprio cria e legitima para a manutenção de seus privilégios. Mas, uma vez que nem as sexualidades nem as identidades de gênero diversas à cisheterossexualidade não são estampadas no rosto de ninguém — a não ser pelo estereótipo —, ela só se torna visível quando afirmada pelo sujeito: “Eu sou homossexual”; “Eu sou bissexual”; “Eu sou pansexual”; “Eu sou assexual”; “Eu sou uma mulher ou um homem trans”. Assim que afirmada, as sexualidades e gêneros diversos são desacreditados, são desvalorizados e, no capitalismo, aquilo que não tem valor na hierarquia dos valores já é mais facilmente descartável, indesejável, manipulável, alienável, subalternizado.

Uma das experiências mais concretas da presença deste “cistema” cisheterossexual é que desde muito cedo todas e todos nós somos educados para sermos cisheterossexuais. Desde nossas experiências infantis mais primitivas — nossos enxovais, nossas primeiras roupinhas, a cor de nossa chupeta, nossos cadernos e estojos escolares etc. —, somos motivados, estimulados, recompensados a desempenhar um papel de gênero em conformidade com nosso sexo biológico e com a orientação sexual a ele atribuída. Assim, “meninos usam azul e meninas usam rosa”. É o que se pode denominar “cistema” sexo/gênero/desejo, a partir do qual, por exemplo, um corpo com pênis é lido como macho, portanto, do gênero masculino

20 Muito embora a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) tenha produzido um louvável relatório sobre Censo - Segmentos Discente, Servidores Docentes E Técnico-Administrativos (acessível em <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/sobre/>) o mesmo não apresenta dados de pessoas LGBTQIAP+ pelo fato de não constar um registro com perguntas sobre isso nos sistemas de ingresso de discentes e docentes na UNESP.

21 Diz-se cisgênero para nomear a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Atribuição que, a partir do discurso médico, organiza o gênero tendo como referência os genitais. Assim, para quem nasce com pênis ser-lhe-á atribuído o gênero masculino; para quem nasce com vagina, o gênero feminino.

22 Para maior detalhamento sobre a cisheteronormatividade ver: Mattos, Amana R; Cidade, Maria Luiza R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Revista Periódicus, v.1, n.5, p. 132-153, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181>

e heterossexual. Mas, nem todas/os/es nós sentirá esse “cistema” como destino aos nossos desejos, nosso gênero e/ou nosso sexo. Por exemplo, uma pessoa pode, na adolescência ou mesmo na adultez, tomar consciência de sua orientação sexual não heterossexual. Uma pré-adolescente pode se descobrir um menino. Um menino pode se descobrir uma travesti. E nenhuma destas pessoas, respectivamente foi criada para ser um homem cis gay ou uma mulher cis lésbica, um homem ou uma mulher transgênero, uma travesti. Em resumo, ninguém é criado, educado, motivado, incentivado a ser outra coisa senão cisheterossexual. Imaginem a frase: “Eu amaria que meu filho se torne uma médica travesti de sucesso”; ou “Eu amaria que minha filha cis se casasse com uma mulher trans tão bem-sucedida quanto ela”. São muito poucas as pessoas que, na melhor das hipóteses, consegue desejar que seus e suas filho/as se tornem adultos felizes independentemente de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Assim, podemos afirmar que às pessoas dissidentes da cisheteronormatividade faltam diversos códigos sociais de interação, de validação discursiva, da paquera, do amor, da amizade, enfim, da sociabilidade. A aprendizagem destes códigos, a validação positiva, pública, explícita e visível destas identidades lhes foram inexistentes. Do pouco que aprenderam sobre suas identidades, muito se resume à desqualificação, desvalorização, abjeção. Tal carência educacional e afetiva são, muitas vezes, confundidas com imaturidade, pois que gera insegurança e um forte desejo de compensação para virem a ser aceitos/as e validados/as.

Assim, a identidade sexual e de gênero não cisheterossexual nunca é dada, nunca é visível e naturalizada desde sempre. Ela é construída, e tal construção é variável conforme diversos momentos da vida e contextos sociais e culturais. Assim, por exemplo, em contextos mais hostis às dissidências cisheterossexuais, uma pessoa LGBTQIAP+ pode voltar a “entrar no armário”, isto é, não revelar sua identidade sexual e/ou de gênero para preservar, por exemplo, sua integridade física²³. Logo, muitas pessoas LGBTQIAP+ tentam se tornar invisíveis e se passam por cisheterossexuais aos olhos de colegas de trabalho, de escola, familiares e sociedade.

Agora, imaginemos o que é viver em uma sociedade que rejeita a todas e todos que explicitam a sua não conformidade à cisheterossexualidade? Como dirá a psicóloga mexicana Marina Castañeda (2007, p.20): “Acostumada/os a esconder uma parte essencial de seus desejos e de suas necessidades afetivas, [as pessoas LGBTQIAP+] em geral mostram apenas um aspecto superficial dela/es mesma/os. Muitas/os têm dificuldade de expressar, e até mesmo de identificar seus sentimentos; podem parecer superficiais ou pouco interessada/os pelos outros. Escondem, às vezes, sua realidade cotidiana: assim, [por exemplo] ouvimos homossexuais que vivem há anos com alguém falarem como se estivessem sozinhos”²⁴. Concluindo, muitos LGBTQIAP+, para se protegerem da hostilidade social preferem se tornar invisíveis socialmente. Nada pode ser mais vitorioso ao “cistema” de opressão

23 E isso, em um país como o Brasil que é o que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo, sendo dentre estas as pessoas transgêneras e travestis as mais vitimizadas, nada pode ser mais frequente que a negociação da saída e (re)entrada no armário. Sobre os dados letais da LGBTQfobia no Brasil ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/>

24 Castañeda, Marina. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

às dissidências à cisheteronormatividade do que uma pessoa LGBTQIAP+ que introjeta a invisibilidade que a ela/e se quer atribuída.

Por isso, a Revolta de *Stonewall* em 28 de junho de 1969 é considerada um importante marco de empoderamento, de orgulho, para a população LGBTQIAP+²⁵. Tendo como estratégia principal de combate à LGBTfobia, esta revolta deu origem às Paradas LGBTs mundo afora tal qual a conhecemos atualmente. Com palavras de ordem do tipo: “somos muitos e estamos em todos os lugares”, esta manifestação colocou em evidência as pautas de igualdade de direitos e inclusão social das pessoas dissidentes aos padrões cisheteronormativos e as mesmas passaram a somar voz e corpo às reivindicações feministas e raciais, pois o que as une é o combate ao “cistema” de privilégios compulsórios que a cisheteronormatividade branca e masculina se auto atribui em detrimento de outras inúmeras variantes da existência humana.

Esta apologia à suposta superioridade do homem cis, branco, heterossexual verá sua supremacia dominante ser abalada por inúmeras revoltas e revoluções cotidianas ocorridas em muitos países do Ocidente. O século XX foi o século de revoltas sociais e resistências a este modelo colonial, homogeneizador, de organização social que sabemos ser um fator gerador dos modos de produção capitalista de opressão, de desigualdade, de meritocracia social. Foi também o século de desconstrução desse outro dispositivo de controle e opressão chamado homofobia.

A palavra homofobia pode ser entendida, grosso modo, como uma rejeição à homossexualidade. Mas, de um modo mais amplo, aplica-se à rejeição a toda e qualquer forma de expressão de gênero e sexualidade divergente da cisheterossexualidade. Por isso, atualmente, diz-se LGBTQIAP+fobia (ou LGBTfobia) para que se possa dar a devida visibilidade às especificidades de seus modos de opressão em relação às diversas identidades de gênero e/ou sexuais. A homofobia é um sistema de opressão que assume diversos modos de significação tanto quanto a definição de homossexualidade: “em alguns países a homofobia aplica-se somente aos homens, e não às lésbicas; ou somente aos homens que se deixam penetrar; ou somente aos homens que se vestem como mulheres. [...] A homofobia não é nem instintiva, nem natural, nem universal... nem inevitável” (Castañeda, 2007, p.143-144)

Para que serve a LGBTQIAP+fobia? Sua função é regular as relações sociais a partir da manutenção dos privilégios cisheterossexuais. Ela “normaliza” a cisheterossexualidade dando-lhe a sensação moral de superioridade, já que, “os homossexuais são sempre os outros”. Ademais, ela banaliza as dissidências, imputando-lhes estereótipos, caricaturas e paródias visando, claro, minimizar os questionamentos que as dissidências produzem à falsa naturalidade da cisheterossexualidade.

Mas, esse sistema de opressão não teria sucesso se, de outro lado, também não atuasse subjetivamente nas pessoas dissidentes. Visando a aceitação social e, em muitos casos, a preservação de sua existência física e psíquica, muitas pessoas LGBTQIAP+, desde muito cedo, aprendem a desconfiar de seus desejos sexuais, a rejeitar seu erotismo, a reprimirem

25 Para maior detalhamento ao tema ver “Rebelião de Stonewall” https://pt.wikipedia.org/wiki/Rebelião%3%A3o_de_Stonewall

suas emoções o que lhes causa dificuldades nas relações sociais e íntimas. Por isso, deve-se sempre se perguntar: acostumados a serem alvos de tanta violência simbólica, física e psicológica, o que as pessoas LGBTQIAP+ fazem com a cólera que lhes é projetada e, em muitos casos, sentida contra eles mesmos, ou seja, introjetada? De que modo essa emoção participará do processo de aprenderem a odiar sua diferença, a se auto desvalorizarem, a sentirem vergonha de si mesmos e, em alguns casos, desejarem se matar para cessarem seu sofrimento?

Do século passado guardamos duas grandes conquistas na luta contra a LGBTQIAP+fobia: a despatologização da homossexualidade e a criminalização da homofobia. A psicologia brasileira tem sido pioneira no mundo na produção de uma Resolução de ética específica de enfrentamento à LGBTfobia. Inicialmente, a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece os parâmetros de atuação do e da psicólogo(a) no tratamento de pessoas homossexuais proibindo assim o tratamento da homossexualidade per se, já que desde 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças²⁶. Agrega-se a esta a Resolução CFP de 29 janeiro de 2018, que tem o objetivo de impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias. Como lembra a conselheira Sandra Elena Sposito, psicóloga, doutora em psicologia pela UNESP, Campus de Assis, “não há doença, não há patologia, não há desvio. E quando publicamos a nossa Resolução CFP nº 01/2018, consolidamos isso, formalizamos para toda a categoria no Brasil a perspectiva não patologizante das transexualidades”²⁷. Pautada nesta compreensão e movida pelas articulações com os movimentos sociais²⁸ de Travestis e Transgêneros brasileiras, a Resolução 01/2018 fundamenta-se nos princípios: transexualidades e travestilidades não são patologias; a transfobia precisa ser enfrentada; e as identidades de gênero são autodeclaratórias.

Ainda que com um hiato de cerca de 26 anos em referência à primeira Parada LGBT do mundo, desde a primeira Parada LGBT no Brasil ocorrida em 1995 na praia de Copacaban, RJ, seguida por São Paulo em 1997, vimos no Brasil que a luta LGBTQIAP+ por inclusão social,

26 Desde de sua promulgação esta Resolução vem sofrendo ataques de grupos de psicólogos evangélicos que apelam pelo direito em tratar pessoas homossexuais visando a conversão de suas orientações sexuais. O histórico deste processo pode ser aferido na página do Conselho Federal de Psicologia, a saber: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-0199/>

27 Para mais detalhes sobre o tema ver: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/> Lembrando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) oficializou no dia 21 de maio de 2019, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Pela nova edição da CID 11, a transexualidade sai, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”.

28 Desde os anos iniciais do flagelo da AIDS no início de 1980, proliferaram mundo afora diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Associações Filantrópicas com o intuito de cuidar, reivindicar, lutar pelos direitos de pessoas vivendo com HIV e Aids, dentre elas, muitas pessoas LGBTQIAP+. Em relação a esta população específica, destacamos as citadas ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) e ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos) as quais tem forte destaque nacional na luta pela igualdade de direitos da população em pauta.

respeito, igualdade de direitos forçou o sistema cisheterossexual a ser mais tolerante em relação às dissidências, até porque, em muitos países o ódio explícito ou velado às pessoas LGBTQIAP+, grosso modo, a homofobia, já é crime previsto em Lei. Aqui no Brasil, infelizmente, não temos uma lei específica sobre a questão. A única que existia, o PLC 122/06 foi arquivado em 2015. Assim, o que temos é um julgamento do Superior Tribunal Federal (STF) em 13 de junho de 2019, que equiparou os crimes homofóbicos aos crimes de racismo nos casos de agressões contra pessoas LGBTQIAP+ até que o Congresso Nacional crie e aprove uma lei específica²⁹.

Mas, agrega-se a isso o fato de que, quanto mais “tolerante” o ambiente foi se tornando, mais e mais pessoas dissidentes foram “saindo do armário” nas esferas públicas e privadas e foram sendo assimiladas pelas pessoas cisheterossexuais como “tão normais quanto elas mesmas”. É como se para aceitar a diferença fosse necessário ao “cistema” transformá-la em uma igual, apagando assim a sua diferença. É preciso desfazer esse equívoco, pois a igualdade de direitos não torna a todos idênticos, leia-se: “as pessoas dissidentes ao padrão cisheteronormativo são tão normais quanto as pessoas cisheterossexuais”. Não há nem normalidade nem anormalidade nem em uma nem em outra orientação sexual e/ou identidade de gênero. Essa rotulação normal igual a natural é ainda amparada nos argumentos biológicos de que a sexualidade humana visa à reprodução da espécie como se toda a pessoa heterossexual quisesse, desde sempre, reproduzir. Esta ainda é uma das dificuldades que temos a enfrentar no século XXI: desconstruir o desejo de se ver e se sentir normal que corre nas veias de todas as pessoas do “cistema”. Um desejo que, claro, não nasce com elas, mas que antes lhes é compulsória e culturalmente imposto, motivado, positivamente reforçado e que lhes traz satisfação e privilégios em suas interações públicas e privadas.

Ao século XXI cabe, portanto, a consolidação e ampliação dos direitos e inclusão alcançadas no século passado. E é aqui que nos perguntamos sobre o papel da Universidade na luta contra à LGBQIAP+fobia, contra os “cistema” de dominação colonial cisheterossexual?

As universidades podem, devem e precisam colaborar na luta por uma sociedade mais igualitária e equânime e elas podem fazer isso em todos os seus níveis: ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão. Para tal, deve implementar políticas de ações afirmativas. Trilhando os caminhos de conquistas dos Movimentos de luta contra o racismo e discriminações étnicas, as políticas de ações afirmativas são medidas voltadas a reparar a produção histórica da naturalização e manutenção das desigualdades sociais, políticas e econômicas entre grupos de uma dada sociedade. “Esse tipo de ação faz-se necessário quando a assimetria de oportunidades entre grupos sociais deriva de suas características culturais, fenotípicas, biológicas ou de injustiças históricas, comuns em sociedades que sofreram processos de colonização escravocrata, segregação racial, guerras civis. Ações afirmativas também são fundamentais em sociedades multiculturais ou com intensos fluxos migratórios”.³⁰ Portanto, as ações afirmativas não devem ser confundidas com antidiscriminatórias que são dispositivos para punir e coibir atos de discriminação e para conscientizar e educar em relação ao tema da discriminação. As ações afirmativas, por

29 Para maiores informações ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia_no_Brasil

30 Para maiores informações ver: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>

seu turno, são medidas focadas em diminuir a assimetria entre grupos estigmatizados, vitimizados pelas exclusões ocorridas no passado e perpetuadas no presente visando evita-las no futuro.

Ações afirmativas na Unesp: em busca do acesso e permanência da população LGBTQIAP+

A Organização das Nações Unidas (Al-Hussein, 2015) tem produzido relatórios frequentes em que há a constatação de que no Brasil, assim como em outras partes do mundo, há dificuldades de acesso da população LGBTQIAP+ a direitos sociais como saúde, educação e trabalho. E mais, que a falta de uma lei de criminalização contra a discriminação e violência aumenta a impossibilidade de garantia de direitos e vulnerabiliza as pessoas pela sua identidade de gênero e orientação sexual. Mello et al (2012) apontam que apesar de muitos avanços na proposição de políticas públicas, pouco se há efetivamente ao alcance da população LGBTQIAP+. Piovesan e Silva (2015) já salientaram também para o fato de que a efetivação dos direitos da população LGBTQIAP+ tem como um dos seus empecilhos a ideia de que os direitos dessa população não são reconhecidos como direitos humanos. Daniliauskas (2010) trata de analisar como especificamente as homossexualidades aparecem em documentos oficiais de políticas públicas, alguns do campo da educação, que vão desenhando tensões com a vinculação dessa população como “sujeito de direitos”.

No Brasil, apesar de um conjunto de movimentos, anteriores ao golpe civil parlamentar de 2016, tenha buscado a tentativa de formação de educadores para o trabalho com as diversidades de gêneros e sexuais (Projeto Escola sem Homofobia; formação em Gênero e Diversidade na Escola; Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas), recentemente a força do dispositivo cisheteronormativo na construção de discursividades contrárias aos direitos da população LGBTQIAP+, se materializa na produção do termo “ideologia de gênero” em que se fundou a ideia de que há uma ditadura das identidades de gênero e das sexualidades na educação.

Diante desse cenário, sob os discursos da denominada “Escola sem Partido”, na tentativa de neutralizar a discussão política, pulverizando direitos e necessidades, tornaram-se inespecíficas as violências que deveriam ser combatidas em documentos oficiais na formação escolar. Em 2014, os termos gênero e sexualidade foram excluídos do texto do Plano Nacional de Educação, retirando a obrigatoriedade de se discutir esta temática nos conteúdos escolares. Recentemente, em 2017, o Ministério da Educação também excluiu o trecho do texto da Base Nacional Curricular Comum que trata das habilidades e competências a serem desenvolvidas com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, em que se ressaltava o respeito a orientação sexual dos estudantes e também o termo gênero como conteúdo a ser trabalhado.

Isto tudo mesmo diante de pesquisas como a empreendida e divulgada em 2016 pela Associação de Bissexuais, Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT, 2016) sobre as experiências de jovens gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros no Brasil. Esta pesquisa constata que o ambiente escolar não é um local seguro para quem difere do projeto de cisheteronormatividade o qual se insere as pessoas em processos hegemônicos de heterossexualidade como normalidade e correspondência direta entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Destacam-se as situações de humilhação e exclusão (com consequente

abandono/expulsão compulsória da escola) e sensação de insegurança diante da não existência de referências profissionais para apoio e acolhimento diante destas situações.

Na educação superior existem algumas ações e políticas afirmativas institucionais que garantem o acesso e permanência da população LGBTQIAP+ nas universidades (Santos, 2017; Alves & Silva, 2016; Nardi et al, 2013). Entretanto, ainda são poucas. O que existe são ações empreendidas pelos movimentos sociais na forma de coletivos e grupos organizados em seus interiores que têm empreendido atividades para a visibilização dessa população no contexto universitário (Souza, 2015).

As políticas afirmativas, segundo Fonseca (2009), são feitas para populações em estado de vulnerabilidade com a função de oferecer o acesso e a garantia de direitos. As que nos interessam nesse estudo são as ações decorrentes destas e que têm como finalidade tanto o acesso (estratégias de garantias de direitos à educação superior, principalmente para a população trans, por exemplo) quanto a permanência. Esta última pode estar relacionada à viabilização de manutenção residencial, financeira, educativa, formativa e de socialização da população LGBTQIAP+. Notadamente, nos interessa conhecer também aquelas que são eminentemente educativas e inclusivas e que se propõem à promoção de um ambiente seguro e respeitoso para as diferentes expressões dos gêneros e sexualidades na universidade.

Em 2016 o Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério de Justiça e Cidadania, lançou o Pacto Universitário pelos Direitos Humanos e Diversidade (<http://edh.mec.gov.br/pacto/>). Nele sugere-se a adesão das universidades brasileiras pela proposta de uma formação que abarque os direitos humanos e a diversidade. O modo como ela se dá e seus fundamentos são pouco específicos, mas propõe-se que sejam conteúdos e projetos desenvolvidos no seu interior. Em 2017 as Universidades paulistas aderiram também ao pacto.

Grande parte das discussões e realidades sobre a educação para pessoas LGBTQIAP+ tinham sido estudadas no contexto da educação escolar (Vianna, 2015), o que nos faz perguntar como tem sido as ações afirmativas e de garantia de direitos e proteção à população LGBTQIAP+ nas universidades.

O espaço da universidade pode ser um agente, em nome da manutenção desse sistema opressivo, onde são promovidos privilégios e hierarquias sociais aos que conseguem transparecer uma imagem aceitável às diretrizes da heterossexualidade. No entanto, pode ser também um espaço para legitimar outras possibilidades de existência ao proporcionar espaço para que figuras subversivas como a população LGBTQIAP+ possam ocupar esse espaço e produzir vocabulários inclusivos para aqueles que não são contemplados pela heteronormatividade e materiais teóricos que incluam além daquilo que vem legislado em nome de uma suposta maioria há tanto tempo.

Diante disso, nota-se que os mecanismos de dominação e hegemonia ainda estão presentes nas universidades (Silva, 2017; Silveira, 2012), produzindo ainda barreiras como o preconceito racial, de classe e de orientação sexual e gênero, só para citar alguns, ainda comparando como efeitos da manutenção de desigualdades marcadas pelos discursos da sujeição do diferente.

As pesquisas sobre o impacto de políticas e ações afirmativas voltadas para a população LGBTQIAP+ nas universidades brasileiras são poucas e recentes, muitas delas tratando-se

de relatos de casos de algumas instituições (Souza, 2015; Santos, 2017; Ferreira, & Vanin, 2016, Silva, 2017).

O trabalho de Souza (2015) e de Amaral (2013) abordam as práticas de coletivos LGBTQIAP+ na busca de visibilização da diversidade na universidade. A possibilidade do exercício da militância no ambiente universitário, e o que ele provoca enquanto espaço de reivindicação de direitos e cidadania LGBTQIAP+, demonstram a falta de políticas institucionais que garantam respeito pelas suas identidades e necessidades no interior da universidade.

Já Santos (2015) aprofunda as questões sobre a condição de ser LGBTQIAP+ numa universidade, como uma variável relevante na análise de processos de exclusão. A permanência e a acessibilidade aos processos educativos no contexto universitário são analisadas em um estudo de caso relacionado ainda à três estudantes LGBTQIAP+ que estavam em formação pedagógica para educação do campo. Os processos vivenciados por estes jovens revelaram mecanismos de exclusão da universidade que se pautam pelas normas cisheterossexistas e masculinistas. Assim, os processos educacionais universitários desvelam práticas pedagógicas e relacionais que situam a condição de ser LGBTQIAP+ como: fora da norma, inadequados ou, ainda, incapazes de certas aprendizagens e de ocuparem lugares exclusivamente femininos ou masculinos.

A pesquisa de Silva (2017) e de Alves e Santos (2016) apontam processos semelhantes de exclusão com um grupo de estudantes LGBTQIAP+ no relato de suas vivências, notadamente nas práticas de sala de aula e formais de aprendizagem. No entanto, os entrevistados também situam as possibilidades de resistência, que criam formas de permanecer e existir na universidade que possibilitam, nas micro relações, a expressão das suas sexualidades e gêneros não-binários e normativos.

No Brasil o advento da Lei 12.711 de 2012 que estabelece as reservas de cotas para estudantes oriundos de escola pública, afrodescendentes e de classe econômica baixa, ampliou o acesso a parte da população que historicamente tem sido excluída do direito ao Ensino Superior. Por outro lado, uma análise mais detalhada destas mudanças acaba por indicar que outros grupos que se interseccionam a estes elencados na lei, como a população LGBTQIAP+, por exemplo, não tem políticas específicas. Nem sempre as expressões de gênero e sexuais foram consideradas como marcadores sociais relevantes na acessibilidade e permanência.

Com o movimento social (Sales, 2019, Barreto et al, 2018, Mello et al, 2012) colocando em pauta as questões da cidadania e direitos LGBTQIAP+ este é, historicamente, mais um importante e estratégico campo de luta. Não só o acesso, mas também a permanência com dignidade, como temos visto com a garantia do uso do nome social para a população trans no contexto do Ensino Básico e Superior (Decreto Federal 8.727 de 2016), bem como a adequação da identidade de gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de laudos psicológicos ou psiquiátricos.

As políticas de garantia de direitos e da cidadania LGBTQIAP+ tem avanços (Mello et al., 2012). Apesar disso, há muito ainda que se garantir sobre a qualidade de permanência da população LGBTQIAP+ nas universidades. Embora existam leis que garantam direitos, os processos pedagógicos e os mecanismos de exclusão fundados na cisheteronormatividade ainda são existentes, majoritários e reforçados por outras lógicas. As universidades, que

pretendem se tornar um espaço verdadeiramente democrático, necessitam repensar sua cultura androcêntrica, sexista e cisheterossexista, com políticas afirmativas de acesso e permanência que garantam as necessidades e especificidades da população LGBTQIAP+.

O que a UNESP tem feito pela inclusão da população LGBTQIAP+?

Diante de demandas constantes da comunidade universitária e com a emergência em se fazer conectada às realidades enfrentadas pelos diferentes grupos sociais que a compõem, a UNESP criou o Projeto Educando para Diversidade³¹ que realizou uma série de ações ao longo dos anos de 2017 a 2020. Dentre estas ações várias foram relacionadas à mobilização e produção de debates com a comunidade universitária sobre direitos LGBTQIAP+, especialmente sobre o uso do banheiro segundo a identidade de gênero. No âmbito do Programa de TV Educando para Diversidade, dirigido pela equipe da TV UNESP em colaboração com grupos de pesquisa e pesquisadores foram realizados programas sobre o direito ao uso do nome social, sobre os direitos de pessoas travestis, transexuais e transgêneros³².

Ainda no âmbito do projeto, no ano de 2019, em parceria com a Universidade Complutense de Madrid, foi adaptado e elaborado o Guia de Prevenção ao Assédio Sexista/Sexual/de Identidade e Expressão de Gênero/Orientação Sexual. Neste material consta uma série de informações sobre as situações de assédio e discriminação em relação às mulheres e pessoas LGBTQIAP+ no âmbito da universidade: como identificar, como agir diante de uma situação de assédio e discriminação, sendo vítima ou testemunha. Desse material pioneiro se desenvolveram outros desde uma perspectiva interseccional³³.

O Projeto Educando para Diversidade ainda teve outras frentes de ação com a finalidade de mobilizar a comunidade universitária para a construção de uma cultura de respeito às diversidades de gênero e das expressões das sexualidades na universidade, tais como campanhas, boletins e newsletters nas redes sociais (Instagram) e na página do Projeto. Ele também auxiliou projetos de extensão com a mesma finalidade, um exemplo é o Podcast Gesi – gênero sem ideologia³⁴, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do Campus de Bauru.

Da experiência com o projeto educando para Diversidade, é que muito recentemente, em 2021, a UNESP criou o CAADI - Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade³⁵, que, como o próprio nome diz, tem como objetivo minimizar e eliminar as desigualdades e segregações entre grupos elitizados e marginalizados na sociedade.

Uma das primeiras ações foi desenvolver um censo para conhecer a composição da universidade após anos de ações afirmativas e inclusivas. Uma das lacunas foi a falta de informações sobre a população LGBTQIAP+ no contexto universitário, por falta de banco de dados com questões relacionadas. Apesar disso, outras informações foram possíveis de

31 <https://educadiversidade.unesp.br/>

32 <https://tv.unesp.br/educandoparadiversidade/sobre>

33 <https://educadiversidade.unesp.br/midias/pdf/guia-assedio/assedio-pdf-1.pdf>

34 <https://open.spotify.com/show/6k4VvLy4dhFTFKjgzd47Va>

35 Para maiores detalhes ver: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi>

serem acessadas, especialmente sobre formação, projetos de extensão, ensino e pesquisas realizadas no âmbito da UNESP

No que diz respeito à pesquisa e extensão, como demonstra o relatório produzido pelo CAADI, “CENSO - Diversidades no Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação³⁶” é onde encontramos os resultados mais animadores no que diz respeito à visibilidade e crítica aos temas, conteúdos e métodos de investigação sobre as questões LGBTQIAP+ e outras populações vulneráveis. O relatório se refere a apenas ao ano de 2021, no qual consta 40 teses e dissertações defendidas, 20 grupos de pesquisa, 18 disciplinas e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e 16 disciplinas em cursos de graduação e 12 projetos de extensão com os temas gêneros e sexualidades. Eles se concentram principalmente nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Entretanto, ainda sem nenhum dado sobre diversidade de gênero e de orientação sexual das/dos pesquisadoras/es. O mesmo se pode dizer dos grupos e linhas de pesquisa na pós-graduação que abordam o tema e que são responsáveis por eventos referência no país, tais como “Seminário Internacional Pensando os Gêneros” e “Paremos a Transfobia”, ambos caminhando para a sua quinta edição.

No âmbito do ensino, a UNESP, em parceria com grupos de pesquisa e extensão, tem se proposto a criar cursos de difusão do conhecimento de 30 horas voltados ao combate às violências de gênero, raciais e étnicas, sexuais, e capacitistas, isto é, de inferiorização/objetificação das pessoas com alguma deficiência. Dentre estes, destacamos o curso organizado pelo projeto de estágio Clinic@rte, ligado ao grupo de pesquisa PsiCUqueer – Psicologia, Cultura e Coletivos Queer, ambos ligados ao Departamento de Psicologia Clínica da FCL “Júlio de Mesquita Filho” de Assis, denominado “Estratégias de Enfrentamento À LGBTQIAP+Fobia na Universidade”. O curso será disponibilizado pelo IEP3, na modalidade à distância, à toda a comunidade unespiana docente, discente e técnica administrativa a partir do 2º semestre de 2022 e faz parte das ações educativas da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UNESP. Ademais, há tempos são oferecidos cursos de extensão em Educação Sexual e Sexualidade nos níveis da graduação e pós-graduação. E, em outros casos, temos uma formação regular na graduação e pós-graduação. Em relação às discussões de gênero e sexualidade na Psicologia, por exemplo, vale notar que o curso de Psicologia da Unesp de Assis foi pioneiro na criação da disciplina de Núcleo Comum denominada “Psicologia, Gênero e Processos de Subjetivação”, inaugurando assim a discussão obrigatória na grade curricular sobre as desigualdades e especificidades das violências de gênero e sexuais na formação da/o psicóloga/o.

Na área da assistência, muito embora saibamos que a UNESP se dedique ao atendimento da população LGBTQIAP+ em hospitais e clínicas escolas de psicologia, também aí não se produz dados de identificação suficientes para que possamos mensurar e atestar a quantidade e quiçá a qualidade destas ações.

No que diz respeito às ações de permanência e bem-estar da população LGBTQIAP+ na universidade, a Resolução UNESP 62/2017 instituiu o uso do nome social no âmbito de toda

36 Para acessar o documento na íntegra veja: file:///C:/Users/fertt/Downloads/relatorio_diversidades_ensino_pesquisa_extensao.docx-1.pdf

a UNESP, isto é, para docentes, discentes e técnico-administrativos trazendo, certamente, grande alívio e visibilidade para a população de travestis e transgêneros que acessaram à universidade pelo vestibular ou pós-graduação via seus nomes civis, mas que logo migraram para o uso do nome social em documentos oficiais e suas relações universitárias cotidianas. Atualmente, houve a inclusão de pessoas não-binárias na autodeclaração de identidade de gênero para o uso do nome social, assim como a inclusão, nos sistemas da UNESP, nos diversos âmbitos da graduação, pós-graduação e administrativas, da ampliação das expressões de gênero para além da binaridade do masculino e feminino.

Por fim, no âmbito do acesso à universidade, a criação do sistema de reserva de vagas na UNESP consolidou-se por volta de 2017 concomitante à criação da Comissão de Heteroidentificação³⁷. Tal sistema de cotas é destinado para estudantes do Ensino Público (50%) e destas, 35% é para pretos, pardos e indígenas. Mas, infelizmente, o sistema de cotas para a população LGBTQIAP+ no âmbito da graduação, pós-graduação e contratação de docentes e técnicos administrativos é uma conquista a ser alcançada e, espera-se, até o final deste decênio, será uma feliz realidade em nossa universidade.

Para conhecer as vivências da população LGBTQIAP+ na UNESP políticas e ações afirmativas (acesso e permanência) da universidade aplicamos um questionário (Santos & Souza, 2021; 2022) sobre este tema com e tivemos espontaneamente como respondentes 453 pessoas. Destas, 399 eram discentes, 28 docentes e 26 eram técnicos/as administrativos/as. Naquele momento dispúnhamos de dados sobre a população LGBTQIAP+ da UNESP, quem nem no censo brasileiro, se poderia imaginar.³⁸

Deste grupo 5 respondentes tem 17 anos, 288 pessoas estão na faixa de idade dos 18 aos 25 anos de idade, 94 na faixa dos 25 aos 30 anos, 42 na faixa dos 31 aos 40 anos, 12 na faixa dos 41 aos 50 anos, 10 na faixa dos 51 aos 60 anos e 2 participantes com mais de 61 anos.

Em relação às identificações de sexualidade, obtivemos a maior quantidade de respostas de pessoas que se disseram gays (35,5%), seguido de bissexuais (34,8%), lésbicas (17,5%), pansexuais (5,4%), assexuais (2,2%) e 4,5% dos respondentes selecionaram a opção “outro”, com alguns colocando no espaço dedicado a quem selecionou essa opção identidades sexuais como: “Androsexual”, “Sapatão Masculino” e “Demissexual”. Já quando questionadas sobre o gênero, 45,8% das pessoas que responderam ao questionário se identificaram como mulheres cis, 45,6% como homens cis, 2,9% como não-binários, 1,3% como gênero fluído, 1,1% como agênero, 0,4% como homens trans, 0,2% como mulheres trans e 2,5% selecionaram a opção “outro”, com alguns colocando no espaço dedicado a quem selecionou essa opção identidades de gênero como: “Sapatão Masculino”, “Todas as opções anteriores” e “Homem não-binário”.

Um dos dados que mais nos chama atenção em relação a como estas pessoas se sentem em relação à universidade como espaço de expressão de afetos e sociabilidade. 53,7% consideram a universidade como um espaço seguro de expressão de afetos e sociabilidade e tenham também relatado que apenas 15,3% sofreram algum tipo de discriminação por ser

37 Para maiores detalhes ver: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/comissao-de-hetroidentificacao/>

38 Recentemente o IBGE divulgou a implementação do próximo censo de questões relacionadas à identidade de gênero e sexual da população brasileira, que oferecerá dados mais precisos sobre a representação dessa população no Brasil.

LGBTQIAP+. Apesar disso, 43,6% destacam que fisicamente a universidade não é um espaço que garanta direitos LGBTQIAP+, banheiros inclusivos ou neutros, por exemplo. Por outro lado, eles identificam que a universidade deve ainda fazer e muito em termos de direitos para a população LGBTQIAP+, em torno de 34,2% dizem que a universidade não é eficaz no combate à LGBTQIAP+fobias, 52,4% dizem desconhecer ações afirmativas e inclusivas dirigidas à população LGBTQIAP+ e outros 93,7% dizem que a UNESP necessita de mais ações para essa mesma população.

A pesquisa realizada é uma possibilidade de compreendermos como as universidades de diferentes países produzem e gestam ações políticas afirmativas para a população LGBTQIAP+, bem como como essa população relata sua experiência de ser LGBTQIAP+ nessas universidades, suas vivências (positivas e/ou negativas) na acessibilidade e na permanência como estudante na universidade.

.....

Quem sabe, em um futuro não tão distante, teremos pessoas LGBTQIAP+ pretas, indígenas, na direção desta Universidade desconstruindo a atual representatividade patriarcal da maioria de homens cis, brancos e, até que digam o contrário, heterossexuais no poder?

Referências Bibliográficas

Al-Hussein, Z. R. (2015). Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. *Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. A/HRC/29/23, 4.

Alves, R. D. P., & Silva, E. L. S. (2016). Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. *Gênero*, Niterói, 17(1), 83-98.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. (2016). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT.

Barreto, D. J., Sales, A., Peres, W. S., & Dallapicula, C. (2018). Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. *Revista de Psicologia Política*, 18(42), 322-336.

Daliniauskas, M. (2010). De “temas polêmicos” a “sujeitos de direitos”: lgbt nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010) (pp.1-10). *Anais do Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.

Ferreira, S. A. S., & Vanin, I. M. (2016). A invisibilização das pautas feministas e LGBT no processo de implantação das ações afirmativas na UFBA. *Revista Feminismos*, Salvador, 4(3), 154-169.

Mello, L. et al. (2012). Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 15(1), 151-161.

- Nardi, H. C. et al. (2013). O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria & Sociedade*, 21(2), 179-200.
- Piovesan, F., Silva, S. G. (2015). Diversidade sexual e o contexto global: desafios à plena implementação dos direitos humanos LGBTI. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, 8(4), 2613-2650.
- Sales, A. (2019). *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV.
- Santos, J. (2017). A condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. *Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior – COIPESU* (pp. 1-21). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.
- Santos, M. V. M., & SOUZA, L. L. (2022). Alianças lgbtqi+ e as ações afirmativas para a diversidade sexual e de gênero na Universidade Estadual Paulista. In Bortolozzi, A. C., Ribeiro, P. R. M. *Enfrentando a barbárie: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos* (pp. 85-96). Bauru, SP: Gradus Editora.
- Santos, M. V. M., & Souza, L. L. (2021). *Ações afirmativas para a diversidade sexual e de gênero na Universidade Estadual Paulista*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica 2019-2021. São Paulo: Fapesp (Proc. 19/01501-0).
- SILVA, E. L. S. (2017). *Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgbs na UFRB: a transformação do estigma em orgulho*. 139 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Silveira, M. M. (2012). *A Assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. 137 f. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, RS.
- Silva, F. L. (2006). Universidade: a ideia e a história. *Estudos Avançados*, São Paulo, 20(56), 191-202.
- Souza, M. H. (2015). *A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU*. 91 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- Vianna, C. P. (2015). O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 41(3), 791-806.



ANDARILHOS DE ESTRADA NO BRASIL E MODOS DE VIDA NA CONTEMPORANEIDADE

Prof. Dr. José Sterza Justo³⁹

A arte de habitar ambientes bem diferentes, de se deslocar de um lugar a outro, se aventurar por plagas desconhecidas, algumas relativamente inóspitas, foi decisiva para o ser humano se constituir como tal, criando formas de viver diversificadas e radicalmente plurais no âmbito da organização social, da cultura, da política, da economia, da subjetividade, enfim, no âmbito da produção e da reprodução de si e de condições de existência múltiplas.

O *Homo Viator* (Marcel, 2005) se entrelaça ao *Homo Sapiens*, *Homo Habilis*, *Homo Faber*, *Homo Ludens* e a outras denominações do humano que procuraram destacar nele qualidades e habilidades que teriam sido fundamentais para o seu desenvolvimento. Diferentemente de outros animais migratórios que repetem periodicamente percursos, rotas e destinos, de ida e volta, o ser humano, além de poder migrar, consegue também transitar, se deslocar, sem rumos ou direções pré-estabelecidos, aventurar-se pelo desconhecido, variar rotas, eleger novos destinos, conviver com incertezas e enfrentar contratemplos em suas jornadas. É um ser da mobilidade. Transita pelos espaços geográficos, sociais, culturais, identitários, cognitivos, afetivos, emocionais e tantos outros. É capaz, ainda, de transitar no tempo recuperando registros de memória, elaborando e ressignificando experiências anteriores e se projetando no futuro. Adicionalmente, nas práticas espaço-temporais, consegue operar sobre velocidade, sobre o ritmo de suas movimentações e deslocamentos, podendo cadenciá-las ou acelerá-los. O *Homo Viator* é, ao mesmo tempo, um ser volátil, dromológico, trajetivo (Virilio, 1993, 1996). Até mesmo nas formas de vida sedentarizadas é possível apreender alguma movimentação geográfica, social, emocional, afetiva, cognitiva e outras, ainda que discretas e em baixa intensidade.

Ao transitar, o ser humano cria trajetos, caminhos, relacionamentos, ligações, vínculos, entrelaçamentos, cruzamentos, bifurcações, redes em todos os planos da vida. Cria rotas e abre caminhos na terra, no ar, no mar; no pensamento, na linguagem, na comunicação, na produção simbólica e de conhecimento, nos relacionamentos sociais e afetivos e em

³⁹ Mestre e doutor em Psicologia Social e Livre-Docente em Psicologia do Desenvolvimento. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Assis).

tantas outras produções. São inumeráveis as expressões do *Homo Viator*, sobretudo na contemporaneidade. A circulação global de capitais e mercadorias, as migrações, as amplas e rápidas navegações pelas redes sociais, o trânsito intenso de pessoas e veículos nas cidades e rodovias, nas redes ferroviárias, marítimas e aéreas, a crescente efemeridade e volatilidade dos relacionamentos sociais e afetivos, o incremento das viagens (de negócios, turismo ou de outras modalidades), as movimentações e transmutações identitárias, o advento de um mundo *trans* (transexualidade, transgênero, transgênicos, transnacionalismo, transdisciplinaridade e assim por diante) são algumas das expressões das mobilidades humanas na atualidade. As mudanças de emprego, de profissão, de cursos de formação profissional, são outras expressões bastante significativas das plasticidades e mobilidades humanas no contemporâneo. Existem tantas outras, algumas pouco notadas ou que passam completamente despercebidas. São mobilidades que poderíamos situar num plano microssocial, porém, intimamente relacionadas às macrossociais e, talvez, até mais radicais do que essas.

O filme *Nomadland* (Zhao et al., 2020), vencedor do Oscar de melhor filme, direção e atriz, em 2021, dentre outras premiações, aborda um fenômeno de mobilidade marcante nos EUA, porém, de pouca visibilidade. Trata-se de pessoas que vivem transitando pelas rodovias americanas, boa parte com veículos próprios ou em *motorhomes* improvisados, valendo-se de pontos de apoio, como campings simples privados ou áreas públicas de estacionamento. A personagem principal do filme, tomada pelo desencanto da morte do marido e da perda de emprego, numa cidadezinha decadente do estado de Nevada, abandona sua residência e sai pelas estradas do meio oeste americano, numa van adaptada que toma como sua nova casa, uma casa ambulante. Passa a viver fazendo paradas em campings e realizando trabalhos temporários em empresas dos lugares por onde passa. Assim como a personagem principal desse filme, existem tantos outros que vivem da mesma maneira ou de forma análoga perambulando de um lugar a outro, em alguns casos, viajando ou vagando pelo mundo.

No Brasil, dentre as várias manifestações das mobilidades humana, existe uma pouco conhecida, embora seja marcante no cenário das rodovias. Transitando pelas estradas do país é comum se ver pessoas caminhando à pelos acostamentos, na grande maioria das vezes sozinhas. São os chamados andarilhos de estrada (Justo, 2011). Alguns carregam um saco às costas ou uma mochila puída, outros puxam carrinhos de mão, toscos e improvisados, aonde carregam todos seus pertences. Caminham sem destino ou um ponto final de chegada. Podem eleger alguma cidade próxima como referência de direção a seguir ou terem em mente algum estado ou região do território brasileiro ou até mesmo um país vizinho, porém, tão somente enquanto uma meta provisória ou como um lugar de passagem: não almejam se estabelecer em lugar algum.

A marca principal dessas pessoas é que vivem na estrada. Dificilmente adentram as cidades. Essa é uma importante diferença entre os andarilhos de estrada e os assim chamados “trecheiros” que também rompem com a vida sedentária e estacionária e passam a viver de forma nômade, porém, transitando de cidade em cidade, alguns vivendo exclusivamente da ajuda dos serviços de assistência social e de auxílios de pessoas que abordam nos logradouros da cidade, outros, combinando esse tipo de auxílio com a realização de

pequenos trabalhos ou da prestação de serviços em atividades sazonais, como colheitas em lavouras ou qualquer outro tipo de tarefa braçal.

Os “trecheiros” possuem uma semelhança com andarilhos de estrada e com as assim chamadas “pessoas em situação de rua”. Quando não conseguem um passe de viagem de ônibus para outra cidade para onde pretendem ir, cedido pelo serviço de assistência social do município, caminham pelos acostamentos das estradas, normalmente com mochilas às costas, fazem seus pernoites e arranjam alimentação tal como os andarilhos. Porém, quando se aproximam da cidade de destino, para mais uma breve parada temporária, abandonam a estrada e passam a viver nas ruas, tal como as pessoas em situação de rua, inclusive com as quais passam a interagir. Porém, diferentemente da população de rua, assentada na cidade, os trecheiros não se fixam em cidade alguma. É possível se falar em uma vida nômade, no caso dos trecheiros, e de uma vida errante, no caso dos andarilhos.

Ambos abdicam de uma casa, de uma residência, de fixações sedentarizantes tais como um endereço, um domicílio, um trabalho, uma família e assim por diante. São muito distintos de outras populações não sedentarizadas, que vivem em trânsito, tal como os nômades tradicionais, os povos berberes, por exemplo, que habitam o deserto do Saara. Estes também abdicam das referências citadinas e de territórios ou de assentamentos geográficos específicos, porém se deslocam em grupos e planejam seus deslocamentos. As tribos nômades desenvolvem estratégias de vida e de sobrevivência em condições inóspitas, tais como aquelas que vivem em regiões desérticas, porém delineiam rotas, estabelecem percursos, conhecem pontos de apoio nos quais podem se reabastecer para continuar a caminhada. Fazem previsões, planos, evitam o inesperado e riscos de todo o tipo (Almeida, 2021). Diferentemente, os andarilhos, ao não se afeerem a planejamentos e previsões, convivem intensamente como o efêmero, o inesperado, o imprevisto, com a improvisação, a precariedade e o imponderável. Por isso, se diferenciam dos nômades, propriamente ditos. Se enquadram melhor no que pode ser caracterizado como errância, um modo de vida a esmo, sem rotas definidas, sem um ponto de chegada estabelecido, sem provimentos capazes de assegurar demandas básicas do dia seguinte tais como alimentação e um recanto para dormir. Trata-se de um modo de vida errante que pode ser entendido como uma das expressões mais radicais das mobilidades no contemporâneo.

Andarilhos de estrada

Desde 1990 vimos nos dedicando à pesquisa com andarilhos de estrada- pessoas que vivem caminhando pelos acostamentos das rodovias, carregando consigo um saco ou alguma surrada mochila, com todos seus pertences. O despertar do interesse pelo assunto ocorreu mediante observações iniciais que realizamos in loco, trafegando a trabalho por uma rodovia, entre duas cidades distantes 70 km entre si, quase diariamente. Chamou nossa atenção o número de andarilhos que caminhavam pelo acostamento da estrada e sua aparência típica: maltrapilhos, saco às costas, andar compassado e vagaroso de quem não tem pressa em chegar, se é que vai a algum lugar. Movidos por uma simples curiosidade em conhecer esse modo de vida singular, decidimos fazer algumas abordagens com o intuito de estabelecer diálogos que pudessem trazer informações sobre esse cotidiano que nos era completamente desconhecido, inclusive, pela via de alguma literatura científica

específica. Nos primeiros contatos, procuramos saber como procediam no dia a dia para obter os mínimos necessários tais como alimentação, roupas, local para pernoite, proteções contra intempéries, eventuais tratamentos de doenças e assim por diante.

As informações obtidas nesses primeiros contatos e a ausência de material nas primeiras tentativas de levantamento bibliográfico sobre o assunto mostraram que se tratava de um fenômeno que merecia ser objeto da atenção da ciência, em particular da psicologia, e que demandava investigações sistemáticas pela sua relevância científica e social. O que, no início, foi motivado por uma curiosidade, com o tempo, passou a nortear nosso trabalho de pesquisa e nossa carreira profissional. Nesses mais de 30 anos de trabalho de pesquisa com andarilhos de estrada fomos, aos poucos, acumulando experiências de campo nas abordagens realizadas nos acostamentos das rodovias, no modo de realizar e registrar as entrevistas, bem como, nas análises dos dados coletados e reflexões teóricas, que possibilitaram a construção de conhecimentos sobre esse modo de vida e suas relações com condições gerais de vida, dadas na atualidade, marcadas pela mobilidade.

Desde o início, percebemos que o modo de viver dos andarilhos de estrada não estava apartado dos demais modo de vida que, no conjunto, passavam a configurar um contemporâneo marcado pela intensificação da mobilidade em todos os planos da vida. Tratava-se, isto sim, de um modo específico de se viver as hipercinesias da atualidade, entendida como decorrentes da compressão tempo/espaço (Harvey, 1998), da intensificação da dromologia e irrupção do sujeito trajetivo (Virilio, 1993, 1996), da produção de não-lugares (Augé, 1994), das manifestações da pulsão de errância (Maffesoli, 2001), da produção da vida em espaços abertos e tempo contínuo (Deleuze, 1992), como expressão do *homo viator* (Marcel, 2005) e tantas outros entendimentos gerados por diferentes abordagens teóricas. Os andarilhos de estrada, embora invisíveis e ignorados, se mostraram, cada vez mais, no curso de nossas pesquisas, como um potente analisador do nosso tempo.

Dessa forma, conhecer e difundir o modo de vida dos andarilhos de estrada é indispensável para se produzir algum tipo de reconhecimento de suas existências, tanto pela ciência quanto pela sociedade em geral, valorizá-las e agregá-las à diversidade de possibilidades de subjetivação da complexa condição de mobilidade, com seus desafios e impasses, que grassa o viver no mundo atual. Trata-se de um saber viver que precisa ser considerado socialmente, que urge ser contemplado em políticas públicas básicas e tomado em consideração, no âmbito da ciência, nas suas buscas de entendimento da diversidade da vida e dos modos de subjetivação das hipercinesias que caracterizam o contemporâneo e impulsionam, em alguma medida, movimentações nas relações sociais e nas vinculações de todo o tipo.

Nossa primeira pesquisa com andarilhos, circunscrita à uma microregião do interior do Estado de São Paulo (Brasil), teve como objetivo fazer um levantamento preliminar da história de vida desses sujeitos e descrever suas condições de vida. Uma das principais constatações, realizadas nesse início da pesquisa, e que se revelou como sendo muito importante para desdobramentos posteriores, foi a verificação da existência de singularidades e diferenças importantes dentre aqueles caminhantes dos acostamentos das estradas que, até então, considerávamos iguais - todos aparentavam vagar sem destino, maltrapilhos, carregando o indefectível saco às costas, vítimas de um sofrimento extremo decorrente da pobreza, miséria, penúria e exclusão absoluta.

Diferentemente do que pode aparentar à primeira vista, a condição de andarilho comporta uma multiplicidade de situações pessoais. Boa parte dos sujeitos que vivem essa condição se desloca em busca de trabalho, ainda que em condições muito precárias: andando pelas estradas, por não possuírem recursos para outro tipo de deslocamento e, eventualmente, mendigando pelo caminho. Outras vezes, perambulam realizando trabalhos temporários nas propriedades rurais que se avizinham das rodovias ou em postos de serviços. Outros, ainda, sobrevivem socorrendo-se aos serviços assistenciais dos municípios para completar a viagem.

Outra parte, já abandonou qualquer esperança de encontrar trabalho e um lugar fixo para morar. De tanto perambular de um lugar a outro, distanciam-se cada vez mais de redutos da vida sedentária – como a família e o lugar de origem – assumindo a própria errância como condição de vida. Dentre esses, muitos já se despediram ou estão se despedindo da perspectiva de encontrar trabalho, mesmo que volante ou eventual. Embora ainda justificando sua caminhada como tendo esse objetivo, acabam fazendo do eterno percurso, na caminhada pelas estradas uma forma de vida e sobrevivência. Já se desgarraram completamente de suas raízes, vivem solitários, buscando ajuda junto à população que reside às margens das rodovias, em postos de serviços, em lanchonetes e barracas de frutas e junto a outros comerciantes estabelecidos nos acostamentos das estradas. Pernoitam debaixo de pontes, sob o teto de abrigos de paradas de ônibus – quando existem –, em casas abandonadas na zona rural ou em alguma edificação de fazendas, como currais, que possa existir pelo caminho. O pernoite também pode ser feito em postos de serviços ou até mesmo improvisado no mato, com pedaços de lonas de plástico que podem servir para forrar o chão ou como teto, em noites chuvosas. Eventualmente, procuram ajuda na cidade: atendimento médico, pernoite nos albergues, refeições e roupas em instituições filantrópicas. A maioria, no entanto, evita, até quando pode, adentrar as cidades onde, em geral, são muito maltratados.

Nas estradas, se sentem mais seguros. Conhecem esse meio e possuem bastante afinidade com ele. Enfrentam a chuva, o sol forte, o calor, o frio, o mato, os pequenos animais; sabem como se proteger dos perigos da natureza e das estradas. Sabem, também, improvisar um abrigo, um fogo para amenizar o frio ou preparar algum alimento, obter auxílio dos moradores que se avizinham da estrada e com os quais logram estabelecer algum contato e reconhecimento. Caminhoneiros, frentistas de postos de combustíveis, trabalhadores de restaurantes, lanchonetes, barracas de sucos e frutas, de borracharias estabelecidos nas rodovias são alguns desses personagens de estrada solidários. Não são estranhos nesse “não-lugar” e nem se percebem como alienígenas.

Estão sempre sozinhos. Dificilmente se encontra ou se avista dois andarilhos caminhando juntos. Evitam até mesmo o contato com outros andarilhos que porventura cruzem seu caminho. É a lei da estrada. Ninguém se conhece. Há uma desconfiança e temor básicos e a sobrevivência é tão difícil que não comporta sequer uma dupla. É um lugar onde a união de esforços não funciona, porque não há como propiciar o momento da reunião, do coletivo, tal como fazem os trecheiros ou as pessoas em situação de rua cidadinas, no final da tarde, na noite sob as marquises ou mesmo nas filas das entidades assistenciais. Na estrada, sempre se está indo, cada um para um lado, e não existe o momento do encontro. Outro fator decisivo para o isolamento é que dificilmente são acolhidos pelos moradores

ribeirinhos, pelos funcionários de postos de serviços ou recebem alguma atenção quando estão acompanhados ou em dupla. Nessa circunstância, acabam despertando mais receio e temor, além de representarem um ônus maior para quem se dispõe a dar alguma ajuda.

Foi bastante surpreendente constatar que a solidão não é vivida por eles como uma situação de dor e sofrimento. Mostram-se resignados diante da solidão, se dizem habituados à falta de companhia e rechaçam qualquer ideia de voltar a compartilhar o cotidiano com alguém, mesmo na condição de andarilhos. Afirmam, cabalmente, que nessa vida não “cabem dois”, que eventuais parcerias na estrada só atrapalham e dificultam a vida e que conseguem viver razoavelmente sem uma companhia constante. Eventuais relações travadas ao longo das caminhadas na estrada são breves, superficiais, passageiras, imediatistas (centradas numa necessidade premente) e sem a perspectiva da formação de algum vínculo.

De um espaço fechado e uma vida sedentarizada para um espaço aberto e uma vida errante

Ao focalizarmos o momento da ruptura com a vida sedentária, primeiro, observamos que todos haviam passado por ela, ainda que com experiências diversas e por períodos de tempo também variáveis. Nenhum, tinha nascido na estrada ou vivido como andarilho desde o nascimento. Portanto, todos passam por uma grande mudança no modo de viver que podemos caracterizar, de maneira geral, como a passagem de um modo de viver sedentário para um modo de viver nômade ou errante. Tal transição não se faz sem grandes conflitos e sofrimentos. Nos relatos dos andarilhos são frequentes as menções a intensos conflitos, dilemas e sofrimentos vividos na transição da vida sedentária para a errância. Todos mencionam dificuldades insuperáveis no plano econômico, afetivo e social que os impulsionaram para a errância. Falam de uma deserção, ou seja, mais do que a busca de uma situação melhor, a decisão de partir para a estrada é retratada como uma fuga dos problemas insolúveis e insuportáveis vividos cotidianamente. É uma fuga para qualquer lugar, para qualquer outra coisa, ou melhor, é uma fuga para um “não-lugar” onde, apesar da incerteza, imprevisibilidade e instabilidade, resta a certeza da ruptura e do distanciamento de problemas e sofrimentos de outrora. Alguns falam da sensação de liberdade que sentem como andarilhos (Justo & Nascimento, 2012).

Na estrada, não há a voz da esposa e de familiares se queixando, cobrando soluções, “atormentando” o tempo todo; não há o patrão ou o capataz “azucrinando”, vigiando cada movimento, pressionando o ritmo do trabalho, humilhando, escravizando, explorando; não há mais o crediário e credores de cada mês cobrando, exigindo um pagamento com dinheiro que não se tem, aumentando as dívidas cada vez mais impagáveis; os acidentes de trabalho e doenças que rotineiramente aumentam o infortúnio pelo total desamparo enfrentado nessas ocasiões; as estafas que não permitem um momento de descanso e sossego; as intermináveis desavenças afetivas, brigas e agressões que explodem no relacionamento com a mulher, filhos ou com os pais; a dependência do uso de bebidas alcoólicas que acrescenta outras dificuldades e potencializa substancialmente aquelas existentes no relacionamento conjugal e familiar; as intrigas afloradas no ambiente de trabalho, na vizinhança e entre os conhecidos e familiares; as ansiedades, pesares causados por uma autoimagem negativa e corrosiva; culpabilizações e desesperança em relação ao futuro, enfim, tudo isso fica para

trás na errância, embora outras dificuldades e sofrimentos possam aparecer (Nascimento & Justo, 2000; Nascimento, 2008).

Outra impulsão para se buscar a vida estradeira decorre, segundo um conjunto de relatos significativos, de uma experiência de intenso sofrimento pela perda de pessoas às quais eram fortemente vinculados afetivamente. Em alguns casos, o falecimento da esposa, com a qual conviviam há anos mantinham um forte vínculo afetivo, é citado como um grande sofrimento e sentimento de revolta que os levaram a abandonar casa, familiares, emprego amigos e outros espaços e relacionamentos estáveis e desertar para a estrada, para uma vida sem destino, tal como afirmam. Outros mencionam a perda dos pais como uma experiência que os deixaram profundamente desencantados com a vida que levavam, buscando nas caminhadas sem fim pelos acostamentos das rodovias um sedativo para tal sofrimento ou o vislumbre de algum outro sentido para a vida. Alguns, já tomados por delírios, falam da busca de um pai ou de uma mãe que perderam e que acham que podem, ainda, reencontrar, caminhando sem rumo pelas estradas.

Contudo, a fuga de uma situação de vida opressiva e insuportável ou as experiências depressivas de perda de pessoas amadas, embora presentes no relato de muitos, não esgotam a pluralidade de motivos que declaram terem sido os responsáveis maiores pela decisão de partirem para a vida estradeira. Frequentemente, aparece em suas falas, o desejo de aventura, de “conhecer o mundo”, de romper com que dizem ser uma vida entediante aprisionada a uma rotina diária repetitiva, radicada num determinado lugar, e sair para o mundo à procura de novas experiências. Encontramos, ainda, uma outra forma de viver a errância nas estradas que é relativamente recorrente entre os andarilhos de estrada. Trata-se dos “delirantes” ou “loucos” que vagam pelos acostamentos, assolados principalmente por pensamentos, imaginações, “teorias”, especulações, missões auto-imputadas e sentimentos megalomaniacos, dentre outros (Justo & Nascimento, 2005; Justo, 2000).

Numa de nossas abordagens a andarilhos, nos acostamentos das rodovias, nos deparamos com um senhor, com um forte sotaque espanhol, que declarou ser um argentino vindo ao Brasil para cumprir uma importante missão. Dizia ser o terceiro cristo, filho do sol e da lua, portador de uma vida eterna e que teria, como missão, o desarmamento do mundo. Andava puxando um carrinho de mão carregado com seus pertences: lonas de plástico, utensílios de cozinha, mantimentos, roupas, revistas, recortes de jornais, dentre outros. Acampava nas imediações das cidades por onde passava, permanecendo nelas por alguns dias. Era bastante comunicativo e receptivo. Atraía a atenção de moradores da cidade que passavam por ali e faziam donativos. A imprensa local se interessava por sua história e, via de regra, publicava reportagens sobre ele. Nesses contatos com as pessoas e com a imprensa, acreditava que divulgava sua mensagem de paz para um mundo que considerava à beira da guerra. Como filho do sol e da lua, sentia-se totalmente protegido, indestrutível e predestinado a cumprir a missão pacifista a ele atribuída.

Da. Quitéria foi a única mulher que encontramos entre os andarilhos e a primeira que nos chamou a atenção para os delírios que, em alguns casos, podem assumir um papel central em suas vidas e constituir-se na principal razão de se viver a errância. Essa senhora, durante muito tempo, percorreu uma mesma rota, indo e voltando caminhando pela estrada. Depois de algum tempo de contato com Da. Quitéria, conseguimos depreender vários sentidos de

sua fala aparentemente desconexa. Acabou sendo um dos casos mais profícuos de nosso trabalho. Andava com uma bengala improvisada, feita com uma madeira roliça. Segundo ela, essa bengala era mais útil para afugentar cães e outros animais do que para se apoiar ao andar. Imputava-se a missão de pagar uma dívida, uma grande dívida e encerraria sua errância pelas estradas quando ela fosse totalmente saldada. Esses casos permitiram compreender esse outro veio da errância dos andarilhos - ou seja, a errância das ideias, pensamentos, percepções e sentimentos - e também refletir sobre o direcionamento das políticas públicas na área da saúde mental. O caso da. Quitéria chamou nossa atenção para a questão de gênero. A enorme desproporção entre homens e mulheres, vivendo nas estradas, tornava o universo estradeiro, um universo eminentemente masculino que trazia à tona mais essa indagação.

Em duas pesquisas realizadas com mulheres trecheiras, foi possível por evidência um marcador de diferença de gênero pouco explorado na literatura dessa área: o acesso à mobilidade pelas mulheres. Basicamente, os relatos das trecheiras apontavam as agruras da vida doméstica (violência, opressões da família, o confinamento representado pela rígida imposição dos papéis de mãe, esposa e de cuidadora, a dupla jornada de trabalho, dentre outros) como principal motivo para a ruptura radical com esse modo de vida e a busca de outra alternativa na vida como trecheira, transitando de cidade em cidade, sem assentamentos fixos e estáveis em lugares e funções destinados à mulher que ainda a colocam numa condição de maior restrição, do que aos homens, à mobilidade nos planos geográficos, psicossocial, afetivo, sexual e em tantos outros. Resumidamente, podemos afirmar, com base nas observações da vida andarilha e trecheira, que aos homens é facultado o espaço das estradas, da rua, do público, do trânsito, da mobilidade, do deslocamento, em todos os planos da vida, enquanto sobre mulher ainda pesam fortes restrições a tais espaços e experiências cinéticas, às vezes, inclusive, sendo mantidas no clássico espaço doméstico socialmente construído como sendo o espaço próprio do feminino. Três publicações trazem as principais conclusões das pesquisas sobre gênero e a vida no trecho ou vidas errantes (Silva & Justo, 2020a, 2020b; Justo, Freitas & Almeida, 2019).

A mulher andarilha, como Da. Quitéria que vive perambulando sozinha pelos acostamentos das rodovias, como também as mulheres trecheiras, que vivem transitando de cidade em cidade, utilizando passes de viagens de ônibus concedidas pelos serviços de assistência social dos municípios e se abrigando temporariamente em albergues, representam um modo de vida socialmente visto como estranho, como radicalmente dissidentes das normalidades instituídas. É possível considerar o modo de vida das mulheres andarilhas ou trecheiras como uma errância *Queer*, a saber, como um modo de vida tido como excêntrico, questionável, anômalo e desertor dos padrões normativos (Penedo, 2014; Cordoba, Sáez & Vidarte, 2015), escapando, inclusive, dos limites dos desvios admitidos no espectro dos padrões de vida estabelecidos. A presença de homens vivendo como trecheiros ou andarilhos, embora vista como distante da norma, ainda é enquadrada nela, como um extremo, e gera algum sentido de familiaridade. Afinal, subsiste uma naturalização da ocupação dos espaços público, dos espaços de trânsito, pelos homens, ao mesmo tempo em que a presença da mulher nesses espaços é vista com reservas. Uma mulher caminhoneira, tomando cachaça num botequim, andando sozinha de madrugada pela cidade e em outras situações de

habitação dos espaços abertos, que fogem à norma, soa como algo fora de lugar ou até mesmo como uma aberração.

(...) não há delimitações no universo queer que reduzam, sobretudo as mulheres que escapam de quaisquer normatividades, a uma nova normatização. São mulheres queers, porque escapam de muitas normativas femininas e porque mudam de lugares, invertem paradigmas e rompem com estruturas hegemônicas, desse modo fazendo, elas mesmas, novas referências femininas em um meio histórico e social antes impensável de ser ocupado e habitado por elas. Logo, entendemos que as mulheres trecheiras podem ser tomadas como um caso paradigmático dessa mulher nômade, que se desprende de uma identidade fixa, de um assentamento da feminilidade nos espaços fechados, como o familiar – envolta nos papéis de esposa, mãe e trabalhadora doméstica –, para sair em busca de outra mulher, indefinida, a ser descoberta na andança e no trecho (Silva & Justo, 2020b).

Uma trecheira afirmou, categoricamente, que abandonou a casa onde morava com a mãe e três filhos porque não suportava mais essa vida que sentia como uma vida de opressão e extremo confinamento que, para ela, representava o lar, a família e a maternidade.

Eu não consigo ficar dentro de casa. Eu vou ficar lá num apartamento... olha só: minha mãe ela tem dinheiro, tem carro, eu vou ficar no apartamento que o quarto é mais ou menos desse tamanho aqui, ficar com aquele monte de criança fazendo “pê pê pê pê pê”, mamãe, mamãe, papai, papai... que eu tenho três filho... aí fica mãe daqui mãe dali, aí eu falo: ôôôô meu pai do céu, para cêis dois, para cêis três..... não... não tem jeito não. (Justo, Freitas & Almeida, 2019, p. 94).

Outra trecheira se expressou da seguinte forma sobre o ambiente doméstico e o convívio familiar:

(...) tem hora assim que eu fico pensando no que eu já passei dentro da minha casa, nas humilhação que eu já passei... as coisas que eu já passei dentro da minha casa... e se eu for voltar pra minha casa a minha mãe fica lá falando as coisas. Hoje, eu vejo no trecho que tem coisas que a gente passa melhor estando no trecho do que dentro da sua própria casa (Justo, Freitas & Almeida, 2019, p. 94).

A opressão da vida sedentária não é apontada somente pelas mulheres como motivo para terem abandonado um assentamento doméstico e familiar e terem partido para o trecho. Os homens também se referem a esse tipo de opressão e adicionam, ainda, opressões vividas no ambiente de trabalho, com endividamentos e cobranças de todo o tipo: dos credores e da própria família, exigindo seu sucesso profissional e melhor desempenho no seu papel de provedor. Seja por qual motivo for que tenham sido impelidos a viver como andarilhos (as) ou trecheiros (as), a apreciação de fazer desse modo de vida e das condições nas quais vivem comportam diferenças acentuadas. Uma parte se declara satisfeita e feliz vivendo dessa forma, enquanto outra diz estar insatisfeita e disposta a retornar ao modo de vida anterior, caso tenham alguma oportunidade. Nos tantos relatos, mencionam aspectos positivos e valiosos dessa maneira de viver, da mesma forma que apontam problemas, dificuldades e desafios.

Invisibilidade social, riscos e perigos

A invisibilidade que recai sobre andarilhos e trecheiros se mostra, de maneira contundente, na ausência de qualquer interesse da sociedade e do Estado em conhecer minimamente

essas populações. Não existem quaisquer dados, estatísticas ou informações específicas sobre eles. Não se sabe quantos são, como vivem, onde se concentram, suas demandas, carências, expectativa de vida e assim por diante. Estado e sociedade não demonstram qualquer interesse por eles, são completamente negligenciados. Ficam expostos a todo tipo de acontecimentos. Sobre vulnerabilidades, riscos e perigos vividos pelos trecheiros, especificamente, são frequentes relatos de roubo entre eles, brigas, agressões e até homicídios, sobretudo, quando se encontram nos recantos das cidades. Ainda em relação aos trecheiros, dizem que sofrem espancamentos e intimidações feitas pela polícia ou outros agentes repressivos vinculados ao poder público dos municípios, que são vítimas de preconceitos da população e assim por diante.

Embora com menor frequência, os próprios andarilhos também relatam casos de roubo e desentendimentos quando, porventura, se encontram, normalmente à noite, nos postos de serviços. Se dizem discriminados e maltratados por algumas das redes de postos de serviços, mas também acolhidos por outras, especialmente por aquelas de menor porte. Outro temor dos andarilhos, embora não mencionado por eles como sendo principal, refere-se à possibilidade de atropelamentos nas estradas e de ataques de animais domésticos - cachorros principalmente - ou selvagens. Apresentam seu universo de vida como possuindo, também, um lado hostil, ameaçador e violento, diferentemente do que poderíamos imaginar à distância, vendo um andarilho solitário, caminhando com aquele seu andar compassado pelo acostamento de uma rodovia (Justo & Nascimento, 2012).

As vulnerabilidades, sejam dos trecheiros quando adentram as cidades ou dos andarilhos nas estradas, estão associadas à falta de reconhecimento e valorização social dessas populações. No caso dos andarilhos, a invisibilidade e o descaso social se acentuam ainda mais. São completamente ignorados nos recenseamentos da população, feitos no país. Não há qualquer referência a eles nas várias legislações da assistência social, da saúde ou de qualquer outra área das políticas públicas (Nascimento, Justo & Cruz, 2015; Nascimento & Justo, 2015a, 2015b). Cada instituição, serviço de assistência ou profissional dessa área, quando porventura se deparam com um andarilho, agem conforme seu próprio senso, às vezes imbuído de preconceitos, sem qualquer conhecimento ou apoio de alguma diretriz que oriente seu trabalho (Nascimento & Justo, 2014a, 2014b; 2016; 2018). Na melhor das hipóteses, prefeituras, por iniciativa própria, delineiam algum programa de atenção e assistência voltado especificamente para os andarilhos de estrada com o intuito de evitar acidentes e atropelamentos nas rodovias que contornam ou atravessam a cidade. Porém, são iniciativas raras e localizadas, com pouco alcance enquanto uma política pública voltada para uma população que se caracteriza pela mobilidade e dispersão.

A interpelação pelas políticas, inexistentes, nos levaram a perguntar sobre eventuais, programas de atenção ou tratamentos dispensados aos andarilhos pelas concessionárias que administram rodovias. Com o aumento das concessões de rodovias para empresas privadas, elas passaram a ter uma importante presença na vida dos andarilhos. Diante dessa constatação, elaboramos projetos que tinham como foco depoimentos de andarilhos sobre suas relações com as concessionárias, como se sentiam tratados por seus funcionários com os quais se deparam nas praças de pedágios ou nos postos de Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU), mantidos ao longo das rodovias. O mesmo foi feito com as concessionárias que se dispuseram a participar da pesquisa. Realizamos entrevistas com assistentes sociais

e diretores do departamento de segurança que é o departamento das concessionárias mais diretamente envolvido com a presença de andarilhos nas estradas.

Da parte dos andarilhos foram relatados tratamentos mais ríspidos, de funcionários das concessionárias que tinham como objetivo retirá-los das rodovias, mas também há relatos que falam de um tratamento cordial e da prestação de alguma ajuda para alimentação e para curativos em pequenos ferimentos, normalmente nos pés. Foi possível concluir que, também no caso das concessionárias, não há qualquer definição de uma política de Estado, que poderia ser estabelecida no contrato de concessão, direcionada especificamente aos andarilhos. O que há são obrigações de cuidados com a segurança de pedestres que possam transitar em alguns trechos das rodovias, principalmente nas imediações das cidades, mas não há qualquer menção aos andarilhos que são uma parte importante e diferenciada do conjunto dos pedestres e outros usuários como, por exemplo, ciclistas. Por isso, cada concessionária estabelece, a seu critério, a forma de tratar os andarilhos ou delega aos seus funcionários essa atribuição, deixando-os agirem por si mesmos, sem qualquer tipo de recomendação (Nascimento & Justo, 2018).

Dois dados foram bastante surpreendentes em nossas pesquisas com andarilhos, focalizando as questões de riscos, perigos e temores nesse modo de vida. Um primeiro levou à constatação de que, diferentemente de nossa hipótese inicial o maior temor dos andarilhos não se refere a atropelamentos, mas sim à algum tipo de violência que podem sofrer dos próprios pares, de usuários das rodovias, de seguranças de postos de serviços que os repelem ou de outras pessoas. Isso mostra que os relacionamentos entre os humanos continua sendo um grande problema, até mesmo por esses que travam relacionamentos mínimos. Uma segunda constatação, ainda mais surpreendente, foi a de que, apesar de terem percepções dos riscos e perigos que os rondam nas estradas, não demonstram uma grande preocupação com eles, diferentemente do que ocorre com os cidadãos. Demonstram bastante tranquilidade ao falar dos riscos, perigos e temores e, além disso, sentem-se confiantes nos enfrentamentos de desafios e de contratemplos. Uma explicação plausível para esse sentimento de segurança, nessa situação de desamparo social, é a de que desenvolvem um sentido de autonomia e independência no provimento de suas condições de existência, incluindo a segurança e, inevitavelmente, assumem os riscos de uma vida marcada por imprevistos, pela improvisação, pelo desconhecido, pelo imponderável e pelo incontrolável.

Considerações finais

A pesquisa com andarilhos de estrada coloca alguns desafios consideráveis no plano metodológico. Não há outro modo de se chegar a eles a não ser percorrendo as rodovias e contar com o acaso para encontrá-los e conseguir fazer abordagens bem-sucedidas. É um modo de pesquisa que exige a saída dos espaços estacionários, fechados e controlados, típicos do fazer acadêmico, tais como laboratórios, escritórios, bibliotecas, instituições e outros congêneres, para lançar-se a espaços abertos, espaços de circulação e trânsito constante de veículo e pessoas. Trata-se de um fazer pesquisa em movimento, em trânsito, assumindo o acaso, a incerteza e imprevisibilidades, num ambiente em que o pesquisador praticamente não possui qualquer tipo de controle (Justo, Lima & Cedeño, 2019). Sair dos

espaços fechados usualmente utilizados na pesquisa científica e lançar-se a encontros casuais com andarilhos, nas estradas, caracteriza um exercício da deriva, um deslizamento a esmo, mais ou menos sem rumo e sem controle, de um território bem estabelecido para um espaço aberto e móvel (Espósito & Justo, 2017).

Tal como os andarilhos não se utilizam de planejamentos para orientar seus percursos e suas vidas e não fazem projetos, o pesquisador também não tem como se valer de planejamentos detalhados ou de previsões na condução do trabalho de campo. Nesse sentido, mais do que uma produção de conhecimento em condições de nomadismo, é uma produção de conhecimento que se vale da errância, à feição do modo de vida dos próprios andarilhos de estrada. Além de fustigar uma epistemologia errante, a pesquisa com andarilhos de estrada também coloca em evidência a importância das categorias de tempo, espaço e velocidade na produção de subjetividade (Justo, 2018). Foi possível reconhecer que os andarilhos são sujeitos essencialmente trajetivos (Virilio, 1993), isto é, vivem no trecho, produzem trajetos no caminhar incessante. Na trajetividade agem nas espacialidades, temporalidades e mobilidades constituídas no contemporâneo, marcado pela compressão tempo/espaço e pela celeridade da vida. A partir das experiências dos andarilhos é possível interrogar o contemporâneo, nosso presente, procurando vislumbrar em suas penumbras, tal como propõe Agamben (2009), as configurações de espacialidades, temporalidades, rotas de circulação e ritmos, que estão emergindo em todos os planos da vida (Justo, 2012).

A propósito, a pandemia da Covid-19 produziu uma grande ebulição nessas dimensões, transformando radicalmente o ritmo de vida, as mobilidades, as temporalidades e os espaços habitados. Num golpe repentino, houve uma redução acentuada de todo tipo de movimentação presencial no cenário das cidades, nos relacionamentos, na produção e circulação de mercadorias e em tudo o mais. A única forma de mobilidade que cresceu exponencialmente foi aquela realizada pelas infovias e pelas redes sociais. Para os andarilhos, vivendo um mundo à parte, nada mudou. Continuaram suas andanças pelas rodovias e pelas incertezas da vida.

Referências bibliográficas

Agamben, G. (2009). *O que é contemporâneo?* Chapecó, SC: Argos.

Almeida, J. F. (2021). Epistemologia da errância: a sedentarização da significação na linguagem científica. *Cadernos de Letras da UFF*, 32(62), 334-355.

Augé, M. (1994). *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.

Córdoba, D., Sáez, J., & Vidarte, P. (2015). *Teoria Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Barcelona, Espanha: Editorial Egales.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Esposito, A., & Justo, J. S. (2017). Etnografia e deriva: possibilidades na pesquisa. *ECOS: estudos contemporâneos da subjetividade*, 7(1), 91-102.

- Harvey, D. (1998). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- Justo, J. S. (2000). Saúde mental em trânsito: loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea. In M. L. Boarini (Org.), *Desafios na atenção à saúde mental* (pp. 09-30), Maringá, PR: Eduem.
- Justo, J. S. (2011). *Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismo na contemporaneidade*. Maringá, PR: Eduem.
- Justo, J. S. (2012). *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo e espaço*. Londrina, PR: Eduel.
- Justo, J. S. (2018). Problemas e desafios das mobilidades psicossociais contemporâneas. In M. Nale, M. & S. R. V. Mansano (Orgs.), *Diagnósticos do presente* (pp. 127-148). Londrina, PR: Eduel.
- Justo, J. S., Freitas, C. J., & Almeida, J. E. B. (2019). Andarilhas de estrada e questões de gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 88-104.
- Justo J. S., Lima, J. C. F., & Cedeño, A. A. L. (2019). Psicologia Social e Antropologia: experiências de pesquisa participante e Etnográfica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(1), 4-17.
- Justo, J. S., & Nascimento, E. C. (2005). Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 177-187.
- Justo, J. S., & Nascimento, E. C. (2012). Road wanderers in Brazil: a study on modern psychosocial human mobility. *International Journal of Sociology and Anthropology*, 4, 165-171.
- Maffesoli, M. (2001). *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.
- Marcel, G. (2005). *Homo viator*. Salamanca, Espanha: Sígueme.
- Nascimento, E. C. (2008). *Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros*. São Paulo: Editora Unesp.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 529-538.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2014a). Assistência social e práticas institucionais no atendimento a andarilhos de estrada. *Estudos de Psicologia*, 31(4), 573-582.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2014b). Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência. *Psico-USF*, 19(2), 253-263.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2015a). Entidades filantrópicas e religiosidade na compreensão da errância no contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 59-69.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2015b). Andarilhos de estrada segundo os relatos de trabalhadores assistenciais. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 221-230.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2016). Andarilhos de estrada e acesso institucional: reflexões sobre estratégias de controle. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 285-291.

Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2018). Concessionárias de rodovias e estratégias de controle: o caso dos andarilhos de estrada. *Psicologia & Sociedade*, 30, e169213.

Nascimento, E. C., Justo, J. S., & Cruz, S. G. F. P. (2015). Os Andarilhos de estrada nas políticas públicas de assistência social. *Emancipação*, 15, 155-169.

Penedo, S. L. (2014). *El labirinto queer: La identidad en tiempos de neoliberalismo*. Madrid: Editorial Egales.

Silva, L. C., Justo, J. S. (2020a). Errância e nomadismo feminino: o caso de duas mulheres trecheiras. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-14.

Silva, L. C., Justo, J. S. (2020b). Errância queer e nomadismo feminino: trajetividades e resistências de mulheres no trecho. *Revista Subjetividades*, 20(2), e937.

Virilio, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade.

Zhao, C., McDormand, F., Janvey, D., Asher, M., Spears, P. (Produtores), & Zhao, C. (Diretor). (2020). *Nomadland* [Motion Picture]. Los Angeles, CA: Searchlight Pictures.



ENVELHECIMENTO E SUBJETIVIDADE: DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS

Dra. Mariele Rodrigues Correa⁴⁰

Aline Sabbadini⁴¹

Aline Zeller Pereira de Souza⁴²

Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos⁴³

Audrey Silva de Assis⁴⁴

Flávio Ribeiro de Oliveira⁴⁵

Jaime Fernandes Neto⁴⁶

Marcela Marcondes Leite⁴⁷

40 Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, campus de Assis. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de envelhecimento humano, relações intergeracionais, finitude, luto, suicídio e cuidados paliativos.

41 Psicóloga, Mestra e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis. Desenvolveu pesquisa de mestrado com o apoio da CAPES, intitulada “Mortes na vida e vidas na morte: análise de vivências de perdas e lutos em idosos residentes em asilo”. Realiza pesquisa de doutorado, também com apoio da CAPES, sobre cuidados em fim de vida.

42 Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis. Possui especialização em Ciências da Saúde na área de Psicologia Hospitalar em Gastroenterologia pela Faculdade de Medicina de Botucatu/ UNESP. Especialista em Arteterapia pelo Instituto Bauruense de Psicodrama (IBAP). cursou o Programa de Aprimoramento em Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria (Ipq-Ambulim) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). É mestranda em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/ Campus de Assis.

43 Psicóloga - CRP/06 32.355. Mestra e Doutoranda em Psicologia (UNESP/Assis). Especialista em Psicologia Clínica, Psicologia Jurídica, Psicopedagogia e em Intervenção em autolesão, prevenção e posvenção do suicídio. Docente e coordenadora do Núcleo de Psicologia do Centro Universitário de Adamantina – SP – UNIFAI. Coordenadora do Serviço de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial à Comunidade Acadêmica da UNIFAI. Articuladora da Rede Promover Vida. Diretora da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio – ABEPS (2020-2022, 2022-2024). Membro do Núcleo de Apoio à Vida de Adamantina/SP.

44 Psicóloga Clínica e Hospitalar. Especialista em Saúde do Adulto e Idoso pela Faculdade de Medicina da UNESP, campus Botucatu. Mestranda em Psicologia pela FCL-UNESP Assis.

45 Psicólogo Clínico, Mestre e Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis. Desenvolve pesquisa sobre o envelhecimento da população negra.

46 Psicólogo e Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis. Desenvolve pesquisa sobre envelhecimento e relações intergeracionais.

47 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis. Realizou Aprimoramento Clínico no “Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto - LELu”, da PUC-SP. Mestranda em Psicologia pela UNESP, campus de Assis e Psicóloga Parceira da ONG EternamenteSOU (LGBT 50+).

Apresentação

O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno que tem sido constatado em diversos países, inclusive no Brasil. O aumento da longevidade, a queda da taxa de natalidade, dentre outros fatores, contribui para essa realidade que, por um lado, é uma importante conquista social e, por outro, apresenta alguns desafios. A Psicologia, como ciência e profissão, tem um importante papel a cumprir na produção de conhecimentos científicos sobre o assunto, no desenvolvimento de práticas de assistência e atenção aos idosos e na formulação de políticas públicas indispensáveis para o enfrentamento dos desafios colocados por esse fenômeno relativamente novo no cenário da sociedade brasileira e que tende a se acentuar, conforme tem sido cabalmente demonstrado pelas projeções dos estudos demográficos.

O curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis, nos níveis de graduação e de pós-graduação, vem participando ativamente da produção de conhecimentos, mediante o desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento humano, e do desenvolvimento de projetos de atenção aos idosos desde o ano de 1994, quando protagonizou a criação da Universidade Aberta à Terceira Idade. Desde então, pesquisas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado em psicologia que abarcam a diversidade dos processos de envelhecimento têm sido desenvolvidas, o que, com o tempo, acabou por instituir e solidificar um grupo de pesquisa com uma produção significativa.

O conjunto dessa produção contempla a compreensão do envelhecimento humano a partir de marcadores como raça, gênero, classe social e orientação sexual. Contempla, ainda, a análise de outros aspectos do envelhecer, tais como a importância das relações intergeracionais, os processos de luto, suicídio e os cuidados paliativos na velhice. Analisar o envelhecimento a partir de uma visão interseccional em Psicologia é de grande relevância pois, como apontam estudiosos da gerontologia crítica, a experiência de envelhecer é singular, diversa e complexa. No que tange à temática da intergeracionalidade, a literatura científica destaca a importância das relações entre gerações nos processos de coeducação e na contribuição para quebra de estereótipos e preconceitos entre diferentes idades. Tal temática está presente, ainda, em políticas públicas como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. Por fim, o processo de envelhecer contempla o desafio de analisar a finitude e suas expressões a partir do luto, do suicídio em pessoas idosas – cujos índices estão crescentes em todo mundo – e da urgência numa postura bioética nos cuidados aos mais velhos. São esses aspectos que discutiremos ao longo do presente texto.

Envelhecimento e interseccionalidades: marcadores sociais de raça, gênero e orientação sexual

O Brasil é um dos países que está experienciando o envelhecer da população ao longo das últimas décadas. A perspectiva de um aumento acentuado da longevidade implica múltiplas questões, com inevitáveis reposicionamentos dos idosos nas relações psicossociais, na economia, na cultura e na política. Um dos primeiros aspectos e desafios, diante da complexidade do fenômeno da longevidade, é tomar o envelhecimento da população como um fenômeno heterogêneo. Além das singularidades presentes em qualquer experiência

humana, em qualquer experiência do sujeito de si mesmo e do seu mundo, se colocam as diferentes condições psicossociais nas quais o envelhecimento é vivido concretamente. Existem diferenças acentuadas relacionadas à classe social, raça, gênero, orientação sexual, configurações e relações familiares.

Estudos que analisam os marcadores sociais que atravessam e entrelaçam a experiência do envelhecimento são recentes. Pesquisas como as de Fernandez-Rouco, Fernandez-Fuertes e Araújo (2020), dentre outras, apontam o quão significativo tornou-se a questão da interseccionalidade nos estudos sobre o envelhecimento.

Ao passo que o número de idosos aumenta, a partir do questionável marcador social etário da velhice que se inicia aos 60 anos no Brasil (Camarano e Pasinato, 2004), há também o aumento da demanda por políticas públicas que assegurem, de forma ética e digna, as especificidades de cada envelhecer. Quando a pluralidade que atravessa o envelhecimento brasileiro é colocada em pauta, existe a necessidade de se olhar atentamente para aquilo que é sistematicamente invisibilizado: a cor, a classe social, o gênero, especificidades regionais, culturais, dentre outras, e a orientação sexual de cada pessoa idosa.

Nesse sentido é que a interseccionalidade opera, a fim de construir um pensamento que se distancia da “cisgeneridade branca heteropatriarcal” (Akotirene, 2019, p. 20), oriunda de um colonialismo genocida que destruiu inúmeros povos originários e que atualmente atua por meio de uma necropolítica (Mbembe, 2018) contra as minorias. A interseccionalidade reposiciona o pensamento para além da exclusividade do eixo do hemisfério norte e, ao mesmo tempo, abre portas para o pensamento do hemisfério sul, onde há um “racismo e sexismo epistêmicos impostos pela geografia do saber do Norte Global” (Akotirene, 2019, p. 21).

Autores como Silvio Almeida (2020), por exemplo, escancaram o racismo estrutural que assola o Brasil, descrevendo minuciosamente como a construção da sociedade brasileira se estruturou e se mantém através dele. No caso da população negra, segundo Neuza Santos Souza (2021), o racismo se sustenta através de mitos que colocam a população negra numa posição de inferioridade em relação à população branca, tomada como padrão de beleza, de civilidade e de superioridade moral e intelectual. A linguagem utilizada para descrever a pessoa negra acaba por representá-la como animal, não a reconhecendo como um humano. Cabe a ele clarear-se porque “de repente, clarear é também a ascensão econômica e social” (Souza, 2021, p. 58). O racismo na linguagem inclui, também, o corpo negro que carrega consigo as marcas “do período escravista, em que o negro era a ‘besta de carga’, sua decantada resistência física está associada a um destino mítico que lhe garante a competência para as tarefas necessárias” (Souza, 2021, p. 61).

Diante desta perspectiva branca escravocrata é que vive a população negra no Brasil. No que diz respeito ao envelhecimento dessa população, o racismo acaba por ser determinante para escancarar a desigualdade social que prolonga a vida para determinados segmentos da população e a abrevia para outros, “gerando trajetórias que nem sempre terão o envelhecimento como linha de chegada para grupos sociais como pretos, pardos e indígenas” (Silva, 2019, p. 1). Outros fatores decorrentes do racismo são condições de trabalho com menor remuneração, maior dificuldade de acesso à saúde e à educação, o que coloca

a população negra como a maioria imersa na pobreza no Brasil (Barros, Brancos, 2017). Condições essas que se agravam com a velhice.

No que diz respeito à saúde da população negra, por exemplo, os dados apontam que a maioria é atendida pelo sistema público, o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse dado evidencia “que a população de mais baixa renda e a população negra são, de fato, SUS-dependentes” (Ministério da Saúde, 2017, p. 13). Ressalta-se que existem especificidades relacionadas à saúde da população negra, que deveriam ser contempladas pelo sistema de saúde, mas que são negligenciadas e até barradas pela dificuldade de acesso aos serviços, pela minimização das queixas ou pela violência em certos atendimentos.

Ao preconceito racial se acrescenta o preconceito relacionado a gênero e sexualidade. Uma pessoa idosa, negra, de orientação sexual dissidente da heteronormatividade e moradora de um bairro periférico de uma cidade pequena, por exemplo, precisa ter seu cuidado assegurado quando procura por consulta médica através do SUS e precisa, também, que sua orientação sexual seja respeitada pelos profissionais de saúde que acompanham os exames.

A mulher cisgênera, antes mesmo de envelhecer, passa por processos de dessubjetivação que a retira do lugar social quando não cumpre com os “deveres” pré-determinados de uma sociedade heteronormativa patriarcal. Se essa mulher for negra e de uma classe baixa os agravos são significativos e violentos em sua vivência. Será colocada ainda mais à margem quando é lésbica, por exemplo, e se confronta com os papéis que a norma social espera que ela cumpra. Caso ela envelheça, apesar do genocídio negro e da violência de gênero, quais são as políticas públicas que asseguram sua existência? Quais são as proteções e espaços sociais que essa mulher possui para encontrar parceiras amorosas e acesso a espaços de cultura e lazer? Como a sociedade, enraizada em preconceitos e normas, assegura um envelhecimento digno para essa mulher? Falar sobre envelhecer é também falar de sujeitos que continuam desejanter, com vontades de estabelecer vínculos e redes afetivas, e não somente de corpos que adoecem durante o envelhecimento e entram em declínio.

Todos esses questionamentos estão sendo feitos em relação ao envelhecimento de uma mulher cisgênera, mas temos, também, o envelhecer de uma pessoas trans e travestis, colocadas nos rincões da invisibilidade, somado a um lugar de violência que limita a vida de uma pessoa trans que vive no Brasil a uma expectativa de morrer em torno dos 30 anos. Há, no Brasil, uma falta de dados e pesquisas dos órgãos oficiais que registrem a idade e a causa da morte nesses casos, reconhecendo a morte de pessoas trans e travestis e não com seu sexo de registro de nascimento.

Como aponta João W. Nery no livro “Velhice Transviada” (2019), o envelhecer para homens e mulheres trans é sobrevivência e resistência, especialmente em uma sociedade que não tem espaço para uma vida digna de velhos e velhas LGBT+s. Livros, escritos e pesquisas como as de Nery são fundamentais para um registro, de militância e de resistência, de uma população que é jogada para a margem da sociedade como se não envelhecesse e como se não tivesse demandas específicas que o olhar cishetero com síndrome de *Peter Pan* jamais atenderá. Poder narrar a própria história e também possibilitar que outros idosos LGBT60+ falem sobre as suas é trazer à luz demandas que não devem, e jamais deveriam, ter sido ignoradas pelo campo da saúde e das ciências em geral.

Envelhecimento e intergeracionalidade

O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e tem produzido diversas inquietações, despertando o interesse e preocupações da ciência, dos governos de diferentes países e de organismos internacionais ao longo das últimas décadas. Em 1982, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que aconteceu na cidade de Viena, o que resultou em um Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento, o qual vem sendo renovado constantemente e reforçado com outras medidas e projetos. Passados vinte anos da primeira assembleia, em 2002, na cidade de Madrid, aconteceu a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Dentre as principais recomendações a serem adotadas pelos países signatários da ONU, destacou-se a solidariedade intergeracional, a qual é apontada como fator fundamental para a construção de uma sociedade igualitária para todas as idades (Camarano, Pasinato, 2004).

O Brasil, seguindo as recomendações da ONU, instituiu políticas públicas para a população idosa ao longo das últimas décadas, como a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003). Dentre os diversos direitos e deveres dos mais velhos que estão contemplados nessas legislações, a promoção das relações entre gerações tem bastante ênfase enquanto política e estratégia de intervenção, cuidado e promoção de saúde junto à população idosa.

Mas, afinal, o que estamos compreendendo como “relações intergeracionais” e qual sua relação com a velhice? Antes de mais nada, partimos do conceito de “geração”. De acordo com Borges e Magalhães (2011, p. 172),

A geração reúne pessoas que, nascidas numa mesma época, viveram os mesmos acontecimentos históricos e partilham de uma mesma experiência histórica. Essa experiência comum dá origem a uma consciência que permanece presente ao longo do curso de suas vidas, influenciando a forma como os indivíduos percebem e experimentam novos acontecimentos.

O fato de determinados indivíduos terem nascido em um mesmo período histórico não é o suficiente para concluir que farão parte de uma mesma geração. Compartilhar um tempo ou ser contemporâneo, tal como adverte Agamben (2009), não é simplesmente estar sincronizado a uma cronologia, mas ser capaz de vislumbrar e viver os acontecimentos emergentes de um tempo, aquilo que marca o presente, as transformações que irrompem e marcam a história. Desse modo, entende-se que pertencer a uma determinada geração possibilita pensar e a experimentar as transformações do mundo de um modo similar.

Assim, partindo desse conceito, definimos as “relações intergeracionais” como aquelas estabelecidas entre pessoas que pertencem a gerações distintas, que compartilharam acontecimentos distintos, sendo que a concepção de geração vai para além do contexto familiar e engloba todas as relações tecidas na vida social dos indivíduos (Lopes, 2008). São diversos os efeitos positivos conquistados a partir das relações intergeracionais, tais como a diminuição ou até a eliminação de preconceitos e estereótipos de uma geração sobre a outra; trocas e novas aprendizagens que podem ser favorecidas entre jovens e idosos e vice-versa; diminuição do sentimento de solidão e isolamento social dos mais velhos; desenvolvimento de laços solidários e de cooperação entre gerações, dentre outras (Lopes, 2008).

Para Ferrigno (2013), a sociedade moderna delimitou as gerações em nichos e guetos etários específicos, o que acabou criando um certo distanciamento social e afetivo entre as diferentes idades da vida, ainda mais com a criação de espaços institucionais para cada segmento, como a escola para a infância e adolescência, o asilo para os velhos e assim por diante. As fronteiras etárias delimitaram, inclusive, expectativas e normas específicas para cada geração. Por outro lado, essas fronteiras estariam sendo diluídas ou se tornando mais porosas na contemporaneidade, possibilitando a experimentação de novas identidades etárias e, potencialmente, reaproximando gerações. Além disso, a intergeracionalidade constitui espaços nos quais, por meio da percepção do outro como diferente, permitem enxergar as possibilidades que o outro sugere para a mudança de si, sendo um processo no qual as gerações ensinam e são ensinadas (Ferrigno, 2010).

Dessa forma, criar contextos que permitam a aproximação, o reconhecimento e o contato entre gerações distintas, na atualidade, mostram-se como uma possibilidade de estabelecer vínculos e, quiçá, promover relações mais solidárias, tal como preconiza a resolução da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento da ONU (Camarano, Pasinato, 2004). Nesse processo, é importante levar em conta que a velhice não é apenas um assunto de pessoas velhas. É algo que nos diz respeito, é o futuro de todos nós, como pontua Birman (1997).

Algumas iniciativas e projetos têm promovido relações intergeracionais ao redor do mundo como, por exemplo, escolas que acolhem pessoas mais velhas, lares compartilhados entre jovens universitários e idosos, festividades que reúnem diferentes idades, dentre outros. Mas é importante dizer que, para além de tais iniciativas, é necessário que as relações entre gerações sejam fomentadas dentro do espaço familiar, com a escuta das narrativas dos mais velhos pelos jovens, com a construção de um vínculo afetivo, solidário e respeitoso. A intergeracionalidade propõe um ideário de sociedade para todas as idades. É necessário reconhecer em cada pessoa a juventude e a velhice que existe dentro de cada um.

Envelhecimento e finitude: processos de luto, cuidados paliativos e suicídios na velhice

Envelhecer é um processo que acompanha todo nosso desenvolvimento humano, no qual as perdas e aquisições estão presentes. Enquanto uma etapa do ciclo de desenvolvimento, a velhice é atravessada por questões biológicas, culturais, sociais, subjetivas, dentre outras. Por um lado, ela implica em uma série de mudanças e perdas, que são vividas em diferentes âmbitos e também em ganhos e conquistas, por outro (Correa, Barbosa, Silva, 2020). Apesar de o envelhecimento ser considerado uma questão “intrínseca” ao desenvolvimento humano, os discursos e os modos pelos quais a velhice tem sido tratada a retratam como objeto e como instrumento de controle e de gestão dos corpos (Santos & Lago, 2016). Ser velho, na sociedade atual, é carregar peso de valores negativos. Predomina o sentido da velhice como perda e privação, no bojo do qual o tempo é compreendido de uma maneira linear, cronológica e que se esgota à medida que se passam os anos e com a aproximação inexorável da morte (Tótorra, 2016).

Segundo Kreuz e Franco (2017, p.169) “O envelhecimento é um processo natural, sequencial, individual, acumulativo, universal, que pode ou não, concomitantemente, incluir adoecimentos”. O envelhecer envolve perdas físicas, sociais e cognitivas que demandam

adaptações às mudanças e ao avanço progressivo do tempo, exigindo intensa elaboração emocional.

Nesse sentido o processo de envelhecimento pode resultar em perdas nos âmbitos social, financeiro, fisiológico e simbólico, as quais demandam elaborações, às vezes bastante complexas e difíceis. Esse é o trabalho de luto, o qual é compreendido como processo de adaptação e como a reação ou resposta do sujeito diante de uma perda significativa, caracterizando-se como algo dinâmico (Franco, 2021). Esse processo implica no desinvestimento de afetos fortemente vinculados ao objeto perdido e seu reinvestimento em outros.

Para Correa, Barbosa e Silva (2020, p. 241), “no caso da pessoa idosa, que vivencia diferentes lutos concretos e simbólicos, é de fundamental importância que ela encontre espaço no mundo para novos investimentos, novas trocas afetivas”. Por isso, se coloca a necessidade de políticas públicas, de programas que fomentem trocas intergeracionais e de outras ações que reconheçam e validem as diversidades do envelhecer e ampliem os espaços para elaboração de perdas e de prospecção de novos ganhos, realizações e aprendizagens.

a) Envelhecimento e cuidado

O envelhecimento constitui um fenômeno psicossocial, marcado por mudanças significativas, como já mencionado. Camarano e Pasinato (2004) ressaltam que mesmo dentro do grupo dos indivíduos considerados idosos há heterogeneidades marcadas por aspectos que vão além das características cronológicas ou biológicas, abrangendo dimensões da vida social, tais como trabalho e família. A partir da compreensão de que envelhecer implica inúmeros desdobramentos para o modo de ser e estar no mundo, abordaremos aqui um fenômeno, cada vez mais frequente, de idosos que se tornam cuidadores de familiares também idosos.

No contexto da saúde, a temática do cuidado tem sido discutida sob diversas perspectivas: como contraponto ao modelo curativo; como enfoque aos aspectos biológicos; como uma ação terapêutica; ou ainda, como modelo de humanização (Zoboli, 2007). Pensar o cuidado em sua dimensão ética contempla todas essas perspectivas e amplia essa discussão para a dimensão relacional que caracteriza essa dinâmica. Conforme indica Zoboli (2007), eticamente, o cuidar “é a maneira como a pessoa estrutura e funda suas relações com as coisas, os outros, o mundo e, também, consigo mesma” (p.159).

Vivemos atualmente um aumento significativo da população idosa e de suas novas demandas de cuidados. A família tem sido cada vez mais acionada como suporte social, em um contexto que tem favorecido a emergência de idosos que se tornam cuidadores informais. O cuidador informal se caracteriza como a pessoa que assume cuidados com o idoso, sem remuneração, posição que pode ser ocupada por familiares, amigos ou vizinhos (Vieira, Fialho, Freitas, Jorge, 2011). Ser uma pessoa idosa e tornar-se cuidador de outro idoso, cenário muito comum nos dias atuais, pode trazer diversos impactos subjetivos. Dentre eles destaca-se a possibilidade de vislumbrar a própria condição de finitude frente ao adoecimento do outro. Por isso é de grande importância atentar-se para as demandas de quem cuida, pois muitas vezes pode haver um sofrimento psíquico e outras questões

que acabam ficando ocultas à rede de apoio deste idoso e até aos profissionais e serviços de saúde.

A ambiguidade inerente aos processos de adoecimento e cuidado, neste contexto, faz com que os cuidadores sejam envolvidos em uma dinâmica de oscilação emocional relacionada à continuidade do cuidado e o avanço da doença (Bifulco, 2020). Embora o luto seja socialmente interpretado a partir da morte do corpo físico, há no processo de adoecimento e cuidado muitas “pequenas mortes” que não são percebidas pelos cuidadores informais (Bifulco, 2020).

Diante disso, Giacomini, Santos e Firmino (2013, p. 2494) pontuam que frente à “consciência da própria finitude, na interação dinâmica do processo saúde-doença-velhice, o luto antecipado do sujeito idoso revela-se na convivência com doenças crônicas e incapacitantes e nos medos de *não dar conta*, de *dar trabalho* e de *morrer*” (grifos dos autores). Neste movimento entre cuidar de si e cuidar do outro, as possibilidades e limites dos idosos se entrelaçam, e oferecer um olhar atento a estas experiências pode promover um cuidado ampliado ao idoso que cuida.

A Constituição Federal do Brasil, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso preveem que o cuidado à pessoa idosa seja oferecido, preferencialmente, em seus lares e junto à família (Camarano, Pasinato, 2004). Isso é importante, por um lado, para que o sujeito idoso não tenha seus vínculos rompidos e possa exercer, de alguma forma, sua autonomia. Por outro lado, a sobrecarga (tanto relacionada ao trabalho de cuidar como a aspectos psicossociais) dos cuidadores é relatada em diversos estudos e pesquisas. A questão do cuidador informal, especialmente sendo ele um idoso que cuida de outra pessoa idosa, se coloca como pauta importante a fim de que sejam fornecidas condições de um cuidado ampliado e humanizado para ambos os lados.

Somando-se às questões relacionadas ao cuidar já mencionadas, o cenário de envelhecimento populacional coloca-nos diante de outros desafios, como o aumento de doenças crônico-degenerativas de progressão lenta, um crescimento constante de pessoas diagnosticadas com câncer, dentre outras. Além disso, por conta de novos arranjos familiares, nota-se um número maior de pessoas morando sozinhas (Garcia, 2012). Portanto, ter uma doença que ameace a continuidade da vida pode representar um processo de morrer lento, doloroso e solitário.

É nesse contexto que os Cuidados Paliativos são extremamente necessários como uma abordagem capaz de oferecer cuidados integrais, prevenindo e aliviando sintomas dos sujeitos e de seus familiares. A Organização Mundial da Saúde (OMS) assim o define:

Cuidado Paliativo é uma abordagem que promove a qualidade de vida de pacientes e seus familiares, que enfrentam doenças que ameacem a continuidade da vida, através da prevenção e alívio do sofrimento. Requer a identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual (Matsumoto, 2012, p. 26)

A International Association for Hospice and Palliative Care (IAHPC) desenvolveu uma nova definição de cuidados paliativos baseada em consenso, cujo foco é o alívio de sofrimentos graves relacionados à saúde, ampliando esses cuidados, ao invés de limitá-lo somente para

pacientes que apresentem uma doença ameaçadora da continuidade da vida. Segundo a definição,

Palliative care is the active holistic care of individuals across all ages with serious health-related suffering due to severe illness and especially of those near the end of life. It aims to improve the quality of life of patients, their families and their caregivers (Radbruch *et al.*, 2020, p. 2)

Nesse sentido, a abordagem dos Cuidados Paliativos surge como uma possibilidade de um cuidado ativo aos pacientes, inclusive os mais velhos. Segundo as considerações de Matsumoto (2012), é comum encontrar nos serviços de saúde pessoas idosas com síndromes demenciais variadas ou com graves sequelas neurológicas. A autora destaca a necessidade de se atentar para o estado de abandono e desamparo que muitos podem vivenciar e “tentarmos implantar medidas concretas, como: criação de recursos específicos, melhoria dos cuidados oferecidos nos recursos já existentes, formação de grupos de profissionais e educação da sociedade em geral. (Matsumoto, 2012, p. 23).

O idoso diagnosticado com uma doença grave ou aquele que está em processo de fim de vida se depara com muitas emoções e a necessidade de elaborar diversas perdas, como autonomia, capacidade física, autoimagem, emprego, status, dentre outras. A inserção do profissional da psicologia para lidar com esses aspectos é de grande valia. O oferecimento de uma escuta sensível e ética é capaz de conduzir e facilitar os processos de elaboração desses lutos concretos e simbólicos (Matsumoto, 2012).

Essa abordagem multiprofissional dos cuidados paliativos tem como intuito o foco nas necessidades dos pacientes e de seus familiares, compreendendo-os como seres biográficos, mais que seres biológicos (Silva Filho, 2019). É preciso olhar para o velho não como aquele que apresenta um inevitável declínio físico e perda de capacidades, mas para um ser humano que carrega uma história de vida. Não é desconsiderar a doença ou a finitude, mas considerar a qualidade da vida que ainda pode ser vivida.

b) Suicídio e Envelhecimento

O suicídio de idosos é um tema ainda pouco evidenciado diante da expressiva magnitude de sua ocorrência tanto no Brasil quanto no mundo. É um grave problema mundial que tem sido negligenciado e que merece destacada atenção, dado que a população acima de 60 anos é a que mais cresce no Brasil e na maior parte do mundo (Minayo e Cavalcante, 2010).

Se consideradas as médias, as taxas de suicídio mundialmente mais elevadas são entre as pessoas mais idosas, apesar do número absoluto maior predominar entre os mais jovens (Bertolote, 2012). O número de mortes por suicídio anualmente no Brasil cresceu 43% entre 2010 e 2019 e em todas as faixas etárias (Ministério da Saúde, 2021). A taxa de mortalidade de adolescentes cresceu 81%, subindo de uma taxa de 3,5 mortes por 100 mil habitantes para 6,4 por 100 mil habitantes. A taxa entre idosos manteve-se alta, variando entre 6,96 (2010) a 8,14 (2018) e 7,88 (2019). Esses índices são sempre superiores à média nacional (Ministério da Saúde, 2021), considerada como sendo de 6,4 mortes por suicídio a cada 100.000 habitantes, de acordo com a Organização Mundial da Saúde e de 6,6/100.000 conforme os dados do Ministério da Saúde (Baldaçara *et al.*, 2022). Além de os números

sobre autodestruição em idosos serem muito elevados, a razão entre tentativas e suicídios consumados é muito próxima, quase 2:1 (Minayo e Cavalcante, 2010).

O suicídio é compreendido como um problema de Saúde Pública de etiologia complexa e multicausal. Como nos apresenta Cassorla:

(...) não existe nenhuma teoria que possa explicar todos os casos e situações de comportamentos suicidas, pois eles são a expressão de múltiplos fatores que interagem de forma específica em cada indivíduo e resultantes de aspectos constitucionais da história do desenvolvimento, de circunstâncias sociais e de fantasias próprias sobre a morte e o pós-vida. (CASSORLA, 1991, p.66).

Não obstante, inúmeros estudos indicam a existência de diferentes fatores predisponentes, fatores precipitantes e grupos de maior risco. Os principais fatores e grupos de risco para o suicídio no Brasil são pertencer ao do sexo masculino, ter idade entre 15 e 44 anos, possuir ensino superior, estar desempregado ou exposto a uma condição de vulnerabilidade socioeconômica, apresentar quadro de transtornos mentais, ter planos suicidas e possuir tentativas anteriores de suicídio (Baldaçara et al, 2022).

Ao longo do desenvolvimento humano podem existir múltiplos padrões de vulnerabilidade individual relacionados ao suicídio, por exemplo: vulnerabilidade desde a infância ou adolescência, padrão decrescente de vulnerabilidade caso existam mecanismos protetores, padrão crescente se aumentarem fatores de risco ao longo da vida. No caso de pessoas idosas, pode ocorrer incremento tardio em vulnerabilidade pela soma de condições decorrentes do próprio envelhecimento com fatores de risco específicos dessa faixa etária, tais como depressão, doença psíquica grave, luto, desconexão social, incapacidade funcional, perspectiva de deterioração cognitiva (Pais, Loureiro, Akamine e Forlenza, 2021).

Em relação aos quadros depressivos, De Leo (2022) ressalta que os mesmos tendem a decrescer após os 65 anos em contraposição ao aumento de doenças somáticas, devendo a associação entre depressão e suicídio, no idoso, ser muito bem analisada. Considera que o envelhecimento, conforme avança, apresenta uma série de questões como as já mencionadas no presente texto, tais como perdas de entes queridos, perda do trabalho, de capacidades funcionais, de renda e presença de sentimentos de tristeza, solidão, falta de esperança no futuro. É importante destacar que essas questões não necessariamente se tornam quadros patológicos, apesar de produzirem sofrimentos, os quais precisam ser devidamente cuidados e acolhidos.

De acordo com Tavares, Montenegro e Prieto (2004), a maior parte dos idosos que realizam o suicídio não tem uma história prévia de ideação e tentativa. Isso contraria a hipótese de que idosos que se matam têm antecedentes de risco, evidenciando a necessidade de que os programas voltados para a população idosa deem mais atenção aos eventos e condições atuais do que os fatores progressos de vida.

Na mesma linha, De Leo (2022) apresenta a necessidade de se cuidar dos determinantes sociais da saúde (DSS), condições nas quais o ser humano se desenvolve, e que poderão melhorar a saúde do idoso. Os DSS podem se caracterizar como fatores de risco, como pobreza, migração, estigma, discriminação, ou como fatores de proteção, por exemplo, a qualidade nas relações familiares, boa proteção social e vida espiritual. De Leo (2022) ainda acrescenta a defesa dos Direitos Humanos dos idosos, com especial ênfase à proteção contra

abandono, abuso, violência e discriminação. Indica atitudes ageístas como promotoras de estigmas e sofrimentos para o idoso.

Apesar de serem escassos os estudos sobre fatores de proteção, destaca-se uma rede consistente de suporte social, sentimento de pertencimento comunitário, relacionamentos significativos e envolvimento em práticas religiosas (Pais, Loureiro, Akamine e Forlenza, 2021).

A pandemia por COVID-19, cujo início foi decretado em março de 2020, coloca em alerta a possibilidade de aumento do suicídio de idosos pois amplifica os fatores de risco como perdas de entes queridos, crise financeira, medos e riscos de contaminação e morte e maior isolamento social. Dessa forma, é necessário promover os fatores de proteção como garantias de subsistência, seguridade social, relacionamentos afetivos e sociais, acesso à equipamentos de saúde, entre outros.

As políticas públicas têm um importante papel na garantia de direitos possibilitando, mais que a prevenção do suicídio, qualidade de vida e promoção de saúde (De Leo, 2022), sendo relevantes programas que possibilitam sistemas sociais de apoio e diferentes serviços nos diferentes níveis de atenção à saúde e em diversas áreas, como Assistência Social, Seguridade Social, Cultura, Lazer, entre outras.

Tavares, Montenegro e Prieto (2004) indicam a possibilidade de que programas desenvolvidos em políticas públicas possam, então, promover melhores condições de vida atuais para os idosos com estrutura para prevenção do suicídio, como na prevenção primária (prevenção do risco), melhorando as interações sociais, fortalecendo as redes de apoio e facilitando o acesso a programas de saúde; na intervenção secundária (prevenção do dano) com o desenvolvimento de estratégias para identificação precoce de fatores que influenciam o comportamento suicida de idosos e o desenvolvimento de atividades de conscientização e superação das dificuldades e na prevenção terciária (contenção do dano e reversão do quadro) com estratégias para intervenções em crise (risco iminente ou de curto prazo) e planejamento para a efetivação de encaminhamentos posteriores.

Considerando que o processo de envelhecimento estrutura-se a partir das condições atuais de vida e do complexo biopsicossocial que vinha se desenvolvendo em todas as fases anteriores, destacamos a importância dos determinantes sociais da saúde, da preparação de profissionais para a identificação de situações de risco e efetivação de práticas adequadas e, especialmente, em relações humanas de qualidade que preservem os Direitos Humanos e propiciem condições dignas de existência ao longo de toda a vida como melhores possibilidades de prevenção do suicídio e especialmente de promoção de saúde e vida digna.

Considerações finais

Envelhecimento e subjetividade são processos singulares, plurais e complexos. São experiências humanas atravessadas por marcadores sociais de raça, gênero, orientação sexual e classe social. Envolvem as relações e vínculos afetivos, os quais guardam histórias,

memórias, conflitos, trocas e sentimentos. Podem envolver, ainda, algumas perdas, sofrimento, necessidade de cuidado. Por outro lado, envelhecer é conquistar anos de vida e buscar novas realizações e ressignificações das experiências de si no mundo.

Ao longo do presente texto, procuramos abordar alguns aspectos psicossociais relevantes no processo de envelhecimento, como os marcadores sociais, a intergeracionalidade, luto, cuidados e suicídio na velhice. A essas questões poderiam somar-se várias outras, como a mobilidade, as relações familiares, a velhice institucionalizada, as representações de pessoas idosas na mídia, dentre outras que não foram diretamente abordadas aqui. Porque a temática da velhice não se esgota. Ela não se curva a estereótipos que tentam enquadrá-la em determinados padrões e expectativas. E por mais que a velhice seja desqualificada e preterida pela sociedade vigente que valoriza e enaltece o signo do jovem, ela resiste e reivindica seu lugar no mundo. E esse lugar não pode ser apenas privilégio de pessoas da classe dominante. Por isso a velhice é um convite para viver o tempo e também um chamado para a luta pela dignidade no envelhecer. A Universidade tem muito a contribuir nesse processo, enquanto instituição produtora de conhecimento e com sua destacada participação no desenvolvimento científico voltado para os desafios emergentes.

Referências bibliográficas

Agamben, G. (2009). *O que é o Contemporâneo?* Argos.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Almeida, S. (2020). *Racismo estrutural*. Editora Jandaíra.

Baldaçara, L., Meleiro, A., Quevedo, J., Vallada, H., & Silva, A. G. (2022). Epidemiology of suicides in Brazil: a systematic review. *Global Psychiatry Archives*, 9(1), 1-9. <https://doi.org/10.52095/gp.2022.4377.1035>

Barros, C. S., & Brancos, S. I. D. (2017). *Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida*. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170920124107.pdf

Bertolote, J. (2012). *O suicídio e sua prevenção*. Editora UNESP.

Bifulco, V. A. (2020). O luto do cuidador informal do portador de Alzheimer. In G. Casellato (Org.), *Lutos por perdas não legitimadas na atualidade* (pp.188-197). São Paulo: Summus.

Birman, J. (1997). *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: 34.

Borges, C. de C., & Magalhães, A. S. (2011). Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Revista Estudos de Psicologia*, 16(2), 171-177. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200008>

Camarano, A. A., & Pasinato, M. T. (2004). O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In A. A. Camarano (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* (pp.256-292). Brasília D. F.: Ipea.

Cassorla, R. M. S. (Coord.). (1991). *Do suicídio: estudos brasileiros*. (2ª ed.). Papirus.

De Leo, D. (2022). Late-life suicide in an aging world. *Nature Aging*, 2(1), 7-12. <https://doi.org/10.1038/s43587-021-00160-1>

Correa, M. R., Barbosa, L. C., Silva, P. G. (2020). Processos de luto na velhice: uma revisão narrativa. In Sampaio, E. C. (Org.). *Envelhecimento humano: desafios contemporâneos*. (pp.229-255). Científica Digital.

Fernandéz-Rouco, N., Fernandéz-Fuertes, A. A., & Araújo, L. F. (2020). Sexualidades, gêneros e interseccionalidad en las personas mayores. In L. L. F. Araújo & H. S. Silva (Org.). *Envelhecimento e Velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais* (pp.197-208). Campinas, SP: Alínea.

Ferrigno, J. C. (2010). *Cooeducação entre gerações*. (2ª ed.). São Paulo: Edições SESC.

Ferrigno, Jose Carlos (2013). *Conflito e cooperação entre gerações*. São Paulo: Edições SESC.

Franco, M. H. (2021). *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo: Summus.

Garcia, J. B. S. (2012). Prefácio. In R. T. Carvalho & H. A. Parsons (Org.). *Manual de Cuidados Paliativos* (pp. 13-14). São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP).

Giacomin, K. C., Dos Santos, W. J., & Firmo, J. A. (2013). O luto antecipado diante da consciência da finitude: a vida entre os medos de não dar conta, de dar trabalho e de morrer. *Ciênc. saúde coletiva*, 18(9), 2487-2496. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900002>

Kreuz, G., & Franco, M. H. P. (2017). O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento – revisão sistemática de literatura. *Arq. bras. psicologia*, 69(2),168-186. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200012

Lopes, E. S. L. (2008). Relações intergeracionais. In A. L. Neri (Org.) *Palavras-Chave em Gerontologia* (pp.175-178). Campinas, SP: Alínea.

Matsumoto, D. Y. Cuidados Paliativos: conceitos, fundamentos e princípios. In: R. T. Carvalho & H. A. Parsons (Org.). *Manual de Cuidados Paliativos* (pp. 23-30). São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP).

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições.

Minayo, M. C. de S., Cavalcante, F. G. (2010). Suicídio entre pessoas idosas: revisão da literatura. *Revista de Saúde Pública*, 44(4), 750-757. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400020>

Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. (3ª ed.). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

Ministério da Saúde. (2021). *Boletim Epidemiológico*,52(33). Brasília, D.F.: Secretaria de Vigilância em Saúde.

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf

Navarrete Betancort, E. M, Herrera Rodríguez, J., & León Pérez, P. (2019). Los límites de la prevención del suicidio. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 39(135), 193-214. <https://dx.doi.org/10.4321/s0211-57352019000100011>

- Nery, J. W. (2019). *Velhice transviada: memórias e reflexões*. São Paulo: Objetiva.
- Organização Panamericana da Saúde. (2018). *Folha informativa – Suicídio*. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839
- Pais, M. V., Loureiro, J. C., Akamine, G., & Forlenza, O. V. (2021). Suicídio na terceira idade. In: R. F. Damiano, A. C. Luciano, I. D'Andrea G. da Cruz & H. Tavares. (Edit.). *Compreendendo o suicídio* (pp. 509-514). São Paulo: Manole.
- Radbruch, L., Lima, L., Knaul, F., Wenk, R., Ali, Z., Bhatnagar, S., Blanchard, C., Bruera, E., Buitrago, R., Burla, C., Callaway, M., Munyoro, E. C., Centeno, C., Cleary, J., Connor, S., Davaasuren, O., Downing, J., Foley, K., Goh, C., & Pastrana, T. (2020). Redefining Palliative Care – A New Consensus – Based Definition. *Journal of Pain and Symptom Management*, 60(4), 754-764. <https://doi.org/10.1016/j.jpainsymman.2020.04.027>
- Santos, D. K., & Lago, M. C. de S. (2016). O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. *Psicologia USP*, 27(1), 133-144. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140060>
- Silva, A. (2019). O envelhecimento na perspectiva do racismo e de outras formas de discriminação: influências dos determinantes institucionais e estruturais para a vida das pessoas idosas. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(4), 1-2.
- Silva Filho, L. (2019). O idoso nos cuidados paliativos. *Rev. Longeviver*, 1(3), 42-48. <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/791/846>
- Souza, N. S. (2021) *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tavares, M., Montenegro, B., & Prieto, D. (2004). Modelos de prevenção do suicídio: princípios e estratégias. In: G. Maluschke, J. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Org.) *Direitos Humanos e Violência: desafios da ciência e da prática* (pp.231-258). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Tótora, S. *Velhice: uma estética da existência*. São Paulo: Educ.
- Vieira, C. P. B., Fialho, A. V. M., Freitas, C. H. A., & Jorge, M. S. B. (2011). Práticas do cuidador informal do idoso no domicílio. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(3), 570-579. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000300023>
- Zoboli, E. (2007). Ética do cuidado: uma reflexão sobre o cuidado da pessoa idosa na perspectiva do encontro interpessoal. *Saúde Coletiva*, 4(17), 158-162. <https://www.redalyc.org/pdf/842/84201706.pdf>



UBERIZAÇÃO DO TRABALHO, ESPAÇO E SAÚDE DO TRABALHADOR⁴⁸

Dr. Matheus Fernandes de Castro⁴⁹

Temos nos debruçado sobre o tema da uberização do trabalho e a necessidade de compreendermos como este fenômeno impacta a saúde dos trabalhadores. Tal proposta pode parecer óbvia para aqueles que já há algum tempo vêm acompanhando algumas discussões no campo da saúde do trabalhador. Contudo, recorrentemente vemos pessoas que não conseguem reconhecer que o processo saúde doença possa ser socialmente influenciado, mesmo que isso já venha sendo demonstrado desde o séc. XVIII por Ramazzini, como nos apontam Paparelli, Sato e Oliveira (2010).

Tal negação, além de dificultar a compreensão do trabalho como algo que vai além da realização de atividades e da geração de renda, fortalece a tese que culpabiliza às vítimas pelo adoecimento e pelos acidentes sofridos. Sobre estas bases, apoiam-se as ideias que recusam o próprio sentido ontológico do trabalho, o que dificulta uma compreensão mais contundente sobre a importância da atual divisão do trabalho, bem como, sobre a relevância da organização do trabalho e sua influência em nosso cotidiano.

Mesmo levando em consideração tais desafios, não podemos pensar que teríamos hoje mais, ou menos, dificuldades do que ontem para a compreensão do trabalho e suas repercussões na vida das pessoas. Desde muito tempo atrás, autores seminais para a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), no Brasil, como Dejours (1993) e Seligmann-Silva (1994), nos apontam a organização do trabalho como um ponto fundamental para

48 Trabalho publicado, originalmente, em português, no livro: ALVES, G. (2021). *Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI*. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis.

49 Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Psicologia e Sociedade pela UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - 2004). É Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia Social da Unesp de Assis e Coordenador do Laboratório de Psicologia Ambiental do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho (LAPA-PET). É professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Univ. Estadual Paulista - Unesp. Foi chefe do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho (2015-2020) e coordenador do Conselho de Curso de Psicologia (2012-2015) da Faculdade de Ciências e Letras- Univ. Estadual Paulista-UNESP. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na área Social, do Trabalho e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho e cotidiano, saúde do trabalhador, cooperativismo e economia solidária, espaço, cidades, ambientes virtuais, motoboy, mototaxi e mundo do trabalho.

análise e compreensão da saúde mental dos trabalhadores, não sem enfrentarem muitas críticas e desafios, no caminho. Dejours, a partir de sua teoria do sofrimento humano nas organizações, fundamentada no referencial psicanalítico, parte do desenvolvimento ontogenético do sujeito e sua relação com as “falhas” da organização do trabalho. Tais “falhas”, motivariam ajustes entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ou seja, entre o que preconiza a organização do trabalho e o que ela realmente permite de concepção ao trabalhador, durante a execução do trabalho. Dependendo dessa efetivação, permitirá ou não uma mobilização criativa, ou seja, que o sujeito invista afetivamente para a superação das incongruências materializadas nas atividades diárias do trabalho, advindas da divisão entre aqueles que concebem e os que executam o trabalho.

Tal possibilidade, ou impossibilidade, resumidamente, levaria, na melhor das hipóteses, a que o indivíduo pudesse criar soluções para as dificuldades cotidianas do trabalho e se reconhecer como um trabalhador e membro de um grupo de trabalhadores, que o reconheceriam como tal, pela sua habilidade, destreza e zelo na execução do trabalho. A produção de uma identidade e a possibilidade de sublimação, geradas pelo reconhecimento dos pares no trabalho, permitiriam uma boa manutenção da saúde para o trabalhador, fruto da interação entre o sujeito e o grupo (sofrimento criativo). Contudo, uma organização do trabalho irretocável, inacessível, que não oferece possibilidades cotidianas de correção criativa por parte do trabalhador, priva-o também de sua identificação, reconhecimento, levando-o a lançar mão de estratégias defensivas para se manter trabalhando, mas com grande tendência ao adoecimento (sofrimento patogênico). Tais estratégias, para sua maior eficácia devem ser compartilhadas e reproduzidas pelos outros trabalhadores, para que tenham certa validade, evidenciando novamente, o aspecto psicossocial do sofrimento que pode, ou não, levar ao adoecimento.

Para Seligmann-Silva, partindo da teoria de desgaste mental de Laurell -embasada no materialismo histórico dialético -, o trabalho e sua organização têm impactos profundos na vida das pessoas que trabalham. Esses impactos se apresentam como desgastes, materializados pela ação das cargas físicas, fisiológicas, psíquicas, biológicas, químicas e mecânicas, todas elas funcionando de maneira imbricada entre si e com o corpo e a mente do trabalhador. A organização do trabalho e a conexão das pessoas com ela são fruto de inúmeros fatos e acontecimentos históricos, atravessados pelo modo de produção, pela divisão internacional do trabalho, pela luta de classes, dentre outros. Nesse sentido, a organização do trabalho e seus impactos na saúde não se encontram presos no ambiente estrito de trabalho, mas podem ser pensados e analisados alhures.

Embasados nessas propostas (sofrimento humano e desgaste mental relacionados ao trabalho), onde o indivíduo se encontra imbricado ao social, também no momento de realização do seu trabalho, tomamos a organização do trabalho como fundamental para a compreensão do trabalho e seus impactos sobre o sujeito. Além disso, passamos a percebê-la como algo que se origina e se espalha em outros ambientes, ou seja, ela é concebida e aplicada em uma dimensão muito mais ampla do que o ambiente organizacional. Partindo disso, muitas pesquisas buscam o trabalho em outros ambientes que não só os tradicionalmente estudados, como fábricas, escritórios, oficinas comércio e etc.

Os bairros, as ruas, as praças, os semáforos, ou seja, os espaços públicos passam a figurar como novos ambientes onde os pesquisadores devem buscar compreender os interesses dos trabalhadores e o sentido que o trabalho assumiu, neste contexto. Atualmente, os ambientes virtuais também se tornaram lugar de estudos sobre o trabalho e a sociabilidade humana. Esta nova fronteira de nossa existência (nem tão nova pela sua data de surgimento, mas principalmente pela sua capacidade de reedição) tem desafiado nossas possibilidades teóricas e metodológicas das ciências humanas. Contudo, encontramos na geografia humana de Milton Santos uma teoria do espaço, onde a internet e seus ambientes, figuram como um elemento fundamental do o autor chamou de meio-técnico-científico informacional. Tal meio, representa na teoria citada, a proposta globalizadora que nos tem sido imposta, a partir de um sistema produtivo capitalista e uma perspectiva política liberal, que se pretende única e inequívoca, se valendo das novas tecnologias da informação para buscar a onipresença e a onisciência: um verdadeiro projeto globalitário.

Em sua obra, Milton Santos nos permite ver como a organização do trabalho está presente em cada lugar de nosso espaço global, imbricada às relações sociais do lugar (onde vivemos, onde o espaço se empiriciza). Para ele “As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos” (1996, pg. 213). Assim, a organização do trabalho é distribuída e controlada pelas novas tecnologias de informação que se viabilizaram pela agilidade do sistema de redes digitais que atravessam e organizam o espaço, atingindo nosso cotidiano como um imperativo.

Todas essas coisas nos impactariam ordinariamente, organizando, além da comunicação (precarizando-a), os fluxos de pessoas, de coisas e de dinheiro, como uma necessidade indelével da vida no meio técnico científico informacional, ou seja como a proposta de existência nos lugares (o urbano e o rural – online e offline) imposto pelo processo de globalização vigente. Como nos mostra Castro (2020), ao tratar sobre o trabalho dos motoboys de São Paulo, a rua se torna uma continuação dos sistema produtivo e oferece a aqueles que estão dispostos a arriscar sua vida e sua saúde, meios de produzir trabalho e renda, mas não sem um grande custo para as pessoas que trabalham.

Presente também no espaço público, usando-o como parte de seu complexo sistema de funcionamento e levando seus impactos para todas as dimensões da vida do trabalhador (privada ou pública), o trabalho por aplicativo, também chamado de trabalho uberizado, se apresenta como central, não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade. Sendo assim, para compreendermos o campo da saúde do trabalhador, a partir das propostas destacadas, temos que olhar para esta complexidade política, econômica, social e tecnológica do trabalho, se quisermos compreender e analisar as configurações atuais de sua organização.

Por tudo isso, nos parece ser fundamental que para compreendermos o sofrimento humano e/ou o desgaste mental vinculados à atual organização do trabalho, derivada da Uberização (Slee, 2017), podemos também, partir da compreensão da dimensão espacial de Santos. Assim, imaginamos que seja mais fácil resgatar e afirmar o sentido apontado pela SMRT, em que o campo da saúde do trabalhador deve ser compreendido como um problema de saúde pública e, dessa forma, devemos continuar a luta política que o levou ao SUS. O território, suas instituições e o uso que as pessoas fazem deles devem figurar

também, no campo dos estudos que visam a compreensão e a promoção da saúde das pessoas (Santos, 2003)

Acreditamos que ao incentivar a reflexão, o debate e a ação, sobre os problemas gerados pela uberização e sua vinculação ao espaço (real e virtual), poderemos contribuir para o combate à falta de diálogo entre os atores sociais, tanto para a construção de grupos organizados que representem os interesses do coletivo, quanto para a confecção de leis que regulem e organizem estas atividades, a partir dos interesses daqueles que trabalham. Se tudo isso, ou apenas parte disso, se concretizasse, imaginamos que seria mais fácil argumentar contra a culpabilização do trabalhador e o ideário neoliberal que dá sustentação e fortalece decisões jurídicas, que favorecem relações de trabalho extremamente precárias e que vem se intensificando no seio da uberização do trabalho.

Uberização do Trabalho e Organização do Trabalho

Desde muito tempo, estamos habituados a verificar, entre as camadas mais exploradas da *classe que vive do trabalho* (Antunes, 1999; 2018; 2019; 2020), formas extremamente precárias de ocupação e geração de renda. Milhões de pessoas ao redor do mundo vem se ocupando em atividades muito desgastantes, em todos os sentidos, para conquistar condições mínimas de sobrevivência. Vivem, cada vez mais, desamparados pelas mesmas instituições que deveriam ampará-los. Eles têm encontrado, à margem do sistema produtivo global, alguns fragmentos de esperança de um pacto social pautado no trabalho, ou seja, ocupações informais e precárias que funcionam como possibilidades de trabalho e renda. Muitas destas pessoas buscavam e encontravam nas ruas das cidades a possibilidade de realizar alguma atividade e gerar algum tipo de renda para poder, primeiramente, comer, depois se vestir, morar, estudar, se divertir e o que mais fosse possível.

Estas atividades cotidianas, comumente chamadas de trabalho por aqueles que as realizam, fortalecem o circuito econômico, denominado por Santos (2004), de *circuito inferior* da economia urbana. Como nos mostra Castro (2021), hoje em dia, algumas destas atividades foram encampadas pelos aplicativos, que pertenceriam ao *circuito superior* (Santos, 2004) e passaram a se encaixar dentro de uma nova configuração do sistema produtivo global e suas políticas liberais para a economia, denominadas por alguns como uberização do trabalho (Slee, 2017).

Tal junção - assim como alguns outros motivos que não citaremos aqui, mas que não podemos simplesmente esquecer, ou escamotear -, entre estes tipos de atividades e os aplicativos, contribuiu para o espalhamento da precarização do trabalho pelo mundo. Podemos contratar serviços de limpeza, de cuidado, de entrega (de todos os tipos), transporte privado, dentre outros, pela tela do celular: antigas formas de trabalho e renda, chamadas, muitas vezes, de trabalho informal e precário, ganharam uma nova roupagem hi-tec. Algumas delas passaram a ser totalmente controladas por conglomerados internacionais, como é o caso dos entregadores por aplicativo: no Brasil, 95% deles trabalham para 4 aplicativos, somente (Abílio, Amorim, Cardoso, Fonseca, Kalil & Machado, 2020)

Mesmo as atividades tradicionais e comumente marcadas pela formalidade, hoje em dia, se encontram às voltas com os aplicativos, como a hotelaria, os taxistas, os professores e

etc. Ou seja, o que estamos vendo é uma escalada desta nova forma de organizar o trabalho, não só em atividades, há muito, precarizadas, mas também para atividades que durante muito tempo foram protegidas por relações trabalhistas, que garantiam certos direitos aos trabalhadores, bem como, certa organização e possibilidade de negociação.

Estas transformações levaram para o mundo todo, inclusive para os países centrais, de forma muito rápida, condições e relações de trabalho muito similares ao que viviam os trabalhadores informais dos países periféricos (Alves, 2012). Então, camadas da classe trabalhadora, que antes se acreditavam imunes a precarização do trabalho capitalista neoliberal, foram atingidas drasticamente em suas condições de trabalho atual e em suas perspectivas. Ou seja, viram suas atuais cidadanias de consumidores (Santos, 1987) sendo destituída em sua antiga potência: um bom nível de escolarização e o fato de habitar um país rico, não garante mais, por si só, manter seu padrão de consumo e estar livre dos males que atingem os trabalhadores dos países pobres, ou em desenvolvimento.

Antigas formas do trabalho precário periférico passam a habitar o cotidiano dos trabalhadores dos países, ditos, desenvolvidos, como a total responsabilização do trabalhador pela compra e manutenção de seu equipamento de trabalho, bem como por sua saúde, previdência, férias e possíveis descansos, que, agora, devem ser planejadas a partir de uma renda ínfima e totalmente assimétrica ao esforço empreendido, na atividade realizada. A uberização do trabalho trouxe ainda, sucessivas desregulações trabalhistas, ou seja, a perda de direitos por parte dos trabalhadores; a remuneração “por peça” (o trabalhador só recebe o tempo efetivamente trabalhado e o tempo de pausa para o almoço e para o descanso, não estão computados na remuneração) que, devido aos grandes intervalos de espera entre as atividades, tornaram as jornadas de trabalho mais extensas e menos lucrativas, passando facilmente de 10 horas diárias e muitas vezes ocupando os 7 dias da semana.

Como nos mostra Abílio (2019, 2020), a uberização congrega elementos novos e antigos do mundo do trabalho, gerando ainda mais precarização e atingindo em cheio os interesses dos trabalhadores. Segundo Castro (2021), muitas das características atribuídas ao trabalho uberizado, já estavam presentes em trabalhos precários, no Brasil, pelo menos desde as décadas de 70 e 80, em atividades como a dos motoboys e a dos mototaxistas. Tais trabalhadores, assim como ao atuais trabalhadores ditos uberizados, já eram totalmente responsáveis pelo seu instrumento de trabalho (posse, aluguel e manutenção); trabalhavam por peça (por viagens realizadas); enfrentavam longas jornadas de trabalho (comumente maior que 8 horas diárias, podendo ocupar os 7 dias da semana) - com longos intervalos de espera, entre uma atividade e a próxima (neste caso, principalmente os mototaxistas); eram, a grande maioria deles, totalmente responsáveis por todos os riscos envolvidos em seu trabalho.

Nesse sentido, talvez, a grande novidade do momento atual do Mundo do Trabalho seja os aplicativos e sua capacidade de organizar uma precarização mundial de trabalho, tudo muito bem disfarçado de novas possibilidades para um sujeito neoliberal, um *auto gerente subordinado* (Abílio, 2019, 2020), que sai do ambiente das fábricas para se espalhar por todas

as atividades, em todos os ambientes de trabalho, digitais ou atuais⁵⁰. O Neoliberalismo não é novo, mas a maneira como seu ideário tem sido afirmado pela população em geral, merece total atenção hodiernamente, já que parece haver uma aceitação, cada vez maior, de seus princípios. Isso também pode ser constatado, no Brasil, por exemplo, pelo apoio popular às medidas de austeridade contra o próprio trabalhador, como o Teto de Gastos (2016), a Reforma Trabalhista (2017) e a Reforma da Previdência (2019), que no passado, foram medidas combatidas pelos trabalhadores.

Temos observado, em nosso país, como em outros, recorrentemente, uma aceitação da retirada de direitos, sem grandes manifestações contrárias, e o pior, muitas manifestações de apoio popular, como se isso fosse a única solução para os problemas comuns, das pessoas comuns, como a falta de emprego, a desigualdade e, agora na Pandemia, a fome, entre outros. Nas duas maiores manifestações dos entregadores por aplicativo, no Brasil, que tiveram repercussão internacional, a grande maioria dos trabalhadores se recusava a reconhecer sua manifestação como greve. Além disso, tanto os sindicatos, quanto os partidos políticos, apesar de não terem sido proibidos de comparecer, foram impedidos de levantar suas bandeiras. Dados que, por si só, são muito eloquentes sobre o estado atual da democracia, no país, e da politização dos trabalhadores, pois, além disso, a maior parte da pauta de reivindicações não se configuravam como algo do interesse coletivo dos trabalhadores, mas como uma demanda individual: aumento das taxas pelas entregas realizadas: fim dos bloqueios súbitos e inexplicados por parte dos aplicativos e etc. Medidas que poderiam ser adotadas pelas empresas para acalmar as manifestações e, num período subsequente, retiradas com as mais dissimuladas e conhecidas justificativas da lei de oferta e procura, ou da necessidade de não controlar o mercado. Vemos o sucesso da ideologia neoliberal se manifestando e dando suporte a esse programa político e econômico que vem sendo proclamado por governos, instituições e cientistas, como caminho inequívoco de progresso e desenvolvimento, desde os governos Thatcher e Reagan, embasados pela escola Austríaca e pela Sociedade de Mont Pèlerin.

Como nos afirma Santos (2020), a ideia de um único caminho para o desenvolvimento do mundo é muito potente e se encontra apoiada sobre uma forma de divisão e organização do trabalho, que se materializam nas dinâmicas do espaço, totalmente atravessadas pelas informações vindas de “além mar”, atingindo – através da internet e seus ambientes virtuais - nossas formas de compreender o mundo no lugar, no desenvolvimento de nossas solidariedades orgânicas, contíguas e ordinárias.

Entre semelhanças e divergências, ou melhor, entre novidades e velhos conhecidos, construiu-se uma nova forma de organizar o trabalho que vem se fortalecendo e se espalhando pelo mundo todo, com grande impulso dado pela pandemia: a uberização do trabalho. Portanto, não fica difícil concluir que novos desafios foram lançados a todos aqueles que estudam o mundo do trabalho e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. As novas tecnologias de informação passaram a organizar o trabalho e também se constituíram em importantes ferramentas de difusão de um sentido de trabalho que vem desarticulando

50 Forma como Levy (1996), se refere ao ambiente que costumamos chamar de real, ou realidade, em nosso cotidiano.

os trabalhadores e os deixando a mercê da intensificação da exploração autodirigida: se encontra dessa forma, diante do que Antunes (2019) chamou de servidão voluntária, atualizando a expressão de Étienne de la Boétie.

As empresas organizadas sobre os aplicativos, a internet, o dispositivos eletrônicos conectados a internet (móveis ou não), o nosso fetichismo por eles e a forma como temos usado tudo isso, somados ao modelo produtivo atual e a aceitação massiva do autoempreendedorismo, estão possibilitando uma grande crise civilizatória que tem se agravado com a Pandemia.

Atualmente, autores como Alves (2011, 2013, 2018) e Antunes (2018, 2019), tem tentado explicar como estes fenômenos são produtos e produtores de relações sociais, econômicas e históricas. Ao teorizarem sobre o precariado e sobre a servidão voluntária, jogam luz sobre fatos que nos dão pistas importantes sobre as relações estabelecidas entre o mundo do trabalho e a subjetividade (Casulo & Castro, 2020). Assim, alimentam o debate na fronteira com a psicologia, a filosofia, a geografia e demais áreas das ciências humanas. Abrem o caminho para que possamos ampliar as discussões sobre o mundo do trabalho, a uberização como organização do trabalho e seus impactos na saúde mental dos trabalhadores.

Nesse sentido, Uchoa-de-Oliveria (2021), a partir da Psicologia do Trabalho e da SMRT, aponta que a uberização é uma forma de organização do trabalho com especificidades que dificultam a compreensão das relações entre os trabalhadores e a empresa, facilitando ainda mais a precarização do trabalho e a exploração do trabalhador, com o apoio das instituições que deveriam protegê-los. Isso se daria, entre outros motivos, por estas empresas não possuírem um ambiente de trabalho delimitado e pela dificuldade do estabelecimento do vínculo do trabalho entre os aplicativos e os prestadores de serviço.

Ao ressaltar o ambiente, ou melhor, a falta dele, a autora nos dá a deixa necessária para nossas considerações ulteriores, pois acreditamos que a teoria de Milton Santos sobre o espaço, expressa em uma vasta obra, de mais de trinta livros e outros tantos artigos científicos, nos abre a possibilidade de compreender uma organização do trabalho que se manifesta espacialmente, encampando os fenômenos atuais dos aplicativos e seus algoritmos a vida cotidiana no lugar (cidades, vilas, etc.), ou seja, nos permite compreender as relações entre o virtual e o atual, entre o mundial e o local, entre o indivíduo e o social, entre homem e o espaço e por fim, entre saúde mental e trabalho.

Notas sobre o Espaço e o Homem para a SMTR

Considerando tudo o que foi destacado acima sobre a conexão do trabalho com os elementos políticos e econômicos do Espaço e, anteriormente, sobre a importância de tomarmos a organização do trabalho como um ponto fundamental para o campo da saúde do trabalhador – já que ampliaria nosso poder de análise neste complexo emaranhado de elementos que compõe a relação do homem com seu trabalho – nos parece importante, assim como fez Uchoa (2021), assumirmos a uberização como o seu modelo atual, que representaria uma forma do atual modelo de acumulação. Então poderíamos nos debruçar sobre ela para construirmos novas possibilidades de análise e intervenção na SMRT.

Não nos cabe aqui, em um capítulo de livro, apresentar uma proposta acabada, mas talvez, tecermos algumas considerações sobre um caminho possível que vimos perseguindo há alguns anos e, talvez, convenceremos algumas pessoas disso, para que elas olhem no sentido do que estamos mirando. Revisitando nossas experiências em pesquisas de campo e também nossas pesquisas teóricas, pensamos ser possível nos valer da obra de Milton Santos como uma base teórica e metodológica para a análise do cotidiano de trabalho e seus impactos na saúde. Assim, tentaremos nesta parte do texto, mostrar elementos destacados de seu trabalho, que contribuam com nosso argumento sobre a importância da dimensão espacial para a análise de nosso contexto atual. Esperamos que alguns esforços da Psicologia, onde tocam o campo da saúde do trabalhador, possam se beneficiar do aprofundamento das pesquisas sobre a nova geografia proposta por Santos (2012): onde a paisagem perde a sua centralidade, como elemento de análise, para o uso que se faz do território, assim os estudos da geografia ganham contornos sociais e filosóficos, onde homem e espaço só podem ser pensados em total imbricação, no presente histórico concreto.

Em seu livro *A Natureza do Espaço* (1996), considerado por muitos como a mais importante e contundente produção de sua vasta obra, Santos organiza sua teoria sobre o espaço e, de forma muito elegante, sintetiza-o, produzindo uma unidade analítica: uma totalidade totalizante. Com este jogo de palavras nos mostra a dinâmica presente em sua teoria, que conjuga movimentos tempo-espaciais para explicar a realidade que vivemos, na atual fase de desenvolvimento global.

Tal unidade dinâmica é constituída de sistemas de ações e sistemas de objetos totalmente imbricados entre si. Para Santos, a natureza natural desaparece na organização racional (formal, funcional e estrutural) e instrumental das paisagens e no seu uso cotidiano. O território (particular), paisagem transformada pela presença dos sistemas de objetos e sistemas de ações, congrega as instituições sociais que devem mediar as informações globais do espaço (universal) que atingirão o lugar (unidade singular) - onde o espaço se empiriza, onde os homens vivem seu cotidiano e experimentam as verticalidades globais, nas horizontalidades das relações ordinárias de contiguidade -, e vice-versa.

Nesse processo dialético, totalizante, o ser humano aparece efetivamente imbricado a tudo que o contém, produto e produtor do lugar, do território e do espaço. A organização do trabalho, pensada e difundida, como informação, pelas grandes forças globalizadoras (através das verticalidades), atinge os locais e é assimilada pelas pessoas nas solidariedades orgânicas (através das horizontalidades), que produzem e reproduzem a vida e a sociedade, em um processo que é, também, intersubjetivo, produtor de símbolos, de comunicação, transformando indivíduos em sujeito. Então, se há a possibilidade das informações globais serem ressignificadas no cotidiano do lugar, há a possibilidade de um movimento rumo a uma elaboração simbólica do mundo e de suas contingências, ou seja, um movimento de humanização da vida. Tal conexão, tensa e dinâmica, nos permite pensar a respeito do que nos propõe a teoria do desgaste mental sobre um *trabalho dominado*, cujo controle precisa ser recuperado pelo trabalhador. Ou mesmo, sobre o que nos propõe a psicodinâmica de Dejours sobre a importância da concepção do trabalho e seu reconhecimento público (pelos pares) como peças fundamentais para a boa manutenção da saúde mental, entre os trabalhadores.

Podemos assim, embasados na teoria do espaço de Santos, pensar a Uberização, seus discursos e suas práticas, como uma informação global: ela deve ser analisada e digerida pelas instituições do território, que mediam sua relação com o lugar, pois sua tendência é a imposição de uma racionalidade e uma temporalidade estranhas à vida local. A mediação do território também sofre as influências do que é produzido pelas pessoas do lugar como resistência, ou reprodução. Isso nos permite compreender a importância de pensarmos a saúde das pessoas como algo atravessado e constituído pela esfera política cotidiana. Nesse sentido, para sermos saudáveis precisamos ser, antes de tudo, autônomos para compreendermos nosso passado, nosso presente e para planejarmos e produzirmos o nosso futuro, pois assim, seríamos capazes de compreender e controlar a organização do trabalho, como propõe as teorias vinculadas ao SMRT, destacadas acima, pois seríamos capazes de fortalecer as relações sociais do lugar, enriquecendo simbolicamente os sujeitos, os trabalhadores, aumentando sua capacidade de comunicação e, portanto, de organização coletiva e política.

Sobre a necessidade de pensarmos o homem como ser político, mais do que simplesmente um indivíduo consumidor, submetido ao modelo econômico, em seu livro *O Espaço do Cidadão*, Santos (1987) retoma a ideia de que o território deve ser compreendido como uma categoria de análise social e não apenas como algo continente. Dessa forma, propõe uma cidadania pautada na cultura e na busca por um uso mais igualitário do território, por parte das pessoas do lugar. A ação do cidadão deveria acontecer como uma práxis, que se evidencia pela sua necessidade de fugir da alienação dos bens e serviços de mercado e, portanto se libertar das coisas que cria, acabando com quaisquer distorções da realidade. Se controlar o trabalho, reassumindo sua concepção é produzir saúde no trabalho, controlar a organização do lugar, de seu cotidiano, participando democraticamente, como cidadão, também é produzir saúde. As ações cotidianas, se politizadas e democraticamente constituídas dentro de grupos de representação, agem sobre o território e suas instituições, sugerindo e forçando os rumos de sua mediação para com as verticalidades globalizadoras.

No entanto, não é o que temos observado atualmente com o enfraquecimento das entidades representativas de classe, com o aumento do narcisismo e do assujeitamento (Castro & Casadore, 2018), entendidos aqui, como frutos do avanço do ideário neoliberal: parece haver uma grande assimetria na materialização dessa disputa entre o global e o local, entre as solidariedades organizacionais e as solidariedades⁵¹ orgânicas do lugar. Santos (1996; 2005) nos oferece o que chamou de meio técnico científico informacional, para analisarmos a dinâmica dos eventos travados no território. Tal conceito representaria a materialização da globalização e nos permitiria pensar de forma mais clara a uberização, como um avanço dos sistemas de objetos e de ações que fortalecem essa mesma globalização que se pretende unívoca e inquestionável. Ele também nos possibilita compreender como a informação (que o autor reconhece como uma forma de interação humana sem produção simbólica) vem ocupando lugar central na produção do mundo capitalista contemporâneo.

51 Em vários momentos Milton Santos é claro sobre a ausência de um conteúdo ético quando usa o termo solidariedades. Por escrito, isso pode ser encontrado, também, no seu livro *a Natureza do Espaço: técnica e tempo – razão e emoção*.

O território moldado pela técnica e pela ciência ao longo dos séculos, passa a sofrer um forte impacto em sua organização, pela presença de novas tecnologias de informação que transformam o espaço como um todo. Se antes a informação vinha através de dispositivos que permitiam distribuí-la rapidamente, mas com certa dificuldade para acompanhar seus impactos e ressignificações – produzidas pelas pessoas nos lugares –, hoje, com o auxílio dos algoritmos e da inteligência artificial, todo o processo é analisado rapidamente, quase simultaneamente. A racionalidade que controla e organiza o espaço, os sistemas de objetos e de ações, atinge o sistema produtivo, as instituições e as relações sociais de forma contundente, alterando a economia, a política e a sociabilidade humana e, rapidamente, recebe uma devolutiva dos impactos alcançados pelo uso que fazemos do espaço (atual e virtual), que é massivamente controlado pelas plataformas digitais, a partir de dados que as instituições sociais e nós mesmos fornecemos, na maioria das vezes, voluntariamente, através de nosso uso dos diversos ambientes virtuais, conectados à internet.

Articulado ao conceito de meio técnico científico informacional, encontramos o conceito de psicoesfera com o qual Santos (1996, 2005) explica como o conteúdo dessas informações são fabricados e distribuídos pelo espaço, mesmo antes das atuais tecnologias de informação conectadas à internet. Elas atingem os lugares e transformam suas temporalidades singulares, antes mesmo que as transformações materiais, ou seja, que os novos objetos cheguem imprimindo transformações técnicas, científicas e tecnológicas. Pessoas, grupos e instituições devem ser convencidos a assumir as novas tendências da totalidade totalizante que a globalização quer conformar e controlar, impondo o meio técnico científico informacional e ao mesmo tempo tentando controlar a resistência a ele, produzindo novos sentidos para a existência no lugar. Novos sistemas de objetos e ações passam a conviver simultaneamente no território e tornam muito difícil a compreensão não alienada dos sentidos propostos, por uma temporalidade veloz e estrangeira, evidenciando o que Santos (1996) chamou de rugosidade(s) do território.

Tal ideia de rugosidade nos permite compreender as diferentes formas de organização do trabalho que se evidenciam em um mesmo lugar, revelando a concomitância de diferentes momentos de desenvolvimento técnico, em um mesmo território. Antes mesmo que possamos compreender e digerir, enquanto sociedade, as transformações de um determinado período, somos submetidos a novas transformações ainda mais complexas. Hoje, os antigos sistemas de produção e disseminação de informações foram complementados por novos elementos, antes mesmo que tivéssemos total compreensão e ferramentas eficazes para lidar com os antigos. Nos vinculamos a novos dispositivos eletrônicos conectados à internet, que multiplicaram nossas possibilidades de sociabilidade, mas também nossa visibilidade e nossa sujeição ao controle. Por mais que saibamos disso, não estamos dispostos a nos desvencilharmos das vantagens trazidas pelos novos dispositivos, assim como não o fizemos com os antigos aparelhos que representaram grandes avanços tecnológicos em outras épocas, como o rádio e a televisão. Como muitos já concluíram, não se trata de reviver o ludismo, temos que planejar a confecção das novas tecnologias e um uso mais autônomo dos dispositivos, além de recuperar o controle das informações que produzimos e compartilhamos.

A esse respeito, são casos muito eloquentes as Facknews e nossa dificuldade para lidar com a liberdade de expressão, pois constantemente nos percebemos às voltas com o que

é, e o que não é censura. Muitas vezes, temos medo da maneira como a informação tem sido usada, hodiernamente, através das redes sociais, mas ainda não conseguimos discutir, enquanto uma sociedade organizada e autônoma, como regularemos, ou não, o que se veicula no ambiente virtual, já que estes conteúdos podem ter como algumas de suas consequências, por exemplo, a disseminação do ódio e do preconceito. Também o uso de nossos dados pelas grandes corporações, a partir de nossa incompreensão e aceitação incontestes de suas políticas de uso, como no caso de muitos dos aplicativos de nossos celulares, demonstra nossa incompreensão e falta de controle sobre o que nos cerca. Se tirarmos o fato de que queremos consumir, que certeza nos resta enquanto sociedade? Queremos cada vez mais os computadores, os celulares, os tablets, as smart TV's, mas temos grandes dificuldades para compreender a responsabilidade por seu uso, bem como do uso que fazemos de todos os objetos instalados no território.

Tal incompreensão nos remete ao que temos observado em nossa sociedade e em suas instituições, diante da uberização do trabalho. Suas transformações técnicas, científicas e informacionais têm remodelado nossas cidades e nossa sociabilidade, a partir de uma racionalidade estrangeira, imposta à distância na materialização das informações trazidas dentro dos dispositivos eletrônicos que habitam os locais, permitindo que as solidariedades organizacionais suplantem as solidariedades orgânicas do lugar.

Pensar que há um grande aparato tentando construir sentidos para nossa existência e que ele, de certa forma, tem logrado algum êxito, parece loucura. Mas se aceitamos o que nos propõe Santos (1987), que assumimos uma cidadania pautada no consumo e que além disso, vivemos a partir de um ideário neoliberal, que estaria na base do individualismo e da autoexploração – fatos tão destacados pelos autores que estudam os impactos do atual mundo do trabalho sobre os trabalhadores – poderíamos, até mesmo, concluir que não há mais necessidade de grandes esforços para nos controlar. Parece que temos tido grandes dificuldades para compreender o que acontece a nossa volta, estamos imersos em informações contraditórias e que não nos permitem mais saber o que é verdadeiro, ou falso, desconfiamos de tudo e de todos e, para completar a equação, podemos viver um mundo “sob medida”, um mundo individualizado a partir dos nossos interesses, na tela de nossos dispositivos móveis conectados à internet, que levamos como próteses para todos os cantos, em todos, ou quase todos, os momentos de nossa vida. Gostamos tanto disso, que tivemos que construir aplicativos para nos lembrar que estamos passando tempo demais usando os dispositivos e que devemos gastar mais tempo com o que, convencionalmente, chamamos (mávamos) de realidade.

Estamos fascinados pelo que controla e precariza a nossa existência, seja no trabalho, ou fora dele. Também é fato, que se multiplicam os casos de adoecimento ligados diretamente ao uso dos dispositivos eletrônicos vinculados à internet. Contudo, se lembrarmos de nossa antiga dificuldade de compreensão do nexo entre saúde mental e trabalho, em organizações do trabalho já antigas, fica evidente supor que teremos muitos problemas para compreendermos e fazermos compreender o adoecimento das pessoas que trabalham por aplicativo, ou mesmo o adoecimento das pessoas, que neste momento de pandemia, estão em home office, conectados ao trabalho pela internet. Temos um longo caminho para percorrer em nossa tentativa de compreender esse novo ambiente de trabalho, atravessado

pelos dispositivos conectados à internet, às suas redes sociais e aos aplicativos, que organizam um novo espaço, uma nova forma de trabalhar e viver.

Entender que existe centros de produção e difusão de informações para facilitar a absorção local das novas formas, funções e estruturas que serão impostas ao território, talvez nos ajude a compreender como é difícil para muitos vislumbrar a complexidade da relação do homem com o trabalho, bem como sua articulação com a saúde, que vai para muito além de uma “máquina biológica” em bom estado de funcionamento. Torna-se mais fácil entender a insistência de alguns e a impossibilidade de outros para negar o nexos causal entre saúde e trabalho. Imaginamos que tudo isso nos abre caminho para a compreensão e para tentativas de intervenção no sentido da desconstrução das ideias que sustentam a crença de que estamos sempre necessitando nos especializar mais, que somos sempre culpados pelo nosso desemprego, pelo nosso fracasso, pelo nossos acidentes e pelas nossas mortes, tão presentes na subjetividade do auto-gerente subordinado do trabalho uberizado, que nos fala Abílio (2019, 2020).

Por isso, acreditamos que devemos aproximar a obra de Milton Santos da Psicologia, para que sua compreensão da relação entre homem e espaço possa nos fortalecer teórica e metodologicamente. Acreditamos que compreender o mundo a partir do lugar dá mais concretude a vida e facilita a concepção da existência, bem como permite um trabalho científico mais implicado com a transformação da realidade: é muito mais fácil enxergar possibilidades de ação em sua rua, seu bairro, ou mesmo sua cidade, do que no mundo todo.

Empiricamente, Santos (2004) nos mostra como nas cidades essa dialética entre uma ordem global e local se expressaria visivelmente nas relações econômicas entre dois circuitos que funcionam de forma integrada: o circuito superior e o circuito inferior da economia. O primeiro se apresenta como expressão da ordem global, totalmente atravessado pelas mais novas tecnologias, pelo capital intensivo e pelo sistema financeiro e pelos sistemas produtivos e de serviços modernos. O segundo é pautado na informalidade, na criatividade para produção de renda diante das contingências do mundo do trabalho, no uso de tecnologia mais arcaicas e no trabalho intensivo. Apesar das diferenças, tais circuitos econômicos das cidades funcionariam de forma complementar, mas marcando usos completamente distintos do território e dando manutenção às desigualdades sociais produzidas no seio do sistema produtivo.

Tal estudo sobre o urbano, nos mostra que a cada época a cidade pode ser compreendida por um conjunto coerente dos imperativos econômicos, sociais, políticos e morais, o que revela o caráter dinâmico do espaço enquanto totalidade. Essa totalidade dinâmica da cidade e seus circuitos imbricados revelam a potência das ações produzidas no lugar, pois mesmo que elas surjam do circuito inferior, dos trabalhadores precarizados e informais, elas, de uma forma ou de outra, complementam o circuito superior da economia e determinam seu funcionamento. Pensemos, por apenas alguns minutos, se os motoboys resolvessem parar suas atividades na cidade de São Paulo, por um único dia, qual seria o impacto disso para a economia do país, ou mesmo do mundo? Como nos aponta Castro (2020) eles transportam uma infinidade de coisas pelo espaço urbano, que vão desde livros e pizzas até equipamentos de última geração, de dimensões menores, que chegam no porto de Santos e precisam ser entregues na grande São Paulo, com celeridade. Uma classe de

trabalhadores como essa, organizada, poderia representar um grande vetor de força para os trabalhadores como um todo, principalmente quando pensamos em negociações entre o global e o local, entre o capital e o trabalho, por exemplo.

Essa maneira de compreender a cidade nos possibilita buscar os conjuntos de elementos que marcam nosso momento, nossa modernização atual, pautada pela uberização do trabalho, bem como, acreditamos nós, permite visualizar a força das pessoas comuns, que a globalização e suas informações tentam apagar. Assim pensamos que a compreensão da cidade, como um espaço on e off-line, nos permite compreender não só a organização espacial e do trabalho mas, um outro papel possível para o trabalhador que não a autoexploração, presente nos trabalhos por aplicativos que invadem nossas cidades e tentam conformá-las. Esperamos que isso permita as pessoas reestabelecer seu controle sobre a concepção do trabalho e conseqüentemente, sobre a sua saúde, dentro e fora do trabalho. Essas evidências colhidas até aqui, vão pavimentando nossas intensões de pensar uma proposta para a SMRT, a partir dos estudos sócio-espaciais de Milton Santos, que em seu livro, *Por Uma Geografia Nova* (2020), mostra sua intensão de construir uma geografia como um instrumento para transformar o mundo.

Seja em estudos epistemológicos da geografia como a *Natureza do Espaço*, ou em estudos de campo, como *O Espaço Dividido*, fica claro as dificuldades impostas para uma ação criativa das pessoas diante das dinâmicas meio técnico científico informacional. Apesar disso, Santos (2020) parece também não querer que acreditemos que tudo está dominado e que é impossível qualquer solução. Para ele, a contradição a tudo que vem sendo imposto pela globalização está no próprio lugar, que quanto mais se globaliza, mais se torna uma expressão única e singular desse processo, já que mesmo com grandes dificuldades, as solidariedades orgânicas ressignificam as informações globais. Então, nos é permitido observar que o sujeito reorganiza o espaço ressignificando as informações recebidas, no cotidiano, pelos novos conjuntos de elementos constitutivos da fase de modernização em que se encontra. O autor revela assim a dialética espacial de sua obra: nas relações entre o lugar e o território evidenciasse, também, as negações e isso não deve passar despercebido. Trata-se de uma negação ao que se impõem, onde, justamente os mais pobres e vulnerabilizados detêm, em si mesmos, as possibilidades, em potência, para a subversão.

Em nossa experiência profissional, pudemos observar os motoboys de São Paulo, na realização de suas práticas cotidianas, ressignificando o arranjo espacial da cidade para produzir trabalho e renda, bem como para encontrar formas para se sentir pertencentes a essa sociedade. Dissimulações e trampolinagens, através das astúcias táticas revelaram as possibilidades criativas das pessoas frente a uma realidade esmagadora de trabalho precário e altos índices de acidentes e mortes. Ações estratégicas permitiram a criação de uma identidade e de coletividades como associações, sindicatos, dentre outros. Contudo, não é possível deixar de observar, assim como no resto da sociedade, que, cada vez mais, os valores individuais sobrepujam uma vinculação coletiva e uma implicação com um futuro de sua categoria de trabalho.

Contudo é possível encontrar iniciativas de motoboys e outros entregadores, no sentido de construir seus próprios aplicativos, algumas vezes até tentando se ancorar em

princípios de uma economia solidária. Mas para eles, como para todos nós, se apresentam as dificuldades destacadas acima, que não estão só no entorno, mas nos atravessam como imperativos espaciais e temporais. Tudo isso, nos leva a pensar que se queremos construir uma possibilidade para SMRT diante da uberização e sua grande articulação espacial (on e off-line), poderíamos nos valer da dinâmica totalizante do espaço proposta por Santos, para encontramos meios, junto com os trabalhadores, de analisar e subverter a falta de controle dos sujeitos sobre a atual organização do trabalho, que estamos nos habituando a chamar de uberização. Se em sua teorização percebemos a potência da globalização e sua racionalidade instrumental, percebemos também sua contradição e as possibilidades de intervenção, que passam pela politização do trabalho, da saúde, da pesquisa, do cotidiano, enfim da vida humana.

Como dissemos anteriormente, esperamos que as pessoas que tenham seguido sua leitura até aqui, se sintam encorajadas a encontrar, no estudo do espaço e sua relação com o homem, uma forma para prosseguir em seus esforços, seja na SMRT, ou em outras áreas e sub áreas do conhecimento. Diante do tamanho da obra de Milton Santos e da riqueza de seu conteúdo, bem como diante da complexidade do campo de pesquisa, sabemos que estamos apenas começando um longo trabalho. Entretanto, esperamos encontrar muitos parceiros no caminho dispostos ao debate e a construção de ideias e ações para o enfrentamento de nossa realidade, nesse momento, tão assombrosa, seja pela pandemia, ou pelos direcionamentos assumidos antes dela.

Referências

Abílio, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 1-11.

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126.

Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorim, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca V. P., Kalil, R. B. & Machado, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, 1-21.

Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2012). *O enigma do precariado e a nova temporalidade histórico do capital*, 2012a. Recuperado de <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/14/o-enigma-do-precariado>>.

Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6.

Alves, G. (2018). *O Duplo Negativo do Capital*. Bauru: Projeto editorial Praxis.

- Antunes, R. (1999). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2019) Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Castells, M. (2003) *A Galáxia da Internet*. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, Edição brasileira.
- Castro, M. F. (2004) *Asas do trabalho: um estudo do sofrimento no trabalho dos mototaxistas*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade do Estado de São Paulo, Assis, SP, Brasil.
- Casadore, M. M. & Castro, M. F. (2018). Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(209), 23-32.
- Castro, M. F. (2020). *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas*. São Paulo, SP: FiloCzar.
- Castro, M. F. (2021). A pandemia e os entregadores por aplicativo. *Revista Espaço Acadêmico*, 20, 70-80.
- Castro, M. F.; Casulo, A. C. (2020). Pandemia do novo coronavírus e trabalho informal: breves elementos conceituais sobre precariado e subjetividade. *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho*, 25, Ano XIV. Recuperado de <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET25.htm>.
- Dejours, C. (1993). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, J.F. (Coord.) *O indivíduo na organização*. (Vol. 1) São Paulo, SP: Atlas.
- Franco, T., Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. saúde ocup.*, 35(122), 229-248. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572010000200006&lng=en&nrm=iso
- Levy, P. (1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34.
- Manzano, M. & Krein, A. (2020). *A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil*. Campinas: Cesit/Unicamp. Recuperado de http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-REINA.2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.
- Paparelli, R., Sato, L. & Oliveira, F. (2011). A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. bras. saúde ocup.*, 36(123), 118-127.
- Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Editora Hucitec.

- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2003). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciênc. saúde coletiva*, 8(1), 309-314.
- Santos, M. (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2005). *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2012) *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sato, L. (2002). Prevenção dos agravos à saúde dos trabalhadores: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(5), 1144-1166.
- Sato, L. (2009). Trabalho: sofrer? constituir-se? resistir? *Psicologia em Revista*, 15(3), 189-199.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: EDUSP.
- Seligmann-Silva, E. (1994) *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora.
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante.
- Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataforma*. Buenos aires: Caja Negra.
- Uchoa-de-Oliveira, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Rev. bras. saúde ocup.*, 45, 1-8.
- Van Doorn, N. (2017) Platform labor: On the venderem and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. *Communication & Society*, 6(20), 898-914. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369118X.2017.1294194?needAccess=true>
Acesso em: 20.11.2020.



CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA EM PSICOLOGIA NO CAMPO DOS ATIVISMOS ARTÍSTICOS

**Herbert Proença Lopes⁵²;
Marianne Gois Barbosa⁵³;
Roger Alloir Alberti⁵⁴;
Dr. Rafael Siqueira de Guimarães⁵⁵**

Este capítulo tem o objetivo de sistematizar alguns dos itinerários construídos, do ponto de vista metodológico, compreendendo-os como processos de saber-fazer, no interior do campo específico dos activismos artísticos. Temos construído, no grupo de pesquisa, modos de desobedecer - assim como o fazem os movimentos ativistas artísticos - os cânones da pesquisa, tendo como materialidade as potências destes movimentos, coletivos, grupos, bandos, incorporando-nos às suas lógicas de trânsito, bem como produzindo alianças com eles. Trata-se de uma proposição que temos desenvolvido no sentido de uma outra politização da pesquisa, minoritária e diferenciada da política institucional, já que o ativismo artístico borra os limites da política, oferecendo possibilidades estéticas que tanto questionam os modos hegemônicos de produção de arte como os modos tradicionais da militância política. Partimos do pressuposto de que não podemos categorizar artistas

52 Ator e produtor cultural, psicólogo formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), professor de Psicologia da PUCPR/Campus Londrina, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus Assis. E-mail: herbert.proenca@gmail.com

53 Artista da cena, produtora cultural, ativista, professora, graduada em psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências/Itabuna, mestra em ensino e relações étnico-raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia/Campus Itabuna e doutoranda em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista/Campus Assis. E-mail: goismarianne1@gmail.com

54 Psicólogo formado pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), especialista em Gestão em Saúde Pública pela mesma Universidade e mestre pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus Assis. Atualmente trabalha como psicólogo social em um Centro da Juventude e com a equipe da Casa de Passagem Indígena no Município de Irati/PR. E-mail: rogeralberty@hotmail.com

55 Psicólogo, artista, produtor cultural e ativista. Doutor em Sociologia, docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UNESP/Campus Assis. Atua na interface entre arte, psicologia e política, desde referenciais anti-coloniais das margens e fronteiras do mundo. E-mail: rafael.guimaraes@unesp.br

ou coletivos como sendo ativistas ou não ativistas, mas nos interessa mais compreender suas lógicas internas e como estas se relacionam com as pautas políticas que defendem, além de evidenciar o campo das práticas que engajam estes coletivos ou movimentos, entendendo que são proposições *mestizas*, de fronteira, em refúgio, múltiplas, o que nos leva a refletir sobre as possibilidades de uma pesquisa neste campo como uma proposta que não visa a pureza e sim a profusão de conhecimentos.

Política da/na arte, de/s/colonização e processos de subjetivação

Compreendemos a arte enquanto possibilidade de construir novos possíveis. A partir de nossos processos de pesquisa, o que vai ficando cada vez mais evidente é a hipótese de uma potência advinda de um grupo de pessoas que estão interconectadas pelas suas diferenças, ou melhor são do campo da própria intersecção, e estas vão sendo delineadas a partir de seus processos de construção coletiva e de uma arte que se coloca enquanto potência e possibilidade para anunciar seus movimentos políticos e estéticos. Na dimensão, dessa tarefa de reflexão do campo das artes e do ativismo, Raposo (2015) comenta que a discussão do relacionamento de arte e política, desde o pensamento aristotélico, vem provocando e indagando as relações entre a arte enquanto um argumento e de uma “arte discursiva”, propondo a relação da linguagem, das expressões, da objetividade e do abstrato como saberes. Raposo (2015) afirma ainda que a partir dos protestos advindas da Guerra do Vietnã em meados dos anos 1960, surgem os movimentos sociais que abordaram questões sobre uma possível contraposição capitalista, evidenciando uma consolidação do termo designado como ativismo, pensando no posicionamento político e de consciência atravessados pelos conceitos de arte e ativismo.

O “ativismo” assume um papel importante para a representação deste paradigma emergente que nos realoca em lugares distintos do convencional. Para Mourão (2015), o ativismo tem suas construções e expressões tanto em espaços públicos físicos, quanto nas realidades virtuais, que vão ao encontro de um saber político-social, através de vídeos, fotografias e músicas, dentro de movimentos e articulações frente as demandas sociais. Segundo Chaia (2007) existiram dois momentos importantes que podem ter dado origem ao ativismo, o primeiro corresponde aos movimentos sociais a partir das lutas de direitos nos anos de 1960, através de debates estudantis a partir da Guerra no Vietnã. Um segundo momento frente aos movimentos tecnológicos a partir da década de 1970, na emergência de construções de saberes políticos que vão de encontro com pensamentos críticos perante a contemporaneidade e os conflitos sociais da época. O autor ainda ressalta que o ativismo procura através do seu processo e de sua interiorização tática, novas possibilidades de ações que atingem tanto a esfera micro quanto macro, perpassando pela lógica de uma arte crítica, ética e estética, tangenciando e formando um saber/conhecer do outro, atravessados pela educação e concretizando nas mobilizações sociais.

Para Raposo (2015) o ativismo é uma conjunção/expressão nova, ainda em formação, que possibilita a discussão frente às potencialidades da arte e da política enquanto resistência e militância tanto na esfera individual quanto coletiva, evidenciando identidades poéticas e performáticas enquanto potências. Sendo assim, o ativismo, em seus atravessamentos estéticos e simbólicos, se amplifica na medida em que nos possibilitamos refletir sobre

os processos históricos sociais e de suas mudanças a fim de construir novos espaços de diálogos e de produção crítica nas esferas políticas.

Segundo Colling (2019) em seus escritos sobre cenas artistas das dissidências sexuais e de gênero, discute os diferentes conceitos sobre ativismo, artista e arte no que concerne aos estudos de diferentes autores e também o posicionamento frente a expressão de dissidência sexuais e de gênero que surgem como uma emergência aos modelos identitários e se realoca enquanto posicionamento crítico e político. Para o autor, a expressão ativismo se origina a partir de pessoas do meio artístico e de pesquisadores que tinham a proposta de produzir subjetividades e reflexões através de suas artes para explicitar a política enquanto um posicionamento social. O autor ainda faz um aparato de estudiosos que exemplificam o termo artista, relatando sua genealogia e etiologia da palavra, as divergências e os saberes comuns entre a arte política e ativismo.

Colling (2019) problematiza o termo ativismo enquanto uma cena, enquanto uma série de debates, posicionamentos, que implicam através de suas artes (linguagem, estética, música, teatro), saberes, estratégias e potências, capazes de intervir e movimentar os contextos. Guimarães e Braga (2019) comentam que este processo político, artista e artístico, se concentra pelos ruídos nas brechas, pelas fronteiras, e não há em sua essencialidade, algo mais político ou menos político do que outro, as performances e poesias, podem estar diretamente atravessadas pelas imensidões artistas e potentes. “Avaliar a intensidade política de um ato não passa apenas por verificar seu impacto quantitativo, mas de que modo os regimes são colocados em encontro, em atrito ou em conflito e aqui nos interessa.” (Guimarães e Braga, 2019, p. 312). Para os autores, não há uma relação direta de se pensar artistas que são mais políticos e potentes esteticamente do que outros, mas todo o processo de sentir e como estas artes vão nos afetando e produzindo sentidos.

Pesquisar com o corpo

Pesquisar é coisa que se faz com o corpo. Dos vários sentidos que essa afirmação aponta, uma nos ajuda a entender como tem se desenvolvido processos localizados de pesquisar com arte e subjetividade. Falar do corpo também envolve falar das inseguranças, angústias e ansiedades que povoam o corpo de quem pesquisa. Falar do corpo, da voz que gagueja é buscar uma ciência encarnada, uma objetividade que se produz com o(s) corpo(s), como em Donna Haraway (1995).

Falar de corpo e do corpo de quem escreve estas palavras, nos aproxima daquilo que Gloria Anzaldúa (2000) explorou na noção de autohistória na escrita. A autora, que nos convida a escrever sobre o que mais nos liga à vida, aborda a noção de autohistória não como uma escrita autobiográfica que se encerra no autor(a), mas que por meio de sua escrita possam transitar vozes coletivas, histórias que nos compõem.

Assim como ela, compreendemos essa escrita como performance, não como objetos mortos, em relação à forma como a estética da cultura ocidental pensa as obras de arte (Anzaldúa, 1987). A escrita ritualiza encontros de devires entre sua escritura e leitura, e tal caráter performativo também é apontado em experimentações de pesquisa que envolvem processos artísticos (Stubs, Teixeira-Filho & Galindo, 2020). Reconhecendo, assim, o potencial

inventivo dos dispositivos de pesquisa, as inovações de forma, método, análise e outros aspectos formais que compõem os desenhos de pesquisa acadêmica.

Buscamos diálogo com autores e autoras que não evitam os afetos. Que produzem perspectivas acadêmicas contra-hegemônicas. Estas podem ser denominadas de teorias críticas, pós-estruturalistas, feministas, cuir/queer, múltiplas denominações para se referir a movimentos não unitários que visam desconstruir estruturas canônicas, hierárquicas, coloniais que configuram a ciência. Vamos criando estratégias de diálogo, aqui demarcando o especial interesse com pensamentos de(s) coloniais que insistem em alternativas para as estruturantes colonialidades de saber, de poder e de ser. Pesquisar, no sentido que exploramos, se aproxima da noção de desobediência epistêmica, definida por Walter D. Mignolo (2008), que parte do reconhecimento dos lugares fronteiriços que ocupamos nas instituições de pesquisa. Diz, em suas palavras, que “precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo” (Mignolo, 2008, p. 305).

Falamos do corpo para abordar modos de pesquisar que pautam o corpo, no caso, corpos e corpas dissidentes que têm enfrentado as formas contemporâneas de produção de exclusão, negação e morte. Corpos e corpas que são atingidos e afetados pela atual produção violenta da realidade que, desde o projeto colonial, sempre demarcou de maneira diferencial corpos para controle, expropriação, abuso e extermínio.

O que queremos focar é essa insistente maneira de não calar - que também se faz há tempos, e de muitas maneiras. Destas, miramos nas estético-políticas de coletivos artísticos desviantes. Pesquisar também para pensar estratégias de recomposição e re-existência. Estas estratégias não são algo que se faz sozinho, mas em alianças. Na pesquisa, buscamos diálogo com artistas e coletivos de artistas que se inscrevem na produção de artes e dissidências sexuais e de gêneros, e que associam a ideia de “ativismo” com “arte”. Estas esferas, tomadas como indissociáveis, evidenciam algo já bastante debatido, muitas vezes invisibilizado: que as artes são políticas, independente de que projetos de futuro apontem. No caso, algumas experiências de artes ativistas interessam pelas políticas que movimentam, conforme alguns aspectos:

Porque estas ações vêm ocupando cada vez mais o cenário político constituindo-se um movimento rizomático cuja visibilidade tem sido considerada.

Por fazerem questão de evidenciar os signos de dissidência e marginalidade a que foram atribuídos, inclusive pelos regimes de arte, e fazendo uma valorização das posições de diferença, como nos termos de artes viadas, trans, bichas, pretas, periféricas, populares, entre outras.

Por inventarem formas de produção de arte e vida, tomadas também de modo imbricado. Suas artes não são o externo, o fora; muito menos o dentro, o íntimo. São o meio, meios encontrados para poetizar, expressar e para ser colocar no mundo.

Pelo confronto, partilha, reivindicação, grito, disputa, brechas, grietas e tantas outras coisas que estas práticas mobilizam.

O interesse em pesquisar junto com estas práticas artístico-ativistas tem uma trajetória. Foi assim, nesse modo de trabalhar, que este corpo de pesquisa, aqui, também se produziu.

São coletivos que se conectaram entre si, e que conectaram-se a tantos outros, para produzir enfrentamentos à ordem política e cultural que nos cerca. Com estes coletivos, aprendemos a pesquisar, PESQUISAR JUNTE, pesquisar implicado, pesquisar posicionado. Com eles, aprendemos não categorias conceituais para descrevê-los, ou classificações teóricas para denominá-los, mas a construir coletivamente formas de existir. Ar para respirar, a partir das políticas de aliança. Destas experiências, fomos reposicionados. Produzimos dispositivos de luta emancipatória, desde nossos lugares, situados (Lopes, 2018).

Desejamos diálogo com coletivos artísticos de vários lugares do Brasil. Procuramos, com essas interlocutoras, potências para transbordar os limites disciplinares institucionais, no campo da psicologia, no campo das artes, no contexto acadêmico, entre tantos outros. Mais interessado em produzir do que investigar, criar do que compreender, tomando a pesquisa como essa estranha forma de micropolítica de resistência e produção de realidades onde caibam mais corpos, corpos e mais mundos.

Os temas e processos da pesquisa se conectam com possibilidades encarnadas de descolonização da subjetividade que podem ser aprendidas e intercambiadas com esses coletivos, resistindo ao presente, ao silenciamento e opressão em suas formas atuais. Não agem sozinhas, compõem com tantas outras iniciativas políticas, teóricas e artísticas, modos de existência. Propomos um recorte para nos referir a artistas e coletivos que trabalham com perspectivas de arte desviante, bicha, trans, preta, periférica e/ou descoloniais. Destas práticas, nos interessam especialmente por aquelas que borram o fazer arte com seus modos de vida, apresentada na ideia de “vidobra” como sendo “o desdobramento de experiências existenciais em obra que, por sua vez, se converte em novos modos de existência” (Guimaraes & Braga, 2017, p. 28).

O tema atravessa o corpo da pesquisa, o corpo do pesquisador e os corpos e corpos que se entrecruzam nos processos de pesquisa. Assumindo seu caráter micropolítico, criam saberes, criam modos de existência, lutam pelo direito à singularidade, investem nas transformações estéticas, políticas, sociais.

Perambular-derivar: do corpo à política da escrita

Reconhecer os desvios como possibilidades de perambular pelos meios da produção de conhecimento reserva aos nossos corpos experimentações e inventividades. Desviar daquilo que é imposto como norma nem sempre é escolha consciente para corpos dissidentes (des) organizados nas civilizações ocidentalizadas. Tampouco acreditamos que tornar consciente muito do que atravessa o corpo seja a possibilidade – essa coisa universal – de criação de modos de vida que não estejam necessariamente engendrados apenas numa lógica de destruição da alteridade. Junto aos desvios seguimos com a intuição, com a bruxaria, com o canto em tupi distante e quase apagado, com as sensibilidades ao toque de repique num ijexá e des-confiando das linhas tracejadas que vamos riscando para reescrever em nós e a partir de nós o que desejamos pesquisar.

De olhos fechados visualizamos como escrevemos, tudo branco. Desde a folha onde as letras dão cores até esse conjunto de normas institucionalizadas sobre como deve ser uma rotina de pesquisa, passando pela concepção universalizada de consciência atrelada

a racionalização da vida (Grosfoguel, 2016). Propor uma pesquisa implicada com a crítica decolonial requer uma mirada para dentro – de nós e de cada uma nós, a priori – e geolocalizada. Pensar e sentir o quão potente é perceber onde nos localizamos e deslocamos nas fronteiras que constituem esse “sistema-mundo colonial moderno” (Quijano, 2005).

Eu sou então como um complexo território, formada por cantos do terceiro mundo, feita de ruas previstas e descritas nos mapas dos colonizadores, e de escadarias tão ignoradas, mas também destruídas, quanto aqueles que as constroem. Nesses processos de cartografar minha (e nossa) própria existência, tenho aos poucos compreendido minha complexidade e percebido que devo fomentar uma sensibilidade e racionalidade que me garantem conseguir reinterpretar signos e códigos dos muros, fronteiras e bairros que delimitam os bairros, cidades, países. (Brasileiro, 2018, p.10)

Escolhemos pesquisar com pessoas que experienciam a vida desde uma ética coletiva produzindo desde as artes e fomentando os feminismos e as queerizações enquanto tecnologias de conhecimento, metodologias para compor pesquisas que tendem a desfocar a lógica cisheteronormada/cristã/branqueadora. “... neste caso, em que a pesquisa cria o campo e é por ele criada: parto de mim e pela própria expansão sem rumo chego nos demais corpos que compõe a experiência... faz-se necessário um desmétodo” (Oliveira, 2019, p. 24).

Nesta altura já podemos afirmar que nem tudo é branco. A ficção de que existe alguma neutralidade na produção científica embranquece as pluralidades de todos os corpos. Por acreditar que essa ficção não faça sentido para nós criamos as nossas próprias, “a diferença está na minha relação com minha cultura... Essa é uma forma com que evito ser sugada pelo vórtex da homogeneização” (Anzádua, 2021, p. 128). Re-criar com parceiros outras ficções que possam aparecer cores, de-formações, estéticas fronteiriças. “É preciso criar um modo outro de compreender os movimentos políticos das pessoas que resistem a esse sistema mundo colonial moderno” (Guimarães, 2017, p. 269).

Temos muitas heranças coloniais e uma delas é o modo de produção de conhecimento capaz de engendrar epistemicídios e fortemente marcado pelo pensamento falacioso da neutralidade e imparcialidade, bem como observa Grosfoguel (2016). Neste sentido, a cartografia nos permite uma implicação enquanto pesquisadoras com as tessituras que se tramam nesta proposição de estudo de campo e também de pessoa que atua na construção dessas tramas de outros lugares, lugares estes que não me permitem ser imparcial. Gómez y Mignolo afirmam que:

Las estéticas decoloniales, en su doble trayectoria, tienen una importancia fundamental en los procesos de transformación y formación de subjetividades y sujetos decoloniales. Descolonizar la estética para liberar la aesthesis no es ya un hacer que busca la catarsis ni el refinamiento del gusto, sino la liberación de los seres humanos de los diseños imperiales en sus variados rostros. (Gómez & Mignolo, 2012, p 15)

Neste território do sul global a luta tem se dado na rua, nos campos, nos terreiros, nas aldeias, nas universidades, nos espaços periféricos onde as pessoas indígenas, negras, gordas, loucas, sapatonas, travestis, viadas, putas, místicas são transeuntes. Em qual espaço nós não somos transeuntes? Quais são os espaços que não nos chega? Mas também quais os possíveis bonitos podemos viver nesses espaços? Ainda que exista a luta, existe também o carnaval, a quadrilha e o maculelê e incontáveis possibilidades de “e” que não se reservam

a linearidade colonialista. Esses corpos se encruzilham nos espaços também encruzilhados, rizomatizados. Estamos ali e acolá produzindo. São essas invenções que nos despertam a apostar numa pesquisa desobediente. Também por compreender que o ativismo é uma atuação em defesa de muitas vidas, humanas e não humanas, defendemos a invenção de desmétodos de pesquisa nas multiplicidades dos processos de subjetivação pelos quais permeiam os fluxos dos desejos das pessoas dissidentes num território fortemente marcado pela colonialidade. Assim como a colonização, a colonialidade atravessa a forma como as pessoas vêem o mundo, organiza as relações de poder, organiza a forma como somos no mundo e, portanto, como se conforma a nossa subjetividade. Dessa forma, vamos nos constituindo paulatinamente em processos de violência através da “difusão dos ódios e ressentimentos movimentados na política e na estética do terror, no contemporâneo, a qual opera uma racionalidade microfascista” (Lemos, 2017, p.49).

Em oposição, acreditamos que o ressentimento pode dar espaço para re-sentir (Guimarães, 2019). Não se trata de aprisionarmo-nos a condição colonial e sim de criarmos alianças para re-construirmos modos de re-existir que nos posicionem como pessoas atrizes políticas autônomas. É importante descolar de narrativas passivas que apenas denunciam as opressões. “Criando um novo *mythos*– ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – *La mestiza* cria uma nova consciência” (Anzaldúa, 2005, p. 707). Apostamos ainda nesse entre lugar que - se de um lado nos polariza - em todas as partes está arraigado na con-fluência de culturas e cargas genéticas múltiplas que possibilitam uma amplitude maior para criarmos potências a partir das fluências de nossas subjetividades e corpos.

Desejamos perceber a pesquisa com nossos corpos, por isso fechamos os olhos. Num primeiro momento vimos tudo branco e depois vieram muitos questionamentos. Eles se sobrepunham, se intercruzavam de modo que quase foi impossível racionalizar. Lembramos então de Hija de Perra no texto em que questiona a concepção embranquecida de queer afirmando ser mais uma flecha que marca os corpos dissidentes que idealizam um modelo binário de gênero e continua a estigmatizar corpos inconformes. Citamos um trecho de Hija de Perra:

Não estou aqui, no sul do mundo, para decidir quem tem a razão, só quero desbaratar a ilusão e essa idealização que mistifica os problemas arrebentando os olhos no que você acreditou e não me resta mais que sugerir que pense grande! (Perra, 2015, p.8)

Gostamos das perguntas, das pesquisas e das afirmações de vida em suas multiplicidades.

Como ervas, crescemos juntas

Feridas. Muitas vezes os processos artísticos ativistas com os quais temos pesquisado juntas nascem sim como resultado de opressões, e temos caminhado com as pesquisas no sentido de acolhê-las, assim como as acolheram os coletivos com os quais temos dialogado. Entender as feridas como rachaduras na terra, de onde nascem as ervas, como possibilidade de um outro vir-ao-mundo, tem sido nosso exercício. Não fazemos, como já afirmamos aqui, isso sozinhas/os, ao contrário, colocamos nossos corpos em movimento com artistas, perambulando com elas/es pelos caminhos de sua própria investigação

porque também compreendemos que a produção do conhecimento artístico é produção de conhecimento e portanto envolve investigação.

Dialogar psicologia e arte ativista tem sido nosso foco, o que envolve um olhar que ultrapassa o entendimento de “objeto” de pesquisa tradicional nas ciências e, em especial, na Psicologia. Não se trata de olhar a arte desde uma psicologia que enquadra (Stubs, Teixeira-Filho, Galindo, 2020), mas compreender nosso próprio caminho como pesquisadoras/es como um processo (des) educativo, como uma guerrilha em tempos sombrios, macro e microfascistas (Guimarães, 2021).

Tecendo devagar, caminhando junto, nascendo como ervas, perseguimos entendendo a política da arte ativista, da escrita política, do corpo que se coloca na pesquisa. Respostas ainda não temos, mas temos elaborado estes mapas-itinerários, que se desenham, desabrocham e conectam-se em processo coletivo. Itinerários de sementeira, florescimento, colheitas, infusões: imagens que compõem modos que temos experimentado, com as que caminham conosco, com as que vieram antes de nós, ocupando um espaço na Universidade, abrindo-se grietas, vielas, fissuras.

Referências

- Anzaldúa, G. E. (1987). Borderlands/La frontera: the new mestiza. *Aunt Lute*, San Francisco, 119-131.
- Anzaldúa, G. E. (2000). *Interviews*. In: Ana Louise Keating (org.). New York and London: Routledge, pp. 242-245.
- Anzaldúa, G. (2005). Borderlands/La frontera: La nueva mestiza. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis v.13, n 3, p. 704-719.
- Anzaldúa, G. (2021). *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Trad. Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora.
- Brasileiro, C. (2018). Prefácio. In: Brasileiro, Castiel Vitorino (Org.). *Devorações: descolonizando corpos, desejos e escritas* Vitória.
- Chaia, M. W. (2007). Ativismo-política e arte hoje. *Aurora*, 1, 9-11.
- Colling, L. (2019). *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA.
- Gómez, P., & Mignolo, W. (2012). *Estéticas decoloniales*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 92.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Guimarães, R. S. (2017). Por uma psicologia decolonial (des) localizando conceitos. In: Rasesa, E. F., Pereira, M.S., & Galindo, D. (org.) *Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO.
- Guimarães, R. S. (2019). Pedagogia micropolítica decolonial na universidade: reflexões sobre modos de re-sentir. *Espaço Acadêmico* 18(207), 29-36.

- Guimarães, R. S., & Braga, C. (2017). Vidobras dissidentes na música pop brasileira. *Revista Cult*, São Paulo, 226, p. 28-31.
- Guimarães, R. S., & Braga, C. (2019). Ruídos anti-hegemônicos na música brasileira contemporânea: dissidências sexuais e de gênero. In: Colling, L. (Org.). *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero* (pp. 309-337). Salvador: EDUFBA.
- Guimarães, R. S. (2021). Guerrilhas estéticas: (des) educação e processos de subjetivação. *Espaço Acadêmico*, 20 (edição especial).
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Lemos, F. (2017). Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual. In: Rasesa, E.F., Pereira, M.S. e Galindo, D. (org.) *Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO.
- Lopes, H. P. (2018). *Cartografias de vivências trans: experimentações teatrais e modos de subjetivação* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, Brasil.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mourão, R. (2015). Performances artistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 4, 53-69.
- Oliveira, C (2019). *Fantasmografias: sexílio, arte e ativismos cuirdecoloniais na transfronteira mexicobrasileira*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade)–Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 274 f.
- Perra, H. (2015). Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, 2.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Buenos Aires: Clacso.
- Raposo, P. (2015). “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de arte e antropologia*, 4, 3-12
- Stubs, R., Teixeira-Filho, F.; Galindo, D. (2020). Experiências e apontamentos para a pesquisa em Psicologia Baseada nas Artes. *Rev. Psic. e Sociedade*, 32.



HISTÓRIAS CRUZADAS DE TERRITÓRIOS ENTRE ESQUIZOANÁLISE E ESTUDOS QUEER: APROXIMAÇÕES DECOLONIAIS

Dr. William Siqueira Peres⁵⁶

Este texto apresenta algumas problematizações de um estudo intitulado: *Conversas nada inocentes entre a Esquizoanálise e Estudos e Perspectivas Queer: aproximações (decoloniais) ético-estéticas-políticas*. A partir de estudos bibliográficos a respeito da emergência da Esquizoanálise e dos Estudos e Perspectivas *Queer* podemos constatar que ambas as epistemologias apresentam análises críticas compatíveis sobre o mundo contemporâneo, no sentido de rompimento com o sistema clássico de pensamento.

Esse sistema clássico não admite a prerrogativa da dúvida e muito menos da pluriversidade dos acontecimentos, e neste sentido Descartes (1983), entre outros filósofos racionalistas, ao privilegiar a idéia de certeza constata que na passagem de um estado de dúvida generalizada para a descoberta da primeira verdade, é ela que organiza todas as outras verdades possíveis, restrita a centralidade de um “eu”, inaugurando a ordem da razão. Mas, Descartes não ignora que o sistema volitivo pode produzir confusão no entendimento da percepção sensorial e da ação, o que leva o pensamento puro a resguardar seus erros no sentido de conquistar o conhecimento verdadeiro que é tomado como referência para a vida (Descartes, 1983 como citado em Cassiano & Furlan, 2013, p. 372).

Em oposição a essa centralidade cartesiana a Esquizoanálise

(...) no bojo de um movimento mais amplo de centralização do cogito e recuperação da dignidade do corpo enquanto fonte de sentidos que a consciência desconhece, opera a crítica dessa noção clássica de sujeito, afirmando inicialmente seu processo de constituição. Isto é, ao invés de se afirmar a centralidade da consciência, identificada com o próprio pensamento, trata-se de desloca-la para a margem de um processo do qual ela é antes o sinal, e não a causa, e afirmar que o pensamento tem razões que a consciência desconhece (Cassiano & Furlan, 2013, p. 372).

⁵⁶ Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP/Assis e membro do PSICUQUEER- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Coletivos e Cultura Queer.

O que a Esquizoanálise adverte é de que o “eu penso” tomado como ponto central cartesiano que organiza o mundo e as relações, torna-se ponto variável na relação com o mundo, pois são dobras de diversas relações que não se restringem a uma univocidade que predomina uma sobre as outras, pois, são relações de forças impregnadas de sentidos outros (Deleuze & Guattari, 1996). Neste sentido, trata-se de processualidades compostas por relações de forças que ao tecerem o mundo e as relações, escapam da univocidade para compor outras experiências que desmancham as formações anteriores.

Seguindo a crítica ao cogito e ao conhecimento verdadeiro e absoluto, os estudos e perspectivas *queer* também apresentam questionamentos à noção de indivíduo e às ideias fechadas das relações, colocando em análise a noção de que a identidade estaria restrita a uma essência e totalização.

O ponto de partida da crítica voltada para a cristalização do “eu penso” disparado pelos os estudos e perspectivas *queer* é de que o *queer* não se apresenta como uma identidade fechada, reduzida a uma individuação absoluta, mas como uma crítica à identidade, conforme podemos constatar junto com Anne Marie Jagose (1993), pois o sujeito é concebido como múltiplo e diverso e, por isso, composto por uma hibridização que rompe com os processos homogeneizantes.

David Córdoba (2005) denuncia que a categoria identidade enquanto um conceito centralizado pelo cogito é usada de modo abusivo e reducionista. Torna-se urgente uma crítica à noção de identidade como posição anti essencialista de negação a qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização (Peres, 2013).

De modo exaustivo em suas críticas a universalização do sujeito cristalizado, tanto Córdoba (2005) como Penedo (2008) concordam que o espaço discursivo em que emerge a identidade não a determina de antemão, pois, sua afirmação é construída através de sua resignificação em espaço aberto, contínuo, processual e as vezes contraditório, chegando muitas vezes a desconstruir outras formas identitárias possível.

Os estudos e perspectivas *queer* de antemão, colocam em análise crítica as formas de teorização e de conceituação sobre o sujeito que se apropriam dos modos binários, sedentários e universais de tratar as corporalidades e suas expressões humanas, sempre considerando sua multiplicidade e os marcadores sociais associados, tais como, classe, sexo, sexualidade, raça, etnia, gênero, etaridade e localização social, geopolítica e cultural.

Tanto a Esquizoanálise quanto os estudos e perspectivas *queer* trazem aproximações em suas análises sociais e políticas a respeito da vida e suas relações, criticando os sistemas binários e sedentários de pensamentos que reduzem e cristalizam os corpos em identidades áridas e totalizadas. Esse seria nossa primeira impressão do encontro possível entre essas epistemologias e suas desconstruções sobre a filosofia do cogito e dos regimes de verdades que reduzem a complexidade da vida aos imperativos da norma, da regulação, da disciplina e do controle das corporalidades dissidentes das imposições do bio-poder e da biopolítica (Foucault, 1986), e, que se negam a se submeter aos regimes da necropolítica (Mbembe, 2018).

Partimos do pressuposto que apesar do surgimento da Esquizoanálise e dos estudos e perspectivas *queer* terem suas emergências em territórios geopolíticos distintos, suas

problematizações se cruzam quando ampliamos a idéia de território geográfico para o campo das experimentações existenciais, considerando que ambos os movimentos surgem através de insurgências coletivas e comunitárias, em espaços públicos, mais especificamente em levantes políticos de rua.

Nesta perspectiva pretendemos inicialmente realizar um recorrido histórico, político, conceitual dos dispositivos analíticos que compõe cada dimensão epistêmica (Esquizoanálise e Estudos e Perspectivas *Queer*), e, em um segundo momento, dialogar com marcadores de diferenças que também podem ser denominados de interseccionalidades em perspectivas decoloniais (Lugones, 2014; Akotirene, 2020; Vergès, 2020).

O dispositivo esquizoanalítico

Em uma linha do tempo podemos situar a Esquizoanálise tendo sua emergência nos anos 60, em Paris/França, quando nas passeatas nas ruas parisienses de maio de 1968 se deu o encontro entre o filósofo Gilles Deleuze e o ativista político, que posteriormente se tornaria psicanalista, Félix Guattari. Aproximados por visões de mundo parecidas se aliam para fortalecer a luta contra o fascismo e as derivações advindas de controle e regulação biopolítica sobre a população, marcados por análises binárias, essencialistas e totalizantes, rechaçando a democracia burguesa capitalista e a ditadura do proletariado vigente (Baremlitt, 1998); um movimento de reivindicação de respeito às diferenças e de direitos sociais e políticos em que se juntavam operárias e operários, estudantes e intelectuais, moradores de rua, donas de casa, homossexuais, trabalhadoras e trabalhadores do sexo e demais setores da sociedade civil marcados pelas mais diversas expressões interseccionais, por tantos outros marcadores da diferença. Em suas manifestações apresentavam críticas à ideia de identidade cristalizada, binária, essencialista e totalizante para anunciar a emergência do sujeito processual e diverso composto pela multiplicidade e variação advinda de composições existenciais ampliadas.

A contribuição de problematizações advindas da filosofia da diferença em uma perspectiva ampliada de denúncias de sistemas de pensamentos sedentários, segmentários e universalizantes, colocam em tela possibilidades de novos olhares a respeito das relações humanas, abrindo possibilidades de distanciamento sobre leituras clássicas que tomam “o homem”, na sua concepção fascista e determinista de ser o grande centralizador na história da produção do conhecimento. Trata-se de críticas ao reducionismo de uma história oficial, única, verdadeira e colonial.

Gregório Baremlitt (1998) nos adverte que a Esquizoanálise apresenta uma síntese interessante sobre a história universal, considerando que ela nos dá pistas para entendermos os modos pelos quais o mundo se encontra na contemporaneidade, assim como, suas perspectivas de futuro. Essas análises desenhariam estratégias de produção de vida e de possíveis elementos que ele denomina “utopias ativas” (Baremlitt, 1998, p. 115).

Seguindo o pensamento do autor supracitado, levar em consideração essas “utopias ativas” significa que apesar da relevância histórica dos acontecimentos anteriores, essa idéia de história universal deve ser tratada com ironia, pois há que se distanciar de toda intencionalidade de universalização dos fatos, de cristalização dos discursos e imagens

que se pretenda finalizada e eterna, considerando a diversidade social, política e cultura que se agregam para compor as histórias, no plural, em seus diversos contextos pelas quais são produzidas.

Essa crítica à história universal tomada como regime de verdade não significa negar a sua existência, mas, como aponta Baremlitt (1998):

(...) assim como é preciso estudar a parte da história que obedece às leis, ou seja, que está regulada por um certo determinismo, não é menos importante recordar que o que realmente constitui o motor da história como devir permanente é o Acaso, são os grandes encontros e acontecimentos inesperados, imprevisíveis, radicalmente novo. Acrescentamos que não existe uma História Universal Unitária, sendo que a mesma é uma abstração destinada a dar coerência a um transcurso que na realidade está composto de inumeráveis processos diferentes, cada um dos quais a seu tempo *sui generis*, e cujas correlações mútuas às vezes é possível e outras vezes é impossível efetuar; são intempestivos (Baremlitt, 1998, p. 116).

Da mesma forma que a Esquizoanálise critica uma história universal e reducionista ela também critica todo postulado teórico que se proponha a engessar a visão de mundo e de sujeitos, anunciando seu compromisso com a localização sócio-histórica e política de como emerge os acontecimentos, no sentido de problematizar sua processualidade e sua genealogia enquanto análise da emergência e da proveniência dos fatos. Ou seja, como se dá a emergência de um acontecimento dentro de um campo de forças e qual a sua proveniência de importância na produção de novo possível.

A partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1998) a perspectiva histórica, social e cultural de produção se apresenta em sua composição coletiva, gerada a partir da multiplicidade. Neste sentido nos afirmam esses autores que

Uma multiplicidade não se define pelos seus elementos, nem por um centro de unificação ou de compreensão. Ela se define pelo número de suas dimensões; ela não se divide, não perde nem ganha dimensão alguma sem mudar de natureza. Como as variações de suas dimensões lhe são imanentes, dá no mesmo dizer que cada multiplicidade já é composta de termos heterogêneos em simbiose, ou que ela não para de se transformar em outras multiplicidades de enfiada, segundo seus limiares e portas (Deleuze & Guattari, 1998, p. 33).

Orientado por essa referência da multiplicidade podemos dizer que o universo pelo qual se processa a existência é possível a partir de sua efetuação sobre um território, que apesar de inicialmente nos remeter a idéia de geografia, de um mapa territorial, essa dimensão é ampliada por esses autores para nos apresentar o que definem como território existencial.

Saraiva (2012) nos diz que, geograficamente, um território pode ser mapeado como um espaço bem delimitado e composto por sentidos atribuídos às significações sociais e culturais, às expressões identitárias e as relações de poder imanentes, ou seja, caracterizaria o que podemos denominar de território-Estado e sua composição geográfica, política e cultural. Trata-se de uma conceituação advinda da geografia, das localizações geopolíticas que o associam a um espaço físico e, neste sentido, um espaço habitado pelas pessoas e que, ao mesmo tempo, é produzido pelas mesmas.

Avançando essa idéia de território geográfico Deleuze e Guattari (1995) nos propõe pensarmos naquilo que chamam de territórios existenciais, expandido os contornos de

mapa agrimensur para problematizar as suas composições interiores. Essa dimensão que se dá no interstício do mapa e que caracteriza o território existencial, Suely Rolnik (1989) o apresenta como complemento do território geográfico, considerando que o território geográfico apresenta o que é visível e limitado, demarca sua superfície estabelecendo os limites que os separa de outros territórios e suas possibilidades de desterritorialização, para se tornar outro território que segue o plano concreto de sua (re) composição. O território existencial nos permite cartografar a sua composição desejante e, por sua vez, os processos de subjetivação que nos constituem como sujeitos em contextos sociais, políticos e culturais.

Seguindo essa perspectiva podemos definir a subjetividade como o modo pelo qual os corpos são colocados à disposição do campo social, de como são atravessados por discursos, imagens, crenças e significados produzidos por relações de poder, o que por sua vez abre o precedente para dizermos que o corpo é político, e, por isso, sujeito ao um campo de forças que ora o normatiza ora o singulariza. Como efeito dos processos de subjetivação as corporalidades tanto podem se efetivar através das normas, leis e contratos, como podem se expressar pelas vias da singularização, da invenção de novas existencializações.

A constituição dos territórios existenciais que compreendem tanto o corpo biológico, quanto o corpo desejante, pode ser evidenciado por dispositivos regulatórios e disciplinares (Foucault, 1985), mas também, por contra dispositivos (Alvin, 2012), como contrapoderes que através da resistência criam estratégias que escapam das regulações normativas e inventam novos territórios singulares e criativos.

Essas composições territoriais que oscilam entre normalidades e singularidades são tessituras produzidas por linhas que foram definidas por Deleuze e Guattari (1995) como sendo linhas duras, flexíveis e de fuga. Para eles serão essas linhas as responsáveis pela composição dos territórios e relações, apontando que:

- as linhas duras ou de segmentaridade dura compõe os grandes conjuntos molares estratificados, como as classes sociais, as hierarquias de sexo, gênero, raça, etnia e outros marcadores de estigmas que operam as desigualdades, e que podemos chamar de linhas de interseccionalidades aprisionadas pelos discursos imperativos da norma;
- as linhas flexíveis compõe o plano molecular de desestratificação relativa, presentes nas composições rizomáticas, de fluxos e devires sempre em movimentos, distanciados dos aprisionamentos produzidos pelos estratos;
- as linhas de fuga e de criação se apresentam como rupturas com os estratos e as desestratificações absolutas, abrindo conexões para a criação e invenção de novos campos de existencialização, favorecendo a emergência do devir e do exercício da liberdade.

Essas linhas se misturam e interfere uma na outra de modo a serem reconhecidas através dos efeitos que produzem nas estéticas, funções e expressões das corporalidades, nas posições assumidas diante das submissões e enfrentamentos que são produzidas diante dos sistemas de opressão e de privilégios (Lugones, 2014; Akotirene, 2020)

Quando nos orientamos pelos lineamentos definidos anteriormente que anuncia a tessitura das composições territoriais, produzidas pelas disputas no campo de forças,

entre linhas duras que tentam cristalizar todo modo de existência e as linhas de fuga que promovem abertura para a criação, a variação e a emergência do novo, toda a epistemologia que se pretenda reducionista e universal entra em crise, patina em si mesma e entra em estado de perturbação, anunciando a inconsistência de seus paradigmas.

As crises anunciadas dos paradigmas e sistemas de pensamentos se evidenciam frente às novas desterritorializações dos padrões normativos dos modos de viver, e, diante disso, parece que a idéia de transcontemporaneidade pode ser bastante procedente. Tanto através de mensagens televisivas e cibernéticas como da produção das relações interpessoais é evidente a emergência de novos sujeitos em situação de abjeção, ou ainda, de exclusão de direitos a ter direitos, mas também, de manutenção a grupos detentores de privilégios.

A idéia de transcontemporaneidade apresentada por Rosi Braidotti (2006) em meio às paisagens dos séculos XX e XXI anunciam crises de paradigmas geradas por turbilhões de devires, que pedem acesso e visibilidades diante da emergência de novas políticas de existencialização e de localização, alertando para a necessidade dos saberes sempre serem tratado como parciais, transitórios e temporais (Rich, 2010; Haraway, 1995).

Essa transcontemporaneidade, diria Braidotti (2006):

Indica uma transferência intertextual que atravessa fronteiras, transversal, no sentido de um salto desde um código, um campo ou um eixo a outro, não como um modo quantitativo de multiplicidades plurais, mas, no sentido qualitativo de multiplicidades complexas. Não se trata apenas de entretecer linhas, como variações de um tema, mas de interpretar a positividade da diferença como um tema específico em si mesmo (Braidotti, 2006, p. 20 - tradução livre).

Os processos de transição gerados por essas crises podem ser problematizados em uma perspectiva esquizoanalítica, considerando as críticas possíveis a respeito dos sistemas de pensamentos sedentários que se retro alimentam dos binarismos e dos conceitos reducionistas, imagens e valores universais. Surge a necessidade de revisões e ressignificações de conceitos, valores, imagens e discursos que por se cristalizarem no tempo, perderam suas validades e coerências nas análises e contribuições para problematizar o contemporâneo. Construir novos mapas sobre os processos de existencialização solicita a localização geopolítica e problematizações políticas dos acontecimentos, e neste sentido, a análise esquizoanalítica pode trazer essa contribuição.

De modo ampliado diria Gilles Deleuze e Félix Guattari que

A Esquizoanálise não se incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, relacionamentos e estruturas. Ela só incide em lineamentos, que atravessam tanto os grupos como os indivíduos. Análise do desejo, a Esquizoanálise é imediatamente prática, imediatamente política, quer se trate de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade. Pois, antes do ser há a política (Deleuze & Guattari, 1996, s/p.).

A Esquizoanálise pode ser entendida como uma metodologia intercessora, que se incide sobre a micropolítica do desejo e os modos de subjetivação, assim como, o campo macropolítico e seus modos de produção advindos dos contextos sócio-históricos, políticos e culturais nos quais se engendram. Em sua aplicação se preocupa com os modos pelos quais as forças são agenciadas e as linhas são distribuídas na confecção do território geográfico

e existencial. Logo, se processa por agenciamentos dos campos de forças, de modo a se preocupar com os lineamentos, quer sejam formatados por linhas duras, flexíveis ou de fuga, compondo aquilo que Deleuze e Guattari (1995) chamam de rizoma, alertando que:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (...) Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para a outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (Deleuze & Guattari, 1995, contra capa e p. 37).

Em sua prática problematizadora, a Esquizoanálise orienta-se pela produção da subjetividade que se dá no registro do social, de modo contínuo e que seria a matéria prima de toda forma de se compor com a vida (Guattari & Rolnik, 1986), demonstrando assim, a forma como o sujeito se constitui e problematiza os modos de existencialização e seus lineamentos.

Orientados pelas proposições esquizoanalítica as análises dos processos desejantes e dos modos de subjetivação rompem definitivamente com os sistemas binários e universalizantes de pensamentos, que insistem em reduzir a vida a um simples mecanismo de oposição entre os modos de viver, que impõem regulações biopolíticas sobre os corpos e seus prazeres, assim como, se mostra crítica à ideia de estrutura e de totalização.

O dispositivo *queering*

Os Estudos e Perspectivas *Queer* surgem nos anos 90 em movimentos políticos de rua, a partir da pandemia da AIDS e de denúncias do controle e regulação dos corpos a partir do modelo de identidade única centrada no padrão eurocêntrico branco, cisheterossexual e cristão (Córdoba, 2008); dentro dessa lógica, de modo aproximado às problematizações feitas por Deleuze e Guattari, por ocasião do movimento de maio de 68, as teóricas e teóricos dos Estudos e Perspectivas *Queer* também apresentam críticas ao modelo binário, essencialista e cristão identitário, da mesma forma como antes apresentada pela Esquizoanálise, apenas diferenciada pelo momento sócio-histórico e político. Os ativistas e teóricas/os da perspectiva *queer* denunciam os reducionismos éticos, estéticos e políticos que criminalizavam, demonizavam, patologizavam e excluía toda e qualquer corporalidade não heterossexual e que não reproduzia o modelo binário e essencialista de gêneros, reduzidos até então ao sexo biológico e sua função reprodutiva.

Um viés político e emancipatório em uma perspectiva *Queer* solicita primeiramente um resgate histórico a respeito do termo *Queer*, e dos usos que foram sendo construídos em torno de uma dimensão humana, que a princípio tem a sua existência negada pelas instituições médicas – psicológicas – jurídicas – religiosas - e seus saberes/poderes disciplinares e regulatórios, ou recebe tratamento de abjeção, como não humano, como monstruosidade, totalmente desprovido de direitos a ter direitos, logo excluído do acesso à cidadania.

Primeiramente há que se esclarecer que o termo *queer* não é um adjetivo e sim um verbo, sendo indicado a idéia de “*queering*”, logo, não é possível falarmos em uma identidade queer, assim como, que a palavra queer não se limita ao conjunto de letras identitárias, tais como, LGBTTTI – gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos, mas remete a todas as expressões existenciais que rompem com os imperativos da norma e as regulações do poder. Isso abre um precedente para se repensar a agregação da letra Q na sigla usual atual da moda, LGBTQIA+.

Em segundo lugar, o *queer* não se insere dentro do registro binário e universal, mas se apresenta como expressão humana em construção permanente, como processualidades, como devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico.

Aproxima-se de uma perspectiva nômade (Braidotti, 2000) de composição com a vida, e, neste sentido, critica toda e qualquer generalização que se pretenda totalizadora, apresentando-se como uma ética, estética e política de crítica à idéia de identidade fixa e acabada.

É nesta perspectiva de crítica a identidade e a um território identitário fechado que se dá a insurgência dos estudos e perspectivas *queer*, advindo nos anos 90/século XX, fruto das lutas políticas e sociais do ativismo de gays e lésbicas nos Estados Unidos e Reino Unido, em sua hegemonia no espaço público, logo, na rua, e que foram somados a outras lutas de reivindicação de direitos em uma perspectiva interseccional, tais como, classe, raça, etnia, sexualidade, gênero, etaridade, localização geopolítica, tamanho e pesos corporais, diversidades nos modos desejantes, sendo posteriormente emergido em outros países.

Trata-se de um período sócio-histórico, político e cultural marcado por diversas crises, entre elas, a emergência do HIV/AIDS, crítica ao feminismo heterocentrado, branco e colonial, crise política e cultural assimilada pelo capitalismo e o cisheteropatriarcado, e que dará visibilidade para a cultura gay, diante da evidencia do Pink Money. Essa capitalização das corporalidades LGBTTTI dará origem a várias atividades comerciais, tais como, surgimento de boates, bares, agências de turismo e outra instancia de exploração sobre essa população.

Inspirado pelo ativismo da pandemia da AIDS destacamos as atividades de grupos como ACT UP (Aids Coalition to Unleash Power) composto por pessoas soropositivas, usuárias e usuários de drogas, gays, lésbicas, travestis e transexuais, trabalhadoras e trabalhadores do sexo, homens e mulheres negras e outros coletivos minoritários, descontentes com o tratamento estatal. De acordo com Javier Sáez (2005) há duas razões principais que apontam para a importância do ACT UP:

(1) a sua capacidade de aglutinação de diversos coletivos que trabalhavam separados (mulheres negras, mulheres em situação de pobreza, drogados, putas e putos, gays, lésbicas, transexuais, travestis, hemofílicos, moradores de rua) denunciando o descaso e responsabilidade do estado pela exclusão vivida por diversos grupos de pessoas;

(2) coloca em questão a prática de muitos grupos de direitos civis tradicionais privilegiados que defendem a integração dos dissidentes sexuais e de gênero junto aos padrões normativos estabelecidos, negociando alguma quota e/ou acesso ao poder. Muitas vezes essas propostas surgem de grupos que se mostram “friendly” aos movimentos sociais em busca de direitos, mas, que não vive o cotidiano de fato das pessoas excluídas pelo sistema de opressão, o

que por sua vez, pode propor ações equivocadas que apenas suavizam as violências vividas pelas vítimas da exclusão social.

Contra esses grupos adaptacionistas o ACT UP introduz a “raiva”, a denúncia direta e explícita, boicotes e atos públicos, intervenções em igrejas e órgãos de governo, desafiando a ordem social e os bons costumes dessas práticas e discursos normativos universais.

Muitas pessoas que participavam das manifestações do ACT UP eram militantes LGBTTTI e começaram a problematizar a possibilidade de ampliação das referências identitárias dualistas demarcadas pela heterossexualidade e homossexualidade, expressando mal estar diante dos padrões normativos restritos às oposições binárias e modelos universalizantes; estas inquietações favoreceram para que no verão de 1990 surgisse o primeiro grupo a fazer uso da expressão queer: *Queer Nation*.

A partir da criação de grupos como *Queer Nation* muitos outros foram surgindo e com eles as problematizações sobre identidades cristalizadas que reduzem o ser humano a uma referência única e totalizada. Em seus discursos passam a problematizar a respeito de múltiplas categorias que subjetivam os sujeitos, acrescentado às identidades sexuais outros marcadores identitários, tais como, classe social, raça, etnia, gênero, geração, de modo a tomar o ser humano como sendo habitado por multiplicidades, o que por sua vez, abandona definitivamente a idéia de análises e conceituações restritas à categoria de eu, unidade, padrão, estrutura, identidade, papel, repetição.

Em suas práticas se apropriam de estratégias de rua e de confrontação direta com o poder, se orientando pelas referências da cultura popular e das lutas do movimento negro, do movimento *hype*, do movimento feminista, do movimento pacifista, do movimento trans, para então, criar seu próprio estilo de confrontação, como as manifestações criativas em espaços públicos de vigílias, performatização e de “beijaço” coletivo entre gays e lésbicas.

No modo como vinha funcionando o movimento de gays e lésbicas americanos de igualdades entre hetero e homossexuais, de adequações reduzidas ao modelo de sociedade falocêntrica e heteronormatizada, ativistas do *Queer Nation* e do *Out Rage* reagem radicalmente; em suas análises o enfrentamento da homofobia e lesbofobia até então realizada pelo movimento gay e lésbico se mantinha preso à perspectiva assimilacionista, e suas pretensões extrapolavam esses limites buscando a transformação do discurso público sobre as sexualidades através da desestabilização dos limites entre espaço público e privado, denunciando a naturalização da heterossexualidade e a insurgência de novos discursos e conexões sexuais e de gênero. Anos mais tarde se ampliam as demandas de reivindicações de direitos, o que significa a emergência de novas pautas de luta: direitos de travestis e transexuais, direitos de pessoas intersexuais, direitos de pessoas não binárias, direitos de pessoas pansexuais e outras emergências dos desejos sexuais, raciais, étnicos e de gêneros.

Das barricadas políticas do desejo presentes no ativismo *queer* e seu diálogo com a academia, havia ativistas que também ocupavam o lugar de pesquisadores acadêmicos, dando início à organização de novo campos de estudos e pesquisas, e que, cada vez mais ganham visibilidade e importância nas pautas acadêmicas: os estudos e perspectivas *queer*.

Em paralelo ao ativismo *queer* Suzana Lopes Penedo (2008) aponta como sendo em 1990 o ano que pela primeira vez a palavra *queer* foi usada em contexto acadêmico, quando da publicação da obra *Epistemologia do Armário* de Eve Kosofsky Sedgwick (1998). De modo complementar Judith Butler publicava seu famoso *Gender Trouble* (Problemas de Gênero) que viria a se tornar o livro referência para acadêmicos interessados pelos Estudos e Perspectivas *Queer* no mundo todo. Seguindo as orientações históricas de Penedo (2008), em 1981, Tereza De Lauretis faz uso do termo *queer* na introdução de número especial da revista *Differences*.

A palavra *queer*, destaca David Córdoba (2005), tem sua origem na cultura inglesa e era usado inicialmente como um modo de ofensa a gays e lésbicas, porém, como modo de sua reversão passa a ser apropriada inicialmente por ativistas homossexuais para falar em nome próprio, de modo que a única pessoa que pode se apropriar e assumir-se como *queer* é quem se situa neste lugar, subvertendo a idéia de estigma que inferiorizava e excluía as pessoas da comunidade LGBTTTI e resignificando suas existências de modo a expressá-las em sua positividade e orgulho.

Muitos estudiosos da América Latina têm proposto uma tradução mais próxima da realidade de suas localizações, de modo a falar do termo *queer* na perspectiva do sul, em uma posição decolonial, propondo o uso da palavra “*Cuir*” (Travez & Cols, 2021).

Em suas indicações Penedo (2008) aponta como campo de estudos *queer* a emergência de três diferentes pontos de problematização:

(1) mapeamento das desigualdades existentes entre diversos setores da sociedade e que afetam categorizações interseccionais advindas da classe social, raça, etnias, sexualidades, gênero, entre outros marcadores sociais da diferença;

(2) análises dos discursos produzidos pela cultura que não se aproximam da emancipação psicossocial e política de gays e lésbicas, e, nem de outras dissidências interseccionais aos discursos normativos;

(3) estratégias de legitimação e positivação das dissidências sexuais e de gênero, de modo a teorizar a insurgência de desejos e subjetividade *queer*, rompendo com qualquer associação com crime, pecado e patologia.

De modo geral, os estudos e perspectivas *queer* propõe a hibridização como a única forma de romper com os processos homogeneizantes. Esta idéia de hibridização tem sido apropriada dos estudos realizados por Donna Haraway, e, seguindo essa perspectiva, Penedo (2008, p.19) dirá que “a hibridização é um processo manipulável desde o ponto de vista *queer* porque pode ser abordado desde um ponto de vista individual, ou seja, a nomeação do *queer* só pode ser feita em nome próprio” (tradução livre).

Seguindo os passos de Penedo (2008) podemos constatar que o carro chefe de problematizações feitas por teóricos e teóricas *queer* dizem respeito aos usos e abusos da categoria identidade, pois entendem a mesma como excludente ao situar-se como marca individual em oposição a outros marcadores sociais da identidade, tornando-a restrita a um lugar no mundo que por si mesmo se mostra como opositor e fascista.

Nesta direção, David Córdoba (2005) aponta para a urgência de uma crítica a noção de identidade, tratada como território unificado, de modo a definir uma posição anti-essencialista que nega qualquer tentativa de naturalização, fixidez e totalização.

Ao lado da crítica a identidade somamos problematizações que colocam em suspeita a própria noção de interioridade, apropriando-se do rechaço feito por Judith Butler (2003) quando de seus estudos a respeito da identidade de gênero, ao questionar o sistema sexo/gênero/desejo em suas determinações de complementaridade que se orientam somente pelo viés do essencialismo, o que por sua vez colocaria em dúvida a heterossexualidade até então tratada como universal e obrigatória.

Em suas análises Butler (2003) propõe uma mudança na direção causal e cartesiana estabelecida entre sexo e gênero, distanciando-se da naturalização que recai sobre o gênero, confundindo-o muitas vezes com a noção de sexo que se funda no biológico e na fisiologia reprodutiva, o que por sua vez se mostra carregado de influência moral. Para essa autora, a naturalização do sexo e do gênero se mostra como efeito político de reprodução do modelo ciheteronormativopatriarcal, demarcando o poder exercido por tecnologias políticas-morais-cristãs de prescrição compulsória da heterossexualidade.

A identidade sexual e de gênero neste sentido não pode ser tomada como expressão de um interior natural e/ou essencial, pois a idéia dessa existência de uma essência interior nada mais é que o efeito regulatório provindo da própria identidade, que por sua vez é uma manifestação da exterioridade.

Aqui fica patente que o sujeito é construído através de processualidades complexas que não antecede a ele mesmo, o que por sua vez nos remete ao espaço político em que as negociações de ocupação de certos lugares no mundo se fundam, promovendo assim a subversão de valores, sentidos e discursos normativos que se pretendem universais e imutáveis.

De acordo com Córdoba (2005) e Penedo (2008) a identidade apresenta em seu bojo uma dimensão de exclusão e de extermínio de toda e qualquer outra marcação identitária, e, demarcando essa dimensão de exclusão que habita a identidade, Córdoba (2005) parte da ideia de que o espaço discursivo que emerge a identidade não a determina de antemão, logo, sua afirmação se constrói diante da possibilidade de sua ressignificação em espaço aberto e de sua iterabilidade, o que por sua vez denota que suas determinações de significados e de conteúdos se dão através da exclusão e repressão de outras formas identitárias possíveis.

Nesta perspectiva toda identidade é construída através dos efeitos de uma relação de saber-poder-prazer pelas quais determinadas possibilidades de fixação identitária reprimem, excluem, negam, interditam outras possibilidades de posição de sujeito. Para David Córdoba (2005) há que se ater aos processos identitários em sua produção, de modo a clarificar que para uma identidade se fixar ela precisa excluir diversas outras formas identitárias, porém, ao fazê-lo ela encobre esse processo de modo a dar a ideia de que a identidade seria uma essência.

Seguindo os passos de Córdoba (2005) pensar sobre a identidade somente será possível se considerá-la como espaço político em que se possa intervir (e de fato se intervém) para

modificar seus termos, para redesenhar seus limites, para incluir posições antes excluídas, para ressignificar as posições existentes.

Esses determinantes do território identitário abrem precedentes para que se possa problematizar a respeito dos processos de subjetivação que individualiza e aprisiona o sujeito em uma única dimensão identitária, e neste sentido, Paul B. Preciado (2008) propõe que todo esse engendramento dos discursos normativos determinantes das identidades sexuais e de gênero que se materializa nos corpos se daria através de tecnologias e programações de sexo e de gênero, sendo entendida como:

Tecnologia psicopolítica de modelização da subjetividade que permite produzir sujeitos que pensam e atuam como corpos individuais, que se auto compreendem como espaços e propriedades privadas, com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixa. A programação de gênero parte da seguinte premissa: um indivíduo = um corpo = um sexo = um gênero = uma sexualidade. Desmontar essas programações de gênero (...) implica “um conjunto de operações de desnaturalização e desidentificação” (Preciado, 2008, p. 90 - tradução livre).

Na transcontemporaneidade podemos perceber a existência de diversos modelos de programação de sexo e de gênero, marcados pelo momento sócio-histórico, político e cultural que se atualizam de acordo com as negociações de saber, poder e prazer que aproximam e/ou distanciam suas atrizes e atores envolvidos nos processos sociais e políticos de emancipação.

Ao mesmo tempo podemos perceber a existência de programadores diversos que atuam sobre os corpos e suas modulações de sexo, gênero, raça, orientação sexual, geração entre outros marcadores interseccionais, que tornam mais urgente suas problematizações, na busca por emancipação psicossocial e política de direitos a ter direitos, de acessibilidade à vida como valor maior.

Considerações Textuais

Os dispositivos textuais apresentados a respeito das epistemes Esquizoanálise e Estudos e Perspectivas *Queer* demarcam problematizações em comum, no sentido de denunciar territórios cristalizados que produzem identidades engessadas que são naturalizadas, e, que, por isso produzem sistemas de opressão e de privilégios de manutenção às desigualdades psicossociais, sexuais, raciais, classistas e de gênero.

Em uma perspectiva ampliada, ambas as epistemes analisam e criticam todos os processos normativos presentes nos campos de forças que compõe o território geopolítico e existencial, ironizando a crença de que haveria uma história oficial, unificada e verdadeira, propondo considerar as relações de poder, saber e viver próprias der cada territorialidade, o que implicaria em considerar sua localização e parcialidades conceituais.

As críticas gerais realizadas pela Esquizoanálise e pelos Estudos e Perspectivas *Queer* problematiza os sistemas de pensamentos, de enunciados, discursos e imagens que reduzem os acontecimentos e as experiências vividas pelas corporalidades humanas, em meros efeitos advindos dos binarismos, higienizações e totalizações que aprisionam as crenças e desejos a bolhas cristalizadas pelas ações do bio-poder e das regulações biopolíticas.

Nesta perspectiva podemos apresentar uma cartografia que traça mapas sobre os territórios existenciais, ora de modo ampliado realizado pela Esquizoanálise, emergida nos anos 60 e 70 do século XX, quando o enfrentamento aos fascismos e totalitarismos se mostravam mais urgentes em suas demandas históricas de localização, ora de modo mais afunilados pelos Estudos e Perspectivas *Queer*, ao se debruçar sobre marcadores específicos dos grupos marginalizados dos anos 90, que, embora tivesse como pano de fundo a epidemia do HIV/AIDS, trazia para denuncia e reflexão os descasos do Estado colonizador, que não se importava com as corporalidades até então marginalizadas, negligenciadas e excluídas do acesso de direitos a ter direitos.

Ao problematizar as pessoas que compunham os territórios existenciais, dentro das duas perspectivas epistêmicas, a cartografia das linhas duras, flexíveis e de fugas permitem análises ampliadas dos efeitos biopolíticos de controle e regulação dos corpos, o que geraria efeitos necropolíticos, como mapeamentos a respeito da produção dos sistemas de opressão e privilégios advindos de elementos interseccionais que se multiplicam sobre as corporalidades dissidentes à cisheteronormapatriarcal, aos privilégios da raça branca e aos higienismos étnicos. Em contraposição também cartografam a emergência de novos modos de viver potencializados pelos enfrentamentos aos dispositivos regulatórios, anunciando que todos os corpos importam e podem viver com respeito e dignidade.

As análises cartográficas que se incidem sobre os territórios existências nos mostram cruzamentos epistemológicos que se organizam sob uma perspectiva do rizoma, ou seja, como um emaranhado de linhas que tecem as diversas formas discursivas que enunciam aprisionamentos das dissidências aos imperativos da norma, como também mapeiam a emergência de novos campos existenciais que potencializam a criação de novas estilísticas de viver, transformando estigmas em orgulho, desterritorializando identidades áridas e binarizadas e reterritorializando novas identidades que não se fixam, mas que se processam em construções permanentes.

Em uma leitura decolonial e interseccional sobre os territórios geopolíticos e existenciais, nos apropriamos da idéia trazida por Kimberlé Crenshaw (2002) e Carla Akotirene (2020) de “avenidas identitárias”, cujos cruzamentos multiplicam os marcadores sociais de diferenças sobre as corporalidades. Esses cruzamentos que podem ser traduzidos como emaranhado de linhas, cartografam os efeitos dos sistemas de opressão e de privilégios e se tornam cada vez mais complexos e múltiplos; sendo assim, quanto mais elementos interseccionais forem mapeados em suas composições, mais nos aproximaremos de análises psicossociais concretas, o que por sua vez evidencia a proporção política nos modos de problematizar as existencializações (Platero Mendez, 2012).

Nas palavras de Walter Dignolo (2008) ao propor a desobediência epistêmica devemos “aprender a desaprender”, de modo a revermos crenças e conceitos restritos à história única e verdadeira imposta pela colonização eurocêntrica, branca e cristã. Junto com a colonização foram impostos modelos epistêmicos reducionistas que negavam o conhecimento, a cultura, a tecnologia, as crenças e as artes dos povos originários que destoavam do modelo opressor colonizador. Isto gerou genocídios imensos de populações indígenas, africanas, somadas posteriormente às mulheres, aos LGBTQTTIs, aos descapacitados de produção capitalista, aos empobrecidos e periféricos, enfim, à negação a vida digna que apesar de ter chegado

há tantos anos atrás com a colonização, ainda se encontra presente nos sistemas de pensamentos e relações interpessoais na contemporaneidade.

Partindo dessas referências cruzadas propomos uma cartografia que coloque em análise os processos de cristalizações identitárias produzidas nos territórios sedentários pelos valores e discursos do poder hegemônico, de modo a confrontar esses modelos através dos movimentos de resistências e de contra poderes que anunciam a emergência de novos discursos, novas corporalidades e imagens que se fortalecem através do surgimento dos sujeitos esquizo e *queer*, fortalecidos por dispositivos políticos de promoção de direitos e emancipação social, sexual, racial e de gênero. Ao mesmo tempo se evidencia posicionamentos políticos que questionam os dispositivos de colonização eurocêntrica e de imperialismos que promoveram tantos genocídios e epistemicídios; essas problematizações abrem precedentes para anunciar a emergência de uma nova Psicologia política que se comprometa com a decolonialidade, e, por conseguinte, sua ampliação de análises que levam em consideração os marcadores sociais de diferenças e suas interseccionalidades.

São essas denúncias e proposições políticas que trazem aproximações entre esses cruzamentos epistêmicos, e, que, nos alertam para que possamos aprender a desaprender os conceitos binarizados e higienistas que produziram e ainda produzem genocídios e epistemicídios das diferenças humanas, o que solicita maior importância e valorização dos corpos em devires. Tomemos a vida como valor maior.

Referências

- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Ed. Jandaíra.
- Alvin, Davis Moreira. (2012). O que é um contradispositivo. São Paulo: *Cadernos de Subjetividade*, p. 78-85.
- Baremblyt, Gregório. (1998). *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari.
- Braidotti, Rosi (2006). *Transposiciones: sobre la ética nómada*. Barcelona: Gedisa.
- Braidotti, Rosi. (2000). *Sujetos nómades*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith (2033). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Córdoba, David. (2005). Teoría Queer: reflexiones sobre sexo, sexualidade e identidade. Hacia una politización de la sexualidade. In Córdoba, David, Sáez, Javier & Vidarte, Paco (Org.). *Teoría Queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. (pp. 21-66). Barcelona: Egales.
- Cassiano, Marcella, & Furlan, Reinaldo. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 772-378.
- Crenshaw, Kimberlé. (2022). Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt


- Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1998). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 4. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. São Paulo: Editora 34.
- Descartes, René. (1983). *Meditações*. Descartes (Coleção Os Pensadores, 3ª ed). São Paulo: Abril Cultural.
- Foucault, Michel. (1985). *Historia da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 7ª Edição.
- Haraway, Donna. (1995). "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". UNICAMP, *Cadernos PAGU*, n.5, 7-41.
- Jagose, Anne Marie. (1993). *Queer Theory: an introduction*. Nova York: New York University Press.
- Lugones, Maria. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Rev. Estud. Fem.* 22(3), 935-952. Recuperado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: bio-poder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Mignolo, Walter. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Penedo, Susana López. (2008). *El labirinto queer: la identidad em tempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales.
- Peres, Wiliam Siqueira. (2013). *Psicologia e políticas Queer*. In Teixeira Filho, Fernando Silva, Peres, Wiliam Siqueira, Rondini, Carina, & Souza, Leonardo Lemos. *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea* (pp.55-63). Cuiabá: EdUFMT.
- Platero Méndez, Raquel Lucas (2012). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades em la encrucijada - Temas contemporâneos*. Ediciones Bellaterra, Barcelona.
- Preciado, Paul Beatriz (2008). *Texto yonqui*. Espanha: Espasa.
- Rich, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- Rolnik, Suely. (1989). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Saraiva, M. R. O. (2012). Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(132), 21-29. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16881>

Sáez, Javier. (2005). El contexto sociopolítico del surgimiento de la teoría Queer: de la crisis del sida a Foucault. In Córdoba, David, Sáez, Javier, & Vidarte, Paco (Org.). *Teoría Queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas* (pp.67-76). Barcelona: Egales.

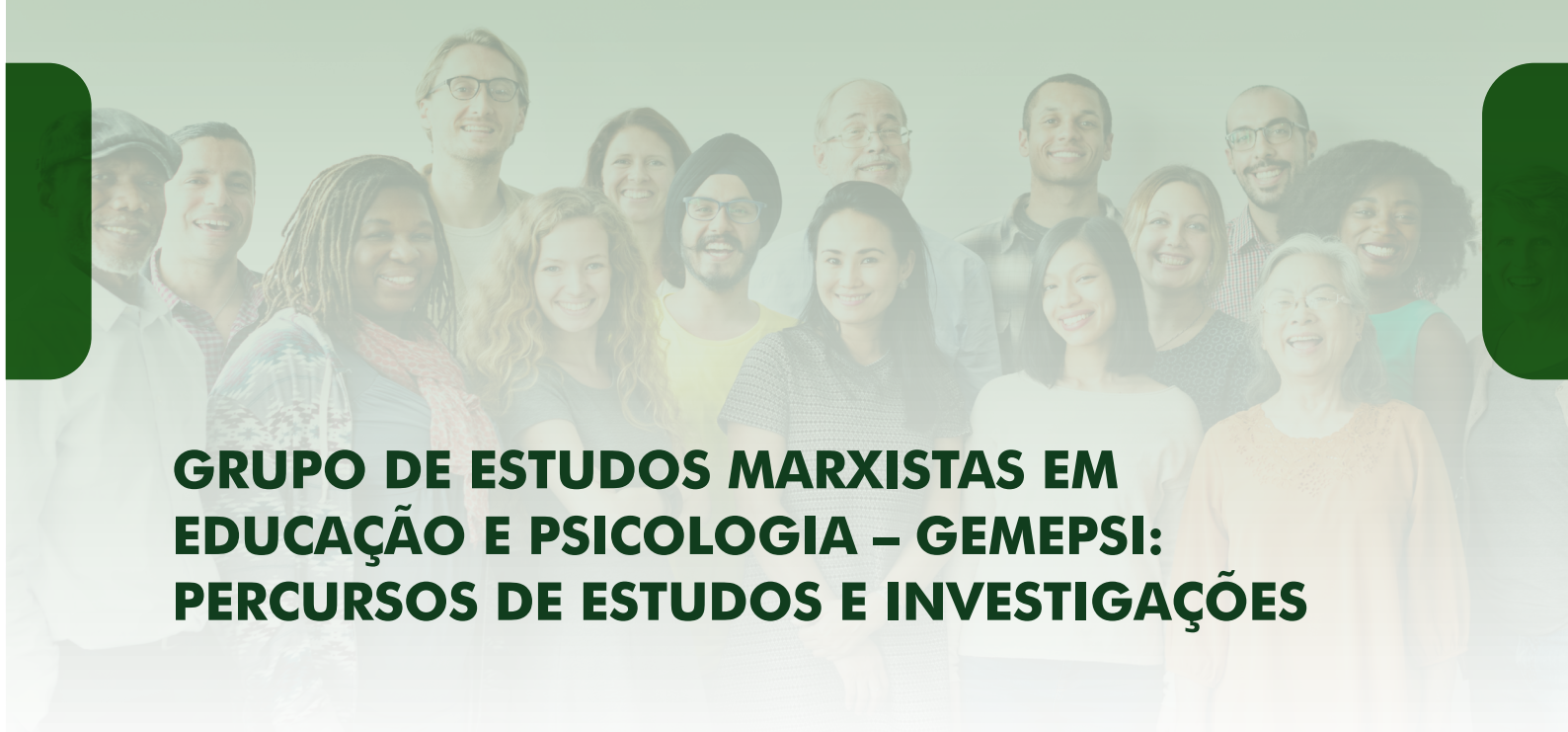
Sedgwick, Eve Kosofsky. (1998). *Epistemología del armário*. (T. B. Costa, Trad.). Barcelona: Ediciones de la Tempestad.

Travez, Diego Falconí, Martínez-Echazábal, Lourdes, Pierce, Joseph M., & Viteri, Maria Amélia. (2021). Queer/Cuir das Américas: tradução, decolonialidade e o incomensurável. Salvador, Periódicus, *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidade- UFBA*, 15(1), 01-16.

Vergès, Françoise. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.



**c) LINHA DE PESQUISA
PROCESSOS PSICOLÓGICOS
E CONTEXTOS DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



GRUPO DE ESTUDOS MARXISTAS EM EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA – GEMEPSI: PERCURSOS DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES

**Dra. Claudia Aparecida Valderramas Gomes⁵⁷;
Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos⁵⁸**

I - GEMEPSi: histórico de constituição e tendências atuais

Este artigo apresenta a trajetória e examina as produções científicas do Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis. O grupo surgiu no ano de 2016, organizado pela professora Claudia Aparecida Valderramas Gomes e pelos professores Deivis Perez e João Batista Martins, e inicialmente foi concebido para reunir professores, pesquisadores, graduandos, pós-graduandos de mestrado e doutorado em Psicologia e áreas conexas interessados em estudar, realizar investigações acadêmicas, apropriar e difundir os saberes da Teoria Histórico-Cultural, notadamente aquela alicerçada nos escritos originais do estudioso russo Lev Semenovich Vigotski⁵⁹. Em sintonia com estes objetivos e tendo em consideração a polifonia existente na literatura especializada em torno da denominação

57 Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Bauru), Mestre e Doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília. Professora vinculada ao Departamento de Psicologia Social do Curso de Graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Assis. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia – GEMEPSI – UNESP/Campus de Assis-SP – certificado pelo CNPq. Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nos seguintes temas: Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, Psicologia da Educação, Desenvolvimento humano, infância e adolescência. E-mail: claudia.gomes@unesp.br

58 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor no Programa de Pós-Graduação e na graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), integrante do Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia – GEMEPSi. Contato: deivis.perez@unesp.br

59 Neste artigo foi utilizada a grafia Lev Semenovich Vigotski em congruência com a maneira adotada por Paulo Bezerra nas traduções para o português que realizou das obras do autor russo.

desta teoria⁶⁰, nos primeiros anos de existência optou-se por adotar a denominação Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórica Cultural.

No decurso da etapa que foi de 2016 até 2022 o grupo contou com docentes e pesquisadores de distintas instituições de ensino superior, designadamente, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que acolheu e ofereceu suporte institucional para o grupo desde as suas origens. Ainda, integraram e transitaram pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão mais de trinta graduandos e pós-graduandos. No momento atual o grupo possui quatro professores-pesquisadores, incluindo a doutora Maria Luiza Gava Schmidt (UNESP) e os três docentes fundadores do grupo, com vinte e três discentes, sendo cinco doutorandos, dez mestrandos e oito graduandos, os quais possuem investigações em andamento com o apoio de distintas agências de fomento, tais como o CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O grupo dispõe de três linhas de pesquisa que orientam as atividades e movimentações teóricas e metodológicas do coletivo de pesquisadores e estudantes. Abaixo estão anotadas, de maneira sucinta, a denominação e a caracterização de cada uma das linhas investigativas:

- a. Teoria Histórico-Cultural: epistemologia, metodologia e desdobramentos teóricos e práticos – focalizada nas múltiplas interpretações das ideias e constructos de Vigotski e seus colaboradores, bem como na revisão de sua teoria. Esta linha de pesquisa tenciona desenvolver pesquisas sobre os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Teoria Histórico-Cultural. Além do mais, busca possibilitar os estudos sobre o sistema teórico vigotskiano, tratando de temáticas como funções psicológicas superiores, psicologia do desenvolvimento, dispositivos metodológicos, entre outras.
- b. Psicologia, contextos educativos e processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento – esta linha propõe uma reflexão crítica da compreensão dos distúrbios de aprendizagem e/ou comportamento. Atribui-se como objetivo realizar investigações orientadas pela Psicologia Histórico-Cultural capazes de analisar diferentes contextos educacionais dirigidos à infância e adolescência, tendo como foco a problematização dos processos educativos e culturais, bem como dos modelos de aprendizagem e desenvolvimento.
- c. Análise das transformações do trabalho e da formação de trabalhadores – nesta linha adota-se um enfoque ampliado de trabalho, o qual é entendido dialeticamente como esfera primacial para a formação humana e para o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos e grupos e, sincronicamente, é reconhecido como dimensão que sob as condicionalidades do capitalismo conduz pessoas e coletividades à paralisia da atividade e ao sofrimento. Os estudos focalizam os sentidos atribuídos ao trabalho realizado segundo o modo de produção capitalista, as suas condicionalidades e as

60 Esta perspectiva teórica e metodológica pode ser localizada com diferentes denominações em textos acadêmicos, como Teoria Sócio Histórica Cultural; Teoria Sociocultural, Teoria Histórico-Cultural, Teoria Sócio-Histórica, Teoria Vigotskiana, entre outras.

possibilidades de as pessoas que vivem do trabalho experimentarem a (re)apropriação da própria atividade laboral e a transmutação das suas condições ocupacionais concretas e simbólicas e, por conseguinte, de sua existência.

Cumprir notar que ao longo dos seis anos de existência do grupo não houve redução no interesse coletivo pela Teoria Histórico-Cultural e nem alteração substantiva nas linhas de pesquisa. Todavia, gradualmente foi percebida a ampliação da necessidade de uma acurada examinação dos fundamentos desta Teoria, notadamente aqueles vinculados às suas raízes epistemológicas situadas no Materialismo Histórico Dialético por intermédio do acesso e diligente estudo dos escritos originais de Karl Marx e Friedrich Engels. Foi esta ênfase na averiguação de textos originais marxianos e engelsianos que ensejou a alteração da nomenclatura do grupo, do inicial ideado em 2016, Grupo de Pesquisa em Teoria Sócio Histórico Cultural, para aquele adotado em 2021, Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia.

A rotina ordinária do grupo foi progressivamente se estabelecendo no perpassar do tempo por meio de reuniões periódicas que os professores realizam com os seus orientandos e pessoas interessadas na Teoria e em suas raízes epistemológicas, contemplando, simultaneamente, o escopo temático geral, as especificidades de cada linha de pesquisa e o núcleo central investigativo de cada docente.

No que diz respeito ao ensino no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP (doravante PPG), o grupo tem assegurado o oferecimento anual de disciplinas dedicadas ao ensino e aprendizagem de saberes que permitam ao corpo discente desenredar e compreender os nexos entre o Materialismo Histórico Dialético de Marx e Engels, a Teoria Histórico-Cultural e as suas categorias analíticas basilares como trabalho, psiquismo e funções psíquicas culturais ou superiores. A disciplina que inaugurou a presença do grupo no PPG foi **Epistemologia da Psicologia Sócio-Histórico-Cultural de Vigotski**, ministrada no ano de 2017 conjuntamente pelos três docentes fundadores do grupo. Em 2019, Claudia Valderramas e Deivis Perez realizaram a disciplina **Fundamentos marxianos e engelsianos para uma abordagem histórico-cultural da psicologia e da educação**, que estabeleceu publicamente o movimento do grupo na direção dos estudos dirigidos fundamentalmente para Marx, Engels e Vigotski.

Estes esforços educativos precedentes conduziram à emergência de uma disciplina nomeada **Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural: psiquismo e educação**, que desde 2020 tem sido oferecida no PPG para pós-graduandos e pessoas mobilizadas para conhecer o tema, matriculadas em condição discente especial, de maneira a garantir o acesso aos saberes especializados por indivíduos que não integram formalmente a pós-graduação, mas que podem se beneficiar do acesso aos saberes sobre Psicologia e Educação em um ambiente acadêmico no qual se exercite um conjunto de recursos teóricos e metodológicos capazes de contribuir para o entendimento crítico, informado e contra hegemônico dos processos socioculturais e históricos que condicionam as práticas profissionais e investigativas em Psicologia e Educação na contemporaneidade. Em suma, a disciplina apresenta uma introdução aos princípios do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels e os seus nexos com a Psicologia Histórico-Cultural.

O objetivo é que ao final do percurso proposto pela disciplina o discente participante seja capaz de identificar os fundamentos desta abordagem de Psicologia que referenciam a compreensão do psiquismo humano, notadamente no que tange à constituição dos processos psicológicos culturais. Outrossim, a disciplina visa problematizar as concepções tradicionais do desenvolvimento psíquico, sublinhando que, sob o capitalismo, a qualidade dos processos educativos que são tornados disponíveis ao indivíduo é matizada pela sua posição de classe social, o que condiciona, ainda que não determine, a sua formação e progressão educativa e sociocultural. Por fim, busca-se destacar a participação da educação como mediação essencial para o acesso aos saberes, capazes de transformar os modos de pensar, sentir e agir dos sujeitos, por meio do ensino e da aprendizagem.

As investigações acadêmico-científicas têm se consubstanciado nos registros produzidos tanto pelos docentes e pesquisadores, difundidos por meio da publicização de artigos e textos em livros e revistas qualificadas mais frequentemente das áreas da Psicologia e Educação, quanto pelos discentes da graduação e pós-graduação, que materializam os seus estudos em artigos, relatórios de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

II - Estudos na interface do Materialismo Histórico Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural

A partir desta alínea se encontram expostas e assinaladas as análises das investigações mais significativas realizadas na interface de duas das linhas de pesquisa do grupo, que são: a) Teoria Histórico-Cultural: epistemologia, metodologia e desdobramentos teóricos e práticos; b) Análise das transformações do trabalho e da formação de trabalhadores. Particularmente estão registrados os estudos acadêmicos desenvolvidos entre 2016 e 2021 sob a liderança ou orientação do professor Deivis Perez. É importante notar que uma parcela dos trabalhos aludidos adiante, sobretudo aqueles realizados ou concluídos no ano de 2016, representaram a continuidade de um processo, iniciado em 2011 no grupo de pesquisa Figuras e Modo de Subjetivação no Contemporâneo, o qual foi orientado para o esquadramento e contextualização para o Brasil das aplicações de dois dispositivos metodológicos de mediação de trabalhadores para a transmutação das próprias atividades laborais.

Foi alicerçada na percepção de que era necessário apropriar e aplicar em nosso país dispositivos estruturados para apoiar pessoas e grupos na experimentação e vivência da transformação da realidade e, hipoteticamente, motivar a possível superação de explorações e opressões, é que foram identificados e examinados dois instrumentos metodológicos, a autoconfrontação e a instrução ao sócia (I.S.), potencialmente capazes de arrimar a progressiva consecução de práticas entremeadas por pesquisas focalizadas no registro das movimentações de indivíduos e coletividades no curso das metamorfoses experimentadas em suas vidas, marcadas pela (re)apropriação e reconfiguração da sua laboralidade, dado o caráter fulcral da categoria *trabalho* para a formação e desenvolvimento humano.

Vale sublinhar que a autoconfrontação e a I.S. aludidas são aqueles dispositivos que foram apreendidos e progressivamente aprimorados no quadro da Clínica da Atividade, vertente da Psicologia do Trabalho com conexões epistemológicas com a Psicologia Histórico-Cultural

de Vigotski, sob a responsabilidade de estudiosos da equipe do *Conservatoire National de Arts e Metiers* de Paris (CNAM), coordenados pelo psicólogo Yves Clot.

Da parte de nosso grupo, erigimos múltiplas investigações integradas e mutuamente complementares dedicadas a:

- a. Identificar e discutir os fundamentos epistemológicos que condicionaram o desenvolvimento da autoconfrontação e da I.S.
- b. Elaborar estados do conhecimento destinados a investigar as aplicações de cada um dos dispositivos interventivos e metodológicos supracitados em pesquisas que resultaram na produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* de áreas diversas, como Psicologia, Educação, Linguística, Saúde Pública, Letras, Ciências Sociais, Serviço Social, etc.
- c. Metodizar propostas de aplicação de cada um dos dispositivos sintonizadas com as realidades do mundo do trabalho e do ambiente acadêmico de nosso país.
- d. Aprofundar os saberes acerca dos constructos marxianos e engelsianos estabelecendo nexos com a Psicologia Social e a Psicologia do Trabalho.

Um importante resultado destas investigações foi publicado sob o título **Produzir saberes sobre o trabalho: um método em Psicologia** (Perez, 2016). Esta investigação historicizou o surgimento e usos da autoconfrontação, com ênfase para as suas apropriações e utilização no cenário da Clínica da Atividade. Ainda, buscou-se contribuir para o aprimoramento da autoconfrontação mediante a metodização de uma proposta de aplicação desse dispositivo sintonizada com o contexto do Brasil, de maneira a apoiar estudos ulteriores de mediação e pesquisa por psicólogos, analistas e pesquisadores do trabalho que tomem a autoconfrontação como mecanismo organizador da intervenção em processos laborais e, também, como instrumento metodológico para a recolha dos dados de investigações científicas.

A partir de então, o grupo experimentou distintas formas de aplicação da autoconfrontação, gradualmente adaptadas ao cenário brasileiro, em estudos direcionados para a construção de saberes sobre o trabalho executados em distintas áreas. Nesta perspectiva a primeira pesquisa tornada pública foi aquela realizada por Vieira (2017), **Futebol não é (só) brincadeira**, que se debruçou sobre as configurações e os processos de subjetivação de adolescentes em fase de profissionalização para o ludopédio num clube localizado no estado do Paraná. A autoconfrontação foi a ferramenta adotada pela pesquisadora e voluntários na coanálise dos sentidos atribuídos por jogadores em formação aos processos de preparação para o ingresso no universo das práticas profissionais do futebol, com ênfase para a identificação das percepções dos desportistas sobre as suas vivências educativas para a laboralidade num esporte de alto rendimento.

Logo depois, Mancuso (2018) concluiu o estudo **Além do observável: coanálise da atividade docente**, no qual a autoconfrontação foi aplicada para apoiar professoras da educação fundamental de uma escola pública, tanto na identificação dos elementos concretos e semióticos constituintes da sua laboralidade quanto dos aspectos potencializadores e

dificultadores da atividade docente. Esta investigação se desdobrou em dois outros trabalhos realizados em regime de parceria entre Mancuso e Perez (2018; 2019), em que foram analisadas a apropriação e o uso da autoconfrontação por docentes do ensino fundamental como estratégia de criação de movimentos dialéticos dedicados à transformação da atividade de professoras por ação das próprias trabalhadoras.

Complementa a totalidade de pesquisas desta etapa, centrada na autoconfrontação, a dissertação de mestrado desenvolvida por Freitas (2019), que voltou esforços para a utilização da autoconfrontação simples no contexto ocupacional dos docentes de uma escola técnica de nível médio do estado de São Paulo, enfocando as apropriações do dispositivo por professores e as modificações na rotina de trabalho empreendidas pelos educadores voluntários do estudo. É relevante referir que desdobramentos e progressões dos usos possíveis da autoconfrontação no cenário de docentes do ensino técnico de nível médio foram examinados subsequentemente e registrados no texto **O trabalho docente na perspectiva de professores do ensino técnico integrado ao médio** (Freitas & Perez, 2021).

Sincronicamente à preparação e produção das pesquisas supracitadas, numa parceria entre Ercolano e Perez, foram realizados estudos acerca da instrução ao sócia (I.S.) que resultaram numa propositura de emprego deste dispositivo metodológico consoante com as condicionalidades políticas, econômicas e socioculturais próprias das circunstâncias brasileiras e, convém salientar, focalizada no labor de professores que atuam em prisões no país. O ordenamento de uma interpretação e sistematização da IS direcionada especificamente para este segmento ocupacional “deu-se em razão do seu potencial para ensejar o engajamento de profissionais em processos dialógicos voltados para o exame e transformação da laboralidade pelos próprios trabalhadores” (Ercolano & Perez, 2021, p. 02).

No interstício temporal entre as publicações das pesquisas acerca da autoconfrontação, corporificadas entre 2016 e 2021, e aquele sobre a I.S. produzido no ano de 2021, o nosso coletivo de pesquisadores percebeu a imprescindibilidade de exercitar as examinações e engendrar investigações estruturadas em torno das leituras das obras originais de Marx e de Engels, tendo como horizonte o assenhoreamento dos constructos destes autores no panorama da Psicologia Social brasileira divisada na contemporaneidade. O primeiro resultado deste movimento grupal foi consubstanciado em **Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social** (Ercolano, Perez & Rocha, 2017), que apontou para a conveniência e a necessidade de apropriação da dialética, conforme o Materialismo Histórico Dialético, como método científico e de atuação da pessoa na sociedade. Nesta abordagem, a dialética é concebida como:

[...] um instrumento rigoroso para a compreensão da realidade em sua complexidade e capaz de ensejar a ação humana [...] principalmente como estratégia de produção de saberes e potencialização das movimentações e atividades de transmutação da concretude pelos indivíduos em situação de trabalho, considerando que a atividade laboral pode ser tomada como experiência humana privilegiada para fazer emergir processos que permitem à pessoa desenvolver a si mesma e, simultaneamente, alterar o seu meio em movimentações realizadas em articulação e acordo com os seus pares. (Ercolano, Perez & Rocha, 2017, p. 172)

Este trabalho ensejou o avanço da reflexividade, por parte dos integrantes do grupo, sobre os dispositivos metodológicos autoconfrontação e I.S., ora concebidos no bojo da

dialética marxiana e como recursos sistemáticos e escrupulosos capazes de ocasionar a ação humana e o entendimento do real e dos seus enredamentos tentando a sua transformação por ação de trabalhadores. Além disso, os estudos sobre dialética conduziram à elaboração e difusão da pesquisa **Da aparência para a essência: a instrução ao sócio e a dialética marxiana** (Ercolano & Perez, 2019), que registrou as origens e progressões da I.S. e, mormente, defendeu a sua aplicação em congruência com a dialética marxiana.

A exigência de engendrar, aperfeiçoar e situar dispositivos metodológicos na esfera da dialética conforme Marx fez emergir, consecutivamente, estudos dirigidos para a inteligência das relações concretas de (re)produção da vida sob o capitalismo e os seus efeitos para o psiquismo e a socialização humanas. O primeiro movimento investigativo se voltou para a compreensão do trabalho estranhado, que no Materialismo Histórico Dialético é caracterizado pela destituição de cada pessoa daquilo que a constitui como deveras humano: sua atividade vital, seu trabalho como práxis e como autoatividade (Ercolano & Perez, 2019). Por esta interpretação, o trabalho estranhado revela a essência do capitalismo, intrinsecamente despótica, opressora e parasitária de cada pessoa e de todo o tecido societário.

É no centro destas discussões que se estabeleceu a preocupação do nosso grupo com o aperfeiçoamento de dispositivos metodológicos preparados para oferecer aos trabalhadores a possibilidade de (re)apropriar a sua atividade ocupacional e, simultaneamente, apoiar as pessoas que vivem do trabalho no enfrentamento dos padecimentos impostos pelo domínio ocupacional e por efeito do capitalismo. A etapa referida foi registrada por Ercolano e Perez (2019) em **A essência em função da existência: compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões**

O ciclo susodito do grupo teve a sua síntese em **Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo** (Perez, 2020) em que foi apresentado, a partir do Materialismo Histórico Dialético, um delineamento da Psicologia Social, como campo de pesquisas e de exercício profissional no quadro do capitalismo subalterno brasileiro. Este ensaio registrou os aspectos caracterizadores do capitalismo, definido como um sistema “destinado a afiançar a acumulação de riquezas por poucos indivíduos e lançar na miséria a maioria trabalhadora [...], que se manifesta também como ethos altamente discriminatório, marcadamente machista e misógino, racista [...]” (Perez, 2020, p. 18). Ainda, os fundamentos do capitalismo foram sumariados por meio dos vocábulos: expropriação, roubo, rapinagem, despojo, violências e polarização. Nesta ambiência a Psicologia Social foi delimitada como práxis social, cujo objeto é o ser social, compreendido em sua unidade na diversidade, concretude, historicidade e movimentações dialéticas no panorama do modo de produção capitalista.

III - A centralidade de pesquisas sobre psiquismo humano e educação

A partir deste ponto o artigo põe em destaque informações do percurso profissional da professora doutora Cláudia Valderramas Gomes, docente e pesquisadora da graduação e do PPG em psicologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Assis. Suas produções versaram, inicialmente, sobre temas que tangenciavam a Educação, como o ensino fundamental de nove anos e processos de medicalização da educação.

Entretanto, outros temas situados na interface Psicologia-Educação e as necessidades decorrentes das disciplinas ministradas na graduação, desde 2011, e na Pós-Graduação, a partir de 2016, foram requerendo maior aproximação aos fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural.

Os conteúdos de ambas as disciplinas representavam a possibilidade de explicar o psiquismo humano com o aporte do referencial marxiano. Em se tratando das explicações sobre o psiquismo, se entende que o mesmo deve ser apreendido levando-se em consideração a visão de totalidade sistêmica (Bulhões & Martins, 2018; Martins, 2013; Gomes, 2019).

Assim, a categoria *totalidade* – fundamento do edifício teórico marxiano – traduz a possibilidade de compreender os nexos, as intervinculações e o sistema de relações que sustentam a essência do psiquismo, a qual é manifestada por meio de um movimento, uma dinâmica interna movida pelas contradições (dialética entre o componente biológico e o cultural, o individual e o social da conduta humana, e entre os processos naturais e culturais).

No bojo das elaborações teórico-metodológicas de autores da Psicologia Histórico-Cultural (Leontiev, 1978; Vigotski, 1995), despontam outras categorias basilares para a explicação da transformação dos processos psíquicos naturais em processos culturais, dentre elas a *mediação* – expressa na *Lei Genética Geral do Desenvolvimento Cultural* (Vigotski, 1995). A mediação passa, então, a ser uma categoria requerida pelos estudos e pesquisas, pois a teoria vigotskiana – pautada pelos pressupostos da dialética materialista e histórica – se ocupou em demonstrar a especificidade da mediação para a transformação dos processos elementares ou naturais em processos tipicamente humanos.

Conforme Vigotski (1995), no início do desenvolvimento, o que se tem são funções psíquicas elementares, características de um psiquismo ainda regido por determinações biológicas e involuntárias, tais como a memória natural e a atenção involuntária. É da unidade entre atividade individual e atividade social (ou coletiva) que decorre o processo de internalização dos signos, principais representantes semióticos que instituem as funções psicológicas culturais, operando uma transformação qualitativa na forma de o sujeito se relacionar com a realidade.

Tratava-se, pois, de incorporar aos estudos e pesquisas do Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia – GEMEpsi – outros constructos da filosofia marxiana para explicar a gênese, a estrutura e a dinâmica do psiquismo humano. Categorias como totalidade, contradição, mediação, historicidade, trabalho, atividade foram adotadas como referências indispensáveis para apoiar a *relação intrínseca entre a psicologia histórico-cultural e a epistemologia marxiana* (Bulhões & Martins, 2018).

Assim, foi se delineando na prática da docência e da pesquisa reflexões sobre a formação do psicólogo e do pesquisador que colocava um problema específico, qual seja, reconhecer o lugar ocupado pelos processos educativos na formação da individualidade humana, o que demandou a produção de investigações que propunham romper com explicações sobre o desenvolvimento psicológico como mero processo evolutivo, adstrito a recortes naturalistas e lineares, e advogavam a presença de elementos históricos, sociais e culturais como legítimos operadores de mudanças, além de problematizarem os processos de ensino

e de aprendizagem em crianças com desenvolvimento parcial das funções psicológicas e o papel da psicologia e da educação na compreensão do fenômeno da não-aprendizagem escolar.

Como resultado desse processo foi finalizada, em 2018, a dissertação de Mestrado **Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde** (Andrade, 2018)⁶¹, pertencente a linha de pesquisa *Psicologia, contextos educativos e processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento*. O estudo ocorreu em dois serviços públicos de saúde localizados em um município do interior do estado de São Paulo e buscou analisar de que modo as práticas contemporâneas da Psicologia, na saúde, explicitam a função da escola mediante o recebimento de encaminhamentos das demandas escolares, sobretudo no que tange a concepção dos profissionais quanto à mediação da educação para o desenvolvimento do indivíduo. Esta pesquisa deu continuidade a um trabalho de iniciação científica desenvolvido pela estudante, e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP –, intitulada **O discurso especialista e seu lugar na história dos encaminhamentos de crianças para a saúde: uma análise histórico-crítica** (Andrade, 2015).

Essa dissertação (Andrade, 2018) demarcou um momento da trajetória do GEMEpsi, pois traduziu a necessidade, por parte dos integrantes e da docente orientadora, de um aprofundamento acerca dos fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos que dessem suporte às pesquisas no campo da psicologia Histórico-Cultural.

Outra pesquisa de Mestrado, intitulada **O trabalho dos indígenas da aldeia Te'yikue na produção de cana-de-açúcar: significados e sentidos sob a perspectiva histórico-cultural** (Carniel, 2020), buscou apreender os significados e sentidos constituídos pelos indígenas acerca do trabalho na produção de açúcar e álcool. Além do percurso histórico, o estudo abordou o contexto da contratação de mão de obra indígena pelas usinas que se instalaram no estado do Mato do Grosso do Sul por volta da década de 1980, e as implicações decorrentes desse tipo de trabalho para a vida daquela população. A pesquisa reforçou o caráter histórico dos sentidos atribuídos ao trabalho, sua transitoriedade e multideterminação, explicando-o como síntese na subjetividade humana, além de confirmar os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural.

Como meio de ampliar a noção de *sentido*, considerada categoria nuclear da consciência humana, a dissertação de Mestrado – **Sentidos do trabalho docente numa pandemia: uma análise histórico-cultural** (Gouvêa, 2022) – teve como objetivo principal apreender os sentidos do trabalho, durante a pandemia, para um grupo de professores e professoras de uma escola pública localizada em um município de pequeno porte no interior do estado de São Paulo. A pesquisa revelou que a pandemia do novo coronavírus intensificou processos de sofrimento que já vinham acometendo professores e professoras no país, e que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – contribuiu para a dispersão

61 Os resultados desse estudo de Mestrado encontram-se materializados no artigo, aprovado para publicação desde 2021: Andrade, J. M., & Gomes, C. A. V. (no prelo). Saúde e queixa escolar: registros de conserv(ação) na conduta de psicólogos. *Psicologia em Estudo*.

e fortalecimento da ideologia neoliberal na Educação, produzindo o esvaziamento da atividade docente.

Este estudo de Mestrado também aprofundou reflexões principiadas pelas autoras em momentos anteriores, aglutinando investigações que transcorreram durante o triênio 2017-2019 e que culminou com a publicação de Gouvêa e Gomes (2021), que discute a **“presença-ausência de considerações críticas sobre medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação (2010- 2015)”**. Tal publicação distingue e exemplifica como as investigações iniciais do grupo versaram, notadamente, sobre temas que tangenciavam a Psicologia e a Educação.

Por meio dos estudos de Carniel (2020) e Gouvêa (2022), vinculados às linhas de pesquisa a) Teoria Sócio-Histórica-Cultural: epistemologia, metodologia e desdobramentos teóricos e práticos e c) Análise das transformações do trabalho e da formação de trabalhadores, se pretendeu recuperar conceitos e interpretações sobre o sistema teórico de Vigotski e de seus colaboradores, bem como reforçar alguns dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural. Ambas as pesquisas focalizaram as atividades de grupos distintos de pessoas como produtoras de vivências objetivas e subjetivas (Leontiev, 1978; Vigotski, 2000), capazes de revelar seus efeitos para a constituição de processos cognitivos e afetivos no conjunto da consciência humana.

A consciência possui uma estrutura semântica, formada por significados e sentidos que orientam a relação do indivíduo com o mundo externo e interno. A psicologia vigotskiana afirma o papel da palavra na constituição dessa estrutura (semântica), focalizando a relação entre as palavras e seus significados.

Entretanto, a elaboração e correspondência lógica entre a palavra e os fenômenos reais é resultado de um lento e complexo processo de apropriação-objetivação da cultura e formação de conceitos. Ou seja, o significado da palavra não é constante, posto que a estrutura semântica que sustenta a consciência se modifica e se desenvolve, na dependência da atividade que vincula sujeito e realidade.

Dessa forma, cabe assinalar que os *significados* – socialmente elaborados – começam a viver na consciência dos indivíduos uma espécie de vida dual, qual seja *significado objetivo* compreensível e seu *significado para o sujeito (sentido pessoal)* (Leontiev, 1978). Para a Psicologia Histórico-Cultural existe o movimento que indica o funcionamento dos significados na atividade e consciência dos indivíduos concretos e que, conforme Leontiev (1978) é somente mediante tais processos que os significados passam a existir para o sujeito. Mesmo nessa dimensão individual, os significados não perdem sua natureza social, sua objetividade, todavia, quando passam a operar psicologicamente, ou seja, no sistema da consciência individual, os significados não existem de outro modo que não seja realizando uns e outros sentidos (Leontiev, 1978), aquilo que uma dada significação adquire a partir da vivência da pessoa.

Importa destacar, ainda, outras duas pesquisas de mestrado, em andamento, que analisam a relação do objeto pesquisado com os fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos da perspectiva histórico-cultural; uma delas intitula-se *Vigotski e a práxis clínica: uma revisão de dissertações e teses*. O principal objetivo desse estudo é identificar e analisar como

os aspectos teóricos, metodológicos e práticos, formulados pelos estudos de Mestrado e Doutorado dos últimos vinte anos (2001-2021), no Brasil, apoiam a congruência entre a Psicologia Histórico-Cultural e a prática clínica.

Este trabalho de Mestrado também decorre de uma pesquisa de iniciação científica – *Psicologia Histórico-Cultural e atividade clínica: elementos para uma sistematização conceitual* (Faria, 2020) – financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – em que foi constatada a escassez de produções sobre essa temática. Além da carência de estudos oriundos da área clínica apontada pela revisão, a pesquisa também revelou certa tendência à aglutinação de noções e conceitos, advindos de outras teorias da psicologia, que se coadunam a Psicologia Histórico-Cultural visando a prática clínica.

A última pesquisa a ser destacada nesta seção propõe investigar a arte literária como fenômeno estético capaz de desenvolver o psiquismo infantil. Trata-se de um estudo de Mestrado que intenta analisar alguns livros do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD Literário –; uma política pública vinculada ao Ministério da Educação, tendo em vista explicar possíveis efeitos decorrentes do conteúdo e forma desses materiais para a mobilização de processos psíquicos na infância, mais especificamente para crianças do ensino fundamental.

Há algumas categorias do Materialismo Histórico Dialético que orientam as etapas dessa pesquisa, quais sejam, atividade, mediação, historicidade, contradição e outras que, conjugadas aos materiais analisados, contribuem para explicar a dinâmica do psiquismo, conforme a Psicologia Histórico-Cultural. O andamento da pesquisa possibilitou a produção de um artigo (Junqueira & Gomes, 2021), no qual são apresentados elementos sobre a concepção de arte para esta vertente da psicologia e sobre a função e influência da arte estética literária para a formação cultural do psiquismo.

Considerações finais

O Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia – GEMEpsi – está atrelado a linha de pesquisa Processos Psicológicos e Contextos de Desenvolvimento Humano, no PPG em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras – FCL/UNESP, o qual visa produzir conhecimentos sobre processos psicológicos decorrentes de diferentes situações da realidade brasileira, almejando, sobretudo à compreensão do psiquismo e à constituição do sujeito e da subjetividade.

A partir disso, é seguro afirmar que as pesquisas decorrentes desse coletivo têm traduzido uma congruência entre os principais objetivos do grupo e da linha à qual se situam os docentes orientadores, primeiramente porque, sem se descuidar de seus fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos os pesquisadores e pesquisadoras têm se dedicado à consolidar suas produções nos marcos do Materialismo Histórico Dialético e na perspectiva marxiana do desenvolvimento humano, independentemente dos contextos situacionais onde transcorrem as pesquisas.

Cumprir destacar que o tempo de vida desse grupo de estudo já o coloca como uma referência capaz de aglutinar profissionais, pesquisadores e pesquisadoras que se interessam pela Psicologia Histórico-Cultural, os quais buscam esse coletivo para dar continuidade aos

estudos já inaugurados em outros contextos ou para iniciar novas temáticas alicerçadas nessa vertente teórica da psicologia, ou ainda que dela se desdobram.

Por tudo isso, se nota que o grupo oferece um ambiente acadêmico favorável ao fortalecimento do trabalho de pessoas que se dedicam ao estudo de temas diversos, conforme observado no tempo presente, tais como: a atividade clínica a partir do enfoque Histórico-Cultural; a análise teórico-conceitual da categoria catarse em obras selecionadas de Lev. S. Vigotski; o sentido de família e a atenção aos adolescentes numa Unidade Básica de Saúde; implicações da arte para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com deficiência; a atividade profissional da psicologia segundo os manuais de Referências Técnicas para atuação na política pública da assistência social; a constituição da atividade profissional do educador indígena, os sentidos da chefia familiar e do trabalho informal por mulheres negras atendidas em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); o fenômeno da adesão aos conservadorismos políticos por pessoas das classes empobrecidas; análise crítica do trabalho psicológico no sistema judiciário; a noção de movimento em Hegel, Marx, Engels e na Psicologia Histórico-Cultural; estudos sobre o ser social como objeto central de uma Psicologia Social marxista.

Referências

Andrade, J. M. (2015). *O discurso especialista e seu lugar na história dos encaminhamentos de crianças para a saúde: uma análise histórico-crítica*. (Relatório de Pesquisa). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Andrade, J. M. (2018). *Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Bulhões, L. F. S. S., & Martins, L. M. (2018). A relação intrínseca entre a psicologia histórico-cultural e a epistemologia marxiana. *Psicologia em Estudo*, 23, 47-58. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e39177>

Carniel, R. X. (2020). *O trabalho dos indígenas da aldeia Te'yikue na produção de cana-de-açúcar: significados e sentidos sob a perspectiva histórico-cultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2019). A essência em função da existência: compreensão de trabalho estranhado e suas repercussões. In Perez, D., Pinto e Silva, E., Simões, M. C. D., & Purin, G. T. (Orgs.). *Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes* (pp. 111-122). Porto Alegre: Abrapso.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2019). Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana. In Tamboril, I. B., Neves, A. L. M., & Lima, M. L. C. (Orgs.). *Psicologia Social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios* (pp. 41-55). Porto Alegre: Abrapso.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2021). Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão. *Revista Eletrônica de Educação*, 15 (dossiê), 1-20. doi: <https://doi.org/10.14244/198271994748>.

Ercolano, R. S., Perez, D., & Rocha, L. C. (2017). Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In Perez, D., Pinto e Silva, E., & Simões, M. C. D. (Orgs.). *Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista* (pp. 172-182). Porto Alegre: Abrapso.

Faria, A. P. V. (2020). *Psicologia Histórico-Cultural e atividade clínica: elementos para uma sistematização conceitual*. (Relatório de Pesquisa). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Freitas, D. (2019). *Significados e sentidos atribuídos ao trabalho docente por professores de uma escola técnica estadual de nível médio (ETEC)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Freitas, D., & Perez, D. (2021). O trabalho docente na perspectiva de professores do ensino técnicos integrado ao médio. In Gonçalves, M.C.S., & Jesus, B.G. (Orgs.). *Educação contemporânea*, 32, 53-60.

Gomes, C.A.V. (2019). Significados e sentidos e a questão da metodologia do trabalho pedagógico na educação infantil. In Miller, S., Mendonça, S. G. de L., & Kohle, E. C. (Eds.). *Significado e sentido na educação para a humanização*. Marília-SP: Cultura Acadêmica. doi: <https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-036-8.p161-172>

Gouvêa, E. (2022). *Sentidos do trabalho docente numa pandemia: uma análise histórico-cultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Gouvêa, E., & Gomes, C.A.V. (2021). Presença-ausência de considerações críticas sobre medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação (2010- 2015). *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 11(1), 222-243. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v11.n1.10>

Junqueira, C. C., & Gomes, C. A. V. (2021). Literatura e psiquismo cultural: o encontro da arte com os direitos humanos na infância. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 9(1), 31-45. doi: 10.5016/ridh.v9i1.36.

Leontiev, A. (1978). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.

Mancuso, M. J. (2018). *Além do observável: coanálise da atividade docente*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Mancuso, M. J., & Perez, D. (2018). Autoconfrontação simples: aportes para a investigação do trabalho docente. *Revista Laborativa*, 7(2), 140-156.

Mancuso, M. J., & Perez, D. (2019). Coanálise da atividade docente: a visão da própria profissional. *Revista Laborativa*, 8(2), 19-35.

Martins, L. M. (2013). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas-SP: Autores Associados.


Perez, D. (2016). Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, Natal, 21(3), 305-316. doi: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160029>

Perez, D. (2020). Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. *Psicologia em Movimento*, 03, 15-24.

Vieira, T. M. (2017). *Futebol não é (só) brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Vigotski, L.S. (2000). A construção do pensamento e da linguagem. *Trad. Paulo Bezerra*, São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Madrid: Visor.



DESDOBRAMENTOS ÉTICOS DAS DESCRIÇÕES FENOMENOLÓGICAS DA PERCEPÇÃO E DA ATENÇÃO⁶²

Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo⁶³

Introdução

Nosso propósito, no presente capítulo, é fundamentar a análise de possíveis desdobramentos éticos das descrições fenomenológicas da percepção e da atenção. Quatro pontos parecem centrais nessa problematização: (1) O esforço preconizado pela atitude fenomenológica para fazer ver a estrutura dos nossos laços com o mundo e com outrem, que, se valendo no campo da *epoché* do retorno ao sujeito da experiência, configura uma reorientação da atenção. (2) A análise fenomenológica do caráter social da percepção e da atenção, que permite a compreensão dos enquadramentos conjuntos e coletivos da percepção. (3) Dá-se, ademais, na fenomenologia, o reconhecimento da dimensão plástica da experiência sensível em função da dinamicidade do corpo em circuito com outrem e com o mundo, com o que se constata, nas transformações do campo fenomenal, o desenvolvimento da capacidade de perceber. (4) A fenomenologia reforça, outrossim, a riqueza e a inesgotabilidade do mundo percebido, a sua profundidade, exigindo uma concepção da percepção como exploração perceptiva, como espanto, em face do que se valoriza a perseverança perceptiva, mas, do mesmo modo, o apaziguamento da vontade de dar figurabilidade a tudo.

Pretendemos, ao longo do texto, examinar e discutir cada um desses tópicos. Esperamos estabelecer questões, dispositivos teórico-conceituais e autores pelos quais seja pertinente se orientar no curso de investigações voltadas à dimensão ética da fenomenologia da percepção e da atenção. O assunto, além de favorecer o desenvolvimento de questões conceituais, teóricas e históricas acerca da fenomenologia da percepção, insere-se no campo,

62 Este capítulo configura um projeto de pesquisa concebido em 2020 e que, além de contar com apoio do CNPq e da FAPESP, teve um segmento desenvolvido durante a estadia do autor como pesquisador convidado junto ao Collegium de Lyon, instituto de estudos avançados da Université de Lyon, na França.

63 Professor livre-docente de História e Epistemologia da Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Assis. É autor dos livros “A primazia do corpo próprio: posição e crítica da função simbólica nos primeiros trabalhos de Merleau-Ponty” (Editora UNESP, 2012) e “Escritos sobre fenomenologia da percepção: espacialidade, corpo, intersubjetividade e cultura contemporânea” (Editora UNESP, 2021). Suas pesquisas e artigos científicos concentram-se no campo da fenomenologia.

cada vez mais robusto, de trabalhos que indagam a percepção e a atenção como problemas maiores no contexto da cultura contemporânea. Antes de começarmos a discussão dos eixos elencados acima, gostaríamos, no entanto, de tecer considerações sobre a concepção de ética que perpassa nosso estudo.

Fenomenologia e ética

O tema das implicações éticas das descrições fenomenológicas da percepção e da atenção não é incógnito na cultura fenomenológica. Al-Saji (2009), por exemplo, sustenta a possibilidade de se conquistar, com base na fenomenologia, uma “visão crítico-ética” (p. 391) capaz de discernir “hábitos de ver objetivado e as estruturas sociais que contextualizam e motivam sua formação” (p. 375). Esta forma crítica de percepção deveria ser sintonizada às “dimensões afetivas generativas da visibilidade” (p. 376), que operam em nós, nos afetam, “invisível e inconscientemente” (p. 379), permitindo que vejamos. É a sua elisão que define, segundo a autora, o domínio da visão objetiva e categorizante, que naturaliza não só o mundo percebido, mas principalmente a própria percepção. Seria preciso revelar, mediante uma atitude crítica, duas formas de invisibilidade, ou de memória: a memória do presente, quer dizer, das condições diferenciais e formais da visibilidade atual, das estruturas que configuram o que vemos, e uma memória do passado, relativa às habitualidades, aos modos instituídos de ver e que sustentam a visão atual, um passado que nunca foi presente para a nossa visão e que repousa nos esquemas práxicos, corpóreos, sedimentados ao longo da nossa experiência social. A posição crítico-ética defendida por Al-Saji, e conquistada no encontro da fenomenologia com a filosofia feminista e decolonial, pode ser entendida como uma forma de atenção apta a desestabilizar e a transformar os hábitos de ver. Trata-se, no nosso entendimento, de situar o problema da percepção em meio aos sistemas de referência sociais “que estruturam nossas sensibilidades e nossas dessensibilizações” (Citton, 2014a, p. 41). A propriedade crítica da percepção atenta vem sendo destacada, igualmente, em trabalhos como o de Waldenfels (2010), que distingue uma atenção primária, inovadora e criativa, de uma atenção secundária, ou normatizada, incorporada em estruturas e hábitos sociais, e o de Moinat (2010), que, em direção semelhante, mas a partir de referências diferentes, opõe a uma forma alienada de atenção uma atenção *heureuse*, satisfeita, capaz de ser exercida de forma dinâmica e livre, sem, ao mesmo tempo, se dissipar na distração em meio a estímulos excessivos. De acordo com Guenther (2020), o reconhecimento fenomenológico, fundado na intencionalidade, de que não existimos como subjetividades isoladas, mas sim como sujeitos devotados ao mundo, já aponta para uma direção crítica. A compreensão abrangente desta dimensão da fenomenologia está atrelada, por sua vez, à investigação do papel das estruturas contingentes de ordem histórica e social na conformação da nossa experiência, na constituição de “formas de ver” (Guenther, 2020, p. 12). Não se trata, com isso, de reduzir o mundo social a uma força determinativa, mas de atentar aos sistemas de referência social que participam da armação da nossa experiência, daquilo que podemos ver e fazer, e daquilo que não podemos ver nem fazer. Este gênero de atenção configura o que vem sendo chamado de fenomenologia crítica (Weiss, Murphy, Salamon, 2020; Guenther, 2020).

A preocupação com as implicações críticas e éticas da descrição fenomenológica da percepção liga-se, portanto, ao enquadramento psicossociológico dos problemas filosóficos

e científicos atrelados à percepção e à atenção. Neste âmbito, há de se considerar, ainda, a função das culturas tecnológicas contemporâneas como condições da experiência perceptiva (Carbone, 2011, 2016). Reconhece-se, no mundo moderno, na medida das transformações da sociedade capitalista, a convivência crescente dos sujeitos com estratégias de gestão da vida sensível, e admite-se, entre filósofos e cientistas, a demarcação, no mundo contemporâneo, de um novo momento na história da percepção e da atenção (Crary, 2013). Türcke (2010), nos traços da sociologia e da filosofia social, inclusive de autores preocupados com a experiência sensorial, como Walter Benjamin e Georg Simmel, afirma que o espetacular, o que chama a atenção, seria o arquétipo histórico da sensação, “o cerne candente de toda percepção e conhecimento” (p. 119). Fato é que, ao longo da modernidade, nos mercados das grandes cidades europeias, em que se expunham os mais sofisticados produtos artesanais e as últimas descobertas técnicas, e no nascimento da imprensa sensacionalista, que trabalhava a produção sistemática de novidades, foram gerados os métodos e os objetos culturais que marcam a tendência ininterrupta à intensificação da percepção nas sociedades hipermodernas. A evolução nos modos de produção e a constituição de uma sociedade de consumo massificada podem, desse ângulo, ser compreendidas como um conjunto de ações destinadas à administração social da percepção e da atenção que envolve desde o disciplinamento de trabalhadores nas linhas industriais de montagem até as técnicas publicitárias e de *marketing* (Weil, 1951/2002; Grandjean & Loute, 2019). Das críticas à economização da atenção, ao delineamento da crise da percepção e da atenção como um problema cultural com importantes implicações educacionais e sanitárias – cumpre lembrar da vulgarização do diagnóstico de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e da medicalização indiscriminada de crianças e adultos mundo afora –, constata-se o surgimento de uma literatura crescente em que se ocupa de discutir o valor social da percepção e da atenção, e da qual convém destacar os trabalhos de Crary (2013), Citton (2014a, 2014b), Crawford (2015) e Grandjean e Loute (2019). Esta movimentação teórica reforça a revisão do privilégio do individualismo metodológico na filosofia e na psicologia da percepção em prol de uma posição equilibrada entre pressupostos epistemológicos e estéticos e os de natureza ética e política.

Reunimos, à luz da dimensão ética, um conjunto de interrogações a ser lançadas sobre as descrições fenomenológicas da percepção e da atenção. Estas próprias perguntas, expressas nos tópicos analisados a seguir, e a partir dos quais organizamos nossas reflexões, manifestam-se sob o rumor do pensamento ético, entendido principalmente como disposição crítica fundamental alimentada pela necessidade de compreender nossa situação histórica.

A redução fenomenológica como reorientação da atenção

Merleau-Ponty (1945/1999), no prefácio da *Fenomenologia da percepção*, escreve: “A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo [...]” (p. 19). Trata-se, continua o autor, de tornarmo-nos responsáveis, mediante a reflexão, pela nossa história e por uma decisão “em que empenhamos nossa vida” (p. 19). Mais adiante, faz menção direta à atenção requerida na fenomenologia comparando-a à da práxis artística: “Ela [a fenomenologia] é laboriosa como a obra de Balzac, de Proust, de Valéry ou de Cézanne, – pelo mesmo gênero de *atenção e de admiração*, pela mesma exigência de consciência, pela mesma vontade de apreender o sentido do mundo ou da história em estado nascente” (p. 20, grifo nosso). *Reaprender a*

ver o mundo por meio de *um tipo de atenção e de admiração, de espanto, no qual se engaja a vida*; eis três elementos retomados por Merleau-Ponty da tradição fenomenológica que configuram o que Depraz, Varela e Vermersch (2011) chamam de *ethos* do sujeito redutivo, em referência à redução fenomenológica.

Husserl (1959/1972), que se dedicou ao longo de toda sua obra a pensar a redução, ensina que a vida natural, a da nossa cotidianidade, desenrola-se “como um abandono originário no mundo” (p. 170), uma condição, inescapável de início, de desaparecimento no mundo. Trata-se, em outros termos, de uma adesão ingênua ao que *já existe* na forma de paisagens, de objetos, de ritmos de trabalho e de afazeres, de instituições, de valores e de costumes (Foessel, 2012; Husserl, 1959/1972). A ideia de uma totalidade já constituída permanece válida como preceito fundamental das ciências. Segundo Husserl (1954/2004), o mundo da vida foi travestido ao longo da tradição científica. Deu-se uma inversão (*Umstellung*), consolidada pouco a pouco, que foi do interesse prático, envolvido na agrimensura, por exemplo, ao “interesse puramente teórico” (Husserl, 1954/2004, p. 33) e mais tarde plenamente matemático, a ponto da totalidade objetiva omni-englobante, fruto do método científico, ser tomada pelo “Ser verdadeiro”. As tentativas modernas de tematização da subjetividade, como a de Descartes e a dos empiristas, por assumirem o pressuposto da concepção universalizante e apriorística de natureza, apenas fixaram o espírito como correlato interior do mundo objetivo.

Em face do mundo da atitude natural, que abarca tanto nossa postura cotidiana quanto a práxis científica, seria preciso, de acordo com Husserl (1954/2004), uma “*conversão do olhar [Umkehrung der Blickrichtung]*” (p. 34, grifo nosso) capaz de fazer da origem do conhecimento um problema central. A própria meditação histórica, tal como a levada a cabo em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*, teria o papel de conceber a prática histórica como *mudança da direção da atenção*, exercício destinado a identificar e evidenciar os acobertamentos de sentido envolvidos no devir das ciências naturais. É a *epoché* fenomenológica⁶⁴, contudo, pela disposição de revelação da relação entre os atos de consciência e o aparecer dos fenômenos, que inauguraria, de acordo com Husserl (1959/1972), uma nova forma de percepção, indicada pelo filósofo sob a exigência de “aprender a ver” (p. 171). O mundo cotidiano não motiva este *ethos* anti-natural (Depraz et al., 2011); pelo contrário, mesmo que se reconheça o papel filosófico da redução, recaímos constantemente sob o domínio dos hábitos naturais (Husserl, 1959/1972). Apesar do gesto suspensivo da atitude natural ser atrelado por Husserl a uma auto-motivação da atenção, não se pode desconsiderar o papel da experiência e da aprendizagem na conformação deste novo olhar, que não se limita, portanto, a uma descoberta intelectual (Varela, 2004). Ademais, como demonstram as tradições filosóficas antigas – e não se deve menosprezar o fato de Husserl (1959/1972) atrelar o domínio fenomenológico à “realização sistemática deste ‘conhece-te a ti mesmo’” de onde surge a “filosofia inteira” (p. 170) –, o espanto filosófico desenvolve-se igualmente pela mediação de outrem, e a partir de eventos existenciais externos, como a morte de alguém, a surpresa estética ou grandes ocorrências históricas

64 É necessário esclarecer que, em nosso texto, utilizamos as expressões “redução” e “epoché” sem nos preocuparmos em diferenciá-las. Baseamo-nos, para tanto, na atitude adotada por vezes pelo próprio Husserl. Veja-se, por exemplo, o §70 de *A crise das ciências europeias* (Husserl, 1954/2004).

(Depraz et al. 2011). Este esforço inabitual implica, pois, a transformação do sujeito. O próprio Husserl (1954/2004) vincula a atitude fenomenológica a “uma mudança pessoal completa [völlige personale Wandlung]”, a uma “metamorfose existencial [existenziellen Wandlung]” (p. 156).

É preciso aprofundar as discussões em torno da atitude fenomenológica como forma de perceber, e, mais do que isso, como ação a ser adquirida mediante aprendizagem e experiência. Cumpre indagar, nesse sentido, a relação da conceituação da redução fenomenológica como conversão do olhar com a tradição filosófica consagrada à atenção a si. Talvez, na direção do que indicam Depraz et al. (2011), a abordagem da redução fenomenológica pela perspectiva da atenção e da sua aproximação com a antiguidade possa, inclusive, oferecer ditames mais concretos à sua conformação. É necessário, sobretudo, examinar a relação entre o esforço de atenção fenomenológica e a necessidade de resistir ao movimento natural da percepção, que se esquece, na cotidianidade e na atitude científica, em prol das coisas para as quais dá abertura. Não haveria contradição, conforme indica Foessel (2012), entre a redução como experiência de emancipação e o esmero da fenomenologia em descrever nosso pertencimento pré-reflexivo ao mundo?

A condição social da percepção

Uma das dimensões fundamentais do nosso pertencimento sensível ao mundo refere-se à sua estrutura coletiva. Na fenomenologia, a condição social da percepção aparece principalmente sob o problema da intersubjetividade, que diz respeito à forma com que os outros são experienciados por nós, ao modo conjunto e partilhado com que nos voltamos ao mundo, ao papel de outrem na constituição das nossas experiências perceptivas e, numa instância mais geral, ao fato de estarmos continuamente situados no horizonte cultural e social. A abordagem fenomenológica da percepção social revela uma tensão entre pressupostos epistemológicos e éticos. As questões envolvidas na percepção atenta talvez possam proporcionar deslocamentos teóricos frutíferos no âmbito deste dilema.

Para Husserl (1931/2001a), a existência de outrem, cuja possibilidade deve se fazer inteligível na fenomenologia, é “muito estranha” (p. 146). Por quê? A redução fenomenológica exige a chegada ao eu e este passa a ser o ponto de partida constitutivo do exame do valor existencial das objetividades e dos outros. Isso caracteriza a fenomenologia, conforme o próprio filósofo, como um idealismo transcendental, ainda que “em um sentido fundamentalmente novo” (Husserl, 1931/2001a, p. 143), alicerçado na análise intencional. A investigação da intersubjetividade não escapa aos princípios da análise intencional, que requer que o outro seja subsumido à nossa própria experiência (Cerbone, 2014). Em nosso campo perceptual, fazemos a experiência do outro “em carne e osso”, quer dizer, originalmente. Todavia, considera Husserl, não é propriamente o outro “eu” que me é dado originalmente, sua vida, seus próprios fenômenos, sua visada. Temos acesso a uma “co-existência” (Husserl, 1931/2001a, p. 178) que, no entanto, jamais pode estar aqui “em pessoa” (p. 178), no sentido da possibilidade de fazermos a experiência da sensibilidade do outro. Ainda assim, por uma espécie de “transgressão” intencional” (Husserl, 1931/2001a, p. 184), somos capazes de nos acoplarmos à visada estrangeira, ao que poderia ser percebido se ocupássemos a sua posição, por exemplo. Dá-se, segundo Husserl, uma transposição “por

analogia” (p. 180), embora não se trate de uma analogia pensada ou raciocinada, e sim de uma transposição por identificação corpórea. Vivemos, pois, de certa maneira, no outro, conquanto os seus sistemas de possibilidades empíricas lhe pertençam inexoravelmente (Husserl, 2001b). Husserl (1954/2004) reconhece, além disso, que os temas da síntese eu-tu confluem à análise da possibilidade de um mundo comum.

Considera-se que as investigações husserlianas da intersubjetividade, das quais, por razão de espaço, não convém apresentar aqui mais do que este breve resumo, não ultrapassam decisivamente a esfera desse estranhamento de tipo epistemológico (Cerbone, 2014), que confere ao outro a categoria de problema intelectual. Coube aos sucessores de Husserl desenvolver a fenomenologia da intersubjetividade no âmbito de um desconcerto com alcance ético. Nessa esfera, não apenas a relação eu-outro, mas igualmente o mundo comum e as forças sociais que nele operam, revelam interfaces que variam do dom e da hospitalidade à violência e à vulnerabilidade. Sartre (1943/1980), em *O ser e o nada*, ao descrever a percepção que se faz de outras pessoas, diz que, ao mesmo tempo em que o comportamento de outrem me é dado na sua totalidade como objeto de percepção para mim, ele me escapa inteiramente. A relação de outrem com o seu entorno “aparece como uma pura *desintegração* das relações que apreendo entre os objetos do meu universo” (p. 301, grifo do autor). O que daria, contudo, uma orientação segura para pensar efetivamente o outro fora dos ditames de uma “consciência solitária” (Sartre, 1943/1980, p. 303) é a experiência que se tem de ser olhado pelo outro, de ser o objeto da sua atenção. “O ‘ser-visto-por-outrem’ é a verdade do ‘ver-outrem’”, comenta Sartre (1943/1980, p. 303). O outro, nesta perspectiva, figura como aquele que determina o que o filósofo considera uma “hemorragia interna”: outrem revela-se a mim em meio desta “fuga de mim mesmo para a objetivação” (p. 303). A objetivação do ser próprio mediante o ser visto é descrita pelo autor em termos de ameaça. A autoconsciência, a vergonha e a vulnerabilidade seriam inerentes à nossa experiência do outro (Cerbone, 2014). Sartre (1943/1980), em passagem referida à insegurança do ser visto, escreve:

O que apreendo imediatamente quando ouço estalar os galhos atrás de mim não é que há *alguém* ali, é que estou vulnerável, que tenho um corpo que pode ser ferido, que ocupo um lugar e que não posso, em caso algum, evadir-me do espaço em que estou sem defesas, em suma, que *sou visto* (p. 305).

Merleau-Ponty (1945/1999), por sua vez, evidencia, na *Fenomenologia da percepção*, o caráter vital, e não lógico, da percepção do outro e da percepção conjunta. O filósofo escreve: “[...] é justamente meu corpo que percebe o corpo de outrem, e ele encontra ali como que um prolongamento miraculoso de suas próprias intenções [...]” (p. 474). E arremata: “[...] como as partes de meu corpo em conjunto formam um sistema, o corpo de outrem e o meu são um único todo, o verso e o reverso de um único fenômeno [...]” (p. 474). Nesse sentido, opera-se, no sistema eu-tu, uma incorporação mútua, que, em princípio, mais suplementa do que limita as possibilidades dos agentes. Numa passagem da obra, Merleau-Ponty (1945/1999) dá um bom exemplo da condução conjunta e colaborativa do olhar. O autor escreve:

Quando, em um apartamento que não conheço, me conduzem para o dono da casa, existe alguém que sabe por mim, para quem o desenrolar do espetáculo visual oferece um sentido, caminha em direção a uma meta, e eu me deixo nas mãos ou me presto a este saber que não tenho (p. 415).

Merleau-Ponty, em suas análises posteriores à *Fenomenologia da percepção*, concede cada vez mais importância à imbricação eu-outro implicada no campo social. Não há como não participar das vicissitudes do campo social, da sua “ambivalência geral” (Merleau-Ponty, 2001, p. 121), dos atravessamentos recíprocos da liberdade pessoal, do outro, e dos interesses sociais, de relações perpassadas seja pelo esforço de respeito à autonomia humana, seja pelo desejo de dominação. E isso justamente porque somos encarnados. A liberdade, segundo Merleau-Ponty (citado por Saint Aubert, 2004)⁶⁵, não se consuma fora do nosso engajamento no mundo social. É, portanto, sobre o fundo de coexistência, de imbricação, de invasão e de violência, que se dá a ação humana, reconhece o autor.

Da “transgressão intencional” descrita por Husserl aos elementos de desintegração e de ameaça, de identificação e de colaboração, de ambivalência e de invasão, presentes nas contribuições de Sartre e de Merleau-Ponty que escolhemos destacar, identificamos instrumentos que permitem a discussão do caráter existencial da percepção, da atenção e das suas vicissitudes, ou, em outras palavras, do problema da orientação da vida sensível no mundo social. Concedemos atenção ao outro, no sentido de acompanhar seu olhar, de aceitar aquilo que é indicado da forma como é indicado. Se por um lado podemos nos mostrar atenciosos, dispendo-nos a compreender da forma mais profunda possível as experiências do outro, de forma diversa, podemos ignorá-lo. Por vezes, nem somos capazes de reconhecer nossa insensibilidade. Esperamos ser compreendidos, e esperamos encontrar acolhimento às nossas contribuições no mundo social. Aprendemos, a todo momento, com o olhar e com a ação do outro, e, da mesma forma, somos aptos a conduzi-lo a partir das nossas perspectivas. Se buscamos captar a atenção do outro, atraí-lo, podemos, igualmente, ser raptados por suas estratégias de condução da nossa atenção. Resistimos, negamos participação em ações conjuntas em que constatamos algum tipo de coerção ou de violência. Buscamos concentração, e facilitamos a concentração de nossos congêneres, ou destruimos as condições para que o outro desenvolva uma percepção atenta e vivaz. Estimulamos sua curiosidade, ou a enfraquecemos mediante a oferta de estímulos fascinantes. Tais possibilidades referem-se tanto ao estrato conjunto da percepção, em que se dão experiências de co-atenção presencial, ou seja, em que pessoas, cientes da presença de outrem, partilham a atenção e interagem em função daquilo que percebem da atenção do outro, quanto ao estrato coletivo, que diz respeito a todo um ecossistema, ou infraestrutura, de ressonâncias sociais que condicionam a nossa percepção, que fundam sistemas de critérios comuns, regimes atencionais coletivos, seja mediante processos institucionais de reprodução cultural, seja por meio de metodologias próprias do que vem sendo chamado de capitalismo mental e que inclui, por exemplo, as estratégias de mídia de massa (Citton, 2014a). Nesse sentido, Waldenfels (2010), com base na tradição fenomenológica, afirma: “[...] a atenção revela-se mais do que uma realização cognitiva; ela nos dá grandes lições para um *ethos dos sentidos*” (p. 43, grifo do autor). E completa: “Este *ethos* de base emerge dos atos de olhar e de escuta que contrastam com o fechamento dos olhos e dos ouvidos” (p. 43). Prestar atenção àquilo que nos toca mostra-se, de acordo com o autor, “eticamente sobredeterminado” (Waldenfels, 2010, p. 44).

65 Trata-se de notas inéditas de preparação de conferências proferidas por Merleau-Ponty no México entre 1948 e 1949, conservadas na Bibliothèque Nationale de France, e citadas abundantemente por Saint Aubert (2004).

Distingue-se a relevância da dimensão social da percepção para a apreciação dos aspectos éticos que se possa extrair da fenomenologia da percepção e da atenção. A tensão entre o estranhamento epistemológico e o de alcance ético pode ser examinada na interconexão dos fundamentos husserlianos da fenomenologia da intersubjetividade e das contribuições dos seus continuadores. Outra frente de discussão refere-se ao exame de trabalhos em que se analisa a relação entre a reprodução contínua de desigualdades culturais e de poder, e a naturalização de sensibilidades e insensibilidades sociais. Uma ética da percepção encontra-se, nessa perspectiva, intimamente envolvida com a epistemologia crítica. Grandjean (2019) discute as implicações dos pressupostos da impessoalidade científica – a ideia da práxis científica desvinculada das condições corpóreas e sociais da ou do cientista – no apagamento histórico, enquanto critérios de cientificidade, dos elos materiais que sustentam as relações entre os agentes sociais concretos, considerados em termos de sexo, raça e classe social. Ayouch (2019), nessa direção, interroga a possibilidade da psicanálise acolher as subjetivações concretas, sem subsumi-las a modelos normatizados de subjetivação. Essa tarefa exige, justamente, que toda questão subjetiva seja inscrita “no espaço social, histórico e político do sujeito” (p. 131). Al-Saji (2009) agrega os pressupostos da impessoalidade científica na ideia de visão objetificante, que oculta não apenas a inerência da visão ao espetáculo, mas as dimensões da visibilidade que permitem que objetos se tornem foco de percepção. Esquecem-se, principalmente, na visão objetificante, os sistemas diacríticos de significado em jogo na formação de objetos. A racialização e as construções de gênero, por exemplo, tornam corpos visíveis sob dimensões sociais diferenciais. Estas dimensões, contudo, não são vistas por elas mesmas, o que leva à naturalização da opressão. A translação da atenção de que se trata no âmbito da fenomenologia pode abranger, portanto, a suspensão de padrões sociais de sensibilidade sedimentados e sua conscientização crítica.

O corpo e a dinamicidade da experiência sensível

Falar da nossa aderência à ação do outro, da resistência a ele ou de regimes atencionais coletivos exige que se compreenda a instituição de sensibilidades e insensibilidades. O tempo volta a ter importância aqui, não apenas em referência à evolução da distribuição do campo perceptual num dado contexto, mas principalmente no âmbito da história dos nossos atos, o que nos remete, na fenomenologia, ao conceito de hábito. As questões relativas aos hábitos permitem a investigação da dinâmica de instituição de dimensões de experiência perceptiva.

É o que vemos com Merleau-Ponty, autor em que as discussões do hábito aparecem vinculadas à expressividade do esquema corporal. Os hábitos, segundo o filósofo, erigem-se na intersecção da percepção e da ação, na atualização do esquema sensório-motor, igualmente denominado esquema corporal. Além da teoria do esquema corporal caracterizar o corpo próprio como um “sistema de equivalências intersensoriais imediatas” (Merleau-Ponty, 2011, p. 129) conjugado ao espaço exterior, no que se distingue sua natureza intencional, ressalta-se nela a descrição da aptidão corpórea a “incorporar tudo que serve à sua ação” (Merleau-Ponty, 2011, p. 129), o que esclarece a índole dinâmica do esquema corporal. E se “[a] teoria do esquema corporal é implicitamente uma teoria da percepção”, conforme demonstra Merleau-Ponty (1945/1999, p. 278), cabe entender o desenvolvimento contínuo da vida perceptual. A plasticidade do esquema corporal revela-se nas questões referentes ao

hábito. Em exemplos de práticas humanas analisados por Merleau-Ponty, todos retirados do cotidiano da vida social ocidental, como o jogo de futebol, a dança, a datilografia, a música – na figura do organista –, a condução de veículos, e a utilização de instrumentos, como a bengala ou o chapéu, destaca-se o “remanejamento e renovação do esquema corporal” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 197), e, conseqüentemente, da própria estrutura da percepção. A máquina de escrever, a bola, o campo de futebol e os esquemas de jogo, um automóvel, são instrumentos passíveis de, mediante prática e frequência, ser integrados ao espaço corporal. Nosso corpo é um “espaço expressivo” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 202), capaz de mobilizar a potência necessária à execução das suas atividades no mundo, e, nessa medida, os instrumentos que incorporamos ao longo do tempo põem-se à disposição deste poder de ação, o que significa dizer que a renovação do esquema corporal é a renovação das próprias possibilidades de ação e de percepção. Mediante a aquisição de hábitos desenvolve-se a percepção. Um dançarino contempla em um espetáculo de dança elementos insuspeitos aos olhos de um expectador ingênuo; um músico ou um auditor experimentado apreciam o trabalho de uma orquestra com atenção a detalhes que passam despercebidos àqueles não habituados à música clássica; um comerciante bem treinado identifica cédulas falsas num simples deslizar dos dedos. Isso quer dizer que o “especialista” – utilizamos este termo de forma bastante livre e despreziosa – vê como figura aquilo que para o olhar ingênuo permanece de fundo, ou que vê mais, em extensão e detalhe? Lembremos, na contramão dessa interpretação, do que Merleau-Ponty (1945/1999, 2011) diz sobre os níveis perceptivos. Toda cena perceptiva é articulada com base em níveis, ou sistemas de referência. Portanto, o “especialista”, bem como o sujeito ingênuo para determinada atividade, vê, escuta, compreende coisas em função de uma contextura. É a própria estrutura figura-fundo de percepção e de ação que é conquistada mediante o trabalho corpóreo de aquisição de hábitos. Este implica a inscrição *de* e *em* níveis inéditos e, portanto, uma nova configuração de possibilidades sensório-motoras. Convém salientar o êxito de Merleau-Ponty em mostrar que é no corpo, mediante o trabalho de frequência de territórios sociais e de instrumentos culturais os mais variados, que se efetiva a instituição e a compreensão da lógica dos sistemas de referência. O campo perceptivo, em grande medida, funda-se na possibilidade de assumirmos níveis de percepção, de nos instalarmos neles sem que seja necessário, nem mesmo desejável, que nos esforcemos reflexivamente para compreender o seu arranjo, a não ser nas situações em que convém exercer a condição de aprendiz. Entre saber dançar e captar os detalhes de um espetáculo de dança, entre o reconhecimento do caráter *démodé* das vestes de alguém que encontro na rua e a constatação daquilo que se pode fazer e o que não se deve fazer numa determinada situação social, o que há de comum é a história de constituição de ajustes do sujeito corpóreo nos territórios que habita e que permitem a ele a fruição do espaço social, e às coisas uma “potência direta” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 337) sobre seu corpo.

A partir de Ricœur (1950/2009) também é possível tematizar o hábito em relação à experiência sensível. Para o autor, é na aprendizagem que se encontra o dispositivo propriamente temporal do hábito e que permite defini-lo com base em sua origem. Os hábitos não são pré-formados, mas adquiridos, ou instituídos, por meio das atividades que se realiza em um determinado ambiente social, numa dada cultura. Evoca-se, portanto, não apenas o “tempo da vida” (p. 353), e “os poderes [*prises*] que graças ao tempo ele [o sujeito] adquire sobre seu corpo e ‘através’ dele sobre as coisas” (Ricœur, 1950/2009, p. 353), mas,

igualmente, o tempo histórico. O hábito revela-se, segundo o filósofo, um “involuntário original” (p. 353), posto ser adquirido, em grande parte, como obra do querer e, da sua aquisição em diante, afetar a própria vontade. Na assunção de “hábitos ‘técnicos’, hábitos de civilização e de cultura” e de “hábitos morais” (Ricœur, 1950/2009, p. 354), é preciso alguma compreensão das tarefas e esforço contínuo, caso contrário o elo dos exercícios pode ser rompido e o nível de pretensão do sujeito, desfeito. É nesse sentido que os hábitos, mesmo no caso daqueles previstos socialmente, podem ser considerados voluntários. Por outro lado, a vontade não constitui o próprio hábito. Ricœur (1950/2009) afirma: “[...] o exercício possui este poder espontâneo – nele mesmo não desejado – de extrair da atividade de percepção, de movimento, de evocação imaginativa, de julgamento etc., formas que, à medida que são ‘segregadas’, assimilam-se à minha própria atividade [...]” (p. 355, grifo do autor). Tais formas, doravante, participam da ação como “pré-percepções” ou “pré-concepções” (Ricœur, 1950/2009, p. 355). Ricœur não avança tanto quanto Merleau-Ponty no exame das formas a ponto de tematizar os denominados sistemas de referência, mas estabelece o laço entre a aquisição dos hábitos e a constituição de esquemas de percepção.

Os esquemas sensório-motores vinculam-se, portanto, a uma dialética de transformação da percepção calcada na constituição ativa de estruturas perceptuais. Não seria possível, com base nisso, indicar, na fenomenologia da percepção, um *ethos* dos sentidos assentado na possibilidade de contínuo desenvolvimento dos esquemas perceptivos? O hábito, por exemplo, entendido como abertura a novas configurações fenomenais, não assume um caráter existencial e, portanto, ético, na medida em que retrata o “poder que temos de dilatar nosso ser no mundo” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 199) e a capacidade de nos reorganizarmos (Merleau-Ponty, 2001, p. 269) na relação com as coisas e com outrem? É em direção semelhante que Ricœur (1950/2009) refere-se aos hábitos como “maneiras adquiridas de existir” (p. 354; grifo do autor). Esquemas de percepção e de ação secundários, que se referem ao saber-fazer adquirido, remetem-nos à camada primária de aquisição, de “articulação nova” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 58). É na dinâmica entre o novo e o adquirido que se encontra o cerne da discussão sobre a instituição de dinâmicas de experiência perceptiva num plano ético.

A percepção como espanto

A base do que cabe desenvolver neste último tópico, dedicado tanto à perseverança perceptiva quanto à mitigação da necessidade de tudo ver, remete-nos aos princípios de fenomenologia da percepção e da atenção. No quadro da atenção fenomenológica dispensada à percepção, revela-se a incompletude perene do percebido. O percebido apresenta-se em meio a “multiplicidades infinitas de aparições possíveis” (Husserl, 1966/1998, p. 95), de modo que jamais temos acesso integral a ele. Ao mesmo tempo, não fazemos, via de regra, a experiência de perceber o tampo de uma mesa, ou a fachada de uma casa, mas a própria mesa e a própria casa, ainda que acessadas mediante tais e tais perfis. A aparição de um objeto percebido é, portanto, sempre mais do que ela mesma, ela desdobra uma profundidade. Esta é a essência do aparecer como estrutura de horizontes. Tem-se demarcada, pois, uma

distância inerente às manifestações perceptivas e caracterizada pelo fato de que a coisa percebida se ausenta dos perfis, embora seja neles que ela se manifeste (Barbaras, 2006). Esta condição, que no entendimento de Barbaras (2006) “desafia o princípio de identidade” (p. 100), dá abertura a uma contradição fundamental com implicações muito concretas na experiência que fazemos das coisas. Por um lado, principalmente em função do “já visto”, das coisas familiares em meio das quais nos movemos, “[n]ão paramos de antecipar e pré-capturar [*présaisir*]” (Husserl, 1966/1998, p. 98), não deixamos de nos contentar com os aspectos propriamente percebidos das coisas, sem avançar em determinações mais precisas dos objetos de percepção. A experiência perceptiva, de outro lado, é marcada pela pretensão de realizar algo que não pode ser efetuado nela: o esgotamento do percebido enquanto coisa sensível, o consumo total de todas as suas possibilidades.

No tratamento que Ricœur (1940/2013) dá ao tema da atenção encontram-se importantes contribuições para a discussão da pré-figuração perceptiva. A atenção, afirma o autor, é frequentemente associada a fenômenos de pré-percepção, ou de antecipação, como a expectativa (*attente*) e a procura (*recherche*). Mas, pergunta ele, a passagem daquilo que se espera àquilo que se encontra e vê seria o melhor modelo para caracterizar a atenção? A atenção não seria, assim, atrelada a uma ideia, a uma expectativa ou a um conhecimento prévios? Ao contrário, a busca atenta deve ser caracterizada pelo trato com as coisas desapegado de pré-concepções, pela aptidão para aguardar a sua mostra mais determinada. Nesta atitude não cabem extremismos. Ricœur não sustenta uma atividade perceptiva desprovida de elo temporal e que, pobre demais, seria guiada por contingências mecânicas, como no empirismo clássico; tampouco, fala de um exercício soberano de si a ponto do sujeito não se sentir solicitado por nada, o que configuraria uma atitude desinteressada, postura identificada ao intelectualismo. A percepção, diferente disso, se dá em um campo vivo de determinações. Nossa situacionalidade, ademais, implica o inacabamento das coisas. Uma atitude de espanto pode, então, ser erigida, diz Ricœur. Trata-se de, ativamente, colocar-se ao dispor dos fenômenos, de “[...] procurar uma inocência do olho e dos sentidos”, configurando “uma abertura do espírito, um acolhimento ao outro enquanto outro” (Ricœur, 1940/2013, p. 69).

O que Ricœur chama de espanto, no âmbito da percepção e da atenção, consistiria, portanto, em uma postura de observação paciente, pautada no aprendizado com as coisas, e no acolhimento da dúvida e da surpresa. O espanto envolve algo como uma perseverança perceptual, pela qual o sujeito abstém-se, na medida do possível, de re-conhecer as coisas sem que tenha aprendido a conhecê-las de fato (Gennart, 2011), e aceita o “chamado” das coisas (Husserl, 1966/1998, p. 98). O campo perceptivo, afinal, nos incita continuamente a ver mais, a contornar as coisas, a explorar a sua profundidade. Em rara passagem em que se coloca em tom de prosa, Husserl (1966/1998) imagina-se na posição dos objetos e descreve sua invocação ao percipiente: “aproxima-te mais perto e sempre mais perto, considera-me e fixa-me agora mudando tua posição, teu olhar etc., encontrarás em mim mesmo ainda mais novidades para ver” (p. 98).

O outro lado da atenção fenomenológica à estrutura da percepção envolve a verificação da pretensão da ação perceptual de exaurir o campo de experiência sem que tenha condições para realizar tal expectativa. Esta é talvez a maior lição da perseverança perceptiva e da descrição que a acompanha: o reconhecimento da transcendência do percebido (Barbaras,

2003). No plano epistemológico, esta constatação choca-se com os pressupostos da racionalidade científica, cuja atitude em relação aos aspectos invisíveis dos objetos envolve tomá-los como uma ausência transitória, a ser completada seja mediante o aperfeiçoamento técnico de formas de exploração empírica e experimental seja pelo ajustamento de modelos matemáticos e teóricos de explicação dos fenômenos naturais. Vai de encontro, igualmente, à determinação do sujeito da percepção como consciência racional, capaz de suplantar a unilateralidade dos objetos. Por este motivo é que se constata, no interior da própria tradição fenomenológica, tentativas de renúncia à ideia de consciência, como em Merleau-Ponty, que trata da percepção a partir do corpo próprio, em um movimento intelectual que força o reconhecimento de uma intimidade do percipiente com o objeto mais ampla que a relação de representação e que busca retirar todas as consequências da condição de aparecimento perceptivo das coisas. A confirmação do excesso perene do mundo percebido possui, igualmente, importantes implicações sociais. O perceptível possui uma espessura que suscita constante exploração e está atrelado, portanto, a uma “insatisfação irreduzível” (Barbaras, 2011, p. 73). A sociedade moderna caracteriza-se, entre outras coisas, pela hipertrofia da sensibilidade, como se verifica, por exemplo, em relação à proliferação histórica de imagens. Tudo se passa, para Barbaras (2011), como se replicássemos ao desejo de visibilidade com acumulação quantitativa de imagens, como se respondêssemos a pergunta sobre o invisível “por uma multiplicação dos visíveis” (p. 74), com o que se recai na contradição de querer tudo ver, de visar esgotar os elementos sensíveis, sem ter, contudo, condições de se demorar neles; é preciso rapidamente passar de uma coisa a outra, num movimento que enseja distração. Na fenomenologia, como no uso artístico das imagens, o apaziguamento do desejo de perceber dá-se, ao contrário, pelo desvelamento da “invisibilidade constitutiva do visível” (Barbaras, 2011, p. 75), que coincide com a admissão da impossibilidade de saciar nossa frustração sensível.

Verifica-se, portanto, na fenomenologia, convergência entre a perseverança perceptual e o apaziguamento da necessidade de perceber. Cabe explorar os termos desta aproximação, bem como suas implicações epistemológicas e sociais, buscando investigar sua relação com um *ethos* da percepção.

Considerações finais

Tratamos, neste capítulo, da possibilidade de endereçar às descrições fenomenológicas da percepção e da atenção questões que remontem aos seus possíveis desdobramentos éticos. Apresentamos quatro tópicos, interligados e concêntricos, capazes de organizar esta reflexão: a atitude fenomenológica entendida como conversão do olhar; a condição social da percepção; a dinamicidade da experiência sensível ligada à espontaneidade corpórea; e a percepção concebida como disponibilidade ao mundo percebido, como espanto.

A cada um dos quatro tópicos de estudo correspondem problemas específicos. Cumpre destacar os principais, na forma de interrogações. (1) A atitude fenomenológica pode ser aproximada a uma forma de perceber? Concebê-la dessa maneira permite uma conformação mais concreta da redução fenomenológica? Qual a relação entre a redução como experiência de emancipação e o apuro das descrições fenomenológicas acerca do

nosso pertencimento pré-reflexivo ao mundo? (2) Quais as implicações da tensão entre o estranhamento epistemológico e o de alcance ético, no âmbito da fenomenologia da intersubjetividade, para o estudo da dimensão social da percepção? Como as investigações fenomenológicas da percepção e da atenção contribuem para a discussão da reprodução, da naturalização e da conscientização de sensibilidades e insensibilidades sociais? (3) Como se fundamenta o contínuo desenvolvimento dos esquemas perceptivos a partir da plasticidade dos nossos esquemas sensório-motores? Em que medida a instituição de dinâmicas de experiência perceptiva pode ser associada ao alargamento das nossas formas de perceber e de existir? (4) Quais as expressões da contradição entre a tendência de ver na forma do “já visto” e o desejo de esgotar o percebido, entre a distração e a saturação sensível? Como se entrelaçam, na fenomenologia da percepção, a perseverança perceptual e o apaziguamento da necessidade de perceber, e como sua convergência refluí sobre as contradições da forma habitual de perceber?

Nas tramas dessas interrogações talvez se possa constatar a problematização, na fenomenologia da percepção, da modificação do sujeito a partir da possibilidade de transformação da sua forma de perceber, o que pode nos levar à discussão da concepção das formas de escolha e de condução da vida com base em diferenças de percepção.

Referências

- Al-Saji, A. (2009). A phenomenology of critical-ethical vision: Merleau-Ponty, Bergson, and the question of seeing differently. In Renaud Barbaras, Mauro Carbone, Wayne Froman, Leonard Lawlor, Pierre Rodrigo, Luca Vanzago (eds.), *Chiasmi International, vol. 11: Penser sans dualismes aujourd'hui* (pp.375-399). Paris, FR / Milano, IT: Vrin; Mimesis Edizioni.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*. Curitiba, PR: Calligraphie.
- Barbaras, R. (2003). *Vie et intentionnalité: recherches phénoménologiques*. Paris, FR: Vrin.
- Barbaras, R. (2006). *Le désir et la distance: introduction à une phénoméologie de la perception* (2a ed.). Paris, FR: Vrin.
- Barbaras, R. (2011). *Investigações fenomenológicas: em direção a uma fenomenologia da vida*. Curitiba, PR: Editora UFPR.
- Carbone, M. (2011). *La chair des images: Merleau-Ponty entre peinture et cinéma*. Paris: Vrin.
- Carbone, M. (2016). *Philosophie-écrans: du cinéma à la révolution numérique*. Paris: Vrin.
- Cerbone, D. (2014). *Fenomenologia* (C. Souza, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Citton, Y. (2014a). *Pour une écologie de l'attention*. Paris, FR: Éditions du Seuil.
- Citton, Y. (Org.) (2014b). *L'économie de l'attention*. Paris, FR: La Découverte.
- Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. (T. Montenegro, trad.). São Paulo, SP: Cosac Naify.

- Crawford, M. (2015). *The world beyond your head: on becoming an individual in an age of distraction*. New York, NY: Farrar, Straus & Giroux.
- Depraz, N.; Varela, F. & Vermersch, P. (2011). *À l'épreuve de l'expérience: pour une pratique phénoménologique*. Bucarest: Zeta Books.
- Foessel, M. (2012). *Après la fin du monde: critique de la raison apocalyptique*. Paris, FR : Éditions du Seuil.
- Gennart, M. (2011). *Corporéité et présence: jalons pour une approche du corps dans la psychose*. Argenteuil, FR: Le Cercle Herméneutique.
- Guenther, L. (2020). Critical phenomenology. In G. Weiss, A. Murphy & G. Salamon (Orgs.). *50 concepts for a critical phenomenology* (11-16). Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Grandjean, N. (2019). Attention ou vision : quelle éthique pour la standpoint theory. In N. Grandjean & A. Loute, *Valeurs de l'attention: perspectives éthiques, politiques et épistémologiques* (223-243). Villeneuve d'Ascq, FR : Presses Universitaires du Septentrion.
- Grandjean, N. & Loute, A. (2019). *Valeurs de l'attention: perspectives éthiques, politiques et épistémologiques*. Villeneuve d'Ascq, FR : Presses Universitaires du Septentrion.
- Husserl, E. (1972). *Philosophie première, deuxième partie: théorie de la réduction phénoménologique*. Paris, FR: PUF. (Trabalho original publicado em 1959)
- Husserl, E. (1998). *De la synthèse passive: logique transcendantale et constitutions originaires*. (B. Bégout & J. Kessler, trads.). Grenoble, FR: Jérôme Millon. (Trabalho original publicado em 1966).
- Husserl, E. (2001a). *Méditations cartésiennes: introduction à la phénoménologie* (E. Levinas, trad.). Paris, FR: Vrin. (Trabalho original publicado em 1931).
- Husserl, E. (2001b). *Sur l'intersubjectivité II* (N. Depraz, trad.). Paris, FR: PUF.
- Husserl, E. (2004). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale* (G. Granel, trad.). Paris, FR: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1954).
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (Carlos Alberto Ribeiro de Moura, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945).
- Merleau-Ponty, M. (2001). *Psychologie et pédagogie de l'enfant: cours de Sorbonne 1949-1952*. Lagrasse, FR: Verdier.
- Merleau-Ponty, M. (2011). *Le monde sensible et le monde de l'expression: cours au Collège de France, notes, 1953*. Genève, CH: Metispresses.
- Moinat, F. (2010). Phénoménologie de l'attention aliénée: Edmund Husserl, Bernhard Waldenfels, Simone Weil. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 45-58.
- Ricœur, P. (2009). *Philosophie de la volonté. 1. Le volontaire et l'involontaire*. Paris, FR: Éditions Points. (Trabalho original publicado em 1950).

- Ricœur, P. (2013). L'attention: étude phénoménologique de l'attention et de ses connexions philosophiques. In P. Ricœur, *Anthropologie philosophique: écrits et conférences 3* (pp.51-93). Paris, FR: Seuil. (Original publicado em 1940).
- Saint Aubert, E. (2004). *Du lien des êtres aux éléments de l'être: Merleau-Ponty au tournant des années 1945-1951*. Paris, FR: Vrin.
- Sartre, Jean-Paul. (1980). *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1943).
- Türcke, C. (2010). *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Varela, F. (2004). *Quel savoir pour l'éthique: action, sagesse et cogition* (F. Regnot, trad.). Paris, FR: La Découverte.
- Waldenfels, B. (2010). Attention suscitée et dirigée. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 33-44.
- Weil, S. (2002). *La condition ouvrière*. Paris, FR: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1951)
- Weiss, G.; Murphy, A. & Salamon, G. (Orgs.) (2020). *50 concepts for a critical phenomenology*. Evanston, IL: Northwestern University Press.



TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO MORAL NA PERSPECTIVA INTERACIONISTA: JUÍZO, RACIOCÍNIO E PERSONALIDADE

Profa. Dra. Rita Melissa Lepre⁶⁶
Dr. Vitor de Moraes Alves Evangelista⁶⁷

A psicologia da moralidade é uma área da psicologia do desenvolvimento “em que se estudam os processos psíquicos por meio dos quais se legitimam regras, princípios e valores morais, entendendo-se por moral aquilo que é da ordem do dever”. (La Taille, 2007, p. 11). Cruz Puerto (2020), afirma que a psicologia do desenvolvimento moral tem como objetivo os estudos e pesquisas acerca de como são construídos os valores e as ações morais e como eles se estabilizam ao longo da vida, a partir da ontogênese e das interações sociais.

Diversas são as teorias e investigações que compõem o corpo da psicologia da moralidade, incluindo os estudos acerca do desenvolvimento moral. Concordamos com Saracho e Evans (2021) que, ao resgatarmos os conhecimentos acerca das teorias do desenvolvimento produzidos no passado e juntarmos aos conhecimentos produzidos na atualidade, conseguimos entender melhor o desenvolvimento infantil e colocá-lo à serviço das próprias crianças, sobretudo, quando nos apoiamos nos “ombros de gigantes”, que, neste caso, são os teóricos clássicos da Psicologia da Moralidade, assim como nos progressos da área.

La psicología del desarrollo moral ha tenido un amplio progreso en las últimas décadas, de la mano con temáticas como la justicia social, los derechos humanos, la equidad, la educación y la política (Fernández, 2009). Esta vertiente de la psicología nace con los trabajos de Piaget (1984) y Kohlberg (1969; 1992) quienes sostienen que el desarrollo de la moral tiene un modelo paralelo y similar al desarrollo cognitivo e intelectual, en términos de estructuras adaptativas que se transforman a partir de la interacción del individuo con su entorno, siendo la agencia y la acción los ejes centrales de cambio de dichas estructuras (...) (Cruz Puerto, 2020, p.98).

Neste artigo pretendemos apresentar e refletir sobre três modelos teóricos interacionistas que têm como foco o desenvolvimento do juízo moral (Piaget, 1932/1994), do raciocínio

66 Psicóloga, mestre e doutora em Educação. Especialista em Neuropsicologia. Livre-Docente em Psicologia da Educação.

67 Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia. Pós-doutor em Psicologia pela UNESP/Assis.

moral (KOHLBERG, 1992) e da personalidade moral (Puig, 1998 a/b, 2004). O desenvolvimento moral, na perspectiva interacionista, é entendido como um processo psicogenético que se constitui ao longo da vida dos sujeitos, por meio das interações entre esse sujeito e o meio no qual está inserido, o que possibilita construções e ressignificações constantes, por meio da autorregulação. Na área da psicologia, o principal representante dessa visão é o epistemólogo genebrino Jean Piaget, que reuniu trabalhos empíricos pioneiros sobre o tema em sua obra “O juízo moral na criança” (1932/1994).

Para Piaget (1932/1994, p.23) “a moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Esse respeito não é algo que está na regra em si, fora do sujeito, nem tampouco algo que esteja nas estruturas inatas do ser humano, dentro do sujeito, mas algo que pode ser construído por meio das interações e vivências que a pessoa experiencia desde a mais tenra idade, de forma ativa.

A partir das investigações piagetianas, outros pesquisadores concordaram, ampliaram ou alteraram aspectos relacionados ao desenvolvimento moral, produzindo novas propostas e focando outros aspectos para além do juízo, tais como Kohlberg (1981, 1983, 1984, 1992), que teve como tema o desenvolvimento do raciocínio moral e Puig (1998, 2004), que buscou construir a concepção de uma personalidade moral. O objetivo deste artigo é apresentar as principais características e conceitos de cada uma dessas teorias, visando a reflexão e o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas na área da Psicologia da Moralidade.

O desenvolvimento do juízo moral - Jean Piaget (1896-1980)

Propusemo-nos a estudar o juízo moral, e não os comportamentos ou os sentimentos morais (Piaget, 1932/1994, p. 21).

O epistemólogo genebrino Jean Piaget revolucionou os estudos acerca da inteligência infantil quando apresentou suas investigações demonstrando que as crianças pensam qualitativamente diferente do adulto e que o conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o meio, de forma ativa e por autorregulação. Piaget também foi o pioneiro nos estudos empíricos sobre o desenvolvimento do juízo moral na criança. Segundo Saracho e Evans (2021) os estudos desenvolvidos por Jean Piaget continuam a ser, na primeira parte do século XXI, uma fonte para grande número de estudos acerca do desenvolvimento cognitivo. Acrescentamos que também para os estudos na área do desenvolvimento moral. “Seus conceitos continuam a iniciar perspectivas inovadoras” (Saracho & Evans, 2021, p.994).

No livro “o juízo moral na criança” (1932), Piaget apresenta estudos empíricos relacionados a temas como o caminho psicogenético para a construção da autonomia moral, os dois tipos de relações sociais (coação e cooperação), os dois tipos de respeito (unilateral e mútuo), a construção da noção de justiça, entre outros.

Ao investigar crianças jogando bolinhas de gude, Piaget (1932/1994) encontrou um caminho psicogenético no desenvolvimento moral, a partir da prática e consciência das regras, que passa por três momentos: a anomia, a heteronomia e a autonomia. A anomia é um momento pré-moral, no qual a criança ainda não se importa verdadeiramente com as

regras e nem entende o seu significado e sentido, ainda que já perceba as regularidades nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas e no meio social no qual está inserida. Na heteronomia, as regras são concebidas como sagradas e imutáveis, vindas sempre de fora do sujeito, sendo atribuídas, sobretudo, aos adultos e autoridades. O respeito unilateral e a coação reforçam as características da heteronomia. Já na autonomia, as regras estão internalizadas no sujeito e são entendidas como o resultado de acordos coletivos, derivadas do respeito mútuo e da cooperação.

De acordo com Piaget (1994 [1932]) os indivíduos nascem sem qualquer conhecimento a respeito do mundo normativo (anomia), de forma que as regras começam a ser aprendidas ao longo do seu desenvolvimento e socialização. A grande contribuição do autor para a área consistiu em afirmar a existência de duas morais na criança – heterônoma e autônoma. Segundo Piaget (1994 [1932]) os tipos de relações vivenciadas pela criança são responsáveis por oportunizar ou não a moral autônoma que, para ele, é uma forma de equilíbrio superior à moral heterônoma (Caetano et al., 2019, p.03).

Segundo Aguiar e Barguil (2021), é importante frisar que o desenvolvimento moral e do pensamento não são processos espontâneos, como erroneamente algumas interpretações da teoria piagetiana podem sugerir, e sim que “para que uma pessoa seja autônoma, é necessário que ela, nas interações com os outros e o mundo, tenha liberdade para refletir e agir conforme seu próprio julgamento, responsabilizando-se pelas consequências de sua ação.” (p.2530)

Para que tais reflexões sejam alimentadas adequadamente, o fenômeno do respeito se coloca como uma “inegável unidade funcional” (Piaget, 1994/1932, p.28) que se apresenta em respeito unilateral e respeito mútuo. O respeito unilateral implica em uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado, acompanhado de uma inevitável coação do “superior” pelo “inferior”. Já o respeito mútuo os sujeitos envolvidos se consideram iguais e se respeitam reciprocamente, por meio de relações de cooperação (Piaget, 1930/1998).

Segundo Biaggio (2006), as concepções de justiça percebidas por Piaget também evoluem de uma ideia de retribuição e vingança (justiça retributiva) para a ideia de recuperação do culpado e reparação. A igualdade e, finalmente, a equidade tornam-se valores (justiça distributiva), e desaparece a noção de justiça imanente (punição pela própria natureza). A evolução do julgamento moral em todos esses aspectos tem por base a dimensão heteronomia-autonomia, isto é, “a criança passa de uma moral de autoridade imposta de fora, por outros, para uma moral autônoma, da própria consciência individual” (Biaggio, 2006, p.23). O desenvolvimento do sentido de justiça depende fundamentalmente da solidariedade e do respeito mútuo entre as crianças. O papel do adulto é essencial, pois estes podem influenciar de forma positiva ou negativa o desenvolvimento da justiça. Contudo, Piaget aponta que as relações de cooperação entre iguais são as que influenciam de forma decisiva o desenvolvimento da noção de justiça.

A psicologia piagetiana, tenta resgatar o indivíduo racional, consciente e responsável por seus atos e, para tanto, não esquece a sua condição social. Piaget se distancia do sociologismo durkheimiano, dando autonomia ao sujeito individualizado além da responsabilidade pelos seus atos, ou seja, esse indivíduo pode usar a consciência moral para julgar a ação dos outros ou agir de forma moral. Porém, Piaget é influenciado por Durkheim quanto às formas de solidariedade: a solidariedade mecânica regida pela coerção, e a solidariedade

orgânica, regida pela cooperação, formando os princípios estruturadores da consciência moral.

Para Freitag (2005) Piaget restaura, na psicologia genética, a dialética entre indivíduo e sociedade postulada por Hegel e indo além, Piaget resgata a autonomia moral do sujeito, tão difundida pela filosofia da Ilustração. Piaget vê na consciência individual da regra um correspondente da consciência social da regra. “Ora, a crítica nasce da discussão, e a discussão só é possível entre iguais: portanto, só a cooperação realizará o que a coação intelectual é incapaz de realizar” (Piaget, 1932/1994, 298/299).

Destarte, o desenvolvimento cognitivo e, sobretudo, a diminuição do egocentrismo se colocam como condições importantes à construção da autonomia moral, uma vez que o egocentrismo gera avaliações automáticas das situações sociais em uma relação com a heteronomia. Assim, conforme Piaget (1930/1998), “a personalidade e a autonomia implicam-se, assim, uma a outra, enquanto que egocentrismo e heteronomia coexistem sem se anular.” (p.30).

O suporte para essas suposições é encontrado no campo da psicologia moral. Pesquisas indicam que as pessoas precisam de aproximadamente 250 milissegundos para decidir se algo está certo ou errado (Van Berkum, Holleman, Nieuwland, Otten, & Murre, 2009) e fazer avaliações morais mesmo quando não conseguem explicá-las (Haidt, 2001) ou são incapazes de divulgar a lógica por trás de suas decisões por causa de habilidades verbais pobres (Hamlin, 2013). Essa evidência confirma que os julgamentos morais como quaisquer outros julgamentos podem ser gerados automaticamente (Bargh, 1994) e, portanto, sugerem que o lado automático dos julgamentos sociais e morais os torna propensos a vieses egocêntricos (Bocian et. al., 2020, p.03).

Nesse sentido, passamos a pensar, apoiados em Piaget (1930/1998, 1932/1994), no papel da escola e na possibilidade de uma educação moral ou em valores que tenha como objetivo a construção da moralidade autônoma, o que envolve a diminuição do egocentrismo por meio da proposição da convivência ética entre as crianças. Para Piaget (1930) a educação moral está fundamentada na cooperação e no respeito mútuo que são construídos na e pela interação social.

Se analisada no contexto social, a cooperação é incompatível com toda forma de coação, autoritarismo e unidirecionalidade. Ao invés disso, conduz à solidariedade, à autonomia, ao senso de justiça. A relação entre os aspectos social e individual está justamente na compatibilidade da lógica e da reciprocidade, pois permite ao indivíduo a construção de valores que se localizam tanto no plano intelectual quanto no plano social, cada vez mais afastado das atitudes egocêntricas (Alves et al., 2022, p. 335).

Piaget (1930/1998), ao tratar sobre os procedimentos de educação moral, apresenta duas possibilidades: os procedimentos verbais e os métodos ativos.

Os procedimentos verbais se pautam na autoridade do professor como fonte da moral, ou seja, “a lição é, em consequência, o lugar de divulgação da verdade pronta e a criança é coagida a recebê-la de fora” (Piaget, 1930/1998, p. 41). Tais procedimentos buscam convocar a moral infantil por meio de exemplos verbais e de histórias com exemplos de pessoas virtuosas, como se fossem modelos a serem seguidos. Piaget faz uma ressalva a esse procedimento: “(...) mantidas as justas proporções, a “lição de moral” não deve ser proscrita. Porém, ela só se desenvolverá produtivamente por ocasião de uma vida social autêntica no

interior da própria classe.” (Piaget, 1930/1998, p.42). Assim, em um ambiente sociomoral no qual a cooperação e a reciprocidade estejam presentes, é possível inserir histórias e outros textos para serem refletidos e discutidos coletivamente, no qual os valores apresentados podem ser colocados em análise pelas crianças. Conceição e Ferreira (2020), por exemplo, desenvolveram um trabalho de educação em valores por meio da leitura literária, utilizando textos e histórias, na perspectiva da atividade da criança. As autoras ressaltam:

No que diz respeito ao trabalho com a leitura literária, observa-se que poucas são as práticas pedagógicas que valorizam a leitura considerando o ponto de vista do leitor. Quanto ao trabalho com os valores morais, percebe-se um trabalho fragmentado, dissociado do meio familiar e social em que todos estamos inseridos. A instituição escolar ainda não consegue vislumbrar que o trabalho com a moralidade está inserido transversalmente nos componentes curriculares e temas a serem trabalhados durante toda a trajetória escolar (Conceição & Ferreira, 2020, p.144).

Os métodos ativos, por sua vez, propõem que a educação moral ocorra por meio da atividade da criança e que a escola se configure como um meio para as experiências morais dos estudantes, não se constituindo como uma disciplina ou matéria especial de ensino, mas um “aspecto particular da totalidade do sistema” (Piaget, 1930/1998, p.43).

Assim, a teoria piagetiana acerca do desenvolvimento do juízo moral na criança, além de oferecer um modelo teórico robusto, do ponto de vista conceitual e metodológico, pode servir de base para uma práxis pedagógica comprometida com a educação em valores na escola, com vistas à construção de sujeitos autônomos e críticos, que tenham a reciprocidade, a cooperação e o respeito mútuo como a base de suas relações sociais, buscando a constituição de uma sociedade mais justa e de um mundo mais harmonioso e habitável para todas as pessoas, fomentando o sujeito para lutar pelas mudanças sociais necessárias.

O desenvolvimento do raciocínio moral - Lawrence Kohlberg (1927-1987)

Lawrence Kohlberg foi fortemente influenciado pela teoria de Jean Piaget acerca do desenvolvimento do juízo moral e buscou ampliar e reformular algumas concepções piagetianas, sobretudo, em relação à definição de níveis e estágios de desenvolvimento do que chamou de raciocínio moral.

Kohlberg situa-se no grupo das teorias cognitivo-evolutivas, tendo como um dos pontos fundamentais dessa postura a teoria dos estágios, postulando que o desenvolvimento sociomoral, assim como o desenvolvimento cognitivo, ocorre por meio de estágios (Lepre, 2005; Bataglia, Morais & Lepre, 2010). Assim como Piaget, Kohlberg via a sequência de estágios como universal e invariante, ou seja, todas as pessoas, em qualquer cultura, passariam pela mesma sequência de estágios, embora nem todas teriam a possibilidade de atingir os estágios mais elevados. Contudo, autores como Vilarrassa (1998) relatam que Piaget sempre estabeleceu certa relatividade para os estágios de desenvolvimento cognitivo e, sobretudo, para os morais. A heteronomia e a autonomia são descritas como fases ou momentos do desenvolvimento, e não são fechadas como os estágios. Ao fixar seus estágios como etapas de raciocínio de justiça, centrados em aspectos de retidão e não de emoções ou ações, Biaggio (1997) afirma que Kohlberg se aproxima de Piaget ao perpassar a dimensão de heteronomia-autonomia, e se distancia ao apresentar uma conceituação mais

precisa e discriminada desses estágios. Kohlberg, a partir da pesquisa com adolescentes, chega à conclusão de que a heteronomia e autonomia eram insuficientes para classificar e categorizar todos os tipos de raciocínio moral (Lepre, 2005; Bataglia, Morais & Lepre, 2010).

Kohlberg (1992) sugere que há três níveis de raciocínio moral, e que cada nível pode ser subdividido em dois, perfazendo um total de seis estágios:

I) Nível pré-convencional: característico da maioria das crianças até por volta dos 9 anos de idade, baseado em necessidades individuais. Neste nível estão contidos os estágios:

- a. Estágio 1 – Orientação para a punição e a obediência: o moralmente correto é aquilo que não é punido;
- b. Estágio 2 – Hedonismo Instrumental Relativista: a ação moralmente correta é baseada em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa (individualismo).

II) Nível convencional: baseado no desempenho correto de papéis e no atendimento de expectativas sociais. Subdividido em:

- c. Estágio 3 – Moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais: o comportamento moralmente certo é pautado na aprovação do outro;
- d. Estágio 4 – Orientação para lei e ordem: existe um grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever.

III) Nível pós-convencional: moralidade por princípios universalizantes (autonomia). Composto por:

- e. Estágio 5 – Orientação para o contrato social: as leis não são consideradas válidas pelo mero fato de serem leis, admitem que elas podem ser injustas e devem ser mudadas, quando necessário.
- f. Estágio 6 – Princípios universais de consciência: o indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas, o indivíduo resiste ao invés de se conformar com o poder estabelecido e com a autoridade.

Há um paralelismo entre o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento do raciocínio moral ressaltando que o desenvolvimento de um raciocínio moral avançado dependeria de um raciocínio lógico avançado e, portanto, entende-se que só estariam aptos a construir um raciocínio moral autônomo, do nível pós-convencional (estágios 5 e 6) aqueles que já estivessem construído o pensamento operatório formal. Contudo, devemos ser cautelosos, pois embora essa condição seja necessária, ela não é suficiente, já que vários indivíduos podem apresentar um estágio lógico mais alto que seu estágio moral, sem, entretanto, possuir um estágio moral mais alto que seu estágio lógico (Lepre, 2005).

Segundo Kohlberg (1992), além dos estágios de desenvolvimento lógico existem os chamados estágios de percepção social, que definem a forma com que o indivíduo percebe as outras pessoas, interpretando seus sentimentos e, conseqüentemente, o papel que ocupa na sociedade. Os estágios de percepção estão rigorosamente relacionados aos estágios

morais, porém em sua essência são mais amplos, pois não tratam apenas da justiça ou de eleger entre o certo e o errado.

Para Biaggio (1997) o pioneiro nos estudos da moral, do ponto de vista cognitivista, foi Jean Piaget ao publicar o livro “O juízo moral na criança” em 1932, embora não tenha dado continuidade aos estudos sobre a moralidade após os 12 anos de idade. Mas, essa autora aponta que, sem dúvida, a contribuição teórica de Kohlberg foi a que dominou e influenciou os estudos sobre desenvolvimento moral nas últimas três décadas do século XX.

A teoria do raciocínio moral kohlberguina é a única que postula uma sequência universal estruturada, cujos estágios mais altos (5 e 6) compõem o pensamento pós-convencional. Ao contrário das explicações psicológicas e sociais, que consideram a internalização de valores da sociedade como o ponto terminal do desenvolvimento moral (teorias de Durkheim, Freud e do Behaviorismo), Kohlberg ressalta que a maturidade moral é atingida quando “o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei; que algumas leis existentes podem ser moralmente erradas e devem, portanto, ser modificadas” (Biaggio, 1997). Kohlberg e seus colaboradores consideram o conflito cognitivo como processo pelo qual deriva a maturação, que deve ser entendida enquanto construção, em direção a estágios mais elevados.

Como técnica de avaliação do nível de desenvolvimento do raciocínio moral, Kohlberg propôs a utilização de uma entrevista individual, sendo a avaliação do estágio predominante de julgamento moral feita por meio de uma análise de respostas a dilemas morais. Shimizu (2002) aponta que os estágios morais kohlberguianos foram definidos inicialmente em estudos com base em três tipos de respostas a dez dilemas morais hipotéticos, alguns ainda utilizados nos instrumentos de julgamento moral. Inicialmente, Kohlberg apresentou os estágios de desenvolvimento em vinte e cinco aspectos agrupados em sete grandes grupos: regra, altruísmo, consciência, bem-estar próprio, sentido do dever, justiça e assunção de papéis. Menin (1999) ressalta que com os surgimentos de novas pesquisas, novos dados acabaram por invalidar essa forma de classificação, fazendo com que Kohlberg elaborasse uma nova forma de análise focando na estrutura de julgamentos e não nos conteúdos particulares.

A partir dos estágios encontrados e descritos, Kohlberg propõe um programa de educação moral tendo como objetivo orientar e propiciar às crianças e jovens a possibilidade de evolução e crescimento de um nível de desenvolvimento moral para outro, no qual os jovens deveriam ser incentivados a experimentar, refletir e questionar acerca das questões morais e éticas. Tal pressuposto, fundamentado na concepção de autonomia, buscaria conceber indivíduos conscientes e comprometidos com as atitudes e pensamentos morais.

A obra de Kohlberg possui importância ímpar acerca do estudo sobre a moralidade, principalmente ao apoiar a temática moral em uma abordagem cognitiva construtivista dando ênfase ao raciocínio moral. A educação moral kohlbergiana, vai além do simples favorecimento efetivo do desenvolvimento moral, pois possui como preceito a educação moral democrática na qual o intuito está em proporcionar aos indivíduos uma consciência moral assaz desenvolvida e voltada à autonomia, responsabilidade e cooperação, ou como propunha Kohlberg, uma educação para uma sociedade justa.

Ao longo de várias décadas, a teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg manteve uma posição dominante na literatura de desenvolvimento moral cognitivo. Esta influência universal tem sido particularmente evidente em sua aplicação à educação moral e política. Isso contribuiu para avaliações mais críticas da afirmação de Kohlberg em relação à universalidade de seu modelo. Uma avaliação mais detalhada da conceituação teórica de Kohlberg sugeriu a aplicação de pressupostos universais mascarados por valores eurocêntricos e possíveis vieses inconscientes. (...) Enquanto reconheceram o valor do trabalho de Kohlberg, sua avaliação revelou a falta de apoio para algumas áreas. Eles descobriram que o raciocínio moral é negociado no contexto e, portanto, precisa ser entendido dentro do ambiente sócio-histórico, cultural e econômico local. (Saracho & Evans, 2021, p. 996/997).

Langenhoff, Dahl e Srinivasan (2022), afirmam que as crianças podem aprender sobre diferentes tipos de normas morais observando outras pessoas. Os autores demonstraram dois estudos envolvendo pré-escolares e adultos que objetivaram examinar como os participantes constroem e aplicam conhecimentos sobre novas normas morais e convencionais, a partir de duas experiências sociais diretas, envolvendo condições morais e convencionais de um personagem fictício.

Pré-escolares e adultos construíram rapidamente avaliações morais e convencionais distintas sobre as novas ações. Esses estudos fornecem suporte experimental para a ideia de que crianças e adultos constroem normas morais e convencionais distintas a partir de experiências sociais, que por sua vez orientam julgamentos, raciocínios e comportamentos. (Langenhoff et al., 2022, p.01).

Dessa forma, a teoria do raciocínio moral de Kohlberg, além de apresentar um modelo estável para o entendimento da moralidade humana, reitera a importância das relações sociais, pautadas na cooperação e no respeito mútuo, para a construção da autonomia moral.

O desenvolvimento da personalidade moral - Josep Maria Rovira Puig (1951-atual) e o Grupo de Investigación en Educación Moral (GREM)

O GREM é um grupo de pesquisa em Educação Moral, vinculado à Universidade de Barcelona, que foi criado no ano de 1989, liderado pelo professor Puig, que nasceu do trabalho em equipe sobre a educação moral e a construção da cidadania, de professores da Faculdade de Pedagogia. Entre as bases teóricas adotadas pelo grupo, na área da Psicologia, estão os trabalhos de Piaget e Kohlberg, entre outros. (Buxarrais, 2015).

El trabajo del grupo se concreta en la elaboración del modelo denominado “construcción de la personalidad moral”. Desde el GREM entendemos que la educación moral como construcción parte, en tanto que primer precepto, de la convicción de que la moral no es algo dado de antemano, presupuesto, o que simplemente se decide o elige; sino que la moral debe generarse gracias a un esfuerzo complejo de elaboración o reelaboración de las formas de vida y de los valores que se consideran correctos y adecuados para cada situación. Comprendemos que o desenvolvimento da personalidade moral do sujeito depende do contato (e socialização) com os elementos que compõem sua cultura, por exemplo, família, rua, escola, amigos, esporte, arte, mídia. No entanto, a educação da moral depende também do próprio indivíduo, como uma questão consigo mesmo: a autoeducação como princípio de autonomia (Buxarrais, 2015, p. 01)

Para Puig (1998) a obra O Juízo Moral na Criança de Jean Piaget tornou-se pioneira pelo tratamento empírico dos temas morais e embora existam novos trabalhos sobre este campo,

a obra ainda é fundamental, em especial pelo método clínico empregado por Piaget, pautado em conversas com crianças a partir de narrações breves e direcionadas ao tema estudado. Segundo o autor, Piaget critica a postura unilateral de Durkheim, que dedicou sua teoria aos aspectos exteriores e heteronômicos da moralidade. Piaget entende que a realidade moral não pode ser inata, mas que resulta do desenvolvimento cognitivo e das relações sociais estabelecidas pelas crianças com seus iguais e com os adultos. As relações sociais, entretanto, embora sejam o principal elemento na elaboração do juízo moral, podem ser de naturezas diferentes assim como a moral, ou seja, podemos ter uma moral heteronômica, proveniente de relações sociais de coerção, e uma moral autônoma, proveniente de relações de cooperação. Se a “moral heteronômica” é favorecida pelas relações de pressão mantidas por adultos, relações de respeito unilateral, baseadas na desigualdade entre a criança e o adulto e conduzindo ao sentimento do dever e da obrigação, a “moral autônoma” é derivada das relações de colaboração entre iguais. Essas relações são baseadas no companheirismo e respeito mútuo entre indivíduos que se consideram iguais. Ao invés do sentimento do dever, temos o sentimento do bem e da responsabilidade, o que direciona à autonomia.

A moral autônoma surge a partir da superação do egocentrismo e do aparecimento das condutas cooperativas. A capacidade para compreender o ponto de vista alheio e argumentar pelas próprias opiniões é necessária para a evolução de um juízo moral heteronômico em direção a um juízo moral autônomo (Puig, 1998, p. 50).

Puig (1998) partilha da ideia piagetiana e kohlberguiana de que a moral é construída e a entende como “uma tarefa de construção e reconstrução pessoal e coletiva de formas morais valiosas”. (p.73). No entanto, para além do que Piaget e Kohlberg propuseram em suas teorias morais, Puig (1998) busca relacionar a moral e a personalidade, o que imprime ao trabalho uma complexidade extra, uma vez que envolve diversos fatores (juízos, raciocínios, sentimentos, auto-conceito, aspectos inconscientes, etc) em interação constante em um sujeito inserido social e culturalmente em um ambiente ecológico-moral que lhe oferece experiências morais diversas. (Arantes, Araújo & Silva, 2019)

Na obra “A construção da personalidade moral”, publicada no Brasil no ano de 1998, Puig apresenta sua concepção de personalidade moral fortemente atrelada à educação moral, definindo os seguintes elementos ou componentes sobre essa construção:

- a. “A construção da personalidade moral parte de um duplo processo de adaptação, à sociedade e a si mesmo” (Puig, 1998, p.74). Ou seja, inicialmente o sujeito precisa apreender as pautas sociais de convivência e depois adaptar-se, ativamente, a elas;
- b. Em um segundo momento a personalidade moral se relaciona à transmissão de valores morais desejáveis, como a justiça, a liberdade e a igualdade. “Elementos culturais desta natureza são a base de crenças e hábitos morais desejáveis que recolhemos no segundo momento da educação moral” (Puig, 1998, p. 75);
- c. Construção de capacidades pessoais de julgamento, compreensão e auto-regulação que poderão permitir que o sujeito enfrente, de forma autônoma, os conflitos cotidianos. “Trata-se, pois, de formar a consciência moral autônoma de cada sujeito e fazê-lo como espaço de sensibilidade moral, de racionalidade e de diálogo” (Puig, 1998, p.75);

- d. “Por fim, a construção da personalidade moral conclui com a construção da própria biografia como cristalização dinâmica de valores, como espaço de diferenciação e de criatividade moral” (Puig, 1998, p.75).

Em entrevista concedida a Arantes, Araújo e Silva (2019), Puig explica:

A personalidade moral é como um jogo de bonecas russas: na camada interior temos a inteligência moral com todas as competências que a definem; em uma segunda camada encontramos o conjunto de hábitos de valor que os sujeitos adquirem por meio de sua participação nas práticas culturais; e a terceira camada da personalidade refere-se ao sentido que damos à experiência vivida, aos princípios morais e valores que consideramos como próprios e, finalmente, à narrativa biográfica que fazemos de nós mesmos e até onde desejamos projetá-la (p.19).

Puig apresenta uma proposta educacional cujo intuito é unir a aprendizagem de conteúdos, valores e competências com a prática de tarefas de serviço à comunidade. O projeto denominado Aprendizagem Serviço parte do pressuposto que ao enfrentarem as reais necessidades do próprio ambiente social durante sua formação, os participantes estarão mais aptos a trabalharem em favor da comunidade e dispostos a melhorá-la. São dois os aspectos fortalecidos: aprender o conhecimento curricular vinculado à atividade de serviço e o aprendizado dos valores cívicos e das virtudes postos em ação durante toda a proposta. Além de vincular as necessidades e serviços à aprendizagem, tal proposta, segundo Puig, funcionaria como uma metodologia pedagógica com vistas às necessidades sociais reais da comunidade, rompendo assim, com o isolamento das instituições educacionais, encorajando a análise e a crítica da realidade. Dessa forma, propõe-se que a ação real afaste o pensamento baseado no simples assistencialismo, de forma a promover a formação de laços de afeição, empatia e reciprocidade (Arantes, Araújo & Silva, 2019).

Assim como a proposta de Puig, as contribuições na educação moral devem ser pautadas pelo intuito de uma mudança cultural, tendo como base a cooperação, coesão social, responsabilidade e solidariedade, para além do individualismo valorizado no sistema educacional contemporâneo. “A educação em valores e para a cidadania exige tudo: espaços de reflexão e diálogo e espaços de compromisso ativo na comunidade para melhorá-lo” (Arantes, Araújo & Silva, 2019, p.17).

Considerações finais

As teorias interacionistas do desenvolvimento moral, que ajudam a compor o corpo teórico da Psicologia da Moralidade Humana, se apresentam como bases importantes aos pesquisadores e estudantes do tema. As três teorias apresentadas têm em comum que o sujeito constrói a sua moralidade (juízo, raciocínio ou personalidade) na e pela interação com o meio social, se configurando como um fenômeno que vai além de uma qualidade pessoal, mas que envolve todo um contexto histórico e social e suas mútuas relações.

A definição de moralidade passou por mudanças tanto na composição quanto na compreensão. Anteriormente considerada como uma qualidade pessoal que se possuía ou não (Wendorf, 2001), a moralidade é agora entendida como uma construção social complexa que emerge do esforço de um indivíduo para reconciliar valores pessoais de certo e errado com as normas e expectativas da sociedade (Rest, Narváez, Thomas e Bebeau, 2000). (Rook et al., 2021, p. 1722).

As normas e expectativas sociais, no entanto, devem ser compreendidas a partir de uma concepção dialética na qual o sujeito individual e as construções sociais se comunicam e se ressignificam mutuamente e continuamente, possibilitando transformações no sujeito e no próprio meio social, quando necessário.

Sem abandonar a necessidade de compreensão do sujeito como ser inserido em seus contextos sociais específicos, produtor de suas próprias subjetividades, a perspectiva interacionista, ao se debruçar sobre a moralidade, tenta resgatar o conceito de um indivíduo moralmente consciente e responsável pelos seus atos. Ao entender que não podemos ser totalmente subjugados e submetidos ao social, as teorias interacionistas propõem que os indivíduos devam se constituir pela liberdade e autonomia para que possam resistir às pressões sociais e, dessa forma, terem suas ações e julgamentos pautados em padrões racionais. As teorias interacionistas vão além da satisfação puramente filosófica, pois buscam validá-las pelo intermédio da observação, experimentação e diálogo, procurando consolidar e reformular, constantemente, suas hipóteses teóricas (Freitag, 2005). Tais teorias são primordiais para o entendimento de que os valores sociais sofrem, cada vez mais, reflexos dos processos da globalização, dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento da economia mundial, sendo que essa transformação interfere diretamente na construção de valores éticos e altera, não só as relações sociais dos indivíduos, mas promovem mudanças nas concepções da moralidade contemporânea.

Em relação a possíveis consensos referentes ao tema da moralidade, pode-se dizer que Existe um consenso geral de que a moralidade pressupõe a capacidade de 1) discriminar o certo do errado, 2) agir de acordo com essa distinção e 3) evidenciar o orgulho pelo comportamento correto e sentir culpa ou vergonha em atos que transgridam os padrões pessoais (Rook et al., 2021, p.1722).

Para finalizar, julgamos necessário reiterar que, na perspectiva que defendemos, a moralidade é construída interativamente, a partir das vivências sociais, sendo imprescindível que estejam presentes relações de cooperação, de respeito mútuo, de solidariedade e de reconhecimento do outro sempre como um fim em si mesmo.

Referências

- Aguiar, D. C. V.; Barguil, P. M. (2021). O aprendiz e a (im)possibilidade da autonomia. *Filos.e Educ.*, Campinas, SP, 13(2), 2516-2546.
- Alves, R. M. P.; Oliveira, F. N.; Godoi, G. A., Sanchez Júnior, S. L. (2022). A Educação Infantil como espaço para a constituição do sujeito: a interação, o ambiente sociomoral e os conflitos interpares. *Conjecturas*, 22(3), 330-344.
- Arantes, V.; Araújo, U. F.; Silva, M. A. M. (2019). Josep Maria Puig: uma vida dedicada à Educação em Valores. *Educ. Pesq.*, São Paulo, 45(1), 01-44.
- Bataglia, P. U. R., Morais, A.; Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia* (Natal), 15(1), 25-32.
- Biaggio, A. M. (1997). Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo: Moderna.

- Bocian, K; Baryla, W,; Wojciszke, B. (2020). Egocentrism shapes moral judgements. *Soc Personal Psychol Compass*. 14:e12572.
- Buxarrais, M. R. (2015). Educación moral y ciudadanía. el modelo de construcción de la personalidad moral. 41 Conference of the Association for Moral Education. Brasil.
- Caetano, L. (et al). (2019). Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel. *Educação e Pesquisa*, 45(1), 1-19.
- Conceição, L. R. Ferreira, P. E. (2020). Leitura literária e valor moral: relato de experiência de um trabalho urgente e possível em sala de aula. In LEPRE, R. M.; ARRUDA, A. C. J. Z. *Moralidade, escola e contemporaneidade: bases teóricas e relatos de experiências* (pp.143-151). Bauru, SP: Gradus.
- Cruz Puerto, M. S. (2020). Desarrollo moral: Tres comprensiones. *Revista Iberoamericana de Psicología*, 13(1), 95-103.
- Freitag, B. (2005). Itinerários de Antígona: a questão da moralidade. Campinas: Papirus.
- Koga, V. T.; ROSSO, A. J. (2021). Estrutura das representações sociais das regras escolares. *Práxis Educativa*, 16(1), 1-19.
- Kohlberg, L. *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao, Spain: Desclée de Brouwer, 1992.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on moral development - v. I. The Philosophy Of Moral Development*. São Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development – v. II. The Psychology Of Moral Development*. São Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L., Levine, C.; Hower, A. (1983). *Moral stages: a current formulation and a response to critics*. Cambridge: Karger.
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral. *Psicologia USP*, 18(1), 11-36.



CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DE VIGOTSKI PARA A SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Dra. Maria Luiza Gava Schmidt⁶⁸
Ana Paula de Araújo Fernandes⁶⁹
Paulo Roberto Ribeiro Marinho⁷⁰

Teoria Sócio-Histórico Cultural - interface com o trabalho e a saúde

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o homem é um ser social. Vigotski (1988) afirma que existe um processo de humanização desse homem, o qual se dá por meio da apropriação cultural, uma vez que seu aparato biológico é potencial para desenvolvimento, porém não é suficiente para que o mesmo se torne humano.

Ainda segundo Vigotski (1988), seu desenvolvimento é determinado pelo contexto sócio-histórico e pela sociedade em que está inserido. Tal desenvolvimento se dá por meio da atividade especificamente humana, denominada trabalho, mediada por instrumentos, os quais são criados pelo próprio homem para satisfazer suas necessidades. Ou seja, o homem transforma a natureza a partir de suas necessidades, e para isso, produz objetos e os meios de produção para confecção de tais objetos; e nesse processo de agir sobre a natureza, e transformá-la, o próprio homem se transforma, desenvolve novas habilidades, comportamentos e produz cultura (Aita, Castro, Luceba & Tuleski, 2015).

Aita, Castro, Luceba e Tuleski (2015), afirmam que o conhecimento produzido na elaboração e uso desses instrumentos, desenvolve aptidões humanas. Essas aptidões e conhecimentos que são desenvolvidos no decurso dessa atividade, ficam encarnadas nos seus produtos

68 Psicóloga, Docente do Departamento de Psicologia Social e do Programa de Pós Graduação em Psicologia junto a Linha Processos Psicológicos e Contextos de Desenvolvimento Humano, Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Câmpus de Assis/SP

69 Psicóloga clínica mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia junto a Linha Processos Psicológicos e Contextos de Desenvolvimento Humano, Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Câmpus de Assis/SP.

70 Psicólogo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP Câmpus São Roque/SP. Mestre e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Psicologia, Linha Processos Psicológicos e Contextos de Desenvolvimento Humano – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Câmpus de Assis/SP.

(materiais e intelectuais) e, quando o homem desenvolve uma atividade que reproduz operações motoras e intelectuais que estão encarnadas nesses objetos, ele se apropria das capacidades ali colocadas, em um processo de aprendizagem que poderá resultar no desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Assim, é pela internalização das atividades socialmente e historicamente produzidas que o homem desenvolve seu psiquismo (Aita, Castro, Luceba & Tuleski, 2015).

Esse processo de internalização ocorre por intermédio de signos, sendo a linguagem o sistema de signos mais importante. Desse modo, se as funções psicológicas superiores desenvolvem-se pela apropriação desses instrumentos e signos sociais, seu desenvolvimento em cada indivíduo só pode ser compreendido na relação entre as reais condições de acesso a esses instrumentos e signos (o que o meio lhe dispõe) e a qualidade das mediações produzidas nas relações sociais existentes (Aita, Castro, Luceba & Tuleski, 2015).

Segundo Oliveira (2016), esse processo de apropriação do material cultural, corresponde à própria formação da consciência humana, uma vez que esse material é utilizado como instrumento pessoal de pensamento e ação no mundo, sendo essa consciência sempre significativa e subjetiva em suas características.

A atividade, portanto, para a psicologia sócio-histórica, aparece como categoria não dissociada à consciência, mas sim, neste caso, como base material para que se desenvolva a consciência no ser humano, sendo a partir do trabalho, do manuseio dos instrumentos constituídos historicamente, que o indivíduo se relaciona com o social, criando condições para o desenvolvimento da consciência (Bruttin, 2012). Essa atividade implica em movimento e dialética, na relação constante de troca entre sujeito e sociedade (Bruttin, 2012).

Nesse sentido, Lukács (2004) considera o trabalho como atividade e categoria ontológica fundamental do ser social, uma vez que as características ontológicas do ser humano são aquelas que surgiram historicamente e se incorporaram de modo irreversível e permanente ao gênero humano, transformando-se em um elemento constitutivo do ser social. Com isso, não pode existir a sociedade humana sem o trabalho, por mais primitivo que seja, sendo ele o ponto de partida da humanização do homem.

Segundo Martins e Eidt (2010) o trabalho é também considerado como meio para a produção de valores de uso, não obstante, o trabalho realizado na sociedade capitalista traz as marcas do processo de alienação vivido pelos homens nesse tempo histórico. Em um sentido mais amplo, o conceito de alienação pode ser entendido como um processo de distanciamento e de conflito entre riqueza material e intelectual do ser humano e a vida de cada pessoa. A alienação é um dos elementos característicos da sociedade capitalista e tem origem na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção da vida material.

Uma das consequências do processo de alienação, segundo Marx (2004), consiste na cisão entre o trabalhador, sua atividade e o produto de seu trabalho, de modo que o homem não se reconhece como produtor do objeto que produz. Outra consequência, já no plano da consciência individual, é uma ruptura no sentido (conteúdo subjetivo) e no significado (conteúdo objetivo) da atividade que realiza. Uma outra consequência, ainda, é que o trabalho, nas sociedades de classes, não se constitui uma atividade que desenvolve plenamente

as faculdades humanas, ou seja, o trabalho alienado não permite ao trabalhador o pleno desenvolvimento de suas capacidades e faculdades, mas sim, provoca seu esvaziamento físico e mental.

Diante disso, temos uma questão de saúde, a qual, na perspectiva da teoria histórico-cultural, é considerada:

um processo dinâmico, ativo, de busca de equilíbrio, não sendo possível falar em saúde plena. Será sempre relativa à integrativa das dimensões do humano (física, psíquica e social). Portanto, saúde é a busca constante de equilíbrio do homem como um todo, inserido no tempo e no espaço, produzida socialmente. Promover saúde é um processo que capacita a população a desenvolver sua saúde, uma vez que está diretamente relacionada com a construção de subjetividade individual e social e o desenvolvimento da consciência individual e do grupo (Kahhale, 2003, p. 166).

Nessa perspectiva, a promoção de saúde está relacionada com a tomada de consciência. Ela aparece como instrumento que capacita o homem a modificar o social, a ver sua atividade de forma diferente, e/ou a planejar sua atividade. Permite entender-se em sua relação com o social, e abre espaço para o indivíduo ser agente de sua constituição (Bruttin, 2012). Para Furtado, "é a condição de modificação consciente da natureza através do trabalho que permite a constituição da atividade consciente do homem" (2007, p.218).

A palavra saúde, por sua vez, deriva da raiz etimológica do termo latim *salus*, que segundo Rey (1992), remete à ideia de estar inteiro, íntegro. Por muitos séculos, essa integridade esteve relacionada apenas ao aspecto físico e individual do sujeito, uma vez que, centrada no paradigma biomédico, a saúde era considerada somente a ausência de doenças (Santos, 2015). Esse modelo biomédico, reforçava a ilusão de uma linearidade/causalidade, que trazia a origem do problema como sendo própria do indivíduo, dando uma supervalorização para os caracteres biológicos (Santos, 2015).

A partir de 1970, com a presença de muitos movimentos sociais no mundo, e no Brasil, especificadamente, com intensas mobilizações populares que buscavam o fim da ditadura militar, e, portanto, um contexto favorável para os movimentos pautados num modelo de sociedade mais igualitária, solidária e aberta à reflexão (Shimoguiri & Benelli, 2018); a saúde passou ser considerada em outras dimensões, menos organicistas, sendo compreendida também como do âmbito social, cultural e político (Mendes, 2006).

Nesse momento da história, o paradigma emergente é o da produção social da saúde ou paradigma biopsicossocial, o qual trouxe a saúde como sendo um processo de produção social da vida em sociedade (Mendes, 2006). Incluindo na concepção de saúde, portanto, a dimensão subjetiva e a social (Shimoguiri & Benelli, 2018). Em 1946, a Organização Mundial da Saúde (OMS), já havia definido saúde como "estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença" (OMS, 1946).

Em meados dos anos 1980, junto à redemocratização do Brasil, foi estabelecida a Reforma Sanitária Brasileira e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Shimoguiri & Benelli, 2018). Este foi um período importante para ampliar o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive em sua articulação com o trabalho, uma vez que com uma nova forma de apreender a relação trabalho-saúde e de intervir no mundo do trabalho,

foram introduzidas na saúde pública, práticas de atenção à saúde do trabalhador (Minayo, Vasconcellos & Machado, 2018).

Para Minayo, Vasconcellos & Machado (2018) a referência central para o estudo dos condicionantes saúde-doença é o processo de trabalho. A apropriação do conceito “processo de trabalho” como instrumento de análise, possibilita reformular concepções ainda hegemônicas, passando a considerar a dimensão social e histórica do trabalho e do binômio saúde/doença, de modo que não seja ignorada a história do sujeito e o contexto que circunscrita as relações de produção materializadas em condições específicas de trabalho, geradoras ou não de agravos à saúde.

Saúde mental e trabalho – Algumas considerações

A Saúde Mental e Trabalho, reconhecida como uma subárea do campo da Saúde do Trabalhador, segundo Athayde (2011), vêm se consolidando a partir de 1980 e propõe uma relação dialética entre os fenômenos do trabalho e da saúde, tecendo discussões acerca das alterações psíquicas e as ocupações (Borges, 2005).

Desse modo, a Saúde Mental e Trabalho (SMT) concerne um processo multifacetado, que engloba aspectos do adoecimento e da promoção da saúde, uma vez que o trabalho é concebido como tendo um papel estruturante na vida cotidiana do homem contemporâneo (Borges, Guimarães, Silva, 2013). Sendo considerado, “[...] referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade [...]” (Netto & Braz, 2010, p. 29). Nas palavras de Clot (2006a) a “atividade mais humana que existe” (p. 69). “[...] atividade de objetivação-exteriorização humana através da qual os homens produzem os meios necessários à satisfação de suas necessidades materiais, espirituais, culturais, simbólicas etc...” (Gomes, 2010, p. 140-141). Sendo seu “papel ontológico amplamente reconhecido pela psicologia histórico cultural” (Moro Rios & Rossler, 2017, p.566).

De acordo com Moro Rios e Rossler “ao se tornar trabalhador, o indivíduo assume uma posição ativa na construção da vida social, um posicionamento diante de outros indivíduos e da sociedade como um todo” (2017, p.568)

Fundamentalmente, o sujeito pensa sua relação no trabalho, produz interpretações de sua situação e de suas condições, socializa essas últimas em atos intersubjetivos, reage e organiza-se mentalmente, afetiva e fisicamente, em função de suas interpretações, age, enfim, sobre o próprio processo de trabalho e traz uma contribuição à construção e evolução das relações sociais de trabalho (Dejours, 2001, p. 40).

Dejours (2004) descreve que o trabalho não está associado apenas à vinculação empregatícia ou à obtenção de uma remuneração, mas sobretudo, à capacidade do sujeito de se engajar – por meio de seus conhecimentos, movimentos, inteligência, criatividade inteligência prática – na resolução de tarefas, formatadas pelas pressões sociais e técnicas.

Essas concepções sobre o trabalho “resultam de um processo de criação histórica, no qual seu desenvolvimento e propagação são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano” (Neves et al, 2018, p.318). Desse modo, o trabalho é reconhecido como um dos

valores fundamentais do ser humano, responsável pela autorrealização e subjetividade, dos sujeitos e sobretudo para o desenvolvimento de sua identidade.

Segundo Nardi (2015) esta relação subjetividade-trabalho, é caracterizada pelos contextos sócio, histórico, político e cultural, e por vários marcadores sociais, como por exemplo, geração, cor, raça, etnia, origem rural ou urbana, inserção em organizações privadas ou públicas, grau de escolaridade, relações de gênero, valor atribuído ao trabalho. Por conseguinte, “atribuir sentidos e significados ao trabalho pode contribuir para compreender aspectos relacionados à subjetividade do trabalhador, assim como suas expectativas e desejos, que muitas vezes são cerceados pela organização do trabalho” (Schmidt, et al 2017,p.141).Para Araújo & Sachuk (2007) os sentidos que se atribui ao trabalho, são sempre singulares ,concretos e oriundos de uma historicidade, em conjunto com cada época e cultura e com os modos de cada sujeito ou grupo se relacionar e compreender o contexto ao qual faz parte.

Saúde mental e trabalho, por sua vez, é um campo de ações tanto de produção do saber quanto de cuidados humanos. É complexo, abrangendo uma série de dilemas entre os quais o reconhecimento do nexos entre saúde mental e trabalho; nexos esse que é a razão da existência do próprio campo. Seus temas (patologias, bem-estar, estresse no trabalho, alterações psíquicas, prevenção, etc.), além de complexos, envolvem dimensões institucionais (políticas em voga, infraestrutura dos serviços, relação entre profissionais e usuários, impactos das condições de trabalho, etc.) (Borges & Barros, 2020, p. 357).

Montes, Fraga e Souza (2020) defendem a importância e necessidade do atendimento à saúde trazer além do bem-estar físico e mental, o alcance pleno dos aspectos relacionados ao contexto social e histórico do indivíduo e concebem que a teoria histórico-cultural de Vigotski possui contribuições relevantes para a compreensão do processo de saúde-doença e o estudo da saúde. Na opinião desses autores,

[...] segundo a teoria de Vigotski, todos esses processos que envolvem o homem dependem de contextos históricos, sociais e culturais, de intensa interação do homem com o meio em que está inserido. Baseada na compreensão da teoria histórico-cultural de Vygotsky, a saúde e todo o seu sistema complexo, está intimamente ligada às práticas culturais que as pessoas trazem em si ou na sua comunidade. A dialética também é outro componente indispensável para reafirmar direitos básicos e universais (Montes, Fraga & Souza, 2020, p.136).

Vigotski (1934/2009), concebe que toda atividade humana é significada, o que leva a entender que a atividade laboral possui significados que são produzidos historicamente e compartilhados socialmente. Em vista disto, compreende-se que os significados que permitem a comunicação e socialização das experiências.

A teoria da Psicodinâmica do Trabalho, descrita por Dejours (1994) considera que o significado do trabalho ultrapassa as esferas sociais, culturais, de valores e subjetividade. Em vista disto, os estudos embasados nesta abordagem dão ênfase as compreensões das vivências dos trabalhadores e o significado que o trabalho produz no processo saúde-doença.

Independentemente da perspectiva adotada para esta compreensão entre os significados e sentidos do trabalho, faz-se necessário tomar como referência fundamental um dos elementos essenciais, a subjetividade do trabalhador, componente intrínseco nas

relações de trabalho e nos estudos relativos à saúde do trabalhador (Schmidt, et al, 2017, p.138).

Vigotski (1934/2009) compreende significado e sentido como unidade dialética. Sendo que o sentido é concebido por ele como uma construção pessoal. Ou seja, [...]” é a soma de todos os fatos psicológicos que ele desperta em nossa consciência” (Vigotski,1934/2009, p. 465).

Destarte, quando o trabalho é permeado por investimentos psíquicos mobilizadores ele se torna produtor de sentido tornando um recurso para a saúde mental na relação trabalhador-trabalho. Inversamente, um trabalho sem sentido produz efeitos desfavoráveis à saúde podendo ser fonte de sofrimento mental que requisita uma intensa mobilização psíquica e pode ocasionar adoecimento (Dejours, 1994).

Sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho o sofrimento psíquico no trabalho (enquanto manifestação singular do Sofrimento Social) tem sua gênese associada ao bloqueio do reconhecimento, a escassez de recursos de retribuição simbólica e de consolidação da identidade no/pelo trabalho, indispensáveis para a conservação da saúde mental (Dejours, 1994). Sendo assim,

O sofrimento social opera em duas dimensões simultaneamente interligadas: coletiva (social) e individual (intrapsíquica), necessitando ser o foco central de análises que objetivam zelar pela saúde coletiva, em especial aqui, a dos trabalhadores do cenário produtivo contemporâneo – serviços e indústrias (Bouyer, 2015, p.108).

Questões situadas na dimensão social das relações sociais da produção capitalista são impedimentos concretos à livre atividade do trabalhador (Clot, 2006) e ao seu poder de agir (Clot, 2008), bem como os constrangimentos da regulação autônoma das cargas de trabalho (Guérin, Laville, Daniellou, Duraffourg & Kerguelen, 1997).

Saúde e poder de agir, têm, portanto, uma ligação naqueles que trabalham. Sem estar – ao menos de tempos em tempos – na origem do que lhe acontece, o trabalho se torna rapidamente insustentável aos seus próprios olhos. No entanto, o que lhes cabe fazer é cada vez mais desatado daquilo que conta realmente para eles. Sua própria atividade é, então, desafetada. Pode-se, dessa forma, perder a saúde antes mesmo de ficar doente (Clot, 2017, p.18).

Segundo Clot (2006 a) foi a partir de situações de impedimento no trabalho, que ele passou a se preocupar com a concepção de desenvolvimento em Vigotski. Com base nas proposições deste autor sobretudo sobre o comportamento (Vigotski, 1999), ele passou a compreender que:

Entre o trabalho tal como é prescrito/formatado pela direção da empresa, e o trabalho tal como se desenvolve na atividade do sujeito, há uma grande distância! E é precisamente esse mundo de distância entre os dois que representa uma ocasião de sofrimento para o sujeito; porque ele está em situação de desenvolvimento psicológico impedido de atividade pelas tarefas que são pequenos demais para o desenvolvimento do sujeito (Clot, 2006 b, p.77).

Assim sendo, Clot (2010) considera que a atividade de trabalho engloba além das atividades realizadas, aquelas que foram impedidas de serem feitas, ou seja, aquilo “ que não se faz, o que não podemos fazer, o que procuramos fazer sem conseguir- os fracassos - o que gostaríamos ou poderíamos fazer, o que pensamos ou sonhamos poder fazer” (Clot, 2006

a, p.116). Nesta perspectiva, o adoecimento mental na relação trabalhador -trabalho pode ocorrer pelos impedimentos para realização do trabalho ocasionado pelos bloqueios institucionais.

Braz (2020) descreve que no contexto laboral, as intervenções em Saúde Mental e Trabalho devem ser compreendidas com base na infinidade dos fenômenos decorrentes das esferas familiar, social e existencial, além das estruturas políticas, ideológicas e gestionárias.

Assim sendo, “a dimensão coletiva e individual dos fenômenos de ordem psicológica conectados ao trabalho não podem ser compreendidas se isolarmos entre si, uma vez que mantêm estreitas reciprocidades” (Seligmann- Silva, 1994, p. 71). Para Faïta (2010) “O trabalho de reflexão e de formalização permite à pessoa tomar consciência de seu potencial, da maneira como se investe em sua atividade” (p.178).

Entretanto, para que esta compreensão se efetive é necessário superar a dicotomia entre objetivo e subjetivo. Em vista disto, salientamos que a perspectiva de base materialista histórica supera essa dicotomia por meio da dialética.

Deste modo,

Na análise do trabalho deve se considerar os empecilhos à ação do sujeito e compreender como estes agem para escapar a eles, quais estratégias e recursos utilizados, como se apropria do meio, do coletivo, do gênero para ultrapassar esses bloqueios a sua ação (Melo, Brito, Aquino & Colaço, 2018, p.100.)

Como saúde é considerada um atributo cultural, todos os processos que a envolvem também perpassa pela cultura: o modo de encarar a doença, o modo de ver e de buscar melhorias para reduzir os agravos à saúde, a visão de mundo, do modo de construir e a utilização e a aplicação do conhecimento (Montes, Souza & Fraga, 2020, p.137).

Isto posto, sendo o homem considerado um elemento social, histórico e que está em constante influência da cultura de si ou de outrem o processo saúde doença na relação trabalhador/trabalho é possível de ser compreendido mediante a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski (Montes, Souza & Fraga, 2020).

A Clínica da Atividade: interlocução com a teoria histórico-cultural de Vigotski

A Clínica da Atividade na perspectiva de Clot (2008) faz parte de um conjunto de Clínicas do Trabalho, fundamentadas em

[...] teorias que tem como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apresentando uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias é a situação do trabalho, que, em síntese, compreende a relação entre o sujeito, de um lado, e o trabalho e o meio, de outro (Bendassolli & Soboll, 2011, p. 3).

De acordo com Silva (2020) “entre seus traços fundamentais, as clínicas do trabalho defendem a centralidade psíquica e social do trabalho, vendo-o como uma atividade material e simbólica constitutiva do laço social e da vida subjetiva” (p.96). Segundo Bendassolli (2012), as clínicas do trabalho são caracterizadas por concepções teóricas que recebem influência epistemológica, conceitual e técnica, como por exemplo: a psicanalítica (nas vertentes da psicodinâmica e da psicossociologia); da filosofia (sobre a ergologia e clínica

da atividade, principalmente autores como Bakhtin, Spinoza e Canguilhem); e da corrente sócio-cultural (sobre a clínica da atividade, particularmente Vigotski).

Para Clot (2017) a Clínica da Atividade, tem como objetivo fundamental o desenvolvimento transpessoal da função do coletivo. A ótica Vigotskiana adota a concepção da dicotomia interno-externo, assim como a “subjetividade e a objetividade estão mutuamente implicadas num dado contexto histórico” (Pinheiro, Costa, Melo & Aquino, 2016, p.119). “Na Clínica da Atividade o diálogo inclui as formas simbólicas representadas pelos silêncios, impaciências, dúvidas e excitações registradas por trabalhadores e mediador” (Perez, 2020, p.70)

Assim sendo,

A atividade não é o contrário da subjetividade. A subjetividade eu a defino claramente [...] como uma relação entre atividades. A subjetividade é uma atividade sobre a atividade. É a minha atividade ou a atividade de meu colega de trabalho como objeto de pensamento. É assim que se desenvolve a produção subjetiva de minha experiência. Portanto, não somos obrigados a escolher entre atividade e subjetividade (Clot, 2010 b, p. 225).

Isto posto, sob a perspectiva da vertente Sócio-Histórica, o poder de agir na produção da saúde do trabalhador está nesta relação indissociável entre atividade e subjetividade. Tomando como referência a compreensão de que a atividade

É estruturante do conceito de trabalho e a participação dos trabalhadores é enfatizada como condição fundamental para garantir o bem-estar, a segurança e a eficácia, no entanto, essa participação não deve ser restrita a finalidades técnico-produtivista e sim como uma perspectiva real de transformação dos contextos de trabalho (Melo, Brito, Aquino & Colaço, 2018, p.98).

Nesta direção, a Clínica da Atividade possui metodologias que possibilitam “promover o movimento e a saúde biopsicossocial do homem tendo o trabalho como unidade singular de desenvolvimento humano” (Perez, 2016, p.314). Dentre elas a autoconfrontação tem sido considerada promissora “para favorecer o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos e coletivos sobre si e sobre o meio de trabalho” (Rezende & Christo, 2018, p.131).

Como proposta de análise e intervenção, a técnica de Instruções ao Sôcia criada por Odone, Re e Briante (1981), denominada como Modelo Operária Italiano (MOI) de reconhecido movimento na luta pela saúde nas relações de trabalho, também tem sido utilizada na abordagem da Clínica da Atividade. Na opinião de Clot (2017) tanto a autoconfrontação como a Instrução ao Sôcia são metodologias que permitem desenvolver a função psicológica do coletivo de trabalho ampliando as possibilidades de pensar e agir.

Destarte, o desenvolvimento da atividade está articulado à dispositivos éticos da psicologia no que se refere ao comprometimento com a transformação da realidade social, fortalecendo assim o compromisso social da Psicologia enquanto ciência e profissão.

A abordagem sócio-histórica na pesquisa qualitativa em saúde mental e trabalho

A temática de saúde mental e trabalho remete a diferentes abordagens teórico-metodológicas. Objetivamos explicitar no texto a seguir os fundamentos epistemológicos dentro da abordagem sócio-histórica em pesquisas qualitativa no cenário contemporâneo de produção do conhecimento. A pesquisa qualitativa é um campo de investigação que permeia disciplinas e temas, que pode ser considerado um grande guarda-chuva que recobre diferentes abordagens usadas para descrever, compreender e interpretar experiências, comportamentos, interações e contextos sociais (Denzin & Lincoln, 2010).

Pesquisas qualitativas podem ser compreendidas como sendo uma investigação que trata do nível de realidade tratado por meio da história, da biografia, das relações, do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes e maneja técnicas variadas para o trabalho empírico (Minayo, 2013).

A abordagem qualitativa é representada nos diversos campos disciplinares, independentemente de sua matriz de filiação teórico-metodológica. Na perspectiva sócio-histórica, tem como pano de fundo o materialismo histórico-dialético, em vista disto, dá ênfase “a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social” (Freitas, 2002, p.21). As pesquisas com referencial teórico e metodológico sócio-histórico compartilham principalmente das ideias de Marx (1867/1996). Nestas há uma preocupação em contextualizar as transformações ocorridas na sociedade, na relação do homem com o mundo, sobretudo com o trabalho.

Por interferência das correntes marxistas, os estudos fazem críticas aos modos de produção do capitalismo moderno. Verifica-se, assim, a relação com a saúde mental no trabalho a preocupação em não apenas investigar a incidência de doenças específicas no contexto de trabalho, mas entender o sofrimento daqueles que não conseguiram construir e significar seu papel profissional da forma que almejavam, e que pudesse respeitar os aspectos de saúde. A prioridade recai sobre a abordagem qualitativa, obtidos principalmente por meio de entrevistas, que busca insistentemente compreender e interpretar da forma mais fiel possível os aspectos internos dos sujeitos que estuda e legitima o conhecimento de sua “verdade” (Minayo, 2012). Conforme (Freitas, 2002, p. 29)

Assim temos:

A entrevista, na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, também é marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social (Freitas, 2002, p. 29).

De acordo com Fogaça (2020) “Dentro da metodologia qualitativa, a abordagem dialética, de fundamentação materialista histórica, é o que mais atende as questões sobre saúde/doença no trabalho” (p.278). Na abordagem materialista dialética, o comportamento humano

difere qualitativamente do comportamento animal e que, esse deve, portanto, ser estudado em sua singularidade. Entendendo a conduta humana não apenas como o produto da evolução biológica, e todos os seus processos superiores inerentes ao ser humano, mas também o produto do desenvolvimento histórico e cultural (Vigotski,1996).

Diante do entendimento do ser humano como sócio-histórico, temos na hermenêutica dialética, a técnica de análise que faz a síntese dos processos compreensivos e críticos (Habermas, 1987). Assim, a hermenêutica é a procura da compreensão de sentido que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo na linguagem seu núcleo central (Gadamer, 1999). A utilização da comunicação na vida cotidiana e da forma que as pessoas dão a esse existir, atentando para que o ser humano complementa-se por meio da comunicação, sendo preciso compreender seu contexto e sua cultura.

Enquanto percurso metodológico, a abordagem hermenêutica desenvolve-se em parâmetros, a saber: busca diferenças e semelhanças entre o contexto dos autores e o contexto do investigador; explora as definições de situação do ator, supõe o compartilhamento entre o mundo observado e os sujeitos, com o mundo da vida do investigador; busca entender os fatos, os relatos e as observações e apoia essa reflexão sobre o contexto histórico; julga e toma decisão sobre o que ouve, observa e compartilha; e produz um relato dos fatos em que os diferentes atores se sintam contemplados (Minayo, 2010).

Por outro lado, a dialética pode ser entendida como ciência e a arte do diálogo, da pergunta e da confrontação. O pensamento dialético necessita criar instrumentos de crítica e de apreensão das contradições da linguagem, levando em consideração que a análise dos significados deve ser colocada na base das práticas sociais e evidenciando o condicionamento histórico das falas, relações e ações (Minayo, 2010).

Temos na relação hermenêutica com a dialética, um importante aspecto que legitima sua utilização e importância em pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as interdependência e divergências entre elas, se valendo de pontos em que ambas trazem a ideia do condicionamento histórico da linguagem, das relações e das práticas; elas partem do pressuposto de que não há observador imparcial; questionando o tecnicismo em favor da intersubjetividade, compreensão e da crítica. Temos em ambas uma prática estruturada pela tradição, pela linguagem, pelo poder e pelo trabalho; ambas reúnem o poder para “aproximação da verdade” investigada (Alencar, Nascimento, Alencar, 2012).

As abordagens qualitativas na área da saúde constituem também diversas teorias e modelos de estudo, como etnografia, estudo de caso, história oral, análise documental, dentre outros (Victora, Kanuth, Hassen, 2000). Os estudos qualitativos, no campo da saúde mental e trabalho e também em outros campos do conhecimento fundamentados na abordagem dialética são importantes por detalhar “as lógicas e as intencionalidades culturais que revestem de sentido e mesmo influenciam a ação dos sujeitos” (Gomes, Deslandes, Moreira, 2020, p. 4712). Além disto “permitem vislumbrar os entrecruzamentos dinâmicos das vidas em biografia e as estruturas sociais em suas múltiplas redes de determinação, autonomia e influência” (Gomes, Deslandes & Moreira, 2020), p.4712). Diante disso os autores Bogdan e Biklen comentam:

um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma

metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa. (1994, p.11).

Os pesquisadores que realizam estudos dentro dessa abordagem, enfrentam desafios diante das ações de promoção à saúde laboral, assim como, na própria saúde mental do trabalhador, pois os resultados das análises investigativas da percepção dos trabalhadores, são vistas em muitas vezes, pelos gestores como isoladas ou ainda, não atingindo uma representatividade que possa ser generalizada. A preocupação está concentrada na quantidade, ou seja, no número de trabalhadores diante de uma categoria pesquisada, ficando a saúde mental do trabalhador em segundo plano. O método qualitativo de pesquisa é entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013).

O contexto de vida, assim como o de trabalho ditam de modo singular o modo pela qual as pessoas pensam, sentem e agem a respeito das percepções do binômio saúde-doença. Com isso, se torna imprescindível a compreensão dos aspectos sociais que norteiam a vida desses trabalhadores. Na pesquisa qualitativa com enfoque sócio-histórico não se investiga em razão de resultados, mas o que se quer obter é “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (Bogdan & Biklen, 1994, p.16). As abordagens qualitativas buscam superar a tendência positivista em se fazer ciência e compreender a realidade subjetiva de determinado grupo, onde os dados quantitativos indicam, mas não revelam. Em pesquisas qualitativas a quantidade é substituída pela intensidade e imersão profunda da percepção do sujeito da pesquisa. O número de pessoas não é o imprescindível, mas sim analisar a questão sob diferentes perspectivas e compreender os fatores sociais que é objetivo da investigação, vale ressaltar que nesse tipo de estudo não há preocupação com generalizações, como acontece no modelo positiva das Ciências Naturais.

Um aspecto importante nas pesquisas qualitativas se refere na impossibilidade da neutralidade, pois o pesquisador faz parte da própria situação e ação de pesquisa, podemos pensar na tentativa do pesquisador e não emitir julgamento, envolvimento, principalmente na etapa de análises dos dados coletados, sob o risco de enviesar o estudo, e com isso, invalidar o conhecimento produzido.

Os estudos de abordagem qualitativa dentro da perspectiva sócio-histórica, no campo da saúde mental e trabalho deve refletir o trabalhador em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, concebendo a relação de trabalho-sociedade à qual cada pessoa pertence. Nesse sentido, a busca é encontrar métodos de estudar o trabalhador como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, sujeito social e participante do processo histórico.

Considerações finais

Este capítulo é resultado de estudos teóricos e pretende apresentar algumas contribuições ao estudo da psicologia histórico-cultural, mais especificamente a vertente Vigotskiana no que se refere à relação existente entre as categorias de trabalho e saúde mental.

Estudos desta natureza são importantes para psicólogos e demais profissionais envolvidos com a pesquisa, na busca por compreender os processos de adoecimento da população trabalhadora.

Nota: Nesse trabalho optamos pela grafia Vigotski, conforme as traduções das obras do pensador russo para o português, realizadas por Paulo Bezerra.

Referências

Aita, E. B., Castro, F. S., Luceba, J. E. E., & Tuleski, S. C. (2015) *Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural*. In: Tuleski, S. C.; Chaves, M. & Leite, H. A. (Orgs.). *Materialismo Histórico Dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural – método e metodologia de pesquisa* (pp. 182-194). 2ª ed. Maringá-PR: Eduem.

Alencar, T. de O. S., Nascimento, M. A. A., & Alencar, B. R. (2012). Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 25(2), 243-250. <https://doi.org/10.5020/2236>.

Araújo, R. R., & Sachuk, M. I. (2007). Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. *Revista de Gestão*, 14(1), 53-66.

Athayde, M. (2011). Saúde ‘Mental’ e Trabalho: questões para discussão no campo da saúde do trabalhador. In: Gomez, C. M., Machado, J. M. H., & Pena, P.G.L., comps. *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea* (pp.345-366). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, <https://doi.org/10.7476/9788575413654.0018>.

Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Borges, L. O. (Org.). (2005). *Os profissionais de saúde e seu trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Borges, L. O., Guimaraes, L. A. M. & Silva, S. S. (2013). Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho. In Borges, L. O.; Mourão, L. *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia* (pp. 231-240). Curitiba: Artmed.

Borges, L. O., & Barros, S. C. (2020). Psicossociologia e saúde mental no trabalho. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 357-358). São Paulo, FiloCzar.

Braz, M. V. (2020) Sociologia clínica. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp.402-405). São Paulo, FiloCzar.

Bouyer, G. C. (2015). Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 106-119.

- Bruttin, A. (2012). *Contribuições da psicologia social e do trabalho e das organizações para a gestão de pessoas em fábricas recuperadas: um estudo de caso na Metalcoop*. Tese. PUC-SP, São Paulo.
- Clot, Y. (2006a). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Clot, Y. (2006b). Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. *Pro-Posições*, 17(2) (50) - maio/ago.
- Clot, Y. (2008). *Travail et pouvoir d'agir*. Paris: PUF.
- Clot, Y. (2010a). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Clot, Y. (2010b). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 207-234. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000100015>
- Clot, Y. (2017). Clínica da atividade. *Horizontes*, 35(3), 18-22, set./dez. <http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v35i3.526>
- Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana análise da relação prazer, sofrimento trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Dejours, C. (2001). *A Banalização da Injustiça Social*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2010). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. (pp. 15-41). (2ª Ed). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Editorial, C. (2008). Entrevista com Yves Clot. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 2(1), 65-70. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6241>
- Faïta, D. (2010). A linguagem como atividade. In Schwartz, Y; Durrive, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana* (pp. 167-188). Niterói: EDUFF.
- Fogaça, S. (2020). Metodologia qualitativa. In Schmidt, M. L. G (org) *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 278-281). São Paulo, FiloCzar.
- Freitas, M. T. A. (2002) A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Tema em Destaque. *Cad. Pesquisa* 116, 21-39. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>
- Furtado, O. (2007). O psiquismo e a subjetividade social. In Bock, A; Gonçalves, M. G., Furtado, O. *Psicologia Sócio-Histórica* (pp. 75-93). São Paulo, Cortez.
- Gadamer H. (1999). *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, R, Deslandes, S. F., & Moreira, M. C. N. (2020). As abordagens qualitativas na Revista Ciência & Saúde Coletiva (1996-2020). *Ciênc. Saúde Colet.*, 25(12), 4703-4714. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.18142020>

Gomes, R. M. (2010). *Trabalho médico e alienação: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde*. Tese de doutorado, Programa de Medicina Preventiva, USP. São Paulo.

Guérin, F., Laville, A., Daniellou, F., Duraffourg, J., & Kerguelen, A. (1997). *Comprendre le travail pour le transformer: la pratique de l'ergonomie*. Paris: ANACT.

Habermas J. (1987). *Dialética e Hermenêutica*. Porto Aleg LPM.

Kahhale, E. (2003). *Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada*. In Bock, A. A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia (p.166-191). São Paulo: Vozes.

Lukács, G. (2004). *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta.

Martins, L. M., & Eidt, N. M. (2010). Trabalho e atividade: categorias de análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. *Psicologia em estudo*, Maringá, 15(4), 675-683.

Marx, K. (1867). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Coleção Os Economistas.

Marx, K. (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Mendes, E. V. (2006). *Uma agenda para saúde*. São Paulo: Hucitec.

Melo, P. B., Brito, M. A. A., Aquino, C. A. B., & Colaço, V. de F. R. (2018). Contribuições da psicologia histórico-cultural para o poder de agir do trabalhador. *Revista De Psicologia*, 9(2), 96-106. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19296>

Minayo M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13ª Ed). São Paulo, SP: Hucitec.

Minayo, M. C. S. (2012). *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.

Minayo, M. C. S., Vasconcelos, L. C. F., & Machado, J. M. H (2018). Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1963-1970. DOI: 10.1590/1413-81232018236.04922018.

Montes, S. S., Santos, A. C. S., & Fraga, H. C. J. R. (2020). O processo de saúde-doença na perspectiva da teoria histórico-cultural de Lev Semyonovich Vygotsky. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, 5(2), 124-140. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/article/view/7975>

Moro Rios, C. F., & Rossler, J. H. (2017). O trabalho como atividade principal no desenvolvimento psíquico do indivíduo adulto. *Psicologia Em Estudo*, 22(4), 563-573. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i4.37465>

Nardi, H. C. (2015). Subjetividade e trabalho. In P. F. Bendassoli, & J. E. Borges-Andrade. (orgs). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp.635-640). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Netto, J. P., & Braz, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

Neves, D. R. et al (2018). Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cad. EBAPE.BR* 16 (2) <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>

Oddone, I., Re, A., & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor.

OMS – Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constituição*. Nova Iorque: OMS.

Oliveira, M. K. (2016). *Vygotski e o Processo de Formação de Conceitos*. In Piaget, Vigotsky, Wallon: *Teorias psicogenéticas em discussão* (pp. 23-33). 27 ed. São Paulo: Summus.

Perez, D. (2020). Autoconfrontação. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 70-71). São Paulo, FiloCzar.

Perez, D. (2016). Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 305-316. DOI: 10.5935/1678-4669.20160029

Pinheiro, F. P. H. A, Costa, M. F. V., Melo, P. B. & Aquino, C. A. B. (2016). Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 110-124. Recuperado em 02 de mar. de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&tlng=pt.

Rey, F. G. (1992). *Personalidad, salud y modo de vida*. México: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela.

Rezende, M. S & Christo, C. S. (2018). O princípio da autoconfrontação na abordagem da Clínica da Atividade. *Dossiê Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores. Fractal, Rev. Psicol.* 30 (2), pp.131-136 <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5865>

Santos, W. (2015). Modelo Social, interdisciplinaridade e intersetorialidade: desafios às políticas sociais para a deficiência no Brasil (pp. 263-278). Brasília: Observatório Internacional de Capacidades Humanas,v.1.

Seligmann-Silva (1994). E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez.

Schmidt, M. L. G., Barbosa, W. F., Camargo Pinceli, S. C., & de Lucca, S. R. (2017). Significados e sentidos do trabalho: reflexões para a atuação do médico do trabalho na contemporaneidade. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 6(2), 138-142. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v6i2.1284>

Shimoguri, A. F. D. T., Benelli, S. T. (2018). A Reforma Sanitária e o Paradigma da produção social da saúde: algumas considerações sobre a Atenção Básica e o Território. *Revista de Psicologia da UNESP*, 17(2), 1-16.

Victora, C. G., Kanuth, D. R., & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde. Uma introdução ao tema*. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial.

Silva, G.E. (2020). Clínicas do trabalho. In: Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp.96-98). São Paulo, FiloCzar.

Vigotski, L. S. (1934/2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

Vigotski, L. S. (1999). *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1998). *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1996). *Obras escogidas*. Madrid: Visor.

RESEARCH PERSPECTIVES IN GRADUATE STUDIES: Psychology and society

**Silvio José Benelli
Gustavo Henrique Dionisio (Orgs.)**



SUMÁRIO

PRESENTATION..... 5

α) RESEARCH LINE OF PUBLIC POLICIES AND PRODUCTION OF SUBJECTIVITIES: CLINICAL AND INSTITUTIONAL PROCESSES

TRANSDISCIPLINARY RESEARCH PERSPECTIVES: INSTITUTIONAL INTERCESSIONS..... 11

Silvio José Benelli

SENSITIVE LISTENING AS A PRACTICE AT THE PSYCHOLOGY CLINIC-SCHOOL: SOME CHALLENGES FOR THE CLINICAL PRACTICE IN CONTEMPORARY TIMES 27

Gustavo Henrique Dionisio

MOTHERHOOD AND PSYCHOLOGICAL HERITAGE 35

Mary Yoko Okamoto; Thassia Souza Emidio

PSYCHOANALYTIC RESEARCH IN UNIVERSITY INSTITUTIONS: NOTES AND EXAMPLES 47

Rodrigo Sanches Peres

B) RESEARCH LINE: PSYCHOSOCIAL AND SUBJECTIFICATION PROCESSES IN CONTEMPORANEITY

A POLITICAL IMAGINATION WITH ANIMALS AND PLANTS IN SOCIAL PSYCHOLOGY: TAKING NARRATIVES SERIOUSLY AS CARRIER BAGS OF FICTION 61

Dolores Galindo; Flávia Lemos; Fernanda Zanata

THE (UN)BEARABLE (IN)VISIBILITY OF LGBTQIAP+ PEOPLE AT UNESP: INCLUSION, PERMANENCE, AND EQUITY 79

Fernando Silva Teixeira Filho; Leonardo Lemos de Souza

HIGHWAY WANDERERS IN BRAZIL AND CONTEMPORARY LIFESTYLES 93

José Sterza Justo

AGING AND SUBJECTIVITY: PSYCHOSOCIAL DIMENSIONS 107

Mariele Rodrigues Correa; Aline Sabbadini; Aline Zeller Pereira de Souza; Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos; Audrey Silva de Assis; Flávio Ribeiro de Oliveira; Jaime Fernandes Neto; Marcela Marcondes Leite

UBERIZATION OF THE WORK, SPACE, AND HEALTH OF WORKERS 121

Matheus Fernandes de Castro

METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO RESEARCH IN PSYCHOLOGY IN THE FIELD OF ARTISTIC ACTIVISM..... 137

Herbert Proença Lopes; Marianne Gois Barbosa; Roger Alloir Alberti; Rafael Siqueira de Guimarães

CROSSED STORIES OF TERRITORIES BETWEEN SCHIZOANALYSIS AND QUEER STUDIES: DECOLONIAL APPROXIMATIONS 147

William Siqueira Peres

c) AREA OF RESEARCH: PSYCHOLOGICAL PROCESSES AND CONTEXTS OF HUMAN DEVELOPMENT

GROUP OF MARXISTS STUDIES ON EDUCATION AND PSYCHOLOGY – GEMEPSI: PROGRAMS AND RESEARCH 163

Claudia Aparecida Valderramas Gomes; Deivis Perez Bispo dos Santos

ETHICAL UNFOLDINGS OF PHENOMENOLOGICAL DESCRIPTIONS OF PERCEPTION AND ATTENTION 177

Danilo Saretta Verissimo

THEORIES OF MORAL DEVELOPMENT FROM AN INTERACTIONIST PERSPECTIVE: JUDGMENT, REASONING, AND PERSONALITY 193

Rita Melissa Lepre; Vitor de Moraes Alves Evangelista

CONTRIBUTIONS OF THE VYGOTSKY'S SOCIO-HISTORICAL PERSPECTIVE FOR MENTAL HEALTH AT WORK 205

Maria Luiza Gava Schmidt; Ana Paula de Araújo Fernandes; Paulo Roberto Ribeiro Marinho



PRESENTATION

The Graduate Program in Psychology – Master’s and PhD courses of the Faculty of Sciences and Letters of the São Paulo State University (UNESP), Assis, São Paulo -had its Master’s and PhD courses recognized by the Brazilian Ministry of Education (MEC), with score 4, by Ministerial Ordinance No. 1077, of September 3, 2012, which was published in the Official Gazette of the Federal Government (DOU) on September 3, 2012, and republished on September 13, 2012.

The Graduate Program in Psychology of the Faculty of Sciences and Letters of UNESP-Assis has the following objectives:

The **general objective** of the Program is to develop a set of formative actions related to research in Psychology, considering the psychological and subjectivation processes involved in the social space inhabited by individuals, their daily life, and the institutions around them as the locus of concern for investigations. Thus, the dialogue of Psychology with other areas of knowledge is relevant, in order to implement the training of researchers and the production of knowledge that can contribute to the scientific and technological development of Brazil, strengthening the country in the international scenario. The training of researchers includes the qualification of professionals for both the development and coordination of research projects and the training of highly qualified professionals in the scope of undergraduate and graduate education, which is offered by universities, institutes, and other centers of scientific production and professional qualification. The production and dissemination of knowledge involves the development of research and the disclosure of its results by the formation and consolidation of groups and lines of investigation gathered around an area of concentration, focused on the problems and challenges, and located in the field of Psychology, which emerge in the regional dimension, associated with other national and international dimensions.

The specific objective of the **Master’s course** is to provide the graduate student with the theoretical and scientific methodological knowledge sufficient for the elaboration and performance of research projects. Therefore, their purposes include implementing skills and competencies for students to interrogate reality and elaborate research problems; equipping the Master’s student with current resources and technologies to access scientific information, mainly by informatics; stimulating ethical and critical conducts to make students capable of producing multiple information, analyses, and readings based on multifaceted examinations of the problems addressed in both the research process and the interaction with authors, theories, and productions of other researchers; developing in the student the willingness

for debate and dialogue with interlocutors in the same and other fields of knowledge and for the diffusion of scientific production by publications and presentations at conferences.

In the **PhD course**, the specific and fundamental objective is to develop competencies based on a deepening of the theoretical-methodological domain, making students capable of producing, with autonomy and independence, innovative scientific knowledge by research relevant to society, contemplated in the Program's Lines of Research, in partnerships and exchanges with other researchers from their region, country, and/or abroad. This also results in the development of skills for the construction and improvement of: methodological strategies aimed at research in Psychology and the systematic dissemination and communication of the knowledge produced, by participation in events and national and foreign scientific publications; the ability to investigate and problematize, in a critical, ethical, and autonomous way; the understanding and practices related to the areas of knowledge; the training of professional researchers to work at the university level in undergraduate and graduate courses.

Below, we present the current lines of research with their respective accredited professors:

a) Public policies and production of subjectivities: clinical and institutional processes

This line of research includes research and studies that associate clinical and institutional processes with the production of subjectivity, especially in its interface with the field of public policies. It focuses on themes that address clinical processes, childhood, families, groups, institutions, public policies, arts, aesthetics, among other topics that can contribute to the production of knowledge and the accumulation of concrete experiences that underlie and consolidate a complex and comprehensive approach to the various forms of psychosocial suffering of contemporaneity, expanding its scope to the field of Public Policies.

Professors: Assistant Professor Gustavo Henrique Dionísio; Associate Professor Jorge Luís Ferreira Abrão; Assistant Professor Mary Yoko Okamoto; Assistant Professor Rodrigo Sanches Peres; Associate Professor Silvio José Benelli; Associate Professor Silvio Yasui; Assistant Professor Thássia Souza Emídio.

b) Psychosocial and subjectification processes in contemporaneity

This line of research focuses on the critical study of psychosocial and subjectivation processes, aiming to map the figures and modes of their productions. Thus, it concerns the configurations of existence in the experience of time, space, and socio-historically and culturally constructed intersectionalities, privileging scenarios related to education, work, health, arts, traditional communities, and social movements. Within the broad spectrum of possibilities of this line, it prioritizes research projects focused on gender and sexual issues; the process of human aging and finitude; the current features of the world of work; psychosocial suffering and coping strategies outlined with public health services; the assessment of mobility policies, such as those that affect human migrations; the problematization of coloniality, which intersectionally influences processes

of subjectivation marked by genocide, racism, cancer, sexism, LGBTphobia; the study of epistemes and writing policies aimed at the production of situated knowledge.


Professors: Assistant Professor Dolores Cristina Gomes Galindo; Associate Professor Fernando Silva Teixeira Filho; Associate Professor José Sterza Justo; Associate Professor Leonardo Lemos de Souza; Assistant Professor Mariele Rodrigues Correa; Assistant Professor Matheus Fernandes de Castro; Assistant Professor Rafael Siqueira de Guimarães; Assistant Professor Wiliam Siqueira Peres.

c) Psychological processes and contexts of human development

The Research Line “Psychological processes and contexts of human development” is concerned with investigating, from a theoretical and empirical point of view, the psychological processes (cognitive, perceptive, linguistic, affective, social and moral) in the perspectives of human development in different educational, care, health and work contexts in the Brazilian reality and other cultural realities. It is proposed to produce analyses on the epistemological, historical and theoretical-methodological frameworks underlying the approaches in Psychology of Human Development, fundamental to the understanding of the psyche and the constitution of the subject and subjectivity, with the purpose of constructing and producing studies and interventions that consider the demands of local and global contexts.

Professors: Assistant Professor Claudia Aparecida Valderramas Gomes; Associate Professor Danilo Saretta Verissimo; Assistant Professor Deivis Perez Bispo dos Santos; Assistant Professor Maria Luiza Gava Schmidt; Associate Professor Mário Sérgio Vasconcelos; Associate Professor Rita Melissa Lepre.

The collection of articles that make up the book represents the research perspectives that the professors of the Graduate Program in Psychology - Master’s and Doctorate of the São Paulo State University (Unesp), School of Sciences and Letters, Assisi, São Paulo has been developing today.



**α) RESEARCH LINE OF PUBLIC
POLICIES AND PRODUCTION
OF SUBJECTIVITIES: CLINICAL
AND INSTITUTIONAL
PROCESSES**



TRANSDISCIPLINARY RESEARCH PERSPECTIVES: INSTITUTIONAL INTERCESSIONS

Silvio José Benelli¹

Impotence in authentically sustaining a praxis is reduced, as is common in the history of men, to the exercise of power (Lacan, 1998, p.592).

Introduction

Our goal here is to provide a concise overview of our research production approach at the university, with a focus on Graduation Courses in Psychology. This report depicts how transdisciplinary research perspectives guided our studies, as well as it seeks to increment the discussion on the so-called institutional intercessions, which are carried out using the Intercessor Device (DI). We briefly describe the origin of the Transdisciplinary Intercession-Research Laboratory in Subjectivation Processes and “Health Subjectivity” (LATIPPSS), along with the investigations carried out there; we summarize the thematic research we are conducting based on the DI logic; we discuss some different research possibilities at the University, characterizing two research modalities: a traditional and intercession-research; we developed one of the DI requirements comprising the need for critical problematization of knowledge from a praxis and we also explain why and for whom we write, since when operating from the DI we do not prescribe solutions to be applied. We intend to contribute to systematizing and formalizing this important transformation production strategy, both in social reality and in knowledge.

1 Associate Professor of the Clinical Psychology Department of the undergraduate course in Psychology and graduate program in Psychology of the Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, research line of psychosocial care and public policies. Associate Professor in Clinical Psychology at the Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022); PhD in Social Psychology from IP/USP, São Paulo, SP (2005-2007). Coordinator of the transdisciplinary Intercession-Research Laboratory in Subjectivation Processes and Health Subjectivity (LATIPPSS).

The transdisciplinary Intercession-Research Laboratory in Subjectivation Processes and “Health Subjectivity” (LATIPPSS) (2010-2018)

In 2010, Abílio Da Costa-Rosa PhD founded the transdisciplinary Intercession-Research Laboratory in Subjectivation Processes and “Health Subjectivity” (LATIPPSS) – associated with the “Mental Health and Collective Health” research group registered at the CNPq group directory –, to which I was invited to participate, then as a postdoctoral fellow.

I joined the laboratory since its first work meeting, on Thursday, March 4, 2010, at Prof. Abílio’s office. The agenda consisted of general clarifications, definition of initial reading assignments and other studies. My participation at the LATIPPSS was crucial to improve my professional training as a clinical psychologist. It was about studying subjectivity from a transdisciplinary perspective – a highly valuable problem, in my opinion, and that had already appeared and been discussed in my master’s and doctoral theses. I took part uninterruptedly in the laboratory activities since its inception and, when I was nominated as a lecturer at the FCL/Unesp in Assis in 2011, I became one of the coordinators, along with Prof. Abílio.

In order to become laboratory members, students needed to receive supervision from Prof. Abílio or myself, at the bachelor’s, master’s or PhD level, as well as to belong to an institution that allowed the development of intercession-research. The LATIPPSS operated permanently between 2010 and 2018, when Prof. Abílio da Costa-Rosa passed away on November 26. We carried on the laboratory activities even after his passing, aiming at continuing to develop projects inspired and guided by Prof. Abílio’s perspectives regarding psychosocial care and operating and seeking to formalize his original creation: the Intercessor Device (DI)². Prof. Abílio left a large set of unpublished texts behind, written from courses he taught at the undergraduate level in Psychology, numerous guiding and supervision sessions as well as laboratory meetings were recorded in audio, accumulating a huge amount of precious material that needs to be continued, worked on and disseminated. This is one of the efforts of the current integrants of the LATIPPSS, which continued to function under my coordination within the university from 2019 on.

Still under the coordination of Prof. Abílio we read, discussed and worked on a several texts while the relevant laboratory operated and, thus, sought to formalize the Intercessor Device (DI). Attempting to build a broad panorama on subjectivity from transdisciplinary perspective, we began to work on a set of texts and diverse authors, but not randomly. Initially, we studied the concept of subjectivity in Lacan, for which we read and debated on various texts, both written by the author and by commentators. We also analyzed the Marxist perspective of subjectivity, highlighting the dialogue with psychoanalysis through various texts. We also analyzed the Foucauldian and Deleuzian perspective on subjectivity

2 The Intercessor Device (DI) is an original formulation developed by Abílio da Costa-Rosa, PhD, professor at the Department of Clinical Psychology and the graduate program in Psychology and Society of the Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. The “Transdisciplinary Intercession-Research Laboratory in Subjectivation Processes and ‘Health Subjectivity’ (LATIPPSS) Foundation Letter” written by Prof. Abílio, in addition to several unpublished studies on the subject were printed in a special issue of UNESP’s Journal of Psychology organized by the laboratory collective. Look into: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>

through a wide bibliography. This dense joined-up thinking supported the production of multiple intercession-researches guided by Prof. Abílio da Costa-Rosa and me.

This intense experience of continuing education with Prof. Abílio enabled me to advance and effectively develop my intellectual production, reflecting and affecting all areas I acted on: undergraduate teaching, internship supervision, graduate studies, outreach, research production and supervision, and also in university management.

I took over the Coordination of the LATIPPSS after Prof. Abílio passed away and we continued working inspired by his legacy. Some his master's and doctoral students successfully completed their studies supervised by other colleagues from the Psychology Program. There is a group of permanent LATIPPSS participants consisting of students that received supervision from Prof. Abílio and me who have already completed their projects on intercession-research using the DI and on dissertation and thesis production through the Intercessor Device as knowledge producer (DImpc).

Our ongoing goal is to organize ourselves as a group of workers who aim at operating from the DI transdisciplinary perspective. We continue to study authors and diverse texts that help us to build and better formalize the DI. During 2019 and 2020, we were engaged in recovering, reading and conversing about the texts produced by Prof. Abílio. This effort resulted in the publication of a special issue of UNESP's Psychology Journal organized by the LATIPPSS collective.

In 2021, I registered LATIPPSS at the “directory of research groups in Brazil LATTES” of CNPq, with the following description:

LATIPPSS has been in operation since 2010. We adopted a transdisciplinary perspective to develop, formalize and operate employing the Intercessor Device (DI) so that workers from Public Health, Mental Health, Social Assistance, child and adolescent policies institutions, among others, can perform intercession-research in their various workplaces. Our objective is to produce both social transformations and knowledge, through different procedures and at different times, taking into account some fundamental questions regarding the subject-object, theory-practice, knowing-doing, thinking-being capable, not thinking-not being capable relationships, searching for their overcoming. It is focused on interceding and transforming by knowing the reality, problematizing the praxis itself, characterizing the problems in their institutional complexity, seeking their equation in the conjunctural and structural plan.

The permanent LATIPPSS participants were enrolled as research group members, including my bachelor's, master's and doctoral students. Seeking to organize my responsibilities as a DI worker-intercessor and the intercession-research proposal, in 2021, I organized two broad thematic projects in which my students were included, as summarized below:

Summary of Thematic Research Project 1: public policies of social assistance and for children and adolescents: institutionalist investigations

Starting from the institutional analysis perspective, including dialectical analytical contributions, my undergraduate and graduate students and I intended to collect, organize, systematize and critically analyze a wide digital literature on assorted aspects of the National Social Assistance Policy (PNAS) and the National Policy for children and adolescents (PNCA) in Brazil today. Through a critical analysis of the literature, both

in documentation and in bibliography, we sought to deeply understand the structure, modes of operation, effectiveness, main problems and challenges that comprise the Social Assistance Policy, as well as its interface with the policy of attention to the rights of children and adolescents, focusing on public and private assistance entities in addition to diverse related topics. This is a broad thematic research that will unfold into several subprojects through which specific topics will be investigated. The Unified Social Assistance System (SUAS) will complete 16 years of creation and implementation process in Brazil and the Statute of the Rights of Children and Adolescents (ECA) will complete 31 years in 2021. Both represent important legal and institutional achievements towards building a democratic and citizen culture, guided by civil, political and social rights, setting in motion a whole set of great transformations in our reality. Generally, in Brazil, there are numerous initiatives, both public and private, including the so-called “Third Sector.” whose purpose is implementing and operating both the PNCA and the PNAS, which is largely responsible for the implementation of proposals for children and adolescents, in addition to the areas of Health and Education. How are public and private welfare entities (catholic, evangelic, spiritist, from Service Clubs such as Rotary, Freemasonry, Lions, etc.) articulating to SUAS and ECA regulations? Did they institutionally reorganize and update themselves in accordance with legal regulations? After 30 years of the ECA promulgation (1990), we intend to assess how policies for children and adolescents are currently being implemented in Brazil. In order to do so, we analyzed documents and a bibliography, as well as we built a digital document archive that will consist of rich base material not only for report preparation, but also for analyzes, scientific papers, and communications in scientific events. This will also contribute to our involved field work, through institutional advice, participation in municipal councils, training of social educators, etc. At the academic level, this investigation will offer valuable information to improve our teaching performance, professional internship supervision, outreach and research project supervision and guidance, both in undergraduate and graduate studies. From a social point of view, it could generate and provide detailed information that might be useful for municipal managers to diagnose the situation of the implementation of policies for children and adolescents, both in its quantitative and qualitative aspect. This would allow them greater clarity as to what could be the main challenges they may have to face, with suggestions of possibilities for addressing problematic issues. All of this may produce an important positive impact on the implementation of policies for children and adolescents, aiming at their consolidation from the perspective of their citizenship rights.

Summary of Thematic Research Project 2: the Intercessor Device and Intercession-Research: Transform to Know

With the participation of Social Assistance, Health and Mental Health public policy workers seeking a graduation degree, we intend to develop, formalize and operate using the Intercessor Device (DI) to carry out intercessions-research in their various institutional work settings. We aim to promote transformations in the institutional reality and also produce written studies that can be inspiring for other intercessors. With the ID, we intend to produce both social transformations and knowledge, through different procedures and at different times, taking into account some fundamental questions about the subject-object, theory-practice, knowing-doing, thinking-being capable, not thinking-not being capable relationships centered on forming psychosocial workers.

Regarding their theoretical references, psychosocial workers that quest after assuming an intercessor position could be professionals who necessarily need to acquire a complex and broad transdisciplinary training. They should be informed by dialectical Historical Materialism (MHD), alerted by the institutional analysis (AI), prevented by the

Philosophy of Difference (genealogy and cartography) and, above all, warned by the psychoanalysis of the field of Freud and Lacan, to carry out intercession practices guided by an ethics that allows subjects to reposition themselves, dealing with the Real using symbolic tools, in the conflicts that cross and go through them, promoting subjective and sociocultural implication. We consider that there are specificities distinguishing clinics and politics, but they can be connected, without annulling or excluding each other. In the case of Mental Health workers, that is because they belong to the Collective Health field, aiming at constructing a Critical Clinic from the perspective of the Psychosocial Care Paradigm (PPS). Social Assistance Workers will be located in the Public Policy Level, instrumentalized by a paradigmatic reading that allows them to act in order to enhance their instituting and potentially revolutionary aspects. In terms of effectiveness, the work of *psychosocial intercession* is divided into two moments: the DI and the *Intercessor Device as Knowledge Producer* (DIMPC). On the one hand, the moment of intercession in institutional praxis in a given setting, workplace and professional performance differs from, on the other, the time of the research that, if occurs, will be carried out later. The position of an intercessor-worker in an intercession-research diverges from that of the classical researcher and has other objectives. The intercessor-researcher attempts to produce subjectivity health and knowledge in their praxis, in their institutional work context. In a second occasion, in the case of workers who are also producing academic research that will culminate in the presentation and defense of a dissertation or thesis, the theorization would be about *their* intercession in praxis, not about objects of Investigation. DI focuses on overcoming the rupture between thinking/doing, planning/executing, deciding / implementing, typical dichotomies of the capitalist hegemonic social functioning mode that divides human beings into thinkers-planners-endowed with decision-making and command power and executors-workers-task doers who do not think, ask nor participate in decisions. Therefore, within the university, it is necessary to problematize the research institution and the ways in which it is carried out, reproducing this split between thinking intellectuals and workers, who are supposedly atheoretical. The DI is guided by the ethics of the individual, including both the human being as a social actor in the political and historical level, and the subject of unconscious (desire), understanding its specificities. In psychosocial care, it is not acceptable that the practices of social actors promote forms of alienated, adapted, serialized subjectivity, since this is a fundamental aspect that a radically citizen ethics must inquiry and seek to overcome.

Undergraduate students linked to our LATIPPSS working group have been developing bachelor's research using role institutional analysis (Benelli, 2020). Besides, professional workers in the areas of Health, Social Assistance and National Policy for Children and Adolescents (PNCA) enter graduate school as master's and doctoral students, to whom I propose that they develop intercession-research in which they will seek to problematize and formalize their own praxis as workers (Benelli, 2021).

We have a working partnership between LATIPPSS and the Transversalizando Study and Research Group, coordinated by Profa. Flávia Cristina Silveira Lemos at the Universidade Federal do Pará (UFPA), aiming at producing research and joint academic activities. We have already produced events and publications together. Meaning to produce research and joint academic activities, LATIPPSS is associated with the Analyze Pratique Psycho-Sociale Foundation (L'APPS) (Paris-France)³, chaired by Prof. Hervé Hubert. One of the outcomes of this international partnership was the publication of a book in Brazil: "Path to Psychosocial Practical Analysis - essay on Social Transference" by Hervé Hubert (2022).

3 Look into: <https://www.apps-psychanalyse-sociale.com/>

Some different research possibilities at the University

Problems related to research at the University and our praxis as undergraduate and graduate research supervisors led me to develop a study entitled “Problematizing the institution Research at the University and in psychological practices: epistemological and ethical issues” (Benelli, 2019). In this research, based on the perspective proposed by Prof. Abílio on the Intercessor Device (DI), through a broad review of the literature we intended to problematize research at the University and, particularly, its relations with psychological practices, transforming it in an institution. What is the purpose of the research developed at the university Academia? What would be some of its main problems?

From an epistemological and ethical theoretical and analytical grid, we distinguish a set of diverse research modalities carried out at the university. Namely, they are: traditional positivist research; action research based on historical materialism; psychosocial intervention practices of pedagogical/psychologizing tone; intervention research referenced in the Philosophy of Difference and intercession-research guided by a complex transdisciplinary perspective, as a way of producing social transformations, acting on the microphysical level of the institutional settings in which the worker is inserted. The relationships between academic research and psychological practices constitute diverse scenarios and also produce distinct ethical and social effects. We consider that this could be a criterion to guide the choice for one of these modalities.

Traditional positivist, functionalist, and systemic research is the *research ABOUT*, when one seeks to produce knowledge about the other, taken them as an object of Investigation, data collection, intervention, modification, and transformation. It is also a research FOR the other, who does not participate in it, but who must apply the knowledge produced by the research specialists.

Partaker observation is also research ABOUT, because the researcher is inserted in the field where the subject/object is located, but he is not included as an active part of the process of investigation, intervention, modification, and transformation.

Partaker research is still research ABOUT, but it is already carried out in the FIELD in which the subject/object is located, including it as an active part of the process of investigation, intervention, modification, and transformation. It is transitioning to a *research WITH*.

Action research is already dialectical and it is *search WITH*. There are still specialist researchers working, for example, in FIELD and TOGETHER with a certain community or somewhere in a given territory, in the search for understanding and building solutions to the problems that affect this population. It is an intellectual leadership that is aligned and opts for the interests of the subordinate pole of class society, the impoverished working class. We believe that the possibilities of *research WITH* also include genealogy, cartography, Institutional Analysis and psychoanalysis of the field of Freud and Lacan.

The search for praxis itself, which we call *research ONESELF*, consists in taking as an object of thought, writing and problematization, the being and doing as a worker in a given field. It concerns intercession-research, in which one does not study other objects or other subjects, one does not research about, by, or for them, but operates WITH and in praxis. Composed of documents and bibliography, the literature is problematized focusing on the possibility

of locating the worker in the area of intercession precisely, as well as in the search for intercessory inspiration for the construction of unique solutions to the problems of praxis.

The disciplinary worker meddles and wants to intervene in order to rule, educate, treat, care for and heal the other through moralistic, pedagogical and therapeutic practices. The transdisciplinary worker, cautious about the impossibility of this perspective, avoids the trap of impotence and proposes to intercede with the subject, who must occupy the position of protagonist, both in terms of social formations and subjective formations. Table 1 presents a synthesis in which we seek to characterize two different research modalities: traditional research based on the disciplinary device and intercession-research built from the Intercessor Device.

Table 1. Characterizing two research modalities: traditional and intercession-research

Research modalities	Disciplinary Device Traditional research	Intercessor Device Intercession-research
1. Objective	Research objects / phenomena considered simple, autonomous, isolated, disconnected, in order to solve simple problems that are amenable to simple and effective solutions.	Problematize the praxis itself to characterize problems in their complexity, seeking their complex equation, both in the conjunctural and structural plan.
2. Research strategy	To know the facts, one must apply to them explanatory theories that allow their understanding. Theory is distinct from and prior to the facts of reality and can be applied to them. The theory choice is random, according to the convenience of the researcher.	The knowledge of facts depends on the ability of the worker to interrogate them and discover their objective meaning and their content, since knowing historical reality is a process of theoretical appropriation that consists of criticizing, interpreting and evaluating the facts.
3. Purpose	Describe and objectively analyze topics, "subjects," and their practices/discourses to be able to intervene on them and transform them.	Build reflective and critical reports about the professional performance path itself, with its consequences, implications, impasses and directions.
4. Perspectives	Build exemplary protocols and models of pragmatic procedures for others to execute and apply in their work as technicians.	The developed singular praxis, when critically formalized, can operate as "demonstration-effects" (GALIEGO; COSTA-ROSA, 2018), and can be inspiring for other workers who pursue these effects.
5. Epistemological assumptions	Theory-problem/theory-solution-real implementation-effective, fast and immediate resolution of problems.	Praxis as a sieve to question theory and create other alternatives to praxis problems.
6. Logical articulation	Arbitrary and decontextualized thematic, theoretical and methodological perspectives characterize the investigation, non-dialectical, fragmented thinking, and collection of independent random facts.	The logic of praxis requires historical conjunctural, logical-historical-structural and paradigmatic institutional contextualization, determining the possibilities of intercession and investigation, dialectical perspective.

7. Format of the produced text	Dissertation or thesis report in the form of sequenced and continuous chapters aimed at the totalizing knowledge.	Texts written as independent and dialectically articulated essays, maintaining the non-totalizing openness.
8. Operability of the theoretical-methodological perspective in the produced texts	It is common to have a disconnection between the theoretical-methodological perspective and the texts written on the topic/problem, and the former is not operationalized in the descriptions and analyzes.	There is a logical and necessary articulation between the praxis and the theoretical-methodological perspective and the essays coherently represent the logical operationalization of critical thinking.
9. Ethics	Uninvolved, objectifying, neutral, pragmatic, utilitarian, efficiency, tutoring, mediating, caring-moralistic-pedagogical social action.	Listening to the subconscious subject, implied, politicized, singular, subjectivating, critical, with use value.
10. Position within scientific knowledge	Scientific knowledge omnipotence – operates from a disciplinary knowledge/power position.	Awareness of the possibilities and limits of science – operates by suspending mastery and knowledge/power so that the other can occupy the subject position, of work.
11. Research production process	It confuses the research production process with the linear presentation form through sequenced chapters.	It tells the production process of intercession-research apart from the logical and formal presentation mode of elaborate essays.
12. Theoretical and methodological perspective	Positivist method (quantitative/qualitative research), functionalism, systemism, phenomenology, social, humanist, behaviorist representations.	Dialectical historical materialism (MHD), institutional analysis (AI), Freud-Lacan psychoanalysis, Philosophy of Difference (genealogy, cartography).
13. Motivation to write	It is written to guide and intervene on how others do things, thus aiming at changing the world through its scientific intervention.	It is written to locate oneself in their own praxis, seeking to formalize it, aiming at transforming oneself and becoming another while interceding with others.
14. Motivation to research	Traditional scientific posture: studies objective problems that are not their own, to build recommendations, proposals and solutions for others to apply.	One reads, studies and researches to guide oneself, to solve problems of their work, writes to build solutions to the problems of their own praxis.
15. Mastery/invention	It wants to teach others to do the right thing by occupying a place of knowledge/power and exercising an authority that tells the truth. It knows what is best for others and seeks to guide them.	It wants to learn and develop creative and singular collective solutions to the praxis problems, considering that they could be inspiring to other workers who are interested.
16. Knowledge Modalities	“Knowing to transform,” a perspective based on the theory/practice and subject/object dichotomies, which starts from teaching and focuses on learning/knowing and then applying concepts and techniques.	“Transform knowing,” characterized by the praxis concept, attempting to overcome the theory/practice and subject/object dichotomies, aiming at a transmission that implies appropriation/apprehension of an ethical style to operate with in praxis.

Each of these paradigmatic possibilities consists of an ethical and theoretical-conceptual perspective that could be written and presented in such a way that *form* and *content* were properly articulated. The hypothesis is that each *research* modality, from the ethical and theoretical perspective adopted by the researcher, could be presented in a certain characteristic type of format. This implies that not all research would need to or should be presented in the same way, given its planning, investigation and writing policy.

A traditional survey – which is often the case with standard, positivist, functionalist and quantitative systemic scientific research – is also presented in a traditional way, including a clearly delineated object and “research problem.” It is structured according to a standard and classic format of dissertations and theses written as chapters articulated in a logical *continuum*: Chapter 1 – theoretical-conceptual; Chapter 2 – methodological and technical; Chapter 3 – presentation, analysis and discussion of the data; conclusion with a final synthesis on the solutions found to the investigated problem.

The production of traditional research is organized exclusively by the researcher, including their supervisor. The adopted perspective could be summarized in the motto: “knowing to transform.” It consists of researching to find effective and complete solutions to certain investigated problems, working with the epistemological perspective called “problem-solution” that could be unfolded in the assumption “problem-unicausal – simple-solution.” Its basis consists in the traditional subject-object dichotomy. Many other ruptures arise from the aforementioned one: knowing-being capable, knowing-doing, theory-practice, science-politics, teaching-learning, commanding-obeying, ruling-being ruled, analyzing-being analyzed, caring-being cared for, protecting-being protected.

The researcher chooses a problem and proposes to study and know it, to determine its causes and thus be able to indicate and propose solutions. The investigator is an academic-researcher who goes to the field to collect quantitative empirical evidence samples, information that will be statistically analyzed, being converted into data using computer programs, from functionalist or systemic theoretical-conceptual perspectives.

The modality of content presentation of the traditional research follows the well-established classic form in scientific academia: protocol initial pages; introduction or presentation; theoretical-conceptual chapter; methodological chapter, characterizing the sample or the subjects involved, explaining what were the technical procedures for⁴ data collection and analysis methods of the results; field data presentation chapter, using tables, graphs containing data statistical treatment, followed by discussion and analysis, with inferences that can be deduced from the analyzed data; conclusion, with practical recommendations addressed to workers in the area regarding the referral of possible solutions to the investigated problems; references; appendix.

4 There are numerous technical procedures that cannot be confused with what we call here as an ethical and theoretical-conceptual perspective, which includes a particular epistemology to which a coherent research method is articulated. The “methodology,” as a more restricted technical procedure may include, for example: application of questionnaires, open or directed interviews, field observation, participant observation, clinical care at the psychologist’s office, psychotherapeutic groups, focus groups, literature review (documents and bibliography, state of the art), searches in libraries and physical archives, searches and surveys on websites, in digital databases of research agencies, journals, in university repositories of dissertations and theses, etc.

The intercession-research developed through the DI is usually presented through the production of diverse essay texts. These texts allow us to problematize the praxis of the intercessor-worker from various points of view, unfolding diverse aspects, in an analysis consisting of additional outcomes that would permit us to set up different concepts. We can write essays so that they can be read independently, although they can also be quite articulate as a whole. The various essays may present distinct and supplementary analysis plans and levels that enrich and complexify each other – they are mutually supplementary, but do not complement or complete one another – without forming a closed and finished totality.

The critical problematization of knowledge from praxis as a DI requirement

As intercessor-workers, why do we read, study, and write essays, since we have no prescriptive intentions? This is a requirement and an ethical demand of the work praxis! Decanted and crystallized understanding, coagulated as knowledge, in the form of texts, has a specific function and it is necessary to distinguish the answer-books from the problem-books, as we call them. Some texts are good because they are critical and other texts are good for criticism.

We consider that there are idealistic authors who wrote aiming at teaching applicable solutions to the impasses and problems of someone else's praxis. It may be that many authors, guided by the more traditional perspective of disciplinary science, wrote with normative, prescriptive and pragmatic intentions, wishing that their proposals, supposedly true and universal, could be implemented by workers. If, on the one hand, there is a whole set of answer-books that could be good for criticism, on the other hand, there are many others that are critical – these would be the problem-books – and, since they are guided by an ethics that interests us, they can act as intercessors for our praxis.

Many authors write deliberately to solve their own problems. They do not necessarily write to become famous, recognized, or even to make money. That all may or may not happen. An author can be considered difficult to understand because they did not write for us, they did not know us and could not imagine who would read their texts. And when we read a certain book, we do not know what its author lived, read, studied, nor why he wrote it. The book in our hands is left without the original context in which it was produced. In the face of the book, we only have our existential context and our own singular path of formation, with our questions and impasses of our praxis. If we understand that the author wrote the book, essentially, because they sought to solve their own problems, perhaps this would help us to adopt another position before such texts, finding their intercessory possibilities. Therefore, a problem-book might be an inspiring example, but without proposing itself as a model (Cardoso & Romagnoli, 2019).

Possibly, there are problem-books and others that would like to be understood as solution-books. What do we look for in an author and their books? General answers and solutions to each and every problem? Recipes and formulas that apply universally everywhere in the same way? Protocols of pragmatic, effective, efficient and fast procedures, capable of solving problems in a simple and thorough way? Besides, is this not what hegemonic disciplinary science illusorily promises us through a seductive ideological speech?

Although not explicitly stating it, problem-books assume that praxis work requires a singular productive act performed by those involved, by the workers who are acting in real life. This productive act is not reduced to merely applying pragmatic technical procedures, but it is a knowing-doing that is consumed in the very act of being produced by its actors, appropriated as use value by those who produce it. This praxis knowing-doing, at least in part, can be grasped and made explicit by thought. Although it is assured that “[...] practice does not need to be clarified to operate; it is what can be deduced” (Lacan, 1993, p. 20), it is also possible, even partially, to give reasons for such praxis.

An example of this can be found in Lacan (1998, p. 11), when in the introduction of his “writings” he warns the reader: “we want, with the route in which these texts are milestones and with the style that their addressing imposes, to lead the reader to a consequence in which he needs to place something of themselves.” The possibility of relishing Lacan’s writings represents for the reader who puts effort on them, an adventure that requires an implication in his style as a singular subject (Costa, 2014, p. 503).

Regarding the issue of knowledge that does not make a book, we can read the distinctions established by Deleuze and Guattari (1995). On the one hand, they define the root-book, which we understand as the one exemplifying the crystallization of understanding in the form of representational knowledge. On the other hand, they describe the fasciculated root-book, an impossible book, as a pure flow of living intensities, which cannot be captured by any type of writing, but which are absolutely operative in the psychic and social reality level.

What could we find in books that were not intentionally written for us and in books that are not intended to answer our problems in a timely manner? We could possibly find structural perspectives and conjunctural coordinates, debates and problematizations, conceptual maps, inspiring analytical categories that we could use to try to equate our impasses and praxis problems. Although these authors do not intend to teach us anything, we can find in their texts very operative tools for thought and praxis. Books are intercessors and might be useful to help us name and characterize impasses, problems, contexts, historical scenarios, dynamics and institutional processes, aspects that can serve to guide us in our field of action.

In a society whose organization is based on the capitalist mode of production, the ordinary worker is expropriated from the position of thought producer and reduced to a technical taskmaster, a pragmatic executor, to an individual who would supposedly work without thinking, operating in an automatic mode, as if this were indeed possible for a human being. If every human being is a subject of praxis, there is no working subject who does not think while producing his working actions. It is necessary to overcome the theory-practice and thinking-acting dichotomies through the existential rank of praxis. And praxis includes and requires the work of one’s own thinking. The ethics of praxis demands that human beings dare to know, to think for themselves, to dialogue, to do things collectively.

Thought, as part of praxis, needs nourishment; it needs books, of work and study, and reading, production, writing. If it is not easy for the worker to dig a study time in the midst of their exploited work, if the most common institutional practices do not include study time and personal training as part of the work time, this is an essential aspect for the worker to advance to the plane of praxis, bypassing the capitalist logic of indifferent/alienated work, which configures the most common task worker.

Why do we write and whom do we write for

Contemporary pragmatic culture makes us ask: what is it for, what is the practical utility of what we do in so-called academic research? Why reading, studying and writing dissertations and theses? What is that for? To be deposited on the library shelf? Who will read what we wrote? Why spending so much time and effort with study and with the production of written texts? Will they be read and applied?

As intercessor-workers, we read and study due to ethical demands and requirements of our work praxis. And why writing? Writing for me is part of the job of studying. I study and write in order to singularly grasp what I want to know, pressured by the fact that not knowing bothers me a lot. I write to understand problems, to be able to guide myself. My praxis is always posing me problems to which I have to give answers. Reading consists in the search for a problematizing inspiration to produce creative responses to the impasses of praxis. Writing allows me to try to formalize the problems involved in my praxis as a clinical psychologist worker placed at the university, but busy with public policies of Social Assistance and with the policy of children's and adolescents' rights, in which I am inserted through research, teaching, supervision of interns, training of bachelor's student researchers, in the training of masters and doctors in graduate school, outreach and also participating as a full member of the Municipal Council of the rights of children and adolescents (CMDCA) of Assis since 2016.

Writing enables me to try to equate problems, that is, I try to organize and put problems in a formalized way, elaborating them as formulas, as sentences that make sense, detecting their coordinates, seeking to establish their diagrams, their institutional paradigms. I thus look for overcoming the phenomenon level, towards achieving its precise and essential formulation, distinguishing the secondary aspects from the main ones, characterizing paradigmatic figures, with their fundamental parameters and with the operators that make them up. I quest after detecting what is the fundamental problem from its essential constitutive determinants.

Intending to know what we have to do in a given institutional situation, we need to understand the problems in their complexity. It is necessary to think globally about the problems, at the transdisciplinary level, in order to be able to act locally in a unique way. Ethical positioning plays a central role in our praxis procedures. The ethics of guardianship, of dialogue, of social action, and of compassionate care are disciplinary ethics that objectify the subject on which workers mediate. The ethics of the subconscious subject, of desire, guides intercessions that attempt to promote yearning in its singularity (Benelli, 2014).

The thinking work, the so-called intellectual work that includes reading, studying and writing, aspire to guide praxis. It does not aim to build modalities of comprehensive and general solutions that would be valid for all problems at any time and place, always identically. The solutions have to be produced in the case-by-case singularity, in praxis as a thought, ethically oriented, subversive, transgressive, creative, instituting, and productive action.

I try to build maps that allow me to locate and guide myself in the various institutional fields in which I am involved. If such maps serve to guide and inspire other workers who are interested in such questions, I am very glad about it. I intend to showcase other discourses,

trying to focus on the direction of things, problematizing, questioning discourses, ideas that can open other horizons. Precisely because things are as they are, they will not stay that way! History is movement and transformation! I publish texts based on this modest ambition: life could be different from how we produce it. We want to branch our praxis, divert to other possibilities, transgressing capitalist social processes, seeking their subversion and the production of other sociabilities and transdisciplinary social practices.

The public university demands the professor to research, write and publish. It provides some conditions for this, including this specific work activity in the professor's workload. This peculiarity is not common in most other workplaces. In a company, school, factory, town hall, shops, there is no place for reading, studying, researching, writing. This certainly makes it harder for workers in such places to include reading and researching, along with writing, as part of their work activities. Consequently, they will also have more problems when converting their work practice effectively into a praxis.

Why are we workers who study? That is because professional work requires, as an integral part of the praxis (the intercessor-worker's knowing/doing) the study of literature composed of documentation and relevant bibliography. This will allow the intercessor-worker to paradigmatically place themselves, overcoming the historical unknown and thus being able to problematize their praxis in the institutional setting, since they cannot be "alienated regarding the production process in which they participate [...], and therefore, [...] being a *producer of alienated subjectivities*" (Péric, 2021, p. 105). Epistemological reflection, what is usually named as research, is fundamental as part of the process of creating creative responses to the praxis problems.

When the intercessor-worker accesses their theoretical-conceptual intercessors – through books, papers, material known as "theory," "bibliography," they seek to formalize their praxis, comparing it with theory, questioning theory from the sieve of praxis and also seeking to qualify their praxis. The assessment of the bibliography, "theory" and "theoretical authors" is an indispensable integral part of the DI, concretized during the operation through the DImpc. It is not a matter of seeking a theoretical truth which is supposedly capable of being applied to fully solve complex problems, but of being critically inspired to produce effective local, singular and finite solutions, including "theories" in the process of intercession.

In this sense, there is nothing more practical than a good theory. When derives from the formalization process of a given praxis, theory is an intercessor to clarify the worker's praxis. A good theory does not teach and prescribe what one should do, but allows the worker to be located in the institutional field of action and, therefore, being able to choose and decide how to solve problems. There are hardly any effective particular collective solutions to problems.

Conclusion

A critical and self-critical scientific attitude includes an analysis of the possibilities and the very limits of science! A critical scientific contribution may consist of trying to join the loose threads together and organize with them a weave that enables obtaining a global and systematic understanding of certain problems. Trying to clearly equate what would be the

terms of the problem, its components and paradigmatic parameters, for instance, would already be an important contribution! Distinguishing secondary and essential aspects, describing the characteristics and dynamic processes of problems consists in formulating an equation, explaining and unfolding the various dimensions of the problem in its complexity. This can already guide institutional praxis itself.

Certainly, it may seem that it would be easier – and even that it would be very little – to present, discuss, try to understand and explain the logical intelligibility of the problems from certain theories and conceptual perspectives of analysis, than to explain what the proposals for the equation of the issues on the agenda are. If it is not easy to propose solutions to complex problems – and simple solutions will not exist, since the problems are complex – expliciting poorly placed problems and opposing a clarification to them would perhaps already be an important, albeit modest, contribution seeking to avoid any omnipotent attitude.

Nevertheless, it seems very omnipotent – but this can also include a lot of naivety – intending to solve, on the thinking-level (theoretical plane), the problems of social formation (historical reality). Human beings, with their praxis (knowing/doing), are the ones who transform historical reality. Scientific knowledge – which usually cannot be *applied* – could be taken as *problematization* material and they might help *create and invent new answers* to the problems. In turn, these creative responses could be inspiring to other workers if they wanted to take them into consideration. This will necessarily include the dimension of politics.

References

Benelli, S. J. (2019). As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 269-278.

Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n. spec), 88-120.

Benelli, S. J. (2020). A dimensão institucional na pesquisa e na intervenção. In Lemos, F. C. S. et. al. (orgs.). *Pesquisar com as Psicologias: artesanias e artifícios* (pp. 405-423). Curitiba: CVR.

Benelli, S. J. (2021). A práxis do trabalhador psicossocial: o Dispositivo Intercessor (DI). In F. C. S. Lemos et. al. (orgs.) *Foucault, Deleuze, Guattari e Lourau: encontros com a arqueogenealogia, esquizoanálise e análise institucional* (pp. 375-400). Curitiba: CRV.

Cardoso, M. L. M., & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique*, 9(3), 6-25.

Costa, A. O. (2014). Os tempos da transmissão segundo a lógica de Lacan. *Estilos da clínica*, 19(3), 499-514.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 11-21). Rio de Janeiro: 34.

Galiego, A. H. B., & Costa-Rosa, A. (2018). Saber e conhecimento: uma reflexão acerca do Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento (DImpc). In R. F. Toledo [et al. ...]. (Orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas* (pp. 265-292). São Paulo: Instituto de Saúde.

Hubert, H. (2022). *Percurso para a análise prática psicossocial - ensaio sobre a transferência social*. Curitiba: CRV.

Lacan, J. (1988). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.

Périco, W. (2021). *Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva*. 246 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



SENSITIVE LISTENING AS A PRACTICE AT THE PSYCHOLOGY CLINIC-SCHOOL: SOME CHALLENGES FOR THE CLINICAL PRACTICE IN CONTEMPORARY TIMES

Gustavo Henrique Dionisio⁵

The young man stepped into the hall of mirrors
Where he discovered a reflection of himself
Even the greatest stars discover themselves in the
looking glass

(...)

He fell in love with the image of himself
and suddenly the picture was distorted
Even the greatest stars dislike themselves in the
looking glass

Kraftwerk, "The hall of mirrors"

(*Trans-Europe Express*)

In 2015, our Center for Research and Applied Psychology (located at a big University in the state of São Paulo) completed its 50 years of existence. It was an occasion to be celebrated, especially since this Center has graduated many clinical psychologists, "exporting" several professionals to other states in the country. Due to this occasion, I would like to present a brief reflection of my Extension Project developed from 2011 to 2016 under the name "Psychotherapeutic care to the external university community: sensitive hearing and psychoanalysis," which is psychological care offered exclusively to undergraduate students from different schools and graduate students of our campus.

⁵ Assistant Professor at the Department of Clinical Psychology, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Master and PhD in Social Psychology of Art by IP/USP, with internships at Pitié-Salpêtrière and École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France; Professor at the Graduate Program in Psychology at Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, within the research line "Public policies and production of subjectivities: clinical and institutional processes."

The proposal is based on this premise of psychotherapeutic care mainly supported by Freud, Lacan, and some post-Lacanian authors' theories, such as S. Leclaire's (1975), E. Porge's (2013), A. Didier-Weill's (2005), and mostly R. Zygouris' (2002; 2012) contributions. As usual, psychotherapeutically speaking, most sessions occur weekly, as well as the supervising meetings with the participating trainees, who are mainly undergraduate students.⁶ By 2016, the project attended* an estimate number of 160 patients, totaling more than 5,000 meetings. Our group of trainees is also historically expressive, with around 75 people. At the moment of "contract" with the patients, no forecast was established in advance because its duration is unpredictable, nor is closed the possibility that the patient-student can still be attended after finishing their undergraduate education.

This information is needed to outline my main question: what I want to put under the "magnifying glass" is the specific fact that, although the target audience is not the alumni of our campus, this activity requires *college students attending college students*; curiously, most people seeking the Project come from Psychology courses in our macro-region (although our project caters to students from other courses, alumni of our school and graduate students, these are not the largest patient set of our target audience). In a brief quantitative raid on the activity, I evaluated a sample of around 100 psychological records from February 2011 to June 2016, verifying that most patients who are looking for us are *female* – and this is no big surprise, since women seem to be more open-minded about therapy, at least in Brazil; moreover, the highest frequency of patients ranges from 19 to 34 years, as expected. Notably, these students attend private institutions, so many of them must *work to pay* for their studies.

Young transferences

Some specific indications about the concept of *transference* are necessary to deepen this problem: in the 27th lecture of his *Introductory Lectures to Psychoanalysis*, Freud devoted himself more particularly to that concept, trying to circumscribe the proper affective field of projections and identifications established in the therapeutic pair, highlighting the construction of the transferential "artifice" regarding the positioning where the patient will place the clinician. Freud then realized that everything could be easier when transference is eminently positive, so that the resistances would tend to decrease and the subject could invest in some individual, the analyst in this case, as a libidinal object. Thus, the results of a psychoanalytic treatment should be directly proportional to the capacity that the subject has in assigning libido to *objects*, plural. However, finally reaching Freud's proposition, "we have good reasons to recognize and fear [that] in the magnitude of his *narcissism* [that is, the patient's narcissism], [there is] a barrier against the possibility of influencing him," Freud is speaking of the patient, "even when faced with the best analytical technique" (Freud, 1996d, p. 405); in other terms, on the patient's side, their narcissism, which is higher or lower in magnitude as Freud remarked, may jeopardize or even end it in certain situations when the subject assumes an unconscious position of not being allowed to "suffer" any kind of "influence" by the clinician's interventions.

⁶ Some graduate students also participate.

In this sense, disagreeing with Freud is impossible; however, if the transfer requires a true psychic counterpart, which in the psychoanalytic circle usually means countertransference, both being “the way by which the forgotten, the repressed, the cleaved can take effect, must be effected by mediation of another,” as Pontalis (1983, p. 53) warns us, what should we think of the narcissism of those who practice it? If it truly is a number of emotions, images, desires, and symptoms that can leave us not only surprised but also “*siderés*” (*Ublüffung*), as Alain Didier-Weill (2005, p. 224) once argued, what can we think of the *counterpart of narcissism* from those in the armchair, e.g., not in the couch? This is the main question the project has required me to face.

Stalemates at clinical stake

The first incentive for creating this project was the greater presence of Unesp former students in the city (Assis, which is a small city in the state of São Paulo), and the increasing private college courses occurring there in recent years; the most important finding here is that many of these students could not pay for psychological support, even if they wanted to. Thus, our service is free of charge. Trainee students have the following tasks: 1) to publicize our activities at local colleges, via posters, but mainly “word of mouth”; 2) to apply the work of listening/hearing patients throughout the school calendar, one or at most two people, according to the exigence; 3) to report their sessions in our group integration of supervision. We found interesting data from this: most people seeking us come from an indication of someone who is already being assisted in the project. This is what I would call the *first time of transfer*.

The record of patients’ complaints is relatively extensive, and they quickly become actual *stalemates* (Dionisio, 2016), who are equally varied and, unfortunately, intensified. Here comes a “working-through list” with the main problems:

1. affective impoverishment in relationships regarding dating or friendship, besides isolation and depression, which in many cases arise from it; there are also sexual problems, e.g., dysfunctions or a more general motive of dissatisfaction with sexual intercourse; we also heard cases of sexual abuse during childhood;
2. psychological crisis resulting or not from drug abuse, and in some cases followed by suicidal thoughts and concrete suicide attempts;
3. suffering homophobia inside and/or outside the family context, as well as situations of gender/sexism violence; besides an increased religious intolerance. We could verify that some of these subjects became victims of concrete physical violence;
4. sleep disorders such as insomnia or recurrent nightmares and dreams of distress;
5. many fears and phobias with and “without object” (such as panic syndrome);
6. frustration with their own choices, either because of an inability to do them or the difficulty in maintaining them;

7. many problems from the increasing poverty in Brazil, especially since the Brazilian political coup against Dilma Rousseff in 2016;
8. a sense of helplessness towards other people, as in a great difficulty in establishing lasting bonds, which leads to the absence of significant or reliable affective relationships;
9. “desertification” of desire, a dryness that leads us to think of a psychic condition closer to the order of necessity, having a certain “anomie” of desire as the only contribution to sustain itself. “Mental anorexia” could be an adequate term for that, which according to me translates as a “nothing to say” or “nothing to think about” behavior; in short, it is a constant nothingness that *nothing* stops, a phenomenon that will or not act to the body as psychosomatic disorders. This hypothesis was conceived in the sense of a “gross or severe neurosis,” as we debated during the supervision classes; it would consist of a symptomatic mosaic that does not allow to designate the psychic structure “specialization,” whether it is hysteria, phobia, or obsessional neurosis, for example; but I do not see a considerable psychotic trend here, which would let us think of borderline disorders.

Another curious fact regarding these cases is that almost half of them had already sought some kind of therapy, and on many occasions they did it in our own College Center (CPPA). Even so, and although their psychological distress seemed to manifest relatively early, they often come to us “a little late”; such a picture brings to mind an “extreme situation,” in which the psychological bases are about to collapse. Problems related to college choices, as well as questions about autonomy and transition to a definitive independence, almost usual during this period, show the surface of a problem of greater magnitude, functioning as a primary and superficial shield against psychological breakdown, certainly a more serious situation. However, even if they arrive a bit late, I could say that they are not *too* late, which forces us to maintain the idea of working through.

Discussion and some conclusions

This is a *delicate* practice that depends mostly on transference relationship. Although psychological suffering may not be the same among attendants and attendees, other similarities are very evident as to their current procedural condition: *both groups are composed of college students*, experiencing some kind of anguish (*Angst*) that is certainly similar. Now, if “countertransference always comes first,” as Zygouris (2012) once stated, the transfer account payment can be surely divided, since it is not only the patient who transfers but it is also the therapist who chooses, more or less unconsciously, in which position they will be placed towards the patient, and, with that, how they will also be affected by the patient... Thus, measuring how this directly interferes in counseling is not difficult, especially on the greater or lesser disposition of the trainee to listen to certain themes, an amount of speech that perhaps they would prefer to “scotomize.”

As in any work defined as a psychoanalytical support, our sensitive listening undoubtedly depends on transference; however, the specificity of this context implies at least two levels, as suggested by Zygouris (2002). The first, named *vertical*, is characterized by the “supposition of supposition of savoir,” that is: paraphrasing Lacan, my hypothesis is that the patient who

seeks our service (school) supposes an assumption of knowledge, not a “direct” knowledge, as it would be in a “common” practice; the second, *horizontal*, presupposes the emergence of the most varied crossings, possible inversions, intersections between attendant and attendee: countertransference.

Nothing is really new here, but every (good) psychoanalyst knows that they are supposed to show the obvious because sometimes it is repressed. Thus, I believe that the clinical emphasis should be directed to the *bonding* dimension, which, as Zygouris also proposes, is nothing but human, i.e., independent of any kind of theory. If we are inserted within a field in which asymmetry is necessarily present, it operates in a very problematic way, since we must admit that, if, on one hand, horizontality can allow a more direct contact between the therapeutic pair, which should be translated to a greater “understanding” of the problems, on the other hand, it carries certain obstacles, since Assis is a small city and people meet each other with such an undesired frequency, mainly because they have a similar age range, and thus, many similar (social) interests.

And besides this possibly strong identification, trainees have their own distresses. A “super insecurity” takes the scene at various times, usually transcribed as anxiety or anguish when they sit in the armchair. Notably, this feeling is not due to a “therapeutic furor,” but mostly due to a big internal demand to be “correct” given the fear of causing more pain to the patient. This position, which is *ethical* above all else, makes one wonder: to what extent do patients accept or even withstand the errors of a young practitioner? Here lies a high-demand point: it is not uncommon that the patients treated are a little beyond the trainees’ listening capacity, which is normal and even expected.

We can finally arrive at what I intended to circumscribe about these “young transferences”: by this expression, I aim to clinically suggest that we are facing not only the youth of the involved, but above all the fact that the transferences are equally young, inaugurated in the very first proper relation between clinician and attendant. Thus, to listen to anything, according to me, trainees must renounce “a big part of their own narcissism,” as Freud once said, which is at least some elaboration of this narcissistic representation that is preserved, above all, with the choice of being a psychologist/psychotherapist. In other words, I believe that this is directed to the narcissism that runs in the veins of college knowledge, which Lacan formalized by a discourse. The first thing to renunciate is the (phallic) knowledge and its will to universalize.

However, for now those demands our school patients have, that is, all the stalemates seen before, are far from being classified as “ordinary neurosis.” Given this situation, I would say that the support of a “no-knowledge” (*non-savoir*), and not by a “supposed knowledge” as Lacan thought, can promote a privileged condition for the therapists about to graduate: once “condemned” to that kind of “amorphous” condition, I understand that trainee attendants can withdraw from their listening potential since they are not authorized to “counsel,” i.e., a common practice at psychology schools.

Finally, as I hope it may be noted, this is an effort to underline what I could name as a primordial clinical training that could work as an initiation at the Psychology Clinic-School services, something that would serve as a first essay towards analytical listening practice, and would create many possibilities for any minimally sensitive clinical work. After all, I

think that Universities can still be particularly open to experimental practices, as long as they are obviously protected, and considering a certain way of psychoanalytic transmission. Here, experience can be one of initiation, in the best sense of the word: it is the baptism that establishes the “very first clinic” of practice for most therapists.

For now, it should be clearer what seems to be the sensitive listening I am suggesting: in few words, it is a practice in which “every session is a session,” what is obvious but necessary to state, in the same way that each patient demands one singular listening, one particular transference, i.e., it is required for a position I would call *aesthetic*. It is not different from a practice supported in detail as Freud taught with his (non-clinical?) text on Michelangelo’s Moses; this activity may lead students to visualize and understand the unsuspected insistence of the signifier (Lacan), the rupture of discourse that forces a “colonization” of the real by the symbolic field, which seems to be only possible if some death of narcissism is accepted, an inner impulse of totalizing knowledge that every person keeps “repressed.”

In other words, for this sensitivity to gain some ground, extreme caution must be exercised over transference, since the “frontiers between an arbitrary, hypnotizing suggestion and the other one in the service of ‘psychic work’ can be porous,” as Eric Porge (2013, p. 49) states. After all, the diagonal irreducibility of the transference-countertransference axis implies an impossible escape from this circuital return unless mediating it by the relativization of narcissism, as I have tried to propose in this paper with the “horizontal dimension of transference.” In these terms, as E. Porge shows, *availability* is a necessary clinical condition: it is a radical opening “to the listening demands and to the listening itself,” which meets “the value of patience, very often underestimated,” “This availability is not a gift, it is a disposition, that is, a position of the analyst who separates, differentiates, discerns” (Porge, 2013, p. 54).

In “The construction of the analytic space” (1990, pp. 51-2), Serge Viderman gives us the flashing image of two headlights spinning in the opposite direction, which could summarize what I have been trying to define about the transferential relationship: when they intertwine the moments of greater brilliance felt, which is somehow reached in our project at the Clinic-School practice.

References

Didier-Weill, A. (2005). *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.

Dionísio, G. H. (2016). “Jovens transferências”, ou do narcisismo (primário) das enormes semelhanças. In J. Birman, L. Fulgêncio, D. Kuperman, & E. Cunha. (Orgs.). *Amar a si mesmo e amar o outro: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea* (pp. 192-201). São Paulo: Zagodoni.

Fédida, P. (1989). *Comunicação e representação*. São Paulo: Escuta.

Freud, S. (1996a). *Estudios sobre la histeria*. In S. Freud. *Obras Completas* (v. II, pp.29-260). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1899.

- Freud, S. (1996b). *Sobre la psicoanálisis silvestre*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XI, pp.221-228). Buenos Aires, AR: Amorrortu, Trabalho original publicado em 1910.
- Freud, S. (1996c). *Introducción del narcisism*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XIV, pp.71-98). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1994.
- Freud, S. (1996d). *Conferencias introdutórias a psicoanalisis*. In S. Freud. *Obras Completas Completas* (v. XV, pp.11-422). Buenos Aires, AR: Amorrortu. Trabalho original publicado em 1915-6.
- Leclair, S. (1975). *On tue un enfant: un essai sur le narcissisme primaire et la pulsion de mort*. Paris, FR: Seuil.
- Pontalis, J.-B. (1983). *Entre le rêve et la douleur*. Paris, FR: Gallimard.
- Porge, E. (2013). O inapanhável objeto do savoir-faire na análise. *Estudos de Psicanálise*. 40(1), pp. 49-61.
- Viderman, S. (1990). *A construção do espaço analítico*. São Paulo: Escuta.
- Zygouris, R. (2002). *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta.
- Zygouris, R. (2012). *Psicanálise e psicoterapia*. São Paulo, SP: Via Lettera.



MOTHERHOOD AND PSYCHOLOGICAL HERITAGE

Mary Yoko Okamoto⁷
Thassia Souza Emidio⁸

Introduction

Current times show women's several social possibilities and places. Many transformations have occurred in a long historical and struggle process: the insertion of women in the labor market; the conquest of the right to divorce; the creation of the contraceptive pill – which enabled birth control and led to a more active participation of women in public life, transforming families and their members' bonds, as well as changes of opinion toward the experience of motherhood.

Donath (2017) states that the link between the feminine and motherhood stemmed from the idea of motherhood as the only path for women's life and satisfaction, related to married life and the maintenance of marriage, which, despite societal transformations, remains active as a desired ideal of motherhood guiding women's experiences in their bond with their children.

From the 20th century onward, the link between female identity and motherhood began to be disrupted and deconstructed. Mansur (2003) states that this process offered access to a modernity in which women could occupy a desirable place as subjects seeking their desires. However, most research and reflections on motherhood point to the difficulties women still face in their journeys since, despite the range of possibilities beyond motherhood, the social imaginary still idealizes motherhood as a personal and social value and a space which recognizes female identity.

7 PhD in Clinical Psychology - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Post-doctoral student in Psychology - Universidade de São Paulo/USP. Assistant Professor at the Department of Clinical Psychology and at the graduate program in Psychology of the Faculty of Sciences and Assis Letters at Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Coordinator of the Laboratory of Studies and Research in Psychoanalysis and Linkage - LAPSIVI/ CNPq.

8 PhD in Psychology, Assistant Professor at the Department of Clinical Psychology, Faculty of Sciences and Assis Letters at Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Coordinator of the Laboratory of Studies and Research in Psychoanalysis and Attachment - LAPSIVI/ CNPq.

Badinter (2010); Donath (2017); and Santos, Miranda, and Belo (2020) state that, although several functions that have been added to women's societal role, motherhood remains a requirement, demanding, in addition to dedication to other fields, that women continue to raise and educate children in a rampant and idealized way, evincing a scenario of contradictions in which work, studies, and social life configure ideals of personal fulfillment linked to female autonomy.

Today, women relate to motherhood in different ways: some reject it, others desire it within societal standards, and others still deem it one of the last items in a long list of personal fulfillment.

On women's current relationship with children, Badinter (2010, p.154) claims: "A child is synonymous with sacrifice and frustrating, even repellent, obligations; it is perhaps a threat to the stability and happiness of the couple." (our translation) Couples plan having children only after conquering other personal ambitions, postponing them in their list of achievements since, after children are born, parents will need to share their time and investment into other important fields. Thus, we can deem current motherhood as an act which sees "having children" as a consumable object, a goal to be achieved in their lists of life projects.

In these different ways of relating to motherhood, women's discourse, as per Mansur (2003), Donath (2017), Emidio and Gigek (2019), and Emidio and Castro (2021), show their conflict, their difficulty to relate to a motherhood whose idealization and demands generate conflicts which may be thought as causing them an identity crisis linked to this intrinsic link between the feminine and motherhood.

Thus, we find an important question to debate when we think about such difficulties. How do they connect to this place of the feminine and motherhood based on Käes' (2001; 2003; 2011) reading of group subjects, the inheritance of psychological transmission, and unconscious alliances? How understand this identity crisis linked to an intrinsic connection between the feminine and motherhood in the light of group subjects, of heirs inscribed in a social and family genealogy?

This chapter aims to reflect on these issues and articulate studies on motherhood and Käes' discussions on group subjects, psychological transmission, and unconscious alliances.

The constitution of bonds: psychological transmission and unconscious alliances

Attachment and group psychoanalysis conceives of a group psyche and assumes three psychological spaces by developing theoretical concepts to assess a psychological attachment apparatus, i.e., to evaluate group configurations, whether couples, families, groups, or institutions. Thus, groups have their own psychological apparatus. Käes (2017) has studied them, differentiating and articulating them into intrapsychic, intersubjective, and transsubjective spaces. Each such pillar of group psyche has its peculiarities and representations.

The intrapsychic space composes singular subjects' psychological space, consisting of internal objects, fantasies, and representations and organizing desires and defenses, thus referring to individuals' internal world.

In turn, the intersubjective space constitutes the space of encounter between several subjects' psyches. This space is constituted by subjects' presence, demarcating one's otherness in relation to the other and presupposing the existence of a connector between their psyches. Käes (2011) claims that this psychological space is proper to attachment configuration, consisting of recognizing at least two psychological spaces – both the subjects' own and of others, i.e., a space shared by subjects who were formed and are connected to each other by their reciprocal actions.

Finally, the transubjective space refers to the external world, the context subjects share at a given historical moment. It refers to subjects' relationship to their broader social context – institutions, nation, culture, and religion. This space grants the necessary cultural marks to establish subjects' belonging to places, groups, ethnicities, among other important marks so they can feel they belong to a group, a history, a genealogy, and a place from and in which they establish relationships. This space offers the necessary marks to support their belonging and configure their identity, referring subjects to a common origin with their group and place.

Käes (2017, p.18) claims that subjects connect with each other and with sets to constitute their families, using several

forms of belonging by fantasmatic resonances, complex convergent or divergent drive investments forming attachment matrices among common internal objects, representations, and signifiers. (our translation)

Freud's work stated the issue involving the other in singular subjects' psychological constitution and their inscription in an intersubjective and intergenerational chain in which they occupy the place of a link, benefitting from then contents of a chain which precedes them and which they inherit. This points to generational psychological transmission which contributes to perpetuating family over time and maintaining the groups and processes forming subjects across generations. Psychological transmission across families' generations raises the question of transmitted contents and the modalities of transmission beyond the psychological function fulfilled by such a process.

In *Totem and Taboo*, Freud (1913) argues that humanity's heritage arises from the guilt and interdicts that are transmitted by organizing the first taboos. The taboos and prohibitions governing social relations configure something transmitted to humanity since primeval times. Freud views this transmission in two ways: via culture and tradition (whose culture and social support guarantees continuity across generations) and via the "organic part" of previous generations' psychological life, which have become part of the unconscious.

Later, in 1914, *On Narcissism* discusses something preceding us by claiming that subjects rely on previous generations' narcissism. In this work, Freud states that the subject of the unconscious is divided between being an end to herself or constituting herself for a subject of the whole. Freud (1914, p.157-158) states:

If we look at the attitude of affectionate parents towards their children, we have to recognize that it is a revival and reproduction of their own narcissism, which they have long since abandoned. [...] The child shall fulfil those wishful dreams of the parents which they never carried out—the boy shall become a great man and a hero in his father's place, and the girl shall marry a prince as a tardy compensation for her

mother. Parents' love, so moving and ultimately so childish, is nothing more than the rebirth of their narcissism which, despite its metamorphosis into love of an object, unequivocally manifests its ancient nature. (our translation)

Freud (1914) claims that parents resume old desires through their children and that their investments contribute to prescribing their place in their families' history, representing parents' longings, desires, and projects permeating individuals' constitution processes. The families and parents' resumption of narcissism constitute a preceding inheritance. Since their conception, children are inscribed in their families' space and imaginary and demanded to share their ancestors' formulations as a way to ensure the continuity of their family and identity.

Käes (2011) complements this by claiming that the central element evinced both in the intrapsychic and attachment spaces is the economic balance between narcissism and the original tendency to concede a part of its libido to an external object. For the author, Freud (1914) offers the narcissistic foundations of generational transmission (as parents and children's narcissism support each other), reiterating that the subject of the unconscious is divided between being an end to herself and constituting herself as a group subject.

Freud (1914) claims that, rather than being passively transmitted, inheritance occurs by appropriation, whereas tradition, rather than cursing subjects' lives, demands that they constitute themselves as such to inherit it. This process of symbolic transmission lacks the psychological processes so generations can obscure subsequent ones. Käes (2001, p.56) claims that "there is nothing that is abolished and does not appear a few generations later as an enigma, as thoughtless, that is, as a sign of what could not be transmitted in the symbolic order" (2001, p.56; our translation).

Based on these reflections on Freud, Käes (2001, p.11) states that transmission is central to think about groups' subjects.

[...] inaugurating a discourse and a practice of radical rupture in this psychological place in which one is led to think as a subject of both an inheritance and a deviation she introduces into what she receives from her parents. On two occasions, we will find in his pen the aphorism Goethe puts in Faust's mouth when instructing his student: "What you inherit from your father must first be earned before it's yours" since subjects of inheritance are divided between the need to be an end in themselves and being the link in a chain to which they are subject without the participation of their will, but which they must serve and from which they can expect to benefit. (our translation)

Käes (2001) considers that psychological transmission puts us before the idea that subjects are preceded by more than one other. For him, group subjects are subjects of a Freudian inheritance, constituting themselves as subjects of the unconscious according to two convergent determinations: unconscious function in the intrapsychic space and the requirement of psychological work imposed on their psyches due to their connection with the intersubjective by its subordination to sets – family, groups, institutions, among others. According to the author "*it is very likely that unconscious formations are transmitted through the chain of generations and contemporaries*" (Käes, 2001, p.12; our translation). Thus, groups precede subjects and the latter's subordination to the former is based on the inescapable rock of intersubjective reality. Human beings are subjects of an intersubjective set before their own births.

What is inescapable is that we are put in the world by more than one other, by more than one gender, and our prehistory makes each of us, well before we are born, the subjects of an intersubjective set whose subjects have us and maintain us as servants and heirs of their “dreams of dissatisfied desires,” repressions, and resignations in the mesh of their speeches, fantasies, and stories (Käes, 2001, p.13; our translation).

Käes (2001) also claims that group subjects find a source of investments and support in their preceding groups as groups also perform psychological actions which repress representations, suppress affections, and renounce drives. The author finds no human psyche without these psychological actions. Only with these conditions can we use the previous generation’s language and speech. In short, intersubjective reality subordinates subjects’ existence.

The author reiterates that group’s subjects belong to several groups in which many intersubjective psychological spaces coexist and are psychically transmitted to them. Subjects inherit them in different ways, and these groups form ideals and identifying references, transmitting mythical and ideological formulations, defense mechanisms, and rites.

For Käes (2001, p. 13), groups’ subordination of subjects constitutes the “rock” of the intersubjective psychological space, making up the prehistory which inserts subjects to their intersubjective set of origin, a fabric woven before their birth. This psychological matter supports and maintains a matrix of care and investments, establishing places and offering safety and attack networks, instruments that enable the establishment of limits and the interdicts underlying groups. Thus, another fundamental and articulated concept is that of unconscious alliances, with which we will deal later.

This heritage grounds individuals’ subjectification as they give meaning to their desires and take their place. Käes (2001) claims that the material of psychological life can be transmitted by intrapsychic or intersubjective processes. Intrapsychic transmission relates contents transported from one instance of the psychological apparatus to another, whereas intersubjective transmission has family groups as its original preceding space encompassing relationships of difference and complementarity among subjects. Both intrapsychic and intersubjective movement constitute subjects of the unconscious.

Käes (2001) states that we must consider three important aspects in analyzing the intersubjective dimension of transmission: primary intersubjective formations, such as reciprocal support, narcissistic investments, and separation demands, which enable the creation of intersubjective space and bonds; the spaces and bonds organized in intersubjective sets; and the Oedipus complex, which differentiates genders and generations, a factor organizing relations of desire via interdicts.

Käes’ (1998) aspects point to the importance of resuming families’ histories and social context to understand what is transmitted and inherited, stressing that we are fated to be heirs of humanity, of preceding groups. For him, we are preceded by cultural, linguistic, and bodily determinations, transmitted from generation to generation, which we appropriate, and which the author calls *intergenerational transmission*. Moreover, the content inhabiting the unconscious is also transmitted, often leading our lives toward directions influenced by anonymous and uncontrollable content, i.e, *transgenerational transmission*.

Intergenerational transmission relates to transmitted content which can be elaborated. Granjon (2000) reiterates that intergenerational psychological transmission enables generations to face preceding ones and insert subjects into chains or groups. This process enables subjects to build their subjectivity by appropriating their legacy.

Transgenerational transmission renders the elaboration of transmitted content impossible. For André-Fustier and Aubertel (1998, p.134), *“it consists of crude, unelaborated elements transmitted as such, derived from a lacunar history marked by traumatic experiences, by the unspoken, by unelaborated mourning.”* In transgenerational transmission, according to Granjon (2000), heirs are unable to benefit from the modifications leading to psychological integration, the *trans* prefix translates what is passed with neither possibility of transformation nor differentiation.

Käes (2001) points us to an transmission impulse as an unconscious imperative on which the survival of the human species depends and which is eventually permeated by an urgency to interrupt this transmission, such as when it becomes a source of displeasure and suffering or when it is invaded by the forces of violent inheritances, which render impossible the elaboration of the transmitted legacy.

Correa (2003) states that the changes and fissures in psychological and sociocultural transmission systems highlight the hidden negative polarity of transmission, the unsaid crosses generations in transgenerational transmission. Thus, we find that, marked by the negative, what is transmitted is what is unable to be contained, to be inscribed in parents' psyche and is deposited in children: mourning, shame, lack, diseases, and missing objects. Thus, transmission especially relates to what remains as a puzzle, to what involves flaws in the symbolization process, to that which escapes representation.

Generationally transmitted content constitutes subjects' prehistory, making up family groups' myths and history and, according to Käes (2005), whose essence is marked by object configurations, i.e., objects carrying their established bonds with the others who preceded subjects and ensuring “narcissistic and object continuities, the maintenance of intersubjective bonds, the forms and processes of conservation and complexity of life: ideals, neurotic defense mechanisms, identifications, thoughts of certainties” (KÄES, 2005, p. 128; our translation). This content determines and carries assets woven in the intersubjective space and across generations, maintaining life and preserving group weaving.

Thus, Paiva (2006) states that considering subjectivation processes implies analyzing the traits transmitted to subjects both in their social group and in relation to their family group. Based on the social network intersections including subjects, the former can constitute their subjectivity from the inheritances they received in their several experienced historical moments. The appropriation of the family social legacy constitutes a challenge for subjects.

According to Käes (2005), the psychological transmission permeating generations and family members takes place via unconscious alliances. For the author, the concept is fundamental as bonds are only constituted by establishing imposed or mutually contracted unconscious agreements which, in turn, establish common, shared, and banned contents. Alliances are contracted both in intersubjective and transobjective bonds, intertwining group members,

families, and communities. They also organize and characterize the consistency of the bonds among the subjects of several groups.

Alliances require the establishment of certain operations, such as re-installation, denial, refusal, rejection, or forclusion (Käes, 2005) to constitute and maintain bonds.

Bonds are thus *positively* organized over mutual investments, identifications, communion of ideals and beliefs, and tolerable modalities of wish achievements. Bonds and sets are also *negatively* organized on a community of renunciations, sacrifices, erasures, rejections, repressions, remains, and “leave asides” (Käes, 2005, p. 133; our translation)

Note that alliances are contracted in both synchronous and diachronic axes and their establishment may take place among subjects who share both time and the contents making up their generational psychological heritage. Käes (2014) proposes four modalities of alliances: primary and secondary structuring, defensive (negative pacts), alienating, and offensive ones.

Given the objectives of this chapter, we will address narcissistic contracts – the primary structuring alliance – and negative pacts. According to Piera Aulagnier (1975), narcissistic contracts are one of the first primary structuring alliance acquired by subjects. They inscribe children into parenting and their group, inserting them into their families and ensuring the narcissist investments destined to each member in a family grouping. Thus, subjects occupy their ensured place as bearers of shared missions, ideals, and values among group members and the social world. It is precisely this contract that transmits generational contents, inserting subjects in Freud’s (1914) double purpose as an end in itself and a link in the generational chain, constituting the ideal of a shared ego, and enabling subjects to relate to their group and vice versa, fulfilling its triple function: ensuring their origin, conserving their family group, and guaranteeing a place to new members.

On the other hand, negative pacts compose a defensive alliance which organizes defenses by a contract to renounce full and immediate satisfaction of subjects’ drives threatening communal life, as per Freud (1913). Its establishment organizes the necessary defenses to solve conflicts in both intrapsychic and intersubjective dimensions and maintain subjects’ groups, fulfilling its metadefensive function and preserving subjects and their groups. This pact in a common belief protects the whole from disillusionment and grief in the face of the threats which can put this shared content into play.

Käes (2011, 2014) deems unconscious alliances as metapsychological organizations whose formations and functions frame singular subjects’ psychological life, serving as a “backdrop” and support (Käes, 2011, p. 20) for individuals’ psyche and mediating them with broader social frameworks, such as cultural, political, and religious ones. Failures in these functions affect the organization and development of subjects’ psychological life.

According to Käes (2016, p. 221), unconscious alliances “guarantee the foundation of subjects’ belonging to the whole, some of their identifications, the support of their speech of certainty, and their legitimation of their function of the Ideal, etc.” (our translation)

In this perspective, Käes (2001) claims that the process of subjectivation takes place from this understanding of the intersubjective field, in which subjects appropriate the intersubjective matrix by their own subjectivity. Thus, the “I” arises from a “We,” unconscious

psychological alliances providing the basis for a psychological reality connecting subjects to others and constituting an intersubjective bond.

Motherhood as psychological heritage

When we consider motherhood and its place in families and society, we see the formatting of the processes of female subjectification crossed by the role of natural begetters during women's historical course. According to Badinter (2010), this process of constructing maternal love as an intrinsic feminine value also stemmed from a tendency to associate this affection with the female body and women's ability to bear children. However, this tendency to look at women's care as something natural has perpetuated their socially delegated place: family care and motherhood. Thus, women are deemed the "queens" or "managers" of homes, serving the (re)productive system (Braga et al., 2020).

According to Badinter (2010), the link between the feminine and motherhood still reverberates in the current view of women, and despite the idea of women's freedom of choice regarding motherhood, discourses and promises still reinforce the sacred place of motherhood, idealizing it as women's natural fate. Donath (2017) claims that the neoliberal discourse promotes the idea of a "new motherhood," in which current women have access to a supposedly freer motherhood, marked by the free will of their personal choice.

Garrafa (2020, p. 57) discusses the notion of motherhood as a vocation, arguing that "free" women can choose motherhood as that would configure their authentic vocation. This view places contemporary women as capable of multiple concomitant activities and of solving domestic and work issues with competence and practicality given this vocation.

Gonzaga and Mayorga (2019) stress that the reification of the female mother figure is absent in fathers given the concept that women can only achieve completeness with the motherhood, reaffirming its mythical and idealized idea. They claim this concept stems from a long historical and patriarchal construction legitimized by a biological discourse which also naturalizes procreation.

This identity project precedes women, and its core is occupied by motherhood, defining female subjectivity either by its realization or denial. The colonization of Brazil compulsorily and hierarchically imposed patriarchal values and discourses, especially on non-European women, such as Indigenous and Black ones, which required all women (regardless of their cultural origin) to occupy a submissive and selfless place associated with female identity. Thus, motherhood constitutes a political project in which hierarchically dominating men control female subordination.

This idealization of motherhood often blocks how women look at their ambivalences as they lie between an ideal of maternal love and their desire to trace life paths meeting this ideal, abandoning other projects and tracks to only play their roles as mothers.

After this ideal, many women decide to experience a "specialized motherhood," in which their bond with their babies is marked by socially constructed protocols, rules, and rituals aiming to standardize motherhood. In this scenario, the impossibility of dissatisfaction or

frustration causes emotional suffering to these women, who find themselves trapped in this inheritance and unable to elaborate their condition.

Therefore, if we consider that the constitution of spaces of attachment is a psychological space, constituted from a specific matter mobilized in the relations between its members, we can think of Käes' (2017) unconscious alliances, which deem these relations as paramount to build this space since bonds configure the basis of this process. Thus, bonds constitute an intermediate formation, an intersubjective space in which subjects reciprocally share and exchange, installing these bonds in this space.

Thus, plurisubjective spaces are organized by subjects' relationships with their broader social context (institutions, nation, culture, and religion), granting them the cultural marks so they can build belonging to groups, social functions, and identity places.

Considering these perspectives, we can understand motherhood and women's societal role as rooted in this transubjective space. Subjects, as subjects of inheritance (Käes, 2001, 2011), receive contents throughout their family psychological life and history, which begin to compose their process of subjectivation within a field of intersubjectivity. Women receive this inheritance from a family and social genealogy about "being women" which, as we have seen, imbricated itself over time into an ideal of motherhood.

We can consider that the place women occupy in society relates to the support established unconscious alliances offer to the content, transmitted across generations, which established women's places and functions, fundamental to maintain links of common interests and modes of investment toward group ideals. Thus, the social and family legacy lie within women's relationship with motherhood and enable us to think about current transformation processes.

Women who break with these inherited pathways and produce new meanings for them somehow disrupt the generational chain of agreements based on unconscious alliances. This rupture removes women from a socially constituted place in group investments, generating guilt and the difficulties and incompatibilities of negotiating their identities.

These difficulties relate to constructing an identity from centuries of history which families and social groups conserve, transmit, and often prevent women from building paths other than motherhood. In this line, we should stress that the various transformations and possibilities currently available for women still demand internal and intersubjective negotiations as the social fabric still resists their incorporation, often offering identitarian conflicts which lead women to suffering and overload.

Thus, elaborating this psychological heritage involves the relation between the feminine and motherhood and point to the need for an attachment network which supports and sustains this transformation as it deidealizes motherhood, viewing it as plural, multiple, and diverse phenomenon constituted and transformed by attachment experiences (which have also been transformed over time).

Final Considerations

Women are inserted in the institution of motherhood by their own mothers and are socialized by discursive contents exalting the mother as the only reliable female figure. However, the physical and mental exploitation and violence they experience, as predicted in the gender system, remain unrecognized. Thus, they inherit a historical mandate conformed to an idealized female identity, a social myth whose transmission configures the current experience of womanhood, evincing the urgency of breaking this transmission to metabolize this heritage to enable the elaboration of this content from the crossings of these transformations of women's societal role and create possibilities to solve the conflicts related to mothers' role and the identity crisis within the conflict between today's feminine and motherhood.

In addition to an inheritance, motherhood manifests itself in the place women occupy in society, an unconscious alliance contracted as a guarantee of maintenance of the intersubjective group tissue. Its rupture results in crises for the whole containing it, further complicating the elaboration of a different project for women. Thus, we highlight that maintaining such alliances fosters not only women's place and the attacks over them but also over men and genders, showing the arrangements society and, consequently, families value.

Thus, this constitutes an identity crisis clashing with this received inheritance. It is important to look at mothers' suffering and seek a society which would better welcome women and enable them to relate to the difficulties and pleasures of motherhood. This fact is essentially delicate in Brazil given its intensely conservative and religious values, making it difficult to rethink other possible arrangements.

References

- André-Fustier, F., & Aubertel, F. (1998). A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In A. Eiguer et al., *A transmisión do psiquismo entre generaciones: enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 129-179). São Paulo: Unimarco.
- Aulagnier, P. (1979). *A Violência da Interpretação — do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.
- Badinter, E. (2010). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Braga, I. F., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2020). História do presente de mulheres durante a pandemia da COVID-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. *Revista Feminismos*, 8(3), 190-198. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459/23919>
- Correa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.
- Correa, O. B. R. (2000). *O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* (Marina Vargas, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Emídio, T. S., & Castro, M. F. (2021). Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(1), e221744.
- Emídio, T. S., & Giguek, T. (2019). Elas não querem ser mães: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 11(2), 186-197.
- Freud, S. (1996). *Totem e Tabu*. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (J. Salomão trad., v. 13, pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (L. A. Hanns, Trad., v. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Garrafa, T. (2020). Primeiros tempos da parentalidade. In Teperman, D.; Garrafa, T.; V. Iaconelli. (Orgs.) *Parentalidade* (pp. 55-69). (Coleção Parentalidade & Psicanálise). 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gonzaga, P., & Mayorga, C. (2019). Violência e Instituição Maternidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (n.spe 2), e225712,59-73.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. R. Correa (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17- 43). São Paulo: Escuta.
- Käes, R. (2001). *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Käes, R (2005). *Os espaços psíquicos comuns e compartilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Käes, R. (2011). *Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo* (L. Rouanet, Trad.). São Paulo: Loyola.
- Käes, R. (2014). *As alianças inconscientes*. (L. Cazarotto, Trad.) São Paulo: Ideias & Letras.
- Käes, R. (2016). A ideologia é uma posição mental específica. Ela nunca morre (mas se transforma). *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 207-224.
- Käes, R. (2017). *O aparelho psíquico grupal*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher singular no plural*, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, M. R. G., Miranda, J. J., & Belo, F. R. R. (2020). Idealizações e prescrições psicanalíticas acerca da maternidade em Chodorow: um debate atual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189015. Epub May 11, 2020. Doi:[10.1590/1982-3703003189015](https://doi.org/10.1590/1982-3703003189015)



PSYCHOANALYTIC RESEARCH IN UNIVERSITY INSTITUTIONS: NOTES AND EXAMPLES

Rodrigo Sanches Peres⁹

Introduction

The scientific discipline created by Sigmund Freud and dismembered by himself in a therapeutic modality, an investigative method, and a theoretical system (Freud, 1923[1922]/1996) reached remarkable diffusion throughout the 1900s in the most varied media, although it encountered important resistances in some of them. In university institutions, these resistances emerged, at least initially, due to the post-paradigmatic quality resulting from the epistemic originality of Psychoanalysis, as observed by Rezende (2000). Moreover, it is interesting to mention that, on many occasions, Freud argued that Psychoanalysis would be part of the scientific disciplines called, at his time and in German-speaking countries, “Natural Science” (*Naturwissenschaft*).

Nevertheless, Mezan (2007) clarifies that scientific knowledge is currently organized according to other criteria, which legitimizes the inclusion of Psychoanalysis in the list of Human and Social Sciences. There are still those who question the scientificity of Psychoanalysis. However, these questionings actually disregard the fact that the procedures of one science cannot be imposed on another, and also that Psychoanalysis has internal consistency, presents a theoretical and methodological framework compatible with the general principles of the epistemological universe in which it is inserted, and that it is flexible enough to be modified in accordance with new discoveries, thus fulfilling all the requirements of a scientific discipline (Sisson & Winograd, 2010).

Thus, in recent decades, numerous and diversified psychoanalytic researches have been developed in Brazilian graduate programs (Fonteles, Coutinho, & Hoffmann, 2018). University institutions have then contributed to the maintenance and to the renewal, in the 21st century, of the scientific discipline inaugurated by Freud, and this translates into mutual gains, as

⁹ PhD in Psychology from the University of São Paulo. Professor of Graduate Programs in Psychology at the Federal University of Uberlândia and at the Paulista State University. Member of the working group “Psicanálise e clínica ampliada,” (“Psychoanalysis and expanded clinic”) of the Brazilian National Association for Research and Postgraduate Studies in Psychology. Productivity fellowship researcher of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

pointed out by Chatelard and Portela (2021). When I was invited to write a text for this book, I thought that illustrating some possibilities of using Psychoanalysis in academic research would be interesting. Many authors have dedicated themselves to a similar endeavor, from specific perspectives, as the reader can see in the collections recently published by Pinheiro, Peres and Cordeiro (2022), Almeida and Naffah Neto (2020), and Fulgêncio, Birman, Kupermann and Cunha (2018).

In this chapter, I have chosen a proposal that I consider original due to its articulation around a double goal. Thus, I will firstly present and discuss the typology idealized by the Brazilian psychoanalyst and university professor Fabio Herrmann for the classification of psychoanalytic research. Secondly, I will seek, through examples, to briefly describe my own trajectory as a researcher-psychoanalyst in the healthcare area. Without any pretension of completeness, I believe that, with this proposal, I can provide a concise glimpse of the power of Psychoanalysis in favor of the production of knowledge, recognizing the contemporary pluralism that characterizes it in the spheres of theory, clinical practice, and research (Dreher, 2008).

Before proceeding, I consider it necessary to inform that both in my master's thesis (Peres, 2004) and in my doctoral dissertation (Peres, 2008), emotional dimensions of the health-disease process were addressed from data collected using projective techniques. These techniques aim at probing deep mental operations according to the conception of psychic functioning established by Psychoanalysis (Chabert, 2004). And, subsequently, the collected data were analyzed with the support of the theoretical framework of Psychoanalytic Psychosomatics, in both cases under consideration. However, I think it would be inappropriate to frame them as psychoanalytic research, at least in the light of Herrmannian typology.

In fact, I understand that both my master's thesis and my doctoral dissertation are emblematic of clinical-qualitative research. After all, in line with Turato (2000), research of this kind does not, strictly speaking, fall under the rubric of psychoanalytic research, but benefits from psychoanalysis in terms of data collection and analysis to explore complex human experiences in health settings. Still for this author, more precisely in clinical-qualitative research, the researcher should adopt a welcoming attitude in front of the participants, supported by the basic principles of the psychoanalytic technique, as well as rely on psychoanalytic concepts to understand the psychodynamic aspects of the data¹⁰.

Development

Herrmann (2004a) stressed that the spread of Psychoanalysis in academia –Brazilian, in particular – led to the consolidation of at least three genres of psychoanalytic research, namely: theoretical, empirical, and clinical. The first genre, as its nomenclature anticipates, deals with psychoanalytic concepts, preferably considering them in motion, that is, exploring

¹⁰ A detail on other particularities of clinical-qualitative research goes beyond the scope of this chapter, but can be found in Turato (2003).

the relationships that can be (re)discovered between them. For Herrmann, theoretical psychoanalytic research has been established for a longer time in Brazilian university institutions and, for this reason, are more subject to thematic redundancies. Such problem can be circumvented by focusing on concepts that promote the expansion of the radius of action of Psychoanalysis, in the various directions that it entails.

On the other hand, the researches on empirical Psychoanalysis fundamentally sought to evaluate the efficacy of Psychoanalysis as a therapeutic modality using data collected in controlled situations and subjected to statistical analysis. Herrmann (2004a) argues that this second genre aligns with positivist assertions and thus may incur some arbitrariness, especially since certain effects of analysis sessions can hardly be quantified. Nevertheless, the author warns that the valorization of empirical psychoanalytic research reflects, on the one hand, the centrality of mathematical language in the modern scientific paradigm and, on the other hand, the existence of a nostalgic relationship with a certain technicality that crossed psychoanalytic clinic in its beginnings.

The third gender requires a more detailed explanation to avoid misunderstandings. This is because Herrmann (2004a) designates as clinical psychoanalytic research those that use the psychoanalytic investigative method for the examination of the psyche –individual or social – and, therefore, turn to data from a variety of sources, and not just the traditional psychoanalytic treatment device, in contrast to what a more superficial reading could suggest. Therefore, the word “clinical”, when used to characterize, within the framework of the Herrmannian typology, a genre of psychoanalytic research, does not allude to the place of origin of the data, but to the way that the researcher-psychoanalyst views them. In other words, the psychoanalytic investigative method would be, in this sense, a form of thought, or even a world perspective (Corbett, Ambrosio, Gallo-Belluzzo, & Aiello-Vaisberg, 2014).

Two further clarifications are needed. One of them to highlight that Herrmann (2005) coined the expression “extensive clinic” to refer to a movement that encompasses, on the one hand, the expansion of Psychoanalysis as a therapeutic modality beyond the consulting rooms and, on the other hand, the rescue of the psychoanalytic investigative method in the exploration of social phenomena and artistic works¹¹. This second aspect is justified considering that the psyche, by means of the multiple guises it can assume, is not expressed only in analysis sessions. *The Psychopathology of Everyday Life* (Freud, 1901/1996) is clear about it. Moreover, Herrmann (2004b) observed that in more than two thirds of Freudian writings, data derived from psychoanalytic clinic are not examined, as in *Civilization and Its Discontents* (Freud, 1930[1929]/1996) and *Delusion and Dream in Jensen’s Gradiva* (Freud, 1907[1906]/1996), to name just two examples.

It should also be noted that, for Herrmann (2017), the psychoanalytic investigative method is set in motion by interpretation, conceived by himself as an interposition of meaning resulting from the discovery, in any human manifestation, of possible latent meanings. Consequently, certain interpretations culminate in proto-theories to be deepened, while others, going beyond the limits of a mere “application,” lead to existing theories and provide elements,

11 It is worth noting that research with this proposal is called by some authors of “extra-clinical psychoanalytic research” (Dockhorn & Macedo, 2015).

even if punctual, for the review of their scope. In one way or another, an interpretation does not result from the canonical use of theories and should not be confused with an interpretative sentence, a term which the author calls the verbal interventions undertaken by psychoanalysts during the analysis sessions to communicate – including, but not only about their interpretations – with their patients, with a fundamentally explanatory approach and direct language (Herrmann, 1993).

Additionally, according to Herrmann (2001), the operationalization of interpretation – and, in fact, the psychoanalytic investigative method – can be separated in two moments. The first of them demands an attitude of receptive availability from the researcher-psychoanalyst and consists in successive non-selective readings of the data, which refers to the fluctuating attention adopted by psychoanalysts in the consulting rooms to exempt themselves from prejudgments and not to attribute particular importance to contents chosen *a priori* among those conveyed by their patients. The second moment, complementing the first, requires an active receptivity of the psychoanalyst-researcher, so that they can bring out latent meanings of the data and then build a path of understanding based on the apprehension of the unconscious logic that sustains them.

The conclusion, therefore, is that the Herrmannian typology does not rely on the distinction – usual in Brazil and internationally – between “research *in* Psychoanalysis” and “research *on* Psychoanalysis,” and is, thus, more inclusive. Popularized in Brazilian graduate programs in the 1990s, this distinction underwent some refinements, such as that recently proposed by Campos (2021). However, in my opinion, his assumption leads to the belief that only the so-called “research *in* Psychoanalysis” deserves to be recognized as “truly” psychoanalytic research since it is developed with data from analysis sessions, which implies the devaluation of the fact that the psychoanalytic investigative method is not restricted to the traditional psychoanalytic treatment device.

This devaluation is usually justified by the Freudian assertion that, in Psychoanalysis, there is a conjunction between research and treatment (Freud, 1926/1996). However, Dreher (2008) warns that, with this assertion, Freud only tried to emphasize that any psychoanalyst has to investigate thoroughly the psychic functioning of each of their patients, and that it would invariably lead them to learn something new. This elucidative contextualization gives support not only to the Herrmannian typology, but also to the formulations of authors who, more recently, have positioned themselves against limiting psychoanalytic research to the psychoanalytic clinic. Some examples of this, in Brazil, are Dockhorn and Macedo (2015), Fonteles, Coutinho and Hoffmann (2018), Mendes and Paravidini (2020), and Coelho and Cunha (2021).

I consider it important to anticipate that the psychoanalytic research I have developed and oriented¹², can be framed, based on Herrmannian typology, as theoretical and clinical. That said, I point out that much of my theoretical psychoanalytic research has been devoted to concepts of Psychoanalytic Psychosomatics. The objective of one of them was to evaluate the formulations of Pierre Marty and Joyce McDougall on possible psychological determinants of organic diseases (Peres, 2006). The text highlighted significant divergences between these authors, who, it is worth stressing, stand out as major exponents of the aforementioned theoretical current. However, a relevant convergence was circumscribed: for both, the emergence of physical symptoms is enhanced by a marked restriction of psychic elaboration capacity, and the illness eventually resulting from such a condition should be seen as a manifestation devoid of symbolic value.

The focus of another theoretical psychoanalytic research I undertook was the discussion of two concepts forged by Marty: “operational thinking” and “progressive disorganization” (Peres & Santos, 2005). According to the main argument sustained on the basis of these concepts, many times the appearance of organic illnesses – especially those serious – is associated with an erasure of all expressiveness of mental order and/or an intense counter-evolutionary movement to the point of promoting the dispersion of previously structured psychic elements. This argument, it should be noted, does not endorse to any kind of psychological reductionism, because it assumes that the mind-body oneness makes man a psychosomatic being by definition. Therefore, to suggest that certain forms of illness are “psychosomatic” – to the detriment of others – would be a problem.

I have also dealt with the concept of “actual psychosis,” one of McDougall’s most intriguing additions to the psychoanalytic vocabulary, and in the theoretical psychoanalytic research conducted for this purpose, I have resorted to a dialogue with the visual arts and literature (Peres & Santos, 2010). Essentially, the line of reasoning explored culminated in the proposition that, although Freudian theorizing postulates that the affections can only be converted, displaced, or transformed, there is, according to the author, a fourth destiny drive. If reached, this fourth destiny drive causes a pulverization of the affections without any kind of psychic compensation, reducing them to their pure somatic expression. And this is precisely what would occur in the actual psychosis, understood as a complex psychopathological picture that leads the body to behave in a delusional manner and, thus, constitutes a predisposing factor for severe organic diseases.

More recently, I have supervised two theoretical psychoanalytic research projects that discuss Sándor Ferenczi’s formulations about the interface between psychic and somatic functioning. The conclusion of one of them is that the last Ferenczian contributions to the understanding of regressive movements associated with traumatic processes converge, in their central aspects, with certain theoretical innovations established decades later by Psychoanalytic Psychosomatics; although the author, as a member of the first generation of

12 In some of the researches cited in this chapter, such framing is retrospective since it is being done explicitly only here. This is because some of them were published before my first contact with the Herrmannian typology, whereas in others I have not cited it because it would be impossible to present it adequately due to the space available for the respective text in the publication vehicle. However, in all selected examples, the framework in question is consistent with the methodological design employed.

psychoanalysts, is not commonly linked to such theoretical current (Casadore & Peres, 2016). The subsequent endeavor, at the expense of examining the concepts of “pathoneurosis” and “organ neurosis,” made it clear that Ferenczi – besides being responsible for experiments regarding the psychoanalytic technique – was a pioneer in the use of the etiological model of actual neuroses in favor of the unveiling of possible psychological determinants of organic diseases (Casadore & Peres, 2017).

I also think it is worth mentioning a theoretical psychoanalytic research that I have oriented that deals with a topic concerning the emotional dimensions of the health-disease process, but from a different perspective in comparison with the one operationalized in the research I mentioned before. The objective, in this case, was to map the Freudian metapsychological contributions to the understanding of subjective aspects of physical pain (Santos & Peres, 2016). As a result, it was verified that, even before the 1920 *tournant*, Freud qualified physical pain as a pseudo-drive, placing it at the limit between the somatic and the psychic. He also related it to melancholy and, as a consequence, to the deprivation of a libidinally invested object, as well as indirectly associating it to pleasure in the realm of masochism and sadism.

I emphasize that, although more punctually, I did address certain concepts concerning psychoanalytic technique relying on theoretical psychoanalytic research. In one of them, we synthesized Freud’s ideas about the concept of “transference”, as well as some of his contemporary revisions (Santos & Peres, 2013). By extension, we showed that transference – as a movement of updating, in the psychotherapeutic process, children’s prototypes and repressed situations of the past – can assume many forms of expression, and that differentiating them adequately favors an efficient technical management of their consequences.

To close the description of theoretical psychoanalytic research with which I have been involved, I mention one that – although resulting from an orientation, and not from a personal project – I identify as emblematic of a movement of (re)direction of my academic interests that I have been experiencing in recent years and that has turned my attention to social sufferings, that is, to life experiences arising from episodes of oppression, discrimination, and/or exclusion, which cause feelings of helplessness, humiliation, injustice, and/or guilt (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017). In this research, I focus on propositions about “being formed” and “being” women, as postulated by Freud and contemporary authors. The research, moreover, highlights the need to rethink the hypothesis of phallic primacy so that female sexuality can be understood in adulthood, including maturity, in its many facets (Peres, Centurion, & Cremasco, 2018).

As for the psychoanalytic research that I have developed and oriented and that can be classified as clinical according to the Herrmannian typology, I will initially mention two examples whose more conventional character is determined by the use of data from analysis sessions. In the first, the aim was to approach theoretical aspects of the therapeutic alliance – conceived as a working relationship influenced by both conscious and unconscious contents – and discuss its management in the context of psychoanalytic psychotherapy (Peres, 2009).

The second was devoted to an exploration of the psychodynamics of panic disorder guided by three psychoanalytic conceptual operators – phobic personality, helplessness, and masochism – selected with the intention of favoring the advancement of the psychopathological debate about this mode of psychological suffering beyond the operational perspective of diagnostic systems (Zanetti & Peres, 2011).

It was discussed, in an initiative that illustrates the variety of data sources that can be used in clinical psychoanalytic research, the contents of “pro-anorexia” virtual communities, i.e., online environments aimed at promoting this eating disorder through the dissemination of restrictive diets and purgative methods that, if effectively put into practice, offer significant risk to life (Fava & Peres, 2011). In essence, the psychoanalytic reading of this material led to the proposition that those in charge of the virtual communities deny the psychopathological nature of anorexia nervosa, as well as refuse femininity itself. The tendency to personify the mental disorder, considered suggestive of an important narcissistic fragility and a psychic functioning of paranoid nature, was also observed.

A clinical psychoanalytic research that I oriented more recently made use of one of the possibilities of articulation of Psychoanalysis with cinema, conducted by examining psychodynamic aspects of characters in feature films according to psychoanalytic theoretical contributions (Marquez & Peres, 2019). In this case, the intention was to present notes about the manifestation of chronic physical pain anchored, on the one hand, in Freudian formulations about melancholy and inhibitions, and illustrated, on the other hand, by the story of the protagonist of the movie “Cake”. One of the points contemplated in the text concerns the existence of a possible approximation between the chronicity of physical pain and the experience of a mourning that proves unfeasible.

Towards the end of this block of the present chapter, it seems opportune to report on a subset of the clinical psychoanalytic research I have been engaged in using the concept of collective imaginary. Created by Brazilian psychoanalyst Tania Maria José Aiello-Vaisberg and refined through a series of studies developed from the 2000s onward, such concept encompasses varied human manifestations, symbolic and concrete, which are endowed with unconscious dimensions and occur in specific social groups (Gallo-Belluzzo, Ferreira-Teixeira, & Aiello-Vaisberg, 2017; Manna, Leite, & Aiello-Vaisberg, 2018). Therefore, the collective imaginary appears as an ideo-affective complex that determines the stance of certain populations on different topics (Fialho, Montezi, Ambrosio, & Aiello-Vaisberg, 2014; Rosa, Lima, Peres, & Santos, 2019). It is precisely for this reason that clinical psychoanalytic researches organized around the concept of collective imaginary can shed light on stigmas and prejudices associated with social suffering.

Two research projects that I oriented with this proposal had as participants teams of community health agents, and in both of them, data collection occurred in psychoanalytic discussion groups, by which we tried to promote the circulation of thoughts and feelings about the selected theme by granting wide freedom of expression¹³. In the first of these studies, the focus was on understanding the collective imaginary about the consumption of alcohol

13 I sent the reader to the article by Emilio (2010) to obtain additional information on psychoanalytic groups of discussion.

and other drugs (Alves & Peres, 2015). Data analysis showed that, among the participants, beliefs based on moralizing premises predominated, which implied the devaluation of the subjects' freedom of choice and fostered segregationist perspectives. The second research aimed to explore the collective imaginary in relation to users of mental health (Silva & Peres, 2016). In general terms, it was found that, unconsciously, the participants' attitude to this public was marked by ambivalences, defined by the coexistence of feelings of fear and commiseration.

Another clinical psychoanalytic research developed under my orientation with healthcare providers aimed to understand the collective imaginary of primary care nurses regarding patients with schizophrenia (Rosa, Lima, Miranda, & Peres, 2021). Data collection was performed through the use of the Drawing-Story with Theme Procedure, a playful dialogical mediator that provides a materiality favorable to the expression of unconscious contents¹⁴. The results showed that patients with schizophrenia were usually represented in the collective imaginary of the participants based on predominantly negative beliefs and emotions. In addition, evidence indicates a pronounced propensity for the vertical exercise of power, something incompatible with the role that should be played by any healthcare provider, especially in mental health care.

Finally, I cite a clinical psychoanalytic research I undertook to investigate the collective imaginary about fibromyalgia in women affected by the syndrome (Peres, 2021). In this case, the Drawing-Story with Theme Procedure was also used in data collection. In general, the most intriguing thing that this research showed was that after the illness, many participants no longer felt like the same people or, in some cases, did not even see themselves as people anymore. Therefore, the resonances of fibromyalgia on personal identity eventually culminate in a certain dehumanization because they make it difficult to recognize the body as a place of inscription of one's own subjectivity. Another finding that stands out is that, due to emotions that occupy a central place in the collective imaginary of a significant portion of the participants, fibromyalgia produces a stigmatization that unfolds into a painful experience that is both affective and sensory.

Final considerations

I believe that the double objective around which this chapter was articulated makes it evident that Psychoanalysis is able to contribute to the production of knowledge in many ways in university institutions. Therefore, psychoanalytic research can not only cover a myriad of topics, but also be based on a variety of data sources, as the Herrmannian typology holds. Reaffirming such possibilities is still relevant since some authors insist on defending that the traditional psychoanalytic treatment device is the only possible *locus* for the work of the psychoanalyst-researcher. Those who do so, however, disregard that Psychoanalysis, as a versatile scientific discipline, is not limited to the four walls of consulting rooms and, thus, end up having "more principles than the prince," as Silva (1993, p. 20) warned almost three decades ago.

¹⁴ A detailed description of the Drawing-Story with Theme Procedure was presented by Aiello-Vaisberg and Ambrosio (2013).

Referências

- Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Ambrosio, F. F. (2013). Rabiscando Desenhos-Estórias com Tema: pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. In W. Trinca (Org.), *Procedimento de desenhos-estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões* (pp. 277-302). São Paulo: Vetor.
- Almeida, A. P., & Naffah Neto, A. (Orgs.) (2020). *A pesquisa em Psicanálise na universidade: um enfoque no método por meio de exemplos*. São Paulo: EDUC.
- Alves, A. F., & Peres, R. S. (2015). Imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde sobre álcool e outras drogas. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 225-234.
- Campos, É. B. V. (2021). Delineamento de pesquisa no campo psicanalítico: uma proposição sintética. *Psicologia Clínica*, 33(3), 487-505.
- Casadore, M. M., & Peres, R. S. (2016). As noções de trauma e regressão nos escritos de Sándor Ferenczi e suas possíveis articulações com as propostas teóricas da Escola Psicossomática de Paris. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(2), 122-135.
- Casadore, M. M., & Peres, R. S. (2017). The mind-body interface in Sándor Ferenczi: a historical perspective of the Psychoanalytic Psychosomatics beginnings. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(3), 656-665.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e métodos projetivos* (A. J. Lelé & E. M. A. C. Silva, Trans.). São Paulo: Vetor.
- Chatelard, D. S., & Portela, E. (2021). Metodologia de pesquisa em Psicanálise: possíveis caminhos da Psicanálise na universidade. In E. M. F. Seidl, E. Queiroz, F. Iglesias, & M. Neubern (Orgs.), *Estratégias metodológicas de pesquisa em Psicologia Clínica: possibilidade e avanços* (pp. 258-275). Curitiba: CRV.
- Coelho, D., & Cunha, E. L. (2021). Quatro condições para a pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 32, e190162.
- Corbett, E., Ambrosio, F. F., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Produções imaginativas sobre dificuldades sexuais: um estudo psicanalítico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 756-765.
- Dockhorn, C. N. B. F., & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 529-535.
- Dreher, A. U. (2008). Pluralismo na teoria e na pesquisa. E agora? (E. V. K. P. Susemihl, & E. V. L. Kunze, Trans.). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(2), 131-153.
- Emílio, S. A. (2010). O grupo psicanalítico de discussão como dispositivo de aprendizagem e compartilhamento. *Vínculo*, 7(2), 35-43.
- Fava, M. V., & Peres, R. S. (2011). Do vazio mental ao vazio corporal: um olhar psicanalítico sobre as comunidades virtuais pró-anorexia. *Paidéia*, 21(50), 353-361.

- Fialho, A., Montezi, A. V. M., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). O imaginário de estudantes de educação física sobre vida saudável. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36(3), 626-631.
- Fonteles, C. S. L., Coutinho, D. M. B., & Hoffmann, C. (2018). A pesquisa psicanalítica e suas relações com a universidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(1), 138-148.
- Freud, S. (1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (V. Ribeiro, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 6, pp. 1-340). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1901)
- Freud, S. (1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen (M. A. M. Rego, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 9, pp. 15-88). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1907[1906])
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego (E. A. M. Souza, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia (C. M. Oiticica, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 18, pp. 283-312). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923[1922])
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga (C. M. Oiticica, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 20, pp. 203-293). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926)
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização (J. O. A. Abreu, Trad.). In: J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 21, pp. 65-153). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930[1929])
- Fulgêncio, L., Birman, J., Kupermann, D., & Cunha, E. L. (Orgs.) (2018). *Modalidades de pesquisa em Psicanálise: métodos e objetivos*. São Paulo: Zagodoni.
- Gallo-Belluzzo, S. R., Ferreira-Teixeira, M. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). O imaginário de adolescentes sobre o vestibular: um estudo psicanalítico. *Paidéia*, 27(Suppl. 1), 404-412.
- Herrmann, F. (1993). *Clínica psicanalítica: a arte da interpretação* (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real: o método psicanalítico* (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (2004a). Pesquisando com o método psicanalítico. In F. Herrmann & T. Lowenkron (Orgs.), *Pesquisando com o método psicanalítico* (pp. 43-83). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann, F. (2004b). Pesquisa psicanalítica. *Ciência e Cultura*, 56(4), 25-28.
- Herrmann, F. (2005). Introdução: clínica extensa. In L. M. C. Barone (Org.), *III Encontro psicanalítico da teoria dos campos por escrito: a Psicanálise e a clínica extensa* (pp. 12-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Herrmann, F. (2017). *Sobre os fundamentos da Psicanálise: quatro cursos e um preâmbulo*. São Paulo: Blucher.

Manna, R. E., Leite, J. C. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996.

Marquez, I. B., & Peres, R. S. (2019). Dor física crônica, melancolia e inibição: articulações freudianas. In R. S. Peres (Org.), *Dimensões subjetivas da dor física crônica: perspectivas psicanalíticas* (pp. 47-66). São Carlos: Pedro & João.

Mendes, R. C. C. S., & Paravidini, J. L. L. (2020). Psicanálise em pesquisas: o método investigativo e algumas afirmações essenciais a duas críticas recorrentes. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 23(3), 47-56.

Mezan, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise? *Natureza Humana*, 9(2), 319-359.

Peres, R. S. (2004). *A exclusão do afeto e a alienação do corpo: contribuições da psicossomática psicanalítica para a compreensão da personalidade de pacientes com indicação para o transplante de medula óssea*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Peres, R. S. (2006). O corpo na psicanálise contemporânea: sobre as concepções psicossomáticas de Pierre Marty e Joyce McDougall. *Psicologia Clínica*, 18(1), 165-177.

Peres, R. S. (2008). *Na trama do trauma: relações entre a personalidade de mulheres acometidas por câncer de mama e a recidiva oncológica sob a ótica da psicossomática psicanalítica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Peres, R. S. (2009). Aliança terapêutica em psicoterapia de orientação psicanalítica: aspectos teóricos e manejo clínico. *Estudos de Psicologia*, 26(3), 383-389.

Peres, R. S. (2021). Experiences of falling ill with fibromyalgia: an incursion into the collective imaginary of women. *Paidéia*, 31, e3140.

Peres, R. S., Centurion, N. B., & Cremasco, M. V. F. (2018). “Formar-se” e “ser” mulher: um breve ensaio sobre a sexualidade feminina. *Tempo Psicanalítico*, 50(2), 401-420.

Peres, R. S., & Santos, M. A. (2005). Pensamento operatório, desorganização progressiva e somatização: considerações sobre a psicossomática psicanalítica de Pierre Marty. *Tempo Psicanalítico*, 37, 207-227.

Peres, R. S., & Santos, M. A. (2010). O conceito de psicose atual na psicossomática psicanalítica de Joyce McDougall. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(1), 99-108.

Pinheiro, N. N. B., Peres, R. S., & Cordeiro, S. N. (Orgs.) (2002). *Pesquisas acadêmicas em Psicanálise: reflexões teóricas e ilustrações práticas*. São Carlos: Pedro & João.

Rezende, A. M. (2000). *O paradoxo da psicanálise: uma ciência pós-paradigmática*. São Paulo: Via Lettera.

Rosa, D. C. J., Lima, D. M., Miranda, L., & Peres, R. S. (2021). “Paciente-problema”: imaginário coletivo de enfermeiros acerca do usuário com diagnóstico de esquizofrenia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(1), e310108.

Rosa, D. C. J., Lima, D. M., Peres, R. S., & Santos, M. A. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595.

Santos, M. A., & Peres, R. S. (2013). Transferência. In: R. S. Peres & C. R. R. Varga (Orgs.), *Psicoterapias de orientação psicanalítica: elementos centrais e aplicações diferenciadas* (pp. 77-93). São Carlos: EdUFSCar.

Santos, B. A. L., & Peres, R. S. (2016). Aspectos subjetivos da dor física: mapeamento das primeiras contribuições metapsicológicas freudianas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(3), 30-40.

Silva, M. A. B. P., & Peres, R. S. (2016). O imaginário coletivo de agentes comunitárias de saúde em relação a usuários de saúde mental. *Vínculo*, 13(2), 55-65.

Silva, M. E. L. (1993). Pensar em Psicanálise. In M. E. L. Silva (Org.), *Investigação e Psicanálise* (pp. 11-25). Campinas: Papirus.

Sisson, N., & Winograd, M. (2010). A ciência de Freud: introdução ao problema da cientificidade da psicanálise. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 67-84.

Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108.

Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.

Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisbgerg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(2), 98-107.

Zanetti, E. S., & Peres, R. S. (2011). Pânico, personalidade fóbica, desamparo e masoquismo: articulações psicanalíticas. *Psicologia Clínica*, 23(1), 89-102.



**B) RESEARCH LINE:
PSYCHOSOCIAL AND
SUBJECTIFICATION
PROCESSES IN
CONTEMPORANEITY**

A POLITICAL IMAGINATION WITH ANIMALS AND PLANTS IN SOCIAL PSYCHOLOGY: TAKING NARRATIVES SERIOUSLY AS CARRIER BAGS OF FICTION

Dolores Galindo¹⁵
Flávia Lemos¹⁶
Fernanda Zanata¹⁷

Figure 1 – Maripuaana in Rio do Aterro, Águas Potiguara Project

Source: https://www.instagram.com/p/Cdk9v3_uIN4/



15 PhD in Social Psychology from PUCSP. She works as a permanent professor at the Graduate Program in Psychology and Society. She leads the Research Group Laboratory of Technologies, Sciences, and Creation (Labtecc).

16 PhD in History from the São Paulo State University (Unesp), School of Sciences and Language/Literature, Assis, SP. She works as a permanent professor at the Graduate Program in Psychology at the Federal University of Pará.

17 Psychologist at the Federal Institute of Mato Grosso. Master's Student of the Graduate Program in Psychology at UFMT.

The image that opens this text is part of the social media of *Águas Potiguara Project* (@aguaspotiguara) maintained by the potiguara indigenous village located in Bahia da Traição, Paraíba. This is the traditional cleaning project of a community river, Rio do Aterro, which passes through the villages Forte and Alto do Tambá, taken by a type of vegetation known as aningas (*Montrichardia linifera*), which can reach about six meters in length. According to the project's website, "with the deforestation of the riparian forest and the siltation of the river, the aningas 'get along well/find a great place to reproduce and today they are the ones that take over the river banks.'" It is no longer possible to fish in the silted river. As the team grazes and extracts the aningas, a second team identifies the course of the river and removes the heavy blocks of mud. On the project page, one of the youngest participants reports the joy of arriving at the closed river and, after the traditional cleaning, looking back and checking the flowing water.

The aningas may have strategic purposes for cleaning rivers, but this is not the potiguara case. Aningas in Rio do Aterro are pests. They need to be extracted by their "eye," that is, with the root that would give rise to other branches. To extract the aningas from the water and allow the river to flow, from the memory of the elders of the community about what the course of the waters was like, a complex work is activated involving older men who trace the course of the river, younger men who pluck the aningas and mud blocks, dogs that accompany the activities, women and men who cook on the river bank, women who take responsibility for social media, fruit trees that give shade for rest, children who learn and/or have fun with their parents in the waters, visitors from universities and schools interested in the project.

One of the markers to know the height of the river are the eggs of lolôs, a snail that is part of the potiguara cuisine. It is written on the project page: "The Lolô lays the eggs there and this is indicative of where the river water will reach. It's spot on. It laid them there, the river water will fill, and the eggs will hatch, and new Lolôs will be born" (our translation). At other times, an animal may be alien to the group, as with the snake in Figure 1. Initially, the project page raises the question of whether it would be a boa constrictor or a serpent, calling on biologists to answer it. The answer is: a water snake. However, the narrative does not end there. Being a water snake, it integrates into everyday life and a second question is raised: what better name could we give it? A collaborative science design is established by the project page, so that after the species of the snake is identified, it receives its name, Maripuana.

When we read the brief narrative derived from the monitoring of the social media of the *Águas Potiguara Project* throughout 2022, we are faced with an invitation to consider the relationalities with animals and plants without anthropocentric reductionisms that assimilate the waters of the rivers, aningas, and Maripuana to what we call "nature" or "environment," as opposed to what we name as human order. This cleavage between natural and social, between humans and non-humans, is crossed by the Darwinian narrative that privileges competition over cooperation, autonomy over interdependence.

Political imagination in the Humanities, and it is no different in Social Psychology, is faced with epistemic limitations derived from anthropocentric, speciesist, and racialized perspectives of agency defined from criteria in which difference is accompanied by a

principle of separability that precedes it. For Denise Ferreira da Silva (2019a), the colonial event haunts contemporary thought with an idea of subject and political action guided by sequentiality, separation, and discernibility. How to escape the images of a humanity founded on the separability of different beings? How to endow them with action in writing and put writing back on a level beyond expression and, instead, as a machine for thinking and proposing alternatives?

Brazilian Social Psychologies, in their procedural aspects, can expand studies with/about/ from animals and plants, in order to review the ways in which we approach the relationships between humans and other living beings, rejecting positions that allocate animals and plants in a subtractive status in relation to the former or to a plateau of humanization, e.g.: animals are considered “intelligent” if, in some way, they have “reasoning” and behaviors close to human; plants, in turn, are placed in an instrumental state in which their agency emerges in terms of sense production (Galindo, Miliolli & Mélo, 2016; Galindo & Milioli, 2020).

We understand that countercolonial and feminist epistemes contribute to important shifts in the notion of agency in Social Psychology, both from the point of view of theoretical research and from research located in contexts and territories. Likewise, we understand that the transdisciplinary field of the so-called Animal Studies and plant agency allow us localized reflections without which the risk of a certain level of decontextualized abstraction can pose itself as an epistemic and methodological obstacle.

In the last decades of the twentieth century, the Humanities and Social Psychology have been faced with the clear limits to the reach of the human as a central figure of thought, either by the content of the problems that arise, not limited to the scope of a reform of human actions, or by the intrusiveness of an agency – or rather, by the presence – of an action whose effects surpass individual actions of one or another species. As Donna Haraway (2016) detects, different names have been brought to address the bankruptcy of a modern-colonial masculinist project, to which perhaps the Anthropocene proposition is still sufficient, of sciences and action of living beings that are not reduced to these, among which “Gaia” (Stengers, 2015), “Chthuluceno” (Haraway, 2016), “Plantationocene” (Haraway, 2016).

Isabelle Stengers names Gaia to the irruption of more-than-human agency, whose action takes place in an intrusive way. For her, “to name is not to tell the truth, but to attribute to that which is named the power of making us feel and think what the name arouses.” In this sense, Stengers argues for the idea of an action that takes place by intrusion and, for her, alternatives are only possible when we operate in an articulated way with knowledge, which, in the processes of delimitation and demarcation in the sciences, received the nickname of non-scientific knowledge (Stengers, 2015) or even local knowledge (Taddei, 2015).

Gaia is a name chosen precisely for bringing the memory of a knowledge called unscientific and defined as mythological, while also presenting the contributions of James Lovelock and Lynn Margulis, the latter having experienced a difficult and late process of reception of her work on symbiosis between species. For Isabelle Stengers (2015), Gaia is both loved and feared, preceding the time when the notion of Justice began to be present in Greek mythology. In other words, Gaia predates the time when the Greeks conferred upon their gods the sense of the just and the unjust “[...] It was, rather, about being careful not to offend them, not to abuse their tolerance.” Stengers (2015, P.47) emphasizes: “Fighting Gaia

is meaningless; it is about composing with her. Composing with capitalism is meaningless, it is about fighting against its domination.”

James Lovelock and Lynn Margulis conceptualize Gaia as a living being, an organism that has a complex and interdependent functioning and development and that has the elements that contain and provide life; it is where all life takes place. In this sense, Margulis (1993), in her work *Symbiosis in Cell Evolution*, originally published from 1981, named this complex development as Endosymbiosis, in which life takes place through symbiogenesis, organisms that develop by a mutual cooperation between them, when one depends on another to survive and develop. The theory of Margulis, in collaboration with James Lovelock (2000), *Gaia: A new look at life on Earth* (originally published in 1979), was opposed to the theory of evolution of species developed by Charles Darwin, related to the development of life by natural selection, which would occur by the overlapping of the most adapted organisms with the least adapted, in the competition for survival. The conceptions arising from Darwin's theory of evolution and adaptation were more accepted and obtained more repercussion in the scientific environment of the time; in line, these theories were absorbed and employed by other theorists, some from the economic and social area, referenced and formulated as “Social Darwinism,” which was the extension of the point of view that values the survival of the most adapted organisms in the social environment.

Donna Haraway (2016) recognizes the contributions of Isabelle Stengers and chooses to name this intrusion Chthulucen, to refer to the mythological creatures that live under the Earth, beings of the underground worlds that are not confused with the Olympian deities. She advocates for the need to think of a new name for the dynamics of chthonic forces and powers in progress, “of which people are part, within which this process is at stake” (p. 139). She thinks of the Anthropocene and the Capitalocene as a limit event, which invites feminists to a work of reimagining the relationships of genealogy/kinship and relatives/species.

In 2014, in an interview given to Eduardo Viveiros de Castro and collaborators, Donna Haraway argues that the Anthropocene and Capitalocene are different figurations. Chthulucen is a compound of Greek roots (Khthon and Kainos), which together form a kind of time-space to learn to move on with the problem of living and dying with response-ability. In the Chthulucen, nothing should mean conventional past, present, or future, but continuous and dense presences performed by all kinds of temporalities, living beings, and materialities in kinship relationships defined by alliances and not, exclusively, by consanguineous ties.

Eduardo Kohn (2021) identifies in the Humanities an epistemological heritage of Western scientific thought that prioritizes the human and its reason, and that sees the world from this reference. In thinking about the agency of woods, contrary to this Occidentocentric episteme, he proposes that we think not “how people think woods think,” but “how woods think.” This displacement suggests not only a thought and a perception on the part of the woods/plant agency, but also a cosmology, since, as we will know how the woods think by the clues that cosmology points out. The author points out that transspecies relationships involve hierarchies; they constitute each other mutually, but in unequal ways for the parties involved. They contribute to what is known as a vegetal turn in the works by Emanuele Coccia (2018; 2020) and Anna Tsing (2019).

For Tim Ingold (2012), we need, once and for all, to put an end to the problem of agency. He justifies that the concept results from an Anglophone point of view from which the verb requires the action of a nominal subject in a double reduction, that is, from things to objects and from life to agency. He points out that the agency's problem "has led great minds to deceive themselves in a way that we would not like to repeat. Indeed, to take the life of things for the agency of objects is to carry out a twofold reduction: from things to objects, and from life to agency."

Karen Barad (2006; 2012), faced with a similar finding to Ingold regarding the limitations of studies on agency, considers it central that we turn to the problem of agency and that we review conceptual categories that are so dear to us, such as the category of interaction, for which she proposes the replacement by the notion of intra-action to account for the matters in composition flow. Denise Ferreira da Silva (2007), in a different way, also deepens the poetic and speculative work to account for ontological issues, emphasizing the limitations arising from the Kantian and modern-colonial legacy that tie race to what she calls a political realism that prevents escapes to the categories created by this same project, and that subjectify us. Both resort to a careful intellectual work that combines art and science.

In fact, we publish in Social Psychology, we discuss Social Psychology, we problematize Social Psychology without thematizing or sufficiently tensioning the meanings of "social" that cross our works (Carvalho, 1994). Although it is useful for us to differentiate between psychological and sociological Social Psychologies, as proposed by Robert Farr (2010), equally, the criteria that align Research and practices in one or another perspective remain tensionable. It is as if in order for the "social" to emerge in "Social Psychology" in its different versions and meanings, we must necessarily place ourselves at a safe distance from non-Western cosmologies, what we call a colonialist epistemic retreat.

In the event that came to be called the crisis of Brazilian Social Psychology, dating from the 1970s and 1980s, which questioned the universalist assumptions of the notion of subject until then guiding psi practices in Latin America, Ethology ended up being allocated outside the scope of the project of critical reconstruction of the disciplinary field. The revision of the universalist notion of subject focused on the human in the sense of emphasizing its social and historical conditions and avoiding any approximation with the experimentalist perspectives, which reduced the human to concepts derived from hegemonic Social Psychology. At that time, the problems that arose did not lead to the imperative of questioning the centrality of the human in Social Psychology as part of a critical revision project. Thus, the animals ended up being confined to the spaces of ethological research, concentrated in the Departments of Experimental Psychology, which, in turn, were developed apart from the discussions that permeated Social Psychology at the same period. Non-human animals were restricted to the questions that were addressed to them by experimentalist psychologists, especially evolutionists or behavioral psychologists.

When it was separated from the Social Psychology that inherited the critical currents in Latin America, Ethology, developed in Psychology laboratories, became a kind of "Desert Island" (Deleuze, 2004) for non-evolutionary social psychologists, who are interested in the study of agency without restricting it to the human. What happens there? What practices can we bring from Ethology to Multispecies Social Psychologies? What stories will derive

from the (re)encounter with animal studies in Ethology translated and posed under other questions by Multispecies Social Psychologies?

Brazilian Social Psychology, heir to the critical turn of the 1970s and 1980s, hardly proposes to think about the relationships between humans and other animals and, when it does, in general, animals are positioned in a subtractive status in relation to the former or in a plateau of humanization. This chapter, in an essayistic tone, points out some clues to research that moves in the connections between Social Psychology and Ethology, without pretense of exhaustiveness.

By abandoning, at least in the plane of political imagination, the modern-colonial legacy – speciesist, anthropocentric, and racialized from whiteness – in favor of interdependence and ontological entanglements that define us from non-Eurocentric perspectives (Ferreira da Silva, 2019a), we approach the questioning of the linear temporal narratives that guide the production of raciality articulated to the discourse on species (Haraway, 2019) that is articulated to “connected oppressions” (Nascimento, 2017), while repositioning the place of fabulation and fiction as something more than an opposition or escape to a reality that would be external to it (Stengers, 2018b)

It is about escaping science as an agonistic and militarized exercise, to think about science and life, in its fullness, in the proposition of sympoesis and interdependence between living beings allocated to different species in the modern colonial project (Galindo, Lemos & Silva, 2021). In the place of competition, interdependence as a condition for life, ranging from small creatures like bacteria and jellyfish to humans (Despret, 2021). Lynn Margulis observes, above all, bacteria and infection processes, turns to the edges of creatures, replacing competition as cooperation.

We are facing a feminist upheaval in biological narratives and in the way we understand the constitution of humans and non-humans. We are constituted through mutual infections, and it is not possible to track each species in isolation. This turn challenges us by writing policies that move between the fictional and the factual, moving in a continuum that prevents fixed classifications based on a notion of speculative truth (Stengers, 2018a).

Ursula Le Guin (2021) proposes to think, in *The Carrier Bag Theory of Fiction*, narratives that start from collection gestures, distancing herself from war gestures. She challenges us to revisit heroic masculinist hunting-based narratives. In place of hunting, the carrier bag emerges. Thus, whereas hero-based narratives are linked to conquest, by the imposition of force, carrier bag-like narratives are linked to collecting without agonistic foundation, stories not driven by conflict. Le Guin (2021) comments on having read in a writing manual that all novels demand conflicts, to which she counters the argument that in narratives conceived as “bag/belly/box/patua” [conflict, competition, stress, struggle, etc.], they can be seen as necessary elements of a whole that, by itself, cannot be characterized either as conflict or as harmony, since their purpose is neither that of resolution nor that of ecstasy, but the continuous process.”

In fact, in the different areas of Social Psychology, stories and narratives have been gestated in the encounters between humans and non-humans that do not necessarily imply domination, narratives more oriented to interdependence than to autonomy. Telling them

engenders transformations in the ways of living that we are creating. In Brazil, these stories have been told from the introduction of studies in Actor Network Theory and, above all, feminist epistemologies in dialogue with studies on countercoloniality and ecological crisis. In these narratives, some central categories, such as care, are rethought and resized (Méllo, 2018), while group work practices approach more explicitly the poetic dimension (Galindo, Méllo, Moura & Soares, 2022).

More recently, with the translations into Portuguese of works on fabulation in radical black studies, especially in its poetic version, with emphasis on the works of Denise Ferreira da Silva (2019b), a propitious scenario is drawn for important turns in Social Psychology regarding the political imagination. Such texts, along with Donna Haraway's works on figuration/fabulation, allow us to continue researching in the midst of the dilemmas that are presented to us as hellish alternatives between living or dying; not yielding to dualistic answers is a nuisance and calls for a joint rumination instead of a decision derived from an individual voluntarist act (Galindo & Milioli, 2017; Galindo, Lemos & Silva, 2021; Galindo & Fernandes, 2021).

Radical Black Thought calls into question its own racialization without concessions to a fragile and Eurocentric humanism, asking itself how it operates and how to twist it through conceptual and poetic experiments (Ferreira da Silva, 2014; 2019c). As Dias-Benitez (2021) points out, Radical Black Thought derives from formal (organizations) and informal African-American social movements (meetings for songs and dances to plan escapes), from the creations of Black and African Studies Departments in American universities, as well as from engaged pedagogies capable of dissent within academic institutions despite frontal reactions against female teachers, as documented by the Chicano feminist Gloria Anzaldúa (Anzaldúa, 2021) and the Black intellectual bell hooks (2017; 2021).

We do not propose the simple observation that we should consider non-humans, in our research, as if it were a homogeneous whole. It is about going beyond the search for a Lost Paradise. As Félix Guattari (1989/1990) reminds us, thinking about Ecologies invites an ethical-political perspective that "crosses the issues of racism, phallogentrism, the disasters left by an urbanism that wanted to be modern, an artistic creation freed from the market system, a pedagogy capable of inventing its social mediators, etc." (Guattari, 1989/1990, p. 14).

By leaving aside the modern-colonial nightmare of autopoietic and self-sustaining creatures in favor of the figure of sympoiesis (Haraway, 2019) based on interdependence, we approach the questioning of the linear temporal narratives that guide the production of raciality alongside the discourse on species (Haraway, 2019) in "connected oppressions" (Nascimento, 2017), while repositioning the place of fabulation and fiction as something more than an opposition or escape to a reality that would be external and opposite to it.

We seek to contribute to rethink the very notion of Social that underpins and sustains the different Social Psychologies, with a view to less anthropocentric perspectives (Galindo, 2003; Galindo, 2011). To address intersections between feminist epistemologies, decolonial studies, and radical black poetics, two operators are important. The first concerns the way they deal with the anthropocentric dichotomies inherited from the modern-colonial project, as well as proposed alternatives; and a second concerns the place of fiction/fabulation as a theoretical-methodological resource. As Brian Massumi (2018) argues, from animality

follows a non-categorical Ethics (an ethics-aesthetic) populated by events. For the author, it is crucial to embark on the adventure of a logic of “multiple inclusion” where singularities and indiscernibilities can enjoy the space previously given to the choice between identity and undifferentiation.

That is, it is an invitation to a world where “emergent differences” proliferate, and where, therefore, we cannot assume categorical differences between human and non-human animals, between plants, animals, and humans. On the contrary, it is about following how the tangles that constitute the living beings and ways of living in interdependence emerge, as well as the dividing practices that delimit them and produce otherness in which agency is distributed, for example, between living humans and plants.

Thus, we propose the craft of narratives devoid of human heroism, uprooting ourselves from the idea of autonomy. What did we find? A curious craft that consists of making it fascinating to narrate relationships with dogs, plants, grains, and other living things without resorting to heroic subterfuge. Referring to the writing of the novel, Ursula Le Guin (2021, p. 23) points out: “I said it was difficult to tell a fascinating story about how we extract wild oats from their husks, I did not say it was impossible. Who said writing a novel was easy?” (our translation).

It follows from Ursula Le Guin’s provocation that the relevance of the narratives we tell in Social Psychology with plants and animals (as we do in novels) is given from their generative potential, that is, from the monitoring of how they branch out other stories. In this sense, carrier stories never end, they germinate and take their course as they disturb the modern colonial divisions between humans and other living beings, as well as the superiority of the former over the latter. Our stories are merging with the world and becoming more and more usual.

Research policies guided by the figure of the carrier bag are very sensitive, concerning a type of writing related to a work that requires resistance, persistence, patience, care, seriousness, and, above all, collaboration. Although it is a difficult journey, it is not about resignation: it is about cultivating and hoping for the best, but bad things can also happen. It is not following in a single path, obstinate to reach a point. No. It is about venturing on the path, being interested, imagining, building, winning, losing: it is about life and death. Crossing mined paths on a wounded planet is not easy, but it is not impossible either; it requires making alliances, building bridges, multi-species symbiotic networks. “Sowing worlds means extending the history of companion species to include more of their ceaseless diversity and their urgent problem” (Haraway, 2019, p. 182; our translation).

For Descola (2015), more than referring to “nature,” which would already be a modern purification, we can refer to the modes of composition of worlds in which what, in a Western logic, enters as nature becomes animate, that is, receives *anima* and a mode of existence no smaller than that of humans. The author uses and updates the concept of animism, to point out that, for some peoples and in some territories, what we understand as “nature” has subjectivity. It refers to animism as a continuity of souls and discontinuity of bodies, where “people endow plants, animals, and other elements of their physical environments with subjectivity and establish with these entities all kinds of personal relationships, whether friendship, exchange, seduction, or hostility” (Descola, 2015, p. 12; our translation).

In this sense, plants, animals and other beings, instead of performing as a “nature” separate from the human, can acquire modes of existence and, through rituals, communicate with the living and with them compose the same vital energy for the continuity of the black people in the diaspora that receives different designations. Sidnei Nogueira (2020), in a recent book on religious intolerance, faced with the practices of Afro-diasporic communities in traditional terreiro communities, together with animals that are read from a colonial perspective as “death and sacrifice,” argues that in the rites in which animals participate there is no sacrifice, there is communion: animal and human become one and will walk together from that moment on. For the author, the traditional terreiro communities are quilombola spaces of African matrices that are updated in Brazil, which, as we saw in the previous stage of the research, have strong resonances with the Colombian palenques, keeping their singularities.

Descola (2016) reminds us that although the border between natural and cultural seems believable to common sense, this daily border is shown in mixtures of practices that are simultaneously natural and social, natural and cultural. For the author, undoing the apparent obviousness of the modern colonial project requires inventing ways of existence, sharing the daily life, understanding what those who are on the edges of modernity do. Moreover, the author points out that this inventory and coexistence require time. In a large ethnographic project with the Achuar in Ecuador, Descola observed that in dreams, animals and plants appeared in human forms. When asking an Achuar about this aspect, he promptly replied: in the dream, they appear human because they are not dressed as plants and animals. That is, for the Achuar, plants and animals are not distinguished from humans in substance, but in form, which varies in the night and day periods.

In quilombola territories, we follow multiple performances of plants in daily life, which are more than mere resources to be used for specific purposes: the plants are activated for healing practices, with the care given to them as necessary for their performance, which vary from the position of the sun to the request for permission for use. A plant is asked for permission to harvest it, analogous to the way, in a Western logic, someone is asked for permission to touch their body; the same for rivers and other beings. In the Bantu cosmology that prevails in some black terreiros in Brazil, healing plants are part of a large library that only a few people with specific knowledge and community recognition can access (Santos, 2019). Animals, plants, rivers, and other living beings relate to humans by recognizing their unique physicalities, not being of the order of human agency by the production of meanings the only direction of natural social practices.

Incorporating the collaborations of Felipe Descola (2015), we understand that alongside the purifications and hybridizations fostered by the modern colonial system, non-binary logics coexist in territories of indigenous and Afro-diasporic peoples, requiring, even, on the part of Social Sciences and Psychology, the creation of conceptual expressions capable of accounting for the realities that are instituted there and their ontologies. More than referring to the hybridizations in the modern project, we should propose a task of counter-colonizing the modern notion of nature (Escobar, 2003, 2015, 2016), a task that we understand to be axial for Social Psychology.

Anna Tsing (2021), an anthropologist of oriental origin living in the United States, accompanies mushroom pickers and collectors in American ruins. These collectors do not

regard the collection of matsutake mushroom as a job. Tsing's study on matsutake mushrooms addresses several aspects that interest us: questions of method, since she criticizes the way of modern science, which seeks purity and neutrality; Tsing's method unites love and authentic curiosity to scientific research and, from this, it elaborates some conceptions, such as indeterminacy and contaminated and collective survival. And it seeks ruptures, fractures in the apparently closed units of the Anthropocene and in the idea of capitalist domination that looks only in one direction, the one towards progress, towards a change that aims to slow down the pace of this heroic race and walk through destroyed woods, practicing the art of careful observation, aiming to find life in the midst of ruins. It is a life that is only possible through the symbiotic interdependence in the agency, in the set or event of human and non-human beings, who, in alliance, start a supply chain of an exotic mushroom, the matsutake, which, since its appearance and with its collection, interconnects stories and memories of war and destruction, that is, precarious survivals that only through a collective and collaborative contamination are able to flourish among ruins.

Although the emergence of matsutakes is alien to a production, matsutake enters the logic of the global capitalist system; however, Tsing (2021) observes that it creates a difference, a tear, a breach, which gives rise to an alternative possibility, what she called a salvage accumulation, in which capitalist and non-capitalist forms are contaminated, in an attempt to establish an even precarious survival, collectively, in a world immersed in ruins. Tsing (2021) constructs the concept of "salvage accumulation" as a pericapitalist practice, seeking to inhabit the in-between of the capitalist production chain, the gaps found in the contamination that occurs between "[...] those non-capitalist elements on which capitalism depends" (Tsing, 2021, p. 97; our translation).

For Tsing (2021), following the path of the matsutake supply chain from Oregon to Japan is following the parcels of salvage capitalism, where, for several moments, within this chain, one exits and enters the global capitalist logic; these moments would be the rhythms of salvage capitalism, because, for her, capitalism cannot be conceived only as an abstraction seen in its form of scalability and expansion, being necessary to consider the portions that compose it: "Money becomes investment capital, capable of producing more money. Capitalism is a translation machine for producing capital, from the whole class of means of subsistence, human and non-human" (p. 185; our translation). The matsutake mushroom has a specific origin, in a context and a relationship in its surroundings, and follows a path, in which it performs translations in a multispecies agency network. We do not see capitalism, but the portions that constitute it, each portion being a different story; we are not dancing the same and not a single song, there is a polyphony of sounds, these are precarious stories of survival amid the ruins of developmentalism.

The matsutake mushroom supply chain begins in Oregon, where the collectors experience a local reality, with their practice, which by many and due to their history and meaning is seen as freedom, developing a significant relationship with matsutake. In this sense, the activity is not an alienation, at the same time that it is precarious; however, it is not related to the precariousness that is expected of a salaried workforce, exploited in a typical way within the worker-employee relationship, in capitalism. The collectors negotiate the product, make the sale, and it is dispatched to Japan, and in this dispatch, the product is labeled by a Canadian company, at which time it enters the global supply chain circuit, becoming a

labeled inventory. Upon arrival in Japan, the same mushroom, already labeled and carrying commercial value, enters another marketing chain, within another country. In Japan, it is widely appreciated, both as a gastronomic resource and as a gift with acquisition value; either way, it is exquisite, rare.

Tsing (2021) includes disturbance as a key element in understanding this coordination, with disturbance being any event that alters an ecosystem, “[...] disturbance opens the way to transformative encounters, enabling new sets of landscapes” (Tsing, 2021, p. 219; our translation). We do not know in advance how the consequences of the change will unfold, whether it will result in something good or bad, or how good or bad will depend on the scale of its effects, from small to large, from short-term to long-term, and it can be good or bad, caused by humans or non-humans.

The author narrates an initiative in Kyoto, in the Satoyama forest, in which researchers, among other volunteers, came together to revitalize the forest, bringing back the red pine and, with it, the matsutake; this case involved humans, disturbing the space with the intention of opening the forest and, thus, facilitating the emergence of the red pine, which is born in open spaces, receiving plenty of light and, by the symbiotic connection with the pine, the matsutake appears. The Satoyama’s initiative is central and fundamental to Tsing. Therefore, we can list three questions that the author discusses, from this event: first, the understanding of a heterogeneous ecology, concerned with the scalability of human interventions, because what Satoyama teaches is not to avoid human disturbance, facing it, uniformly, as something bad or good, as is put in the idea of progress; however, it is about verifying how good or bad it can be, depending on the level of this disturbance, that is, its scalability or not. Therefore, in the midst of problems, through observation, it is necessary to follow the portions, the patches, according to Tsing (2021) suggests, in order to identify who or what are allies or not.

The volunteer group in Satoyama brings together diverse people, young people, old people, and children, around the search for the revitalization of future possibilities, because many elderly people who are there will not get to see the matsutake sprout, according to Tsing (2021, p. 354; our translation): “Satoyama thus becomes an area where there is the opportunity to flourish social relationships that transcend the human.” These are resurgence practices, where “resurgence is the work of many organisms that, negotiating through differences, forge assemblies of multispecies habitability in the midst of disturbances” (Tsing, 2019, p. 226; our translation). The resurgence of the forest is the possibility of life that takes place by collaboration and beyond the human scale.

Emanuele Coccia (2018) argues that plants lack ears, noses, muzzles, and other organs closer to our speciesism and zoocentrism. That is right, and it seems elementary at a first glance on the discussion. However, by the attention to these small details, the author, in dialogue with the philosophical tradition, makes a turn that interests me for the purpose of this exposition. The author proposes that plants put a limit to the human exceptionalism, a limit before which we are forced to recognize: “We can never understand what plants are if we do not understand what the world is.” There is no way to metaphysically or ontologically dissociate plants and the world. He argues that the life of most organisms is entangled with plant life as products of colonization in everyday life – furniture, food, oxygen. In a fabulous

speculative gesture, he provokes us to think that the absence of hands in plants, instead of a sign of evolutionary inferiority, can be read as a sign of the immersion of plants in the very matter that makes it emerge and where it acquires duration.

We understand that the plant and animal turns, allied to feminist epistemes, converge to countercolonial movements of thought and research, in which cosmophobia is not placed as a horizon. Cosmophobia is defined by Antonio Bispo dos Santos (2019) as a disease of colonialists, with a monotheistic basis, producing fragile, fragmented, synthetic knowledge that derives from the fear of the cosmos. Antonio Bispo dos Santos (2015), when thinking about countercolonialization, differentiates confluence, transfluence, and influence. According to him, colonialists can never have confluence, only influence. Transfluence is different from transport, colonialists and countercolonists transflow. Nevertheless, only countercolonialists transflow to have confluence.

Returning to the image that opens this text, how to look with the eyes of Maripuna? How can the fabulous exercise of looking through the eyes of the serpent contribute to taking the carrier bags of fiction seriously while setting aside the modern-colonial pretensions to lift us to facts? What are the positions for researchers based on this invitation? The Águas Potiguara Project, of which we brought a brief narrative at the beginning of this chapter, have confluence with aningas, serpents, dreams... On the project page, one of the members, an ecologist, reports having been hugged by a snake during the night; she visited him in a dream after the cleaning, and he put her in a basket to release her the next day.

To address the confluences, Antonio Bispo (2020a) asks “How do the fresh waters of the Nile River and the São Francisco River meet if there is a saltwater ocean in between?” To which he replies, they meet through clouds of water. When they meet, two rivers converge at their mouth, in the springs remain the rivers that were born. Confluences are countercolonial, deriving from polytheistic cosmologies. They meet by the rain, by the sky, by the cosmos. They meet, but are not entirely merged amalgamating into a single substance that ignores their trajectories.

Taking seriously the narratives ‘as carrier bags of fiction’ requires Social Psychology research policies that operate by confluence, requires dealing with the colonist disease that Antonio Bispo dos Santos tells us about, the cosmophobia. In a 2020a broadcast, in an oral record, the quilombola author points out that cosmophobia is not adjectivable since it results from an organic thought. Cosmophobia makes colonialists not speak the language of plants, winds, rivers. They cannot speak a non-Western cosmological language, only the synthetic language, because they are terrified. He narrates: “I always say that the best way to understand transfluence and confluence is to follow the course of the waters. Follow the waters” (Bispo, 2020a; our translation).

Antonio Bispo (2020b) puts himself as a reporter of knowledge who is not interested in producing concepts, as someone who brings explanations from accompanying paths, who produces “germinating words” and never concepts. Is it possible for a cosmophobic science such as Social Psychology, especially that carried out under the rubble of the colonialist caravels in the Americas, to converge with living beings different from the human and other humanities than those oriented by modernity-coloniality beyond the ill-fated case studies? How to have transfluence without influence? Telling stories like carrier bag fiction? Narrating

concepts as fiction? Leaving concepts in favor of germinating words? And if we make these movements, what characterizes us as a field of knowledge and practices?

Tsing (2021) refers to the world as vital polyphony; however, we are only used to listening to a single song. The march towards progress, within an agitated heroic narrative of actions and achievements, seemed for a long time attractive, deceived us, clouded us – it seemed that we were going somewhere better, but instead of rewards, it led us to a world of catastrophes (Stengers, 2015) and a world of precarious survival (Tsing, 2021). Anna Tsing argues that monocultures in cultivars, epistemes, and ontologies “instead of the novel connecting people, plants, and places, [European] monocultures presented us with cultivation by coercion.” For this reason, she chooses to accompany the humid lands for the collection of mushrooms, accompanying collectors, getting her feet dirty on walks, learning to smell odors, to rearticulate the body in new agencies.

In the researches that we have carried out, some methodological shifts have been operated, among them, releasing the images from the desire to describe them, releasing stories from the desire to analyze them. Thus, it becomes possible that we come across commented stories and not analyzed stories, images without subtitles, loose figures that germinate worlds, converging and following with the colonialist cosmophobic terror that haunts us while contaminating us in a vital polyphony. In the experiences of knowledge production that cannot be anticipated, speciesist axes of domination lose the power to organize narratives. Strong objectivity and heterotopy formation occur in an exercise that is compositional. Narrating from situated positions is a process that is not conceived autonomously, since a location is a spatio-temporal territory conceived collectively, cohabited.

According to Gloria Anzaldúa (2021), a Chicano feminist, the situated art of narrating, when thought of in contexts strongly marked by colonial violence, requires different literacies and hearing multiple voices simultaneously, some of them human and others not. Ontological policies that replace animals and plants in the practices of connection and disconnections with humans return us to the core of our text: the need to produce technologies to tell stories that allow us to live with dense problems of a time marked by catastrophes. What we want with these narrative technologies, in the journey we make, are confluences, not oppositions and binarisms. What one wants is to go through the complications to potentiate the joys.

For Vincianne Despret (2011), in the diffusion and celebration of those who swim against the current may be our chance of success, our way out of a barbaric future. The author provokes us with an excerpt from a small speculative fable that produces a genesis of the world initiated by the wind and not by the word. She writes,

In the beginning was the wind. As in the beginning, in the very beginning, in these times of which only plants have kept the memory, in these times when we were not yet, where our existence was so unlikely that even the promise (or the curse) of our arrival could be greeted with incredulous laughter, if plants had known laughter and unbelief, which is even more uncertain. There were no animals. Only plants, wind, and water. Plants learned wind and water, and thus they began to travel. [...] Plants learned patience: the water they had to wait for and the wind they had to tame. Desire was not yet born, as it appears later. Perhaps only some forms of dormant drunkenness from which vegetables have kept a secret. Then came the animals and it was at this moment that the plants learned the power of desire and learned to make themselves desired. The flowers and fruits accompanied the desire and the animals accompanied the plants.

Strange nuptials were celebrated with this sowing. It was believed the fruits, flowers, and pollen were captured, the latter of which was in fact being captured. Beauty, according to some, would have been born at this time (our translation).

References

- Anzaldúa, Gloria. (2021). *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha.
- Barad, Karen. (2006). *Meeting the Universe Halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press. Doi: <https://doi.org/10.1215/9780822388128>
- Barad, Karen. (2012). «Interview with Karen Barad». In Rick Dolphijn & Iris Van Der Tuin. *New Materialism: Interviews & Cartographies* (pp.48-70). Michigan: Michigan Publishing, University of Michigan Library
- Carvalho, Ana M. A. (1994). O que é “social” para a psicologia? *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, 2 (3), 1-17. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 mar. 2022.
- Coccia, Emanuele. (2018). *Vida das plantas – uma epistemologia da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.
- Coccia, Emanuelle. (2020) *Metamorfoses*. Riso de Janeiro: Editora Dantas.
- Deleuze, Gilles. (2004). *A ilha Deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras.
- Descola, Philippe (2015). “Além de natureza e cultura”. *Tessituras, Pelotas*, 3(1), 7-33, jan./jun.
- Descola, Philippe. (2016). *Outras naturezas, outras culturas*. (C. Ciscato, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Despret, Vinciane (2011) *Experimentar a Disseminação*. Texto apresentado no Colóquio As Ciências das Emoções e a Clínica na Contemporaneidade. Rio de Janeiro: UERJ.
- Despret, Vinciane. (2021). *Simbiología: conversaciones indisciplinadas*: Vinciane Despret y Pablo Méndez. Recuperado a partir de <https://www.youtube.com/watch?v=BqIWJ12sGcs>.
- Dias-Benitez, Elvira (2021). *Vidas Negras: pensamento radical e pretitude*. In Hortense J. Spillers, Sylvia Wynter, Saidiya Hartman, Fred Moten, Denise Ferreira da Silva. *Pensamento Negro Radical: antologia de ensaios* (pp. 1-15). São Paulo: N-1 Edições.
- Escobar, Arturo. (2003). «Mundos y conocimientos de otro modo». *El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa*, (1), 51-86.
- Escobar, Arturo. (2015). *Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”*. *Cuadernos de antropología social*, (41), 25-38. Recuperado a partir de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2015000100002&lng=es&tlng=en
- Escobar, Arturo. (2016). *Thinking-feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South*. AIBR

Revista de Antropología Iberoamericana, 11(1), 12-32.

Farr, Roberto M. (2010). *As raízes da psicologia social moderna*. (9. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Ferreira da Silva, Denise. (2007). Toward a Global Idead of Race. vol.27, *Bordelines*: University of Minnesota Press.

Ferreira da Silva, Denise. (2014). "Toward a Black Feminist Poethics: The Quest(ion) of Blackness Towards the End of the World". *The Black Scholar*, 44(2), 81-96.

Ferreira da Silva, Denise. (2019a). *A dívida impagável*. Edimburgo; São Paulo: Oficina da Imaginação Política/Living Commons/Casa do Povo.

Ferreira da Silva, Denise (2019b). "How." E-Flux # 105 (<https://www.e-flux.com/journal/105/305515/how/>). December.

Ferreira da Silva, Denise. (2019c). "Em Estado Bruto." *Ars*, 17(36), 45-56.

Galindo, Dolores C. (2003). Sobre os ciborgues como figuras de borda, *Athenea Digital*, Barcelona, 4, 1-10.

Galindo, Dolores. (2011). Experimentos Ontológicos. Variações Queer. *Revista Polis e Psique*, 1(n. spc.), 90-111.

Galindo, Dolores, Milioli, Danielle, & Mélo, Ricardo. (2016). «Psicologias sociais responsivas para com animais». *Athenea digital*, 16(2), 373-88. <https://raco.cat/index.php/Athenea/article/view/311646>. Access on: March 7, 2022.

Galindo, Dolores, & Milioli, Danielle. (2017). Para esquecer futuros salvíficos e permanecer com o problema. In E. F. Raserá, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs). *Democracia participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 95-118). Porto Alegre: ABRAPSO.

Galindo, Dolores, & Milioli, Danielle. (2020). Psicologia e etologias: algumas contribuições de Deleuze, Haraway e Despret. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, 10(1),63-84. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2020000100005&lng=pt&nrm=iso>. Access on: March 7, 2022. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.89736>.

Galindo, Dolores, Silva, Fábio Henrique Martins, & Lemos, Flávia Cristina Silveira. (2021). Feminismos ciborgues em uma cama de gato, ciência e saberes coletivos universitários de mulheres. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del Rei, 16(3), 1-14. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300014&lng=pt&nrm=iso>. Access on: March 6, 2022.

Galindo, Dolores., & Fernandes, Saulo. L. (2021). Da ruptura do pacto com a transparência. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 10-20. Retrieved from: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60930>

Galindo, Dolores; Mello, Ricardo. P.; Moura, Morgana; Milioli, Danielle; Soares, Thaísa. (2022). Poéticas grupais em psicologia: relatos de experiência. v. 15, n. 1, Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia.

Guattari, Felix. (1990). *As três ecologias*. São Paulo, Papirus.

Haraway, Donna (2014). *Os Mil Nomes de Gaia - Entrevista concedida a Juliana Fausto e Eduardo Viveiros de Castro*. Recuperado a partir de https://www.youtube.com/watch?v=1x0oxUHOIA8&ab_channel=OsMilNomesdeGaia

Haraway, Donna. (2016). Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte*, 3(5), 139-146. Available from: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>

Haraway, Donna. (2019). *Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno*. (H. Torres, Trad.). Bilbao: Edición Consonni.

Hooks, Bell. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª ed. (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Hooks, Bell. (2021). *Ensinando comunidade: uma pedagogia da comunidade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Ingold, Tim. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>>. Epub 31 Jul 2012. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>.

Kohn, Eduardo. (2021). *Cómo piensan los bosques: hacia una antropología más allá de lo humano*. (Gempeler, M. C. y Sancez, B. A. Trad.). Ecuador: Hekht y Editorial Abya-Yala.

Le Guin, Ursula K. (2021). *A teoria da bolsa da ficção*. (L. Chieregati e V. C. Costa, Trad.) São Paulo: n-1 edições.

Lovelock, James. E. (1979). *Gaia: A New Look at Life on Earth*, Oxford University Press. Excerpts. Recuperado de <https://www.markstoll.net/HIST4323/2011/Lovelock--Gaia.pdf>

Margulis Lynn. (1993). *Symbiosis in cell evolution*. New York: W.H. Freeman. 452 p.

[Biology Department, University of Massachusetts. Amherst. MA].

Massumi, Brian. (2018). *O que os animais nos ensinam sobre política*. São Paulo: N-1 Edições.

Méllo, Ricardo Pimentel. (2018). *Cuidar? De quem? De quê?: a ética que nos conduz*. Curitiba: Appris.

Nascimento, Tatiana. (2017). Mas como toda opressão está conectada? In Lessa, Patrícia, & Galindo, Dolores. (Orgs.). *Relações multiespécies em rede: feminismos, animalismos e veganismo* (pp. 37-45). Maringá: UEM.

Nogueira, Sidnei. (2020). *Intolerância religiosa*. São Paulo: Pólen.

Potiguara, Águas Project. (2022). *Águas Potiguara Project*. Bahia da Traição, Paraíba. Recuperado a partir de https://www.instagram.com/p/Cdk9v3_uIN4/

Santos, Antônio Bispo dos. (2019). *As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético*.

In: Anderson Ribeiro Oliva et. al. (orgs.) *Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal* (pp.21-35). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Santos, Antônio Bispo dos. (2020a). *Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia*. Programa de Pós-Graduação em Metafísica da UNB. Recuperado a partir de https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo&ab_channel=PPG%CE%BCUnB

Santos, Antônio Bispo dos. (2020b). *Perspectiva Contracolonial - Mestre Antônio Bispo dos Santos*. *Confluências Aforindígenas*. Recuperado a partir de https://www.youtube.com/watch?v=bhdV4u8Dt20&ab_channel=Conflu%C3%AanciasAfroind%C3%ADgenas

Santos, Tiganá, S. N. (2019). *A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunsek Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil*. Universidade de São Paulo. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5676289/mod_resource/content/1/2019_TiganaSantanaNevesSantos_VCorr.pdf

Stengers, Isabelle. (2015). *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. (E. A. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Cosac Naify.

Stengers, Isabelle. (2018a). *Science fiction to science studies*. In Stephen Meyer. *The Cambridge companion to Literature and Science*. Literature and Science (pp. 25-42). Cambridge: Cambridge University Press.

Stengers, Isabelle. (2018b). *Reclaiming imagination: speculative SF as an art of consequences: an interview with Isabelle Stengers*. Available from: <https://www.natcult.net/interviews/reclaiming-imagination-speculative-sf-as-an-art-of-consequences/> Access on: Dec. 12, 2021.

Taddei, Renzo. (2015). "O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)". In Siqueira, A.; Valencio, N.; Siena, M.; Malagoli, M. A. (Org.). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos* (pp. 310-324). São Carlos: Rima.

Tsing, Anna L. (2015). *The Mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princenton, NJ: Princenton University Press.

Tsing, Anna L. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Edição de Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorio Devos. Brasília: IEB Mil Folhas.

Tsing, Anna L. (2021). *La Seta del fin del mundo*. (F. J. R. Mena, Trad.). Madrid: Capitán Swing.



THE (UN)BEARABLE (IN)VISIBILITY OF LGBTQIAP+ PEOPLE AT UNESP: INCLUSION, PERMANENCE, AND EQUITY

Fernando Silva Teixeira Filho¹⁸
Leonardo Lemos de Souza¹⁹

Invited to write about the research conducted in the Graduate Program in Psychology at UNESP, Assis Campus, we combined our experiences and decide to critically describe the policies of visibility, accessibility and permanence of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transgender, Queer, Intersex, Asexual, Pansexual (LGBTQIAP+) people, and others in the university. In particular, in the case of graduate studies, we ask ourselves how research is done with/for the LGBTQIAP+ population without this population be those researching?

From the start, we have a problem: there is no data on this population. How many are LGBTQIAP+ students, teachers and technicians? In other words, there is the visible invisibility

18 He holds Teaching and undergraduate degrees in Psychology from Universidade Paulista (1989); Master's degree (1993) and PhD (2000) in Psychology (Clinical Psychology) from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo and is a Associate Professor (2013) in Clinical Psychology from Universidade Estadual Paulista - Unesp, Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho. He is currently an adjunct professor (level 2) at Universidade Estadual Paulista, in Assis, SP, working in undergraduate and graduate studies. Degree in Music from Faculdade Claretiano (2021). Graduate student in Music Therapy at Censupeg College. He has experience in the area of Psychology with clinical and social emphasis working with the themes: Psychology and Gender Studies and LGBTQIAP+; Psychology and Coping with LGBTQIAP+phobia; Decolonial Studies; Psychology and Music Therapy; Health Promotion and Production in SUS.

19 He is Associate Professor at the School of Sciences and Letters of Unesp - Assis campus, working in the undergraduate program in Psychology, in the Graduate Program in Psychology and in the Graduate Program in Education (Marília Campus). PhD in Education from UNICAMP and Associate Professor in Development Psychology from Unesp-Assis. He completed a postdoctoral internship at Universitat de Barcelona. He was a visiting professor at the Universidad de Santiago de Chile and at the Universidad Alberto Hurtado. Member of the National Association for Research and Graduate Studies in Psychology - ANPEPP (Psychology, Policies and Sexualities WG), the National Association for Graduate Studies in Education - ANPED (WG 23 - Gender, Sexuality and Education) and LASA - Latin American Studies Association. Member of the Group of Studies and Research on Psychology, Culture and Queer Collectives - PsiCUQueer and LIESS - Laboratório Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades. The field of study is the policies and processes of subjectivation of genders and sexualities in the practices and knowledge of/about childhood, adolescence and youth based on feminist, post-structuralist and decolonial studies.

of this population²⁰. In which campuses and programs are these people concentrated the most? What are their demands?” There is no data. Are we all, then, presumably cisgender²¹ and heterosexual, confirming the thesis that we have always been cisheterosexual²²?

We live in a society in which it has become natural to presume heterosexual and cisgender existence for all people. It is a “system” that produces a socio-political-cultural discursive regime that organizes social relations always based on heterosexual identity and cis gender identity as compulsory experiences, positively validated, credible. The naturalization of this compulsory character of cisheterosexuality as normality conditions all other divergent experiences to abnormality, estrangement, discredit, abjection, and invisibility. Thus, we are not surprised by the lack of data on transgender, transvestite, homo, bi, pan or asexual people in the university, since one of the strategies for maintaining a supposed natural and sovereign normality of cisgenerity is the production of concealments of any dissent from it.

Consequently, the cisheterosexual system produces a basis of validation and intelligibility of the discourses that it itself creates and legitimizes for the maintenance of its privileges. However, since sexualities or gender identities different from cisheterosexuality are not stamped on anyone’s face – except for the stereotype –, they only become visible when affirmed by the subject: “I am homosexual”; “I am bisexual”; “I am pansexual”; “I am asexual”; “I am a trans woman or a trans man.” Once affirmed, diverse sexualities and genders are discredited, they are devalued and, in capitalism, that which has no value in the hierarchy of values is already more easily disposable, undesirable, manipulable, alienable, and subordinated.

One of the most concrete experiences of the presence of this cisheterosexual “cistem” is that from a very early age we are all educated to be cisheterosexual. Since our most primitive childhood experiences – our layette, our first clothes, the color of our pacifier, our school notebooks and pencil cases, etc. – we are motivated, stimulated, rewarded to play a gender role conforming with our biological sex and the sexual orientation attributed to it. Thus, “boys wear blue and girls wear pink.” This is what can be termed sex/gender/desire “cistem,” according to which, for example, a body with a penis is read as a he, therefore of male gender and heterosexual. Nonetheless, not all of us will feel this “cistem” as fate for our desires, our gender and/or our sex. For example, a person may, in adolescence or even adulthood, become aware of their non-heterosexual sexual orientation. A preteen girl can find herself a boy. A boy can find himself a transvestite. And none of these people,

20 Although the Coordination for Affirmative Actions, Diversity and Equity (CAADI) has produced a commendable report on Census - Segments of Students, Teaching Civil Servants, and Technical-Administrative Staff (available at <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/sobre/>), it does not present data of LGBTQIAP+ people because there is no record with questions about it in the student and teacher admission systems at UNESP.

21 Cisgender is said to name the person who identifies with the gender attributed to them at birth. Attribution that, through the medical discourse, organizes the gender having as reference the genitals. Thus, for those born with penises, the male gender will be attributed to them; for those born with vaginas, the female gender will be attributed to them.

22 For more details on cisheteronormativity, see: Mattos, Amana R; Cidade, Maria Luiza R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v.1, n.5, p. 132-153, 2016. Available at:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181>

respectively, was raised to be a gay cis man or a lesbian cis woman, a transgender man or woman, a transvestite. In short, no one is raised, educated, motivated, encouraged to be anything other than cisheterosexual. Imagine the phrase: “I would love for my son to become a successful transvestite doctor”; or “I would love for my cis daughter to marry a trans woman as successful as her.” There are very few people who, at best, can wish for their child to become happy adults regardless of their sexual orientations and gender identities. Thus, we can say that dissidents from cisheteronormativity lack several social codes of interaction, discursive validation, flirting, love, friendship, in short, sociability. The learning of these codes, the positive, public, explicit and visible validation of these identities were nonexistent to them. Of the little they have learned about their identities, much comes down to disqualification, devaluation, abjection. Such educational and affective deficiencies are often confused with immaturity, as they lead to insecurity and a strong desire for compensation to be accepted and validated.

Thus, non-cisheterosexual sexual and gender identity is never given, never visible and naturalized since ever. It is constructed, and such construction varies according to different moments of life and social and cultural contexts. Thus, for example, in contexts more hostile to dissent from cisheterosexuality, an LGBTQIAP+ person may “go back in the closet,” that is, not revealing their sexual and/or gender identity to preserve, for example, their physical integrity²³. Therefore, many LGBTQIAP+ people try to become invisible and pass themselves off as cisheterosexuals in the eyes of co-workers, schoolmates, family members and society.

Now, let us imagine what it is like to live in a society that rejects all those who make explicit their non-conformity to cisheterosexuality? As Mexican psychologist Marina Castañeda (2007, p. 20, our translation) will say: “Accustomed to hiding an essential part of their desires and affective needs, [LGBTQIAP+ people] in general show only a superficial aspect of themselves. Many have difficulty expressing, and even identifying, their feelings; they may seem shallow or uninterested in others. They sometimes hide their everyday reality: thus, [for example,] we hear homosexuals who have lived for years with someone talk as if they were alone²⁴.” In conclusion, many LGBTQIAP+ people, to protect themselves from social hostility, prefer to become socially invisible. Nothing can be more victorious for the “cistem” of oppression of dissent from cisheteronormativity than an LGBTQIAP+ person who introjects the invisibility that people want to attribute to them.

Therefore, the *Stonewall Riot* on June 28, 1969 is considered an important landmark of empowerment, of pride, for the LGBTQIAP+ population²⁵. With the main strategy of combating LGBTphobia, this riot gave rise to LGBT Parades around the world as we know it today. With slogans such as: “we are many and we are everywhere,” this demonstration highlighted the agendas of equal rights and social inclusion of people dissenting from the

23 And that, in a country like Brazil that is the one that kills LGBTQIAP+ people the most in the world, among whom transgender and transvestite people are the most victimized, nothing can be more frequent than negotiating the coming out of and going back in the closet. On the lethal data of LGBTphobia in Brazil, see: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/>

24 Castañeda, Marina. A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

25 For further details on the subject, see “Stonewall riots”: https://en.wikipedia.org/wiki/Stonewall_riots

cisheteronormative standards and they began to add voice and body to feminist and racial claims, because what unites them is the fight against the “cistem” of compulsory privileges that white and male cisheteronormativity self-attributes to the detriment of other numerous variants of human existence.

This apology for the supposed superiority of the cis, white, heterosexual man will see its dominant supremacy shaken by innumerable everyday riots and revolutions occurring in many countries of the West. The twentieth century was the century of social revolts and resistance to this colonial, homogenizing model of social organization that we know to be a factor that generates capitalist modes of production of oppression, inequality, social meritocracy. It was also the century of deconstruction of that other device of control and oppression called homophobia.

The word homophobia can be roughly understood as a rejection of homosexuality. However, more broadly, it applies to the rejection of any and all forms of expression of gender and sexuality divergent from cisheterosexuality. As a result, currently, it is said LGBTQIAP+phobia (or LGBTphobia) so that it can give due visibility to the specificities of its modes of oppression in relation to the various gender and/or sexual identities. Homophobia is a system of oppression that assumes several modes of meaning as well as the definition of homosexuality: “In some countries, homophobia applies only to men, and not to lesbians; or only to men who allow themselves to be penetrated; or only to men who dress as women. [...] Homophobia is neither instinctive, nor natural, nor universal... nor inevitable” (Castañeda, 2007, p. 143-144, our translation).

What is LGBTQIAP+phobia for? Its function is to regulate social relations based on the maintenance of cisheterosexual privileges. It “normalizes” cisheterosexuality by giving it the moral sense of superiority, since “homosexuals are always the others.” In addition, it trivializes dissent, imputing stereotypes, caricatures and parodies to them in order, of course, to minimize the questions that dissent produces as to the false naturalness of cisheterosexuality.

Yet, this system of oppression would not succeed if, on the other hand, it did not also act subjectively on dissident people. Aiming at social acceptance and, in many cases, the preservation of their physical and psychic existence, many LGBTQIAP+ people, from a very early age, learn to distrust their sexual desires, to reject their eroticism, to repress their emotions that causes them difficulties in social and intimate relationships. Therefore, one must always ask oneself: accustomed to being targets of so much symbolic, physical and psychological violence, what do LGBTQIAP+ people do with the anger that is projected and, in many cases, felt against themselves, that is, introjected? How will this emotion participate in the process of learning to hate their difference, to devalue themselves, to feel ashamed of themselves, and in some cases, to want to kill themselves to stop their suffering?

In the prior century, we had two great achievements in the fight against LGBTQIAP+phobia: the depathologization of homosexuality and the criminalization of homophobia. Brazilian psychology has been a pioneer in the world in the production of a specific ethical Resolution to confront LGBTphobia. Initially, Resolution 01/99 of the Federal Council of Psychology (CFP) establishes the parameters of action of psychologists in the treatment of homosexual persons, thus prohibiting the treatment of homosexuality per se, as since May 17, 1990

the World Health Organization (WHO) removed homosexuality from the International Classification of Diseases²⁶. Added to this is the CFP Resolution of January 29, 2018, which aims to prevent the use of psychological instruments or techniques to create, maintain or reinforce prejudices, stigmas, stereotypes or discrimination and prohibits collaboration with events or services that contribute to the development of discriminatory institutional cultures. As reminded by counselor Sandra Elena Sposito, psychologist, PhD in psychology from Unesp, Campus of Assis: “There is no disease, there is no pathology, no deviation. And when we published our CFP Resolution No. 01/2018, we consolidated this, formalized for the entire category in Brazil the non-pathologizing perspective of transsexualities²⁷.” Based on this understanding and driven by the coordination with the social movements²⁸ of Transvestites and Transgender Brazilians, Resolution 01/2018 is founded on the following principles: transsexualities and transvestisms are not pathologies; transphobia needs to be faced; and gender identities are self-declaratory.

Notwithstanding a gap of about 26 years in relation to the first LGBT Parade in the world, since the first LGBT Parade in Brazil was held in 1995 at Copacabana beach, Rio de Janeiro, followed by São Paulo in 1997, we have seen in Brazil that the LGBTQIAP+ struggle for social inclusion, respect, and equality of rights has forced the cisheterosexual system to be more tolerant of dissent, even because, in many countries, explicit or veiled hate against LGBTQIAP+ people – roughly speaking, homophobia – is already a crime provided by law. Here in Brazil, unfortunately, we do not have a specific law on the issue. The only law that existed, PLC [Complementary Law Bill] 122/06 was shelved in 2015. Thus, what we have is a decision of the Superior Federal Court (STF) on June 13, 2019, which equated homophobic crimes with crimes of racism in cases of aggression against LGBTQIAP+ people until the National Congress creates and approves a specific law²⁹.

However, added to this is the fact that the more “tolerant” the environment became, more and more dissident people gradually “came out of the closet” in the public and private spheres and were gradually being assimilated by cisheterosexual people as “as normal as themselves.” It is as if, in order to accept difference, the “cistem” needed to transform it into

26 Since its promulgation, this Resolution has been under attack by groups of evangelical psychologists who appeal for the right to treat homosexual people with a view to converting their sexual orientations. The history of this process can be consulted at the website of the Federal Council of Psychology: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-0199/>

27 For more details on the topic, see: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/> Noting that the World Health Organization (WHO) made official on May 21, 2019, during the 72nd World Health Assembly in Geneva, the removal of the classification of transsexuality as a mental disorder from the 11th version of the International Statistical Classification of Diseases and Health Problems (ICD). According to the new edition of ICD 11, transsexuality is excluded, after 28 years, from the category of mental disorders and included in that of “conditions related to sexual health” and classified as “gender incongruence.”

28 Since the early years of the AIDS scourge in the early 1980s, various Non-Governmental Organizations (NGOs), Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPI) and Philanthropic Associations have proliferated around the world in order to care for, claim, and fight for the rights of people living with HIV and AIDS, including many LGBTQIAP+ people. Regarding this specific population, we highlight the aforementioned ANTRA (National Association of Transvestites and Transsexuals) and ABGLT (Brazilian Association of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Intersexes), which have a strong national prominence in the fight for equal rights of the population in question.

29 For more information, see: https://pt.wikipedia.org/wiki/Homofobia_no_Brasil

equality, thus erasing difference. It is necessary to undo this misconception, because equal rights do not make everyone identical, that is: “people dissenting from the cisheteronormative standard are as normal as cisheterosexual people.” There is neither normality nor abnormality in either sexual orientation and/or gender identity. This normal equals natural labeling is still supported by the biological arguments that human sexuality aims at the reproduction of the species as if every heterosexual person has always wanted to reproduce. This is still one of the difficulties we have to face in the 21st century: deconstructing the desire to see oneself as normal and feel normal that runs through the veins of all the people of the “cistem.” A desire that, of course, is not born with them, but is compulsorily and culturally imposed on them, motivated, positively reinforced and that provides them satisfaction and privileges in their public and private interactions.

The twenty-first century is therefore responsible for consolidating and expanding the rights and inclusion achieved in the last century. And this is where we ask ourselves: What is the University’s role in the fight against LGBTQIAP+phobia, against the “cistem” of cisheterosexual colonial domination?

Universities can, should and need to collaborate in the struggle for a more equal and equitable society and they can do this at all their levels: teaching, research, extension, care and management. To this end, it must implement affirmative action policies. Tracing the paths of achievements of the Movements of struggle against racism and ethnic discrimination, affirmative action policies are measures aimed at repairing the historical production of naturalization and maintenance of social, political and economic inequalities between groups of a given society. “This type of action is necessary when the asymmetry of opportunities between social groups derives from their cultural, phenotypic, biological or historical injustices, common in societies that have suffered processes of slaveholding colonization, racial segregation, and civil wars. Affirmative actions are also fundamental in societies that are multicultural or with intense migratory flows.”³⁰ Therefore, affirmative actions should not be confused with anti-discriminatory actions, which are devices to punish and curb acts of discrimination and to raise awareness and educate on the topic of discrimination. Affirmative actions, in turn, are measures focused on reducing asymmetries between stigmatized groups, victimized by exclusions that occurred in the past and are perpetuated in the present, in order to avoid them in the future.

Affirmative actions at Unesp: seeking access and permanence of the LGBTQIAP+ population

The United Nations (Al-Hussein, 2015) has produced frequent reports with findings that in Brazil, as in other parts of the world, the LGBTQIAP+ population has difficulties in accessing social rights such as health, education and work. Moreover, the lack of a law criminalizing discrimination and violence increases the impossibility of guaranteeing rights and makes people vulnerable due to their gender identity and sexual orientation. Mello et al. (2012) point out that despite many advances in the proposition of public policies, there is little effectively within the reach of the LGBTQIAP+ population. Piovesan and Silva (2015) have

30 For more information, see: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>

also pointed out that the effectuation of the rights of the LGBTQIAP+ population has as one of its obstacles the notion that the rights of this population are not recognized as human rights. Daniliauskas (2010) seeks to analyze how specifically homosexualities appear in official public policy documents, some from the field of education, which create tensions by binding this population as “subjects of rights.”

In Brazil, although a set of movements – prior to the 2016 parliamentary civil coup – sought to train educators to work with gender and sexual diversities (School without Homophobia Project; education on Gender and Diversity at School; Health and Prevention in Schools Project), recently, the strength of the cisheteronormative device in the construction of discursivities contrary to the rights of the LGBTQIAP+ population has materialized in the production of the term “gender ideology,” which is the foundation of the notion that there is a dictatorship of gender identities and sexualities in education.

In this context, adopting the discourse of the so-called “School without Party,” in an attempt to neutralize the political discussion, pulverizing rights and needs, the forms of violence that should be fought in official documents in school education became nonspecific. In 2014, the terms gender and sexuality were excluded from the text of the National Education Plan, removing the obligation to discuss this topic in school content. Recently, in 2017, the Ministry of Education also excluded from the text of the National Common Curriculum Base the passage that deals with the skills and competencies to be developed with elementary and high school students, which emphasized respect for the students’ sexual orientation and also the term gender as content to be addressed.

This occurred despite researches such as that undertaken and released in 2016 by the Association of Bisexuals, Gays, Lesbians and Transgenders (ABGLT, 2016) on the experiences of young gay, lesbian, bisexual and transgender people in Brazil. This research found that the school setting is not a safe place for those who differ from the cisheteronormativity project, which situates people in hegemonic processes of heterosexuality as normality and direct correspondence between sex/gender/desire/sexual practices. It should be noted the situations of humiliation and exclusion (with consequent dropping-out/compulsory expelling from school) and feeling of insecurity in the face of the lack of professional references for support and acceptance in these situations.

In higher education, there are some institutional affirmative actions and policies that guarantee the access and permanence of the LGBTQIAP+ population in universities (Santos, 2017; Alves & Silva, 2016; Nardi et al., 2013). However, these are still few. What exists are actions undertaken by social movements in the form of collectives and groups organized internally that have undertaken activities to make this population visible in the university setting (Souza, 2015).

Affirmative policies, according to Fonseca (2009), are designed for populations in a state of vulnerability with the function of providing access and guaranteeing rights. This study is interested in the actions stemming from them and that aim both at access (strategies to guarantee rights to higher education, especially for the trans population, for example) and permanence. The latter may be related to enabling the residential, financial, educational, training and socialization maintenance of the LGBTQIAP+ population. Notably, we are also interested in knowing those that are eminently educational and inclusive and that

propose to promote a safe and respectful setting for the different expressions of gender and sexuality in the university.

In 2016, the Ministry of Education, together with the Ministry of Justice and Citizenship, launched the University Pact for Human Rights and Diversity (<http://edh.mec.gov.br/pacto/>). In it, the adherence of Brazilian universities is suggested by the proposal of an education that embraces human rights and diversity. The way it occurs and its foundations are unspecific, but it is proposed that they be contents and projects developed internally. In 2017, São Paulo's universities also joined the pact.

Much of the discussions and realities about education for LGBTQIAP+ people had been studied in the context of school education (Vianna, 2015), which makes us ask: How the affirmative actions and actions to guarantee the rights and protection to the LGBTQIAP+ population have been effectively implemented in universities?

The university space can be an agent in maintaining this oppressive system, in which social privileges and hierarchies are promoted for those who manage to show an image acceptable to the standards of heterosexuality. However, it can also be a space to legitimize other possibilities of existence by providing space for subversive figures such as the LGBTQIAP+ population to occupy this space and produce inclusive vocabularies for those who are not taken into consideration by heteronormativity and theoretical materials that include beyond what has been legislated in the name of a supposed majority for so long.

Given the above, it is observed that the mechanisms of domination and hegemony are still present in universities (Silva, 2017; Silveira, 2012), still producing barriers such as prejudice related to race, class, and sexual orientation and gender – just to name a few –, still appearing as effects of the maintenance of inequalities characterized by the discourses of subjection of the different.

Research on the impact of affirmative policies and actions geared toward the LGBTQIAP+ population in Brazilian universities are scarce and recent, many of which dealing with case reports from some institutions (Souza, 2015; Santos, 2017; Ferreira, & Vanin, 2016, Silva, 2017).

The work of Souza (2015) and Amaral (2013) address the practices of LGBTQIAP+ collectives in the search for visibility of diversity in the university. The possibility of exercising militancy in the university setting, and what it entails as a space for claiming LGBTQIAP+ rights and citizenship, demonstrate the lack of institutional policies that guarantee respect for their identities and needs within the university.

Santos (2015) deepens the questions about the condition of being LGBTQIAP+ in a university, as a relevant variable in the analysis of exclusion processes. The permanence and accessibility to educational processes in the university context are analyzed in a case study related to three LGBTQIAP+ students who were undergoing pedagogical training for rural education. The processes experienced by these young people revealed mechanisms of exclusion from the university that are based on cisheterosexist and masculinist norms. Thus, university educational processes reveal pedagogical and relational practices that situate the condition of being LGBTQIAP+ as: out of the norm, inadequate or even incapable of certain learning and of occupying exclusively female or male places.

The researches by Silva (2017) and Alves and Santos (2016) point out similar exclusion processes with a group of LGBTQIAP+ students in the report of their experiences, notably in classroom and formal learning practices. However, the respondents also situate the possibilities of resistance, which create ways of remaining and existing in the university that enable, in micro relations, the expression of their sexualities and non-binary and normative genders.

In Brazil, the advent of Law 12,711 of 2012, which establishes quota reserves for students from public schools, Afro-descendants and poor, expanded access to part of the population that historically has been excluded from the right to Higher Education. On the other hand, a more detailed analysis of these changes indicates that other groups that intersect with these listed in the law – such as the LGBTQIAP+ population – lack specific policies. Gender and sexual expressions have not always been considered as relevant social markers in relation to accessibility and permanence.

With the social movement (Sales, 2019, Barreto et al., 2018, Mello et al., 2012) putting on the agenda the issues of citizenship and LGBTQIAP+ rights, this is, historically, another important and strategic field of struggle. Not only access, but also permanence with dignity, as we have seen with the guarantee of the use of the social name for the trans population in the context of Elementary and Higher Education (Federal Decree 8,727 of 2016), as well as the adjustment of gender identity in official documents without the need for psychological or psychiatric reports.

The policies for guaranteeing rights and citizenship to LGBTQIAP+ people have progressed (Mello et al., 2012). Despite that, there is still much to be guaranteed as to the quality of permanence of the LGBTQIAP+ population in universities. Although there are laws that guarantee rights, the pedagogical processes and exclusion mechanisms founded on cisheteronormativity are still existing, the majority and reinforced by other logics. Universities that intend to become a truly democratic space need to rethink their androcentric, sexist and cisheterosexist culture, with affirmative policies promoting access and permanence that guarantee the needs and specificities of the LGBTQIAP+ population.

What has UNESP done for the inclusion of the LGBTQIAP+ population?

Considering the constant demands from the university community and with the urgent need of being connected to the realities faced by the different social groups that constitute it, UNESP created the Educating for Diversity Project³¹, which has carried out a series of actions from 2017 to 2020. These include several actions related to the mobilization and production of debates with the university community on LGBTQIAP+ rights, especially on the use of restrooms according to gender identity. Within the scope of the Educating for Diversity TV Program, directed by the Unesp TV team in collaboration with research groups and researchers, programs addressed the right to use the social name, on the rights of transvestites, transsexuals and transgender people³².

31 <https://educadiversidade.unesp.br/>

32 <https://tv.unesp.br/educandoparadiversidade/sobre>

Also within the scope of the project, in 2019, in partnership with the Universidad Complutense de Madrid, the Guide for the Prevention of Sexist/Sexual/Gender Identity/ Sexual Orientation Expression Harassment was adapted and prepared. This material contains a series of information on situations of harassment and discrimination against women and LGBTQIAP+ people within the university: how to identify, how to act in the face of a situation of harassment and discrimination, being a victim or witness. This pioneering material led to the development of others adopting an intersectional perspective³³.

The Educating for Diversity Project also had other action fronts in order to mobilize the university community to build a culture of respect for gender diversity and expressions of sexuality at the university, such as campaigns, forums and newsletters on social networks (Instagram) and on the Project page. It also assisted extension projects with the same purpose; an example is the Gesi – genre without ideology – Podcast³⁴, of the School of Architecture, Arts and Communication of the Bauru Campus.

Based on the experience with the Educating for Diversity project, very recently, in 2021, UNESP created CAADI – Coordination for Affirmative Actions, Diversity and Equity³⁵, which, as its name says, aims to minimize and eliminate inequalities and segregations between elite and marginalized groups in society.

One of the first actions was to develop a census to know the composition of the university after years of affirmative and inclusive actions. One of the gaps was the lack of information about the LGBTQIAP+ population in the university context, due to the lack of a database with related issues. Despite that, it was possible to access other information, especially about education, extension projects, teaching and research carried out within the scope of UNESP

With regard to research and extension, the report produced by CAADI – “CENSUS - Diversities in Teaching, Research, Extension and Graduate Studies³⁶” – contains the most encouraging results regarding the visibility and criticism of themes, content and research methods on LGBTQIAP+ issues and other vulnerable populations. The report refers only to 2021, which contains 40 theses and dissertations defended, 20 research groups, 18 courses and lines of research in graduate programs and 16 undergraduate courses and 12 extension projects with the topics of gender and sexuality. They focus primarily on the areas of Humanities and Applied Social Sciences.

However, there is still no data on gender diversity and sexual orientation of the researchers. The same can be said of the research groups and lines of research in graduate studies that address the topic and that are responsible for benchmark events in the country, such as: “International Seminar on Thinking Genders” and “Stop Transphobia,” both reaching their fifth editions.

33 <https://educadiversidade.unesp.br/midias/pdf/guia-assedio/assedio-pdf-1.pdf>

34 <https://open.spotify.com/show/6k4VvLy4dhFTFKjgzd47Va>

35 For more details, see: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi>

36 To access the full document see: file:///C:/Users/fertt/Downloads/relatorio_diversidades_ensino_pesquisa_extensao.docx-1.pdf

Within the scope of education, Unesp, in partnership with research and extension groups, has proposed to create 30-hour knowledge dissemination courses aimed at combating violence related to gender, race and ethnicity, sex, and ableism, that is, inferiorization/objectification of people with some disability. Among these, we highlight the course organized by the internship project Clinic@rte, linked to the research group PsiCUqueer – Psychology, Culture and Queer Collectives, both linked to the Department of Clinical Psychology of FCL “Júlio de Mesquita Filho” of Assis, called “Strategies for combating LGBTQIAP+Phobia at the University.” The course will be made available by IEP3, in the distance learning mode, to the entire Unesp community comprising the faculty, students and administrative/technical staff from the 2nd semester of 2022 and is part of the educational actions of the Coordination for Affirmative Actions, Diversity and Equity at UNESP. In addition, extension courses in Sexual Education and Sexuality have long been offered at the undergraduate and graduate levels. And, in other cases, we have regular undergraduate and graduate education. Regarding the discussions of gender and sexuality in Psychology, for example, it is worth noting that the Psychology program at Unesp in the Assis campus was a pioneer in the creation of the Common Core course called “Psychology, Gender and Subjectivation Processes,” thus introducing in the curriculum the mandatory discussion on the inequalities and specificities of gender and sexual violence in the training of the psychologist.

In the area of care, although we know that UNESP is dedicated to the care of the LGBTQIAP+ population in hospitals and psychology clinics/schools, there is also not enough identification data produced so that we can measure and certify the quantity and perhaps the quality of these actions.

With regard to the actions for permanence and well-being of the LGBTQIAP+ population in the university, Unesp Resolution 62/2017 institutes the use of the social name within the scope of all Unesp, that is, for teachers, students and technical-administrative staff, thus providing, certainly, great relief and visibility to the population of transvestites and transgender people who accessed the university through the entrance exam or were admitted to graduate programs using their civil names, but who soon came to use the social name in official documents and their daily university relations. Currently, there has been the inclusion of non-binary people in the self-declaration of gender identity for the use of the social name, as well as the inclusion, in Unesp’s systems, in the various areas of undergraduate, graduate studies and administration, of the increase of gender expressions beyond the binarity of male and female.

Finally, in the context of access to the university, the creation of the system of reservation of places at UNESP was consolidated around 2017 concomitant with the creation of the Heteroidentification Commission³⁷. This quota system is intended for Public Education students (50%) and of these, 35% is for blacks, browns and indigenous people. However, unfortunately, the quota system for the LGBTQIAP+ population in the scope of undergraduate education, graduate education and hiring of professors and technical-administrative staff is still to be achieved and, it is expected, by the end of this decade, will be a happy reality in our university.

37 For more details, see: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/comissao-de-hetroidentificacao/>

To learn about the experiences of the LGBTQIAP+ population at UNESP, we applied a questionnaire (Santos & Souza, 2021; 2022) on this topic and spontaneously had 453 people as respondents. Of these, 399 were students, 28 teachers and 26 were technical-administrative staff. At that time, we had data on the LGBTQIAP+ population of Unesp, which could not even be expected in the Brazilian census³⁸.

Of this group, 5 respondents are 17 years old, 288 people are between 18 and 25 years old, 94 between 25 and 30 years old, 42 between 31 and 40 years old, 12 between 41 and 50 years old, 10 between 51 and 60 years old, and 2 participants over 61 years old.

Regarding sexual identifications, we obtained the highest number of responses from people who said they were gay (35.5%), followed by bisexual (34.8%), lesbian (17.5%), pansexual (5.4%), asexual (2.2%), and 4.5% of respondents selected the option “other,” with some filling in the blank space for those who selected this option sexual identities such as: “Androsexual,” “Masculine Dike,” and “Demisexual.” When asked about gender, 45.8% of the people who answered the questionnaire identified themselves as cis women, 45.6% as cis men, 2.9% as non-binary, 1.3% as fluid gender, 1.1% as agender, 0.4% as trans men, 0.2% as trans women, and 2.5% selected the “other” option, with some filling in the blank space for those who selected this option gender identities such as: “Masculine Dike,” “All previous options,” and “Non-binary man.”

Some data that drew our attention the most related to how these people feel in relation to the university as a space for the expression of affections and sociability. Among the respondents, 53.7% consider the university as a safe space for expressing affections and sociability and have also reported that only 15.3% suffered some kind of discrimination for being LGBTQIAP+. Despite that, 43.6% point out that physically the university is not a space that guarantees LGBTQIAP+ rights, as to inclusive or neutral restrooms, for example. On the other hand, they think that the university still has much to accomplish in terms of rights for the LGBTQIAP+ population: around 34.2% say that the university is not effective in combating LGBTQIAP+phobia; 52.4% say they are unaware of affirmative and inclusive actions geared toward the LGBTQIAP+ population; and 93.7% say that UNESP needs more actions for this same population.

The research carried out is a possibility to understand how universities in different countries produce and manage affirmative political actions for the LGBTQIAP+ population, as well as how this population reports their experience of being LGBTQIAP+ in these universities, their experiences (positive and/or negative) in accessibility and permanence as students in the university.

Perhaps, in the not so distant future, we will have black, indigenous, LGBTQIAP+ people in the direction of this University deconstructing the current patriarchal representation of the majority of cis, white, and – until they say otherwise – heterosexual people in power?

38 Recently, IBGE released information on the implementation of the next census of issues related to gender and sexual identity of the Brazilian population, which will provide more accurate data on the representation of this population in Brazil.

References

- Al-Hussein, Z. R. (2015). Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. *Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. A/HRC/29/23, 4.
- Alves, R. D. P., & Silva, E. L. S. (2016). Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. *Gênero*, Niterói, 17(1), 83-98.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. (2016). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT.
- Barreto, D. J., Sales, A., Peres, W. S., & Dallapicula, C. (2018). Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. *Revista de Psicologia Política*, 18(42), 322-336.
- Dalniauskas, M. (2010). De “temas polêmicos” a “sujeitos de direitos”: lgbt nas políticas públicas de direitos humanos e de educação (Brasil, 1996-2010) (pp.1-10). *Anais do Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.
- Ferreira, S. A. S., & Vanin, I. M. (2016). A invisibilização das pautas feministas e LGBT no processo de implantação das ações afirmativas na UFBA. *Revista Feminismos*, Salvador, 4(3), 154-169.
- Mello, L. et al. (2012). Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 15(1), 151-161.
- Nardi, H. C. et al. (2013). O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria & Sociedade*, 21(2), 179-200.
- Piovesan, F., Silva, S. G. (2015). Diversidade sexual e o contexto global: desafios à plena implementação dos direitos humanos LGBTI. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, 8(4), 2613-2650.
- Sales, A. (2019). *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV.
- Santos, J. (2017). A condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. *Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior – COIPESU* (pp. 1-21). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.
- Santos, M. V. M., & SOUZA, L. L. (2022). Alianças lgbtqi+ e as ações afirmativas para a diversidade sexual e de gênero na Pniversidade Estadual Paulista. In Bortolozzi, A. C., Ribeiro, P. R. M. *Enfrentando a barbárie: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos* (pp. 85-96). Bauru, SP: Gradus Editora.
- Santos, M. V. M., & Souza, L. L. (2021). *Ações afirmativas para a diversidade sexual e de gênero na Universidade Estadual Paulista*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica 2019-2021. São Paulo: Fapesp (Proc. 19/01501-0).

SILVA, E. L. S. (2017). *Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgbs na UFRB: a transformação do estigma em orgulho*. 139 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Silveira, M. M. (2012). *A Assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras*. 137 f. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, RS.

Silva, F. L. (2006). Universidade: a ideia e a história. *Estudos Avançados*, São Paulo, 20(56), 191-202.

Souza, M. H. (2015). *A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU*. 91 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

Vianna, C. P. (2015). O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 41(3), 791-806.



HIGHWAY WANDERERS IN BRAZIL AND CONTEMPORARY LIFESTYLES

José Sterza Justo³⁹

The art of inhabiting very different environments, of moving from one place to another, venturing into unknown regions, some relatively inhospitable, was decisive for human beings to constitute themselves as such, creating diversified and radically plural ways of living within the scope of social organization, culture, politics, economy, subjectivity – in short, within the scope of production and reproduction of themselves and of conditions of multiple existences.

The *Homo Viator* (Marcel, 2005) is intertwined with *Homo Sapiens*, *Homo Habilis*, *Homo Faber*, *Homo Ludens*, and other human denominations that sought to highlight, in human beings, qualities and abilities that would have been fundamental to their development. Unlike other migratory animals that periodically repeat routes and destinations back and forth, human beings, in addition to being able to migrate, are also able to transit, move, without pre-established routes or directions, to venture into the unknown, vary routes, choose new destinations, live with uncertainties, and face setbacks during their journey. They are mobility beings. They transit through geographical, social, cultural, identity, cognitive, affective, emotional spaces and many others. They are also capable of transiting through time retrieving memory records, elaborating and re-signifying previous experiences, and projecting themselves into the future. In addition, in space-time practices, they are able to operate on speed, on the pace of their movements and travels, and can harmonize or accelerate them. The *Homo Viator* is, at the same time, a volatile, dromological, and trajective being (Virilio, 1993, 1996). Even in sedentary lifestyles, it is possible to learn some geographical, social, emotional, affective, cognitive, and other movements, even if discrete and at low intensity.

When transiting, human beings create trajectories, paths, relationships, connections, bonds, entanglements, intersections, bifurcations, networks on all levels of life. They create routes and make paths on land, in the air, in the sea; in thought, language, communication, in symbolic and knowledge production, in social and emotional relationships, and in

39 Master and PhD in Social Psychology and Associate Professor in Developmental Psychology. Professor of the Graduate Program in Psychology at São Paulo State University (UNESP-Campus de Assis).

many other productions. The expressions of *Homo Viator* are innumerable, especially in contemporary times. The global circulation of capital and goods, migrations, the extensive and rapid navigation through social networks, the intense traffic of people and vehicles in cities and highways, on the railway, maritime and air networks, the increasing ephemerality and volatility of social and emotional relationships, the increase in travels (business, tourism, or other modalities), identity movements and transmutations, the advent of a *trans* world (transsexuality, transgender, transgenics, transnationalism, transdisciplinarity, and so on) are some of the expressions of human mobility nowadays. Changes in employment, profession, and vocational training courses are other very significant expressions of contemporary human plasticity and mobility. There are so many others, some hardly noticed or that go completely unnoticed. These are mobilities that we could place on a microsocial level; however, they are closely related to macrosocial mobilities and, perhaps, even more radical than those.

The movie *Nomadland* (Zhao et al., 2020), winner of the Oscar for best film, director, and actress in 2021, among other awards, addresses a remarkable mobility phenomenon in the USA, but with little visibility. It portrays people who live on American highways, mostly with their own vehicles or in improvised motorhomes, using points of support such as simple private campsites or public parking areas. The main character of the movie, overcome with disappointment due to the death of her husband and the loss of her job in a decaying small town in the state of Nevada, leaves her residence and takes off to the roads of the American Midwest in an adapted van she assumes as her new home, a traveling home. She starts to make a living by stopping at campsites and doing temporary works at companies in the places where she passes by. Like the main character of this movie, there are many others who live like that or in a similar way wandering from one place to another, in some cases traveling or wandering around the world.

In Brazil, among the various manifestations of human mobility, there is one that is little known, although it is striking in the highway scene. Travelling along the country's roads, it is common to see people walking along the side of the road, most of the time alone. These are called highway wanderers (Justo, 2011). Some carry a bag on their backs or a frayed backpack, others pull clumsy and improvised wheelbarrows where they carry all their belongings. They walk without destination or an endpoint of arrival. They can choose a nearby city as a reference point of direction to follow, or have in mind a Brazilian state or region or even a neighboring country; however, only as a temporary destination or as a place of passage: they do not intend to settle anywhere.

The main hallmark of these people is that they live on the road. They hardly enter the cities. This is an important difference between highway wanderers and the so-called *trecheiros* (here referred to as "roamers" in order to differentiate both concepts), who also break with their sedentary and stationary lifestyles and begin living in a nomadic way, but travel from city to city, some living exclusively with the aid of social assistance services and support from people who live in the streets of the visited cities, others, combining this type of assistance with doing small jobs or providing services in seasonal activities such as crop harvesting or any other type of manual task.

The roamers bear a resemblance to highway wanderers and to the so-called "homeless people." When they cannot obtain a bus travel pass to another city where they intend to go,

provided by the municipal social assistance service, they walk along the side of the roads, usually with a backpack, spend their nights and get food just like wanderers do. However, when they approach the destination city, for another brief temporary stop, they abandon the road and start living on the streets, as do homeless people, including those with whom they begin to interact. Nonetheless, unlike the street population, based in the city, roamers do not settle anywhere. It is possible to speak of a nomadic life, in the case of roamers, and of a wandering life, in the case of wanderers.

Both give up a home, a residence, sedentary settings such as an address, a house, a job, a family, and so on. They are very different from other non-sedentary populations that live in transit, such as traditional nomads, the Berber peoples, for example, who inhabit the Sahara Desert. They also abdicate references to cities and territories or specific geographical settlements, but they move in groups and plan their travels. Nomadic tribes develop strategies for living and surviving in inhospitable conditions, such as those that live in desert regions, but they plan routes and know points of support where they can replenish to continue their journey. They make predictions, plans, avoid the unexpected and risks of all kinds (Almeida, 2021). Conversely, wanderers, for not clinging to planning and predictions, intensely coexist with the ephemeral, the unexpected, the unforeseen, with improvisation, precariousness, and the imponderable. For this reason, they differ from nomads themselves. They better fit into what can be characterized as wandering, an adrift way of life, without defined routes, without an established point of arrival, without provisions capable of guaranteeing basic demands for the next day such as food and a place to sleep. It is a wandering way of life that can be understood as one of the most radical expressions of contemporary mobility.

Highway wanderers

Since 1990, we have dedicated ourselves to researching highway wanderers – people who are constantly walking along the side of highways, carrying with them a sack or some frayed backpack, with all their belongings. The interest in the subject aroused from initial observations that we made on site, traveling on a highway between two cities 70 km away from each other for work, almost daily. We were struck by the number of wanderers walking along the side of the road and their typical appearance: ragged, a sack on their backs, a slow-paced walk, of someone who is not in a hurry to arrive, if they are going anywhere. Driven by mere curiosity to learn about this unique way of life, we decided to make some approaches to establish dialogues that could provide information about this daily life, which was completely unknown to us, including some specific scientific literature. During the first contacts, we sought to find out how they proceeded on a daily basis to obtain the necessary bare minimum such as food, clothing, a place to stay overnight, weather protection, possible treatments for diseases, etc.

The information obtained from these first contacts and the lack of material during the first attempts of bibliographical survey on the subject showed that it was a phenomenon worthy of attention on the part of science, in particular psychology, and which required systematic investigation due to its scientific and social relevance. Which, at first, was motivated by curiosity, over time, began to guide our research and our professional career. Over more than 30 years of research on highway wanderers, we gradually accumulated field experiences in

the approaches made on the side of the highways, in the way of conducting and recording the interviews, as well as in the analysis of the collected data and theoretical reflections, which enabled the development of knowledge of this way of life and its relations to general living conditions, established nowadays, marked by mobility.

From the beginning, we observed that the way of living of highway wanderers was not separated from other lifestyles, which together became a contemporaneity marked by the intensification of mobility at all levels of life. In other words, it was a specific way of experiencing current hyperkinesias, understood as resulting from the compression of time/space (Harvey, 1998), the intensification of dromology and the irruption of the trajective subject (Virilio, 1993, 1996), the production of non-places (Augé, 1994), the manifestations of the wandering drive (Maffesoli, 2001), the production of life in open spaces and continuous time (Deleuze, 1992), as an expression of *Homo Viator* (Marcel, 2005), and many other understandings generated by different theoretical approaches. Highway wanderers, although invisible and ignored, have increasingly proved to be a powerful analyzer of our time in the course of our research.

Thus, knowing and disseminating the way of life of highway wanderers is essential to produce some kind of recognition of their existence, both by science and by the society in general, to value them and consider them in the diversity of possibilities for subjectifying the complex condition of mobility, with its challenges and impasses, which has been disseminating in today's world. It is a way of living that should be socially considered, which urgently needs to be contemplated in basic public policies and taken into account, within the scope of science, in its quest to understand the diversity of life and of the ways of subjectifying hyperkinesias that characterize the contemporary and drive, to some extent, movements in social relations and connections of all kinds.

Our first research on wanderers, centered on a microregion in a small city of the state of São Paulo (Brazil), aimed to make a preliminary survey of the life history of these subjects and describe their living conditions. One of the main findings, right at the beginning of the research, and which proved to be very important for subsequent developments, was the existence of important peculiarities and differences among those walkers on the side of the roads that, until then, we considered the same – all seemed to wander without a destination, ragged, carrying the frayed sack on their backs, victims of extreme suffering resulting from poverty and misery, outrage and absolute exclusion.

Unlike what may appear at first sight, wandering involves a multitude of personal situations. Most individuals who experience this condition travel in search of work, even in very precarious conditions: walking along the roads because they do not have the resources for another type of travel and, eventually, begging along the way. Sometimes, they wander around doing temporary job on rural properties close to highways or at service stations. Others survive by relying on the assistance services of the municipalities to complete their trip.

Others have already abandoned any hope of finding work and a fixed place to live. From wandering so much from one place to another, they increasingly distance themselves from the strongholds of sedentary life – such as their family and place of origin –, assuming their own wandering as a life condition. Among these, many have already said goodbye or are leaving because of the prospect of finding work, even if transitory or temporary. While still

justifying their journey as having this objective, they end up making the eternal journey through the roads a way of living and surviving. They have completely let go of their roots and live in solitude, seeking help from the population that lives on the side of the highways, at service stations, in cafeterias and fruit stands together with other merchants established on the side of the roads. They spend the night under bridges, under the roof of shelters at bus stops – if any –, in abandoned houses in rural areas or in a farm building, such as pens, that may exist along the way. An overnight can also be spent at service stations or even improvised in the woods, with pieces of plastic tents that can be used to cover the floor or as a ceiling on rainy nights. Eventually, they seek help in the city: medical care, overnights at hostels, meals and clothing at philanthropic institutions. However, the majority avoid, as far as they can, entering the cities – where, overall, they are very mistreated.

On the roads, they feel safer. They know this path and have a strong affinity with it. They face rain, hot sun, heat, cold, the woods, small animals; they know how to protect themselves from the dangers of nature and roads. They also know how to improvise a shelter, build a fire to ease the cold or prepare some meal, obtain assistance from residents who approach the road and with whom they are able to establish some contact and get recognition. Truckers, gas station attendants, workers from restaurants, cafeterias, juice and fruit stands, and drugstores established on the highways are some of these road supportive characters. They are not strangers at this “non-place” and do not even perceive themselves as outsiders.

They are always alone. You can hardly find or see two wanderers walking together. They even avoid contact with other wanderers who may cross their path. It is the highway law. Nobody knows anybody. There is underlying mistrust and fear, and survival is so difficult that it does not even allow a pair. It is a place where joint efforts do not work, because there is no way to provide the moment of the encounter, of the collective, as roamers or local homeless people do, in the late afternoon, at night under the marquees, or even in the lines of assistance institutions. On the road, people are always on the move, each one to one side, and there is no time to meet. Another decisive factor for isolation is that they are hardly welcomed by riparian residents, service station employees, or receive any attention when accompanied or in pairs. In this circumstance, they end up causing more apprehension and fear, in addition to representing a greater burden for those willing to provide some help.

It was quite surprising to see that loneliness is not experienced by them as a situation of pain and suffering. They are resigned to solitude, they state to be used to the lack of company and reject any idea of sharing their daily lives with someone again, even in the wandering condition. They categorically state that there is no “room for two” in this life, that possible partnerships on the road only hinder life, and that they are able to live reasonably without constant company. Any relationships established during walks on the road are brief, superficial, fleeting, immediate (centered on a pressing need), and without the prospect of establishing any connection.

From an enclosed space and a sedentary life to an open space and a wandering life

When focusing on the moment of the break with a sedentary life, we first observed that everyone had experienced it, even with different experiences and for periods of time that also varied. None of them had been born on the road or lived as a wanderer since birth.

Therefore, everyone undergoes a major change in the way of living, which we can generally characterize as the transition from a sedentary way of living to a nomadic or wandering way of living. Such a transition does not take place without great conflict and suffering. Wanderers' reports frequently mention intense conflicts, dilemmas, and suffering experienced during the transition from a sedentary life to a wandering life. They all mention insurmountable economic, emotional, and social difficulties that drove them to wandering. They mention desertion, that is, more than the search for a better situation, the decision to hit the road is portrayed as an escape from the unsolvable and unbearable problems experienced on a daily basis. It is an escape to anywhere, to anything else, or rather, it is an escape to a "non-place" where, despite uncertainty, unpredictability, and instability, the certainty of rupture and distance from past problems and suffering remains. Some of them mention the sense of freedom they feel as wanderers (Justo & Nascimento, 2012).

On the road, there is no voice of their wives and family members complaining, demanding solutions, "upsetting" them all the time; there is no boss or foreman "bothering" them, monitoring every move, pressing the pace of work, humiliating, enslaving, exploiting them; there are no longer credits and creditors charging each month, demanding payment with a non-existent money, increasing the progressively unpayable debts; work-related accidents and illnesses that routinely increase misfortune due to the total helplessness faced on those occasions; the exhaustion that do not allow a moment of rest and tranquility; the endless emotional disagreements, fights, and assaults that burst in relationships with women, children, or parents; the dependence on the use of alcoholic beverages that creates other difficulties and substantially enhances those existing in marital and family relationships; the intrigues that arise in the workplace, in the neighborhood, and among acquaintances and family members; anxieties, regrets caused by a negative and corrosive self-image; guilt and hopelessness regarding the future; in short, all of this is left behind in wandering, although other difficulties and suffering may arise (Nascimento & Justo, 2000; Nascimento, 2008).

Another drive to pursue a life abroad stems, according to a significant number of reports, from an experience of intense suffering due to the loss of people to whom they were strongly affectively attached. In some cases, the death of their wives, with whom they had lived together for years and had a strong emotional connection, is mentioned as a great suffering and feeling of anger that led them to abandon their homes, family members, jobs, friends, and other stable spaces and relationships and hit the road towards a life without destination, as they say. Others mention the loss of their parents as an experience that left them deeply disappointed with their lives, seeking in the endless walks along the side of the highways for a sedative for such suffering or a glimpse of some other meaning in life. Some of them, already overcome by delusions, speak of the search for a lost father or mother who they think they can still find again, walking aimlessly along the roads.

However, the escape from an oppressive and unbearable life situation or the depressive experiences of the loss of loved ones, although present in the accounts of many wanderers, do not exhaust the plurality of reasons they claim to have been the most responsible for the decision to take on a wandering life. Often, we observe in their statements the desire for adventure, to "discover the world," to break with what they say to be a boring life, imprisoned in a repetitive daily routine, based in a certain place, and to go out into the world in search of new experiences. We also found another way of experiencing wandering on the roads that

is relatively common among highway wanderers. They are the “delusional” or “crazy people” who wander around the side of the highways, devastated mainly by thoughts, imaginations, “theories,” speculations, self-attributed missions, and megalomaniac feelings, among others (Justo & Nascimento, 2005; Justo, 2000).

In one of our approaches to wanderers, on the side of the highways, we were faced with a man with a strong Spanish accent, who stated that he was an Argentinian coming to Brazil to fulfill an important mission. He claimed to be the third Christ, son of the Sun and the Moon, bearer of eternal life, and whose mission was to disarm the world. He walked pulling a wheelbarrow loaded with his belongings: plastic tents, kitchen utensils, groceries, clothes, magazines, newspaper clippings, among others. He used to camp in the immediate vicinity of the cities where he passed by and stayed there for a few days. He was very communicative and receptive. He drew the attention of city residents who passed by and made donations. The local press was interested in his story and, as a rule, published news features about him. In these contacts with people and with the press, he believed that he was spreading his message of peace to a world that he considered to be on the brink of war. As a son of the Sun and the Moon, he felt totally protected, indestructible, and predestined to fulfill the pacifist mission assigned to him.

Mrs. Quitéria was the only woman we found among the wanderers and the first to draw our attention to delusions that, in some cases, may play a central role in their lives and constitute the main reason for experiencing wandering. This lady, for a long time, traveled the same route, going back and forth walking along the road. After some time of contact with Mrs. Quitéria, we were able to make sense of her apparently disjointed speech. She turned out to be one of the most fruitful cases in our study. She used to walk around with a makeshift cane made of plump wood. According to her, this cane was more useful for scaring away dogs and other animals than for supporting herself when walking. She assigned herself a mission to repay a debt, a large debt, and would put an end to her wandering on the roads when it was fully paid off. These cases enabled us to understand this other basis of the wanderers’ wandering – that is, the wandering of ideas, thoughts, perceptions, and feelings – and also to reflect on the direction of public policies in the area of mental health. The case of Mrs. Quitéria drew our attention to the issue of gender. The enormous disproportion between men and women living on the roads made the highway universe an eminently masculine universe, which also brought up this issue.

In two studies conducted with female roamers, we could evidence a marker of gender difference that is little investigated in the literature in this field: women’s access to mobility. Basically, the reports from female roamers pointed to the hardships of domestic life (violence, family oppression, confinement represented by the strict imposition of the roles of mother, wife, and caregiver, working double shifts, among others) as the main reason for the radical break with this way of life and the search for another alternative in life, such as roamer, moving from city to city, without fixed and stable settlements in places and functions intended for women that still place them in a more restricted condition than men as for mobility in geographical, psychosocial, affective, sexual terms, among many others. In short, we can state, based on the observations of the wandering and roamers’ life, that men are provided with the space of roads, streets, of the public, traffic, mobility, travel, on all levels of life, whereas women still have strong restrictions on such spaces and kinetic experiences, sometimes

even being kept in the classic domestic sphere socially constructed as a specific space for women. Three publications provide the main conclusions of research on gender and life in the stretch or wandering lives (Silva & Justo, 2020a, 2020b; Justo, Freitas & Almeida, 2019).

The female wanderer, such as Mrs. Quitéria, who lives wandering alone along the side of the highways, as well as the female roamers who travel from city to city, using bus travel passes granted by municipal social assistance services and temporarily taking shelter in hostels, represent a way of life socially deemed as strange, as radically opposed to the established norms. It is possible to consider the way of life of female wanderers or roamers as a queer wandering, namely, as a way of life considered eccentric, questionable, anomalous, and deserting regulatory standards (Penedo, 2014; Cordoba, Sáez & Vidarte, 2015), even escaping from the limits of deviations allowed in the spectrum of established living standards. The presence of men living as roamers or wanderers, although seen as far from the norm, is still framed in it, as an extreme, and generates some sense of familiarity. After all, there is a naturalization of the occupation of public spaces, of traffic spaces, by men, at the same time that the presence of women in these spaces is seen with reservations. A woman trucker drinking booze at a bar, walking alone around the city at dawn, and in other outdoor living situations, which deviate from the norm, sounds out of place or even an aberration.

[...] there are no limitations in the queer universe that would reduce, especially women who break with any regulations, to a new standardization. They are queer women because they escape from many feminine regulations and because they change places, invert paradigms, and break with hegemonic structures, thus making themselves new female references in a historical and social environment that was previously unthinkable to be occupied and inhabited by them. Therefore, we understand that female roamers can be considered a paradigmatic case of this nomadic woman, who emerges from a fixed identity, from a settlement of femininity in enclosed spaces, such as the family sphere – involved in the roles of wife, mother, and domestic worker – to search for another woman, undefined, to be discovered during the journey and in the stretch (Silva & Justo, 2020b; our translation).

A female roamer categorically stated that she abandoned the house where she lived with her mother and three children because she could no longer endure this life, which felt like a life of oppression and extreme confinement – which, for her, was represented by the home, her family, and motherhood.

I can't stay in the house. I'm going to stay in an apartment... look: my mother has money, she has a car, I'm going to stay in the apartment where the bedroom is about this size, I'll be left with a bunch of children going "ba-ba-ba," momma, momma, daddy, daddy... I have three children... then they'll be momma here, momma there, then I'll go: oh Lord, I'm here for you two, I'm here for you three... no... I can't do it no more. (Justo, Freitas & Almeida, 2019, p. 94; our translation).

Another female roamer expressed her feelings about the domestic environment and family life:

7

[...] Sometimes I think about what I've gone through inside my house, the humiliation I've experienced... the things I've gone through in my house... and if I go back to my house, my mother will be there saying things. Today, I see in the stretch that there are

things we experience better when we're on the stretch than inside our own home (Justo, Freitas & Almeida, 2019, p. 94; our translation).

The oppression of a sedentary lifestyle is not singled out by women alone as a reason for leaving a domestic and family settlement and hitting the road. Men also refer to this type of oppression and add oppressions experienced in the workplace, with indebtedness and demands of all kinds: from creditors and from their own families, demanding their professional success and better performance in their role as provider. Whatever the reason they have been impelled to live as wanderers or roamers, the appreciation of this way of life and the conditions in which they live has significant differences. On the one hand, some declare themselves satisfied and happy living this way; on the other hand, some state they are dissatisfied and willing to return to their previous way of life, if they have any opportunity. In many reports, they mention positive and valuable aspects of this way of living, just as they point out problems, difficulties, and challenges.

Social invisibility, risks, and dangers

The invisibility over wanderers and roamers is overwhelmingly evident in the absence of any interest on the part of society and the State in getting to know these populations in the slightest. There are no specific data, statistics, or information about them. It is unknown how many there are, how they live, where they are concentrated, their demands, lacks, life expectancy, and so on. The State and the society show no interest in them, they are completely neglected. They are exposed to all kinds of events. Regarding vulnerabilities, risks, and dangers experienced by roamers, specifically, there are frequent reports of robbery, fights, assaults, and even homicides among them, especially when they are in hidden places of the cities. Moreover, they say that they suffer beatings and intimidation on the part of the police or other repressive agents linked to the municipal government, that they are victims of prejudice by the population, etc.

Although less frequently, wanderers themselves also report cases of robbery and disagreements when, sometimes, they find themselves at service stations, usually at night. They claim to be discriminated against and mistreated by some of the service station networks, but also welcomed by others, especially the smaller ones. Another fear of wanderers, although not mentioned by them as the main one, concerns the possibility of being run over on the roads and attacked by domestic animals – mainly dogs – or wild animals. They present their living universe as also having a hostile, threatening, and violent side, unlike what we might wonder from a distance, seeing a solitary wanderer, with a slow-paced walk, along the side of a highway (Justo & Nascimento, 2012).

Vulnerabilities, whether of roamers when entering cities or of highway wanderers, are associated with the lack of recognition and social valorization of these populations. In the case of wanderers, invisibility and social neglect are even more accentuated. They are completely ignored in population surveys conducted in the country. There is no mention to them in the various laws of social assistance, health, or any other area of public policies (Nascimento, Justo & Cruz, 2015; Nascimento & Justo, 2015a, 2015b). Each institution, assistance or professional service in this area, when faced with a wanderer, acts in accordance with their own sense, sometimes imbued with prejudice, without any knowledge or following

some guideline that guides their work (Nascimento & Justo, 2014a, 2014b; 2016; 2018). At best, local governments, on their own initiative, plan a care and assistance program aimed specifically at highway wanderers in order to avoid accidents and run overs on highways that surround or cross the city. However, these are rare and localized initiatives, with narrow range as a public policy aimed at a population characterized by mobility and dispersion.

The questioning of the non-existent policies led us to ask about possible care programs or treatments provided to wanderers by dealerships that manage highways. With the increase in highway concessions for private companies, they began to have an important presence in the lives of wanderers. In view of this finding, we developed projects that focused on the wanderers' statements about their relationships with the dealerships, how they were treated by their employees, with whom they meet at the tollbooths or at the User Assistance Services (SAU – *Serviços de Atendimento ao Usuário*) offices, maintained along the highways. This was also the case for dealerships that were willing to participate in the research. We conducted interviews with social workers and directors from the Department of Safety, which is the dealership department most directly involved with the presence of wanderers on the roads.

Wanderers reported harsher treatments on the part of employees of the dealerships that aimed to remove them from the highways, but they also reported friendly treatment and the provision of some assistance with food and healing for minor injuries, usually on the feet. We concluded that, even in the case of dealerships, there is no definition of a State policy, which could be established in the concession contract, specifically aimed at wanderers. There are obligations to care for the safety of pedestrians who may cross certain sections of highways, especially in the vicinity of cities, but there is no mention of wanderers, who are an important and distinct part of all pedestrians and other users such as cyclists. For this reason, each dealership establishes, at its discretion, how to treat wanderers or delegates this assignment to its employees, leaving them to act for themselves, without recommendation of any kind (Nascimento & Justo, 2018).

Two facts were quite surprising in our research with wanderers, focusing on the issues of risks, dangers, and fears in this way of life. The first led to the finding that, unlike our initial hypothesis, the greatest fear of wanderers does not refer to being run over, but rather to some type of violence they may suffer from their peers, road users, security guards at service stations that repel them, or other people. This shows that relationships between humans continue to be a major issue, even because of those who barely develop relationships. The second finding, even more surprising, was that, despite being aware of the risks and dangers that surround them on the roads, wanderers do not show great concern with them, unlike what occurs with local residents. They show great peace of mind when talking about risks, dangers, and fears and, in addition, they feel confident when faced with challenges and setbacks. A plausible explanation for this feeling of safety in this situation of social helplessness is that they develop a sense of autonomy and independence in the provision of their conditions of existence, including safety and, inevitably, run the risks of a life marked by unforeseen events, improvisation, the unknown, the unstoppable, and the uncontrollable.

Final considerations

The research on highway wanderers poses some considerable methodological challenges. There is no other way to reach them than by going through the highways and relying on chance to find them and be able to make successful approaches. It is a research mode that requires leaving the stationary, enclosed, and controlled spaces typical of academic practice, such as laboratories, offices, libraries, institutions, and others, seeking to enter open spaces, spaces of circulation and constant movement of vehicles and people. It is about doing research in motion, in transit, assuming chance, uncertainty, and unpredictability, in an environment in which the researcher has virtually no control (Justo, Lima & Cedeño, 2019). Leaving the enclosed spaces usually used in scientific research and engaging in casual encounters with wanderers on the roads characterizes a drift exercise, an adrift landslide, somewhat aimless and without control, from a well-established territory to an open and mobile space (Espósito & Justo, 2017).

Just as wanderers do not plan their paths and their lives and do not conceive projects, researchers are also unable to rely on detailed planning or predictions when conducting field study. In this sense, more than a production of knowledge under conditions of nomadism, it is a production of knowledge that makes use of wandering, the nature of the way of living of highway wanderers themselves. In addition to instigating a wandering epistemology, research on highway wanderers also highlights the importance of the categories of time, space, and speed in the production of subjectivity (Justo, 2018). It was possible to recognize that wanderers are essentially trajective subjects (Virilio, 1993), that is, they live on the stretch and produce paths during incessant walking. In trajectivity, they act on spatialities, temporalities, and mobility constituted in the contemporary world, marked by the compression of time/space and the speed of life. Based on the experiences of wanderers, it is possible to question the contemporaneity, our present, seeking to glimpse in its shadows, as proposed by Agamben (2009), the configurations of spatialities, temporalities, circulation routes and rhythms, which are emerging on all levels of life (Justo, 2012).

Incidentally, the COVID-19 pandemic caused great turmoil in these dimensions, radically transforming the pace of life, mobility, temporalities, and inhabited spaces. Suddenly, there was a sharp reduction in all types of face-to-face activities in the city scene, in relationships, in the production and circulation of goods, and in everything else. The only form of mobility that exponentially grew was that carried out by information highways and social networks. For the wanderers, living in a world apart, nothing has changed. They continued their wanderings along the highways and through the uncertainties of life.

References

- Agamben, G. (2009). *O que é contemporâneo?* Chapecó, SC: Argos.
- Almeida, J. F. (2021). Epistemologia da errância: a sedentarização da significação na linguagem científica. *Cadernos de Letras da UFF*, 32(62), 334-355.
- Augé, M. (1994). *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.

Córdoba, D., Sáez, J., & Vidarte, P. (2015). *Teoria Queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Barcelona, Espanha: Editorial Egales.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Esposito, A., & Justo, J. S. (2017). Etnografia e deriva: possibilidades na pesquisa. *ECOS: estudos contemporâneos da subjetividade*, 7(1), 91-102.

Harvey, D. (1998). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

Justo, J. S. (2000). Saúde mental em trânsito: loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea. In M. L. Boarini (Org.), *Desafios na atenção à saúde mental* (pp. 09-30), Maringá, PR: Eduem.

Justo, J. S. (2011). *Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismo na contemporaneidade*. Maringá, PR: Eduem.

Justo, J. S. (2012). *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo e espaço*. Londrina, PR: Eduel.

Justo, J. S. (2018). Problemas e desafios das mobilidades psicossociais contemporâneas. In M. Nale, M. & S. R. V. Mansano (Orgs.), *Diagnósticos do presente* (pp. 127-148). Londrina, PR: Eduel.

Justo, J. S., Freitas, C. J., & Almeida, J. E. B. (2019). Andarilhas de estrada e questões de gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 88-104.

Justo J. S., Lima, J. C. F., & Cedeño, A. A. L. (2019). Psicologia Social e Antropologia: experiências de pesquisa participante e Etnográfica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(1), 4-17.

Justo, J. S., & Nascimento, E. C. (2005). Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 177-187.

Justo, J. S., & Nascimento, E. C. (2012). Road wanderers in Brazil: a study on modern psychosocial human mobility. *International Journal of Sociology and Anthropology*, 4, 165-171.

Maffesoli, M. (2001). *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.

Marcel, G. (2005). *Homo viator*. Salamanca, Espanha: Sígueme.

Nascimento, E. C. (2008). *Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros*. São Paulo: Editora Unesp.

Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 529-538.

Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2014a). Assistência social e práticas institucionais no atendimento a andarilhos de estrada. *Estudos de Psicologia*, 31(4), 573-582.

Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2014b). Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência. *Psico-USF*, 19(2), 253-263.

- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2015a). Entidades filantrópicas e religiosidade na compreensão da errância no contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 59-69.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2015b). Andarilhos de estrada segundo os relatos de trabalhadores assistenciais. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 221-230.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2016). Andarilhos de estrada e acesso institucional: reflexões sobre estratégias de controle. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 285-291.
- Nascimento, E. C., & Justo, J. S. (2018). Concessionárias de rodovias e estratégias de controle: o caso dos andarilhos de estrada. *Psicologia & Sociedade*, 30, e169213.
- Nascimento, E. C., Justo, J. S., & Cruz, S. G. F. P. (2015). Os Andarilhos de estrada nas políticas públicas de assistência social. *Emancipação*, 15, 155-169.
- Penedo, S. L. (2014). *El labirinto queer: La identidad en tiempos de neoliberalismo*. Madrid: Editorial Egales.
- Silva, L. C., Justo, J. S. (2020a). Errância e nomadismo feminino: o caso de duas mulheres trecheiras. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-14.
- Silva, L. C., Justo, J. S. (2020b). Errância queer e nomadismo feminino: trajetividades e resistências de mulheres no trecho. *Revista Subjetividades*, 20(2), e937.
- Virilio, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Zhao, C., McDormand, F., Janvey, D., Asher, M., Spears, P. (Produtores), & Zhao, C. (Diretor). (2020). *Nomadland* [Motion Picture]. Los Angeles, CA: Searchlight Pictures.



AGING AND SUBJECTIVITY: PSYCHOSOCIAL DIMENSIONS

Mariele Rodrigues Correa⁴⁰

Aline Sabbadini⁴¹

Aline Zeller Pereira de Souza⁴²

Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos⁴³

Audrey Silva de Assis⁴⁴

Flávio Ribeiro de Oliveira⁴⁵

Jaime Fernandes Neto⁴⁶

Marcela Marcondes Leite⁴⁷

⁴⁰ Psychologist, Master, and PhD in Psychology from São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Professor of Undergraduate and Graduate courses in Psychology at the School of Sciences, Languages, and Literature – UNESP, Assis Campus. She develops teaching, research, and extension activities in the areas of human aging, intergenerational relationships, finitude, grief, suicide, and palliative care.

⁴¹ Psychologist, Master, and PhD in Psychology from São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus. She developed a Master’s research with the support from CAPES, entitled “Deaths in life and lives in death: analysis of experiences of losses and grief in elderly asylum residents.” She conducts doctoral research, also with support from CAPES, on end-of-life care.

⁴² Psychologist at the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus. She has a specialization in Health Sciences in the area of Hospital Psychology in Gastroenterology from the School of Medicine of Botucatu/ UNESP. Specialist in Art Therapy by the Instituto Bauruense de Psicodrama (IBAP). She attended the Improvement Program in Eating Disorders of the Institute of Psychiatry (iPQ-Ambulim) of the Hospital of Clinics from the School of Medicine of the University of São Paulo (HCFMUSP). She is a Master’s student in Psychology from the School of Sciences, Language, and Literature – UNESP, Assis Campus.

⁴³ Psychologist – CRP/06 32.355. Master and PhD student in Psychology (UNESP/Assis). Specialist in Clinical Psychology, Legal Psychology, Psychopedagogy, and Intervention in Self-harm, Prevention, and Postvention of Suicide. Professor and Coordinator of the Psychology Center of the University Center of Adamantina – SP – UNIFAI. Coordinator of the Psychopedagogical and Psychosocial Support Service to the Academic Community of UNIFAI. Articulator of the Rede Promover Vida. Director of the Brazilian Association of Suicide Studies and Prevention – ABEPS (2020-2022, 2022-2024). Member of the Life Support Nucleus of Adamantina/SP.

⁴⁴ Clinical and Hospital Psychologist. Specialist in Adult and Elderly Health from the School of Medicine of UNESP, Botucatu Campus. Master’s student in Psychology at FCL, UNESP Assis.

⁴⁵ Clinical Psychologist, Master, and PhD student in Psychology by the Graduate Program of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus. He conducts research on the aging of the black population.

⁴⁶ Psychologist and Master in Psychology from São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus. He develops research on aging and intergenerational relationships.

⁴⁷ Graduated in Psychology from São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus. She performed Clinical Improvement in the Laboratory of Studies and Interventions on Grief - LELu, PUC-SP. Master’s student in Psychology at UNESP, Assis Campus, and Partner Psychologist of the NGO EternamenteSOU (LGBT 50+).

Presentation

The process of population aging is a phenomenon that has been observed in several countries, including Brazil. The increase in longevity, the fall in the birth rate, among other factors, contributes to this reality that, on the one hand, is an important social achievement and, on the other, presents some challenges. Psychology, as a science and profession, has an important role to play in the production of scientific knowledge on the subject, in the development of care and attention practices for older people and in the formulation of public policies essential to face the challenges posed by this relatively new phenomenon in the scenario of Brazilian society, which tends to be accentuated, as has been fully demonstrated by the projections of demographic studies.

The Psychology course of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis Campus, at the undergraduate and graduate levels, has been actively participating in the production of knowledge, by the development of studies on human aging and the development of projects to care for the older population since 1994, when it led the creation of Universidade Aberta à Terceira Idade (University Open to the Third Age). Since then, research of scientific initiation, master’s and doctoral studies in psychology that cover the diversity of aging processes have been developed, which, over time, ended up establishing and solidifying a research group with a significant production.

The whole of this production encompasses the understanding of human aging from markers such as race, gender, social class, and sexual orientation. It also addresses the analysis of other aspects of aging, such as the importance of intergenerational relationships, the processes of grief, suicide, and palliative care in old age. Analyzing aging from an intersectional view in Psychology is of great relevance because, as pointed out by scholars of Critical Gerontology, the experience of aging is unique, diverse, and complex. Regarding the theme of intergenerationality, the scientific literature highlights the importance of intergenerational relationships in coeducation processes and in the contribution to breaking stereotypes and prejudices between different ages. This topic is also present in public policies such as the Statute of the Elderly and the National Elderly Policy. Finally, the aging process includes the challenge of analyzing finitude and its expressions based on grief, suicide in older people – whose rates are increasing worldwide –, and the urgency of a bioethical stance in the care of older people. These are the aspects we will discuss throughout this text.

Aging and intersectionalities: social markers of race, gender, and sexual orientation

Brazil is one of the countries that is experiencing the aging of the population over the last decades. The prospect of a sharp increase in longevity implies multiple issues, with inevitable repositioning of older people in psychosocial relationships, in the economy, culture, and politics. One of the first aspects and challenges, given the complexity of the longevity phenomenon, is to take the aging of the population as a heterogeneous phenomenon. In addition to the singularities present in any human experience, in any experience of subjects of themselves and their world, there are the different psychosocial conditions in which aging is lived concretely. There are marked differences related to social class, race, gender, sexual orientation, family settings and relationships.

Studies that analyze the social markers that cross and intertwine the experience of aging are recent. Research such as those by Fernandez-Rouco, Fernandez-Fuertes, and Araújo (2020), among others, point out how significant the issue of intersectionality has become in studies on aging.

While the number of older people increases, from the questionable social marker of old age that begins at age 60 in Brazil (Camarano and Pasinato, 2004), there is also an increase in demand for public policies that ensure, in an ethical and dignified way, the specificities of each aging. When the plurality that crosses Brazilian aging is put on the agenda, there is a need to look closely at what is systematically invisible: race, social class, gender, regional and cultural specificities, among others, and the sexual orientation of each old person.

In this sense, intersectionality operates to build a thought that distances itself from the “heteropatriarchal white cisgenderity” (Akotirene, 2019, p. 20), which comes from a genocidal colonialism that has destroyed countless indigenous peoples and that currently acts through a necropolitics (Mbembe, 2018) against minorities. Intersectionality repositions thought beyond the exclusivity of the northern hemisphere axis and, at the same time, opens doors to southern hemisphere thought, where there is an “epistemic racism and sexism imposed by the geography of knowledge of the Global North” (Akotirene, 2019, p. 21).

Authors such as Silvio Almeida (2020), for example, have opened up the structural racism that plagues Brazil, describing in detail how the construction of Brazilian society was structured and maintained through it. In the case of the black population, according to Neuza Santos Souza (2021), racism is sustained by myths that place the black population in a position of inferiority in relation to the white population, taken as a standard of beauty, civility, and moral and intellectual superiority. The language used to describe black people ends up representing them as an animal, not recognizing them as human. It is up to them to whiten because “suddenly, whitening is also the economic and social rise” (Souza, 2021, p. 58). Racism in language also includes the black body that carries with it the marks “of the enslaved period, when black people were the ‘beast of burden,’ and their decanted physical resistance is associated with a mythical destiny that guarantees them the competence for the necessary tasks” (Souza, 2021, p. 61).

The black population lives against this white slaveholding perspective in Brazil. Regarding the aging of this population, racism ends up being decisive to open up the social inequality that prolongs life for certain segments of the population and shortens it for others, “generating trajectories that will not always have aging as the finish line for social groups such as blacks, browns, and indigenous people” (Silva, 2019, p. 1). Other factors resulting from racism are working conditions with lower pay, greater difficulty in accessing health and education, which places the black population as the majority immersed in poverty in Brazil (Barros, Brancos, 2017). These conditions worsen with old age.

Concerning the health of the black population, for instance, the data indicate that the majority is served by the public system, the Brazilian Unified Health System (SUS). This data shows “that the lowest-income population and the black population are, in fact, SUS-dependent” (Ministério da Saúde, 2017, p. 13). It is noteworthy that there are specificities related to the health of the black population, which should be encompassed by the health

system, but that are neglected and even barred by the difficulty of access to services, by the minimization of complaints, or by the violence in certain services.

To racial prejudice is added prejudice related to gender and sexuality. An old, Black person with a sexual orientation that is dissident from heteronormativity and who lives in a peripheral neighborhood of a small city, for example, needs to have their care assured when seeking medical consultation by SUS and also needs their sexual orientation to be respected by the health professionals who accompany the exams.

Cisgender women, even before they grow old, undergo processes of desubjectification that remove them from their social place when they do not fulfill the predetermined “duties” of a patriarchal heteronormative society. If this woman is black and from a lower class, the aggravations are significant and violent in her experience. She will be pushed further to the margins when she is a lesbian, for example, and confronted with the roles that the social norm expects her to fulfill. If she grows old, despite the black genocide and gender violence, what are the public policies that ensure her existence? What are the protections and social spaces that this woman has to find loving partners and access to spaces of culture and leisure? How does society, rooted in prejudices and norms, ensure a dignified aging for this woman? Talking about aging is also talking about subjects who remain desirous, willing to establish bonds and affective networks, and not only about bodies that get sick during aging and decline.

All these questions are being asked regarding the aging of a cisgender woman, but we also have the aging of trans people and transvestites, placed in the corners of invisibility, put in a place of violence that limits the life of a trans person living in Brazil to an expectation of dying around the age of 30. There is, in Brazil, a lack of data and research from official agencies that record the age and cause of death in these cases, recognizing the death of trans and transvestite people and not with their sex of birth registration.

As João W. Nery points out in the book “Velhice Transviada” (2019), aging for trans men and women is survival and resistance, especially in a society that has no room for a dignified life for LGBT+ old men and women. Books, writings, and research such as Nery’s are fundamental for a record, of militancy and resistance, of a population that is thrown to the margins of society as if it were not aging and as if it did not have specific demands that the cishetero look with *Peter Pan* syndrome will never answer. To be able to narrate one’s own story and also enable other LGBT60+ seniors to talk about theirs is to bring to light demands that should not, and never should, have been ignored by the field of health and sciences in general.

Aging and intergenerationality

The process of population aging is a worldwide phenomenon and has produced several concerns, arousing the interest and unrest of science, governments of different countries, and international organizations over the past decades. In 1982, for example, the United Nations (UN) convened the first World Assembly on Ageing, which took place in the city of Vienna, which resulted in a World Plan of Action on Ageing, which has been constantly renewed and reinforced with other measures and projects. Twenty years after the first assembly, the second World Assembly on Ageing was held in Madrid in 2002. Among the main recommendations

to be adopted by the UN signatory countries, intergenerational solidarity stood out, which is pointed out as a fundamental factor for the construction of an egalitarian society for all ages (Camarano, Pasinato, 2004).

Brazil, following the recommendations of the UN, has instituted public policies for the older population over the past decades, such as the National Elderly Policy (1994) and the Statute of the Elderly (2003). Among the various rights and duties of the older population that are included in these legislations, the promotion of intergenerational relationships has much emphasis as a policy and strategy of intervention, care, and health promotion for the older population.

But, after all, what are we understanding as “intergenerational relationships” and how are they related to old age? First of all, we start from the concept of “generation.” According to Borges and Magalhães (2011, p. 172),

The generation brings together people who, born at the same time, have experienced the same historical events and share the same historical experience. This common experience gives rise to a consciousness that remains present throughout the course of their lives, influencing how individuals perceive and experience new events. (Our translation)

The fact that certain individuals were born in the same historical period is not enough to conclude that they will be part of the same generation. Sharing a time or being contemporary, as Agamben (2009) warns, is not simply being synchronized to a chronology, but being able to glimpse and live the emerging events of a time, what marks the present, the transformations that erupt and mark history. Thus, it is understood that belonging to a certain generation makes it possible to think and experience the transformations of the world in a similar way.

Therefore, starting from this concept, we define “intergenerational relationships” as those established between people who belong to different generations, who shared different events; the conception of generation goes beyond the family context and encompasses all the relationships woven in the social life of individuals (Lopes, 2008). There are several positive effects achieved from intergenerational relationships, such as the reduction or even elimination of prejudices and stereotypes of one generation about the other; exchanges and new learning that can be favored between young and old and vice versa; decrease in the feeling of loneliness and social isolation of the old individual; development of solidarity and cooperation between generations, among others (Lopes, 2008).

For Ferrigno (2013), the modern society delimited the generations in specific age niches and ghettos, which ended up creating a certain social and affective distancing between the different ages of life, even more with the creation of institutional spaces for each segment, such as the school for childhood and adolescence, the asylum for the old and so on. Age boundaries have even defined expectations and norms specific to each generation. On the other hand, these boundaries would be diluted or become more porous in contemporaneity, making it possible to experiment with new age identities and, potentially, bringing generations closer together. In addition, intergenerationality constitutes spaces that, by the perception of the other as different, allow us to see the possibilities that the other suggests for self-change, being a process in which generations teach and are taught (Ferrigno, 2010).

Thus, creating contexts that allow approximation, recognition, and contact between different generations, today, are shown as a possibility to establish bonds and, perhaps, promote more supportive relationships, as recommended by the resolution of the second World Assembly on Ageing of the UN (Camarano, Pasinato, 2004). In this process, it is important to take into account that old age is not only a matter of old people. It is something that concerns us; it is the future of all of us, as Birman (1997) points out.

Some initiatives and projects have promoted intergenerational relationships around the world, such as schools that welcome older people, shared homes between young university students and the old, festivities that bring together different ages, among others. However, it is important to say that, in addition to such initiatives, relationships between generations should be fostered within the family space, with the listening of the narratives of the elders by the young, with the construction of an affective, supportive, and respectful bond. Intergenerationality proposes an ideal of society for all ages. It is necessary to recognize in each person the youth and old age that exists within each one.

Aging and finitude: grief processes, palliative care, and suicide in old age

Aging is a process that accompanies all our human development, in which losses and acquisitions are present. As a stage of the development cycle, old age is crossed by biological, cultural, social, subjective issues, among others. On the one hand, it implies a series of changes and losses, which are experienced in different scopes and also in gains and achievements, on the other (Correa, Barbosa, Silva, 2020). Although aging is considered an “intrinsic” issue to human development, the discourses and ways in which old age has been treated portray it as an object and as an instrument of control and management of bodies (Santos & Lago, 2016). To be old, in today’s society, is to carry the weight of negative values. The meaning of old age as loss and deprivation predominates, in which time is understood in a linear, chronological way, being exhausted as the years go by and with the inexorable approach of death (Tótorra, 2016).

According to Kreuz and Franco (2017, p. 169) “aging is a natural, sequential, individual, cumulative, universal process, which may or may not concomitantly include illnesses”. Aging involves physical, social, and cognitive losses that demand adaptations to changes and to the progressive advance of time, requiring intense emotional elaboration.

In this sense, the aging process can result in losses in the social, financial, physiological, and symbolic spheres, which require elaborations, sometimes quite complex and difficult. This is the work of grief, which is understood as an adaptation process and as the reaction or response of the subject to a significant loss, characterized as something dynamic (Franco, 2021). This process implies the disinvestment of affections strongly linked to the lost object and its reinvestment in others.

For Correa, Barbosa, and Silva (2020, p. 241), “in the case of the older adults, who experience different concrete and symbolic grieves, it is of fundamental importance that they find space in the world for new investments, new affective exchanges”. Therefore, there is a need for public policies, programs that foster intergenerational exchanges, and other actions that

recognize and validate the diversities of aging and expand the spaces for the elaboration of losses and the prospecting of new gains, achievements, and learning.

Aging and care

Aging constitutes a psychosocial phenomenon, marked by significant changes, as already mentioned. Camarano and Pasinato (2004) emphasize that even within the group of individuals considered old there are heterogeneities marked by aspects that go beyond chronological or biological characteristics, covering dimensions of social life, such as work and family. From the understanding that aging implies numerous developments for the way of being in the world, we will address here an increasingly frequent phenomenon, of old people who become caregivers of older family members.

In the context of health, the theme of care has been discussed from several perspectives: as a counterpoint to the curative model; as an approach to the biological aspects; as a therapeutic action; or as a model of humanization (Zoboli, 2007). Thinking about care in its ethical dimension includes all these perspectives and extends this discussion to the relational dimension that characterizes this dynamic. As indicated by Zoboli (2007), ethically, care “is the way in which people structure and found their relationships with things, others, the world, and, also, with themselves” (p. 159).

We are currently experiencing a significant increase in the older population and their new demands for care. The family has been increasingly used as social support, in a context that has favored the emergence of older people who become informal caregivers. The informal caregiver is characterized as the person who takes care of the aged, without remuneration, a position that can be occupied by family, friends, or neighbors (Vieira, Fialho, Freitas, Jorge, 2011). Being an aged person and becoming a caregiver for another aged person, a very common scenario nowadays, can bring several subjective impacts. We highlight the possibility of glimpsing one’s own condition of finitude in the face of the illness of the other. For this reason, it is of great importance to pay attention to the demands of those who care, since there can often be psychological suffering and other issues that end up being hidden from the support network of this aged person and even from health professionals and services.

The ambiguity inherent in the processes of illness and care, in this context, causes caregivers to be involved in a dynamic of emotional oscillation related to the continuity of care and the advancement of the disease (Bifulco, 2020). Although grief is socially interpreted from the death of the physical body, there are many “small deaths” in the process of illness and care that are not perceived by informal caregivers (Bifulco, 2020).

Given this, Giacomini, Santos, and Firmino (2013, p. 2494) point out that, faced with the “awareness of one’s own finitude, in the dynamic interaction of the health-disease-old Age process, the anticipated grief of the aged subject reveals itself in the coexistence with chronic and disabling diseases and in the fears of *not being able to handle it*, of *being a burden*, and of *dying*” (bold by the authors). In this movement between caring for oneself and caring for the other, the possibilities and limits of the old adult are intertwined, and offering an attentive look at these experiences can promote expanded care for aged caregivers.

The Federal Constitution of Brazil, the National Policy for the Elderly, and the Statute of the Elderly provide that care for the aged people be preferably offered in their homes and with the family (Camarano, Pasinato, 2004). This is important, on the one hand, so that the aged subject does not have their bonds broken and can exercise, in some way, their autonomy. On the other hand, the overload (both related to the work of caring and psychosocial aspects) of caregivers is reported in several studies and research. The issue of the informal caregiver, especially being an aged person who cares for another aged person, is an important agenda to provide conditions for expanded and humanized care for both sides.

In addition to the issues related to care already mentioned, the scenario of population aging puts us in front of other challenges, such as the increase in chronic degenerative diseases of slow progression, a constant increase of people diagnosed with cancer, among others. Moreover, due to new family arrangements, a greater number of people living alone is noted (Garcia, 2012). Therefore, having a disease that threatens the continuity of life can represent a slow, painful, and lonely dying process.

It is in this context that palliative care is extremely necessary as an approach capable of offering comprehensive care, preventing and relieving symptoms of subjects and their families. The World Health Organization (WHO) defines it this way:

Palliative care is an approach that promotes the quality of life of patients and their families, who face diseases that threaten the continuity of life, by the prevention and relief of suffering. It requires the early identification, evaluation, and treatment of pain and other problems of physical, psychosocial, and spiritual nature (Matsumoto, 2012, p. 26).

The International Association for Hospice and Palliative Care (IAHPC) has developed a new consensus-based definition of palliative care, which focuses on the alleviation of serious health-related suffering by broadening such care, rather than limiting it only to patients with a life-threatening illness. According to the definition,

Palliative care is the active holistic care of individuals across all ages with serious health-related suffering due to severe illness and especially of those near the end of life. It aims to improve the quality of life of patients, their families and their caregivers (Radbruch *et al.*, 2020, p. 2)

In this sense, the Palliative Care approach emerges as a possibility of active care for patients, including the aged. According to the considerations of Matsumoto (2012), it is common to find old people with various dementia syndromes or with severe neurological sequelae in health services. The author highlights the need for paying attention to the state of abandonment and helplessness that many may experience and for “we to try to implement concrete measures, such as: creation of specific resources, improvement of care offered in the existing resources, formation of professional groups, and education of society in general (Matsumoto, 2012, p. 23).

The individual diagnosed with a serious illness or the one who are in the process of ending their lives are faced with many emotions and the need to elaborate on various losses, such as autonomy, physical capacity, self-image, employment, status, among others. The insertion of the psychology professional to deal with these aspects is of great value. The

offer of a sensitive and ethical listening is capable of leading and facilitating the processes of elaboration of these concrete and symbolic grieves (Matsumoto, 2012).

This multidisciplinary approach to palliative care aims to focus on the needs of patients and their families, understanding them as biographical beings rather than biological beings (Silva Filho, 2019). It is necessary to look at the old not as one who presents an inevitable physical decline and loss of capabilities, but as a human being who carries a life story. This is not disregarding illness or finitude, but considering the quality of life that can still be lived.

a) **Suicide and aging**

The suicide of older people is a theme still little evidenced in view of the expressive magnitude of its occurrence both in Brazil and in the world. It is a serious global problem that has been neglected and that deserves special attention, given that the population over 60 years old is the fastest growing in Brazil and in most of the world (Minayo and Cavalcante, 2010).

If the averages are considered, the highest suicide rates worldwide are among older people, despite the highest absolute number predominating among the youngest (Bertolote, 2012). The number of deaths by suicide annually in Brazil grew by 43% between 2010 and 2019 and in all age groups (Ministério da Saúde, 2021). The adolescent mortality rate grew by 81%, rising from a rate of 3.5 deaths per 100,000 inhabitants to 6.4 per 100,000 inhabitants. The rate among older people remained high, ranging from 6.96 (2010) to 8.14 (2018) and 7.88 (2019). These rates are always higher than the national average (Ministério da Saúde, 2021), considered to be 6.4 deaths by suicide per 100,000 inhabitants, according to the World Health Organization, and 6.6/100,000 according to data from the Ministry of Health (Baldaçara et al, 2022). In addition to the fact that the numbers on self-destruction in the older population are very high, the ratio between attempts and completed suicides is very close, almost 2:1 (Minayo and Cavalcante, 2010).

Suicide is understood as a public health problem of complex and multicausal etiology. As Cassorla introduces us:

[...] there is no theory that can explain all cases and situations of suicidal behaviors, since they are the expression of multiple factors that interact in a specific way in each individual and result from constitutional aspects of the history of development, social circumstances, and one's own fantasies about death and the afterlife (CASSORLA, 1991, p. 66).

Nevertheless, numerous studies indicate the existence of different predisposing factors, precipitating factors, and higher risk groups. The main factors and risk groups for suicide in Brazil are: belonging to the male sex; being aged between 15 and 44 years old; having higher education; being unemployed or exposed to a condition of socioeconomic vulnerability; having mental disorders; having suicidal plans; and having previous suicide attempts (Baldaçara et al, 2022).

Multiple patterns of individual vulnerability related to suicide can exist throughout human development, for example: vulnerability since childhood or adolescence; decreasing pattern

of vulnerability if protective mechanisms exist; increasing pattern if risk factors increase throughout life. In the case of older people, there may be a late increase in vulnerability due to the sum of conditions resulting from aging itself with specific risk factors of this age group, such as depression, severe mental illness, grief, social disconnection, functional disability, prospect of cognitive deterioration (Pais, Loureiro, Akamine, and Forlenza, 2021).

Regarding depressive disorders, De Leo (2022) points out that they tend to decrease after 65 years of age in contrast to the increase in somatic diseases, and the association between depression and suicide in older people should be very well analyzed. The author considers that aging, as it progresses, presents a series of issues such as those already mentioned in this text, such as loss of loved ones, loss of work, of functional capacities, of income, and the presence of feelings of sadness, loneliness, lack of hope in the future. It is important to emphasize that these issues do not necessarily become pathological conditions, although they produce suffering, which needs to be properly cared for and welcomed.

According to Tavares, Montenegro, and Prieto (2004), most of the older people who commit suicide do not have a previous history of ideation and attempt. This contradicts the hypothesis that older people who commit suicide have a history of risk, evidencing the need for programs aimed at the older population to pay more attention to current events and conditions than to previous life factors.

In the same vein, De Leo (2022) presents the need to take care of the social determinants of Health (SDH), conditions in which the human being develops, and which can improve the health of the older population. SDHs can be characterized as risk factors, such as poverty, migration, stigma, discrimination, or as protective factors, for example, quality in family relationships, good social protection, and spiritual life. De Leo (2022) also adds the defense of the human rights of older people, with special emphasis on the protection from neglect, abuse, violence, and discrimination. The author indicates ageistic attitudes as promoters of stigmas and suffering for the older people.

Although there are few studies on protective factors, the following elements stand out: consistent network of social support, sense of community belonging, meaningful relationships, and involvement in religious practices (Pais, Loureiro, Akamine, and Forlenza, 2021).

The COVID-19 pandemic, whose beginning was decreed in March 2020, puts on alert the possibility of an increase in suicide among the older population because it amplifies risk factors such as loss of loved ones, financial crisis, fears and risks of contamination and death, and greater social isolation. Thus, it is necessary to promote protective factors such as subsistence guarantees, social security, affective and social relationships, and access to health equipment, among others.

Public policies have an important role in guaranteeing rights, enabling, more than suicide prevention, quality of life and health promotion (De Leo, 2022), with relevant programs that enable social support systems and different services at different levels of health care and in various areas being especially important, such as Social Work, Social Security, Culture, Leisure, among others.

Tavares, Montenegro, and Prieto (2004) indicate the possibility that programs developed in public policies can, then, promote better current living conditions for the older population

with a structure for suicide prevention, such as in primary prevention (risk prevention), improving social interactions, strengthening support networks, and facilitating access to health programs; in secondary intervention (harm prevention), with the development of strategies for early identification of factors that influence suicidal behavior of older people and the development of awareness activities and overcoming difficulties; and in tertiary prevention (containing the harm and condition reversal), with strategies for crisis interventions – imminent or short-term risk – and planning for the effectiveness of subsequent referrals.

Considering that the aging process is structured from the current living conditions and the biopsychosocial complex that had been developing in all previous phases, we highlight the importance of the social determinants of health; the preparation of professionals to identify risk situations and implement appropriate practices; and, especially, the quality human relationships that preserve human rights and provide dignified conditions of existence throughout life as better possibilities for suicide prevention and the promotion of health and dignified life.

Final considerations

Aging and subjectivity are singular, plural, and complex processes. They are human experiences crossed by social markers of race, gender, sexual orientation, and social class. They involve relationships and affective bonds, which keep stories, memories, conflicts, exchanges, and feelings. They may also involve some losses, suffering, and the need for care. On the other hand, to grow old is to gain years of life and seek new achievements and resignifications of the experiences of oneself in the world.

Throughout this text, we sought to address some relevant psychosocial aspects in the aging process, such as social markers, intergenerationality, grief, care, and suicide in old age. To these issues could be added several others, such as mobility, family relationships, institutionalized old age, and representations of older people in the media, among others that were not directly addressed here. Because the theme of old age cannot be exhausted. It does not bow to stereotypes that try to fit it into certain standards and expectations. Moreover, as much as old age is disqualified and passed over by the current society that values and exalts the sign of the young, it resists and claims its place in the world. And this place cannot only be the privilege of people from the ruling class. This is the reason why old age is an invitation to live time and also a call to the struggle for dignity in aging. The University has much to contribute to this process, as a knowledge-producing institution and with its outstanding participation in scientific development aimed at emerging challenges.

References

- Agamben, G. (2009). *O que é o Contemporâneo?* Argos.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Almeida, S. (2020). *Racismo estrutural*. Editora Jandaíra.

- Baldaçara, L., Meleiro, A., Quevedo, J., Vallada, H., & Silva, A. G. (2022). Epidemiology of suicides in Brazil: a systematic review. *Global Psychiatry Archives*, 9(1), 1-9. <https://doi.org/10.52095/gp.2022.4377.1035>
- Barros, C. S., & Brancos, S. I. D. (2017). *Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida*. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170920124107.pdf
- Bertolote, J. (2012). *O suicídio e sua prevenção*. Editora UNESP.
- Bifulco, V. A. (2020). O luto do cuidador informal do portador de Alzheimer. In G. Casellato (Org.), *Lutos por perdas não legitimadas na atualidade* (pp.188-197). São Paulo: Summus.
- Birman, J. (1997). *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: 34.
- Borges, C. de C., & Magalhães, A. S. (2011). Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Revista Estudos de Psicologia*, 16(2), 171-177. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000200008>
- Camarano, A. A., & Pasinato, M. T. (2004). O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In A. A. Camarano (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* (pp.256-292). Brasília D. F.: Ipea.
- Cassorla, R. M. S. (Coord.). (1991). *Do suicídio: estudos brasileiros*. (2ª ed.). Papyrus.
- De Leo, D. (2022). Late-life suicide in an aging world. *Nature Aging*, 2(1), 7–12. <https://doi.org/10.1038/s43587-021-00160-1>
- Correa, M. R., Barbosa, L. C., Silva, P. G. (2020). Processos de luto na velhice: uma revisão narrativa. In Sampaio, E. C. (Org.). *Envelhecimento humano: desafios contemporâneos*. (pp.229-255). Científica Digital.
- Fernandéz-Rouco, N., Fernandéz-Fuertes, A. A., & Araújo, L. F. (2020). Sexualidades, gêneros e interseccionalidad en las personas mayores. In L. L. F. Araújo & H. S. Silva (Org.). *Envelhecimento e Velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais* (pp.197-208). Campinas, SP: Alínea.
- Ferrigno, J. C. (2010). *Cooeducação entre gerações*. (2ª ed.). São Paulo: Edições SESC.
- Ferrigno, Jose Carlos (2013). *Conflito e cooperação entre gerações*. São Paulo: Edições SESC.
- Franco, M. H. (2021). *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo: Summus.
- Garcia, J. B. S. (2012). Prefácio. In R. T. Carvalho & H. A. Parsons (Org.). *Manual de Cuidados Paliativos* (pp. 13-14). São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP).
- Giacomin, K. C., Dos Santos, W. J., & Firmo, J. A. (2013). O luto antecipado diante da consciência da finitude: a vida entre os medos de não dar conta, de dar trabalho e de morrer. *Ciênc. saúde coletiva*, 18(9), 2487-2496. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900002>
- Kreuz, G., & Franco, M. H. P. (2017). O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento – revisão sistemática de literatura. *Arq. bras. psicologia*, 69(2),168-186. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200012

Lopes, E. S. L. (2008). Relações intergeracionais. In A. L. Neri (Org.) *Palavras-Chave em Gerontologia* (pp.175-178). Campinas, SP: Alínea.

Matsumoto, D. Y. Cuidados Paliativos: conceitos, fundamentos e princípios. In: R. T. Carvalho & H. A. Parsons (Org.). *Manual de Cuidados Paliativos* (pp. 23-30). São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP).

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições.

Minayo, M. C. de S., Cavalcante, F. G. (2010). Suicídio entre pessoas idosas: revisão da literatura. *Revista de Saúde Pública*, 44(4), 750-757. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000400020>

Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. (3ª ed.). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf

Ministério da Saúde. (2021). *Boletim Epidemiológico*,52(33). Brasília, D.F.: Secretaria de Vigilância em Saúde.

https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf

Navarrete Betancort, E. M, Herrera Rodríguez, J., & León Pérez, P. (2019). Los límites de la prevención del suicidio. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 39(135), 193-214. <https://dx.doi.org/10.4321/s0211-57352019000100011>

Nery, J. W. (2019). *Velhice transviada: memórias e reflexões*. São Paulo: Objetiva.

Organização Panamericana da Saúde. (2018). *Folha informativa – Suicídio*. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839

Pais, M. V., Loureiro, J. C., Akamine, G., & Forlenza, O. V. (2021). Suicídio na terceira idade. In: R. F. Damiano, A. C. Luciano, I. D’Andrea G. da Cruz & H. Tavares. (Edit.). *Compreendendo o suicídio* (pp. 509-514). São Paulo: Manole.

Radbruch, L., Lima, L., Knaul, F., Wenk, R., Ali, Z., Bhatnagar, S., Blanchard, C., Bruera, E., Buitrago, R., Burla, C., Callaway, M., Munyoro, E. C., Centeno, C., Cleary, J., Connor, S., Davaasuren, O., Downing, J., Foley, K., Goh, C., & Pastrana, T. (2020). Redefining Palliative Care – A New Consensus – Based Definition. *Journal of Pain and Symptom Management*, 60(4), 754-764. <https://doi.org/10.1016/j.jpainsymman.2020.04.027>

Santos, D. K., & Lago, M. C. de S. (2016). O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. *Psicologia USP*, 27(1), 133-144. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140060>

Silva, A. (2019). O envelhecimento na perspectiva do racismo e de outras formas de discriminação: influências dos determinantes institucionais e estruturais para a vida das pessoas idosas. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 22(4), 1-2.

Silva Filho, L. (2019). O idoso nos cuidados paliativos. *Rev. Longeviver*, 1(3), 42-48. <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/791/846>

Souza, N. S. (2021) *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar.

Tavares, M., Montenegro, B., & Prieto, D. (2004). Modelos de prevenção do suicídio: princípios e estratégias. In: G. Maluschke, J. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (Org.) *Direitos Humanos e Violência: desafios da ciência e da prática* (pp.231-258). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Tótor, S. *Velhice: uma estética da existência*. São Paulo: Educ.

Vieira, C. P. B., Fialho, A. V. M., Freitas, C. H. A., & Jorge, M. S. B. (2011). Práticas do cuidador informal do idoso no domicílio. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(3), 570-579. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000300023>

Zoboli, E. (2007). Ética do cuidado: uma reflexão sobre o cuidado da pessoa idosa na perspectiva do encontro interpessoal. *Saúde Coletiva*, 4(17), 158-162. <https://www.redalyc.org/pdf/842/84201706.pdf>



UBERIZATION OF THE WORK, SPACE, AND HEALTH OF WORKERS⁴⁸

Matheus Fernandes de Castro⁴⁹

We have focused on the issue of uberization of work and the need to understand how this phenomenon affects the health of workers. Such proposal may seem obvious to those who have been following some discussions in the field of worker health for some time. However, we often see people who fail to recognize that the health-disease process can be socially influenced, even if this has been demonstrated since the 18th century by Ramazzini, as pointed out by Paparelli, Sato and Oliveira (2010).

Such denial, in addition to making it difficult to understand work as something that goes beyond carrying out activities and generating income, strengthens the thesis that blames the victims for the illness and accidents suffered. These are the foundations of ideas that refuse the very ontological meaning of work, which hinder further understanding of the importance of the current division of labor, as well as the relevance of work organization and its influence on our daily lives.

Even taking into consideration such challenges, we cannot think that we would have more, or less, difficulties today than yesterday for understanding work and its repercussions on people's lives. Since long ago, seminal authors dedicated to Work-Related Mental Health (WRMH) in Brazil, such as Dejours (1993) and Seligmann-Silva (1994), have pointed out work organization as a fundamental issue for analyzing and understanding worker mental

48 Work originally published in Portuguese in the book: ALVES, G. (2021). Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis.

49 He holds a PhD in Social and Work Psychology from the University of São Paulo (USP) and a Master's degree in Psychology and Society from Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - 2004). He is Assistant Professor of the Department of Social Psychology at Unesp, Assis campus, and Coordinator of the Laboratory of Environmental Psychology of the Department of Experimental and Work Psychology (LAPA-PET). He is a professor linked to the Graduate Program in Psychology of the School of Sciences and Letters at the Assis campus - Univ. Estadual Paulista - Unesp. He was head of the Department of Experimental and Work Psychology (2015-2020) and coordinator of the Psychology Program Council (2012-2015) of the School of Sciences and Letters - Univ. Estadual Paulista- UNESP. He has experience in the area of Psychology, with emphasis on the Social, Work and Environmental area, working mainly on the following topics: work and daily life, worker health, cooperativism and solidarity economy, the space, cities, virtual environments, motorcycle delivery workers, motorcycle taxi drivers, and the world of work.

health, not without facing considerable criticism and challenges along the way. Dejours, based on his theory of human suffering in organizations, founded on the psychoanalytic framework, approaches the subject's ontogenetic development and its relation with the "failures" of work organization. Such "failures" would motivate adjustments between the prescribed work and the real work, that is, between what work organization recommends and what it really allows workers to conceive during the execution of the work. Depending on this effectuation, it will allow or not a creative mobilization, in other words, that the subject makes an affective investment to overcome the incongruities materialized in the daily activities of work, arising from the division between those who conceive and those who perform the work.

Such possibility, or impossibility, in short, would lead, at best, to the individual being able to create solutions to the daily difficulties of work and recognize oneself as a worker and a member of a group of workers, who would recognize this individual as such, for their skill, dexterity and care in performing the work. The production of an identity and the possibility of sublimation, originating from the recognition of peers at work, would enable good maintenance of worker health, which is the result of the interaction between the subject and the group (creative suffering). However, an unretouchable, inaccessible work organization that does not provide daily possibilities for creative correction by workers also deprives them of their identification and recognition, leading them to resort to defensive strategies to keep working, but with a major tendency toward illness (pathogenic suffering). Such strategies, for greater effectiveness, must be shared and reproduced by other workers, so they have a certain validity, showing again the psychosocial aspect of suffering that may or may not lead to illness.

According to Seligmann-Silva, founded on Laurell's mental exhaustion theory – based on dialectical historical materialism –, work and work organization have significant impacts on the lives of people who work. These impacts are presented as exhaustions, materialized by the action of physical, physiological, psychic, biological, chemical, and mechanical loads, all of them functioning interrelatedly with one another and with the worker's body and mind. Work organization and people's connection with work result from numerous historical facts and events, related to the mode of production, the international division of labor, the class struggle, among others. Accordingly, work organization and its impacts on health are not restricted strictly to the work setting, but can be considered and analyzed in relation to other settings.

Based on these proposals (work-related human suffering and mental exhaustion), in which individuals are involved in the social sphere, also at the time of performing their work, we consider work organization as fundamental to understanding work and its impacts on the subject. In addition, we come to perceive it as something that originates and spreads in other settings, that is, it is conceived and applied in a much broader dimension than the organizational setting. Based on that, several researches seek to study work in settings other than those traditionally studied, such as factories, offices, trade workshops, etc.

Neighborhoods, streets, squares, traffic lights, that is, public spaces become new settings where researchers must seek to understand the interests of workers and the meaning that work has acquired in this context. Currently, virtual environments have also become a setting

for studies on work and human sociability. This new frontier of our existence (not so novel due to its date of origin, but mainly due to its capacity for update) has challenged the theoretical and methodological possibilities of the human sciences. However, in Milton Santos' human geography we find a theory of space, where the internet and its environments appear as a fundamental element that the author called informational technical-scientific environment. This environment, in the above theory, represents the globalizing proposal that has been imposed on us, through a capitalist productive system and a liberal political perspective, which intends to be singular and unequivocal, using new information technologies to seek omnipresence and omniscience: a true globalitarian project.

In his work, Milton Santos allows us to see how work organization is present in each place of our global space, intertwined with the social relations of the place (where we live, where space is empiricized). According to him: "The very needs of the new accumulation regime lead to a greater dissociation of the respective processes and subprocesses" (1996, p. 213, our translation). Thus, work organization is distributed and controlled by the new information technologies that were enabled by the efficiency of the system of digital networks that cross and organize the space, reaching our daily lives as an imperative.

All these things would impact us ordinarily, organizing, in addition to communication (making it precarious), the flows of persons, things and money, as an indelible need of life in the informational technical-scientific environment, that is, as the proposal of existence in places (urban and rural – online and offline) imposed by the current globalization process. As Castro (2020) shows us, when dealing with the work of motoboys [motorcycle couriers, motorcycle delivery workers] in São Paulo, streets become a continuation of the productive system and provide those who are willing to risk their lives and health with means of producing labor and income – but not without a great cost to those who work.

Also present in the public space, using it as part of its complex operating system and taking its impacts to all dimensions of the worker's life (private or public), platform work, also called uberized work, have arisen as central, not only to individuals, but to the whole society. Thus, in order to understand the worker health field, based on the proposals highlighted, we have to examine this political, economic, social and technological complexity of work, if we want to understand and analyze the current configurations of its organization.

Therefore, it seems fundamental, to understand the human suffering and/or mental exhaustion associated with the current work organization, derived from Uberization (Slee, 2017), that we can also approach it according to Santos' understanding of the spatial dimension. Thus, we imagine that it is easier to remember and affirm the meaning pointed out by WRMH, as per which the worker health field must be understood as a public health issue and, therefore, we must continue the political struggle that led to its inclusion in Brazil's Unified Health System (SUS). The territory, its institutions and the use that people make of them must also appear in the field of studies aimed at understanding and promoting people's health (Santos, 2003).

We believe that by encouraging reflection, debate and action on the problems caused by uberization and its connection to space (real and virtual), we can contribute to combating the lack of dialogue between social agents, both for building organized groups representing the interests of the collective and for making laws that regulate and organize these activities,

based on the interests of those who work. If all this, or only part of it, were to materialize, we imagine that it would be easier to argue against worker accountability and the neoliberal ideology that supports and strengthens legal decisions, which favor extremely precarious labor relations and that has been intensifying within the uberization of work.

Uberization and Work Organization

For a long time, we have been accustomed to see, among the most exploited layers of the *class that earns a living from work* (Antunes, 1999; 2018; 2019; 2020), extremely precarious forms of employment and income generation. Millions of people around the world have been engaged in very exhausting activities, in every way, to achieve minimum conditions of survival. They live, more and more, without support from the same institutions that should support them. They have found, on the sidelines of the global productive system, some fragments of hope of a social pact based on work, that is, informal and precarious employment that serve as possibilities of labor and income. Several of these people sought and found in the streets of cities the possibility of carrying out some activity and generating some kind of income so they could first eat, then dress, reside, study, have fun, and whatever else was possible.

These daily activities, commonly called work by those who perform them, strengthen the economic circuit, which Santos (2004) called the *lower circuit* of the urban economy. According to Castro (2021), nowadays, some of these activities were assimilated by platform applications, which would belong to the *upper circuit* (Santos, 2004) and came to fit within a new configuration of the global productive system and its liberal policies for the economy, denominated by some as the uberization of work (Slee, 2017).

Such combination – as well as some other reasons that we will not mention here, but which we cannot simply forget, or hide – between these types of activities and applications has contributed to the spread of precarious work around the world. We can hire cleaning, care, delivery services (of all kinds), private transportation, among others, through the cell phone screen: old forms of labor and income, often called informal and precarious work, have acquired a novel high-tech veneer. Some of them have come to be fully controlled by international conglomerates, as is the case of app-based delivery work: in Brazil, 95% of such work is concentrated in 4 applications only (Abílio, Amorim, Cardoso, Fonseca, Kalil & Machado, 2020).

Even traditional activities commonly characterized by formality, nowadays, involve the use of applications, such as hospitality jobs, taxi driving, teaching, etc. That is, what we are seeing is an escalation of this new way of organizing work, not only in activities that have long been precarious, but also in activities that for a long time had been protected by labor relations, which guaranteed certain rights to workers, as well as a certain organization and the possibility of negotiation.

These transformations propagated to the whole world, including central countries, very quickly, with working conditions and relations very similar to those experienced by informal workers in peripheral countries (Alves, 2012). Then, layers of the working class, previously thought immune to capitalist neoliberal precarious work, were hit drastically in

their current working conditions and prospects. That is, they saw their current citizenships of consumers (Santos, 1987) being deprived of their former power: a good level of education and the fact of inhabiting a rich country no longer guarantees, by itself, the maintenance of their consumption standard and freedom from the evils that affect workers in poor or developing countries.

Old forms of peripheral precarious work have come to be part of the daily routine of workers in countries said to be developed, such as workers being fully responsible for the purchase and maintenance of their work equipment, as well as for their health care, social security, vacations and possible leaves, which, now, must be planned accordingly to a small income totally asymmetric to the effort undertaken in the activity carried out. The uberization of work has also caused successive labor deregulations, that is, the loss of rights on the part of workers; payment “per piece of work” (workers are only paid for the time actually worked and the break times for lunch and rest are not computed in the remuneration) that, due to the large waiting intervals between activities, made the working hours more extensive and less profitable, easily surpassing 10 hours a day and often occupying the 7 days of the week.

According to Abílio (2019, 2020), uberization combines new and old elements of the world of work, further increasing precariousness and affecting the interests of workers. According to Castro (2021), many of the characteristics attributed to uberized work had already been present in precarious work in Brazil, at least since the 1970s and 1980s, in activities such as those of motorcycle delivery workers and motorcycle taxi drivers. Such workers, just as the current so-called uberized workers, were already fully responsible for their work instrument (ownership, rent and maintenance); worked per piece of work (per trips made); faced long working hours (commonly longer than 8 hours per day, sometimes occupying the 7 days of the week) – with long waiting intervals, between one activity and the next (in this case, mainly motorcycle taxi drivers); they were, mostly, fully responsible for all the risks involved in their work.

In this sense, perhaps, the major novelty of the current time of the World of Work is platform applications and their capability to organize global precarious work, all very well disguised as new possibilities for a neoliberal subject, a *subordinate* self-manager (Abílio, 2019, 2020) who leaves the factory setting to spread through all activities, in all work environments, whether digital or actual⁵⁰. Neoliberalism is not new, but the way its ideology has been affirmed by the general population deserves full attention today, since there seems to be an increasing acceptance of its principles. This can also be seen in Brazil, for example, in popular support for austerity measures against workers, such as the Spending Cap (2016), the Labor Reform (2017) and the Social Security Reform (2019), which in the past were measures rejected by workers.

We have observed in our country, as in others, recurrent acceptance of the removal of rights, without large demonstrations against it, and what is worse, many demonstrations of popular support, as if this were the only solution to the common problems of ordinary people, such as lack of employment, inequality and – now, during the pandemic – hunger,

50 That is how Levy (1996) refers to the environment that we usually call real, or reality, in our daily lives.

among others. In the two largest demonstrations carried out by app-based delivery workers in Brazil, which had international repercussions, the vast majority of workers refused to recognize their demonstration as a strike. In addition, both trade unions and political parties, although not prohibited from attending, were prevented from advocating their ideas. These facts, by themselves, illustrate very well the current state of democracy in the country and the politicization of workers, because, in addition, most of the agenda of demands were not configured so as to meet the collective interest of workers, but as individual demands: increase in rates for deliveries made: end of workers being suddenly and unexplainedly blocked by applications, etc. Such measures could be taken by companies to appease demonstrators and, at a subsequent time, be reverted with the most deceptive and known justifications based on the law of supply and demand, or the need of keeping the market free from control. We see the success of neoliberal ideology appearing and supporting this political and economic program that has been proclaimed by governments, institutions and scientists as an unequivocal path of progress and development, since the Thatcher and Reagan administrations, based on the Austrian school and the Mont Pèlerin Society.

As stated by Santos (2020), the idea of a single path for the development of the world is very powerful and is based on a form of division and organization of work, which materialize in the dynamics of space, totally permeated by information coming from “beyond the sea,” reaching – through the internet and its virtual environments – our ways of understanding the world in the place, in the development of our organic, contiguous and ordinary solidarities.

Amid similarities and divergences, or better, amid novelties and old elements, a new way of organizing work has been built and spread throughout the world, with a significant boost resulting from the pandemic: the uberization of work. Therefore, it is not difficult to conclude that new challenges have been posed to all those who study the world of work and its impacts on the health of workers. New information technologies have come to organize work and have also constituted important tools for propagating a sense of work that has been disorganizing workers and leaving them at the mercy of the intensified self-directed exploitation: thus, we are faced with what Antunes (2019) called voluntary servitude, updating the expression of Étienne de la Boétie.

The companies organized around applications, the internet, electronic devices connected to the internet (mobile or not), our fetishism for them and the way we have used all this, added to the current productive model and the massive acceptance of self-entrepreneurship, are enabling a major civilizational crisis that has escalated with the Pandemic.

Today, authors such as Alves (2011, 2013, 2018) and Antunes (2018, 2019) have tried to explain how these phenomena are products and producers of social, economic and historical relations. By theorizing about precarious work and voluntary servitude they shed light on facts that provide us with important clues about the relations established between the world of work and subjectivity (Casulo & Castro, 2020). Thus, they contribute to the debate in interrelation with psychology, philosophy, geography and other fields of the human sciences. They pave the way for us to broaden discussions about the world of work, uberization as work organization and its impacts on the workers' mental health.

In this regard, Uchoa-de-Oliveria (2021), based on the Psychology of Work and WRMH, points out that uberization is a form of work organization with specificities that make it

difficult to understand the relations between workers and companies, further facilitating the precarization of work and the exploitation of workers, with the support of institutions that should protect them. That would be due – among other reasons – to the fact that these companies lack a delimited work setting and to the difficulty of establishing work relations between applications and service providers.

By emphasizing the setting – or rather the lack thereof – the author provide us with the necessary cue for our further considerations, as we believe that Milton Santos' theory of space, presented in a vast oeuvre comprising more than thirty books and several scientific articles, affords us the possibility of understanding a work organization that is manifested spatially, relating the current phenomena of applications and their algorithms to everyday life in the place (cities, towns, etc.), that is, it enables us to understand the relations between the virtual and the actual worlds, between the global and the local levels, between the individual and the social sphere, between man and the space, and, finally, between mental health and work.

Notes on the Space and Man for WRMH

Considering all that was underscored above about the connection of work with the political and economic elements of the Space and, previously, about the importance of considering work organization as a fundamental issue for the worker health field – since it would enhance our power of analysis in this complex tangle of elements that constitute the relation of man with their work – it seems important that we, like Uchoa (2021), assume uberization as its current model, which would represent a form of the current model of accumulation. Then we could focus on it to build new possibilities for analysis and intervention in WRMH.

It is not our objective here, in a book chapter, to present a finished proposal, but perhaps outline some considerations about a possible path that we have been following for some years and, maybe, convince some people of this, so they look in the direction of what we are aiming at. Revisiting our experiences in field research and also our theoretical research, we think it is possible to resort to the work of Milton Santos as a theoretical and methodological basis for the analysis of daily work routine and its impacts on health. Thus, in this part of the text we will try to show highlighted elements of his work, which contribute to our argument about the importance of the spatial dimension for the analysis of our current context. We hope that some endeavors of Psychology, related to the worker health field, can benefit from the more in-depth research on the new geography proposed by Santos (2012): in which the landscape loses its centrality, as an element of analysis, and, rather, the focus shifts to the use that is made of the territory; thus, geography studies acquire social and philosophical contours, in which man and space can only be considered in total intertwinement, in the concrete historical present.

In his book *A Natureza do Espaço* [The Nature of the Space] (1996), regarded by many as the most important and striking production of his vast oeuvre, Santos organizes his theory about the space and, in a very elegant manner, synthesizes it, producing an analytical unit: a totalizing totality. With this play on words, he shows us the dynamics present in his theory, which combines temporal-spatial movements to explain the reality we live in, in the current phase of global development.

Such dynamic unity consists of systems of actions and systems of objects totally intertwined with each other. According to Santos, natural nature disappears in the rational (formal, functional and structural) and instrumental organization of landscapes and in their quotidian use. The (particular) territory, landscape transformed by the presence of systems of objects and systems of actions, brings together the social institutions that must mediate the global information of the (universal) space that will reach the place (singular unit) – where the space is empiricized, where man live their daily lives and experience global verticalities, in the horizontalities of ordinary relations of contiguity –, and vice versa.

In this dialectical, totalizing process, the human being appears effectively intertwined with everything that contains them, product and producer of the place, territory and space. Work organization, thought and disseminated, as information, by the great globalizing forces (through the verticalities), reaches the places and is assimilated by the people in the organic solidarities (through the horizontalities), which produce and reproduce life and society, in a process that is, also, intersubjective, producer of symbols, of communication, transforming individuals into subject. So, if there is the possibility of global information being resignified in the daily routine of the place, there is the possibility of a movement towards a symbolic elaboration of the world and its contingencies, that is, a movement of humanization of life. Such connection, tense and dynamic, allows us to think about what the mental exhaustion theory proposes about a *dominated work*, whose control needs to be regained by the worker. Or, even, about what Dejours' psychodynamics proposes about the importance of the conception of work and its public recognition (by peers) as fundamental element for the good maintenance of mental health among workers.

Thus, based on Santos' theory of the space, we can consider Uberization, its discourses and practices, as global information: it must be analyzed and digested by the institutions of the territory, which mediate its relation with the place, because its tendency is the imposition of a rationality and a temporality foreign to the local life. The mediation of the territory also receives the influences of what is produced by the people of the place as resistance, or reproduction. This enables us to understand the importance of thinking about people's health as something permeated and constituted by the everyday political sphere. Therefore, in order to be healthy we need to be, first of all, autonomous to understand our past, our present and to plan and produce our future, because, thus, we would be able to understand and control the organization of work, as proposed by the theories associated with WRMH, highlighted above, as we would be able to strengthen the social relations of the place, symbolically enriching the subjects, the workers, enhancing their capacity for communication and, thereby, for collective and political organization.

On the need to think about man as a political being, more than simply a consuming individual, subjected to the economic model, in his book *O Espaço do Cidadão* [The Space of the Citizen], Santos (1987) resumes the idea that the territory should be understood as a category of social analysis and not just as something continent. Thus, he proposes a citizenship based on culture and the pursuit of a more egalitarian use of the territory by the people of the place. Citizens' action should happen as a praxis, which is evinced by their need to flee from the alienation of market goods and services and, therefore, free themselves from the things they create, ending any distortions of reality. If controlling work, resuming his conception is producing health at work, controlling the organization of the place, of

everyday life, participating democratically, as a citizen, is also producing health. Everyday actions, if politicized and democratically constituted within representation groups, act on the territory and its institutions, suggesting and forcing the directions of their mediation towards globalizing verticalities.

However, this is not what we have been observing today with the weakening of class representation entities (unions), with the increased narcissism and subjection (Castro & Casadore, 2018), understood here as the results of the advance of the neoliberal ideology: there seems to be a major asymmetry in the materialization of this conflict between the global and the local spheres, between the organizational solidarities and the organic solidarities⁵¹ of the place. Santos (1996; 2005) provides us with what he called informational technical-scientific environment to enable us to analyze the dynamics of events taking place in the territory. Such concept would represent the materialization of globalization and would enable us to think more clearly about uberization, as an advance of the systems of objects and of the systems of actions that strengthen this same globalization that is intended to be univocal and unquestionable. It also enables us to understand how information (which the author recognizes as a form of human interaction without symbolic production) has occupied a central place in the production of the contemporary capitalist world.

The territory shaped by technology and science over the centuries has come to be strongly impacted on its organization, due to the presence of new information technologies that transform the space as a whole. If previously information came through devices that enabled us to distribute it quickly, but with some difficulty to follow its impacts and resignifications – produced by people in places –, today, with the help of algorithms and artificial intelligence, the whole process is analyzed quickly, almost simultaneously. The rationality that controls and organizes the space, the systems of objects and the systems of actions, affects the productive system, institutions and social relations in a forceful way, changing the economy, politics and human sociability and, quickly, receives a feedback of the impacts achieved by the use we make of the space (actual and virtual), which is massively controlled by digital platforms, through data that social institutions and we ourselves provide, most of the time, voluntarily, through our use of the various virtual environments, connected to the internet.

Coordinated with the concept of informational technical-scientific environments, we find the concept of psychosphere with which Santos (1996, 2005) explains how the content of this information is produced and distributed throughout the space, even before the current information technologies connected to the internet. It reaches places and transforms their unique temporalities, even before material transformations, that is, new objects arrive inducing technical, scientific and technological transformations. Individuals, groups and institutions must be convinced to assume the new trends of the totalizing totality that globalization wants to conform and control, imposing the informational technical-scientific environment and at the same time trying to control the resistance to it, producing new meanings for the existence in the place. New systems of objects and systems of actions begin to coexist simultaneously in the territory and make very difficult the non-alienated

51 At various times Milton Santos is clear about the absence of an ethical content when he uses the term solidarities. In writing, that can also be found in his book *A Natureza do Espaço: técnica e tempo – razão e emoção*.

understanding of the meanings proposed, by a fast and foreign temporality, evincing what Santos (1996) called the roughness(es) of the territory.

This idea of roughness allows us to understand the different forms of work organization that are evident in the same place, revealing the concomitance of different levels of technical development in the same territory. Even before we can understand and digest, as a society, the transformations of a given period, we are subjected to even more complex new transformations. Nowadays, the old systems for producing and disseminating information have been supplemented with new elements, even before we had full understanding and effective tools to deal with the old ones. We are linked to new electronic devices connected to the internet, which have multiplied our possibilities of sociability, but also our visibility and our subjection to control. As much as we know this, we are not willing to relinquish the advantages provided by the new devices, just as we did not let go of the old devices that represented major technological breakthroughs in times of yore, such as radio and television. As many have already concluded, it is not about reviving Luddism; we have to plan the design of new technologies and a more autonomous use of devices, in addition to regaining control of the information we produce and share.

In this regard, fake news and our difficulty in dealing with freedom of expression are very eloquent cases, because we constantly find ourselves dealing with what is and what is not censorship. Often, we are afraid of the way information has been used, today, through social networks, but we have not yet been able to discuss, as an organized and autonomous society, how we will regulate, or not, what is transmitted in the virtual environment, since these contents can have as some of their consequences, for example, the propagation of hatred and prejudice. Moreover, the use of our data by large corporations, through our incomprehension and uncontested acceptance of their usage policies, as in the case of many of the applications in our mobile phones, demonstrates our incomprehension and lack of control over what surrounds us. Except for the fact we want to consume, what certainty remains for us as society? We increasingly want computers, cell phones, tablets, smart TVs, but we have great difficulty understanding the responsibility for their use, as well as the use we make of all objects installed in the territory.

This misunderstanding refers to what we have observed in our society and in its institutions, considering the uberization of work. Its technical, scientific and informational transformations have reshaped our cities and our sociability, based on a foreign rationality, imposed at a distance in the materialization of the information brought within the electronic devices that inhabit the places, enabling organizational solidarities to supplant the organic solidarities of the place.

To think that there is a great apparatus trying to build meanings for our existence and that it has somehow succeeded seems madness. However, if we accept what Santos (1987) proposes, that we assume a citizenship based on consumption and that, in addition, we live based on a neoliberal ideology, which would be the basis of individualism and self-exploitation – facts much emphasized by the authors who study the impacts of the current world of work on workers – we could even conclude that there is no longer a need for major efforts to control us. It seems that we have had considerable difficulties to understand what happens around us, we are immersed in contradictory information that no longer allows

us to know what is true, or false, we distrust everything and everyone and, to complete the equation, we can live a “tailored” world, an world personalized based on our interests, on the screen of our mobile devices connected to the internet, which we carry as prosthetics everywhere, at all, or almost all, times of our life. We like it so much that we had to design apps to remind ourselves that we are spending too much time using the devices and that we should spend more time with what we conventionally call(ed) reality.

We are fascinated by what controls our existence and makes it precarious, whether at work or outside of it. It is also a fact that there is increasingly more cases of illness directly associated with the use of electronic devices connected to the internet. However, if we remember our old difficulty as to understanding the nexus between mental health and work, in already old work organizations, it is evident to assume that we will have many problems to understand and explain the illness of app-based platform workers, or even the illness of people who, at this time of pandemic, are working remotely from a home office, connected to employers through the internet. We have much to study in our attempt to understand this new work setting involving devices connected to the internet, social networks and applications, which organize a new space, a new way of working and living.

Understanding that there are centers for producing and disseminating information to facilitate the local absorption of the new forms, functions and structures that will be imposed on the territory perhaps helps us to comprehend how difficult it is for many to see the complexity of man’s relationship with work, as well as its correlation with health, which goes far beyond a “biological machine” in good working order. It becomes easier to understand the insistence of some and the impossibility of others to deny the causal link between health and work. We think that all this opens the way for us to understand and try to intervene in order to deconstruct the ideas that support the belief that we are always needing to specialize more, that we are always to blame for our unemployment, our failure, our accidents and our deaths, so present in the subjectivity of the subordinate self-manager of uberized work, as argued by Abílio (2019, 2020).

Therefore, we believe that we should bring Milton Santos’ work closer to Psychology, so his understanding of the relation between man and the space can strengthen us theoretically and methodologically. We believe that understanding the world based on the place provides more concreteness to life and facilitates the conception of existence, in addition to enabling a scientific work more engaged with the transformation of reality; it is much easier to see possibilities of action in your street, your neighborhood, or even your city, than in the whole world.

Empirically, Santos (2004) shows us how in cities this dialectic between a global and local order would be visibly expressed in the economic relations between two circuits that work in an integrated manner: the upper circuit and the lower circuit of the economy. The first is presented as an expression of the global order, totally permeated by the newest technologies, by intensive capital and by the financial system and by modern productive and service systems. The second is based on informality, on creativity for income generation in the face of the contingencies of the world of work, on the use of older technology and on intensive labor. Despite the differences, such economic circuits of cities would function

in a complementary manner, but characterizing completely different uses of the territory and maintaining the social inequalities produced within the productive system.

Such study on the urban sphere shows us that at each time the city can be understood through a coherent set of economic, social, political and moral imperatives, which reveals the dynamic character of the space as a totality. This dynamic totality of the city and its intertwined circuits reveal the power of the actions produced in the place, because even if they arise from the lower circuit, from precarious and informal workers, they, in one way or another, complement the upper circuit of the economy and determine its functioning. Let us hypothesize, briefly, that motorcycle delivery workers decided to stop their activities in the city of São Paulo, for a single day, what would be the impact of this for the economy of the country, or even of the world? As Castro (2020) points out, they transport a multitude of things across the urban space, ranging from books and pizzas to state-of-the-art equipment, with smaller dimensions, that arrive at the port of Santos and need to be delivered quickly in the Metropolitan Area of São Paulo. A class of workers like this, organized, could represent a major vector of strength for workers as a whole, especially when we consider negotiations between the global and the local, between capital and labor, for example.

This way of understanding the city enables us to seek the sets of elements that characterize our time, our current modernization, based on the uberization of work, as well as – we believe – enables us to see the strength of ordinary people, which globalization and its information try to erase. Thus, we think that understanding the city as an online and offline space enables us to understand not only the spatial organization and work organization, but another possible role for workers other than self-exploitation, present in the app-based platform works that invade our cities and try to shape them. We hope that this will enable people to re-establish their control over the conception of work and consequently over their health, both inside and outside of work. This evidence collected so far paves the way for our intentions to think about a proposal for WRMH, based on the socio-spatial studies of Milton Santos, who, in his book *Por Uma Geografia Nova [For a New Geography]* (2020), shows his intention to build a geography as an instrument to transform the world.

Whether in epistemological studies of geography, such as *A Natureza do Espaço [The Nature of the Space]*, or in field studies, such as *O Espaço Dividido [The Divided Space]*, it is clear the difficulties imposed for a creative action of people in the face of the dynamics of the informational technical-scientific environment. Despite that, Santos (2020) also seems not to want us to believe that everything is dominated and that any solution is impossible. According to him, the contradiction to everything that has been imposed by globalization lies in the place, which, the more it globalizes, the more it becomes a unique and singular expression of this process, since even with great difficulties, organic solidarities re-signify global information. Then, we are allowed to observe that the subject reorganizes the space by resignifying the information received, in everyday life, through the new sets of elements constituting the current modernization phase. Thus, the author reveals the spatial dialectic of his work: the relations between the place and the territory also show negations and that should not go unnoticed. It is a negation of what is imposed, where, precisely the poorest and most vulnerable have, in themselves, the possibilities, in potential, for subversion.

In our professional experience, we were able to observe the São Paulo motoboys carrying out their daily practices, resignifying the spatial arrangement of the city to produce labor and income, as well as to find ways to feel belonging to this society. Dissimulations and hustles through tactical cunning revealed people's creative possibilities in the face of an overwhelming reality of precarious work and high rates of accidents and deaths. Strategic actions enabled the creation of an identity and collectivities such as associations, unions, among others. However, it is not possible to fail to observe, as in the rest of society, that, increasingly, individual values outweigh a collective bond and commitment toward a future of their category of work.

However, it is possible to find initiatives by motorcycle delivery workers and other couriers aimed at building their own applications, sometimes even trying to be based on principles of solidarity economy. However, they – as all of us – face the abovementioned difficulties, which are not only around, but pervade us as spatial and temporal imperatives. All that leads us to think that, if we want to build a possibility for WRMH in the face of uberization and its great spatial articulation (online and offline), we could leverage the totalizing dynamics of the space proposed by Santos, so as to find ways, together with workers, to analyze and subvert the subjects' lack of control over the current work organization, which we are growing accustomed to calling uberization. If in its theorization we perceive the power of globalization and its instrumental rationality, we also perceive its contradiction and the possibilities of intervention, which involve the politicization of work, health, research, daily life, in short, human life.

As we said earlier, we hope that people who have read so far feel encouraged to find, in the study of the space and its relation with man, a way to continue in their endeavors, whether in WRMH or in other fields and subfields of knowledge. Given the magnitude of Milton Santos' oeuvre and the richness of its content, as well as the complexity of the research field, we know that we are just beginning a long work. However, we hope to find many partners along the way willing to debate and build ideas and initiatives to cope with our reality – currently so overwhelming, either because of the pandemic or because of its orientation prior to it.

References

- Abílio, L. C. (2019). Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 1-11.
- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126.
- Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorim, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca V. P., Kalil, R. B. & Machado, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, 1-21.
- Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2012). *O enigma do precariado e a nova temporalidade histórico do capital*, 2012a. Recuperado de <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/14/o-enigma-do-precariado>>.

Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6.

Alves, G. (2018). *O Duplo Negativo do Capital*. Bauru: Projeto editorial Praxis.

Antunes, R. (1999). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2019) Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, SP: Boitempo.

Castells, M. (2003) *A Galáxia da Internet*. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ, Edição brasileira.

Castro, M. F. (2004) *Asas do trabalho: um estudo do sofrimento no trabalho dos mototaxistas*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, Universidade do Estado de São Paulo, Assis, SP, Brasil.

Casadore, M. M. & Castro, M. F. (2018). Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(209), 23-32.

Castro, M. F. (2020). *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas*. São Paulo, SP: FiloCzar.

Castro, M. F. (2021). A pandemia e os entregadores por aplicativo. *Revista Espaço Acadêmico*, 20, 70-80.

Castro, M. F.; Casulo, A. C. (2020). Pandemia do novo coronavírus e trabalho informal: breves elementos conceituais sobre precariado e subjetividade. *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho*, 25, Ano XIV. Recuperado de <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET25.htm>.

Dejours, C. (1993). Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, J.F. (Coord.) *O indivíduo na organização*. (Vol. 1) São Paulo, SP: Atlas.

Franco, T., Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. saúde ocup.*, 35(122), 229-248. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572010000200006&lng=en&nrm=iso

Levy, P. (1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Ed. 34.

- Manzano, M. & Krein, A. (2020). *A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil*. Campinas: Cesis/Unicamp. Recuperado de http://www.cesis.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-REINA.2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.
- Paparelli, R., Sato, L. & Oliveira, F. (2011). A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. bras. saúde ocup.*, 36(123), 118-127.
- Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2003). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciênc. saúde coletiva*, 8(1), 309-314.
- Santos, M. (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2005). *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2012) *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sato, L. (2002). Prevenção dos agravos à saúde dos trabalhadores: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(5), 1144-1166.
- Sato, L. (2009). Trabalho: sofrer? constituir-se? resistir? *Psicologia em Revista*, 15(3), 189-199.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: EDUSP.
- Seligmann-Silva, E. (1994) *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora.
- Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante.
- Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataforma*. Buenos aires: Caja Negra.
- Uchoa-de-Oliveira, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Rev. bras. saúde ocup.*, 45, 1-8.
- Van Doorn, N. (2017) Platform labor: On the venderem and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. *Communication & Society*, 6(20), 898-914. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369118X.2017.1294194?needAccess=true> Acesso em: 20.11.2020.



METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO RESEARCH IN PSYCHOLOGY IN THE FIELD OF ARTISTIC ACTIVISM

Herbert Proença Lopes⁵²;
Marianne Gois Barbosa⁵³;
Roger Alloir Alberti⁵⁴;
Rafael Siqueira de Guimarães⁵⁵

This chapter aims to systematize some of the itineraries constructed from the methodological perspective, understanding them as know-how processes within the specific field of artistic activism. Our research group has built ways to disobey canons of research, just as artistic activist movements do, having as materiality the power of these movements, collectives, groups, flocks, incorporating us into their transit logics, as well as making alliances with them. Our proposition aims at another politicization of research, smaller and different from institutional politics, since artistic activism blurs the limits of politics, offering aesthetic possibilities that question both the hegemonic modes of art production and the traditional modes of political militancy. Assuming that we cannot categorize artists or collectives as activists or non-activists, we are more interested in understanding their internal logics and

52 Actor and cultural producer, psychologist graduated from the State University of Londrina (UEL), psychology professor at PUCPR/Campus Londrina, Master and PhD student in the Graduate Program in Psychology and Society of the São Paulo State University (UNESP/Campus Assis). Email: herbert.proenca@gmail.com

53 Scene artist, cultural producer, activist, professor, graduated in psychology from the Faculty of Technology and Science, Itabuna, Master in Teaching and Ethnic-racial Relations from the Federal University of Southern Bahia/Campus Itabuna, and PhD student in Psychology and Society from UNESP/Campus Assis. Email: goismarianne1@gmail.com

54 Psychologist graduated from the State University of the Central West (UNICENTRO), specialist in Public Health Management from the same university, and Master from the Graduate Program in Psychology and Society of UNESP/Campus Assis. He currently works as a social psychologist in a Youth Center and with the team of the Casa de Passagem Indígena in the municipality of Irati, Paraná. Email: rogeralberty@hotmail.com

55 Psychologist, artist, cultural producer, and activist. PhD in Sociology, and professor of the Department of Psychology of the Federal University of São João del-Rei and the Graduate Program in Psychology of UNESP/Campus Assis. He works at the interface between art, psychology, and politics, from anti-colonial references of the margins and borders of the world. Email: rafael.guimaraes@unesp.br

how they relate to the political agendas they defend, besides showing the field of practices that engage these collectives or movements, understanding that these propositions are *mestizas*, border, multiple, and seeking refuge, which leads us to reflect on the possibility of a research in this field that does not aim at purity, but rather the wealth of knowledge.

Politics of/in art, dis/decolonization, and processes of subjectivation

We understand art as a possibility to build new possibilities. From our research processes, the hypothesis of a power coming from a group of people interconnected by their differences, or rather, who are from the field of intersection itself, has become increasingly evident. These people are shaped based on their processes of collective construction and an art that is both the power and possibility to announce their political and aesthetic movements. Considering this reflection of the field of arts and activism, Raposo (2015) points that, since Aristoteles, the discussion of the relationship between art and politics has been provoking and questioning the relationship between art as an argument and “discursive art,” proposing a relationship with language, expressions, objectivity, and the abstract as knowledge. Raposo (2015) also states that social movements addressing questions about a possible capitalist opposition emerged from the protests against the Vietnam War in the mid-1960s, consolidating the term “artivism,” considering the political and awareness positioning influenced by the concepts of art and activism.

“Artivism” plays an important role in representing this emerging paradigm that leads to places other than conventional. For Mourão (2015), artivism has its constructions and expressions in both physical public spaces and virtual realities, meeting a political and social knowledge by videos, photographs, and music, within movements in the face of social demands. According to Chaia (2007), two important moments may have originated artivism. The first corresponds to social movements in the struggle for rights in the 1960s, by student debates that occurred since the Vietnam War. The second moment includes technological movements since the 1970s and the emergence of a political knowledge that meet critical thoughts in the face of contemporaneity and social conflicts of the time. The author also points that artivism seeks new possible actions to reach both the micro and macro spheres by its process and tactical interiorization, considering the logic of a critical, ethical, and aesthetic art, being tangential to and developing the knowledge of the other, influenced by education, and concretizing them in social movements.

For Raposo (2015), artivism is a new expression, still in formation, that enables discussion in the face of the potential of art and politics as resistance and militancy in both the individual and collective spheres, highlighting poetic and performative identities as powers. Thus, artivism, in its aesthetic and symbolic influences, is amplified to the extent that we are able to reflect on historical social processes and their changes in order to build new spaces for dialogue and critical production in the political spheres.

In his book on artivisms of sexual and gender dissent, Colling (2019) discusses the different concepts of artivism, activist, and art, based on studies of different authors, and the positioning in front of the expression of sexual and gender dissent, which arises as an emergency to the identity models and relocates itself as a critical and political positioning. For the author, the expression “artivism” originates from people in the art world and researchers

seeking to produce subjectivities and reflections with their art in order to explain politics as a social positioning. He also brings together academic texts that exemplify the term “artist,” reporting the genealogy and etiology of the word, divergences, and/or common knowledge between political art and activism.

Colling (2019) problematizes activism as a scene, a series of debates and positions that imply knowledge, strategies, and powers capable of intervening and moving contexts by their arts (language, aesthetics, music, theater). Guimarães and Braga (2019) state that this political, activist, and artistic process is concentrated by the noises in the gaps, the borders, and in its essentiality, nothing is more political or less political – performances and poetry can be directly influenced by the activist and powerful immensities. “Assessing the political intensity of an act is not just verifying its quantitative impact, but how regimes are brought together, at odds or in conflict, and this point interests us” (Guimarães and Braga, 2019, p. 312). For the authors, no direct relationship exists in thinking that some artists are more political and aesthetically powerful than others, but the whole process of feeling and how these arts affect us and produce meanings.

Research with the body

Research is something you do with your body. Of the various meanings of this statement, one helps us understand how localized processes of researching with art and subjectivity have developed. Talking about the body also involves talking about the insecurities, anguish, and anxieties that inhabit the body of researchers. Talking about the body, the voice that stutters, is seeking an incarnated science, an objectivity that is produced with body(ies), in line with Donna Haraway (1995).

Talking about the body and our bodies brings us closer to Gloria Anzaldúa (2000) and her studies on the notion of self-history in writing. The author, who invites readers to write about what most connects them to life, addresses the notion of self-history not as an autobiographical writing that ends with the author, but a writing that includes collective voices, the stories that constitute us.

Similarly to her, we understand this writing as performance, not as dead objects, concerning the way the aesthetics of Western culture thinks of works of art (Anzaldúa, 1987). Writing ritualizes the meeting of duties between writing and reading and research experiments involving artistic processes also show this performative character (Stubs, Teixeira-Filho & Galindo, 2020), recognizing the inventive potential of research devices, innovations in form, method, analysis, and other formal aspects included in academic research designs.

We seek dialogue with authors who do not avoid affection, who produce counter-hegemonic academic perspectives. These theories can be called critical, post-structuralist, feminist, queer, among other names to refer to non-unitary movements aimed at deconstructing canonical, hierarchical, and colonial structures that shape science. Dialogue strategies have been created, highlighting the special interest in dis/decolonial thoughts that insist on alternatives to the structuring colonialities of knowledge, power, and being. In the sense that we seek, research is close to the notion of epistemic disobedience, defined by Walter D. Mignolo (2008), which is based on the recognition of the border places we occupy in research

institutions. He states that “we need to untie the knot, learn to unlearn, and learn to relearn at every step” (Mignolo, 2008, p. 305; our translation).

We talk about the body to address modes of research that focus on the body, in this case, dissident bodies that have faced contemporary forms of production of exclusion, denial, and death. Bodies are affected by the current violent production of reality that, since the colonial project, has always demarcated bodies in different forms for control, expropriation, abuse, and extermination.

This text want to focus on this insistent way of not being quiet, which has also been done in many ways for a long time. Of these, we aimed at the aesthetic politics of deviant artistic collectives. Research also serves to think about recomposition and re-existence strategies. These strategies are performed alone, but in alliances. Our research seeks dialogue with artists and collectives of artists linked to art production and sexual and gender dissent and who associate the idea of activism with art. These spheres, which are considered inseparable, show that arts are political regardless of what future projects they point to, which is a quite debated, but often invisible topic. In this case, some experiences of activist arts are interested in politics that provoke movements because:

- a. These actions are increasingly occupying the political scene, promoting a rhizomatic movement whose visibility has been considered.
- b. They highlight the signs of dissent and marginality to which they were attributed, including by art regimes, and value positions of difference, as in terms of gay, trans, queer, Black, peripheral, and popular arts, among others.
- c. They invented ways of producing art and life, which were also taken in an imbricated way. Their arts are not the external, the outside, much less the inside, the intimate. They are the means to poetize, express, and be put in the world.
- d. They mobilize confrontation, sharing, dispute, the shout, the gaps, the cracks, and so much more.

The interest in doing research along with these artistic-activist practices has a trajectory. We produced this body of research this way. Collectives connected with each other and so many others in order to confront the political and cultural order surrounding them. These collectives teach how to search: SEARCH TOGETHER, search involved, search positioned. They do not teach conceptual categories to describe them or theoretical classifications to name them, but how to collectively build ways of existing. Air to breathe, from politics of alliance. From these experiments, we were repositioned. We produced emancipatory struggle devices from our places (Lopes, 2018).

We want to dialogue with artistic collectives from several places in Brazil. With these interlocutors, we seek powers to overflow institutional disciplinary boundaries in the fields of psychology and arts, in the academic context, among many others. We are more interested in producing than investigating, creating than understanding, taking research as this strange form of a micropolitics of resistance and production of realities where more bodies and worlds fit.

Research topics and processes are connected with incarnated possibilities of decolonization of subjectivity, which can be learned and exchanged with these collectives, resisting the present, silencing, and oppression in their current forms. They do not act alone, but along with so many other political, theoretical, and artistic initiatives, modes of existence. We propose a cutout to refer to artists and collectives that work with deviant, queer, trans, Black, peripheral, and/or decolonial art perspectives. Of these practices, we are especially interested in those that blur art-making with their ways of life, in line with the idea of “*vidobra*” (life and work) as “the unfolding of existential experiences into works that, in turn, become new modes of existence” (Guimaraes & Braga, 2017, p. 28; our translation).

The topic influences the body of the research, the body of the researcher, and the bodies that intersect in the research processes. Assuming their micropolitical character, they create knowledge and modes of existence, fight for the right to singularity, and invest in aesthetic, political, and social transformations.

Wandering-deriving: from the body to the politics of writing

Recognizing deviations as possibilities to wander by the means of knowledge production holds experimentation and inventiveness for our bodies. Deviating from what is imposed as a norm is not always a conscious choice for (un)organized dissident bodies in Westernized civilizations. We also do not believe that making conscious much of what affects the body is the possibility – this universal thing – of creating ways of life that are not necessarily engendered only in a logic of the destruction of otherness. Along with deviations, we move forward with intuition, witchcraft, the distant and almost faded Tupi chant, the sensitivity to a *repique* playing an *ijexá*, mis-trusting the dotted lines that we scratch to rewrite in us and from us what we want to research.

With our eyes closed, we see how we write. All white, from the sheet where letters give colors to this set of institutionalized norms about how a research routine should be to the universalized conception of consciousness tied to the rationalization of life (Grosfoguel, 2016). Proposing a research implicated with decolonial criticism requires a geo-localized inward-looking, *a priori*. How powerful it is to realize where we are located and move across the borders of this “modern colonial world-system” (Quijano, 2005).

I am then like a complex territory, formed by corners of the third world, made of streets planned and described in the maps of colonizers and staircases ignored and as destroyed as those who build them. In these processes of mapping my (and our) own existence, I have gradually understood my complexity and realized that I must foster a sensitivity and rationality that guarantee I can reinterpret signs and codes of the walls, borders, and neighborhoods that delimit neighborhoods, cities, countries. (Brasileiro, 2018, p. 10; our translation)

We chose to do research with people who experience life from a collective ethic, producing from arts and fostering feminism and queering as knowledge technologies, methodologies for research that tends to dismantle the cisheteronormative/Christian/white logic. “... in this case, in which research creates the field and is created by it: starting from me and by the aimless expansion, I reach the other bodies building the experience... an unmethod is necessary” (Oliveira, 2019, p. 24; our translation).

At this point, we can already say that not everything is white. The fictional existence of some neutrality in science production whiten the plurality of all bodies. As this fiction does not make sense to us, we created our own; “the difference is in my relationship with my culture... This is a way I avoid being sucked into the homogenization vortex” (Anzáldua, 2021, p. 128; our translation). Re-creating with partners other fictions that may have colors, de-formation, border aesthetics. “It is necessary to create another way to understand the political movements of people who resist this modern colonial world-system” (Guimarães, 2017, p. 269; our translation).

One of our many colonial heritages is the mode of knowledge production capable of engendering epistemicides and strongly marked by the fallacious thinking of neutrality and impartiality, in line with Grosfoguel (2016). In this sense, cartography allows us, as researchers, an implication both with the weavings woven in this field study proposition and of people who build these plots from other places, which do not allow impartiality. Gómez and Mignolo state that:

Las estéticas decoloniales, en su doble trayectoria, tienen una importancia fundamental en los procesos de transformación y formación de subjetividades y sujetos decoloniales. Descolonizar la estética para liberar la aesthesis no es ya un hacer que busca la catarsis ni el refinamiento del gusto, sino la liberación de los seres humanos de los diseños imperiales en sus variados rostros. (Gómez & Mignolo, 2012, p. 15)

In the south of the globe, the struggle has taken place in the street, the fields, the terraces, the villages, the universities, the peripheral spaces where indigenous people, Black people, fat people, crazy people, lesbian women, transvestites, gay men, whores, and mystic people are passers-by. Where are we not passers-by? Which spaces cannot reach us? Moreover, what possible beauties can we experience in these spaces? Although the struggle exists, so does carnival, the quadrille, *maculelê*, and several possibilities of “and” that are not limited to the colonialist linearity. These bodies crisscross each other in spaces that are also criss-crossed, rhizomatized. We are here and there, producing. These inventions awaken us to bet on a disobedient research. Understanding that activism is an action in defense of many lives, whether human or non-human, we advocate the invention of research dismethods in the multiple processes of subjectivation by which the flows of desire of dissident people permeate in a territory strongly marked by coloniality. Just as colonization, coloniality influences the way people see the world and organizes power relations, the way we are in the world, and, therefore, how our subjectivity behaves. Thus, we gradually build ourselves in processes of violence by the “diffusion of hatreds and resentments moved in the politics and the aesthetics of terror, the contemporary, which operates a microfascist rationality” (Lemos, 2017, p. 49; our translation).

In contrast, we believe that resentment can make room for re-feeling (Guimarães, 2019). It is not a question of imprisoning us to the colonial condition, but creating alliances to re-build ways of re-existing that place us as people, autonomous political agents. Moving away from passive narratives that only denounce oppression is important. “Creating a new *mythos* – that is, a change in the way we perceive reality, the way we see ourselves, and the ways we behave – *La mestiza* creates a new consciousness” (Anzáldúa, 2005, p. 707; our translation). We also bet on this in-between place that polarizes us on the one hand, but

is rooted everywhere in the con-fluency of cultures and multiple genetic loads that enable a greater amplitude to create powers from the fluency of our subjectivities and bodies.

As we wanted to understand research with our bodies, we closed our eyes. At first, we saw everything white and then many questions arose. They overlapped, intersected in a way that it was almost impossible to rationalize. Hija de Perra, in a text questioning the whitened conception of queer claiming to be another arrow that marks dissident bodies that idealize a binary gender model and continues to stigmatize nonconforming bodies, states:

I am not here, in the south of the world, to decide who is right, I just want to break the illusion and this idealization that mystifies problems, dismantling old beliefs, and I have nothing left to suggest that thinks big! (Perra, 2015, p. 8; our translation)

We like questions, research, and life statements in their multiplicities.

Like herbs, we grow together

Wounds. Many times the artistic activist processes with which we have worked together emerge as a result of oppression and our research aims to embrace them, just as the collectives with which we have dialogued did. Understanding wounds as cracks in the earth, from where herbs are born, as a possibility of another coming-into-the-world has been our exercise. As mentioned earlier, we do not work alone; on the contrary, we put our bodies in motion with artists, wandering with them along the paths of their own investigation, since the production of artistic knowledge is the production of knowledge and therefore involves investigation.

Dialoguing psychology and activist art has been our focus, which involves a look that goes beyond understanding an “object” of traditional research in science and, in particular, in psychology. Our aim is not looking at art from a framing psychology (Stubs, Teixeira-Filho, Galindo, 2020), but understanding our own path as researchers as an (un)educational process, similarly to a guerrilla warfare in dark times, macrofascists and microfascists (Guimarães, 2021).

Weaving slowly, walking together, being born like herbs, we keep on understanding the politics of activist art, political writing, the body placed in research. We do not yet have answers, but we have developed maps-itineraries that are designed, blossom, and connect in collective process. Itineraries of sowing, flowering, crops, infusions: images constituting the ways we have experienced with those who walk with us and who came before us, occupying a space in the University, opening gaps, alleys, and cracks.

References

- Anzaldúa, G. E. (1987). *Borderlands/La frontera: the new mestiza. Aunt Lute*, San Francisco, 119-131.
- Anzaldúa, G. E. (2000). *Interviews*. In: Ana Louise Keating (org.). New York and London: Routledge, pp. 242-245.

Anzaldúa, G. (2005). Borderlands/La frontera: La nueva mestiza. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis v.13, n 3, p. 704-719.

Anzaldúa, G. (2021). *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Trad. Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora.

Brasileiro, C. (2018). Prefácio. In: Brasileiro, Castiel Vitorino (Org.). *Devorações: descolonizando corpos, desejos e escritas* Vitória.

Chaia, M. W. (2007). Artivismo-política e arte hoje. *Aurora*, 1, 9-11.

Colling, L. (2019). *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA.

Gómez, P., & Mignolo, W. (2012). *Estéticas decoloniales*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 92.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.

Guimarães, R. S. (2017). Por uma psicologia decolonial (des) localizando conceitos. In: Rasera, E. F., Pereira, M.S., & Galindo, D. (org.) *Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO.

Guimarães, R. S. (2019). Pedagogia micropolítica decolonial na universidade: reflexões sobre modos de re-sentir. *Espaço Acadêmico* 18(207), 29-36.

Guimarães, R. S., & Braga, C. (2017). Vidobras dissidentes na música pop brasileira. *Revista Cult*, São Paulo, 226, p. 28-31.

Guimarães, R. S., & Braga, C. (2019). Ruídos anti-hegemônicos na música brasileira contemporânea: dissidências sexuais e de gênero. In: Colling, L. (Org.). *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero* (pp. 309-337). Salvador: EDUFBA.

Guimarães, R. S. (2021). Guerrilhas estéticas: (des) educação e processos de subjetivação. *Espaço Acadêmico*, 20 (edição especial).

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

Lemos, F. (2017). Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual. In: Rasera, E.F., Pereira, M.S. e Galindo, D. (org.) *Democracia Participativa, Estado e Laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO.

Lopes, H. P. (2018). *Cartografias de vivências trans: experimentações teatrais e modos de subjetivação* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, Brasil.

Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.

Mourão, R. (2015). Performances artistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 4, 53-69.


Oliveira, C (2019). *Fantasmografias: sexílio, arte e ativismos cuirdecoloniais na transfronteira méxicobrasileira*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade)–Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 274 f.

Perra, H. (2015). Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, 2.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Buenos Aires: Clacso.

Raposo, P. (2015). “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de arte e antropologia*, 4, 3-12

Stubs, R., Teixeira-Filho, F.; Galindo, D. (2020). Experiências e apontamentos para a pesquisa em Psicologia Baseada nas Artes. *Rev. Psic. e Sociedade*, 32.



CROSSED STORIES OF TERRITORIES BETWEEN SCHIZOANALYSIS AND QUEER STUDIES: DECOLONIAL APPROXIMATIONS

William Siqueira Peres⁵⁶

This article presents some questions from a study entitled *Conversas nada inocentes entre a Esquizoanálise e Estudos e Perspectivas Queer: aproximações (decoloniais) ético-estéticas-políticas* (Far from innocent conversations between Schizoanalysis and Queer Studies and Perspectives: ethical-aesthetic-political (decolonial) approximations). Bibliographic studies on the emergence of schizoanalysis and queer studies and perspectives show that these epistemological categories offer compatible critical analyses of the contemporary world by breaking with the classical system of thought.

This system neither admits the prerogative of doubt nor the pluriversity of events. Descartes (1983), among other rationalists, by privileging the notion of certainty, finds that as a state of generalized doubt becomes the discovery of the first truth, the latter organizes all other possible truths (restricted to the centrality of an “I”), inaugurating the order of reason. However, Descartes finds that a volitional system can confuse the understanding of sensory perception and action, leading pure thinking to safeguard its errors and conquer the true knowledge it takes as a reference for life (Descartes, 1983, in Cassiano & Furlan, 2013, p. 372).

Against this Cartesian centrality, schizoanalysis

[...], within a broader movement of centralization of the cogito and the recovery of the dignity of the body as a source of meanings consciousness does not know, operates its criticism of this classical notion of subject, initially affirming its process of constitution, that is, instead of affirming the centrality of consciousness identified with one's own thoughts, it refers to moving it to the margin of a process of which it is the sign rather than the cause, claiming that thought has reasons consciousness does not know (Cassiano & Furlan, 2013, p. 372; our translation).

⁵⁶ Professor of the Graduate Program in Psychology at UNESP/Assis and member of PSICUQUEER - Group of Studies and Research on Queer Culture and Collective.

Schizoanalysis states that the “I think,” taken as a Cartesian central point organizing the world and its relations, becomes a variable point in its relation to the world since they constitute folds of several relations avoiding a univocity over others as they configure force relations impregnated with other meanings (Deleuze & Guattari, 1996), thus referring to proceduralities configuring force relations which, by weaving the world and its relations, escape univocity toward other experiences breaking previous formations.

Following the criticism to cogito and true and absolute knowledge, queer studies and perspectives also question the notion of the individual and closed ideas of relations, analyzing the notion that identity would restrict itself to essence and totalization.

The starting point of the criticism to the crystallization of the “I think” queer studies and perspectives triggered revolves around queer, rather than presenting itself as a closed identity reduced to an absolute individuation, criticizing identity – as per Anne Marie Jagose (1993) – by deeming the subject as multiple and diverse and, thus, composed of a hybridization breaking with homogenizing processes.

David Córdoba (2005) states that identity, as a concept centered on the cogito, is used in an abusive and reductionist way and urges a criticism of the notion of identity as an anti-essentialist position, denying attempts at naturalization, fixity, and totalization (Peres, 2013).

In their exhaustive criticism of the universalization of the crystallized subject, Córdoba (2005) and Penedo (2008) agree that the discursive space in which identity emerges is unable to determine it beforehand since the affirmation of the latter emerges by resignifying itself in an open, continuous, procedural, and sometimes contradictory space, often deconstructing other possible forms of identity.

Queer studies and perspectives critically analyze the forms of theorizing and conceptualizing the subject which appropriate binary, sedentary, and universal ways of treating corporalities and their human expressions, always considering their multiplicity and associated social markers, such as class, sex, sexuality, race, ethnicity, gender, age, and social, geopolitical, and cultural location.

Schizoanalysis and queer studies and perspectives come close to each other in their social and political analyses of life and its relations, criticizing binary and sedentary systems of thought that reduce and crystallize bodies into arid and totalized identities. This would be our first impression of the possible encounter between these epistemologies and their deconstructions of the philosophy of the cogito and the regimes of truth reducing the complexity of life to the imperatives of norm, the regulation, discipline, and control of dissenting corporalities, and the impositions of biopower and biopolitics (Foucault, 1986), refusing to yield to necropolitical regimes (Mbembe, 2018).

We assume that, despite schizoanalysis and queer studies and perspectives having emerged in different geopolitical territories, their problematizations intersect each other when we expand the idea of geographic territory to existential experimentation as both movements stem from collective and community insurgencies in public spaces; more specifically, political street uprisings.

Thus, this article aims to summarize the analytical devices of each epistemic dimension (schizoanalysis and queer studies and perspectives) historically, politically, and conceptually and dialogue with markers of differences (or intersectionalities) under decolonial perspectives (Lugones, 2014; Akotirene, 2020; Vergès, 2020).

The schizoanalytic device

Schizoanalysis emerged in Paris/France in the 1960s as the May 1968 marches on Parisian streets enabled the encounter of philosopher Gilles Deleuze and political activist (later psychoanalyst) Félix Guattari. Brought closer by their similar worldviews, they joined forces to fight against fascism and the binary, essentialist, and totalizing derivations resulting from the biopolitical control and regulation of the population. The duo rejected capitalist bourgeois democracy and the proletariat dictatorship in force (Baremlitt, 1998); a movement gathering workers, students, intellectuals, homeless people, housewives, gays, sex workers, and other sectors of civil society featuring several intersectional expressions and many other markers of difference to demand respect for differences and social and political rights and criticize the idea of a crystallized, binary, essentialist, and totalizing identity in favor of the emergence of procedural and diverse subjects composed by the multiplicity and variation stemming from broader existential compositions.

The questions based on this wider philosophy of difference denouncing sedentary, segmental, and universalizing systems of thoughts highlights possibilities for new perspectives on human relationships, opening the prospect of steering away from classical readings taking “man” in its fascist and deterministic conception as the great centralizer of the history of knowledge production. A criticism of the reductionism of official, unique, true, and colonial history.

Gregório Baremlitt (1998) claims that schizoanalysis interestingly synthesizes universal history by offering us clues to assess how the world finds itself in contemporary times and by providing perspectives for the future. These analyses would design strategies to produce life and possible elements he calls “active utopias” (Baremlitt, 1998, p. 115).

Following his thought, we find these “active utopias” mean that, despite the historical relevance of previous events, the idea of an universal history must be treated with irony since we need to distance ourselves from the intention of universalizing facts and crystallizing discourses and images intended as final and eternal and that consider social diversity, politics, and culture join each other to make up stories (in the plural) in their various contexts.

This criticism of universal history taken as a regime of truth resists denying its existence, but as Baremlitt (1998) points out:

[...] just as it is necessary to study the part of history that obeys the laws, that is, that is regulated by a certain determinism, it is not less important to remember that what really constitutes the engine of history as permanent becoming is Chance, the great encounters and unexpected, unpredictable, radically new events. We add that there is no Unitary Universal History; an abstraction designed to give coherence to a course that is actually composed of innumerable different processes, each of which in its own *sui generis* time, and whose mutual correlations are sometimes possible and other

times are impossible to come into effect; they are untimely (Baremlitt, 1998, p. 116; our translation).

Schizoanalysis criticizes both universal and reductionist history and all theoretical postulates aiming to set the world and its subjects into stone, committing itself to sociohistorically and politically locating how events emerge to question their procedurality and genealogy and analyze the emergence and provenance of facts, i.e., how and from where important events emerge within a field of force to produce a possible new.

Following Gilles Deleuze and Félix Guattari (1998), the historical, social, and cultural perspective of production takes place in its collective composition stemming from multiplicity. Thus, they claim that

A multiplicity is defined not by its elements, nor by a center of unification or comprehension. It is defined by the number of dimensions it has; it is not divisible, it cannot lose or gain a dimension without changing its nature. Since its variations and dimensions are immanent to it, it amounts to the same thing to say that each multiplicity is already composed of heterogeneous terms in symbiosis, and that a multiplicity is continually transforming itself into a string of other multiplicities, according to its thresholds and doors.

Following this reference of multiplicity, we may say that the universe processing existence is possible from its effect on a territory. Although initially referring to geographical, territorial maps, the authors broaden this dimension toward what they define as existential territory.

Saraiva (2012) claims that a territory can be mapped as a well-delimited space composed of meanings attributed to social and cultural significations, identity expressions, and immanent power relations, characterizing what we may call the territory-State and its geographical, political, and cultural composition. A geographic concept of geopolitical locations associated with the physical space people inhabit and produce.

Deleuze and Guattari (1995) propose we think about what they call existential territories, broadening the contours of surveying maps to evaluate their interior compositions. Suely Rolnik (1989) describes this dimension in the interstice of maps of existential territories as complementing geographical territories since the latter show us the visible and limited, demarcate surfaces, and establish the limits between territories and the possibilities of deterritorialization to become other territories following the concrete plane of their (re) composition. Existential territories enable us to chart their desiring composition and, in turn, the processes of subjectivation constituting us as subjects in social, political, and cultural contexts.

Following this perspective, we can define subjectivity as how bodies are placed at the disposal of the social field and traversed by discourses, images, beliefs, and meanings produced by power relations, opening a precedent to claim that the body is political and thus subject to a field of forces which at times normalize it and at others, singularize it. Stemming from subjectification processes, corporalities manifest themselves either by norms, laws, and contracts or by singularization means, inventing new existentializations.

The constitution of existential territories comprising both the biological and the desiring body can be evinced by both regulatory and disciplinary devices (Foucault, 1985) and by

counterapparatuses (Alvin, 2012), counterpowers that, via resistance, create strategies evading normative regulations and inventing new singular and creative territories.

These territorial compositions oscillating between normalities and singularities are tessituras produced by lines defined by Deleuze and Guattari (1995) as hard, flexible, and of flight. For them:

- hard or segmentarity lines compose large, stratified molar sets, such as social classes, sex hierarchies, gender, race, ethnicity, and other markers of stigma operating inequalities, which we may call lines of intersectionalities imprisoned by imperative discourses of the norm;
- flexible lines compose the molecular plane of relative destratification in rhizomatic compositions, ever-moving flows and becomings distanced from the imprisonment of strata;
- lines of flight and creation break away from strata and absolute destratifications, establishing connections to create and invent new fields of existentialization and favoring the emergence of the becoming and the exercise of freedom.

We recognize these lines mixing and interfering with each other by how they affect the aesthetics, functions, and expressions of corporalities and by how the latter position themselves before the subjection and confrontations stemming from systems of oppression and privileges (Lugones, 2014; Akotirene, 2020)

If we follow these guidelines announcing the tessitura of territorial compositions arising from disputes in the field of forces, between hard lines trying to crystallize every mode of existence and lines of flight promoting openness to creation, variation, and emergence of the new, the reductionist and universal epistemology wavers, entering a crisis and a state of disturbance, showing the inconsistency of its paradigms.

The announced crises of paradigms and systems of thought become apparent before new deterritorializations of normative ways of living. In view of this, the idea of transcontemporaneity seems fruitful. Television, cyber messages, and the production of interpersonal relationships evince the emergence of new subjects suffering from abjection or the exclusion of their right to rights and the maintenance of privileged groups.

Rosi Braidotti's (2006) idea of transcontemporaneity amidst the 20th- and 21st- century landscapes announce paradigm crises due to whirlpools of becoming claiming for access and visibility in the face of the emergence of new existentialization and location policies, evincing the need to always treat knowledge as partial, transitory, and temporal (Rich, 2010; Haraway, 1995).

Braidotti (2006) would claim that transcontemporaneity

[...] indicates an intertextual, cross-boundary or transversal transfer, in the sense of a leap from one code, field or axis into another, not merely in the quantitative mode of plural multiplications, but rather in the qualitative sense of complex multiplicities. It is not just a matter of weaving together different strands, variations on a theme (textual or musical), but rather of playing the positivity of difference as a specific theme of its own (Braidotti, 2006, p. 20).

The schizoanalytic perspective can question the transition processes stemming from these crises, considering the criticisms it can make of sedentary systems of thoughts feeding on binarisms, reductionist concepts, and universal images and values. Hence the need to question the contemporary and to analyze and contribute to reviewing and resignifying concepts, values, images, and discourses that lose their validity and coherence as they crystallize in time. Schizoanalytic analysis can build new existentialization maps as it can geopolitically localize and politically question events.

Moreover, Gilles Deleuze and Félix Guattari would claim that

Schizoanalysis does not pertain to elements or aggregates, nor to subjects, relations, or structures. It pertains only to lineaments running through groups as well as individuals. Schizoanalysis, as the analysis of desire, is immediately practical and political, whether it is a question of an individual, group, or society. For politics precedes being (Deleuze & Guattari, 1996, s/p.).

Schizoanalysis configures an intercessory methodology for desire micropolitics, subjectivation modes, and the macropolitical field and its modes of production within their sociohistorical, political, and cultural contexts. It focuses on how mapping geographical and existential territories activates forces and distributes lines, activating force fields, evaluating alignments (whether of hard, flexible or flight lines), and composing what Deleuze and Guattari (1995) call a rhizome since:

A rhizome has no beginning or end; it is always in the middle, between things, interbeing, intermezzo. The tree is filiation, but the rhizome is alliance, uniquely alliance. The tree imposes the verb "to be," but the fabric of the rhizome is the conjunction, "and. . . and. . . and. . ." This conjunction carries enough force to shake and uproot the verb "to be." Between things does not designate a localizable relation going from one thing to the other and back again, but a perpendicular direction, a transversal movement that sweeps one and the other away, a stream without beginning or end that undermines its banks and picks up speed in the middle. (Deleuze & Guattari, 1995, back cover and p. 37).

Schizoanalytic questioning follows the production of subjectivity in the continuous social register, the raw material of every manner of constituting life (Guattari & Rolnik, 1986), showing how subjects constitute and question existentialization modes and their alignment.

Schizoanalytic analyses of desiring processes and subjectivation modes definitively criticize the idea of structure and totalization and break with binary and universalizing systems of thought which insist on reducing life to a simple mechanism of opposition between ways of living and biopolitically regulating bodies and their pleasures.

The queering device

Queer studies and perspectives emerged amidst street political movements in the 1990s, the AIDS pandemic, and denunciations of the white, cisheterosexual, Christian, and Eurocentric model of a single identity controlling and regulating bodies (Córdoba, 2008). Within this logic, and akin to Deleuze and Guattari, given May 68, queer studies and perspectives theorists criticized this binary, essentialist, and Christian identity model, as had schizoanalysis, although in a different sociohistorical and political moment. Queer activists and theorists denounce the ethical, aesthetic, and political reductionisms criminalizing, demonizing, pathologizing,

and excluding non-heterosexual corporalities outside a binary and essentialist gender model which until then reduced them to biological sex and its reproductive function.

A queer political and emancipatory perspective first calls for the historical rescue of the term “queer” and of the uses which were being built around a human dimension whose existence medical, psychological, legal, and religious institutions and their knowledge/ disciplinary and regulatory powers deny or receives and abject treatment, deemed non-human, monstrous, completely devoid of rights to rights and excluded from access to citizenship.

We must first explain that “queer,” rather an adjective, is a verb indicating the idea of “queering.” Thus, we can neither speak of a queer identity nor that is limited to a set of identity letters, such as LGBTTTI (lesbian, gay, bisexual, travestite, transsexual, transgender, and intersex), rather referring to all existential expressions breaking with the imperatives of the norm and power regulations. This sets a precedent for rethinking the aggregation of the letter Q in the usual current acronym, LGBTQIA+.

Also, rather than belonging to a binary and universal register, queer constitutes a human expression in constantly multiple, heterogeneous, and polyphonic becoming-in-action proceduralities under production.

It resembles a nomadic composition (Braidotti, 2000) of life, criticizing any totalizing generalization and configuring an ethics, aesthetic, and criticism of a fixed and final identity.

The insurgency of queer studies and perspectives takes place during the 1990s, stemming from the political and social struggles of gay and lesbian activism in the United States and the United Kingdom where they hold a hegemony of the public space, i.e., the streets. The movement criticized identity and its closed territory and was joined by other claims for rights under an intersectional perspective, such as class, race, ethnicity, sexuality, gender, age, geopolitical location, body size and weight, and diversities in desiring modes, emerging later in other countries.

This sociohistorical, political and cultural period was marked by several crises, including that of HIV/AIDS; the criticism of heterocentered, white, and colonial feminism; and political and cultural crises capitalism and cisheteropatriarchy had assimilated, which will give visibility to gay culture after Pink Money. This capitalization of LGBTTTI corporalities will give rise to various commercial activities, such as nightclubs, bars, tourism agencies, and other instances of exploitation of this population.

Inspired by the activism due to the AIDS pandemic, we highlight groups such as ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power), consisting of HIV-positive people, drug users, gays, lesbians, travestites, transsexuals, sex workers, Black people, and other minorities who were dissatisfied with the treatment they received from the state. Javier Sáez (2005) finds two main reasons for the importance of ACT UP:

(1) they could gather several collectives working separately (Black women, women in poverty, drug users, sex workers, gays, lesbians, transsexuals, travestites, hemophiliacs, homeless people, etc.) to denounce state neglect and its responsibility in excluding several groups;

(2) questioning many traditionally privileged civil rights groups' defense of integrating sexual and gender dissidents within established normative standards, negotiating quotas and/or access to power. Such proposals often arise from groups which, despite their "sympathy" to social movements, failed to experience the daily lives of those oppression systems excluded. Thus, the former may propose mistaken actions which would only soften the violence toward socially excluded victims.

Against these groups set to "accommodate," ACT UP introduces "anger," the direct and explicit denunciation, boycotts, public acts, and interventions in churches and government bodies challenging the social order and the good customs of these universal normative practices and discourses.

Many LGBTTTI activists who participated in ACT UP began to question the possibility of expanding references of a dualistic identity demarcated by heterosexuality and homosexuality, expressing their unease in the face of normative standards restricted to binary oppositions and universalizing models; concerns which favored ACT UP to use the queer expression "Queer Nation" in the summer of 1990.

Many groups emerged since its creation and, with them, questions on crystallized identities reducing human beings to a single and totalized reference. In their discourses, these groups begin to question multiple categories subjectifying subjects, adding other identity markers to sexual identities, such as social class, race, ethnicity, gender, and generation to deem individuals as inhabited by multiplicities and definitively abandoning analyses and conceptualizations restricted to "I," unit, pattern, structure, identity, paper, and repetition.

Their practices appropriate street strategies and direct confrontation of power, following references in popular culture and the struggles of Black, hype, feminist, pacifist, and trans movements to their own style of confrontation, such as creative manifestations in public vigils, performatization, and gay and lesbian "kiss-ins."

Queer Nation and Out Rage activists radically reacted to how American gay and lesbian movements for equality between straight and gay people had been operating (with timid adaptations to the contemporary model of phallic and heteronormative society). For these activists, the analyses confronting homophobia and lesbophobia the gay and lesbian movement had carried out remained within an assimilationist perspective, whereas the claims of the former surpassed these limits to transform public discourse on sexualities, destabilize the boundaries between public and private spaces, denounce the naturalization of heterosexuality, and claim the insurgency of new discourses and sexual and gender connections. Years later, rights claims grew, giving rise to new struggle agendas: for travestites, transsexuals, intersex, non-binaries, the pansexual, and other sexual, racial, ethnic and gender desires.

From the political barricades to desire in queer activism and its dialogue with academia, some activists (who were also academic researchers) organized new study and research fields which have increasingly gained visibility and importance in academic agendas: queer studies and perspectives.

Alongside queer activism, Suzana Lopes Penedo (2008) finds the first occurrence of the word "queer" in academia in 1990, with the publication of Eve Kosofsky Sedgwick's (1998)

Epistemology of the Closet. Judith Butler published her famous *Gender Trouble*, which would become the reference book for queer studies and perspectives researchers worldwide. According to Penedo (2008), Tereza De Lauretis uses “queer” in the introduction of a 1981 special issue of *Differences*.

David Córdoba (2005) highlights that the origin of the word queer lies in the English insult toward gays and lesbians. However, as gay activists began to appropriate the word as their own description – in such a way as to render the only person capable of appropriating and identifying “queer” are those in those situations –, subverting the stigma belittling and excluding the LGBTTTI community and resignifying their existence into positivity and pride.

Many Latin American scholars have proposed a translation of the term closer to their local reality, discussing it under a decolonial perspective proper to the global South, suggesting the use of “Cuir” (Travez & Cols, 2021).

Penedo (2008) claims queer studies follow three lines of questioning:

1. (1) mapping the inequalities among societal sectors affecting intersectional categories of social class, race, ethnicities, sexualities, gender, among other social markers of difference;
2. (2) cultural discourse analyses ignoring both gays and lesbians’ psychosocial and political emancipation and other intersectional dissent to normative discourses;
3. (3) strategies to legitimize and positivize sexual and gender dissent to theorize the insurgency of queer desires and subjectivity, breaking with any association with crime, sin, and pathology.

Queer studies and perspectives propose hybridization (based on Donna Haraway’s studies) as the only way to break with homogenizing processes. Thus, Penedo (2008, p.19) claims that “hybridization is a process manipulated from the queer point of view because it can be approached from an individual point of view, that is, naming the queer can only be done in its own name” (our translation).

Following Penedo (2008), the flagship of queer questioning relates to the uses and abuses of identity since these theorists deem it exclusionary if situated as an individual mark opposed to other social identity markers, restricting it to a antagonizing and fascist place in the world.

In this line, David Córdoba (2005) points to the urgency of criticizing the notion of identity as a unified territory and defining an anti-essentialist position to deny attempts at naturalization, fixity, and totalization.

Alongside such criticism of identity, we find questions to the very notion of interiority which have appropriated Judith Butler’s (2003) rejection (in her studies on gender identity) of the sex/gender/desire system and its complementary determinants and essentialist bias, thus questioning the heterosexuality hitherto treated as universal and obligatory.

Butler (2003) proposes changing the causal Cartesian direction established between sex and gender and distancing it from the naturalization befalling gender, which often confuses it

with the notion (loaded with moral influence) of sex in biological and reproductive physiology. For her, sex and gender naturalization politically reproduces patriarchal cisheteronormativity and demarcates the power exercised by political-moral-Christian technologies compulsorily prescribing heterosexuality.

Thus, we must deem sexual and gender identity as something other than the expression of a natural and/or essential core since such existence of an inner essence constitutes nothing more than the regulatory effect from identity itself, which, in turn, manifests exteriority.

This evinces that subjects are constructed based on complex proceduralities unable of preceding them, leading us to the political space grounding negotiations of occupation of certain places in the world and subverting supposedly universal and immutable normative values, meanings, and discourses.

According to Córdoba (2005) and Penedo (2008), the core of an identity offers a dimension of exclusion and extermination of all other identity markings. By demarcating this dimension of exclusion within identity, Córdoba (2005) assumes that the discursive space giving rise to identity is unable to determine it beforehand. Thus, his stance stems from the possibility of its resignification in open space and iterability, denoting its determinations of meanings and contents as arising by excluding and repressing other possible identity forms.

Identities stem from the effects of a knowledge-power-pleasure relation by which certain identity fixation possibilities repress, exclude, deny, and prohibit other eventual subject positionings. David Córdoba (2005) bids our attention to the production of identity processes as they show that identity fixation entails excluding several other possibilities and concealing this process to give the idea of the essence of an identity.

Following Córdoba (2005), thinking about identity will only be possible if we consider it as a political space in which we can (and do in fact) intervene to modify its terms, redraw its limits, include previously excluded positions, and resignify positions existing.

These identity territory determinants open precedents that question the subjectivation processes individualizing and imprisoning subjects in a single identity. Thus, Paul B. Preciado (2008) proposes that the establishment of normative discourses determining the sexual and gender identities materializing in bodies would take place by means of sex and gender technologies and programs.

[...] a psychopolitical neoliberal modeling of subjectivity that potentiates the production of subjects that think of themselves and behave like individual bodies, aware of themselves as private organic spaces and biological properties with fixed identities of gender and sexuality. The prevailing programming of gender operates with the following premise: an individual = a healthy body = a sex = a gender = a sexuality [...] Dismantling these gender programming implies “[...] a collection of strategies of naturalization/denaturalization and identification/disidentification.” (Preciado, 2008, p. 90).

Transcontemporaneity shows several models of sex and gender programming, marked by sociohistorical, political, and cultural moments in constant update according to knowledge, power, and pleasure negotiations bringing together and/or distancing the actresses and actors involved in social and political processes of emancipation.

We also find several programmers acting on bodies and their modulations of sex, gender, race, sexual orientation, generation, among other intersectional markers, increasing the urgency of these questions toward psychosocial emancipation and policies of rights to rights, and accessibility to life as the greatest value.

Thematic considerations

The textual devices we described regarding “schizanalysis” and “queer studies and perspectives” demarcate common issues as they denounce crystallized territories that produce fixed naturalized identities and thus, systems of oppression and privileges that perpetuate psychosocial, sexual, racial, class, and gender inequalities.

Moreover, both epistemes analyze and criticize all normative processes within the fields of forces making up the geopolitical and existential territory, ironically interpreting the belief on an official, unified, and true history and the power, knowledge, and experiential relationships typical of each territoriality, implying the consideration of their location and conceptual biases.

The general criticisms schizoanalysis and queer studies and perspectives offer question systems of thoughts, utterances, discourses, and images that reduce the events and experiences human corporalities embody into mere effects arising from binary, hygienic, and totalizing discourses that imprison beliefs and desires within crystallized bubbles by the action of bio-power and biopolitical regulations.

In this perspective, we can offer a cartography to maps such existential territories, whether in a larger scale – as schizoanalysis (arisen in the 1960s and 70s), which faced a more urgent need to confront fascist and totalitarian movements in their historical demands of localization – or in a narrower one – as do queer studies and perspectives by looking at specific markers of marginalized groups from the 1990s that, although against the background of the HIV/AIDS epidemic, denounced and pondered the neglect of the colonizing State, which ignored the corporalities hitherto marginalized, neglected, and excluded from access to rights to have rights.

By problematizing the individuals who made up the existential territories within our two epistemic perspectives, the cartography of hard, flexible, and flight lines expands analyses of the necropolitical effects of controlling and regulating bodies by, for example, mapping the production of systems of oppression and privileges arising from intersectional elements proliferating over corporalities dissenting from cisheteronormativepatriarchal corporalities, white privileges, and ethnic hygienism. These epistemic perspectives also map the emergence of new ways of living made possible by confronting regulatory devices and announcing that all bodies matter and can live with respect and dignity.

Cartographic analyses of existential territories show us epistemological intersection organized under a rhizomatic perspective, that is, a tangle of lines weaving the discursive forms enunciating the imprisonment of dissent under the imperatives of the norm and map the emergence of new existential fields that render possible the creation of new living stylistics, transforming stigmas into pride, deterritorializing arid and binarized identities, and reterritorializing new identities that resist fixing by taking place in constant constructions.

Our decolonial and intersectional reading of geopolitical and existential territories appropriates Kimberlé Crenshaw (2002) and Carla Akotirene's (2020) "identity avenues," whose intersections multiply the social markers of differences regarding corporalities. These intersections (which we can translated as line entanglement) chart the effects of oppression and privilege systems and become increasingly complex and multiple. Thus, the more intersectional elements their compositions map, the more we will approach concrete psychosocial analyses, evincing the political proportion of ways of questioning existentializations (Platero Mendez, 2012).

For Walter Mignolo (2008), by proposing epistemic disobedience, we must "learn to unlearn" to reconsider the beliefs and concepts restricted to the unique and true history of Eurocentric, white, and Christian colonization. and imposed reductionist epistemic models which denied original peoples' knowledge, culture, technology, beliefs, and arts that departed from this oppressive colonizing model. This generated immense genocides of Indigenous and African populations and later of women, of the LGBTTTTI, of the disabled within capitalist production, and of the impoverished and peripheral. In short, it led to the denial of dignified life that, despite arriving so many years ago with colonization, remains present in contemporary systems of thoughts and interpersonal relationships.

From these cross-references, we propose a cartography to analyze the identity crystallization processes in sedentary territories by the values and discourses of hegemonic power to confront these models by movements resisting and opposing powers and announcing the emergence of new discourses, corporalities, and images that are strengthened by the emergence of schizo and queer subjects and of political devices to promote social, sexual, racial, and gender rights and emancipation. At the same time, they evince political positions questioning the devices of Eurocentric colonization and imperialism that promoted so many genocides and epistemicides; these questions open precedents to affirm the emergence of a new political psychology committed to decoloniality and thus, to expanding analyses that consider the social markers of difference and their intersectionalities.

These denunciations and political propositions approximate these epistemic intersections, bid us learn to unlearn the binarized and hygienist concepts which produced (and still produce) genocides and epistemicides of human differences, and require we lend greater importance and appreciation to becoming bodies. Let us take life as the greater value.

References

- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Ed. Jandaíra.
- Alvin, Davis Moreira. (2012). O que é um contradispositivo. São Paulo: *Cadernos de Subjetividade*, p. 78-85.
- Baremlitt, Gregório. (1998). *Introdução à Esquizoanálise*. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari.
- Braidotti, Rosi (2006). *Transposiciones: sobre la ética nómada*. Barcelona: Gedisa.
- Braidotti, Rosi. (2000). *Sujetos nómades*. Buenos Aires: Paidós.

Butler, Judith (2033). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Córdoba, David. (2005). Teoría Queer: reflexiones sobre sexo, sexualidade e identidade. Hacia una politización de la sexualidade. In Córdoba, David, Sáez, Javier & Vidarte, Paco (Org.). *Teoría Queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. (pp. 21-66). Barcelona: Egales.

Cassiano, Marcella, & Furlan, Reinaldo. (2013). O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 772-378.

Crenshaw, Kimberlé. (2022). Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt

Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1998). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 4. São Paulo: Editora 34.

Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3. São Paulo: Editora 34.

Deleuze, Gilles, & Guattari, Félix. (1996). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. São Paulo: Editora 34.

Descartes, René. (1983). *Meditações*. Descartes (Coleção Os Pensadores, 3ª ed). São Paulo: Abril Cultural.

Foucault, Michel. (1985). *Historia da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 7ª Edição.

Haraway, Donna. (1995). "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". UNICAMP, *Cadernos PAGU*, n.5, 7-41.

Jagose, Anne Marie. (1993). *Queer Theory: an introduction*. Nova York: New York University Press.

Lugones, Maria. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Rev. Estud. Fem.* 22(3), 935-952. Recuperado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>

Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: bio-poder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições.

Mignolo, Walter. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.

Penedo, Susana López. (2008). *El labirinto queer: la identidad em tempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales.

Peres, Wiliam Siqueira. (2013). *Psicologia e políticas Queer*. In Teixeira Filho, Fernando Silva, Peres, Wiliam Siqueira, Rondini, Carina, & Souza, Leonardo Lemos. *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea* (pp.55-63). Cuiabá: EdUFMT.

Platero Méndez, Raquel Lucas (2012). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades em la encrucijada - Temas contemporâneos*. Ediciones Bellaterra, Barcelona.

Preciado, Paul Beatriz (2008). *Texto yonqui*. Espanha: Espasa.

Rich, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Rolnik, Suely. (1989). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

Saraiva, M. R. O. (2012). Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(132), 21-29. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16881>

Sáez, Javier. (2005). El contexto sociopolítico del surgimiento de la teoría Queer: de la crise del sida a Foucault. In Córdoba, David, Sáez, Javier, & Vidarte, Paco (Org.). *Teoría Queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas* (pp.67-76). Barcelona: Egales.

Sedgwick, Eve Kosofsky. (1998). *Epistemología del armário*. (T. B. Costa, Trad.). Barcelona: Ediciones de la Tempestad.

Travez, Diego Falconí, Martínez-Echazábal, Lourdes, Pierce, Joseph M., & Viteri, Maria Amélia. (2021). Queer/Cuir das Américas: tradução, decolonialidade e o incomensurável. Salvador, Periódicos, *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidade- UFBA*, 15(1), 01-16.

Vergès, Françoise. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.



**c) AREA OF RESEARCH:
PSYCHOLOGICAL
PROCESSES AND CONTEXTS
OF HUMAN DEVELOPMENT**



GROUP OF MARXISTS STUDIES ON EDUCATION AND PSYCHOLOGY – GEMEPSI: PROGRAMS AND RESEARCH

**Claudia Aparecida Valderramas Gomes⁵⁷;
Deivis Perez Bispo dos Santos⁵⁸**

I – GEMEPSi: history and current trends

This article examines the trajectory and scientific productions of the Group of Marxist Studies on Education and Psychology, certified by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and linked to the São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Languages, Assis Campus. Emerging in 2016, organized by professors Claudia Aparecida Valderramas Gomes, Deivis Perez, and João Batista Martins, the group was initially conceived to bring together professors, researchers, undergraduates, master's and PhD students in Psychology and related areas interested in studying, conducting academic investigations, appropriating and publicize the Cultural-Historical Theory framework, particularly that based on the original writings of Russian scholar Lev Semyonovich Vygotsky. In line with these objectives and considering the existing polyphony in the specialized literature around this theory⁵⁹, in the first years we adopted the name Research Group in Socio-Historical-Cultural Theory.

57 Bachelor in Psychology from the School of Sciences, São Paulo State University (UNESP/Bauru), Master's and PhD in Education from the School of Philosophy and Sciences, São Paulo State University (UNESP/Marília). Professor at the Department of Social Psychology of the Undergraduate Course in Psychology and at the Graduate Program in Psychology, School of Sciences and Languages (UNESP/Assis Campus). Researcher and leader of the Group of Marxist Studies on Education and Psychology – GEMEPSI – UNESP/Assis Campus – certified by CNPq. Gomes develops teaching, research and university extension actions on the following areas: Foundations of Cultural-Historical Psychology, Educational Psychology, Human Development, Childhood and Adolescence. Email: claudia.gomes@unesp.br

58 PhD in Education from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), Professor at the Graduate Program and Undergraduate Course in Psychology at the São Paulo State University (UNESP), member of the Group of Marxist Studies on Education and Psychology – GEMEPSI. Contact: deivis.perez@unesp.br

59 This theoretical and methodological perspective is referred to as Socio-Historical-Cultural Theory, Sociocultural Theory, Historical-Cultural Theory, Socio-Historical Theory, Vygotskian Theory, among others in the academic texts.

From 2016 to 2022, the group had professors and researchers from different Higher Education Institutions, namely the Londrina State University (UEL), Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC SP), Federal University of Goiás (UFG) and the São Paulo State University (UNESP), which has welcomed and offered institutional support to the group since its origins. Moreover, more than thirty undergraduate and graduate students have integrated and taken part in its teaching, research and extension activities. Currently, the group has four professor-researchers, including Dr. Maria Luiza Gava Schmidt (UNESP) and its three founding professors, with twenty-three students – five PhD students, ten master's students and eight undergraduates –, who develop ongoing investigations supported by different funding agencies, such as CNPq, the São Paulo Research Foundation (FAPESP) and the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

Its theoretical and methodological discussions are organized in three areas of research focus, which are briefly characterized below.

- a. Cultural-Historical Theory: epistemology, methodology and theoretical and practical developments – focused on the multiple interpretations of Vygotsky and collaborators' ideas and constructs, as well as on revisions of his theory. This area of research develops research on the epistemological and methodological foundations of Cultural-Historical Theory. Moreover, it encourages studies on the Vygotskian theoretical system, addressing themes such as higher psychological functions, developmental psychology, methodological tools, among others.
- b. Psychology, educational contexts and teaching, learning, and development processes – this area of research critically reflects on the understanding of learning and behavioral issues. It fosters investigations based on Cultural-Historical Psychology capable of analyzing different educational contexts geared towards childhood and adolescence, focusing on problematizing educational and cultural processes, as well as learning and development models.
- c. Analysis of labor changes and vocational education – this area of research adopts an expanded approach to labor, which is dialectically understood as a primal sphere for human formation and for the development of individual and collective potentials and, synchronously, recognized as a dimension that, under capitalism, leads individuals and collectivities to the paralysis of activity and suffering. Studies focus on the meanings attributed to labor carried out according to the capitalist mode of production, its conditions and the possibilities of workers to (re)appropriate their own work activity and transform their concrete and symbolic occupational conditions and, consequently, their existence.

During its six years of existence, the group showed no reduction in its collective interest in the Cultural-Historical Theory and made no substantive alterations in its areas of research. However, we gradually perceived a greater need for accurately examining the foundations of this Theory, particularly those linked to its epistemological roots situated in dialectical historical materialism by accessing and diligently studying Karl Marx's and Friedrich Engels' original writings. Such emphasis on the investigation of Marx's and Engels' original texts resulted in a name change: from Research Group on Socio-Cultural-Historical Theory, first

idealized in 2016, to the one adopted in 2021, Group of Marxist Studies on Education and Psychology.

The group's ordinary routine was progressively established through periodic meetings held by undergraduate and graduate students with their advisers and people interested in the Theory and its epistemological roots, simultaneously contemplating the general thematic scope, the specificities of each area of research and the investigative focus of each professor.

As for the Graduate Program in Psychology at UNESP (hereinafter PPG), the group has ensured the annual offer of disciplines focused on the teaching-learning of frameworks that allow students to unveil and understand the link between Marx and Engels' dialectical historical materialism, the Cultural-Historical Theory and its basic analytical categories such as work, psyche and cultural or higher psychological functions. The group first contributed to the PPG with the discipline ***Epistemology of Vygotsky's Socio-Cultural-Historical Psychology***, taught in 2017 jointly by the three founding professors. In 2019, Claudia Valderramas and Deivis Perez offered the discipline ***Marxian and Engelsian foundations for a cultural-historical approach to psychology and education***, which publicly moved the group towards studies directed primarily at Marx, Engels and Vygotsky.

These previous educational efforts resulted in the discipline ***Fundamentals of Cultural-Historical Psychology: psyche and education***, offered since 2020 by the PPG for graduate students and people interested the topic, enrolled as special students, to ensure access to specialized knowledge by individuals who do not formally make up the graduate program but can benefit from accessing knowledge related to Psychology and Education in an academic environment in which one exercises a set of theoretical and methodological resources capable of contributing to the critical, informed and hegemonic understanding of sociocultural and historical processes that condition contemporary professional and investigative practices in Psychology and Education. In short, the discipline offers an introduction to the principles of dialectical historical materialism by Karl Marx and Friedrich Engels and its link with Cultural-Historical Psychology.

At the end of the course proposed, the student is expected to identify the frameworks of this approach to Psychology that refer to the understanding of the human psyche, particularly in terms of how cultural psychological processes are construed. Moreover, the discipline problematizes the traditional conceptions of mental development, highlighting that under capitalism, the quality of educational processes made available to individuals is qualified by their social class, which conditions, even if it does not determine, their educational and sociocultural formation and progression. Finally, it highlights education as an essential mediator for access to knowledge, capable of transforming individuals' ways of thinking, feeling, and acting through teaching and learning.

Academic-scientific investigations have been substantiated in records produced by both professors and researchers, divulged by the publication of papers and texts in books and journals most often qualified in the areas of Psychology and Education, as well as by undergraduate and graduate students, who materialize their studies in papers, research reports, dissertations and PhD theses.

II – Studies in the interface between Dialectical Historical Materialism and Cultural-Historical Psychology

Below we analyze the most significant investigations conducted in the interface of two of the group's areas of research, namely: a) Cultural-Historical Theory: epistemology, methodology, and theoretical and practical developments; b) Analysis of labor changes and vocational education. In particular, we highlight academic studies developed between 2016 and 2021 under the leadership or advisement of Professor Deivis Perez. Importantly, a portion of the works mentioned below, especially those conducted or completed in 2016, represented the continuity of a process initiated in 2011 by the research group Figures and Mode of Subjectivation in the Contemporary, which sought to examine and contextualize two methodological mediation tools used by workers to transform their own work activities, to be applied in Brazil.

Based on the need to appropriate and apply in Brazil structured tools to support individuals and groups in experiencing and living the transformation of reality and, hypothetically, motivate the possible overcoming of exploitation and oppression, two methodological instruments – self-confrontation and interview to the double (ITTD) – were identified and examined as potentially capable of anchoring the progressive achievement of practices interspersed with research focused on recording the movements of individuals and collectivities in the course of the transformations experienced, marked by the (re)appropriation and reconfiguration of their labor, since *work* is a key sphere for human development and formation.

Importantly, self-confrontation and ITTD are tools that were appropriated and progressively improved by Activity Clinic, a branch of Occupational Psychology with epistemological connections to Vygotsky's Cultural-Historical Psychology, led by a team of scholars from the *Conservatoire National de Arts and Metiers* (CNAM) in Paris, coordinated by psychologist Yves Clot.

As for our group, we have conducted multiple integrated and mutually complementary investigations dedicated to:

- a. identifying and discussing the epistemological foundations behind the development of self-confrontation and ITTD.
- b. developing states of knowledge aimed at investigating the applications of each of the aforementioned interventional and methodological tools in research that resulted in master's dissertations and PhD theses defended in Brazilian graduate programs in areas such as Psychology, Education, Linguistics, Public Health, Languages and Literature, Social Sciences, Social Work, etc.
- c. proposing methodological applications for each of the tools in tune with the realities of Brazil's world of work and academic environment.
- d. furthering knowledge about Marxian and Engelsian constructs by establishing connections with Social Psychology and Work Psychology.

An important result of these investigations was published under the title ***Produzir saberes sobre o trabalho: um método em Psicologia*** [Producing knowledge about work: a

method in Psychology] (Perez, 2016). This study historicized the emergence and uses of self-confrontation, emphasizing its appropriations and use by the Activity Clinic. Moreover, we sought to improve self-confrontation by proposing a methodological application for this tool in tune with the Brazilian context, to support further mediation and research studies by psychologists, analysts and labor researchers who take self-confrontation as an organizing mechanism for intervention in labor processes and also as a methodological instrument for data collection in scientific investigations.

From then on, the group experimented with different ways of applying self-confrontation, gradually adapted to the Brazilian scenario, in studies aimed at building knowledge about work performed in different areas. In this perspective, the first research made public was that conducted by Vieira (2017), **Futebol não é (só) brincadeira** [Football is not (only) play], which focused on the subjectivation processes and configurations of adolescents undergoing professionalization in a football club located in the state of Paraná. The researcher and volunteers adopted self-confrontation as the tool for co-analyzing the meanings attributed by players in training to the processes of preparing for entering the universe of professional football practices, in particular to identify the perceptions of sportsmen about their educational experiences for working in a high-performance sport.

Soon after, Mancuso (2018) concluded his study **Além do observável: coanálise da atividade docente** [Beyond the observable: a co-analysis of teaching], in which self-confrontation was applied to support public elementary school teachers, both in identifying concrete and semiotic elements constituent to their work and the aspects that strengthen and hinder the teaching activity. This research unfolded into two other studies conducted under partnership between Mancuso and Perez (2018; 2019), which analyzed the appropriation and use of self-confrontation by elementary school teachers as a strategy for creating dialectical movements aimed at transforming their teaching activity.

Closing the totality of research in this stage, centered on self-confrontation, is the master's dissertation developed by Freitas (2019), who turned her efforts to the use of simple self-confrontation by teachers at a technical and vocational high school in the state of São Paulo, focusing its appropriations and the transformations in the work routine undertaken by the volunteer educators participating in the study. Developments and progressions on the possible uses of self-confrontation by technical and vocational high school teachers were subsequently examined and discussed in **O trabalho docente na perspectiva de professores do ensino técnico integrado ao médio** [Teaching from the perspective of technical and vocational high school teachers] (Freitas & Perez, 2021).

Parallel to the preparation and production of the aforementioned studies, in a partnership between Ercolano and Perez, research was conducted on interview to the double (ITTD), which resulted in a proposal for using this methodological tool in tune with Brazil's political, economic and sociocultural conditions and, importantly, focused on teachers who work in Brazilian prisons. Interpreting and systematizing the ITTD specifically for this occupational segment "was undertaken due to its potential to engage professionals in dialogical processes aimed at examining and transforming labor by the workers themselves" (Ercolano & Perez, 2021, p. 02).

Between the publication of studies on self-confrontation (from 2016 to 2021), and those on ITTD produced in 2021, our group realized the indispensability of examining and conducting structured investigations on the original works by Marx and Engels, seeking to incorporate their constructs into the current Brazilian Social Psychology panorama. The first result of this movement was substantiated in **Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social** [Notes about dialectics as a method and its contemporary use in mediating social transformation] (Ecolano, Perez & Rocha, 2017), which pointed out the convenience and need for appropriating dialectics, according to dialectical historical materialism, as a scientific method and for acting in society. In this approach, dialectics is understood as:

[...] a rigorous instrument for understanding reality in its complexity and capable of leading to human action [...] mainly as a strategy for knowledge production and potentiation of movements and activities by workers to transform concreteness, since labor can be taken as a privileged human experience to bring about processes that allow individuals to develop themselves and, simultaneously, change their environment in movements performed in articulation and agreement with their peers. (Ecolano, Perez & Rocha, 2017, p. 172)

This work allowed us to reflect on the methodological tools of self-confrontation and ITTD, now conceived under Marxian dialectics, as systematic and precise resources capable of bringing about human action and the understanding of reality and its entanglements, aiming at its transformation through workers' action. Moreover, studies on dialectics resulted in the development and diffusion of the research **Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana** [From Appearance to Essence: interview to the double and Marxian dialectics] (Ecolano & Perez, 2019), which outlines the origins and developments of ITTD and defended its application in line with Marxian dialectics.

The need to devise, refine, and situate methodological tools under Marxian dialectics has led to the emergence, consecutively, of studies aimed at understanding the concrete relations of (re)production of life under capitalism and their effects on the human psyche and socialization. A first investigative movement turned towards understanding the concept of alienated labor, characterized in dialectical historical materialism by depriving individuals of that which constitutes them as truly human: their vital activity, their labor as praxis and as self-activity (Ecolano & Perez, 2019). In this interpretation, alienated labor reveals the essence of capitalism, intrinsically despotic, oppressive, and parasitic on each person and the entire social fabric.

Our group's concern with improving methodological tools prepared to offer workers the possibility of (re)appropriating their occupational activity and, at the same time, supporting people who work to earn a living in coping with the sufferings imposed by work and the effects of capitalism, emerged at the heart of these discussions. This stage was recorded by Ecolano e Perez (2019) in **A essência em função da existência: compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões** [Essence in function of existence: understanding alienated labor and its repercussions].

The aforementioned cycle was synthesized in **Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo** [Social Psychology under the plundering and violence of capitalism] (Perez, 2020), which outlined Social Psychology, based on dialectical historical materialism,

as a field of research and professional exercise situated within the framework of Brazilian subaltern capitalism. This essay presented the characterizing aspects of capitalism, defined as a system “designed to secure the accumulation of wealth by a few individuals and cast the working majority into misery [...], which also manifests itself as a highly discriminatory ethos, markedly sexist, misogynistic, and racist [...]” (Perez, 2020, p. 18). Moreover, the fundamentals of capitalism were summarized by the words: expropriation, theft, plundering, deprivation, violence, and polarization. In this context, Social Psychology emerges as a social praxis whose object is the social being, understood in its unity in diversity, concreteness, historicity, and dialectical movements under the capitalist mode of production.

III – The centrality of research on human psyche and education

In this section, the article highlights information about the professional career of Cláudia Valderramas Gomes, professor and researcher at the undergraduate and graduate programs in Psychology at the São Paulo State University (UNESP), Assis Campus. Her academic productions first addressed topics related to Education, such as the nine-year elementary school and medicalization processes in education.

However, other topics in the Psychology-Education interface and the needs arising from undergraduate disciplines, since 2011, and in the graduate program, since 2016, required greater approximation to the theoretical-philosophical and methodological foundations of Cultural-Historical Psychology.

Contents from both disciplines represented the possibility of explaining the human psyche with contributions from the Marxian framework. Regarding the psyche, it should be understood considering the perspective of systemic totality (Bulhões & Martins, 2018; Martins, 2013; Gomes, 2019).

Thus, *totality* – foundational category of the Marxian theoretical framework – translates the possibility of understanding the connections, interconnections, and the system of relations that upholds the essence of the psyche, which is manifested through movement, an internal dynamic driven by contradictions (dialectics between the biological and the cultural, the individual and the social components of human behavior, and between natural and cultural processes).

In the context of the theoretical-methodological elaborations of Cultural-Historical Psychology authors (Leontiev, 1978; Vigotski, 1995), other fundamental categories emerge for explaining the transformation of natural mental processes into cultural processes, among them *mediation* – expressed in the General Genetic Law of Cultural Development (Vigotski, 1995). Mediation thus becomes a category required by studies and research, as Vygotskian theory – based on the assumptions of dialectical historical materialism – was concerned with demonstrating the specificity of mediation in transforming elementary or natural processes into typically human processes.

According to Vygotsky (1995), at the beginning of development, one has elementary psychic functions, characteristic of a psyche still ruled by biological and involuntary determinations, such as natural memory and involuntary attention. Is by uniting individual and social (or collective) activity that the process of internalization of signs takes place, the main semiotic

representatives that instill the cultural psychological functions, operating a qualitative transformation in the way the subject relates to reality.

It was, therefore, a matter of incorporating into the research by the Group of Marxist Studies on Education and Psychology (GEMEpsi) other Marxian philosophy constructs capable of explaining the genesis, structure, and dynamics of the human psyche. Categories such as totality, contradiction, mediation, historicity, labor, activity were adopted as indispensable references to support *the intrinsic relationship between cultural-historical psychology and Marxian epistemology* (Bulhões & Martins, 2018).

Thus, reflections about the education of psychologists and researchers began emerging in the practice of teaching and research, which posed a specific problem, namely, to recognize the place occupied by educational processes in the formation of human individuality, which demanded investigations that rejected explanations of psychological development as a mere evolutionary process, and advocated the presence of historical, social and cultural elements as legitimate operators of changes; besides problematizing the teaching and learning processes in children with partial development of psychological functions and the role of psychology and education in understanding the phenomenon of non-learning.

As a result of this process, in 2018, the master's dissertation ***Queixa escolar e o público infantil juvenil: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde*** [School complaint and children and youth public: contemporary psychology practices in health services] (Andrade, 2018)⁶⁰ was concluded, in the area of research *Psychology, educational contexts and teaching, learning and development processes*. Conducted in two public health services located in a municipality in the state of São Paulo, the study sought to analyze how contemporary Psychology practices in healthcare explain the role of the school by receiving referrals of school demands, especially regarding how professionals conceptualize the mediation of education for individual development. This research expanded on a undergraduate research developed by the student and financed by the São Paulo Research Foundation (FAPESP), entitled ***O discurso especialista e seu lugar na história dos encaminhamentos de crianças para a saúde: uma análise histórico-crítica*** [The place of expert discourse in the history of referrals of children to health care: a critical-historical analysis] (Andrade, 2015).

This dissertation (Andrade, 2018) marked a moment in the trajectory of GEMEpsi, since it translated the need, on the part of its members and the research advisor, for an in-depth examination of the theoretical-philosophical and methodological foundations supporting research in Cultural-Historical Psychology.

Another master's research, entitled ***O trabalho dos indígenas da aldeia Te'yikue na produção de cana-de-açúcar: significados e sentidos sob a perspectiva histórico-cultural*** [The Te'yikue people and sugarcane production: meanings and senses on a cultural-historical perspective] (Carniel, 2020), sought to apprehend the meanings and senses construed by the Te'yikue people about working in sugar and alcohol production. Besides the historical

60 Results of this master's study can be found in the following paper, approved for publication since 2021: Andrade, J. M., & Gomes, C. A. V. (no prelo). Saúde e queixa escolar: registros de conserv(ação) na conduta de psicólogos. *Psicologia em Estudo*.

background, the study addressed how Indigenous labor was hired by the mills built in the state of Mato do Grosso do Sul around the 1980s, and the implications of this type of work for the lives of that population. The research reinforced the historical character of the meanings attributed to labor, its transience and multi-determination, explaining it as a synthesis in human subjectivity, besides confirming the theoretical and methodological assumptions of Cultural-Historical Psychology.

To broaden the notion of *meaning*, considered the nuclear category of human consciousness, the master's thesis ***Sentidos do trabalho docente numa pandemia: uma análise histórico-cultural*** [Meanings of teaching during a pandemic: a cultural-historical analysis] (Gouvêa, 2022) sought to apprehend the meanings of labor, during the pandemic, for a group of teachers from a public school located in a small municipality in the state of São Paulo. The research revealed that the pandemic intensified the suffering processes already affecting Brazilian teachers, and that the use of Information and Communication Technologies (ICTs) contributed to dispersing and strengthening the neoliberal ideology in Education, emptying the teaching activity.

This master's study also deepened previous reflections by the authors, bringing together investigations that took place during the triennium 2017-2019 and culminated with the publication of Gouvêa and Gomes (2021), which discusses the **“presence-absence of critical considerations about school medicalization in psychology and education journals (2010-2015).”** This publication distinguishes and exemplifies how the group's initial investigations focused, notably, on themes that touched on Psychology and Education.

The studies by Carniel (2020) and Gouvêa (2022), linked to the areas of research a) Social-Cultural-Historical Theory: epistemology, methodology, and theoretical and practical developments and c) Analysis of labor changes and vocational education, sought to resume concepts and interpretations about Vygotsky and collaborators' theoretical system, as well as to reinforce some of the epistemological and methodological foundations of Cultural-Historical Psychology. Both studies focused on the activities of distinct groups of people as producers of objective and subjective experiences (Leontiev, 1978; Vygotsky, 2000), capable of revealing their effects on the constitution of cognitive and affective processes in human consciousness as a whole.

Consciousness has a semantic structure, formed by meanings and senses that guide the individual's relationship with the external and internal world. Vygotskian psychology highlights the role of words in the constitution of this (semantic) structure, focusing on the relationship between words and their meanings.

However, the elaboration and logical correspondence between words and real phenomena is the result of a slow and complex process of cultural appropriation-objectification and concept formation. In other words, the meaning of a word is not constant, since the semantic structure that supports consciousness changes and develops, depending on the activity that links subject and reality.

Thus, the *meanings* – socially elaborated – begin to live in one's consciousness a kind of dual life, namely the understandable *objective meaning* and its *meaning for the subject (personal meaning)* (Leontiev, 1978). Cultural-Historical Psychology points out a movement

that indicates the functioning of meanings in the activity and consciousness of concrete individuals positing that, according to Leontiev (1978), it is only through such processes that meanings come into existence for the subject. Even in this individual dimension, meanings do not lose their social nature, their objectivity; however, when they begin to operate psychologically, that is, in the system of individual consciousness, meanings do not exist in any other way than by realizing one meaning and another (Leontiev, 1978), that which a given meaning acquires from the person's experience.

Also of note are two other ongoing master's research projects that analyze the relationship of the researched object with the theoretical-philosophical and methodological foundations of the cultural-historical perspective; one of them is entitled *Vygotski e a práxis clínica: uma revisão de dissertações e teses* [Vygotsky and clinical praxis: a review of dissertations and theses]. Its main objective is to identify and analyze how the theoretical, methodological and practical aspects formulated by the master's and PhD studies of the last twenty years (2001-2021), in Brazil, support the congruence between Cultural-Historical Psychology and clinical practice.

This work also stems from an undergraduate research – *Psicologia Histórico-Cultural e atividade clínica: elementos para uma sistematização conceitual* [Cultural-Historical Psychology and clinical activity: elements for a conceptual systematization] (Faria, 2020) – funded by FAPESP, which verifies the scarcity of productions on this topic. Besides the lack of studies in the clinical area pointed out by the review, the research also revealed a certain tendency to aggregate notions and concepts, coming from other theories of psychology, which are in line with Cultural-Historical Psychology aiming at clinical practice.

The last research to be highlighted in this section proposes to investigate literary art as an aesthetic phenomenon capable of developing the child psyche. This master's study seeks to analyze some books proposed by the National Textbook Plan – Literary PNLD –, a public policy linked to the Ministry of Education, to explain possible effects arising from the content and form of these materials for mobilizing mental processes in childhood, more specifically for elementary school children.

Some categories of Dialectical Historical Materialism such as activity, mediation, historicity, contradiction and others guide this research which, combined with the materials analyzed, contribute to explain the dynamics of the psyche according to Cultural-Historical Psychology. Its development resulted in a paper (Junqueira & Gomes, 2021), which presents elements on how this branch of psychology conceptualizes art and on the function and influence of literary aesthetic art for the cultural formation of the psyche.

Final considerations

The Group of Marxist Studies on Education and Psychology (GEMEpsi) is linked to the area of research focus Psychological Processes and Contexts of Human Development, at the PPG in Psychology of the School of Sciences and Languages – FCL/UNESP, which seeks to produce knowledge about psychological processes arising from different situations of Brazilian reality, aiming, above all, to understand the psyche and the constitution of the subject and subjectivity.

As such, we can safely say that the research resulting from this collective has translated a congruence between the group's main goals and the area of research implicated, firstly because, without neglecting their theoretical-philosophical and methodological foundations, the researchers have dedicated themselves to consolidating their productions within the frameworks of dialectical historical materialism and the Marxian perspective of human development, regardless of the study's situational contexts.

Its life span places the group as a reference capable of congregating professionals and researchers who are interested in Cultural-Historical Psychology, who seek this collective to continue previous studies or to address new topics based on this theoretical branch of psychology, or that unfold from it.

For all this, the group provides a favorable academic environment for strengthening the work of those dedicated to studying diverse themes, as currently observed, such as: clinical activity based on the Cultural-Historical approach; theoretical-conceptual analysis of catharsis in Vygotsky's selected works; the meaning of family and care towards adolescents in a Basic Health Unit; implications of art for the learning and development of children with disabilities; the psychology professional activity according to the Technical Reference Manuals for acting in the social welfare public policy; constitution of the indigenous educator's professional activity, the meanings of family leadership and informal work by black women assisted in a Social Assistance Reference Center (CRAS); the phenomenon of political conservatism by people from impoverished classes; critical analysis of psychological work in the judicial system; the notion of movement in Hegel, Marx, Engels and Cultural-Historical Psychology; studies on the social being as the central object of a Marxist Social Psychology.

References

Andrade, J. M. (2015). *O discurso especialista e seu lugar na história dos encaminhamentos de crianças para a saúde: uma análise histórico-crítica*. (Relatório de Pesquisa). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Andrade, J. M. (2018). *Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Bulhões, L. F. S. S., & Martins, L. M. (2018). A relação intrínseca entre a psicologia histórico-cultural e a epistemologia marxiana. *Psicologia em Estudo*, 23, 47-58. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e39177>

Carniel, R. X. (2020). *O trabalho dos indígenas da aldeia Te'yikue na produção de cana-de-açúcar: significados e sentidos sob a perspectiva histórico-cultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2019). A essência em função da existência: compreensão de trabalho estranhado e suas repercussões. In Perez, D., Pinto e Silva, E., Simões, M. C. D., & Purin, G. T. (Orgs.). *Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interdidas e práticas resistentes* (pp. 111-122). Porto Alegre: Abrapso.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2019). Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana. In Tamboril, I. B., Neves, A. L. M., & Lima, M. L. C. (Orgs.). *Psicologia Social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios* (pp. 41-55). Porto Alegre: Abrapso.

Ercolano, R. S., & Perez, D. (2021). Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão. *Revista Eletrônica de Educação*, 15 (dossiê), 1-20. doi: <https://doi.org/10.14244/198271994748>.

Ercolano, R. S., Perez, D., & Rocha, L. C. (2017). Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In Perez, D., Pinto e Silva, E., & Simões, M. C. D. (Orgs.). *Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista* (pp. 172-182). Porto Alegre: Abrapso.

Faria, A. P. V. (2020). *Psicologia Histórico-Cultural e atividade clínica: elementos para uma sistematização conceitual*. (Relatório de Pesquisa). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Freitas, D. (2019). *Significados e sentidos atribuídos ao trabalho docente por professores de uma escola técnica estadual de nível médio (ETEC)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Freitas, D., & Perez, D. (2021). O trabalho docente na perspectiva de professores do ensino técnicos integrado ao médio. In Gonçalves, M.C.S., & Jesus, B.G. (Orgs.). *Educação contemporânea*, 32, 53-60.

Gomes, C.A.V. (2019). Significados e sentidos e a questão da metodologia do trabalho pedagógico na educação infantil. In Miller, S., Mendonça, S. G. de L., & Kohle, E. C. (Eds.). *Significado e sentido na educação para a humanização*. Marília-SP: Cultura Acadêmica. doi: <https://doi.org/10.36311/2019.978-85-7249-036-8.p161-172>

Gouvêa, E. (2022). *Sentidos do trabalho docente numa pandemia: uma análise histórico-cultural*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Gouvêa, E., & Gomes, C.A.V. (2021). Presença-ausência de considerações críticas sobre medicalização escolar em periódicos de psicologia e educação (2010- 2015). *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 11(1), 222-243. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v11.n1.10>

Junqueira, C. C., & Gomes, C. A. V. (2021). Literatura e psiquismo cultural: o encontro da arte com os direitos humanos na infância. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 9(1), 31-45. doi: 10.5016/ridh. v9i1.36.

Leontiev, A. (1978). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.

Mancuso, M. J. (2018). *Além do observável: coanálise da atividade docente*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Mancuso, M. J., & Perez, D. (2018). Autoconfrontação simples: aportes para a investigação do trabalho docente. *Revista Laborativa*, 7(2), 140-156.

Mancuso, M. J., & Perez, D. (2019). Coanálise da atividade docente: a visão da própria profissional. *Revista Laborativa*, 8(2), 19-35.

Martins, L. M. (2013). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas-SP: Autores Associados.

Perez, D. (2016). Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, Natal, 21(3), 305-316. doi: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160029>

Perez, D. (2020). Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. *Psicologia em Movimento*, 03, 15-24.

Vieira, T. M. (2017). *Futebol não é (só) brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.

Vigotski, L.S. (2000). A construção do pensamento e da linguagem. Trad. Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Madrid: Visor.



ETHICAL UNFOLDINGS OF PHENOMENOLOGICAL DESCRIPTIONS OF PERCEPTION AND ATTENTION⁶¹

Danilo Saretta Verissimo⁶²

Introduction

Our purpose in this chapter is to support the analysis of possible ethical unfolding of phenomenological descriptions of perception and attention. Four points seem to play a central role in this problematization: (1) the effort recommended by the phenomenological attitude to show the structure of our bonds with the world and with others, which, using the *epoché* concept of returning the experience to its subject, configures a reorientation of attention. (2) The phenomenological social analysis of perception and attention, which allows us to understand the joint and collective perception frameworks. (3) Phenomenology also recognizes the plastic dimension of a sensitive experience based on the dynamics of the body connected with others and with the world, with which, in the transformations of the phenomenal field, we can verify the development of the capacity to perceive. (4) Phenomenology also reinforces the richness and inexhaustibility of the perceived world, its depth, demanding an idea of perception as a perceptual exploration, as astonishment, in the face of which perceptual perseverance is valued, but, likewise, the appeasement of the will to give figure to everything.

Throughout the text, we intend to examine and discuss each of these topics. We hope to establish questions, theoretical-conceptual devices, and authors through which it is pertinent to be guided in the course of investigations focused on the ethical dimension of the phenomenology of perception and attention. In addition to favoring the development of conceptual, theoretical and historical questions about the phenomenology of perception,

61 This chapter refers to a research project conceived in 2020. In addition to having the support of CNPq and FAPESP, the author developed one study segment during his stay as a guest researcher at the Collegium de Lyon, Institute for Advanced Studies of the Université de Lyon, in France.

62 Professor of History and Psychological Epistemology at the Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis campus. He is the author of the books “The Primacy of One’s Own Body: Position and Critique of Symbolic Function in the Early Works of Merleau-Ponty” (Editora UNESP, 2012) and “Writings on the Phenomenology of Perception: spatiality, body, intersubjectivity and contemporary culture” (Editora UNESP, 2021). His research and scientific work focus on phenomenology.

this subject is part of the increasingly robust field of studies that investigate perception and attention as major problems in contemporary culture. Before starting the discussion of the axes listed above, however, we would like to make considerations about the concept of ethics that pervades our study.

Phenomenology and ethics

The topic of ethical implications of phenomenological descriptions of perception and attention is not unheard of in phenomenological culture. Al-Saji (2009), for instance, argues that it is possible to achieve, based on phenomenology, a “critical-ethical vision” (p. 391) capable of discerning “habits of objectified seeing and the social structures that contextualize and motivate their formation” (p. 375). This critical form of perception should be tuned to the “generative affective dimensions of visibility” (p. 376), which operate in and affect us, “invisibly and unconsciously” (p. 379), opening our eyes. According to the author, their omission defines the domain of objective and categorizing view, which naturalizes not only the perceived world, but also especially perception itself. It would be necessary to reveal, through a critical attitude, two forms of invisibility, or memory. The first one being a present memory, that is, of the differential and formal conditions of current visibility, as well as structures that configure what we see. The second memory would be a past one, related to the habitualities, the instituted ways of seeing and that support the current view. In other words, a past that has never been present for our perception and that rests on the praxis, corporeal schemes, sedimented throughout our social experience. The critical-ethical position defended by Al-Saji, arising from the encounter of phenomenology with a feminist and decolonial philosophy, can be understood as a form of attention capable of destabilizing and transforming viewing habits. In our understanding, this attention is about situating the problem of perception amid social reference systems “that structure our sensibilities and our desensitizations” (Citton, 2014a, p. 41). The critical property of attentive perception has also been highlighted in several studies. Waldenfels (2010), for instance, distinguishes an innovative and creative primary attention from a secondary or normalized attention, incorporated into social structures and habits. In a similar direction, but from different references, Moinat (2010) opposes an alienated form of attention to a *heureuse*, satisfied, attention, able to be exercised dynamically and freely, without, at the same time, dissipating in distraction amid excessive stimuli. According to Guenther (2020), the phenomenological recognition, grounded in intentionality, as well as in the fact that we do not exist as isolated subjectivities, but rather as subjects devoted to the world, already points to a critical direction. Fully understanding this dimension of phenomenology is also linked to investigating the role of historical and social contingent structures in shaping our experience, in constituting “ways of seeing” (Guenther, 2020, p. 12). This is not a question of reducing the social world to a determinative force, but of paying attention to the social reference systems that define our experience, what we can see and do, and what we cannot see or do. This kind of attention configures what has been called Critical Phenomenology (Weiss, Murphy, Salamon, 2020; Guenther, 2020).

The concern with the critical and ethical implications of the phenomenological description of perception is, therefore, linked to the psychosociological framing of philosophical and scientific problems connected to perception itself and attention. Within this framework,

we must also consider the function of contemporary technological cultures as perceptual experience conditions (Carbone, 2011, 2016). In the modern world, as well as throughout the transformations of the capitalist society, we can recognize the growing coexistence of individuals with sensitive life management strategies. Hence, philosophers and scientists admit the demarcation, in the contemporary world, of a new moment in the history of perception and attention (Crary, 2013). Türcke (2010), in the traits of sociology and social philosophy, including authors concerned with sensory experience, such as Walter Benjamin and Georg Simmel, states that what is spectacular and draws attention would be the historical sensation archetype, “the burning core of all perception and knowledge” (p. 119). The fact is that, throughout modernity, the methods and cultural objects that mark the uninterrupted tendency of intensifying perception in hypermodern societies were generated in the markets of the big European cities, where not only the most sophisticated handmade products and the latest technical discoveries were exhibited, but also the sensationalist press was born, which worked on the systematic production of novelties. From this angle, we can understand the evolution in the modes of production and the establishment of a mass consumer society as a set of actions aimed at the social management of perception and attention that ranges, from the disciplining of workers in industrial assembly lines, to advertising and *marketing* techniques (Weil, 1951/2002; Grandjean & Loute, 2019). From criticizing the economization of attention, to outlining the crisis of perception and attention as a cultural problem with important educational and health implications (namely, the vulgarization of the diagnosis of Attention Deficit Hyperactivity Disorder, ADHD, and the indiscriminate medicalization of children and adults worldwide), we can notice the emergence of a growing literature which deals with discussing the social value of perception and attention, and of which it bears highlighting the studies of Crary (2013), Citton (2014a, 2015), 2014b), Crawford (2015) and Grandjean and Loute (2019). This theoretical movement reinforces the revision of the privilege of methodological individualism in the philosophy and psychology of perception in favor of a balanced position between epistemological and aesthetic assumptions and those of an ethical and political nature.

From the aforementioned ethical point of view, we gathered a set of questions to be asked on the phenomenological descriptions of perception and attention. These very questions, expressed in the topics analyzed below, and from which we organize our reflections, manifest themselves under the rumor of ethical thought, understood mainly as a fundamental critical tendency fueled by the need to understand our historical situation.

Phenomenological reduction as a reorientation of attention

Merleau-Ponty (1945/1999), in the preface of *Phenomenology of perception*, writes: “true philosophy is to relearn how to see the world [...]” (p. 19). It is a question of, the author continues, becoming responsible, through reflection, for our history and for a decision “to which we commit our lives” (p. 19). Later, he directly mentions the attention required in Phenomenology by comparing it to the artistic praxis: “it [phenomenology] is laborious like the work of Balzac, Proust, Valéry or Cézanne, – due to the same kind of *attention and admiration*, the same demand for consciousness, the same will to grasp the meaning of the world or of history in its incipient state” (p. 20, emphasis added). *Relearning to see the world through a kind of attention and admiration, astonishment, in which life engages itself*. These

are three elements taken up by Merleau-Ponty from the phenomenological tradition that configure what Depraz, Varela and Vermersch (2011) call *ethos* of the reductive individual, referencing to the phenomenological reduction.

Husserl (1959/1972), who devoted his studies to thinking about reduction, teaches that natural life, that of our daily lives, unfolds “as an original abandonment in the world” (p. 170), a condition, inescapable from the beginning, of disappearance in the world. In other words, it is a naive adherence to what *already exists* shaped as landscapes, objects, work rhythms and tasks, institutions, values and customs (Føessel, 2012; Husserl, 1959/1972). The idea of an already constituted totality remains valid as a fundamental precept of the sciences. According to Husserl (1954/2004), the world of life has been disguised throughout the scientific tradition. There was an progressively consolidated inversion (*Umstellung*) that went from practical interest, involved in surveying, for example, to a “purely theoretical interest” (Husserl, 1954/2004, p.33). Later, it became a fully mathematical interest, up to the point that the omni-encompassing objective totality, rooting from the scientific method, was taken by the “true being.” Modern attempts to thematize subjectivity, such those posited by Descartes and the empiricists, while assuming an universalizing and aprioristic conception of nature, solely fixed the spirit as an inner correlate of the objective world.

In opposition to the natural attitude realm, which encompasses both our daily posture and a scientific praxis, we would need, according to Husserl (1954/2004), a “*conversion of gaze [Umkehrung der Blickrichtung]*” (p. 34, emphasis added) capable of making the origin of knowledge a central problem. As carried out in *The crisis of the European Sciences and the transcendental phenomenology*, the historical meditation itself would conceive historical practice as a *shift of the attention direction*. This exercise is aimed at identifying and evidencing the meaning cover-ups involved in the process philosophy of becoming in the Natural Sciences. However, willing to reveal the relationship between consciousness acts and the appearance of phenomena, the phenomenological⁶³ *epoché* would inaugurate, according to Husserl (1959/1972), a new form of perception, indicated by the philosopher under the requirement of “learning to see” (p. 171). The everyday world does not motivate this unnatural *ethos* (Depraz et al., 2011); on the contrary, even if the philosophical role of reduction is recognized, we constantly fall under the domain of natural habits (Husserl, 1959/1972). Although Husserl links the suspensive gesture of the natural attitude to a self-motivation of attention, we cannot disregard the role of experience and learning in shaping this new perception, which is not limited, therefore, to an intellectual discovery (Varela, 2004). Moreover, as the ancient philosophical traditions demonstrate, philosophical astonishment also develops through the mediation of others, and from external existential events, such as someone’s death, aesthetic surprise or big historical occurrences (Depraz et al. 2011). Nevertheless, we should not underestimate the fact that Husserl (1959/1972) links the phenomenological domain to the “systematic performance of this ‘Know thyself’” from which the “entire philosophy” arises (p. 170). This unusual effort implies, therefore, the transformation of the subject. Husserl himself (1954/2004) links the phenomenological

63 We must clarify that here we use the expressions “reduction” and “epoché” without worrying about differentiating them. This is based on the attitude sometimes adopted by Husserl himself. See, for example, §70 of *The crisis of the European Sciences* (Husserl, 1954/2004).

attitude to “a complete personal change [*völlige personale Wandlung*],” to an “existential metamorphosis [*existenziellen Wandlung*]” (p. 156).

It is necessary to deepen the discussions around the phenomenological attitude as a way of perceiving, and, more than that, as an action to be acquired through learning and experience. We must inquire, in this sense, the relationship of the conceptualization of phenomenological reduction as a conversion of the gaze with the philosophical tradition consecrated to the attention to oneself. In the direction of what Depraz et al. (2011) indicate, perhaps the approach of phenomenological reduction from the perspective of attention and its approximation with antiquity may even offer more concrete dictates to its conformation. Above all, we need to examine the relationship between the effort of phenomenological attention and the constantly forgotten need to resist the natural movement of perception in everyday life and in the scientific attitude, in favor of the things to which it gives openness. As indicated by Föessel (2012), would there not be a contradiction between reduction as an experience of emancipation and the care of phenomenology in describing our pre-reflective belonging to the world?

The social condition of perception

One of the fundamental dimensions of our sensitive belonging to the world refers to its collective structure. In Phenomenology, the social condition of perception appears mainly under the issue of intersubjectivity. This issue concerns the way in which we experience others, the joint and shared way in which we turn to the world, the role of others in how our perceptual experiences are constructed and, more generally, the fact that we are continuously situated on the cultural and social horizon. The phenomenological approach to social perception reveals a tension between epistemological and ethical assumptions. The questions involved in attentive perception may perhaps provide fruitful theoretical displacements within this dilemma.

For Husserl (1931/2001a), the existence of another, whose possibility must be made intelligible in Phenomenology, is “very strange” (p. 146). Why? The phenomenological reduction requires the arrival at the self and this becomes the constitutive starting point of the examination of the existential value of objectivities and of others. This characterizes phenomenology, according to the philosopher himself, as a transcendental idealism, albeit “in a fundamentally new sense” (Husserl, 1931/2001a, p. 143), based on intentional analysis. Investigating intersubjectivity does not escape the principles of intentional analysis, which requires the other to be subsumed into our own experience (Cerbone, 2014). In our perceptual field, we make the experience of the other “in the flesh,” that is, originally. Nevertheless, Husserl considers that it is not exactly the other “I” that is originally given to me, its life, its own phenomena, its aim. We have access to a “co-existence” (Husserl, 1931/2001a, p. 178) that, however, can never be here “in person” (p. 178), in the sense of being able to experience the sensitivity of the other. Still, through some kind of “intentional ‘transgression’” (Husserl, 1931/2001a, p. 184), we can attach ourselves to the foreign target, to what we could perceive if we occupied their position, for instance. There is, according to Husserl, a transposition “by analogy” (p. 180), although not thought or reasoned, but one that transposes corporeal identification. Therefore, we live in a certain way in the other, even though their systems

of empirical possibilities inexorably belong to them (Husserl, 2001b). Husserl (1954/2004) also recognizes that the topics of the me-you synthesis converge to the analysis of the possibility of a common world.

It is considered that the husserlian investigations of intersubjectivity (which will not be further elaborated due to short space) do not decisively go beyond the sphere of this epistemological type of estrangement (Cerbone, 2014), conferring to the other a category of intellectual problem. It fell to Husserl's successors to develop the phenomenology of intersubjectivity in the context of a bewilderment with ethical scope. In this sphere, not only the self-other relationship, but also the common world and the social forces operating in it, reveal interfaces that range from gift and hospitality to violence and vulnerability. Sartre (1943/1980), in *Being and Nothingness*, while describing one's perception of other people, says that at the same time the behavior of others is given to us in its entirety as an object of our perception, it also escapes from us entirely. The relationship of the others with their surroundings "appears as a pure *disintegration* of the relations I apprehend between the objects of my universe" (p. 301, emphasis added). Nonetheless, what would give a safe guideline to think effectively about the other outside the dictates of a "solitary consciousness" (Sartre, 1943/1980, p. 303) is the experience that one has of being looked at by the other, of being the object of his attention. "'Being-seen-by-others' is the truth of 'seeing-others,'" comments Sartre (1943/1980, p. 303). In this perspective, the other figures as the one who determines what the philosopher considers an "internal bleeding": they reveal themselves to me in the midst of this "flight from myself to objectification" (p. 303). The objectification of one's own being through being seen is described by the author in terms of threat. Self-awareness, shame and vulnerability would be inherent to our experience regarding the other (Cerbone, 2014). Sartre (1943/1980), in a passage referring to the insecurity of being seen, writes:

What I immediately apprehend when I hear the branches snap behind me is not that there is *someone* there, it is that I am vulnerable, that I have a body that can be injured, that I occupy a place and that I cannot, in any case, escape from the space in which I am without defenses, in short, that *I am seen* (p. 305; our translation).

Similarly, Merleau-Ponty (1945/1999) evidences, in the *Phenomenology of perception*, the vital, rather than logical, character of the perception of the other and the joint perception. The philosopher writes: "[...] it is precisely my body that perceives the body of another, and it finds there as it were a miraculous prolongation of his own intentions [...]" (p. 474; our translation). And he ends: "[...] as my body parts together form a system, the body of another and my own are a single whole, the front- and backsides of a single phenomenon [...]" (p. 474; our translation). In this sense, there is a mutual incorporation in the me-you system, which, in principle, supplements rather than limits the possibilities of the agents. In a passage of the study, Merleau-Ponty (1945/1999) gives a good example of the joint and collaborative conduction of the gaze. The author writes:

When, in an apartment that I do not know, I am led to the owner of the house, there is someone who knows me, for whom the unfolding of the visual spectacle offers a sense, walks towards a goal, and I leave myself in the hands or lend myself to this knowledge that I do not have (p. 415; our translation).

In his later analyses of *Phenomenology of perception*, Merleau-Ponty attaches increasingly more importance to the imbrication self-other implied in the social field. It is impossible not to participate in the vicissitudes of the social field, its “general ambivalence” (Merleau-Ponty, 2001, p. 121), the reciprocal crossings of personal freedom, of the other, and of social interests, of relations permeated either by the effort to respect human autonomy or by the desire for domination. This is exactly because we are embodied. According to Merleau-Ponty (quoted by Saint Aubert, 2004)⁶⁴, freedom does not consume itself outside of our engagement in the social world. Consequently, it is on the background of coexistence, of imbrication, of invasion and of violence, that human action takes place, recognizes the author.

From the “intentional transgression” described by Husserl to the elements of disintegration and threat, identification and collaboration, ambivalence and invasion, present in the contributions of Sartre and Merleau-Ponty that we chose to highlight, we identified instruments that allow us to discuss the existential character of perception, attention and its vicissitudes. In other words, the problem of the sensitive life guidelines in the social world. We give attention to the other, in the sense of following his gaze, of accepting what is indicated in the way it is indicated. If on one hand we can be attentive, willing to understand as deeply as possible the experiences of the other, on the other hand, we can ignore it. Sometimes we are not even able to recognize our insensitivity. We hope to be understood, and we hope to find acceptance for our contributions in the social world. We constantly learn from the other’s gaze and action, and, in the same way, we can lead them from our perspectives. If we seek to capture the attention of the other, attract him, we can, equally, be kidnapped by their strategies of driving our attention. We resist, we deny participation in joint actions in which we find some kind of coercion or violence. We seek concentration, and we facilitate the concentration of our peers, or we destroy the conditions for the other to develop an attentive and lively perception. Either we stimulate their curiosity, or we weaken it by offering fascinating stimuli. Such possibilities refer both to the joint and collective stratum of perception. In the first one, experiences of face-to-face co-attention occur, i.e, in which people are aware of the presence of others and share attention and interact depending on what they perceive of the other’s attention. The second one concerns an entire ecosystem, or infrastructure, of social resonances that condition our perception, which found systems of common criteria, collective attentional regimes, either through institutional processes of cultural reproduction, or through methodologies called mental capitalism and which includes, for example, mass media strategies (Citton, 2014a). In this sense, Waldenfels (2010), based on the phenomenological tradition, states: “[...] attention turns out to be more than a cognitive achievement; it gives us great lessons for a *ethos of the senses*” (p. 43, emphasis added). And he completes: “this base *ethos* emerges from the acts of looking and listening that contrast with the closing of the eyes and ears” (p. 43; our translation). According to the author, paying attention to what concerns us is “ethically overdetermined” (Waldenfels, 2010, p. 44).

The relevance of the social dimension of perception for appreciation distinguishes from the ethical aspects that can be extracted from the phenomenology of perception and attention.

64 These are unpublished notes on the preparation of conferences given by Merleau-Ponty in Mexico between 1948 and 1949, kept in the Bibliothèque Nationale de France, and cited abundantly by Saint Aubert (2004).

The tension between epistemological and ethical estrangement can be examined in the interconnection of husserlian foundations of the intersubjectivity phenomenology and the contributions of its continuators. Another front of discussion refers to the examination of studies in which the relationship between the continuous reproduction of cultural and power inequalities and the naturalization of social sensibilities and insensitivities is analyzed. In this perspective, an ethics of perception is closely involved with critical epistemology. Grandjean (2019) discusses the implications of the assumptions of scientific impersonality – the idea of a scientific praxis detached from the bodily and social conditions of the scientist – in the historical erasure, as criteria of scientism, of the material links that sustain the relationships between concrete social agents, considered in terms of gender, ethnicity and social class. In this direction, Ayouch (2019) interrogates the possibility of psychoanalysis to welcome concrete subjectivations, without subsuming them to normalized models of subjectivation. This task requires, precisely, every subjective question to be inscribed “in the social, historical and political space of the subject” (p. 131). Al-Saji (2009) aggregates the assumptions of scientific impersonality in the idea of objectifying vision, which conceals not only the inherent nature of vision to the spectacle, but also the dimensions of visibility that allow objects to become the focus of perception. The diacritical systems of meaning forming objects are mainly forgotten in the objectifying view. Racialization and gender constructions, for example, make bodies visible under differential social dimensions. These dimensions, however, are not seen by themselves, which leads to the naturalization of oppression. The translation of the attention in question in the context of phenomenology can therefore encompass the suspension of sedimented social patterns of sensitivity and their critical awareness.

The body and the dynamics of sensitive experience

Speaking about our adherence to the action of the other, of resisting to it or of collective attentional regimes requires that we understand the institution of sensitivities and insensitivities. Time again has importance here, not only regarding the evolution of the distribution of the perceptual field in a given context, but also mainly in the context of the history of our acts, which refers us, in Phenomenology, to the concept of habit. The questions related to habits allow us to investigate of the establishment dynamics of perceptual experience dimensions.

This is what we see with Merleau-Ponty, author who links the discussions of habit to the expressiveness of the body scheme. According to the philosopher, habits are erected at the intersection of perception and action, in the updating of the sensorimotor scheme, also called the body scheme. In addition to the body scheme theory characterizing the body itself as a “system of immediate intersensory equivalences” (Merleau-Ponty, 2011, p.129) conjugated to outer space, in which its intentional nature is distinguished, it emphasizes the description of the bodily aptitude to “incorporate everything that serves its action” (Merleau-Ponty, 2011, p. 129), which clarifies the dynamic nature of the body scheme. And if “[the] theory of the body scheme is implicitly a theory of perception,” as Merleau-Ponty (1945/1999, P.278) demonstrates, it is necessary to understand the continuous development of perceptual life. The plasticity of the body scheme is revealed in the questions related to habit. In examples of human practices analyzed by Merleau-Ponty, all taken from the daily life of a western social

life, such as playing football, dancing, typing, music – in the figure of the organist –, driving vehicles, and the use of instruments, such as the cane or hat, stands out the “relocation and renewal of the body scheme” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 197), and, consequently, the very structure of perception. The typewriter, the ball, the football field and the game plans, a car, are instruments that can, through practice and frequentation, be integrated into the body space. Our body is an “expressive space” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 202), capable of mobilizing the power necessary for the execution of its activities in the world. Moreover, to this extent, the instruments that we incorporate over time make themselves available to this power of action, which means to say that the renewal of the body scheme is the renewal of the very possibilities of action and perception. Through the acquisition of habits, perception develops. A dancer contemplates in a dance performance elements unsuspected in the eyes of a naive spectator; a musician or an experienced auditor appreciates the work of an orchestra with attention to details that go unnoticed by those unaccustomed to classical music; a well-trained trader identifies fake banknotes with a simple swipe of the fingers. Does this mean that the “expert” – we use this term quite freely and unpretentiously – sees as a figure that, to the naive eye, remains in the background, or that he sees more, in extent and detail? Let us recall, contrary to this interpretation, what Merleau-Ponty (1945/1999, 2011) says about perceptual levels. Every perceptual scene is articulated based on levels, or reference systems. Therefore, the “expert,” as well as the naive individual for a certain activity, sees, listens, understands things according to a context. It is the very figure-ground structure of perception and action that is achieved through the bodily work of habit acquisition. This implies the inscription *of* and *in* unprecedented levels and, therefore, a new configuration of sensorimotor possibilities. It is worth highlighting Merleau-Ponty’s success in showing that it is in the body, through the work of frequenting the most varied social territories and cultural instruments, that the institution and understanding of the logic of reference systems is effective. The perceptual field, to a large extent, is based on the possibility of assuming levels of perception, of settling in them without it being necessary, or even desirable, that we reflexively strive to understand their arrangement, except in situations in which it is convenient to exercise the condition of apprentice. Between knowing how to dance and capturing the details of a dance performance, between recognizing the *démodé* character from the clothes of someone I meet on the street and the observation of what can be done and what should not be done in a given social situation, what is common is the history of the constitution of adjustments of the corporeal subject in the territories they inhabit and that allow them the enjoyment of social space, and to things a “direct power” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 337) over their body.

From Ricœur (1950/2009) it is also possible to thematize the habit regarding the sensitive experience. For the author, it is in learning that the proper temporal device of habit is found and that allows defining it based on its origin. Habits are not preformed, but acquired, or instituted, through the activities carried out in a given social environment, in a given culture. They evoke, therefore, not only the “time of life” (p. 353), and “the [*prises*] powers that thanks to time they [the subject] acquire over their body and ‘through’ it over things” (Ricœur, 1950/2009, p. 353), but, equally, historical time. According to the philosopher, the habit reveals itself as an “original involuntary” (p. 353), since it is acquired, to a large extent, as the work of will and, from its acquisition onwards, affect one’s own will. In the assumption of “‘technical’ habits, habits of civilization and culture” and “moral habits”

(Ricœur, 1950/2009, p. 354), some understanding of the tasks and continuous effort is necessary, otherwise the link of the exercises may be broken and the level of pretension of the individual, undone. It is in this sense that habits, even in the case of those socially foreseen, can be considered voluntary. On the other hand, the will does not constitute the habit itself. Ricœur (1950/2009) states: “[...] exercise possesses this spontaneous power – in itself unwanted – of drawing from the activity of perception, of movement, of imaginative evocation, of judgment, etc., *forms* that, since they are ‘segregated,’ assimilate into my own activity [...]” (p. 355, emphasis added). Such forms henceforth participate in the action as “preperceptions” or “preconceptions” (Ricœur, 1950/2009, p. 355). Ricœur does not advance as much as Merleau-Ponty in the examination of forms to the point of thematizing the so-called reference systems, but establishes the link between acquiring habits and establishing perception schemes.

The sensorimotor schemes are therefore linked to a dialectic of perception transformation based on the active constitution of perceptual structures. Based on this, could we not indicate, in the phenomenology of perception, an *ethos* of the senses based on the possibility of continuous development of perceptual schemes? Does the habit, for example, understood as openness to new phenomenal configurations, not assume an existential and, therefore, ethical character, insofar as it portrays the “power we have to expand our being in the world” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 199) and the ability to reorganize ourselves (Merleau-Ponty, 2001, p. 269) in the relationship with things and with others? It is in a similar direction that Ricœur (1950/2009) refers to habits as “*acquired ways of existing*” (p. 354; emphasis added). Secondary schemes of perception and action, which refer to acquired expertise, refer us to the primary layer of acquisition, of “new articulation” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 58). It is in the dynamics between the new and the acquired that lies the core of the discussion on the institution of dynamics of perceptual experience in an ethical plane.

Perception as astonishment

The basis of what we will develop in this last topic, dedicated both to perceptual perseverance and to mitigating the need to see everything, refers us to the principles of phenomenology of perception and attention. In the framework of the phenomenological attention paid to perception, the perennial incompleteness of the perceived is revealed. The perceived is presented in the midst of “infinite multiplicities of possible appearances” (Husserl, 1966/1998, p. 95), so that we never have full access to it. At the same time, we mostly do not perceive the top of a table, or the facade of a house, but the table itself and the house itself, even if we access them through such and such profiles. When a perceived object appears, there is, therefore, always more than itself, it unfolds a depth. This is the essence of appearing as a structure of horizons. Therefore, a distance inherent to perceptual manifestations has been demarcated and characterized by the fact that the perceived thing is absent from the profiles, although it is in them that it manifests itself (Barbaras, 2006). This condition, which in the understanding of Barbaras (2006) “challenges the principle of identity” (p. 100), opens up a fundamental contradiction with very concrete implications in the experience we make of things. On one hand, mainly due to the “already seen,” the familiar things through which we move, “[we do not] stop anticipating and pre-capturing [*présaisir*]” (Husserl, 1966/1998, p. 98). In other words, we do not cease to be content with

the properly perceived aspects of things, without advancing in more precise determinations of the objects of perception. On the other hand, perceptual experience is marked by the pretense of accomplishing something that cannot be effected in it: the exhaustion of the perceived as a sensible thing, the total consumption of all its possibilities.

In the treatment that Ricœur (1940/2013) gives to attention, there are important contributions to the discussion of perceptual pre-figuration. Attention, says the author, is often associated with phenomena of pre-perception, or anticipation, such as expectation (*attente*) and demand (*recherche*). But, he asks, would the passage from what one expects to what one meets and sees be the best model for characterizing attention? Would attention not, thus, be tied to an idea, an expectation, or prior knowledge? On the contrary, the attentive search must be characterized by dealing with things detached from preconceptions, by the aptitude to await their more determined showing. There is no room for extremism in this attitude. Ricœur does not support a perceptual activity devoiding of a temporal link and that, too poorly, would be guided by mechanical contingencies, as in classical empiricism. Besides, he also does not speak about a sovereign exercise of the self to the point that the subject does not feel requested by anything, which would configure a disinterested attitude, a posture identified with intellectualism. Perception, unlike this, takes place in a living field of determinations. Our situationality, moreover, implies the incompleteness of things. An attitude of astonishment can then be erected, says Ricœur. It is a question of actively making oneself available to phenomena, of “[...] seeking an innocence of the eye and the senses,” configuring “an openness of the spirit, a welcome to the other as another” (Ricœur, 1940/2013, p. 69).

What Ricœur calls amazement, in the context of perception and attention, would therefore consist of a posture of patient observation, based on learning from things, and welcoming doubt and surprise. Amazement involves something like a perceptual perseverance, through which the individual refrains, as far as possible, from re-knowing things without having learned to know them in fact (Gennart, 2011), and accepts the “call” of things (Husserl, 1966/1998, p. 98). The perceptual field, after all, continually urges us to see more, to get around things, to explore their depth. In a rare prose passage, Husserl (1966/1998) imagines himself in the position of the objects and describes his invocation to the percipient: “come closer and always closer, consider me and fix on me now by changing your position, your gaze, etc., you will find in me even more novelties to see” (p. 98; our translation).

The other side of phenomenological attention to the structure of perception involves the verification of the perceptual action’s claim to exhaust the field of experience without having conditions to perform such an expectation. This is perhaps the greatest lesson of perceptual perseverance and the description that accompanies it: the recognition of the transcendence of the perceived (Barbaras, 2003). At the epistemological level, this finding clashes with the assumptions of scientific rationality, whose attitude towards the invisible aspects of objects involves taking them as a transitory absence. That rationality means, however, being completed either through the technical improvement of forms of empirical and experimental exploration or by adjusting mathematical and theoretical models of explanation of natural phenomena. It also goes against the determination of the subject of perception as rational consciousness, capable of supplanting the one-sidedness of objects. For this reason, within the phenomenological tradition itself, there are attempts to renounce

the idea of consciousness. For example, Merleau-Ponty, who deals with perception from one's own body, in an intellectual movement that forces the recognition of an intimacy of the percipient with the object broader than the relationship of representation and that seeks to remove all the consequences of the condition of perceptual appearance of things. Confirmation of the perennial excess of the perceived world also has important social implications. What is perceptible has a thickness that arouses constant exploration and is therefore linked to an "irreducible dissatisfaction" (Barbaras, 2011, p.73). Modern society is characterized, among other things, by hypertrophy of sensitivity, as is seen, for example, in relation to the historical proliferation of images. Everything happens, for Barbaras (2011), as if we respond to the desire for visibility with quantitative accumulation of images, as if we answered the question about the invisible "by a multiplication of the visible" (p. 74), with which we fall into the contradiction of wanting to see everything, of aiming to exhaust the sensitive elements, without, however, being able to dwell on them; it is necessary to quickly move from one thing to another, in a movement that leads to distraction. In Phenomenology, as in the artistic use of images, the appeasement of the desire to perceive occurs, on the contrary, by the unveiling of the "constitutive invisibility of the visible" (Barbaras, 2011, p.75), which coincides with the admission of the impossibility of satiating our sensitive frustration.

Therefore, in Phenomenology, there is a convergence between perceptual perseverance and the appeasement of the need to perceive. It is necessary to explore the terms of this approach, as well as its epistemological and social implications, seeking to investigate its relationship with an *ethos* of perception.

Final considerations

In this chapter, we dealt with the possibility of addressing to the phenomenological descriptions of perception and attention issues that go back to their possible ethical developments. We presented four interconnected and concentric topics that can organize this reflection: the phenomenological attitude understood as conversion of the gaze; the social condition of perception; the dynamism of sensitive experience linked to bodily spontaneity; and perception conceived as availability to the perceived world, as amazement.

Each of the four topics of study is connected to specific problems. We must highlight the main ones as questions. (1) Can the phenomenological attitude be approximated to a way of perceiving? Does conceiving it in this way allow a more concrete conformation of phenomenological reduction? What is the relationship between reduction as an experience of emancipation and the refinement of phenomenological descriptions about our pre-reflective belonging to the world? (2) What are the implications of the tension between epistemological and ethical estrangement, within the phenomenology of intersubjectivity, for the study of the social dimension of perception? How do phenomenological investigations of perception and attention contribute to the discussion of reproduction, naturalization, and awareness of social sensitivities and insensitivities? (3) How is the continuous development of perceptual schemes based on the plasticity of our sensorimotor schemes? To what extent can the institution of dynamics of perceptual experience be associated with the broadening of our ways of perceiving and existing? (4) What are the expressions of the contradiction between the tendency to see in the form of the "already seen" and the desire to exhaust the perceived,

between distraction and sensible saturation? How do perceptual perseverance and the appeasement of the need to perceive intertwine in the phenomenology of perception, and how does their convergence reflow over the contradictions of the habitual way of perceiving?

Through these questions, it may be possible to see the problematization, in the phenomenology of perception, of the modification of the individual from the possibility of transforming their way of perceiving, which can lead us to the discussion of the conception of the forms of choosing and conducting life based on perception differences.

References

Al-Saji, A. (2009). A phenomenology of critical-ethical vision: Merleau-Ponty, Bergson, and the question of seeing differently. In Renaud Barbaras, Mauro Carbone, Wayne Froman, Leonard Lawlor, Pierre Rodrigo, Luca Vanzago (eds.), *Chiasmi International*, vol. 11: *Penser sans dualismes aujourd'hui* (pp.375-399). Paris, FR / Milano, IT: Vrin; Mimesis Edizioni.

Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*. Curitiba, PR: Calligraphie.

Barbaras, R. (2003). *Vie et intentionnalité: recherches phénoménologiques*. Paris, FR: Vrin.

Barbaras, R. (2006). *Le désir et la distance: introduction à une phénoméologie de la perception* (2a ed.). Paris, FR: Vrin.

Barbaras, R. (2011). *Investigações fenomenológicas: em direção a uma fenomenologia da vida*. Curitiba, PR: Editora UFPR.

Carbone, M. (2011). *La chair des images: Merleau-Ponty entre peinture et cinéma*. Paris: Vrin.

Carbone, M. (2016). *Philosophie-écrans: du cinéma à la révolution numérique*. Paris: Vrin.

Cerbone, D. (2014). *Fenomenologia* (C. Souza, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Citton, Y. (2014a). *Pour une écologie de l'attention*. Paris, FR: Éditions du Seuil.

Citton, Y. (Org.) (2014b). *L'économie de l'attention*. Paris, FR: La Découverte.

Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. (T. Montenegro, trad.). São Paulo, SP: Cosac Naify.

Crawford, M. (2015). *The world beyond your head: on becoming an individual in an age of distraction*. New York, NY: Farrar, Straus & Giroux.

Depraz, N.; Varela, F. & Vermersch, P. (2011). *À l'épreuve de l'expérience: pour une pratique phénoménologique*. Bucarest: Zeta Books.

Foessel, M. (2012). *Après la fin du monde: critique de la raison apocalyptique*. Paris, FR : Éditions du Seuil.

Gennart, M. (2011). *Corporéité et présence: jalons pour une approche du corps dans la psychose*. Argenteuil, FR: Le Cercle Herméneutique.

- Guenther, L. (2020). Critical phenomenology. In G. Weiss, A. Murphy & G. Salamon (Orgs.). *50 concepts for a critical phenomenology* (11-16). Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Grandjean, N. (2019). Attention ou vision : quelle éthique pour la standpoint theory. In N. Grandjean & A. Loute, *Valeurs de l'attention: perspectives éthiques, politiques et épistémologiques* (223-243). Villeneuve d'Ascq, FR : Presses Universitaires du Septentrion.
- Grandjean, N. & Loute, A. (2019). *Valeurs de l'attention: perspectives éthiques, politiques et épistémologiques*. Villeneuve d'Ascq, FR : Presses Universitaires du Septentrion.
- Husserl, E. (1972). *Philosophie première, deuxième partie: théorie de la réduction phénoménologique*. Paris, FR: PUF. (Trabalho original publicado em 1959)
- Husserl, E. (1998). *De la synthèse passive: logique transcendantale et constitutions originaires*. (B. Bégout & J. Kessler, trads.). Grenoble, FR: Jérôme Millon. (Trabalho original publicado em 1966).
- Husserl, E. (2001a). *Méditations cartésiennes: introduction à la phénoménologie* (E. Levinas, trad.). Paris, FR: Vrin. (Trabalho original publicado em 1931).
- Husserl, E. (2001b). *Sur l'intersubjectivité II* (N. Depraz, trad.). Paris, FR: PUF.
- Husserl, E. (2004). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale* (G. Granel, trad.). Paris, FR: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1954).
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (Carlos Alberto Ribeiro de Moura, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945).
- Merleau-Ponty, M. (2001). *Psychologie et pédagogie de l'enfant: cours de Sorbonne 1949-1952*. Lagrasse, FR: Verdier.
- Merleau-Ponty, M. (2011). *Le monde sensible et le monde de l'expression: cours au Collège de France, notes, 1953*. Genève, CH: Metispresses.
- Moinat, F. (2010). Phénoménologie de l'attention aliénée: Edmund Husserl, Bernhard Waldenfels, Simone Weil. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 45-58.
- Ricœur, P. (2009). *Philosophie de la volonté. 1. Le volontaire et l'involontaire*. Paris, FR: Éditions Points. (Trabalho original publicado em 1950).
- Ricœur, P. (2013). L'attention: étude phénoménologique de l'attention et de ses connexions philosophiques. In P. Ricœur, *Anthropologie philosophique: écrits et conférences 3* (pp.51-93). Paris, FR: Seuil. (Original publicado em 1940).
- Saint Aubert, E. (2004). *Du lien des êtres aux éléments de l'être: Merleau-Ponty au tournant des années 1945-1951*. Paris, FR: Vrin.
- Sartre, Jean-Paul. (1980). *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard. (Original publicado em 1943).
- Türcke, C. (2010). *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Varela, F. (2004). *Quel savoir pour l'éthique: action, sagesse et cogition* (F. Regnot, trad.). Paris, FR: La Découverte.

Waldenfels, B. (2010). Attention suscitée et dirigée. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 33-44.

Weil, S. (2002). *La condition ouvrière*. Paris, FR: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1951)

Weiss, G.; Murphy, A. & Salamon, G. (Orgs.) (2020). *50 concepts for a critical phenomenology*. Evanston, IL: Northwestern University Press.



THEORIES OF MORAL DEVELOPMENT FROM AN INTERACTIONIST PERSPECTIVE: JUDGMENT, REASONING, AND PERSONALITY

**Rita Melissa Lepre⁶⁵
Vitor de Moraes Alves Evangelista⁶⁶**

Moral psychology is an area of developmental psychology “that studies psychic processes by which moral rules, principles, and values are legitimized, understanding moral as something of the order of duty” (La Taille, 2007, p. 11). Cruz Puerto (2020) states that the psychology of moral development aims at studies and research on how moral values and actions are constructed and stabilize throughout life, based on ontogenesis and social interactions.

Many theories and investigations constitute the body of moral psychology, including studies on moral development. We agree with Saracho and Evans (2021) when stating that, by rescuing knowledge about development theories created in the past and adding them to the knowledge produced today, we can better understand child development and put it at the service of children themselves, especially when standing on the “shoulders of giants,” who in this case are classic theorists of moral psychology, and the progress of the area.

La psicología del desarrollo moral ha tenido un amplio progreso en las últimas décadas, de la mano con temáticas como la justicia social, los derechos humanos, la equidad, la educación y la política (Fernández, 2009). Esta vertiente de la psicología nace con los trabajos de Piaget (1984) y Kohlberg (1969; 1992) quienes sostienen que el desarrollo de la moral tiene un modelo paralelo y similar al desarrollo cognitivo e intelectual, en términos de estructuras adaptativas que se transforman a partir de la interacción del individuo con su entorno, siendo la agencia y la acción los ejes centrales de cambio de dichas estructuras [...] (Cruz Puerto, 2020, p. 98).

This article aims to present and reflect on three interactionist theoretical models that focus on the development of moral judgment (Piaget, 1932/1994), moral reasoning (Kohlberg, 1992), and moral personality (Puig, 1998 a/b, 2004). Moral development, from the interactionist perspective, is a psychogenetic process that occurs throughout life by the interactions

65 Psychologist, Master and PhD in Education. Specialist in Neuropsychology. Associate Professor in Psychology of Education.

66 Psychologist, Master and PhD in Psychology. Postdoctoral researcher in Psychology from UNESP/Assis.

of individuals with the environment where they are inserted, which enables a constant construction and reframing by self-regulation. In psychology, the main representative of this perspective is the Genevan epistemologist Jean Piaget, who gathered pioneering empirical studies on the topic in his book *The Moral Judgment of the Child* (1932/1994).

According to Piaget (1932/1994, p. 23), “all morality consists in a system of rules, and the essence of all morality is to be sought in the respect which the individual acquires for these rules.” This respect is neither in the rule itself, outside the individual, nor in innate human structures, within the individual, but it is actively constructed by the interactions and experiences of individuals since their early age.

Based on Piagetian studies, other researchers agreed, expanded, or altered aspects related to moral development, producing new proposals and focusing on other elements beyond judgment, such as Kohlberg (1981, 1983, 1984, 1992), who addressed the development of moral reasoning, and Puig (1998, 2004), who sought to build the understanding of a moral personality. This article presents the main characteristics of each of these theories, aiming at the reflection and development of new studies in Moral Psychology.

The development of moral judgment – Jean Piaget (1896–1980)

We aimed to study moral judgment and not moral behaviors or feelings (Piaget, 1932/1994, p. 21; our translation).

The Genevan epistemologist Jean Piaget revolutionized studies on children’s intelligence by showing that children think qualitatively differently from adults and knowledge is built from the active interaction of individuals with the environment by self-regulation. Piaget also pioneered empirical studies on the development of moral judgment in children. According to Saracho and Evans (2021), even in the first part of the 21st century, his works are still a source for many studies on cognitive development and in the area of moral development. “His concepts continue to originate innovative perspectives” (Saracho & Evans, 2021, p. 994; our translation).

In *The Moral Judgment of the Child* (1932/1994), Piaget presents empirical studies related to the psychogenetic path to build moral autonomy, the two types of social relationships (constraint and cooperation), the two types of respect (unilateral and mutual), the construction of the notion of justice, among other topics.

When assessing children playing marbles, based on the practice and awareness of rules, Piaget (1932/1994) found a psychogenetic path in moral development that includes three moments: anomie, heteronomy, and autonomy. Anomie is a pre-moral moment, in which children do not yet really care about rules or understand their meaning, even if they already perceive irregularities in both social relationships between people and the social environment where they are inserted. In heteronomy, rules are sacred and immutable and always come from outside the individual, especially from adults and authorities. Unilateral respect and constraint reinforce the characteristics of heteronomy. In turn, in autonomy, individuals internalize rules and understand them as the result of collective agreements, derived from mutual respect and cooperation.

According to Piaget (1932/1994), individuals are born without any knowledge about the normative world (anomie), thus, they begin to learn the rules throughout their development and socialization. His great contribution to the area was to affirm the existence of two moralities in children: heteronomous and autonomous. According to Piaget (1932/1994), the types of relationships experienced by children are responsible for giving opportunity or not to autonomous morality, which, for him, is a form of balance superior to heteronomous morality (Caetano et al., 2019, p. 3; our translation).

According to Aguiar and Barguil (2021), moral and thought development are not spontaneous processes, as some interpretations of the Piagetian theory suggest, but “for people to be autonomous, it is necessary that, in interactions with others and the world, they have the freedom to reflect and act according to their own judgment, taking responsibility for the consequences of their action” (p. 2530; our translation).

To adequately encourage these reflections, the phenomenon of respect becomes an “undeniable functional unit” (Piaget, 1932/1994, p. 28) that presents itself in both unilateral and mutual respect. Unilateral respect implies inequality between the one who respects and the one who is respected and an inevitable constraint of the “superior” by the “inferior.” On the other hand, in mutual respect, the individuals involved consider themselves equal and respect each other by cooperative relationships (Piaget, 1930/1998).

According to Biaggio (2006), Piagetian conceptions of justice also evolve from an idea of retribution and revenge (retributive justice) to the idea of recovery of the guilty and reparation. Equality and, finally, equity become values (distributive justice) and the notion of immanent justice disappears (punishment by nature itself). The evolution of moral judgment in all these aspects is based on the heteronomy-autonomy dimension, that is, “children go from a moral of authority imposed from the outside, by others, to an autonomous moral, of their own individual consciousness” (Biaggio, 2006, p. 23). The development of the notion of justice depends essentially on solidarity and mutual respect among children. The role of adults is essential, as they can positively or negatively influence the development of justice. However, Piaget points that cooperative relationships between equals decisively influence the development of the notion of justice.

The Piagetian psychology tries to rescue rational and conscious individuals who are responsible for their actions and, thus, do not forget their social condition. Piaget distances himself from Durkheim’s sociologism, giving individuals an autonomy that goes beyond the responsibility for their actions, allowing them to use their moral conscience to judge the action of others or act morally. However, Piaget is influenced by Durkheim in terms of forms of solidarity: mechanical solidarity, governed by coercion, and organic solidarity, governed by cooperation, establishing the structuring principles of moral conscience.

For Freitag (2005), in genetic psychology, Piaget restores Hegel’s dialectic between individual and society and goes beyond, rescuing the moral autonomy of the individual, which is widespread by the philosophy of illustration. Piaget sees in the individual consciousness of the rule a correspondent of its social consciousness. “Now, criticism is born of discussion, and discussion is only possible among equals: cooperation alone will therefore accomplish what intellectual constraint failed to bring about” (Piaget, 1932/1994, p. 298-299).

Thus, cognitive development and, above all, the reduction of egocentrism are important conditions for the construction of moral autonomy since it promotes automatic evaluations of social situations in a relationship with heteronomy. According to Piaget (1930/1998), “personality and autonomy thus imply each other, while egocentrism and heteronomy coexist without annulling one another” (p. 30; our translation).

The field of moral psychology provides support for these assumptions. Studies show that people need about 250 milliseconds to decide whether something is right or wrong (Van Berkum, Holleman, Nieuwland, Otten, & Murre, 2009) and make moral evaluations even when they are unable to explain them (Haidt, 2001) or the logic behind their decisions due to poor verbal skills (Hamlin, 2013). Therefore, moral judgments, just as any other judgment, can be produced automatically (Bargh, 1994), suggesting that the automatic side of social and moral judgments makes them prone to egocentric biases (Bocian et. al., 2020, p. 3; our translation).

In this sense, in line with Piaget (1930/1998, 1932/1994), we think about the role of the school and the possibility of a moral education or values aimed at the development of autonomous morality, which involves the reduction of egocentrism from an ethical coexistence among children. For Piaget (1930), moral education is based on cooperation and mutual respect, which are built during and by social interaction.

When analyzed in the social context, cooperation is incompatible with all forms of constraint, authoritarianism, and unidirectionality. Instead, it leads to solidarity, autonomy, and the sense of justice. The relationship between social and individual aspects is precisely in the compatibility of logic and reciprocity, as it allows individuals to build values at both intellectual and social level that are increasingly distant from egocentric attitudes (Alves et al., 2022, p. 335; our translation).

When addressing moral education procedures, Piaget (1930/1998) presents two possibilities: verbal procedures and active methods.

Verbal procedures are based on the teacher’s authority as a source of morality, that is, “the lesson is, consequently, the place of dissemination of the ready truth and the child is coerced into receiving it from the outside” (Piaget, 1930/1998, p. 41). These procedures seek to summon children’s morality by verbal examples and stories with paragons of virtue, as if they were models to be followed. Piaget adds a point to this procedure: “[...] maintaining the right proportions, the ‘moral lesson’ should not be outlawed. However, it will only develop productively in the event of an authentic social life within the class itself.” (Piaget, 1930/1998, p. 42). Thus, in a sociomoral environment with cooperation and reciprocity, using stories and other texts to promote a collective reflection and discussion, in which children can analyze the values presented, is possible. Conceição and Ferreira (2020), for example, developed a work of education in values by literary reading, using texts and stories, from the perspective of the child’s activity. The authors state:

Regarding the work with literary reading, we observe that few pedagogical practices value reading considering the reader’s point of view. Regarding the work with moral values, we perceive a fragmented work, dissociated from the family and social environment in which we are all inserted. The school institution still cannot see that the work with morality is inserted transversally in the curricular components and themes to be worked on throughout the school trajectory (Conceição & Ferreira, 2020, p.144; our translation).

Active methods, in turn, propose that moral education be developed by the child's activity and the school should be a medium for the moral experiences of students, not as a special subject, but a "particular aspect of the whole system" (Piaget, 1930/1998, p. 43).

Thus, the Piagetian theory about the development of moral judgment in children, besides offering a robust theoretical model from the conceptual and methodological perspective, can serve as a basis for a pedagogical praxis committed to education in values in school, aiming at the construction of autonomous and critical individuals, who have reciprocity, cooperation, and mutual respect as the basis of their social relationships, and seeking for a more just society and a more harmonious and livable world for all people, encouraging individuals to fight for the necessary social changes.

The development of moral reasoning – Lawrence Kohlberg (1927–1987)

Lawrence Kohlberg was strongly influenced by Jean Piaget's theory about the development of moral judgment and sought to broaden and reformulate some Piagetian conceptions, especially regarding the definition of levels and stages of development of what he called moral reasoning.

Kohlberg is part of the group of cognitive-evolutionary theories, which has the theory of stages as one of its fundamental points, stating that sociomoral development, as well as cognitive development, occurs by stages (Lepre, 2005; Bataglia, Morais & Lepre, 2010). Similarly to Piaget, Kohlberg saw the sequence of stages as universal and invariant, that is, all people, in any culture, would undergo the same sequence of stages, although not all of them would be able to reach the highest stages. However, Vilarrassa (1998) and other authors showed that Piaget always established a certain relativity for stages of cognitive and, above all, moral development. Heteronomy and autonomy are considered phases or moments of development and are not closed as stages. By establishing stages of reasoning of justice, focused on aspects of righteousness and not emotions or actions, Biaggio (1997) states that Kohlberg approaches Piaget by addressing the dimension of heteronomy-autonomy and moves away from him by presenting a more precise and discriminated conceptualization of these stages. Kohlberg, from a research with adolescents, concludes that heteronomy and autonomy were insufficient to classify and categorize all types of moral reasoning (Lepre, 2005; Bataglia, Morais & Lepre, 2010).

Kohlberg (1992) suggests the existence of three levels of moral reasoning and each level can be subdivided into two, totaling six stages:

- a. I) Preconventional level: characteristic of most children aged up to around nine years, based on individual needs. This level includes the following stages:
 - b. a) Stage 1 – Punishment and obedience orientation: something is morally correct when it is not punished;
 - c. b) Stage 2 – Instrumental-relativist orientation: a morally correct action is based on the pleasure or satisfaction of the needs of an individual (individualism).
- d. II) Conventional level: based on the correct performance of roles and the meeting of social expectations. It is subdivided into:

- e. c) Stage 3 – Morality of the good boy, social approval and interpersonal relationships: the morally right behavior is based on the approval of the other;
- f. Stage 4 – Law and order orientation: the authority, fixed rules, and the maintenance of social order are greatly respected. Duty must be done.
- g. III) Postconventional level: morality by universalizing principles (autonomy). This level includes:
 - h. Stage 5 – Social contract orientation: laws are not valid by the mere fact that they are laws. They can be unjust and should be changed when necessary.
 - i. Stage 6 – Universal ethical principles: the individual recognizes the universal moral principles of individual consciousness and acts accordingly. If unjust laws cannot be changed, the individual resists rather than conforms to the established power and the authority.

We observe a parallelism between cognitive development and the development of moral reasoning, highlighting that the development of an advanced moral reasoning would depend on an advanced logical reasoning and, therefore, only individuals who had already developed a formal operational thinking would be able to develop an autonomous moral reasoning from the postconventional level (stages 5 and 6). However, we must be cautious, as, although this condition is necessary, it is not enough, since many individuals may present a logical stage higher than their moral stage without having a moral stage higher than their logical stage (Lepre, 2005).

According to Kohlberg (1992), besides stages of logical development, stages of social perception define the way an individual perceives other people, interpreting their feelings and, consequently, the role they occupy in society. Stages of perception are strictly related to moral stages, but in essence they are broader, since they do not address only justice or choosing between right and wrong.

For Biaggio (1997), from the cognitivist perspective, Jean Piaget pioneered morality studies when he published the book *The Moral Judgment of the Child* in 1932, although he did not continue his studies on morality in individuals older than 12 years of age. However, Kohlberg's theoretical contribution undoubtedly dominated and influenced studies on moral development in the last three decades of the 20th century.

Kohlberg's theory of moral reasoning is the only one with a structured universal sequence, in which higher stages (5 and 6) are part of the postconventional thinking. Unlike psychological and social explanations, which consider the internalization of values of society the end point of moral development (Durkheim's, Freudian, and behaviorist theories), Kohlberg states that moral maturity is achieved when "the individual is able to understand that justice is not the same thing as the law; that some existing laws can be morally wrong and, therefore, must be changed" (Biaggio, 1997; our translation). For him and his collaborators, cognitive conflict is the process that promotes maturation, which must be understood as a construction towards higher stages.

As a technique to assess the level of development of moral reasoning, Kohlberg proposed the performance of individual interviews and evaluated the predominant stage of moral

judgment by analyzing responses to moral dilemmas. Shimizu (2002) points that Kohlberg's moral stages were initially defined in studies based on three types of responses to ten hypothetical moral dilemmas, some of which are still used in tools of moral judgment. At first, Kohlberg presented the stages of development in 25 aspects separated into seven major groups: rule, altruism, awareness, personal well-being, sense of duty, justice, and role-taking. Menin (1999) highlights that, with the emergence of new research, new data eventually invalidated this form of classification, making Kohlberg develop a new form of analysis, focusing on the structure of judgments and not on particular contents.

From the stages found and described, Kohlberg proposed a moral education program aimed at guiding and providing children and adolescents with the possibility of evolution and growth from one level of moral development to another, in which they should be encouraged to experience, reflect, and question moral and ethical issues. This idea, based on the concept of autonomy, would seek to create conscious individuals committed to moral attitudes and thoughts.

Kohlberg's work is exceptionally important in the study of morality, especially by supporting the topic in a constructivist cognitive approach, focusing on moral reasoning. His moral education goes beyond the simple and effective favoring of moral development, as its precept is democratic moral education, which intends to provide individuals with a very developed moral conscience focused on autonomy, responsibility, and cooperation, or, as Kohlberg proposed, an education for a just society.

Over many decades, Kohlberg's theory of moral development was predominant in the literature of cognitive moral development. This universal influence has become particularly evident in its application to political and moral education. It contributed to more critical evaluations of Kohlberg's affirmation regarding the universality of his model. A more detailed evaluation of Kohlberg's theoretical conceptualization suggested the application of universal assumptions masked by Eurocentric values and possible inconsistent biases. [...] While Kohlberg's work had its value recognized, evaluations showed the lack of support from some areas. They discovered that moral reasoning is negotiated in the context and, therefore, must be understood within the local sociohistorical, cultural, and economic environment. (Saracho & Evans, 2021, p. 996-997; our translation).

Langenhoff, Dahl, and Srinivasan (2022) state that children can learn about different types of moral norms by observing other people. The authors presented two studies with preschool children and adults that assessed how participants built and applied their understanding of new moral and conventional norms from two direct social experiences, involving moral and conventional conditions of a fictional character.

Preschool children and adults quickly constructed different moral and conventional evaluations of the new actions. These studies provide experimental support for the idea that children and adults construct different moral and conventional norms from social experiences, which, in turn, guide their judgments, reasoning, and behavior. (Langenhoff et al., 2022, p. 1; our translation).

Thus, Kohlberg's theory of moral reasoning, besides presenting a stable model for the understanding of human morality, reinforces the importance of social relationships based on cooperation and mutual respect for the construction of moral autonomy.

The development of moral personality – Josep Maria Rovira Puig (1951–present) and the Grupo de Investigación en Educación Moral (GREM)

GREM is a research group in moral education linked to the University of Barcelona and created in 1989 by Professor Puig. This group was born from teamwork on moral education and the construction of citizenship, from professors of the Faculty of Pedagogy. Among the theoretical bases in psychology adopted by the group, Piaget's and Kohlberg's works stand out (Buxarrais, 2015).

The work of the group is specified in the elaboration of the model called “construction of the moral personality.” From GREM we understand that moral education as a construction starts, as the first precept, from the conviction that morality is not something given in advance, presupposed, or that is simply decided or chosen; rather, morality must be generated thanks to a complex effort to elaborate or re-elaborate the ways of life and the values that are considered correct and adequate for each situation. We understand that the development of the subject's moral personality depends on contact (and socialization) with the elements that make up their culture, for example, family, street, school, friends, sports, art, media. However, moral education also depends on the individual himself, as a question with himself: self-education as a principle of autonomy (Buxarrais, 2015, p. 1; our translation)

For Puig (1998), Jean Piaget's *The Moral Judgment of the Child* became a pioneer due to the empirical treatment of moral themes and, although new works on this field have been published, this book is still essential, especially due to the clinical method used, based on conversations with children from brief narrations directed to the topic studied. According to the author, Piaget criticizes Durkheim's unilateral stance, stating that his theory is dedicated to external and heteronomous aspects of morality. Piaget understands that moral reality is not innate, but results from cognitive development and social relationships established among children, their equals, and adults. However, although social relationships are the main element in the development of moral judgment, they may have different natures, as well as morality, which can be heteronomous, as a result from social relationships of coercion, or autonomous, as a result from cooperation relationships. If heteronomous morality is favored by pressure relationships among adults, relationships of unilateral respect, which are based on inequality between children and adults and lead to the sense of duty and obligation, autonomous morality comes from cooperative relationships among equals. These relationships are based on companionship and mutual respect among individuals who consider themselves equal. Instead of the sense of duty, individuals develop a sense of good and responsibility, which leads to autonomy.

Autonomous morality comes from overcoming egocentrism and the emergence of cooperative conducts. The ability of individuals to understand the point of view of others and argue based on their own opinions is necessary for moral judgment to evolve from heteronomous to autonomous (Puig, 1998, p. 50; our translation).

Puig (1998) shares Piaget's and Kohlberg' idea that morality is built and understands it as “a task of personal and collective construction and reconstruction of valuable moral forms” (p. 73; our translation). However, beyond Piaget's and Kohlberg's moral theories, Puig (1998) seeks to relate morality and personality, making the work more complex, since it involves many factors (judgments, reasoning, feelings, self-concept, unconscious aspects, etc.) in

constant interaction in an individual socially and culturally inserted in an ecological-moral environment that offers many moral experiences (Arantes, Araújo & Silva, 2019)

In *The Construction of Moral Personality*, published in Brazil in 1998, Puig presents a concept of moral personality strongly linked to moral education, defining the following elements or components of this construction:

- a. “The construction of moral personality starts from a double process of adaptation, to society and to the very individual” (Puig, 1998, p. 74). That is, initially, individuals need to understand social guidelines for coexistence and then actively adapt to them;
- b. In a second moment, moral personality relates to the transmission of desirable moral values, such as justice, freedom, and equality. “Cultural elements of this nature are the basis of the desirable moral beliefs and habits that we collect in the second moment of moral education” (Puig, 1998, p. 75; our translation);
- c. The construction of personal capacities of judgment, understanding, and self-regulation, which may allow individuals to autonomously face daily conflicts. “Therefore, it is about forming the autonomous moral consciousness of each individual and making them a space of moral sensitivity, rationality, and dialogue” (Puig, 1998, p. 75; our translation);
- d. “Finally, the construction of moral personality concludes with the construction of biography itself, as a dynamic crystallization of values, as a space for differentiation and moral creativity” (Puig, 1998, p. 75; our translation).

In an interview with Arantes, Araújo, and Silva (2019), Puig explains:

Moral personality is like Russian dolls: in the inner layer, we have moral intelligence with all the skills that define it; in a second layer, we find the set of habits of value that individuals learn by their participation in cultural practices; and the third personality layer refers to the meaning we give to lived experiences, moral principles and values that we consider of our own, and, finally, the biographical narrative that we make of ourselves and how far we want to project it (p. 19; our translation).

Puig presents an educational proposal aimed at combining the learning of content, values, and skills with the practice of community service. The project called Service-Learning assumes that, by facing the real needs of the social environment itself during their training, participants will be better able to work for the community and willing to improve it. Learning the curricular knowledge linked to the service activity and the civic values and virtues applied during the proposal are the two aspects strengthened. Besides linking needs and services to learning, according to Puig, this proposal would function as a pedagogical methodology aimed at the real social needs of the community, thus breaking with the isolation of educational institutions and encouraging the analysis and critique of reality. Thus, the real action may eliminate the thought based on simple assistentialism in order to create bonds of affection, empathy, and reciprocity (Arantes, Araújo & Silva, 2019).

Similarly to Puig’s proposal, contributions to moral education should be guided by cultural change and based on cooperation, social cohesion, responsibility, and solidarity, beyond the individualism valued in the contemporary educational system. “Education in values and for citizenship requires everything: spaces for reflection and dialogue and spaces of

active commitment in the community to improve it” (Arantes, Araújo & Silva, 2019, p.17; our translation).

Final considerations

Interactionist theories of moral development, which contribute to the theoretical body of psychology of human morality, are important bases for researchers and students of the topic. In the three theories presented, individuals build their morality (judgment, reasoning, or personality) in and by the interaction with the social environment, making it a phenomenon that goes beyond a personal quality, but involves a whole historical and social context and its mutual relations.

The definition of morality changed in both its composition and understanding. In the past, morality was considered a personal quality that people had or not (Wendorf, 2001); however, it is understood today as a complex social construction that emerges from the effort of an individual to reconcile personal values of right and wrong with the norms and expectations of society (Rest, Narváez, Thomas & Bebeau, 2000). (Rook et al., 2021, p. 1722; our translation).

However, social norms and expectations must be understood from a dialectical conception, in which individuals and social constructions communicate and mutually and continuously reframe each other, enabling transformations in both the individual and the social environment when necessary.

Without abandoning the need to understand individuals as beings inserted in a specific social context, producing their own subjectivities, the interactionist perspective over morality tries to rescue the concept of morally conscious individuals responsible for their actions. By understanding that individuals cannot be totally subjected to the social, interactionist theories propose that individuals must be constituted by freedom and autonomy so that they can resist social pressures and, thus, base their actions and judgments on rational standards. Interactionist theories go beyond purely philosophical satisfaction, as they seek to validate them by observation, experimentation, and dialogue, aiming to constantly consolidate and reformulate their theoretical hypotheses (Freitag, 2005). These theories are essential to understand that social values have been increasingly affected by the processes of globalization, technological advances, and the development of the world economy, and this transformation directly interferes in the construction of ethical values and changes not only social relationships, but the conceptions of contemporary morality.

Regarding a possible general consensus on morality, it presupposes the ability to: 1) discriminate right from wrong; 2) act according to this distinction; and 3) show pride for the correct behavior and feel guilt or shame of violating personal standards (Rook et al., 2021, p. 1722).

Finally, from the perspective we defend, morality is constructed interactively, based on social experiences, and the presence of relationships of cooperation, mutual respect, solidarity, and recognition of the other is essential, always as an end in itself.

References

- Aguiar, D. C. V.; Barguil, P. M. (2021). O aprendiz e a (im)possibilidade da autonomia. *Filos.e Educ.*, Campinas, SP, 13(2), 2516-2546.
- Alves, R. M. P.; Oliveira, F. N.; Godoi, G. A., Sanchez Júnior, S. L. (2022). A Educação Infantil como espaço para a constituição do sujeito: a interação, o ambiente sociomoral e os conflitos interpares. *Conjecturas*, 22(3), 330-344.
- Arantes, V.; Araújo, U. F.; Silva, M. A. M. (2019). Josep Maria Puig: uma vida dedicada à Educação em Valores. *Educ. Pesq.*, São Paulo, 45(1), 01-44.
- Bataglia, P. U. R., Morais, A.; Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 25-32.
- Biaggio, A. M. (1997). Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo: Moderna.
- Bocian, K; Baryla, W;; Wojciszke, B. (2020). Egocentrism shapes moral judgements. *Soc Personal Psychol Compass*. 14:e12572.
- Buxarrais, M. R. (2015). Educación moral y ciudadanía. el modelo de construcción de la personalidad moral. 41 Conference of the Association for Moral Education. Brasil.
- Caetano, L. (et al). (2019). Concepções educativas morais de crianças e adolescentes: diálogo entre teoria do juízo moral de Piaget e teoria do domínio social de Turiel. *Educação e Pesquisa*, 45(1), 1-19.
- Conceição, L. R. Ferreira, P. E. (2020). Leitura literária e valor moral: relato de experiência de um trabalho urgente e possível em sala de aula. In LEPRE, R. M.; ARRUDA, A. C. J. Z. *Moralidade, escola e contemporaneidade: bases teóricas e relatos de experiências* (pp.143-151). Bauru, SP: Gradus.
- Cruz Puerto, M. S. (2020). Desarrollo moral: Tres comprensiones. *Revista Iberoamericana de Psicología*, 13(1), 95-103.
- Freitag, B. (2005). Itinerários de Antígona: a questão da moralidade. Campinas: Papirus.
- Koga, V. T.; ROSSO, A. J. (2021). Estrutura das representações sociais das regras escolares. *Práxis Educativa*, 16(1), 1-19.
- Kohlberg, L. *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao, Spain: Desclée de Brouwer, 1992.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on moral development - v. I. The Philosophy Of Moral Development*. São Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development – v. II. The Psychology Of Moral Development*. São Francisco: Harper & Row.
- Kohlberg, L., Levine, C.; Hwer, A. (1983). *Moral stages: a current formulation and a response to critics*. Cambridge: Karger.
- La Taille, Y. (2007). Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral. *Psicologia USP*, 18(1), 11-36.



CONTRIBUTIONS OF THE VYGOTSKY'S SOCIO-HISTORICAL PERSPECTIVE FOR MENTAL HEALTH AT WORK

Maria Luiza Gava Schmidt⁶⁷
Ana Paula de Araújo Fernandes⁶⁸
Paulo Roberto Ribeiro Marinho⁶⁹

Socio-Historical Cultural Theory – link between work and health

From the perspective of Historical-Cultural Psychology, man is a social being. Vygotsky (1988) states that there is a process of humanization of this individual, which occurs through cultural appropriation, since their biological apparatus is capable of development, but it is not enough for them to become human.

According to Vygotsky (1988), their development is determined by the socio-historical context and by the society in which they are inserted. Such development occurs via the specifically human activity known as work, mediated by tools which are created by the individual themselves to meet their needs. In other words, people transform nature based on their needs and to do so, they produce objects and the means of production to make those objects. Through this process of acting on nature and transforming it, people themselves are transformed, develop new abilities, behaviors, and produce culture (Aita, Castro, Luceba & Tuleski, 2015).

Aita, Castro, Luceba, and Tuleski (2015) state that the knowledge produced in the elaboration and use of these instruments develops human skills. These skills and knowledge that are developed in the course of work become embodied in its products (material and intellectual) and when the individual develops an activity that reproduces motor and intellectual operations

67 PhD, Assistant Professor in the Department of Social Psychology and in the Graduate Program in Psychology within the line of Psychological Processes and Human Development Contexts, at the College of Sciences and Letters – Unesp, Assis/SP Campus.

68 Clinical psychologist, Master's Student in the Graduate Program in Psychology within the line of Psychological Processes and Human Development Contexts, at the College of Sciences and Letters – Unesp, Assis/SP Campus.

69 Psychologist in the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP Câmpus São Roque/ SP. Master and PhD student in the Graduate Program in Psychology within the line of Psychological Processes and Human Development Contexts, at the College of Sciences and Letters – Unesp, Assis/SP Campus.

that are embodied in these objects, they appropriate the capacities placed there, in a learning process that may result in the development of higher psychological processes. Thus, it is through the internalization of socially and historically produced activities that people develop their psyche (Aita, Castro, Luceba, and Tuleski, 2015).

This process of internalization takes place via signs, with language being the most important sign system. Therefore, if higher psychological functions develop via the appropriation of these social tools and signs, their development in each individual can only be understood in relationship between their actual access to these tools and signs (which the environment provides) and the quality of the mediations produced in existing social relationships (Aita, Castro, Luceba & Tuleski, 2015).

According to Oliveira (2016), this process of cultural material appropriation corresponds to the very formation of human consciousness since this material is used as a personal instrument of thought and action in the world, with this consciousness being always significant and subjective in its characteristics.

Therefore, activity, for socio-historical psychology, is not seen as separate from consciousness, but instead as the material foundation for the development of consciousness in the individual. It is by working and using historically constituted tools that individuals interact with society, creating conditions for the development of consciousness. (Bruttin, 2012). This activity implies movement and dialectics in the constant relationship of exchange between subject and society (Bruttin, 2012).

In this sense, Lukács (2004) views work as a fundamental ontological activity and category of social beings, since the ontological characteristics of human beings are those that have arisen historically and have become irreversibly and permanently incorporated into the human species, transforming into a constitutive element of social beings. Thus, work is the starting point of humanization of individuals and human society cannot exist without work, however primitive it may be.

According to Martins and Eidt (2010) work is also considered as a means for the production of values of use, nevertheless, the work performed in capitalist society bears the marks of the process of alienation experienced by people in this historical time. In a broader sense, the concept of alienation can be understood as a process of distancing and conflict between the material and intellectual wealth of the human being and the life of each person. Alienation is one of the characteristic elements of capitalist society and originates from the social division of labor and on the private property of the means of production of material life.

One of the consequences of the alienation process, according to Marx (2004), is the division between the worker, his activity, and the product of his work, so that man does not recognize himself as a producer of the object he produces. Another consequence, already at the level of individual consciousness, is a rupture in the sense (subjective content) and in the meaning (objective content) of the activity the individual performs. Another consequence is that work, in class societies, does not constitute an activity that fully develops human faculties, that is, alienated work does not allow the workers to fully develop their abilities and faculties, but rather causes their physical and mental emptying.

Therefore, we have a health issue, which, from the perspective of historical-cultural theory, is considered:

a dynamic, active process of seeking balance, not being possible to speak of full health. It will always be related to the integrative of the dimensions of the human (physical, psychic, and social). Therefore, health is the constant search for balance of man as a whole, inserted in time and space, produced socially. Health promotion is a process that allows the population to develop their health, since it is directly related to the construction of individual and social subjectivity and the development of individual and group consciousness (Kahhale, 2003, p. 166; our translation).

In this perspective, health promotion is related to awareness. It appears as an instrument that enables the individual to modify the social, to see his activity differently, and/or to plan his activity. It allows individuals to understand their relationship with the social and to encourage them to be agents of society (Bruttin, 2012). For Furtado, “it is the condition of conscious modification of nature via work that allows the constitution an individual’s conscious activity” (2007, p.218; our translation).

The word *saúde* (health), in turn, derives from the etymological root of the Latin term *salus*, which, according to Rey (1992), refers to the idea of being whole, intact. For many centuries, this integrity was related only to the physical and individual aspect of the subject, since, centered on the biomedical paradigm, health was considered as the simple absence of diseases (Santos, 2015). This biomedical model reinforced the illusion of a linearity/causality, which brought the origin of the problem as being inherent to the individual, giving an overvaluation to the biological characters (Santos, 2015).

Since 1970, with the presence of numerous social movements around the world, and in Brazil specifically, there were intense popular mobilizations aimed at ending the military dictatorship. This created a favorable context for movements focused on promoting a more equal, supportive, and reflective society (Shimoguirí & Benelli, 2018). Health then began to be considered in less organic dimensions, and was also understood to be within the social, cultural, and political dimensions. (Mendes, 2006).

At this moment in history, the prevailing view is that of the social production of health or the biopsychosocial paradigm, which considers health as a result of the social production of life within society. (Mendes, 2006). Which includes, therefore, the subjective and social dimension in the conception of health (Shimoguirí & Benelli, 2018). In 1946, the World Health Organization (WHO) had already defined health as “a state of complete physical, mental, and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity” (WHO, 1946).

In the mid-1980s, with the restoration of democracy in Brazil, the Brazilian Health Reform was established and the Unified Health System (SUS) was consolidated (Shimoguirí & Benelli, 2018). This was a significant period for expanding the understanding of the health-disease process, including its relationship with work. By adopting a new approach to comprehend the relationship between work and health and to intervene in the work dimension, practices for addressing the health of workers were introduced in public health (Minayo, Vasconcellos & Machado, 2018).

For Minayo, Vasconcellos, and Machado (2018), the central reference for the study of health-disease constraints is the work process. Adopting the “work process” as a tool for

analysis allows for the reexamination of prevailing beliefs and a deeper understanding of the social and historical dimensions of work and the relationship between health and disease. This considers the subject's history and the context that shapes material productions and work conditions, which may cause a potential impact on health.

Mental health at work – Some considerations

Mental health at work, is recognized as a subfield within Occupational Health and, according to Athayde (2011), it has getting established since 1980 and proposes a dialectical relationship between the phenomena of work and health. It focuses on discussions about psychological changes and types of work (Borges, 2005).

Thus, Mental Health at Work (MHW) concerns a multifaceted process, which encompasses aspects of illness and health promotion, since work is conceived as having a structuring role in the daily life of the contemporary individual (Borges, Guimarães, Silva, 2013). Work is considered “[...]a reference to the very way of being of human and society [...]” (Netto & Braz, 2010, 29; our translation). In the words of Clot (2006), the work is the “most human activity that exists” (p. 69). “[...] human objectification-exteriozation activity through which people produce the means necessary to their material, spiritual, cultural, symbolic, and other needs...” (Gomes, 2010, p. 140-141; our translation). Work’s “ontological role is widely recognized by cultural historical psychology” (Moro Rios & Rossler, 2017, p.566; our translation).

According to Moro Rios and Rossler “by becoming the worker, the individual assumes an active position in the construction of social life, a position before other individuals and society as a whole” (2017, p.568; our translation)

Fundamentally, the subject thinks about his relationship at work, produces interpretations of his situation and conditions, socializes the latter in intersubjective acts, reacts and organizes himself mentally, affectively, and physically, depending on his interpretations, acts on the work process itself, and brings a contribution to the construction and evolution of social work relations (Dejours, 2001, p. 40; our translation).

According to Dejours (2004), work is not just associated with employment or remuneration, but primarily with the subject's ability to engage – by using their knowledge, movements, intelligence, and practical intelligence – in resolving tasks shaped by social and technical pressures.

These conceptions about work are “the result of a historical creation process, in which its development and spread are concurrent with the evolution of modes and relations of production, the organization of society as a whole, and forms of human knowledge” (Neves et al, 2018, p.318; our translation). Thus, work is recognized as one of the fundamental values of the human being, responsible for self-realization, subjectivity, and, especially, identity of the subjects.

According to Nardi (2015), the subjectivity-work relationship is characterized by social, historical, political, and cultural contexts and by various social markers, such as generation, race, ethnicity, rural or urban origin, insertion in private or public organizations, level of education, gender relations, and the value assigned to work. Therefore, “assigning meaning

and significance to work can help in understanding aspects related to the worker's subjectivity, as well as their expectations and desires, which are often cut by the organization of work" (Schmidt, et al 2017, p.141; our translation). For Araújo & Sachuk (2007), the meanings assigned to work are always unique, concrete, and linked to history and with the ways people or groups perceive and relate to their contexts.

Mental health at work, in turn, is a field of both knowledge production and human care. It is complex and covers a series of dilemmas, including the recognition of the link between mental health and work; which is the reason for the existence of the field itself. Its themes (pathologies, well-being, workplace stress, psychological changes, prevention, etc.), in addition to being complex, involve institutional dimensions (prevailing policies, infrastructure of services, relationship between professionals and users, impacts of working conditions, etc.) (Borges & Barros, 2020, p. 357; our translation).

Montes, Fraga, and Souza (2020) defend the importance and need for health care to bring, beyond physical and mental well-being, the full reach of aspects related to the social and historical context of the individual. They state that Vygotsky's historical-cultural theory has relevant contributions to the understanding of the health-disease process and to the study of health. In the opinion of these authors,

[...] according to Vygotsky's theory, all these processes involving the individual depend on historical, social, and cultural contexts, which present intense interaction of people with the environment in which they are inserted. Based on Vygotsky's understanding of historical-cultural theory, health and its entire complex system is closely linked to the cultural practices that people bring in themselves or in their community. Dialectics is also another indispensable component to reaffirm basic and universal rights (Montes, Fraga & Souza, 2020, p.136; our translation).

Vygotsky (1934/2009) conceives that all human activity is signified, which leads to the understanding that work activity has meanings that are historically produced and socially shared. Therefore, it is understood that the meanings are responsible for allowing communication and socialization of experiences.

The theory of The Psychodynamics of Work, described by Dejours (1994), considers that the meaning of work goes beyond the social, cultural, value and subjective spheres. Consequently, the studies based on this approach emphasize the understandings of the workers' experiences and the meaning that work produces in the health-disease process.

Regardless of the perspective adopted for this understanding between the meanings and sense of work, it is necessary to take, as a fundamental reference, one of the essential elements: the subjectivity of the worker, an intrinsic component in work relationships and in studies related to worker health (Schmidt, et al, 2017, p.138; our translation).

Vygotsky (1934/2009) understands meaning and sense as a dialectical unit. Sense is conceived by the individual as a personal construction. That is, sense [...] "is the sum of all the psychological facts that it awakens in our consciousness" (Vygotsky,1934/2009, p. 465; our translation).

Thus, when work is permeated by mobilizing psychic investments, it becomes a producer of meaning, making it a resource for mental health in the worker-work relationship. Conversely, a meaningless work produces unfavorable effects on health and can be a source of mental suffering that requires an intense psychic mobilization and can cause illness (Dejours, 1994).

From the perspective of *The Psychodynamics of Work*, psychic suffering at work (as a singular manifestation of Social Suffering) has its genesis associated with the blockage of recognition, a scarcity of resources for symbolic retribution and the inability to consolidate identity through work, which are essential for preservation of mental health (Dejours, 1994). Thus,

Social suffering operates in two simultaneously interconnected dimensions: collective (social) and individual (intrapsychic), and must be the central focus of analyses that aim to protect the collective health and, especially, the health of workers in the contemporary productive scenario – services and industries (Bouyer, 2015, p.108; our translation).

Issues located in the social dimension of the social relations of capitalist production are concrete obstacles to the free activity of the workers (Clot, 2006) and to their power to act (Clot, 2008), as well as the constraints of autonomous regulation of workloads (Guérin, Laville, Daniellou, Duraffourg, and Kerguelen, 1997).

Health and power to act, therefore, have a connection in those who work. Without being – at least from time to time – at the origin of what happens to them, work quickly becomes unsustainable in their own eyes. However, what they need to do is increasingly untied from what really counts for them. Their own activity is, then, unaffected. Thus, one can lose health before he or she is even ill (Clot, 2017, p.18; our translation).

According to Clot (2006 a) it was from situations of impediment at work, that he began to worry about the conception of development in Vygotsky. Based on this author's propositions, mainly on behavior (Vygotsky, 1999), he understood that:

Between the work as prescribed/formatted by the company's management and the work developed in the subject's activity, there is a great distance! And it is precisely this world of distance between the two that represents an occasion of suffering for the subject since he is in a situation of psychological development prevented from activity by tasks that are too small for the development of the subject (Clot, 2006 b, p.77; our translation).

Therefore, Clot (2010) considers that work activity encompasses not only the activities carried out, but also those that were prevented from being done, that is, "what is not done, what we cannot do, what we try to do without succeeding – the failures – what we would like or could do, what we think or dream of doing" (Clot, 2006a, p.116; our translation). In this perspective, mental illness in the worker-work relationship can occur due to the obstacles to perform the work caused by institutional blocks.

Braz (2020) describes that, in the work context, interventions on Mental health at work should be understood based on the infinity of phenomena resulting from the family, social and existential spheres, as well as the political, ideological, and managerial structures.

Therefore, "the collective and individual dimension of psychological phenomena connected to work cannot be understood if we isolate each other, since they maintain close reciprocity" (Seligmann-Silva, 1994, p. 71; our translation). For Fãita (2010), "the work of reflection and formalization allows the people to become aware of their potential, the way they invest in their activity" (p.178; our translation).

However, for this understanding to be effective, it is necessary to overcome the dichotomy between objective and subjective. Therefore, we emphasize that the perspective of historical materialistic basis overcomes this dichotomy through dialectics.

Thus,

In the analysis of work, it is necessary to consider the obstacles to the subject's action and understand how they act to overcome them, what strategies and resources are used, how they appropriate the environment, the collective, and the gender to overcome these blocks to their action (Melo, Brito, Aquino & Colaço, 2018, p.100; our translation).

As health is considered a cultural attribute, all processes that involve it also go through culture: the way of facing disease, of seeing and seeking improvements to reduce health problems, of the world view, of constructing, and of using and applying knowledge (Montes, Souza & Fraga, 2020, p.137; our translation).

In this light, as man is considered a social and historical element that is constantly influenced by his own culture or that of others, the health/illness process in the worker/work relationship can be understood through Vygotsky's Historical-Cultural Theory (Montes, Souza & Fraga, 2020).

The Clinic of Activity: engaging with Vygotsky's historical-cultural theory

The Clinic of Activity from the perspective of Clot (2008) is part of a set of Work Clinics, based on

[...] theories that focus on the relationship between work and subjectivity. Presenting a diversity of epistemological, theoretical, and methodological perspectives, the common object of these theories is the work situation, which, in short, encompasses the relationship between the subject, on one side, and work and the environment, on the other (Bendassolli & Soboll, 2011, p. 3; our translation).

According to Silva (2020) "among its fundamental traits, the clinics of work defend the psychic and social centrality of work, seeing it as a material and symbolic activity constitutive of the social bond and subjective life" (p.96). According to Bendassolli (2012), the work clinics are characterized by theoretical concepts that receive epistemological, conceptual, and technical influence, such as psychoanalysis (in the aspects of psychodynamics and psychosociology); philosophy (on ergology and clinics of activity, mainly authors such as Bakhtin, Spinoza, and Canguilhem); and the socio-cultural trend (on the activity clinic, particularly Vygotsky).

Clot (2017) states that the main objective of the Clinic of Activity is the transpersonal development of the collective. the Vygotskian perspective adopts the concept of the internal-external dichotomy, as well as the idea that "subjectivity and objectivity are mutually implicated in a given historical context" (Pinheiro, Costa, Melo & Aquino, 2016, p.119; our translation). "In the Clinic of Activity, dialogue includes the symbolic forms represented by silences, impatience, doubts, and excitements recorded by workers and mediators" (Perez, 2020, p.70; our translation)

Therefore,

Activity is not the opposite of subjectivity. I clearly define the subjectivity [...] as a relationship between activities. Subjectivity is an activity on activity. It is my activity or the activity of my co-worker as an object of thought. This is how the subjective production of my experience develops. Therefore, we are not obliged to choose between activity and subjectivity (Clot, 2010 b, p. 225; our translation).

Thus, from the perspective of the Socio-Historical aspect, the power to act in the production of workers' health is in this relationship between activity and subjectivity, which is inseparable. Taking as a reference the understanding that the activity

Is a structural component of the concept of work and of worker participation, which is emphasized as a fundamental condition for ensuring well-being, safety, and efficiency. However, this participation should not be limited to technical-productivist purposes, but rather as a real perspective for transforming work environments (Melo, Brito, Aquino & Colaço, 2018, p.98; our translation).

In this direction, the Clinic of Activity is composed by methodologies that make it possible to “promote movement and biopsychosocial health of individuals, with work as a singular unit of human development” (Perez, 2016, p.314). Among them, self-confrontation has been considered promising “to favor the development of the power to act of the subjects and collectives over themselves and the environment of work” (Rezende & Christo, 2018, p.131; our translation).

The Italian Workers' Model (IWM), created by Odone, Re, and Briante (1981), is a technique for analysis and intervention called “Instructions to the Double” and is recognized in the fight for health in working relationships. It is also used in the approach of the Clinic of Activity. In the opinion of Clot (2017) both self-confrontation and Instruction to the Double are methodologies that allow the development of the psychological function of the collective work, expanding the possibilities of thinking and acting.

Thus, the development of the activity is articulated to the ethical devices of psychology with regard to the commitment to the transformation of social reality, thus strengthening the social commitment of Psychology as a science and profession.

The socio-historical approach in qualitative research in mental health at work

The theme of mental health at work refers to different theoretical-methodological approaches. We aim to explain, in the following text, the epistemological foundations within the socio-historical approach in qualitative research in the modern scenario of knowledge production. Qualitative research is a field of research that permeates disciplines and themes, which can be considered a large umbrella that covers different approaches used to describe, understand, and interpret experiences, behaviors, interactions, and social contexts (Denzin & Lincoln, 2010).

Qualitative research can be understood as being an investigation that deals with the level of reality treated through history, biography, relationships, the universe of meanings, motives, aspirations, beliefs, values, attitudes, and various techniques for empirical work (Minayo, 2013).

The qualitative approach is represented in the various disciplinary fields, regardless of its matrix of theoretical-methodological affiliation. In the socio-historical perspective, its background is the historical-dialectical materialism; therefore, it emphasizes “the understanding of phenomena from their historical happening in which the particular is considered an instance of social totality” (Freitas, 2002, p.21). Research with a socio-historical theoretical and methodological framework mainly share ideas of Marx (1867/1996). In these research, there is a concern to contextualize the transformations that have occurred in society, in the relationship between the individual and the world, especially with work.

By interference of Marxist currents, studies criticize the modes of production of modern capitalism. Thus, mental health at work aims to not only investigate the incidence of specific diseases in the work context, but understand the suffering of those who could not build and signify their professional role in the way they wanted, a way that could respect health aspects. The priority lies with the qualitative approach, obtained mainly via interviews, which insistently seeks to understand and interpret, as faithfully as possible, the internal aspects of the subjects who study and legitimize the knowledge of their “truth” (Minayo, 2012). According to (Freitas, 2002, p. 29),

Thus, we have:

The interview, in qualitative research of socio-historical nature, is also marked by this social dimension. It is not reduced to an exchange of previously prepared questions and answers, but conceived as a production of language, therefore, dialogical. The meanings are created in the dialogue and depend on the situation experienced, from the spatial horizons occupied by the researcher and the interviewee. The statements that occur depend on the concrete situation in which they are realized, on the relationship that is established between the interlocutors. During an interview, the subjects are who express themselves, but their voice carries the tone of other voices, reflecting the reality of their group, gender, ethnicity, class, and historical and social moment (Freitas, 2002, p. 29; our translation).

According to Fogaça (2020) “within the qualitative methodology, the dialectical approach, of historical materialistic foundation, is what most answers the questions about health/disease at work” (p.278; our translation). In the dialectical materialist approach, human behavior differs qualitatively from animal behavior and it, therefore, should be studied in its singularity. It understands human conduct, not only as the product of biological evolution, and all its superior processes inherent to the human being, but also the product of historical and cultural development (Vygotsky, 1996).

Given the understanding of the human as a socio-historical being, we have, in dialectical hermeneutics, the technique of analysis that makes the synthesis of comprehensive and critical processes (Habermas, 1987). Thus, hermeneutics is the search for the understanding of meaning that takes place in communication between human beings, which has central nucleus in language (Gadamer, 1999). It is necessary to comprehend that human beings are complemented by means of communication and that its context and culture are important factors to understand it, since the uses of communication in everyday life and the way people assign meanings to its existence is different.

As a methodological approach, hermeneutic methodology is developed based on parameters such as: searching for differences and similarities between the authors’ context and the

researcher's context; exploring the actor's situation definitions, assuming that there is a shared understanding between the observed world and the subjects with the researcher's life; seeking to understand the facts, narratives, and observations; reflecting on the historical context; evaluating and making decisions on what is heard, observed, and shared; and producing a report of the facts in which the different actors feel included (Minayo, 2010).

On the other hand, dialectics can be understood as science and the art of dialogue, question, and confrontation. Dialectical thinking needs to create instruments of criticism and apprehension of language contradictions, considering that the analysis of meanings should be placed on the basis of social practices and evidencing the historical conditioning of speeches, relationships, and actions (Minayo, 2010).

The hermeneutic relationship with dialectics is an important aspect that legitimizes its use and importance in qualitative research, since it is possible to value the interdependence and differences between them, taking advantage of points that bring the idea of the historical conditioning of language, relationships, and practices. Both start from the premise that impartial observer is inexistent; questioning technicism in favor of intersubjectivity, comprehension, and criticism. Both present a practice structured by tradition, language, power, and work; both gather the power to "approach the truth" investigated (Alencar, Nascimento, Alencar, 2012).

Qualitative approaches in the health area also constitute several theories and models of study, such as ethnography, case study, oral history, documentary analysis, among others (Victora, Kanuth, Hassen, 2000). Qualitative studies, in the field of mental health and work and also in other fields of knowledge based on the dialectical approach are important since they detail "the cultural logics and intentions that have meaning and even influence the action of the subjects" (Gomes, Deslandes, Moreira, 2020, p. 4712; our translation). In addition, "they allow us to glimpse the dynamic intersections of life in biography and social structures in their multiple networks of determination, autonomy, and influence" (Gomes, Deslandes & Moreira, 2020; our translation), p.4712). With that, the authors Bogdan and Biklen comment:

a field that was previously dominated by measurement issues, operational definitions, variables, hypothesis tests, and statistics that widened to contemplate an investigation methodology that emphasizes the description, induction, grounded theory, and study of personal perceptions. We designate this approach as Qualitative Research. (1994, p.11; our translation).

Researchers who conduct studies within this approach face challenges in the face of health promotion at work, as well as in the mental health of the worker. The results of the investigative analyses of the workers' perception are often seen by managers as isolated or unable to reach a value that can be generalized. The concern is mainly in the quantity; that is, in the number of workers in front of a category surveyed, which leaves the mental health of the worker in the background. The qualitative method of research is understood as one that deals with the subjective and relational level of social reality and is treated through history, universe, meanings, motives, beliefs, values, and attitudes of social actors (Minayo, 2013).

The context of life, as well as the work context, uniquely dictates the way in which people think, feel, and act regarding the perceptions of the health-disease relationship. Thus, it is

essential to understand the social aspects that guide the lives of these workers. In qualitative research with a socio-historical focus, these contexts are not investigated due to results, but what they aim to obtain is “the understanding of behaviors from the perspective of the research subjects” (Bogdan & Biklen, 1994, p.16). Qualitative approaches seek to overcome the positivist tendency to be scientific. Qualitative approaches, therefore, understand the subjective reality of a given group, in which quantitative data indicate without revealing. In qualitative research, the amount is replaced by the intensity and deep immersion of the subject perception. The number of people is not indispensable, but rather used to analyze the issue from different perspectives and understand the social factors that is objective of the investigation. We highlight that this type of study is unconcerned with generalizations, which happens in the positive model of the Natural Sciences.

An important aspect in qualitative research is the impossibility of neutrality, as the researcher is part of the research situation and action. The researcher may try not to judge or become involved, especially in the data analysis stage, for fear of biasing the study and invalidating the knowledge produced.

Qualitative studies within the socio-historical perspective, in the field of mental health at work, should reflect the worker in its entirety, dialectically articulating external and internal aspects, conceiving the work-society relationship to which each person belongs. In this sense, the main search is to find methods of studying the worker as a unit of body and mind, biological and social being, who is a social subject and participant of the historical process.

Final considerations

This chapter is the result of theoretical studies and intends to present some contributions to the study of historical-cultural psychology, more specifically the Vygotskian aspect regarding the relationship between the categories of work and mental health.

Studies of this nature are important for psychologists and other professionals involved with the research, in the search to understand the processes of illness of the working population.

References

Aita, E. B., Castro, F. S., Luceba, J. E. E., & Tuleski, S. C. (2015) *Aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural*. In: Tuleski, S. C.; Chaves, M. & Leite, H. A. (Orgs.). *Materialismo Histórico Dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural – método e metodologia de pesquisa* (pp. 182-194). 2ª ed. Maringá-PR: Eduem.

Alencar, T. de O. S., Nascimento, M. A. A., & Alencar, B. R. (2012). Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 25(2), 243-250. <https://doi.org/10.5020/2236>.

Araújo, R. R., & Sachuk, M. I. (2007). Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. *Revista de Gestão*, 14(1), 53-66.

Athayde, M. (2011). Saúde 'Mental' e Trabalho: questões para discussão no campo da saúde do trabalhador. In: Gomez, C. M., Machado, J. M. H., & Pena, P.G.L., comps. *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea* (pp.345-366). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, <https://doi.org/10.7476/9788575413654.0018>.

Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Borges, L. O. (Org.). (2005). *Os profissionais de saúde e seu trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Borges, L. O., Guimaraes, L. A. M. & Silva, S. S. (2013). Diagnóstico e promoção da saúde psíquica no trabalho. In Borges, L. O.; Mourão, L. *O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia* (pp. 231-240). Curitiba: Artmed.

Borges, L. O., & Barros, S. C. (2020). Psicossociologia e saúde mental no trabalho. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 357-358). São Paulo, FiloCzar.

Braz, M. V. (2020) Sociologia clínica. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp.402-405). São Paulo, FiloCzar.

Bouyer, G. C. (2015). Sofrimento social e do trabalho no contexto da área "saúde mental e trabalho". *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 106-119.

Bruttin, A. (2012). *Contribuições da psicologia social e do trabalho e das organizações para a gestão de pessoas em fábricas recuperadas: um estudo de caso na Metalcoop*. Tese. PUC-SP, São Paulo.

Clot, Y. (2006a). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes

Clot, Y. (2006b). Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. *Pro-Posições*, 17(2) (50) - maio/ago.

Clot, Y. (2008). *Travail et pouvoir d'agir*. Paris: PUF.

Clot, Y. (2010a). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

Clot, Y. (2010b). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 207-234. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000100015>

Clot, Y. (2017). Clínica da atividade. *Horizontes*, 35(3), 18-22, set./dez. <http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v35i3.526>

Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana análise da relação prazer, sofrimento trabalho*. São Paulo: Atlas.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>

- Dejours, C. (2001). *A Banalização da Injustiça Social*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2010). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. (pp. 15-41). (2ª Ed). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Editorial, C. (2008). Entrevista com Yves Clot. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 2(1), 65-70. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6241>
- Faixa, D. (2010). A linguagem como atividade. In Schwartz, Y; Durrive, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana* (pp. 167-188). Niterói: EDUFF.
- Fogaça, S. (2020). Metodologia qualitativa. In Schmidt, M. L. G (org) *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 278-281). São Paulo, FiloCzar.
- Freitas, M. T. A. (2002) A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Tema em Destaque. *Cad. Pesquisa* 116, 21-39. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>
- Furtado, O. (2007). O psiquismo e a subjetividade social. In Bock, A; Gonçalves, M. G., Furtado, O. *Psicologia Sócio-Histórica* (pp. 75-93). São Paulo, Cortez.
- Gadamer H. (1999). *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, R, Deslandes, S. F., & Moreira, M. C. N. (2020). As abordagens qualitativas na Revista Ciência & Saúde Coletiva (1996-2020). *Ciênc. Saúde Colet.*, 25(12), 4703-4714. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.18142020>
- Gomes, R. M. (2010). *Trabalho médico e alienação: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde*. Tese de doutorado, Programa de Medicina Preventiva, USP. São Paulo.
- Guérin, F., Laville, A., Daniellou, F., Duraffourg, J., & Kerguelen, A. (1997). *Comprendre le travail pour le transformer: la pratique de l'ergonomie*. Paris: ANACT.
- Habermas J. (1987). *Dialética e Hermenêutica*. Porto Aleg LPM.
- Kahhale, E. (2003). *Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada*. In Bock, A. A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia (p.166-191). São Paulo: Vozes.
- Lukács, G. (2004). *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta.
- Martins, L. M., & Eidt, N. M. (2010). Trabalho e atividade: categorias de análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. *Psicologia em estudo*, Maringá, 15(4), 675-683.
- Marx, K. (1867). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Coleção Os Economistas.
- Marx, K. (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Mendes, E. V. (2006). *Uma agenda para saúde*. São Paulo: Hucitec.

- Melo, P. B., Brito, M. A. A., Aquino, C. A. B., & Colaço, V. de F. R. (2018). Contribuições da psicologia histórico-cultural para o poder de agir do trabalhador. *Revista De Psicologia*, 9(2), 96-106. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19296>
- Minayo M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13ª Ed). São Paulo, SP: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2012). *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Minayo, M. C. S., Vasconcelos, L. C. F., & Machado, J. M. H (2018). Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1963-1970. DOI: 10.1590/1413-81232018236.04922018.
- Montes, S. S., Santos, A. C. S., & Fraga, H. C. J. R. (2020). O processo de saúde-doença na perspectiva da teoria histórico-cultural de Lev Semyonovich Vygotsky. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, 5(2), 124-140. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/article/view/7975>
- Moro Rios, C. F., & Rossler, J. H. (2017). O trabalho como atividade principal no desenvolvimento psíquico do indivíduo adulto. *Psicologia Em Estudo*, 22(4), 563-573. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i4.37465>
- Nardi, H. C. (2015). Subjetividade e trabalho. In P. F. Bendassoli, & J. E. Borges-Andrade. (orgs). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp.635-640). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2010). *Economia Política: uma introdução crítica*. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).
- Neves, D. R. et al (2018). Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cad. EBAPE.BR* 16 (2) <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>
- Oddone, I., Re, A., & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Messidor.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constituição*. Nova Iorque: OMS.
- Oliveira, M. K. (2016). *Vygotski e o Processo de Formação de Conceitos*. In Piaget, Vigotsky, Wallon: *Teorias psicogenéticas em discussão* (pp. 23-33). 27 ed. São Paulo: Summus.
- Perez, D. (2020). Autoconfrontação. In Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp. 70-71). São Paulo, FiloCzar.
- Perez, D. (2016). Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 305-316. DOI: 10.5935/1678-4669.20160029

Pinheiro, F. P. H. A, Costa, M. F. V., Melo, P. B. & Aquino, C. A. B. (2016). Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 110-124. Recuperado em 02 de mar. de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&tlng=pt.

Rey, F. G. (1992). *Personalidad, salud y modo de vida*. México: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela.

Rezende, M. S & Christo, C. S. (2018). O princípio da autoconfrontação na abordagem da Clínica da Atividade. Dossiê Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores. *Fractal, Rev. Psicol.* 30 (2), pp.131-136 <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5865>

Santos, W. (2015). Modelo Social, interdisciplinaridade e intersetorialidade: desafios às políticas sociais para a deficiência no Brasil (pp. 263-278). Brasília: Observatório Internacional de Capacidades Humanas,v.1.

Seligmann-Silva (1994). E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez.

Schmidt, M. L. G., Barbosa, W. F., Camargo Pinceli, S. C., & de Lucca, S. R. (2017). Significados e sentidos do trabalho: reflexões para a atuação do médico do trabalho na contemporaneidade. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 6(2), 138-142. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v6i2.1284>

Shimoguiri, A. F. D. T., Benelli, S. T. (2018). A Reforma Sanitária e o Paradigma da produção social da saúde: algumas considerações sobre a Atenção Básica e o Território. *Revista de Psicologia da UNESP*, 17(2), 1-16.

Victora, C. G., Kanuth, D. R., & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde. Uma introdução ao tema*. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial.

Silva, G.E. (2020). Clínicas do trabalho. In: Schmidt, M. L. G. (org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias* (pp.96-98). São Paulo, FiloCzar.

Vygotski, L. S. (1934/2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

Vygotski, L. S. (1999). *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1998). *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotski, L. S. (1996). *Obras escogidas*. Madrid: Visor.

